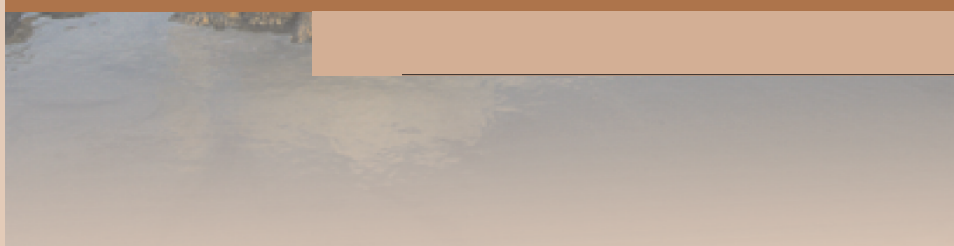




INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Estatísticas do Ambiente 2013



Edição 2014



Estatísticas
oficiais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Estatísticas do Ambiente

2013

Edição 2014

FICHA TÉCNICA

Título

Estatísticas do Ambiente 2013

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Av. António José de Almeida

1000-043 Lisboa

Portugal

Telefone: 21 842 61 00

Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Diretivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN 1646-2513

ISBN 978-989-25-0207-6

Periodicidade Anual



 Apoio | a clientes

808 201 808

(rede fixa nacional)

+ 351 218 440 695 (outras redes)

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2014

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição e a referência Lisboa-Portugal.

INTRODUÇÃO

A publicação Estatísticas do Ambiente, na sua edição de 2014, segue a linha editorial e a estrutura do ano anterior e apresenta uma análise detalhada do setor do ambiente privilegiando-se a divulgação da informação através de quadros com indicadores síntese, figuras e mapas. O Instituto Nacional de Estatística (INE) tem vindo a reforçar a apropriação de dados administrativos para fins estatísticos, com o objetivo de reduzir a carga sobre os respondentes e os custos de produção. Contudo, o acesso a tais dados não está isento de dificuldades pelo que mais uma vez não foi possível obter parte da informação da competência do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, particularmente a que diz respeito à temática da biodiversidade. Regista-se igualmente a ausência de informação, pelo terceiro ano consecutivo, do índice das aves comuns.

A informação estatística divulgada nesta publicação não esgota o vasto conjunto de dados existentes. O INE pode disponibilizá-la com uma maior desagregação geográfica, bem como informação adicional a ser fornecida sob pedido específico, com proteção da confidencialidade estatística, em condições e suportes a acordar.

O INE expressa os seus agradecimentos a todas as entidades que contribuíram para a elaboração desta publicação, em especial à Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), à Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), à Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), à Direção Geral do Orçamento (DGO), à Direção Geral de Energia e Geologia (DGE), à Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), às empresas, às entidades detentoras de Corpos de Bombeiros e outras entidades inquiridas, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P. (ERSAR), ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), ao Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR), ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP), ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I.P. (INPI), ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera I.P. (IPMA), aos Municípios, às Organizações Não Governamentais de Ambiente, ao Serviço Regional de Estatísticas dos Açores (SREA), ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana (GNR) e a todos os utilizadores que participaram na reformulação desta publicação, esperando que a mesma possa constituir um bom instrumento de trabalho.

Agradecem-se antecipadamente todas as sugestões e comentários ao conteúdo desta publicação, com o objetivo de enriquecer as futuras edições.

Dezembro de 2014

INTRODUCTION

The 2014 edition of Environment Statistics, with a similar structure of the previous year, presents through summary tables, indicators, figures and maps a detailed analysis of environment and economic activities related.

Throughout the production of environmental statistics, the (INE) aims to maximize the use of administrative sources whenever possible, in order to reduce costs and the burden on respondents. Nevertheless, the access to such data faces some problems and constraints. For this reason and once again, it is not possible to provide part of the data under responsibility of Institute for the Conservation of Nature and Forests, particularly with regard to biodiversity.

There is also a lack of information concerning the index of common birds for the third year running.

Environment statistics covers a wide range of thematic areas and it is not yet possible to include in this edition figures for some emerging topics related to environment impacts on our daily life and choices. However Statistics Portugal is able to provide some of the contents at a more detailed geographical level, within customized user needs and whenever the statistical confidentiality is not applicable.

Statistics Portugal welcomes all comments and suggestions about the contents of this publication in order to identify opportunities for quality improvement in future editions.

December 2014

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
INTRODUCTION	4
SUMÁRIO EXECUTIVO	6
EXECUTIVE SUMMARY	12
SINAIS CONVENCIONAIS/SIGLAS E ABREVIATURAS	17

POPULAÇÃO E ATIVIDADES
HUMANAS COM IMPACTO
NO AMBIENTE - pág. 23



EMPRESAS COM ATIVIDADE
DE GESTÃO E PROTEÇÃO
DO AMBIENTE - pág. 213



AR E CLIMA - pág. 71



SETOR DE BENS E SERVIÇOS
DE AMBIENTE - pág. 231



ÁGUAS RESIDUAIS - pág. 121



ORGANIZAÇÕES COM ATUAÇÃO
NA ÁREA DO AMBIENTE - pág. 239



SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
E SUPERFICIAIS - pág. 129



EMPREGO AMBIENTAL - pág. 255



BIODIVERSIDADE E PAISAGEM
- pág. 149



SÍNTESE ECONÓMICO FINANCEIRA
- pág. 273



RESÍDUOS - pág. 169



METODOLOGIAS, CONCEITOS
E NOMENCLATURAS - pág. 295



OUTROS DOMÍNIOS DE AMBIENTE
- pág. 207



ANEXOS - pág. 331



SUMÁRIO EXECUTIVO

O INE divulga em suporte digital Publicações as “Estatísticas do Ambiente”, cujo período de referência é maioritariamente o ano de 2013. Esta publicação está organizada em 14 capítulos, com textos de análise económica, financeira e física bem como quadros estatísticos, figuras e mapas. Neste destaque apresenta-se uma síntese dos principais indicadores, tendo-se recorrido ao modelo DPSIR (Driving Forces, Pressure, State, Impact, Response), desenvolvido pela Agência Europeia do Ambiente e que tem por base uma análise sistémica das relações entre o sistema ambiental e o sistema humano e económico, refletindo a interação entre estes sistemas numa base de causa efeito (EEA, 1999).

Em 2013 continuou a verificar-se uma contração da atividade económica mas a um ritmo mais moderado que nos dois anos anteriores. Efetivamente assistiram-se a variações negativas mas menos intensas do consumo privado, consumo público e investimento. É também de assinalar a redução da taxa de inflação, aumento dos custos de trabalho e nova diminuição da população residente caracterizam o contexto socioeconómico e a matriz demográfica de Portugal em 2013. Na União Europeia (UE-28), as tendências foram semelhantes (variação nula do PIB, desaceleração da taxa de inflação e aumento da taxa de desemprego) mas menos acentuadas. A exceção foi a população residente que continuou a aumentar.

Dado o impacto variável das atividades económicas no ambiente, interessa avaliar o seu desempenho relativo.

Com sucessivas taxas de variação negativas a partir de 2008, o VAB do ramo da Construção foi o agregado que perdeu mais importância na composição do VAB total, passando de 7,3% em 2007 para 4,2% em 2013. As atividades financeiras, de seguros e imobiliárias observaram taxas de variação positivas até 2010 e negativas em 2012 e 2013, mas ainda assim contribuíram, face a 2007, com mais 0.7 p.p. para o VAB total. O Ramos da agricultura foi o que apresentou a taxa de variação positiva mais expressiva em 2013, tendo contribuído para o VAB total com mais 0.2 p.p. face a 2007. A segunda maior taxa de variação positiva em 2013 ocorreu no ramo da indústria, sucedendo a três anos consecutivas de taxas de variação negativas, que face a 2007 aumentou em apenas 0.1 p.p. a sua importância no VAB total.

Uma das principais forças motrizes que atualmente está a provocar mudanças significativas no meio ambiente reside nas tendências demográficas, que na atual conjuntura acabam por diminuir as pressões sobre o ambiente. De facto, as tendências demográficas apontam para uma desaceleração do crescimento populacional, que nos últimos anos se traduziu já num decréscimo populacional, associado a um continuado processo de envelhecimento demográfico.

A população residente em Portugal aumentou progressivamente de 2000 a 2009, ano em que atingiu o máximo de 10 573 479 pessoas. Apesar do aumento da população, verificou-se um abrandamento do crescimento demográfico neste período, com a população a decrescer consecutivamente de 2000 a 2005. Só em 2012 a população residente perdeu quase 60 000 habitantes, fixando-se a 31 de dezembro de 2013 em 10 427 301 pessoas. Para este decréscimo contribuiu o saldo natural de -23 756 pessoas (-17 757 em 2012) e sobretudo o saldo migratório de -36 232 indivíduos (-37 352 em 2012).

Fontes renováveis mais que compensam o aumento de 1,0% do consumo energético em 2013. Geração de resíduos aumenta 11,1% face a 2012. Diminuição do sequestro líquido ocorrida em 2012, a mais baixa desde 2006, indicia uma desaceleração do ritmo de decréscimo do potencial de efeito de estufa.

O setor da energia é o principal emissor de gases de efeito de estufa (GEE), tendo contribuído em 2012 com 69,4% das emissões nacionais (71,4% em 2011). Este setor tem um forte impacto ambiental, quer pela ligação ao consumo de combustíveis fósseis com uma disponibilidade finita como o petróleo, quer essencialmente por gerar, através do consumo destes combustíveis, um nível considerável de emissões de GEE, em particular de dióxido de carbono (CO₂), que estão diretamente relacionadas com as alterações climáticas.

Em 2013, o consumo de energia primária em Portugal foi de 21 704 ktep, mais 1,0% que em 2012 (21 482 ktep). No entanto, no período em análise (2009/2013) a oferta energética decresceu. Para este resultado contribuiu a diminuição do consumo de energia primária no quadriénio 2009/2012 (-10,2%), promovido essencialmente pelo decréscimo do consumo de petróleo (-19,4%).

As importações líquidas de energia primária decresceram progressivamente entre 2009 e 2013 a uma taxa de variação média anual de 4,2%. De referir que, apesar do aumento do consumo de energia primária em 2013, as importações líquidas diminuíram 5,7% devido ao aumento do consumo de energias renováveis (+19,6% em 2013 que compara com +3,2% em 2012).

A ventilação por fonte energética permite constatar que, apesar da tendência de decréscimo, a dependência do petróleo continua a ser muito elevada (44,4% em 2013, que compara com 46,3% para a média 2009-2013). O gás natural surge como a segunda fonte energética mais consumida em 2013 com 17,4% (18,4% em 2012), seguido do carvão com 12,2% (13,6% em 2012).

Portugal é rico em alguns recursos endógenos (água, vento, sol, biomassa) e não possui reservas de energias fósseis, o que justifica a aposta nas energias renováveis e na eficiência energética.

Em 2013, a potência instalada de energias renováveis para produção de energia elétrica em Portugal ascendia a 11 311,80 MW (11 052,33 MW em 2012), 48,9% correspondente à potência instalada em energia hídrica, seguindo-se a energia eólica com uma quota de 41,8%. A potência total instalada em Portugal registou uma taxa de crescimento médio anual, entre 2009 e 2013, de 5,6% para o que foi determinante o crescimento da potência instalada de energia eólica, que apresentou um ritmo médio anual de crescimento de 7,3%.

A contribuição das fontes renováveis endógenas correspondeu em média (2009-2013) a 22,4% e a 48,8% do consumo total de energia primária e da produção total de eletricidade, o que faz de Portugal uma referência ao nível do contexto europeu.

Em 2012 (último ano para o qual existe informação disponível para a UE-28), Portugal apresentava a sétima maior quota de energias renováveis na UE-28. A percentagem de energia de fontes renováveis representava, em 2012, 14,1% do consumo final bruto de energia na UE-28 (12,9% em 2011) e 24,6% em Portugal (24,5% em 2011). Relativamente à produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis (E-FER), Portugal apresentava em 2012 uma taxa de incorporação de 47,6%, a terceira maior da UE-28, depois da Áustria (65,5%) e da Suécia (60,0%), e muito acima da média europeia (23,5%).

No quadriénio 2010-2013, constata-se um decréscimo do consumo dos principais combustíveis usados no transporte rodoviário. O consumo de gasóleo revela um decréscimo médio anual de 5,8% e a gasolina de 7,5%. Embora marginal é de referir o crescimento médio anual de 5,3% do consumo de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL). Em 2013, por cada automóvel movido a GPL ou outro combustível, estavam em circulação cerca de 63,9 veículos movidos a gasóleo (68,3 em 2012) e 40,8 veículos movidos a gasolina (44,5 em 2012).

Em 2013 foram gerados em Portugal 15,8 milhões de toneladas de resíduos (urbanos e setoriais), o que corresponde a um acréscimo de 1,6 milhões de toneladas (+11,1%) relativamente a 2012.

O rácio obtido a partir das quantidades de resíduos gerados por unidade do PIB é frequentemente usado para traduzir o grau de eficiência da economia em geral, que será tanto mais eficiente quanto menor for a quantidade de resíduos gerados por unidade de PIB. Contudo, esta leitura deverá ser efetuada com cautela uma vez que há que ter em conta o grau de desenvolvimento de uma sociedade (consensualmente, uma sociedade mais evoluída gera mais resíduos urbanos) e o tipo e grau de industrialização (a produção e tipologia dos resíduos setoriais está dependente destas variáveis).

A leitura deste indicador para a UE-28 coloca Portugal com o terceiro valor mais baixo deste indicador. A posição de Portugal justifica-se pelo facto de ser o nono Estado-Membro com menor produção de resíduos, sendo que a geração de riqueza o coloca sensivelmente a meio da tabela da UE-28 (15ª posição). Dinamarca, com praticamente metade da população portuguesa e um PIB 1,4 vezes superior ao nacional, lidera este indicador pelo facto de produzir um volume de resíduos próximo do gerado por Portugal, mas apresenta o 11º maior PIB da UE-28. A Croácia, com 40,6% da população residente nacional e um PIB quatro vezes inferior ao de Portugal, secunda este ranking sendo o 4º país na UE-28 com menor produção de resíduos e um PIB que o coloca na 20ª posição da UE-28. No outro extremo posiciona-se a Bulgária, que com uma população residente cerca de 2/3 da população portuguesa, é o sétimo maior produtor de resíduos na UE-28, apresentando o sétimo PIB mais baixo da UE-28.

Em 2013 foram geradas em Portugal 4,6 milhões de toneladas de Resíduos Urbanos (RU), menos 3,5% face a 2012. No período 2009-2013, verificou-se uma tendência de decréscimo, com a produção de RU a apresentar uma redução de 4,4% em termos médios anuais, decrescendo no quinquénio 900 mil toneladas, partindo de um máximo de 5,5 milhões (2009). Para esta tendência contribuiu decisivamente a situação macroeconómica do país, que reduziu o nível do consumo e, consequentemente, a produção de resíduos.

No que respeita aos resíduos urbanos gerados por habitante, Portugal produziu em média 440 kg em 2013, o que equivale a uma produção diária de cerca de 1,2 kg/habitante/dia. A comparação com os parceiros da UE-28 para o ano de 2012 coloca Portugal abaixo da média comunitária em cerca de 47 kg. Dinamarca, Chipre, Luxemburgo e Alemanha são os Estados-Membros que mais resíduos urbanos geram *per capita*, qualquer deles acima dos 600 kg. No extremo oposto posicionam-se os Estados Membros Roménia, Estónia, Letónia e República Checa, qualquer deles com uma produção de resíduos inferior, em mais de metade, aos países que lideram a tabela.

A UE-28, com uma captação média de 487 kg/habitante/ano, tem como Estados Membros mais próximos deste valor, a Grécia com 503 Kg/hab/ano e o Reino Unido com 472 Kg/hab/ano.

Não obstante a redução significativa e a tendência progressiva para o decréscimo das quantidades de resíduos eliminados em aterro no período 2009-2013 (redução média anual de 8,7%), em 2013 cerca de 50% dos resíduos geridos foram encaminhados para aterro. Neste último ano, as quantidades remetidas para valorização orgânica e valorização multimaterial somaram um total de 1,2 milhões de toneladas, aproximadamente 26% do total de resíduos.

No período 2009-2013, as diversas atividades económicas em Portugal movimentaram cerca de 57 milhões de toneladas de resíduos sectoriais. Em 2013, a estimativa apurada aponta para um valor de produção de 11,2 milhões de toneladas, verificando-se um crescimento de 18,5% relativamente ao valor registado no ano 2012, contrariando a tendência de decréscimo que se estimou para o biénio 2011-2012.

Em termos estruturais, no período 2009-2013, verifica-se que a proporção e significado dos diversos setores não se modifica substancialmente ao longo dos 5 anos, com exceção do setor de gestão e valorização de resíduos, que aumenta quase 10 p.p. de uma proporção de 26,9% em 2009 para 36,7% em 2013, o que em parte será sinónimo de um aumento de ocorrência de transferências de resíduos entre diversos operadores antes da valorização ou eliminação final.

Contrariamente, o setor de comércio e serviços decresce de uma proporção de 21,3% para 6,7% em 2013 (-14,6 p.p.).

As emissões provenientes da atividade agrícola têm vindo continuamente a baixar assim como as provenientes do setor energético, que apresentou uma taxa de crescimento média anual negativa de 4,2% no período 2005-2012, mantendo contudo praticamente inalterado o seu elevado contributo para o total de emissões sem LULUCF (sigla inglesa: LULUCF, *Land Use, Land-Use Change and Forestry*). Destaca-se pela negativa o desempenho do setor dos resíduos que evoluiu a uma taxa média de crescimento anual de 1,4% desde 1990.

Após um período (1990-2005) marcado pelo crescimento do potencial de efeito de estufa (somatório dos três principais gases de efeito de estufa: dióxido de carbono, o óxido nitroso e metano) com e sem LULUCF, deu-se início em 2005 a uma inflexão desta tendência, com a emissão dos GEE a decrescer a um ritmo anual de 5,6% (com LULUCF) e 3,6% (sem LULUCF) no período 2005-2012. Em 2012, as emissões de gases de efeito estufa sem LULUCF foram cerca de 67 039 kt de CO₂eq (67 780 kt de CO₂eq em 2011) e com LULUCF foram de 53 590 kt de CO₂eq (51 371 kt de CO₂eq), o que resulta de um sequestro líquido de 13 450 kt de CO₂eq por parte do setor LULUCF (16 409 kt de CO₂eq). Desta forma a diminuição do sequestro líquido ocorrida em 2012, a mais baixa desde 2006, indicia uma desaceleração do ritmo de decréscimo do potencial de efeito de estufa.

Manutenção em 2013 dos indicadores positivos para a qualidade do ar e da água para consumo. Na relação entre a geração de riqueza e o consumo de recursos naturais e materiais, o ano de 2013 caracterizou-se pela desmaterialização e desnitrificação. Em 2012 (último ano de informação disponível para as emissões) constata-se que não houve descarbonização da economia.

O índice de qualidade do ar traduz a qualidade do ar em Portugal, no qual são considerados poluentes como o dióxido de azoto (NO₂), o ozono (O₃) e as partículas inaláveis com diâmetro inferior a 10 µm (PM₁₀).

Em 2013, 77,4% dos dias apresentaram qualidade do ar “bom” e 15,3% qualidade “médio”. Estas duas classes de qualidade foram igualmente dominantes nos restantes anos da série em análise. O ano de 2013 ficou marcado pela mais baixa proporção de dias com qualidade “muito bom” da série temporal em análise (4,9%).

De acordo com os dados mais recentes sobre o controlo da qualidade da água para consumo humano, é possível pela primeira vez disponibilizar o indicador de Água Segura representativo para Portugal no ano de 2013 e que se estima em 98,2%. Ao nível regional temos em primeiro lugar a Região Autónoma dos Açores (disponibiliza dados pela primeira vez) com o resultado de 98,33% de água segura, seguido do Continente com 98,27% e depois a Região Autónoma da Madeira com 97,80%.

Desde 2010 que o indicador tem apresentado no Continente e na Região Autónoma da Madeira uma convergência sustentada culminando no ano de 2013 com uma aproximação quase plena da Madeira com as restantes regiões. Em termos comparativos, no quadriénio 2010-2013, assinala-se um aumento de 0,96 p.p. no Continente e de 18,10 p.p. na Região Autónoma da Madeira, podendo afirmar-se que a água na torneira é genericamente de boa qualidade.

A presença da bandeira azul nas zonas balneares corresponde à atribuição de um galardão ambiental aos municípios que administram os seus ambientes costeiros, fluviais e zonas balneares, de forma a respeitar o ambiente. Para receber a Bandeira Azul, a comunidade e a sua zona balnear têm de cumprir um conjunto de critérios que vão desde a informação e educação ambiental, à qualidade da água de banho e do ambiente costeiro, à informação, segurança, equipamentos e serviços.

Em 2014, Portugal apresentou o maior número de bandeiras azuis do período em apreço. As 298 praias hasteadas este verão correspondem a 53,5% do total de praias classificadas, a maior proporção dos últimos doze anos. Em termos de regiões hidrográficas, destacam-se as regiões do Algarve e Norte pelo maior número de bandeiras azuis hasteadas e as regiões do Alentejo e do Centro por serem as que, em termos relativos face a 2003, maior número de galardões conquistaram.

Tendo em conta a interação existente entre a atividade económica e o meio ambiente, torna-se necessário medir a eficiência das produções e consumos ambientais e dos recursos naturais. A monitorização das tendências para a dissociação dos recursos (decoupling na terminologia inglesa) da atividade económica é uma das abordagens utilizadas para medir a pressão sobre o meio ambiente.

Em 2013 verificou-se uma desnitrificação, isto é, um decréscimo no balanço do azoto por hectare (-3,3%), mas uma evolução positiva da produção agrícola (+2,2%). Apesar de se verificar uma dissociação absoluta entre o balanço do azoto e a produção agrícola neste ano, ao longo do período em análise várias são as situações identificadas não sendo possível identificar uma tendência clara de dissociação.

Por seu lado, o consumo interno de materiais (DMC) revela uma desmaterialização relativa em 2013 face ao PIB, com um decréscimo de 11,7% face a 2012, para uma redução de 1,4% do PIB. Também nesta situação não se verifica uma tendência clara para a dissociação entre o crescimento do PIB e a variação do consumo de materiais. No entanto, entre 1996 e 2000 predominou a dissociação relativa e a não dissociação destas grandezas, enquanto a dissociação absoluta das duas grandezas ocorreu após o ano 2000.

Relativamente às emissões de GEE, verificou-se em 2012 uma variação negativa de 0,8%, menos acentuada quando comparada à do PIB (-3,3%), o que corresponde a uma situação de não dissociação. Na maioria dos anos da série em análise, no entanto, verifica-se dissociação, absoluta ou relativa, entre a variação do PIB e as emissões de GEE.

A resposta da sociedade às pressões sobre o ambiente passa pela formulação de medidas políticas, tais como normas legais, taxas e benefícios fiscais e disseminação da informação ambiental.

O Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de setembro, estabelece as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural sustentável e tem como objetivo, designadamente, a melhoria do ambiente e da paisagem rural.

As medidas agroambientais visam promover a adoção de formas de exploração das terras agrícolas com benefícios ambientais ao nível da água, do solo e do ar e a utilização sustentada dos recursos genéticos autóctones. Em 2013, cerca de 24 mil agricultores (26 mil em 2012) receberam apoios no âmbito das Medidas Agroambientais (MAA) do PRODER/PRODERAM/PRORURAL (Programas de Desenvolvimento Rural nacionais, RURIS/PDRu Açores/PDRu Madeira – 2000-2006 e PRODER/PRODERAM/PRORURAL – 2007-2013), num total de 77 milhões de euros (78 milhões em 2012).

Desde o início dos programas nacionais de desenvolvimento rural que a adesão tem vindo a diminuir, quer em número de beneficiários, quer em montantes pagos. Em 2013 foram 24 477 os beneficiários destas medidas (-44 159 que no início do programa e -1 404 que em 2012) que auferiram um montante de 76,9 milhões de euros (-24,8 milhões que no primeiro ano de adesão e -1,4 milhões que em 2012). Comparativamente a 2012, o decréscimo nos montantes pagos incidiu em particular nas medidas “Modo de produção integrada” e “Modo de produção biológico” com decréscimos de 1,3 milhões de euros e 1,1 milhões de euros, respetivamente. Para esta situação contribuiu a redução do número de beneficiários que se verificou em cada uma destas medidas, -8,7% e -9,9% respetivamente.

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) têm como objetivo a integração das diferentes vertentes da política para os espaços florestais e, especialmente, em regiões afetadas por agentes bióticos e abióticos e que necessitem de um processo rápido de recuperação (Decreto-Lei n.º 15/2009).

Em 2014 estavam constituídas 163 ZIF, mais 1 que em 2013 e mais 151 relativamente a 2007. O número de ZIF constituídas no Continente registou um crescimento acentuado até 2012 (taxa média de crescimento anual de 68,3%), ano a partir do qual o número de ZIF apresenta uma tendência para a estabilização.

Ao abrigo do Protocolo de Quioto e do acordo da partilha de responsabilidades, Portugal deverá limitar em 27% o aumento das emissões de GEE, no período 2008-2012, face ao valor de referência ajustado a partir do registo de 1990.

Tendo em conta este limiar, verifica-se que, entre 1999 e 2008, as emissões de GEE ultrapassaram a meta estipulada. Contudo, desde 2009 que o nível de emissões se encontra abaixo da meta. Em 2012, a taxa das emissões face à meta era de 13%, superando a meta em 12 p.p., o que corresponde a um nível de emissões superior em apenas 15% ao valor registado em 1990.

As partículas inaláveis, e com potencial para causar efeitos nocivos na saúde, podem provir de fontes naturais (erupções vulcânicas, incêndios florestais, pólen, transporte atmosférico de partículas provenientes de regiões áridas) e antropogénicas (indústrias, pedreiras, transportes). Para a proteção da saúde humana, de acordo com o Decreto-Lei nº 102/2010, de 23 de setembro, não é permitido ultrapassar o limite de 40 $\mu\text{m}/\text{m}^3$ da concentração média anual de PM10.

Relativamente às partículas inaláveis com diâmetro inferior a 10 μm , constatou-se um aumento de 5,3% da concentração média anual deste poluente, entre 2012 e 2013. Contudo, verifica-se que, no período de 2009 a 2013, as concentrações médias anuais estiveram muito abaixo daquele limite, situando-se nos 20 $\mu\text{m}/\text{m}^3$ em 2012.

Em 2012, 47,6% da eletricidade produzida e 24,6% do consumo final bruto de energia, segundo metodologia Eurostat, resultaram de recursos endógenos renováveis (em 2011 estes indicadores foram respetivamente 45,9% e 24,5%). De referir que o objetivo para 2020 é que 60% da eletricidade produzida e 31% do consumo final bruto de energia resultem de recursos endógenos renováveis.

A carga tributária com impostos ambientais fixou-se nos 5 mil milhões de euros, representando o valor mais baixo para o período compreendido entre 2006 e 2012. Ao longo deste período, a redução da receita fiscal com estes impostos superou os mil milhões de euros (1 152 milhões de euros). Em 2012, o valor observado foi inferior em 9,7% ao registado em 2011, redução que foi mais intensa que a observada para a totalidade da receita de impostos e contribuições sociais (variação de -6,1%).

As despesas (correntes e de capital) com a proteção do ambiente aplicadas pelas Administrações Públicas, indústria (extrativa, transformadora, eletricidade, gás e água) e produtores especializados (empresas públicas e privadas especializada em serviços ambientais, como a recolha de resíduos e saneamento de águas residuais) totalizaram 3,1 mil milhões de euros em 2013, mais 1,8% que em 2012. Comparativamente a 2012, as despesas das Administrações Públicas e da indústria aumentaram, respetivamente, 18,5% (992 milhões de euros) e 3,0% (326 milhões de euros), ao contrário dos produtores especializados que diminuíram 5,8% (1 806 milhões de euros).

Em 2012, as despesas em ambiente/habitante/ano totalizaram 299 euros, pouco mais de metade da UE-28, cujo indicador ascendeu a 566 euros/habitante/ano. No conjunto dos países comunitários para os quais existe informação disponível, Portugal surge atrás do Luxemburgo que apresenta uma despesa 3,6 vezes superior à de Portugal e quase duas vezes superior à média da UE-28.

Em 2013 verificou-se uma recuperação do investimento nas atividades de proteção do ambiente em todos os setores, com um acréscimo de 21,0% face a 2012. As Administrações Públicas registaram um aumento de 42,5%, os produtores especializados 14,5% e a indústria de 8,2%. No entanto, apenas as Administrações Públicas atingiram o nível de investimento próximo de 2010 com 113 milhões de euros, em oposição aos produtores especializados que reduziram 29 milhões de euros (112 milhões de euros em 2013) e a indústria com menos 74 milhões de euros (90 milhões em 2013).

A nível de investimento em ambiente em percentagem do PIB, Portugal posicionou-se na última posição com 0,19% do PIB, muito abaixo da média europeia que se situou nos 2,20% do PIB. A importância do investimento ambiental em percentagem do PIB é consideravelmente mais elevada nos países da Europa Central e Balcãs o que estará relacionado com as últimas adesões à UE-28, uma vez que esta exigiu contrapartidas que se refletiram em despesas com ativos fixos, necessárias para cumprir a legislação ambiental Europeia.

No período 2010-2013, a adesão do parque empresarial à adoção de medidas de proteção ambiental no processo produtivo foi inconstante, apresentando um pico em 2011 com 16,5% de empresas, para no ano seguinte diminuir para o nível mais baixo da série. Em 2013, a proporção de empresas que adotaram medidas de proteção ambiental aumentou 2 p.p. face a 2012, ultrapassando o nível de 2010, com 13,8% das empresas a apresentarem este tipo de compromisso.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), no período 2007-2013, tem por objetivo estratégico a qualificação dos recursos humanos, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial. A prossecução deste propósito é concretizada através do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e dos Programas Operacionais Regionais. Até final de julho de 2014 foram aprovadas operações de investimento associadas ao ambiente que ascenderam a 3 746 milhões de euros, 9,7% dos 38 746 milhões de euros dos investimentos totais aprovados no âmbito das operações financiadas pelo programa QREN 2007-2013. O montante do fundo executado correspondente a operações de ambiente ascendeu a cerca de 2,7 milhões de euros, 71,0% do total do investimento aprovado. A taxa de execução no final de julho de 2014 era de 64,2% que compara com 55,5% no final de 2013.

EXECUTIVE SUMMARY

INE releases in digital format “Environment Statistics” having 2013 as the reference period. This publication is organized into 14 chapters with economic, financial and physical analysis, as well statistical tables, figures and maps. This press release presents a summary of the main indicators, using DPSIR model (Driving Forces, Pressure, State, Impact, Response), developed by the European Environment Agency and is based on a systemic analysis of the relationship between environmental system and human and economic system, reflecting the interaction between these systems on the basis of cause and effect (EEA 1999).

Negative variations but less intense in private consumption, public consumption and investment, significant deceleration in inflation, rising labor costs and further reduction of the resident population characterizes the socio-economic and demographic matrix of Portugal in 2013. In the European Union (EU-28), the trends were similar (zero GDP growth, slowing inflation rate and increase in the unemployment rate) but less pronounced. The exception is the resident population that, differing to the national demographic matrix, shows a growing trend.

The driving forces, measurable by providing information on the socio-economic developments, changes in lifestyle, consumption levels and production, influence the pressure on the environment and are particularly relevant in the context of climate change.

In 2013 the negative GDP growth (-1.4%) was less intense compared to 2012 (-3.3%) and 2011 (-1.8%). Unless sharp decline in GDP growth in 2013 resulted from the less negative contribution of domestic demand, reflecting trends in the same direction in private consumption and to a lesser extent, investment and government consumption. Private consumption (final consumption expenditure of households and Non-Profit Institutions Serving Households - NPISH) recorded a decrease in volume of 1.4% (-5.2% in 2012). Investment (Gross Fixed Capital Formation), which since 2008 has shown negative growth, decreased in real terms by 6.3% in 2013 (-15.0% in 2012). Public consumption in 2013 decreased by 1.9% in volume (-4.3% in 2012).

Given the variable impact of economic activities on the environment is important to assess their relative performance.

With consecutive negative change rates from 2008, the Construction industry GVA was the aggregate that lost more importance in the composition of total GVA, from 7.3% in 2007 to 4.2% in 2013. The financial activities, insurance and real estate observed positive growth rates by 2010 and negative in 2012 and 2013, but still contributed over 2007, with over 0.7 percentage points to total GVA. The agriculture activity presented the most significant positive growth rate in 2013 and contributed to the total GVA with over 0.2 pp compared to 2007. The second major positive growth rate in 2013 occurred in the industry, succeeding three consecutive negative rates. Compared to 2007 increased by only 0.1pp its importance in the total GVA.

Demography is one of the main driving forces that currently is leading to significant changes in the environment. However, demographic trends point to a slowdown in population growth in Portugal which eventually diminishes the pressures on the environment. In recent years there has been a population decrease, combined with a continued process of population aging.

The resident population in Portugal increased gradually from 2000 to 2009, reaching a maximum of 10,573,479 individuals. Despite the increase in population, there was a slowdown in population growth in this period. In 2012 the resident population lost nearly 60 000 inhabitants, reaching in 2013 a total of 10,427,301 individuals. For this cut contributed the natural balance of -23,756 inhabitants (-17,757 in 2012) and above all the migratory balance of -36 232 individuals (-37,352 in 2012).

Renewable sources more than offset the 1.0% increase in energy consumption in 2013. Waste generation increased 11.1% compared to 2012. Decreased net kidnapping occurred in 2012, the lowest since 2006, indicating a slowdown in the decrease the potential greenhouse effect.

The energy sector is the largest emitter of greenhouse gases (GHG), contributing in 2012 with 69.4% to national emissions (71.4% in 2011). This sector has a strong environmental impact, either by the consumption of fossil fuels with a finite availability or essentially because it generates through the consumption of these fuels a considerable level of GHG emissions, in particular carbon dioxide (CO₂) directly related to climate change.

In 2013, the primary energy consumption in Portugal was 21,704 ktoe, 1.0% more than in 2012 (21 482 ktoe). However, the primary energy consumption decreased in the period 2009/2013, due to the reduction of primary energy consumption between 2009 and 2012 (-10.2%), promoted mainly by the decrease in oil consumption (-19.4%).

Net imports of primary energy gradually decreased between 2009 and 2013 at an annual average growth rate of 4.2%. Despite the increase in primary energy consumption in 2013, net imports decreased 5.7% due to increased consumption of renewable energy (+ 19.6% in 2013 compared with 3.2% in 2012).

The primary energy consumption by source reveals that, despite the downward trend, oil dependence remains very high (44.4% in 2013, compared with 46.3% for the average 2009-2013). Natural gas is the second most consumed energy source in 2013 with 17.4% (18.4% in 2012), followed by coal with 12.2% (13.6% in 2012).

Portugal is rich in some resources (water, wind, sun, biomass) and has no reserves of fossil fuels, which justifies the investment in renewable energy and energy efficiency.

In 2013, the installed capacity of renewable energy to produce electricity in Portugal amounted to 11 311.80 MW (11 052.33 MW in 2012), 48.9% corresponding to the installed hydropower, followed by wind energy with a share of 41.8%. Between 2009 and 2013 the total installed power in Portugal showed an annual average growth rate of 5.6%, mainly due to the growth of wind farms, which showed an average annual growth rate of 7.3%.

Between 2009 and 2013 the contribution of renewable sources was 22.4% and 48.8% of the total primary energy consumption and total electricity production.

In 2012 (the last year for which there is available data for the EU-28), Portugal had the seventh largest share of renewable energy in the EU-28. In 2012 the renewable energy represented 14.1% of gross final energy consumption in the EU-28 (12.9% in 2011) and 24.6% in Portugal (24.5% in 2011). For the production of electricity from renewable energy sources, Portugal had in 2012 a 47.6% rate of incorporation, the third largest of EU-28, after Austria (65.5%) and Sweden (60.0%), and well above the European average (23.5%).

In the period 2009-2013 the consumption of road transportation fuels decreased constantly. On annual basis average the diesel consumption decreases 5.8% and gasoline consumption decreases 7.5%. Although relatively low the consumption of LPG have been raising on an annual average of 5.3% in the same period.

In 2013 for each LPG motor vehicles on circulation there was 63,9 vehicles on diesel oil motors (68,3 in 2012) and 40,8 vehicles moved on gasoline (44.5 in 2012).

In 2013 Portugal generated 15.8 million tons of waste (municipal and industrial), an additional 1.6 million tons of waste (+11.1%) comparing with 2012.

The ratio of quantities of waste by GDP is commonly accepted to evaluate economy efficiency, being an economy rather efficient the lesser the quantities of waste generated by GDP value. Nevertheless, we have to take into account some reservations when reading or evaluating such kind of indicators. The level of development of an economy (in general, a society more evolved and more complex generates more waste) and the existing production structures and industrial conditions in a country determines the kind of waste generated.

When comparing among the EU28, Portugal is placed on the third position starting with the countries having the lowest ratio of waste by GDP. Such position and condition is determined by the fact that Portugal is the ninth country in the less waste production list of countries and sorts out in the middle (fifteenth) of the EU 28 countries rank regarding GDP value. Denmark, with nearly half of the portuguese population and a GDP of 1.4 times the value of the portuguese GDP, leads the indicator ranking due to the fact that generates an amount of waste similar to Portugal and is ranked on 11th largest GDP in the EU28. Croatia is ranked on second in what concerns the countries with lowest waste / GDP ratio indicator. With a population equivalent to 2/5 of the portuguese population and a GDP corresponding to 1/4 of the portuguese GDP, Croatia is placed on 4th on the EU28 with less waste generation list and ranked in the 20th position in the EU28 largest GDP rank. On the last position in the indicator ranking is Bulgaria, with a population of 2/3 the portuguese population is the 7th largest waste producer and the 7th country with the lowest GDP in the EU28.

In 2013 Portugal generated 4.6 million tons of municipal waste, an amount 3.5% lower than the 2012 quantity. In the 2009-2013 time frame the amounts of municipal waste decreases on an annual average of 4.4%, falling a total of 900 thousand tons of waste from a maximum of 5.5 million tons in 2009. Such trend in the five years period is determined by the economic and social environment characterized by lowering consumption levels and consequently less amounts of waste generated.

Regarding the per capita generation of municipal waste each inhabitant in Portugal generates approximately 440 kg of waste in 2013, corresponding to a daily production of 1.2 kg per capita.

The comparison with the EU-28 partners (2012 data) placed Portugal below the EU average with a difference of nearly 47 kg per capita. Denmark, Cyprus, Luxembourg and Germany are the member states that generate more municipal waste per capita, each one above 600 kg per capita. On the opposite position sorts out member states Romania, Estonia, Latvia and the Czech Republic with the lowest per capita waste generation, in quantities which are less than half of the quantities of the countries in the top of the list. Greece with 503 kg / inhabitant per year and the UK with 472 kg / inhabitant per year are the 2 member states with the closest results to the per capita EU-28 average of 487 kg / inhabitant per year.

Despite the significant reduction and the gradual downward trend of the quantities of waste disposed of in landfills in the period 2009-2013 (average annual reduction of 8.71%), in 2013 nearly 50% of the municipal waste managed was sent out to landfill. This past year, the amounts of municipal waste submitted to organic recovery and recyclables recovery, amounted to a total of 1.2 million tons, approximately 26% of total waste.

In the period 2009-2013, the economic activities in Portugal, generates about 57 million tons of waste. In 2013, the estimation points to a value of production of 11.2 million tons, an increase of 18.5% comparing with 2012, reversing the downward trend that was estimated for the biennium 2011 -2012.

In structural terms in the period 2009-2013 it appears that the proportion and significance of the various sectors has not changed substantially over the five years, except for the waste management and recovery sector, which increases almost 10 percentage points, from a proportion of 26.9% in 2009 up to 36.7% in 2013, meaning an increase of transfers of the same waste flows between different waste before it's recovery or disposal. On the contrary the trade and services sector decreases from a proportion of 21.3% down to 6.7% in 2013 (-14.6 percentage points).

Air emissions from agricultural activities have decreased continuously between 2005 and 2012. Emissions from the energy sector had a negative annual average growth rate of 4.2% for the same period, although maintaining its high contribution to the total emissions without LULUCF (English acronym: LULUCF, Land Use, Land-Use Change and Forestry). Waste industry stands out for its negative performance, growing at an annual average rate of 1.4% since 1990.

Greenhouse gases potential increased since 1990 to 2005 (sum of the three main greenhouse gases: carbon dioxide, nitrous oxide and methane), with and without LULUCF. After 2005 there was a trend reversal, with the GHG decreasing at an annual rate of 5.6% (with LULUCF) and 3.6% (without LULUCF).

In 2012 greenhouse gases emissions without LULUCF reached 67 039 kt CO₂ eq (67 780 kt CO₂ eq in 2011) and 53,590 kt CO₂ eq with LULUCF (51 371 kt CO₂ eq). The LULUCF sector was responsible for a net sequestration of 13 450 kt CO₂ eq (16 409 kt CO₂ eq). The net sequestration decrease in 2012, the lowest since 2006, had as consequence a slowdown in the decrease of greenhouse gases potential.

Indicators for the air quality and drinking water continued to show a positive behavior. Taking into account the relation between wealth generation and natural resources and materials consumption, 2013 was characterized by dematerialization and denitrification. In 2012 (the latest year with available information on emissions) there was no decarbonisation of the economy.

The air quality index reflects the air quality in Portugal, considering pollutants such as nitrogen dioxide (NO₂), ozone (O₃) and fine particles with less than 10 micrometers in diameter (PM₁₀).

In 2013, 77.4% of the days showed "good" air quality and 15.3% "medium" quality. These two quality grades were also dominant in the remaining years. 2013 had the lowest proportion of days with "very good" air quality of the time period.

According to the latest data on the monitoring of drinking water quality, it is possible to provide for the first time in 2013 the all territory indicator of Safe Water for Portugal estimated at 98.2%. At the regional level we have in first the Autonomous Region of Azores (first year data availability) with the result of 98.33%, followed by Mainland territory with 98.27% and then the Autonomous Region of Madeira with 97.80 %.

Since 2010 the indicator of Safe Water has shown in the Mainland and in the Autonomous Region of Madeira a sustained convergence. Within the four years period 2010-2013, the drinking water quality indicator increases 0.96 percentage points in the Mainland and 18.10 percentage points in Autonomous Region of Madeira, leading to a generally good quality of the water on tap.

The Blue Flag attributed to bathing areas or beaches corresponds to the recognition of an environmental friendly excellence awarded to municipalities that manage their coastal, river and other inland bathing areas according to standards in order to protect and respect the environment. To receive the Blue Flag, the municipalities and its bathing areas must meet a set of criteria ranging from environmental information and education, the quality of the bathing water and the coastal environment, information, safety, equipment and services provided to users.

In 2014 Portugal had the highest number of blue flags ever. The 298 beaches classified this summer with the Blue Flag Award correspond to 53.5% of the total existing bathing areas (beaches) in the country, highest proportion in the last twelve years period. In terms of river basin districts, the Algarve and Norte regions hoisted the ever largest number of Blue Flags, while Alentejo and Centro regions since 2003 reveal the highest proportion increase of beaches recognised with the BFA.

Given the interaction between economic activity and the environment, it is necessary to measure the efficiency of production and consumption environmental and natural resources. Monitoring trends for dissociation of resources (decoupling in English terminology) from economic activity is one of the approaches used for measuring pressure on the environment.

In 2013 there was a denitrification, ie, a decrease in the nitrogen balance per hectare (-3.3%), contrary to the agricultural production evolution (+ 2.2%). Although there is an absolute decoupling between nitrogen balance and agricultural production in 2013, during the period under is not possible to identify a clear trend of dissociation.

The Domestic Material Consumption (DMC) showed relative decoupling in 2013 with GDP, decreasing 11.7% and 1.4% respectively in relation to 2012. However, there is no clear trend towards the decoupling of GDP growth and the change in the consumption of materials.

With regard to GHG emissions, there was in 2012 a reduction of 0.8%, a variation less pronounced when compared to GDP (-3.3%), which corresponds to a situation of no decoupling. For the time period in analysis, however, there is decoupling between GDP growth and GHG emissions, neither absolute neither relative.

The society response to pressures on the environment implies the formulation of policy measures, such as regulations, tax rates and benefits and dissemination of environmental information.

Regulation (EC) No 1698/2005 of the Council of 20 September established general rules for sustainable rural development support and aimed in particular to improve the environment and the rural areas.

In 2013, 24 000 farmers (26,000 in 2012) received support under the Agri-Environmental Measures (Rural Development Program), receiving a total of EUR 77 million (78 million in 2012).

Since the beginning of the national rural development programs that the number of beneficiaries and payments has been declining. In 2013 there were 24 477 beneficiaries of these measures (less 44,159 than in the beginning of the program and less 1 404 than in 2012), which received a total amount of 76.9 million euros (-24.8 million than in the first year of membership and -1.4 million than in 2012).

The Forest Intervention Areas (ZIF) aim to integrate different aspects of policy for forest areas and especially in regions affected by biotic and abiotic agents and in need of a quick recovery process (Law No. 15/2009).

In 2014 there were 163 ZIF, one more than in 2013 and 151 more compared to 2007. The number of ZIF in the Mainland showed a higher growth until 2012 (annual average growth rate of 68.3%), stabilizing since then.

Under the Kyoto Protocol and the agreement of shared responsibility, Portugal should limit by 27% the increase of GHG emissions between 2008 and 2012, in comparison with the reference value set at 1990.

Given this threshold, between 1999 and 2008 GHG emissions exceeded the set target. However, since 2009 the emissions level has been below the target.

Small particles with potential to cause harmful health effects can come from natural sources (volcanic eruptions, forest fires, pollen, atmospheric transport of particles from arid regions) and anthropogenic sources (industry, quarrying, transport). For the protection of human health, according to Decree-Law No. 102/2010 of 23 September, the annual average of PM_{10} cannot exceed the limit of $40 \mu m^3$.

In 2012 and 2013 the annual average concentration of inhalable particles with less than 10 micrometers in diameter (PM_{10}) increased 5.3%. However, for the time period 2009-2013 the annual average concentrations have been below the legal limit ($20 \mu m^3$ in 2012).

In 2012, 47.6% of the electricity produced and 24.6% of gross final energy consumption, according to Eurostat methodology, resulted from renewable resources (in 2011 these indicators were respectively 45.9% and 24.5%). The target for 2020 is that 60% of the electricity produced and 31% of gross final consumption of energy are originated from renewable resources.

The tax burden with environmental taxes stood at 5 billion Euros, which is the lowest value for the period between 2006 and 2012. Over this period, the reduction in tax revenue surpassed one billion Euros (EUR 1 152 million). In 2012, the value was lower by 9.7% that recorded in 2011, a reduction that was more intense than that observed for the entire tax revenues and social contributions (variation -6.1%).

Environmental protection expenditure (current and capital) applied by General Government, Industry (mining and quarrying, manufacturing, electricity, gas and water) and Specialized Producers (public and private companies specializing in environmental services such as waste collection and wastewater treatment) spent €3,1 billion euro in 2013, 1.8% more than in 2012. Compared to 2012, the Public Sector expenditure and Industry increased respectively 18.5% (€992 million) and 3.0% (€326 million), in opposition to Specialized Producers that declined by 5.8% (€1 806 million).

In 2012, environment expenditure/inhabitant/year totaled €299, just over half of the EU-28, whose indicator amounted to €566/inhabitant/year. In all Community countries for which information is available, Portugal is behind Luxembourg presenting an expense 3.6 times that of Portugal and almost twice the average EU-28.

In 2013, investment in environmental protection activities recovered in all sectors, with an increase of 21.0% over 2012. The General Government increased 42.5%, Specialized Producers 14.5% and Industry 8.2%. However, only the General Government reached the investment level close 2010 with €113 million, as opposed to Specialized Producers that reduced €29 million (€112 million in 2013) and the Industry with less €74 million (€90 million in 2013).

The investment level in the environment as a percentage of GDP, Portugal has positioned in the last position with 0.19% of GDP, well below the european average which stood at 2.20% of GDP. The importance of environmental investment as a percentage of GDP is considerably higher in the countries of Central Europe and the Balkans which is related to the latest membership joining to the EU-28, since this required counterparts as reflected in expenditure on fixed assets, necessary to comply with European environmental legislation.

In the period 2010 - 2013 the business park joining to the adoption of environmental protection measures in the production process was inconsistent, with a peak in 2011 with 16.5% of companies for the following year decreased to the lowest level of the series. In 2013, the proportion of companies that have adopted environmental protection measures increased 2 p.p. compared to 2012, exceeding the 2010 level, with 13.8% of the companies had this kind of commitment.

The National Strategic Reference Framework (QREN) for the period 2007-2013 has the strategic objective of qualification of human resources, valuing the knowledge, science, technology and innovation and the promotion of high and sustained levels of economic and socio-cultural development and territorial qualification. The Operational Programme for Territorial Enhancement (POVT) and the Regional Operational Programmes are used to achieve this goal.

By the end of July 2014 investment operations associated with the environment were approved in a total amount of EUR 3 746 million, 9.7% of the total approved for investments in operations financed by the QREN 2007-2013 (EUR 38 746 million).

Environmental QREN executed reached EUR 2.7 million, 71.0% of the total approved investment. The implementation rate at the end of July 2014 was 64.2% compared with 55.5% at the end of 2013.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Valor confidencial
X	Dado não disponível
ø	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
//	Não aplicável
Po	Valor provisório
Pe	Valor preliminar
Rv	Valor revisto

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAE	Associação Bandeira Azul da Europa
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
AP	Áreas Protegidas
APA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
ARH	Administração de Região Hidrográfica
CAE - Rev. 3	Classificação das Atividades Económicas - Revisão 3
CE	Comunidade Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão
CH ₄	Metano
CIRVER	Centros Integrados de Recuperação e Valorização de Resíduos
CITES	Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
CN	Cabeça Normal
°C	Graus Celsius
CO	Monóxido de Carbono
CO ₂	Dióxido de Carbono
COV	Compostos Orgânicos Voláteis
COVNM	Compostos Orgânicos Voláteis Não Metanos
DMC	Consumo Interno de Materiais
DMI	Entrada Direta de Materiais
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGEG	Direção Geral de Energia e Geologia
DRA	Direção Regional do Ambiente
DRDR	Direção Regional do Desenvolvimento Rural

DREM	Direção Regional de Estatísticas da Madeira
DGADR	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DRF	Direção Regional de Florestas
EMAS	Sistema Comunitário de Auditoria e Ecogestão
ENE	Estratégia Nacional para a Energia
EPS	Escalões de Pessoal ao Serviço
eq.	Equivalente
ERSAR	Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos, I.P.
ERSARA	Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos dos Açores
EUR	Euros
EUROSTAT	Statistical Office of the European Union
EVN	Escalão de Volume de Negócios
Expl.	Explorações agrícolas
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FPC	Fundo Português do Carbono
FSE	Fundo Social Europeu
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
GEE	Gases de Efeito de Estufa
GPP	Gabinete de Planeamento e Políticas
ha	Hectare
hab	Habitante
INAG	Instituto da Água, I.P.
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.
IMPA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
ISAAA	International Service for the Acquisition of Agro-biotech Applications
ISFL	Instituições Sem Fins Lucrativos
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
kg	Quilograma
kt	Quilotonelada
ktep	Quilotonelada equivalente de petróleo
l	Litro
LULUCF	<i>Land Use, Land-Use Change and Forestry</i>

m ³	Metro cúbico
MAA	Medidas Agro-Ambientais
mm	Milímetros
MIRR	Mapa Integrado de Registo de Resíduos
MRRU	Mapa de Registo de Resíduos Urbanos
MW	Mega Watt
N	Azoto
N ₂ O	Óxido Nitroso
NH ₃	Amónia
NOx	Óxidos de azoto
NPS	Número de Pessoas ao Serviço
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O ₃	Ozono
ONGA	Organizações Não-Governamentais de Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Posto de Cloragem
PDRu Açores	Plano de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2000-2006)
PDRu Madeira	Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (2000-2006)
PIB	Produto Interno Bruto
PM ₁₀	Partículas inaláveis com dimensão inferior a 10 micrômetros de diâmetro
PM _{2,5}	Partículas inaláveis com dimensão inferior a 2,5 micrômetros de diâmetro
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
PNALE	Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2007-2013)
PRODERAM	Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (2007-2013)
PRORURAL	Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2007-2013)
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
RIP	Resíduos Industriais Perigosos
RFCN	Rede Fundamental de Conservação da Natureza
RURIS	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2000-2006)
s.a.	Substância ativa
SAU	Superfície Agrícola Utilizada

SCIE	Sistema de Contas Integradas das Empresas
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SERIEE	Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente
SILIAmb	Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente
SIRAPA	Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente
SIRER	Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SOx	Óxido de Enxofre
SREA	Serviço Regional de Estatísticas dos Açores
SRA	Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais da Região Autónoma da Madeira
SRAA	Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente da Região Autónoma dos Açores
SRAF	Secretaria Regional da Agricultura e Floresta
SRIR	Sistema Regional de Informação sobre Resíduos
t	Tonelada
tep	Tonelada equivalente de petróleo
TOPF	Potencial de Formação do Ozono Troposférico
UE	União Europeia
µg/m³	Micrograma por metro cúbico de ar
VPPT	Valor da Produção Padrão Total
VVN	Volume de Negócios

INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E NÃO PUBLICADA

Em condições a acordar, dentro do regime de prestação de serviços, os dados relativos às variáveis inquiridas pelos questionários em anexo (desde que não se encontrem sujeitos a segredo estatístico) poderão ser fornecidos sob pedido específico dirigido ao INE.



**População
e atividades
humanas
com impacto
no ambiente**

1 - POPULAÇÃO E ATIVIDADES HUMANAS COM IMPACTO NO AMBIENTE

- O impacto ambiental define-se como o conjunto das alterações favoráveis e desfavoráveis produzidas em parâmetros ambientais e sociais, num determinado período de tempo e numa determinada área (situação de referência), resultantes da realização de um projeto, comparadas com a situação que ocorreria, nesse período de tempo e nessa área, se esse projeto não viesse a ter lugar (Decreto-lei nº 69/2000 de 3 de Maio).
- Todas as atividades humanas geram impactos ambientais em maior ou menor escala, nomeadamente as atividades relacionadas com a energia, as indústrias, a agricultura e os transportes.
- Neste capítulo, são apresentados diversos indicadores que permitem perceber a evolução, ao longo dos últimos anos, do ritmo de crescimento da população residente, dos respetivos níveis de consumo e do comportamento de algumas das principais atividades com impacto ambiental: a agricultura, a produção industrial, a produção e o consumo de energia.
- Esta abordagem permite avaliar o sentido da evolução da pressão exercida pelas atividades humanas sobre o ambiente e contribui para a definição de estratégias de prevenção relativamente aos impactos negativos que geram.



Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Variação populacional		Pressão 	Entre 2010 e 2013, a população residente registou um decréscimo de 145 mil habitantes.
Consumo privado		Pressão 	O consumo privado das famílias residentes apresentou em 2013 um valor total de 105 227 milhões de euros, refletindo uma variação negativa de 1,4% face a 2012 e reforçando o decréscimo já observado em 2011 face a 2010 (-5,2%).
Atividade agrícola		Pressão 	Em 2013 contabilizaram-se 264,4 mil explorações agrícolas, menos 40,8 mil que em 2009, o que corresponde a um decréscimo de 13,4%. No entanto, o abandono da atividade agrícola por um número considerável de produtores não se refletiu na Superfície Agrícola Utilizada (SAU), que não registou alterações significativas desde 2009, mantendo-se nos 3,6 milhões de hectares, cerca de 39,5% da superfície territorial.
Índice de Produção Industrial		Pressão 	O Índice de Produção Industrial apresentou um decréscimo de 6,1% em 2013, face a 2012, reforçando o decréscimo verificado em 2012 face a 2011 (-6,5%).
Consumo primário de energia	Redução no consumo de energia primária de 25% até 2020.	Pressão 	Em 2013, o consumo de energia primária em Portugal foi de 21 704 ktep, tendo aumentado 1,0% em relação a 2012 e contrariando o decréscimo que se observava desde 2009.
Consumo final de energia		Pressão 	O consumo de energia final em Portugal foi de 15 167 tep em 2013, realçando-se o decréscimo registado em 2012 (-5,3%).
Proporção de fontes renováveis no consumo de energia primária		Resposta 	A contribuição das fontes de energia renováveis para o consumo de energia primária foi de 24,5% em 2013, com um acréscimo de 11,8% face a 2012.
Produção de eletricidade a partir de fontes renováveis	Quota de 60% de fontes de energia renováveis no consumo final bruto de energia em 2020.	Resposta 	A energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis, cerca de 2 656 ktep em 2013, aumentou 49,5% face a 2012.
Veículos automóveis presumivelmente em circulação		Pressão 	Em 2013, os veículos automóveis presumivelmente em circulação aumentaram 1,1%.
Patentes verdes registadas em Portugal		Pressão 	Em 2012, o número de patentes verdes registado foi de 22, enquanto que em 2013 foi de apenas 9, o que corresponde a uma evolução negativa de 59,1%.

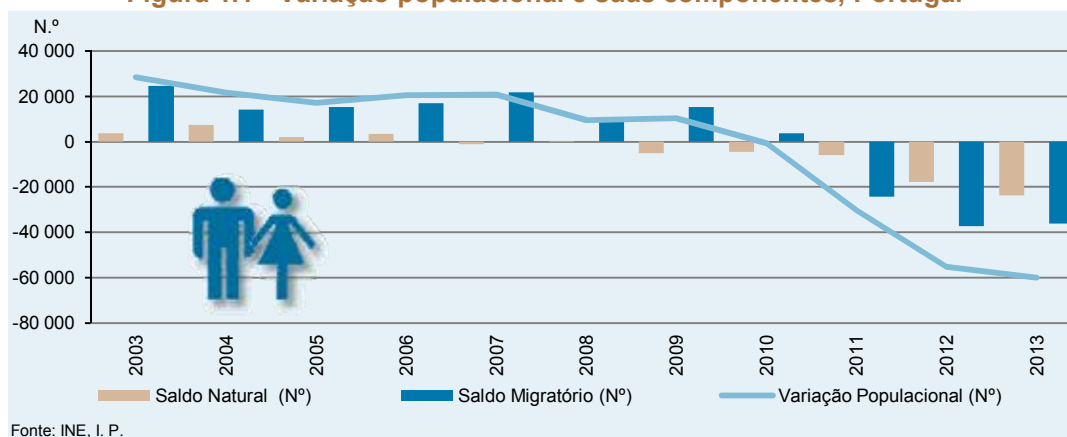


1.1 - POPULAÇÃO E ATIVIDADES ECONÓMICAS

1.1.1 - População

Não existe uma relação linear entre a taxa de crescimento efetivo da população e as alterações climáticas. No entanto, o crescimento continuado da população tem impactos negativos na medida em que exerce pressões sobre recursos naturais não renováveis como a terra arável, água potável, florestas e pescas.

Figura 1.1 - Variação populacional e suas componentes, Portugal



Em Portugal, desde 2000 que se observa uma desaceleração do ritmo de crescimento da população, verificando-se mesmo uma taxa de crescimento efetivo negativa desde 2010. De 2010 a 2013, Portugal perdeu mais de 145 mil pessoas, 41,3% só em 2013 (59 998 indivíduos).

Para este decréscimo da população concorreu o saldo migratório, negativo desde 2011 (saída para emigração de quase 100 mil pessoas entre 2011 e 2013) e o saldo natural, negativo de forma continuada desde 2009.

A composição da população também está relacionada com a pressão exercida no meio ambiente. O facto da taxa de crescimento migratório ser negativa em Portugal desde 2011 e tendo em conta que é geralmente a camada mais jovem da população a mais propensa para emigrar, a sua saída acaba por aliviar a pressão ambiental no país de origem, uma vez que estes indivíduos, muitos ainda a viver em casa dos pais, não irão a breve prazo contribuir em Portugal para a intensificação da urbanização nem para o crescimento da população. Paralelamente, a esperança de vida tem vindo a aumentar continuamente.

Figura 1.2 - Índice sintético de fecundidade, Portugal

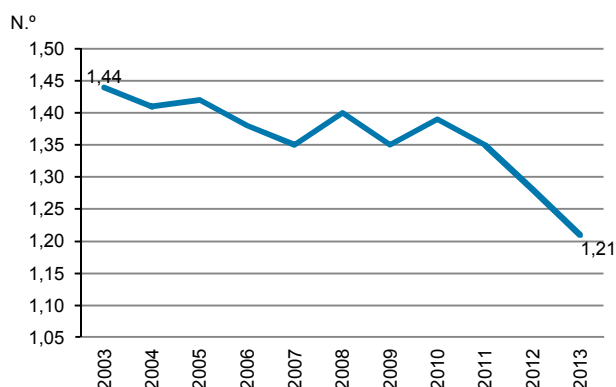
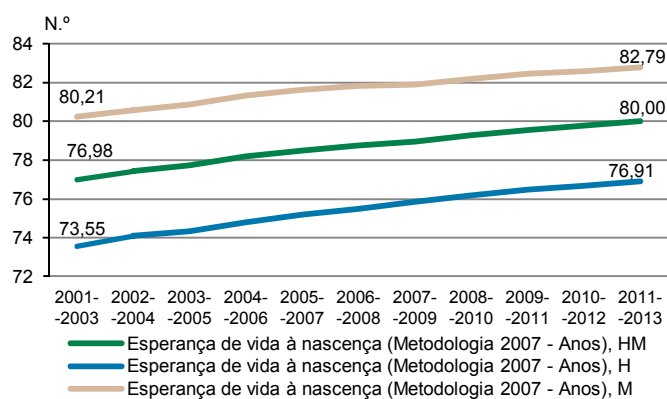


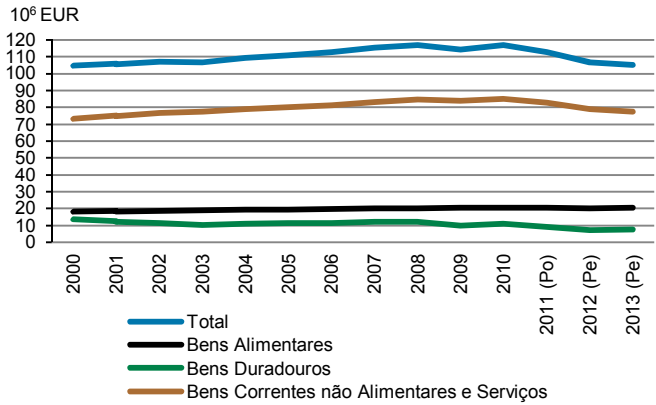
Figura 1.3 - Esperança de vida à nascença, Portugal



O retrato atual da população residente indicia, para além do decréscimo populacional nos últimos anos, um agravamento do envelhecimento demográfico. Esta tendência demográfica, ainda que preocupante em termos sociais, acaba por ser positiva em termos ambientais, embora a breve prazo o impacto nos serviços de saúde e prestação de serviços possa esbater a pressão negativa que a população exerce atualmente sobre o ambiente.

1.1.2 - Consumo privado

Figura 1.4 - Consumo privado (despesa de consumo final) - Dados encadeados em volume (ano de referência = 2011)



Fonte: INE, I. P.

No que diz respeito ao consumo privado das famílias e ao seu impacto no meio ambiente, há dois aspetos a salientar:

- a evolução do consumo das famílias, medida em volume, permite retratar da forma aproximada a variação da quantidade de alimentos por elas consumidos;
- a despesa de consumo das famílias por categoria de consumo, ou seja, o padrão da despesa (tipo de produtos e serviços consumidos).

No período 2000-2013, o consumo privado aumentou até 2008 a um ritmo médio anual de 1,4%, variação superior em 0,3 p.p. à evolução *per capita* (1,1%), uma vez que

neste período foi observado um aumento da população média residente. Até 2008, a evolução *per capita* do PIB foi inferior à do consumo privado em 0,6 p.p.

Com a crise financeira de 2008, assistiu-se à redução do consumo privado em 2009, tendência que, com exceção de 2010, se manteve até 2013, atingindo neste ano mínimos de 2001 (105 227 milhões de euros). Para esta situação terá contribuído a crise na zona euro e a forte desvalorização do dólar face às restantes moedas.

A análise por categoria de despesa revela que os montantes despendidos com alimentação e bebidas não se alteraram significativamente entre 2010 e 2013, verificando-se mesmo que em termos *per capita* a despesa tem vindo a aumentar desde 2000 a uma taxa média de variação anual de 0,8%. Assim em 2013 cada residente no território nacional gastou 1 954 euros com alimentação e bebidas (1 929 em 2012), absorvendo esta categoria de produtos 19,4% do total das despesas das famílias (19,0% em 2012 e 17,3% em 2000).

Não obstante o aumento da despesa verificado nesta categoria de produtos, a maioria das atuais tendências de consumo, nomeadamente de substituição de carnes vermelhas (potencialmente geradoras de maior emissão de GEE no ciclo de produção) por carnes brancas, a diminuição de produtos agrícolas importados com a concomitante redução de energia e emissões geradas pelo transporte a longa distância e o facto da agricultura em Portugal ser maioritariamente extensiva (centrada no desenvolvimento e adoção de práticas de agricultura sustentável) não se traduzem em pressões sobre o ambiente.

A despesa com bens duradouros foi a única que no período 2000-2013 baixou, tanto em termos relativos como absolutos. Em 2000, a importância da despesa das famílias com este tipo de bens representava 12,9% do total da despesa, enquanto em 2013 apenas refletia 7,1% do total. Em termos absolutos a despesa *per capita* baixou 45,7%, face a 2000, fixando-se nos 714 euros em 2013.

Os bens correntes não alimentares e serviços aumentaram a sua importância relativa na estrutura da despesa das famílias entre 2000 (69,8%) e 2013 (73,5%), com o ano de 2012 a estabelecer o máximo do período 2000-2013 (74,1%). Em termos nominais *per capita*, a despesa com este tipo de bens tem contudo diminuído desde 2010, não ultrapassando em 2013 os 7 394 euros, o valor mais baixo desde 2003.

Nestas duas últimas categorias de produtos, o decréscimo observado no respetivo consumo privado, indicia também uma menor pressão sobre o ambiente.

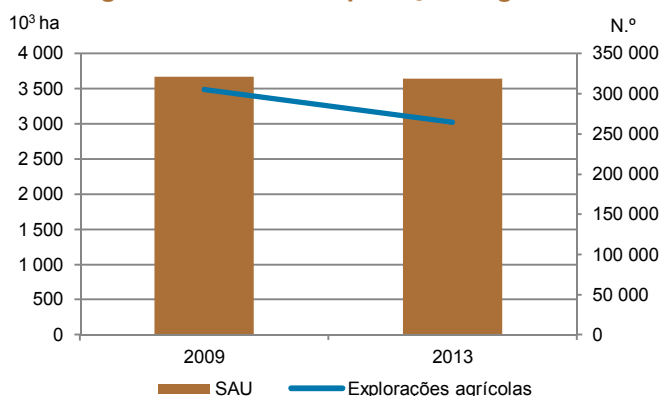


1.1.3. - Agricultura

1.1.3.1 - Atividade agrícola

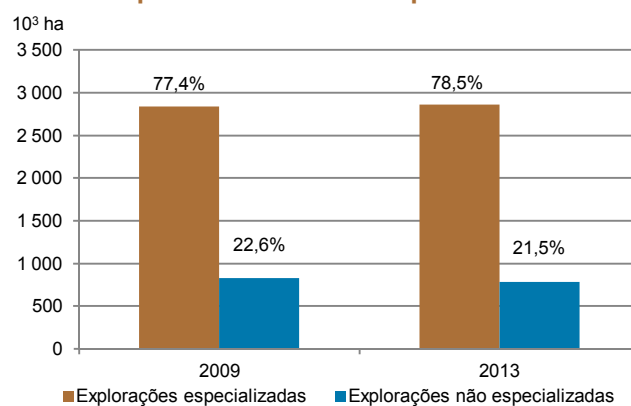
Em 2013 contabilizaram-se 264,4 mil explorações agrícolas, menos 40,8 mil que em 2009, o que corresponde a um decréscimo de 13,4%. No entanto, o abandono da atividade agrícola por um número considerável de produtores não se refletiu na Superfície Agrícola Utilizada (SAU), que não registou alterações significativas desde 2009, mantendo-se nos 3,6 milhões de hectares, cerca de 39,5% da superfície territorial.

Figura 1.5 - SAU e Explorações agrícolas



Fonte: INE, I. P.

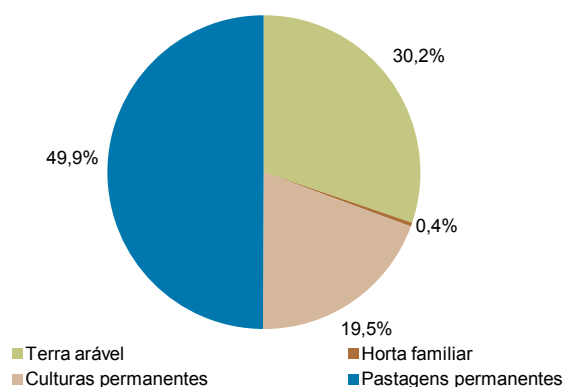
Figura 1.6 - SAU das explorações agrícolas especializadas e não especializadas



Fonte: INE, I. P.

A SAU é maioritariamente ocupada pelas pastagens permanentes (49,9%), seguindo-se as terras aráveis (30,2%) e as culturas permanentes (19,5%). Relativamente a 2009, tanto as pastagens permanentes como as culturas permanentes aumentaram a área ocupada em 1,8% e 2,6%, respetivamente, enquanto a área de terras aráveis decresceu 6,2%.

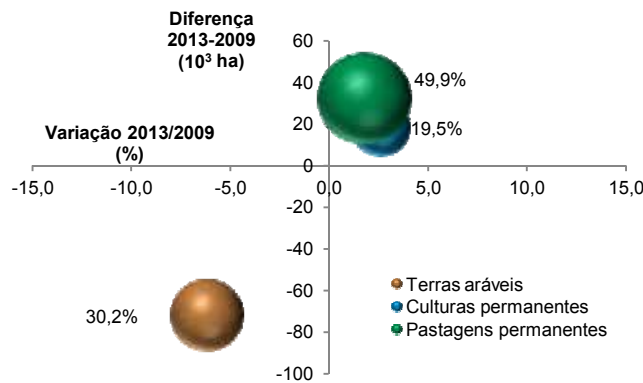
Figura 1.7 - Composição da SAU - 2013



Fonte: INE, I. P.



Figura 1.8 - Composição da SAU (evolução 2009-2013)

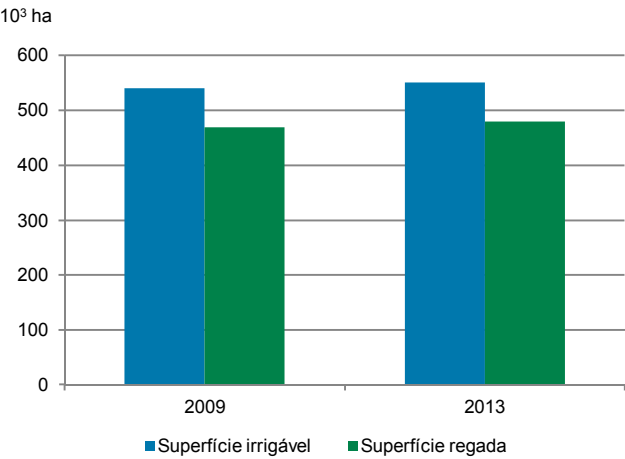


As percentagens correspondem à representatividade das diferentes ocupações na superfície total das explorações

Fonte: INE, I. P.

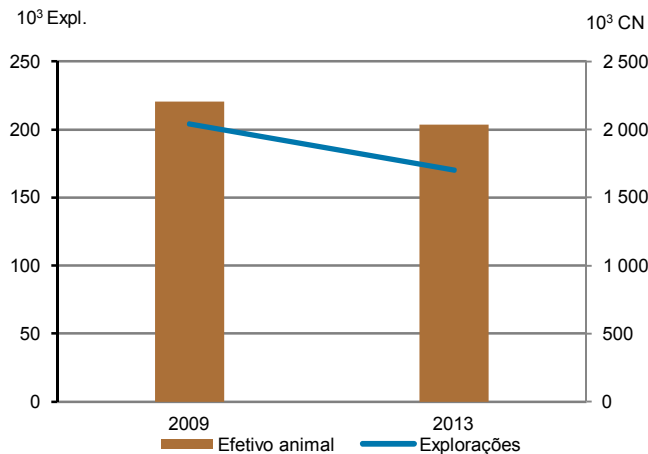
Nota: Dimensão do globo proporcional à superfície de 2013

Figura 1.9 - Superfície irrigável e superfície regada



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.10 - Explorações com efetivo animal



Fonte: INE, I. P.

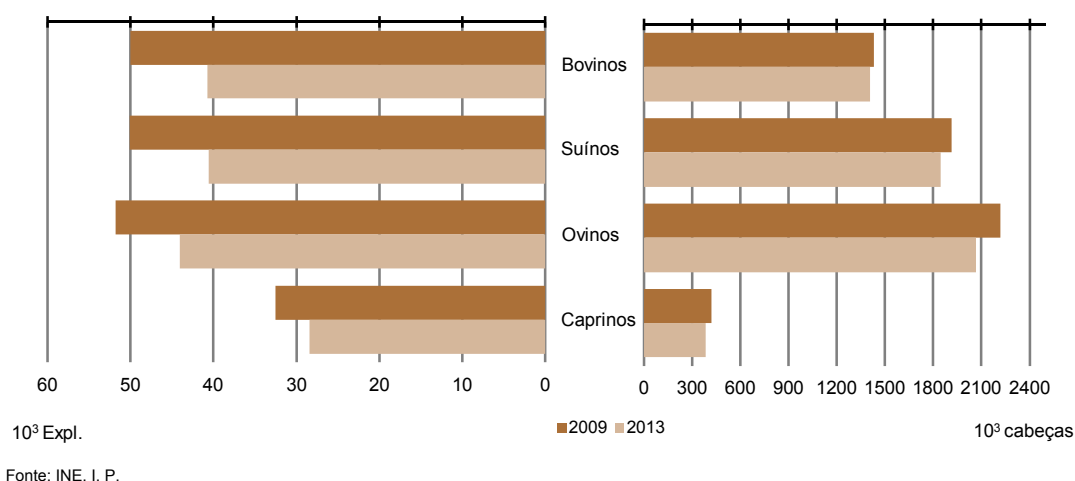
Em 2013 foram regados cerca de 480 mil hectares, por mais de metade das explorações agrícolas nacionais (50,8%), valor que corresponde a pouco mais de 13,2% da SAU, mas equivalente a cerca de 87,0% da superfície irrigável (SAU com infraestruturas de rega -571 mil hectares). Face a 2009, verificou-se um aumento de 2,3% da SAU regada.

Relativamente ao índice de mecanização da agricultura portuguesa, não se verificaram alterações entre 2009 e 2013, mantendo-se o índice em 5 tratores por cada 100 hectares de SAU. Acresce, no entanto, que cerca de 80,4% das explorações agrícolas em 2013 utilizaram trator, menos 14,8% do que em 2009.

Já em relação ao efetivo animal, verificou-se em 2013, face a 2009, um decréscimo quer no número de explorações com efetivos (-16,6%) quer do efetivo (-7,7% em cabeças normais).



Figura 1.11 - Número de Explorações e Efetivos por espécie (variação 2009-2013)

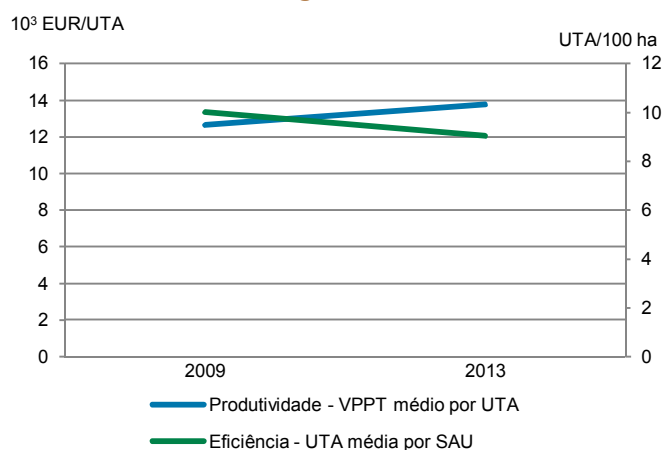


Esta situação reflete o decréscimo do número de explorações para as principais espécies: bovinos (-18,6%), suínos (-19,0%), ovinos (-14,9%) e caprinos (-12,5%). De forma menos acentuada, também os efetivos totais destas espécies diminuíram, respetivamente, 1,6%, 3,6%, 6,9% e 9,0%.

Apesar de se ter verificado um decréscimo do volume de trabalho agrícola entre 2009 e 2013 (-10,5%), os valores da produtividade do trabalho agrícola, medido em Valor da Produção Padrão Total (VPPT) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), aumentaram 9,0%, gerando cada UTA em média 13,8 mil euros de VPPT em 2013, quando em 2009 gerava 12,6 mil euros de VPPT.

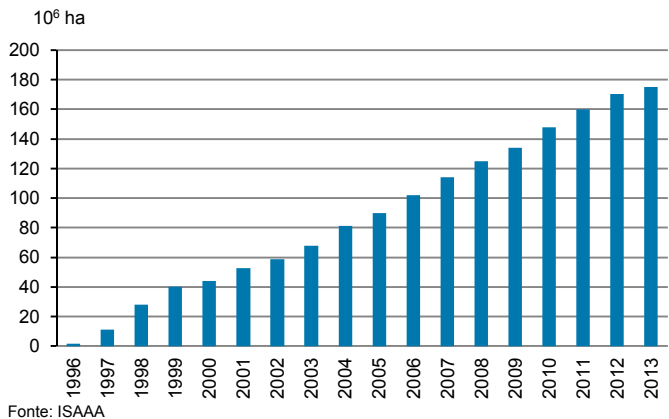
Por sua vez a eficiência do trabalho, medida em UTA por hectares de SAU, aumentou em 2013 face a 2009, sendo que em 2009 eram necessárias 10,0 UTA para explorar 100 hectares de SAU e em 2013 foram necessárias 9,0 UTA.

Figura 1.12 - Produtividade e eficiência do trabalho agrícola



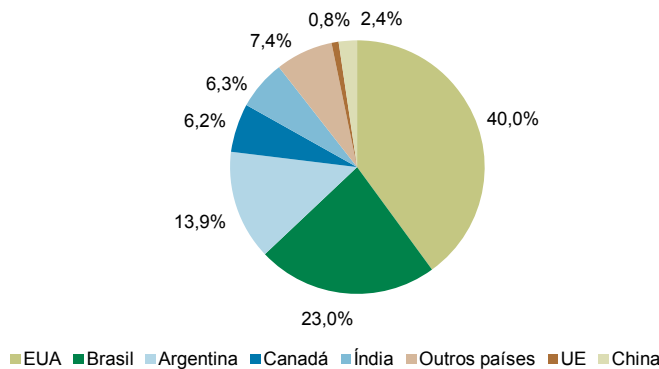
1.1.3.2 – Culturas transgênicas

Figura 1.13 - Área mundial de culturas geneticamente modificadas



Em 2013, a área mundial ocupada com culturas transgênicas atingiu os 175 milhões de hectares (170 milhões de hectares em 2012), distribuída por 28 países, segundo dados do *International Service for the Acquisition of Agro-biotech Applications* (ISAAA).

Figura 1.14 - Área mundial de culturas geneticamente modificadas - 2013



Dos 28 países com cultivo de culturas transgênicas em 2013, 5 (Estados Unidos da América, Brasil, Argentina, Canadá e Índia) foram responsáveis por 157 milhões de hectares, ou seja, 89,4% da área total. Os Estados Unidos da América foram em 2013 os maiores produtores destas culturas com 40,0% da área total, seguidos do Brasil com 23,0% e da Argentina com 13,9%.

Na União Europeia (UE), só estão autorizadas, para cultivo, variedades de milho com o organismo geneticamente modificado MON80, denominados por Milhos Bt, e uma variedade de batata para uso industrial. As variedades Milhos Bt possuem maior resistência às brocas do milho, insetos que danificam severamente a cultura. A alteração genética em causa faz

com que as plantas do milho produzam uma proteína que pela sua toxicidade, quando consumida pelas larvas dos insetos, lhes provoca a morte, protegendo as plantas do ataque destas pragas. Deste modo, reduz-se a utilização de inseticidas e a exposição dos agricultores/aplicadores a estas substâncias, apesar dos custos na aquisição de semente transgênica serem mais elevados face à semente convencional.

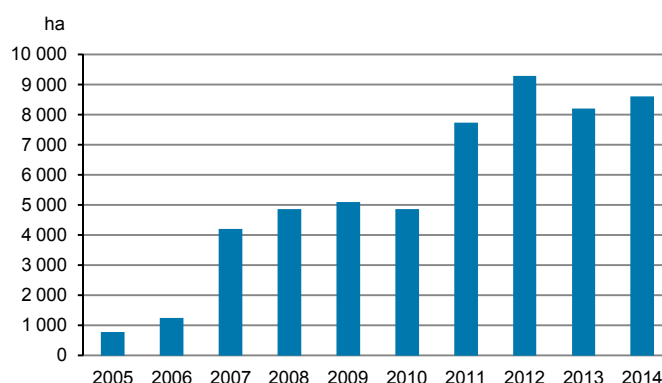
A área cultivada com milho geneticamente modificado na UE foi 148 mil hectares em 2013 (128 mil hectares em 2012), mais 15,6% relativamente ao ano anterior. Este modo de produção ocorreu em 5 países (Espanha, Portugal, República Checa, Roménia e Eslováquia), sendo que Espanha foi o país com maior área de cultivo destas variedades de milho com 137,0 mil hectares, seguindo-se Portugal com 9,3 mil hectares. Estes dois países foram responsáveis por 98,8% da área cultivada na UE, ao que não será alheio o facto de existir nos países do sul uma maior incidência de ataques de brocas do milho face a países do centro e norte da Europa.

No caso de Portugal, o cultivo está autorizado desde 2005, tendo sido o segundo país da União Europeia a publicar legislação específica (Decreto lei nº 160/2005) em matéria de regulação do cultivo de variedades geneticamente modificadas, com vista a assegurar a sua coexistência com variedades convencionais. Desde 2005 que os Milhos Bt estão presentes no Continente, tendo-se registado em 2011 os primeiros campos de milho geneticamente modificado nos Açores, na ilha de São Miguel, com a finalidade quase exclusiva de produção de milho silagem.



Até 2012, a área total nacional com Milho Bt aumentou 8 506 hectares, atingindo nesse ano a área máxima cultivada em Portugal com milho geneticamente modificado (9 278 hectares). Em 2013 verificou-se uma redução da área de 11,6%, correspondente a uma área de 8 202 hectares. Apesar do aumento de 4,7% na área total cultivada em 2014 face a 2013 (8 591 hectares), este não foi suficiente para retomar valores semelhantes aos de 2012.

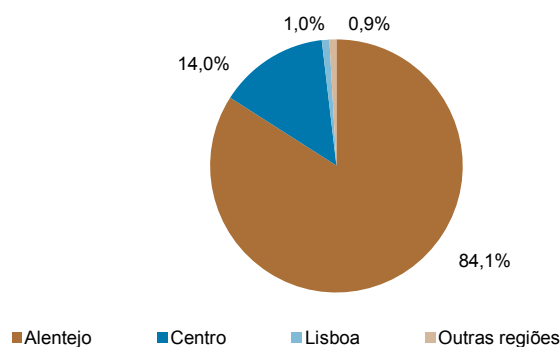
Figura 1.15 - Área de milho geneticamente modificado cultivado em Portugal



Fonte: DGAV-MAM

O Alentejo é a região do país com maior área de milho geneticamente modificado, 7 226 hectares em 2014, o que equivale a 84,1% da área nacional de milho transgénico, seguido da região Centro com 1 204 hectares (14,0%).

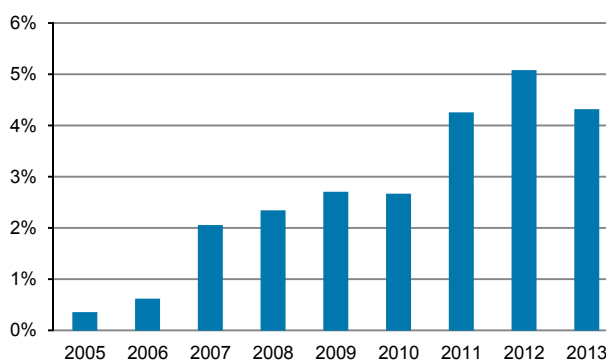
Figura 1.16 - Distribuição regional da área de milho geneticamente modificado cultivado em Portugal (NUTS 2002) - 2014



Fonte: DGAV-MAM; INE, I.P.

A representatividade do milho transgénico face ao total da área nacional de milho é relativamente marginal em Portugal, cerca de 4,3% em 2013 (5,1% em 2012).

Figura 1.17 - Representatividade da área de milho geneticamente modificado face à área nacional de milho

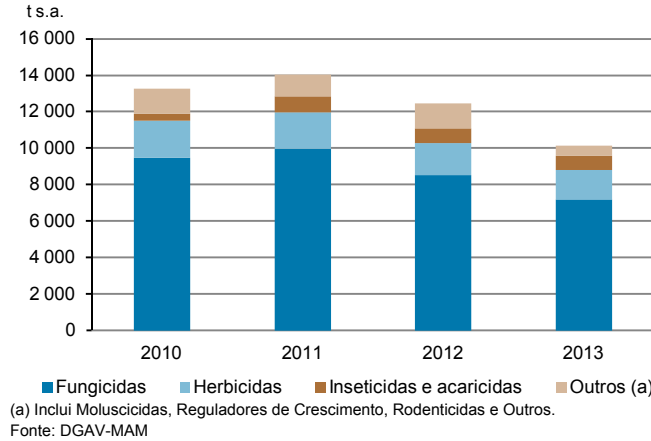


Fonte: DGAV-MAM; INE, I.P.



1.1.3.3 - Produtos fitofarmacêuticos

Figura 1.18 - Vendas de produtos fitofarmacêuticos, por tipo de função



A quantificação das vendas de produtos fitofarmacêuticos são uma forma indireta de avaliar o impacto destes produtos na agricultura, podendo a sua utilização variar consideravelmente de ano para ano, de acordo com as condições climáticas e problemas fitossanitários do ano agrícola, e ainda com o preço de mercado destes fatores de produção.

O uso destes produtos pode acarretar riscos para a saúde humana e para o ambiente, pelo que a sua utilização deve ser sustentável, ou seja, apenas na medida suficiente para garantir a fitossanidade e dessa forma garantir produções e rendimentos para os agricultores e o abastecimento das populações, salvaguardando a saúde pública dos consumidores. Relativamente aos riscos para o ambiente, o

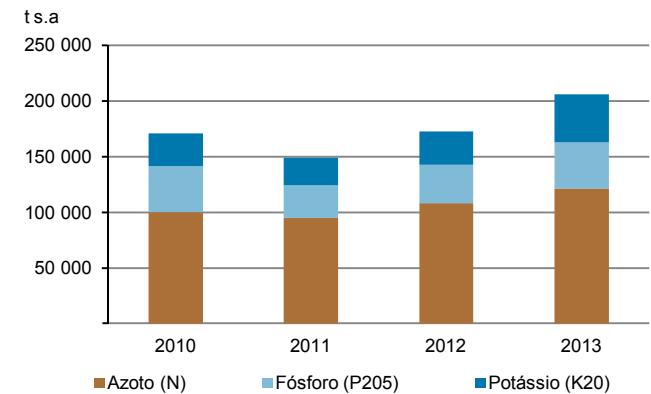
arrastamento destes produtos pelo vento, a lixiviação ou o escoamento são fontes de disseminação não controlada de produtos fitofarmacêuticos no ambiente, causando poluição do solo e das águas. A utilização de produtos fitofarmacêuticos pode ter igualmente implicações ao nível da perda de biodiversidade.

A comercialização de produtos fitofarmacêuticos em Portugal foi de 10,1 mil toneladas em 2013, menos 18,8% face a 2012. A tendência de decréscimo iniciou-se em 2011, sendo que no período entre 2011 e 2013 foram comercializadas menos 3,9 mil toneladas destes produtos

A análise à estrutura de vendas permite destacar o grupo dos fungicidas como o mais importante, representando em 2013 cerca de 71,1% do volume total de vendas, seguido dos herbicidas (15,9%) e dos Inseticidas e acaricidas (7,4%). De referir que o enxofre, substância ativa de toxicidade reduzida, foi responsável, neste ano, por 68,1% (71,4% em 2012) do volume de vendas dos fungicidas e por 48,4% (48,8% em 2012) do volume total de produtos fitofarmacêuticos. O decréscimo verificado nas quantidades comercializadas desta substância em 2013 face a 2012 (-19,3%), foi o principal promotor do decréscimo nas quantidades vendidas de produtos fitofarmacêuticos neste período.

1.1.3.4 – Consumo de fertilizantes

Figura 1.19 - Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos azotados, fosfatados e potássicos na agricultura



O consumo aparente de fertilizantes atingiu em 2013 as 206 mil toneladas (173 mil toneladas em 2012), refletindo um aumento de 19,3% face ao ano anterior. A representatividade dos macronutrientes nos fertilizantes permite evidenciar o azoto, macronutriente com maior expressão no total do consumo aparente de fertilizantes com 58,9%, seguido do potássio com 21,0% e por último do fósforo com 20,1%.

Após a evolução negativa do consumo aparente de fertilizantes em 2011, promovida pela situação de seca no inverno 2011/2012, verificou-se um aumento progressivo do consumo aparente, totalizando uma variação de 38,1% entre 2011 e 2013.



1.1.3.5 – Balanço de nutrientes

A série do Balanço de Nutrientes (1995-2013) foi revista pelo INE de acordo com nova metodologia do Eurostat.

1.1.3.5.1 - Balanço do azoto

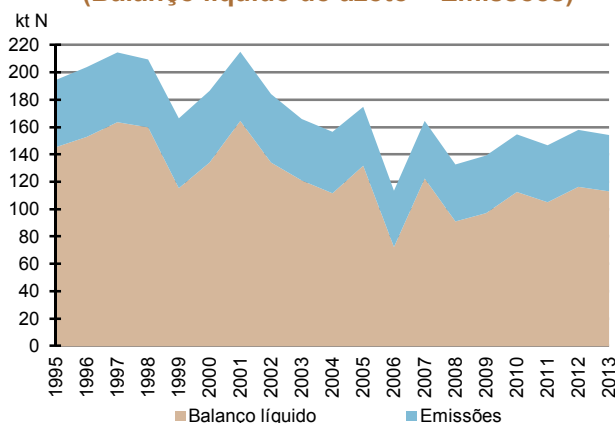
A nova metodologia do Eurostat relativamente ao Balanço do Azoto inclui o cálculo do balanço bruto do azoto no solo e o cálculo do balanço líquido deste nutriente, sendo que este resulta da subtração ao balanço bruto das emissões de NH_3 , NO_2 e N_2O para a atmosfera.

Entre 1995 e 2013, o balanço bruto do azoto apresentou uma tendência de decréscimo, com uma taxa de variação média anual negativa de 1,3%, o que se traduziu em 2013 num excesso de 155 mil toneladas de azoto no solo (195 mil toneladas de azoto em 1995), equivalente a 42 kg de azoto por hectare de superfície agrícola utilizada (49 kg de azoto por hectare em 1995).

Esta evolução justifica-se pelo decréscimo da incorporação deste nutriente no solo (-0,7%, em média, ao ano, para o período em análise), nomeadamente pelo menor consumo de fertilizantes (-1,0%, em média, ao ano), que, entre 1995 e 2013, registou uma diferença absoluta de menos 23 mil toneladas de incorporação de azoto.

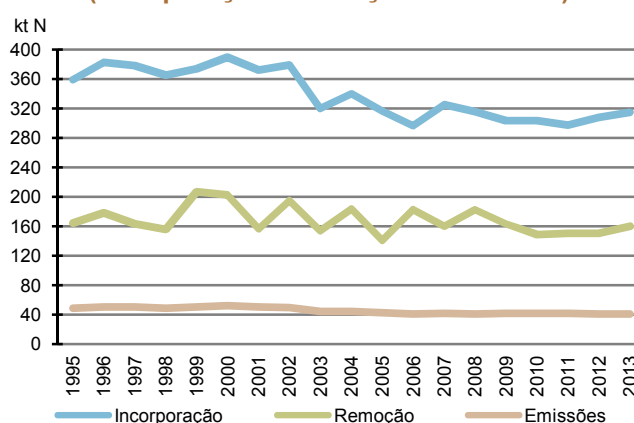
O balanço líquido do azoto no solo, por sua vez, apresentou uma taxa de variação média anual negativa de 1,4%, traduzindo-se num excesso de 113 mil toneladas de azoto no solo em 2013 (145 mil toneladas em 1995), refletindo quer a diminuição do balanço bruto já referida anteriormente quer o decréscimo das emissões de azoto para a atmosfera no período em análise (-0,9%, em média, ao ano).

**Figura 1.20 - Balanço bruto do azoto, 1995-2013
(Balanço líquido do azoto + Emissões)**



Fonte: INE, I. P.

**Figura 1.21 - Componentes do balanço do azoto
(Incorporação - Remoção - Emissões)**

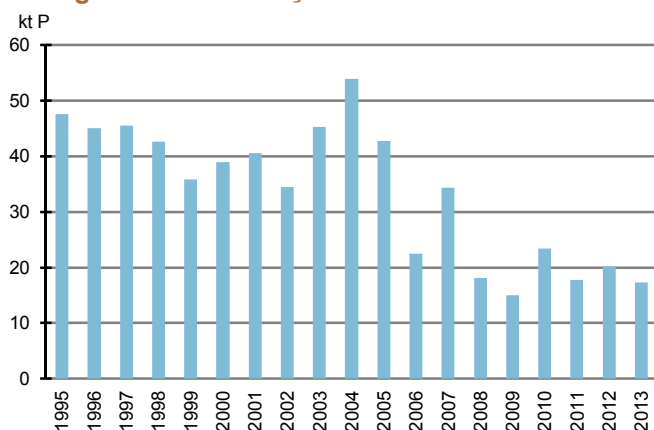


Fonte: INE, I. P.



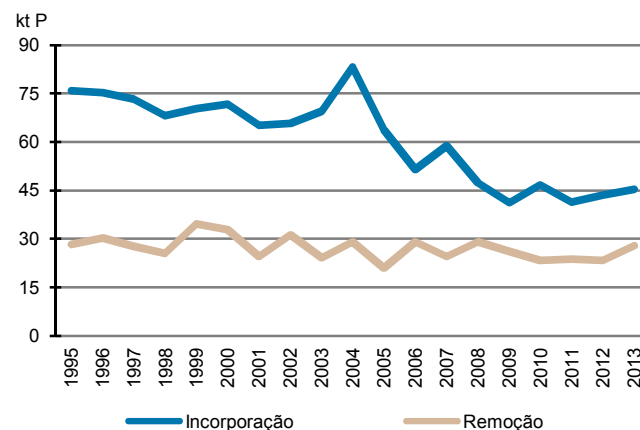
1.1.3.5.2 - Balanço do fósforo

Figura 1.22 - Balanço do fósforo - 1995-2013



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.23 - Componentes do balanço do fósforo



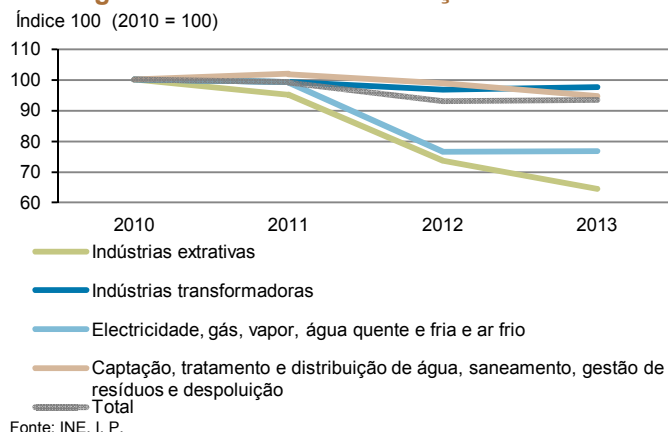
Fonte: INE, I. P.

Em 2013, o balanço do fósforo registou um excesso deste nutriente na ordem das 17 mil toneladas (48 mil toneladas de azoto em 1995), equivalente a 5 kg de fósforo por hectare de Superfície Agrícola Utilizada (12 kg de fósforo por hectare em 1995).

Esta evolução justifica-se pelo decréscimo da incorporação deste nutriente no solo neste período (-2,8%, em média, ao ano), nomeadamente pelo menor consumo de fertilizantes (-4,5%, em média, ao ano), que, entre 1995 e 2013, registou uma diferença absoluta de menos 24 mil toneladas de incorporação de fósforo. Neste período, apesar da tendência de decréscimo no consumo aparente de fósforo, verificou-se entre 2002 e 2004 um aumento por incorporação de fósforo no solo via aumento do consumo de fertilizantes.

1.1.4 - Índice de produção industrial

Figura 1.24 - Índice de Produção Industrial



Fonte: INE, I. P.

O Índice de Produção Industrial apresentou uma tendência decrescente no período em análise, com o ano de 2013 a evidenciar um decréscimo de 6,1%, o que corresponde a uma ligeira desaceleração face a 2012 (-6,5%).

Das seções que compõem o índice, as “Indústrias extrativas” e as de “Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição” foram as responsáveis pelo abaixamento do índice global em 2013, com variações homólogas de -12,6% e -4,2% respetivamente (-22,4% e -2,9% em 2012). As restantes seções apresentaram variações homólogas positivas mas de fraca intensidade (0,2% nas indústrias de “Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” e 0,8% nas “Indústrias transformadoras”).



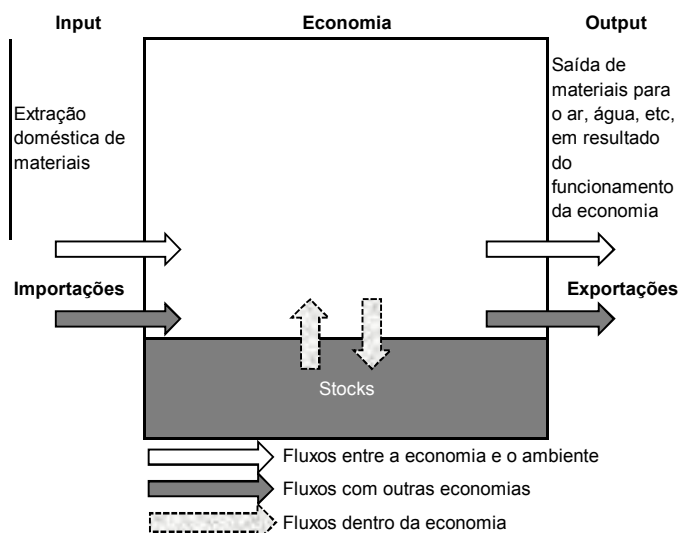
1.1.5 – Fluxo de Materiais

As atividades humanas causam impactos sobre o ambiente, não só pela emissão de poluentes, mas também pelos recursos extraídos, consumidos ou introduzidos nos processos produtivos.

A contabilização dos fluxos de materiais entre a economia e o ambiente, mais especificamente “as compilações coerentes das entradas de materiais nas economias nacionais, das alterações dos *stocks* de materiais na economia e das saídas de materiais para outras economias ou para o ambiente” é efetuada periodicamente pelos Estados-Membros, no âmbito das contas económicas do ambiente.

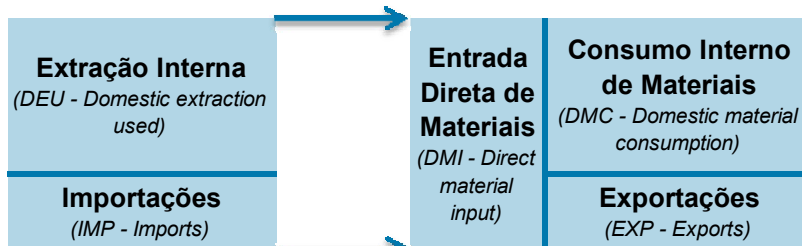
Neste capítulo apresentam-se alguns indicadores (Entrada Direta de Materiais, Consumo Interno de Materiais, etc.) que expressam os fluxos de materiais associados ao funcionamento da economia portuguesa.

Figura 1.25 - Âmbito da Conta de Fluxo de Materiais



Fonte: adaptado de Eurostat, Economy Wide Material Flow Accounts: Compilation Guidelines for reporting to the 2009 Eurostat questionnaire - v01 - June 2009
Fonte: INE, I. P.

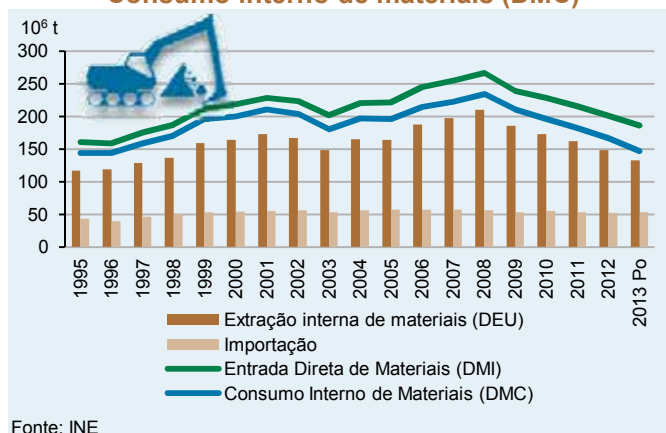
Figura 1.26 - Indicadores derivados da Conta de Fluxo de Materiais



Fonte: adaptado de "REPORT ON EUROSTAT'S ESTIMATES OF RMC FOR THE AGGREGATED EU ECONOMY", Eurostat 2012 [in "ENV/ACC/WG/05 (2012)"]
e INE, I. P.

A Entrada Direta de Materiais (DMI), que corresponde ao conjunto de todos os materiais sólidos, líquidos e gasosos (excluindo a água e o ar atmosférico, mas incluindo a água contida nos materiais) que entram na economia para posterior uso nos processos de produção ou de consumo, totalizou 186 milhões de toneladas em 2013, a quantidade mais baixa do último quinquénio (2009 – 2013). Entre 1995 e 2008 é perceptível uma tendência crescente deste indicador, com as quantidades a variarem entre 161 e 267 milhões de toneladas. Com efeito, nesse período, Portugal apresentou uma necessidade crescente de materiais extraídos, tanto do ambiente interno, como provenientes do exterior, de modo a responder às necessidades de produção e consumo da economia nacional. A partir de 2009 regista-se uma tendência descendente da DMI, registando variações anuais negativas.

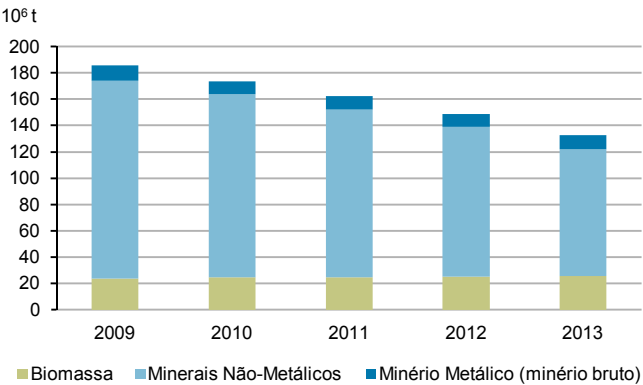
Figura 1.27 - Entrada direta de materiais (DMI) e Consumo interno de materiais (DMC)



Fonte: INE

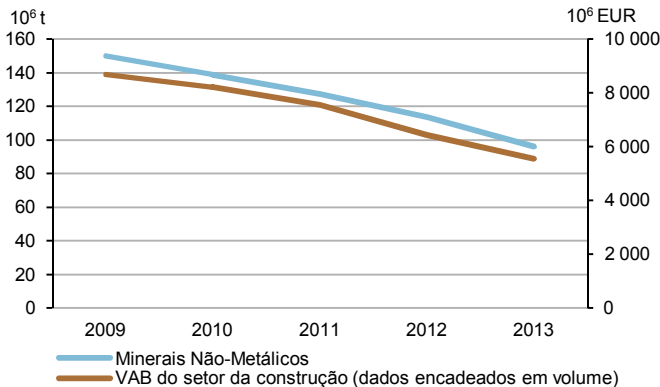


Figura 1.28 - Extração interna de materiais (DEU)



Fonte: INE, I. P.

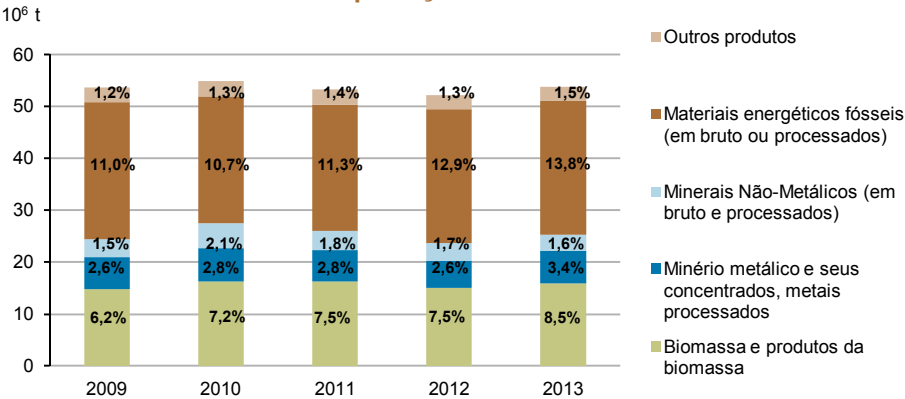
Figura 1.29 - Extração interna de minerais não metálicos e VAB da construção



Fonte: INE, I. P.

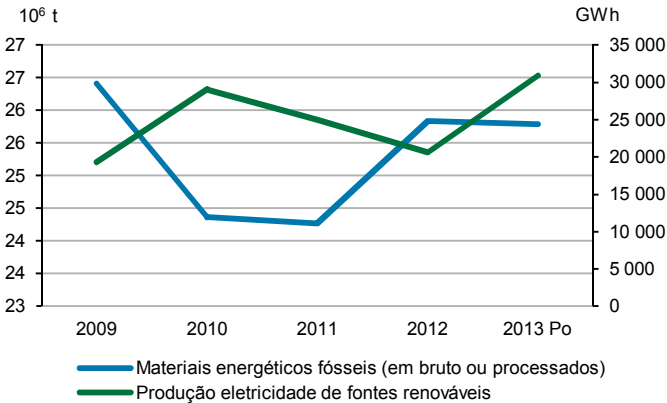
No período em análise constata-se que são os minerais não metálicos (principalmente areia e saibro, calcário e gesso e rochas ornamentais e outras pedras de cantaria ou de construção), o material mais extraído em Portugal, representando, em média, no quinquénio em apreço, 77,6% da extração interna de materiais. Desta forma, o comportamento evolutivo da DMI é grandemente determinado pela evolução deste tipo de material (que constitui, em média, 51,5% da DMI). A comparação com o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da construção (principal ramo utilizador deste material) permite observar algum alinhamento entre as respetivas evoluções, pelo que o decréscimo do VAB da construção no período 2009 - 2013 (taxa média de variação em volume de 10,6%) terá condicionado os materiais produzidos e consumidos na economia nacional.

Figura 1.30 - Importação de materiais (IMP) e peso das componentes das importações no DMI



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.31 - Importações de materiais energéticos fósseis e produção de eletricidade a partir de fontes renováveis



Fonte: INE, I. P., e DGEG

Em 2013, a importação de materiais fixou-se nos 53,8 milhões de toneladas, revelando um aumento de 3,1% face ao ano anterior. O aumento do volume importado neste ano ficou a dever-se, sobretudo, ao minério metálico, seus concentrados e metais processados, com um volume importado superior em cerca de 1 milhão de toneladas. A análise à tipologia do material importado em 2013 permite constatar que a estrutura se mantém, com o predomínio dos materiais energéticos fósseis, que representaram 47,9% do total das importações de materiais, seguidos da biomassa e produtos de biomassa com 29,6%.

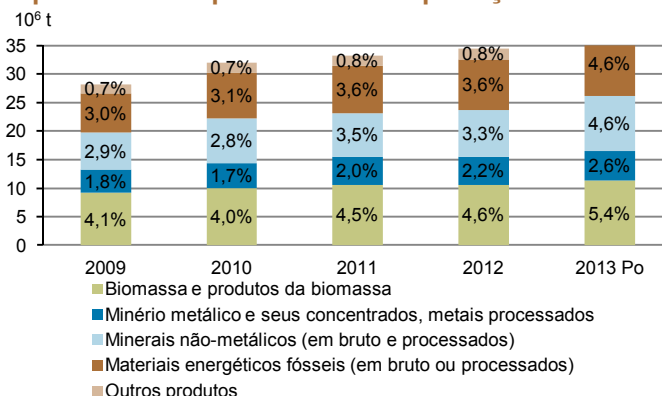


De referir ainda que o decréscimo das importações nos materiais energéticos fósseis em 2013 (-0,2% face a 2012), deverá estar relacionado com o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis (componente hídrica) nesse mesmo ano. As importações de materiais representaram, em média, no período em análise, 25,2% da DMI, assumindo os materiais energéticos fósseis o principal contributo, com 13,8% do total de entradas diretas de materiais.

As Exportações de materiais observaram uma tendência crescente, atingindo 39,4 milhões de toneladas em 2013, ano em que se observou o ponto máximo no período em análise. Relativamente ao peso das exportações de materiais na DMI, aumentou de 11,8% em 2009 para 21,1% em 2013.

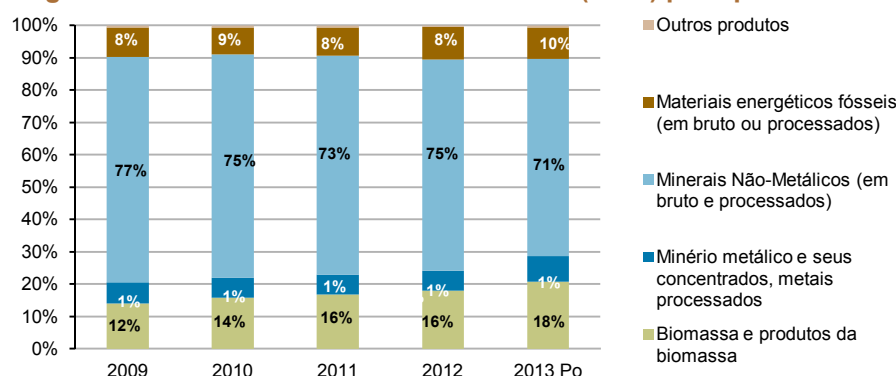
Contrariamente ao que sucede na extração interna e nas importações de materiais, no que se refere às exportações de materiais, a biomassa constitui a categoria mais importante (principalmente os produtos florestais e os produtos da indústria da pasta do papel, do cartão e seus artigos), representando 28,9% do volume total de exportações em 2013, o menor valor no quinquénio 2009 - 2013. Deve-se, contudo, salientar o aumento do peso dos materiais energéticos fósseis (em bruto ou processados), tendo esta categoria representado 28,5% das exportações em 2013, ficando praticamente equiparados à biomassa.

Figura 1.32 - Exportação totais de materiais (EXP) e peso das componentes das exportações no DMI



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.33 - Consumo Interno de Materiais (DMC) por tipo de material

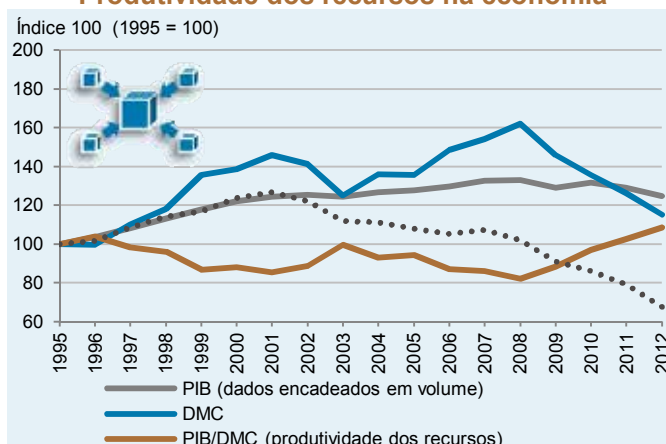


Fonte: INE, I. P.

Analisando o Consumo Interno de Materiais (DMC), que constitui o conjunto de materiais diretamente consumidos no território, por tipo de material, constata-se que os minerais não metálicos são, ao longo da série, os principais materiais utilizados pela economia nacional.

Em 2013, o DMC rondou os 147 milhões de toneladas, menos 17,8%, face ao ano anterior, e menos 30,3% face a 2009. Para esta evolução concorreram, em parte, a contração da economia e, principalmente, a alteração da sua estrutura, com perda de importância relativa de atividades com utilização mais intensiva de materiais, nomeadamente a Construção (cujo VAB diminuiu 36,2% face a 2009). Os minerais não metálicos representaram em média, no quinquénio em análise, 66,5% do DMC (60,8% em 2013), seguindo-se a biomassa e os produtos de biomassa, com cerca de 17,0% (20,7% em 2013).

Figura 1.34 - Evolução do PIB, DMC e Produtividade dos recursos na economia



Em 2013, face ao ano anterior, a produtividade de recursos aumentou 11,7%, em resultado do decréscimo mais intenso no DMC (-11,7%) que o verificado no Produto Interno Bruto (1,4%), mantendo-se assim a tendência crescente observada desde 2008.

1.2 - ENERGIA

O setor energético, essencial para o equilíbrio das economias mundiais, tem um forte impacto ambiental, quer pela ligação ao consumo de combustíveis fósseis com uma disponibilidade finita, como o petróleo, mas essencialmente porque gera, através do consumo destes combustíveis, um nível considerável de emissões de gases com efeito de estufa, em particular dióxido de carbono (CO₂), que estão diretamente relacionadas com as alterações climáticas.

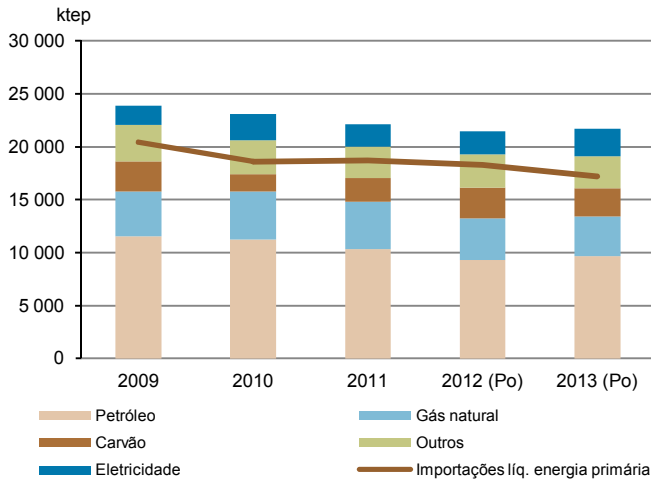
Os objetivos da política energética - segurança no abastecimento, crescimento económico e competitividade e sustentabilidade ambiental - continuam a ser os principais pilares sobre os quais deve assentar qualquer estratégia neste domínio, sobretudo para um país como Portugal, que tem um elevado grau de dependência externa, apesar de se ter registado neste domínio uma evolução positiva. A política nacional para as Fontes de Energia Renováveis (FER) está integrada numa nova visão para 2020 do setor energético, a qual procura aproveitar as sinergias resultantes da articulação das estratégias para a procura e oferta de energia, tendo como principal objetivo colocar a energia ao serviço da economia e das famílias, garantindo em simultâneo a sustentabilidade de preços.

Foi desta forma estabelecido para Portugal, para o horizonte de 2020, um objetivo geral de redução no consumo de energia primária de 25% e um objetivo específico para a Administração Pública (-30%). No plano da utilização de energia proveniente de fontes endógenas renováveis, pretende-se que os objetivos definidos para 2020, 31% do consumo final bruto de energia e 10% da energia utilizada nos transportes, sejam cumpridos ao menor custo para a economia. Em simultâneo, pretende-se reduzir a dependência energética do país e garantir a segurança de abastecimento, através da promoção de uma matriz energética equilibrada.

1.2.1. Consumo de Energia

1.2.1.1. - Consumo de Energia Primária

Figura 1.35 - Consumo de energia primária por fonte energética



Fonte: DGEG

Entre 2009 e 2012, o consumo de energia primária decresceu 10,2%, promovido essencialmente pelo decréscimo no consumo de petróleo (-19,4%). Em 2013, o consumo de energia primária em Portugal foi de 21 704 ktep, mais 1,0% que em 2012 (21 482 ktep), promovido sobretudo pelo aumento de 19,6% no consumo de eletricidade e também pelo aumento de 3,8% no consumo de petróleo.

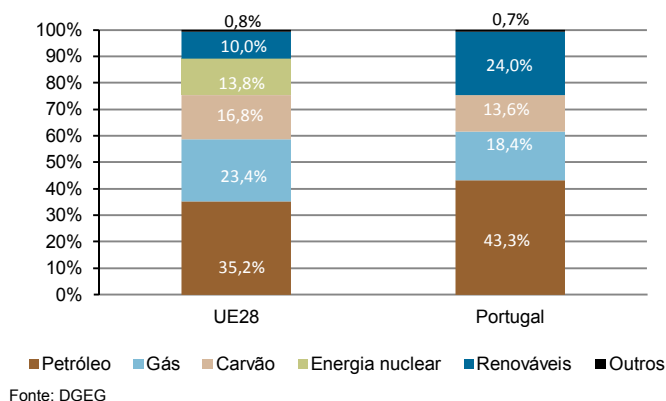
Relativamente às importações líquidas de energia primária, verificou-se um decréscimo progressivo entre 2009 e 2012 a uma taxa de variação média anual de 4,2%, sendo o decréscimo mais acentuado entre 2009 e 2010 (-9,0%) e entre 2012 e 2013 (-5,1%), promovido essencialmente pelo decréscimo nas importações de carvão para a produção de eletricidade nas centrais termoelétricas.

Relativamente à estrutura do consumo primário, em 2013, o petróleo representou 44,4% da energia primária consumida, mais 1,1 p.p. que em 2012. Este aumento veio alterar a tendência de perda gradual da importância do petróleo na estrutura de consumo primário de energia, que se verificava desde 2010. O gás natural surge como a segunda fonte energética mais consumida em 2013 com 17,4% (18,4% em 2012), seguido do carvão com 12,2% (13,6% em 2012).



O consumo de carvão no período em análise variou em função da atividade das centrais hidroelétricas, muito dependentes dos níveis de precipitação. Em 2010, verificou-se um aumento da produção hidroelétrica promovida pelos níveis elevados de precipitação nesse ano, pelo que o consumo de carvão pelas centrais termoelétricas diminuiu 42,0% face a 2009. Já em 2011 e 2012, o consumo de carvão para a produção de eletricidade voltou a aumentar, respetivamente 34,1% e 31,2%, devido ao decréscimo da produção por parte das centrais hidroelétricas dado o regime hidrológico mais seco verificado nestes dois anos. Como 2013 foi um ano com uma hidraulicidade elevada devido aos elevados níveis de precipitação, o consumo de carvão decresceu cerca de 9%.

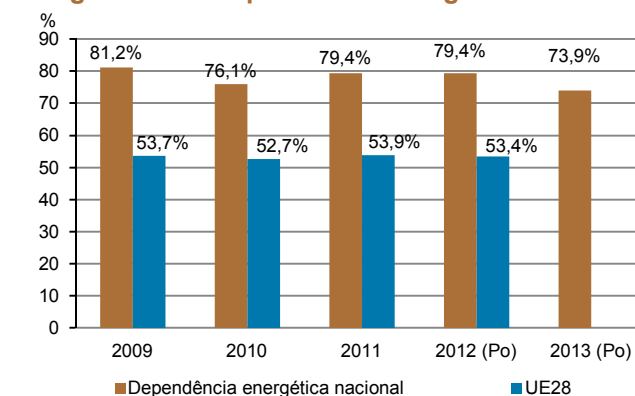
Figura 1.36 - Consumo de energia primária por fonte energética - UE27 e Portugal (2012)



Em comparação com a estrutura de consumo de energia primária da UE28, segundo dados de 2012, Portugal tem uma maior dependência do petróleo, 43,3% que compara com 35,2%, mas por outro lado consome menos carvão, 13,6% face a 16,8% e a oferta energética proveniente de fontes renováveis (24,0%) é claramente superior à média da UE28. Realça-se ainda a importância que a energia nuclear tem como fonte de energia primária na UE28, representando 13,8% do total de energia primária consumida em 2012.

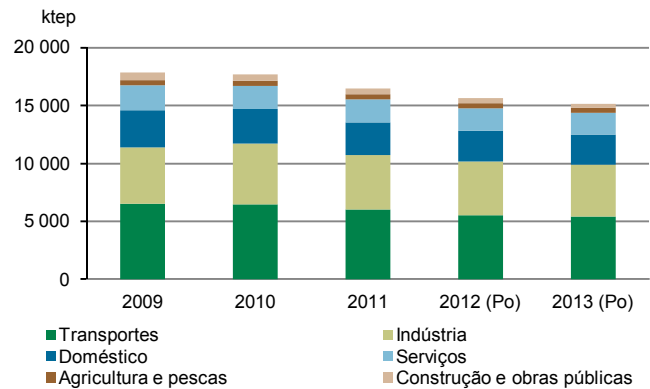
Em 2013, cerca de 73,9% da energia primária consumida em Portugal foi importada, o que traduz a elevada dependência energética do nosso país face ao exterior e que se situa muito acima da média da UE27, que, em 2012, foi de 53,4%. Face a 2012, a dependência energética nacional diminuiu 5,5 p.p., em 2013, promovida pelo decréscimo do consumo de carvão e de gás natural em resposta ao aumento da produção hidroelétrica, o que determinou um decréscimo das importações líquidas de energia primária.

Figura 1.37 - Dependência energética nacional



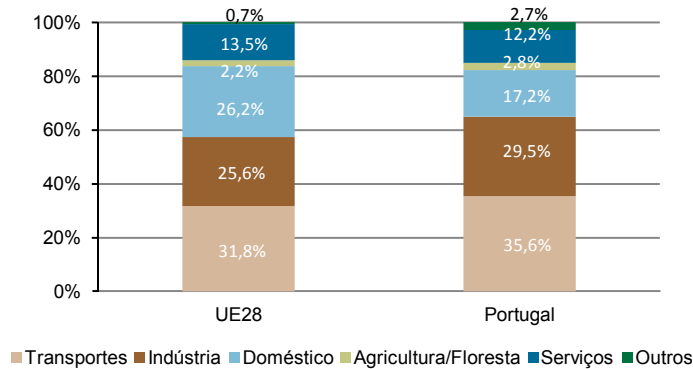
1.2.1.2 - Consumo de energia final

Figura 1.38 - Consumo de energia final por setor de atividade



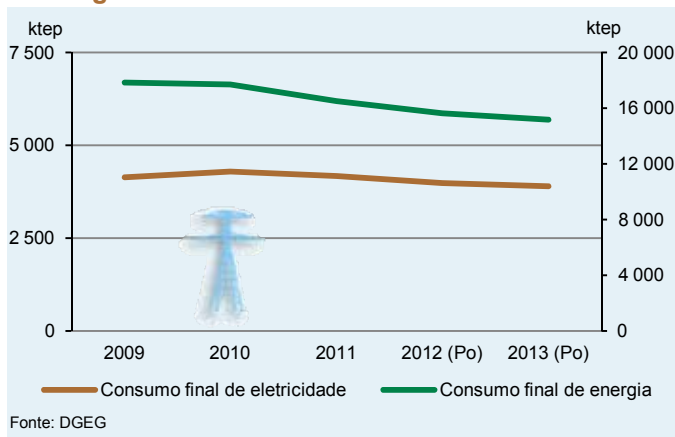
Fonte: DGEG

Figura 1.39 - Consumo de energia final por setor - UE28 e Portugal (2012)



Fonte: DGEG

Figura 1.40 - Consumo final de eletricidade



Fonte: DGEG

O consumo de energia final em Portugal foi 15 167 tep em 2013, menos 2,9% face a 2012. Realça-se que, desde 2009, o consumo final de energia diminuiu a uma taxa média anual de 4,0%.

A estrutura do consumo final por setor de atividade manteve-se relativamente inalterada no período em apreço. Em 2013, o setor dos transportes foi responsável por 35,9% do consumo final, a indústria por 29,3% e as famílias por 17,3%. Realça-se no período em análise, apesar da sua baixa importância face ao total do consumo final, a inversão de posições entre a agricultura e o setor da construção, que passaram respetivamente de 2,4% e 3,7% do consumo em 2009 para 3,0% e 2,2% do consumo final em 2013.

Com exceção do setor industrial, cujo consumo final de energia só decresceu a partir de 2010 (-15,9% entre 2010 e 2013), a redução do consumo final de energia dos outros setores foi uma realidade ao longo de todo o quinquénio, com decréscimos de 16,8% no setor dos transportes, 18,2% no setor doméstico, 12,9% no setor dos serviços e de 49,1% no setor da construção. O consumo pela agricultura apresentou um comportamento errático ao longo do período em análise.

Comparando a estrutura nacional do consumo final de energia por setor de atividade com a da UE28, verifica-se, em 2012, que o setor dos transportes foi responsável pela maior fatia do consumo final de energia quer em Portugal quer na UE28, 35,6% e 31,8% respetivamente, seguido do setor industrial com 29,5% e 25,6%.



O consumo final de eletricidade representou, em 2013, cerca de 25,6% do consumo final de energia, equivalente a 3 889 ktep, menos 2,2% que em 2012 (3 977 ktep), reforçando o decréscimo que se verificou entre 2010 e 2012 (-7,3%).

O setor dos serviços foi responsável por 36,3% do consumo final de eletricidade em 2013, seguido da indústria com 32,7% e do setor doméstico com 27,2%. O consumo de eletricidade em 2013 face a 2012 diminuiu em todos os setores, com particular destaque para a construção e obras públicas (-22,0%).

1.2.1.3 - Intensidade energética

A intensidade energética em energia primária mede a quantidade de energia primária necessária para produzir uma unidade de Produto Interno Bruto (PIB).

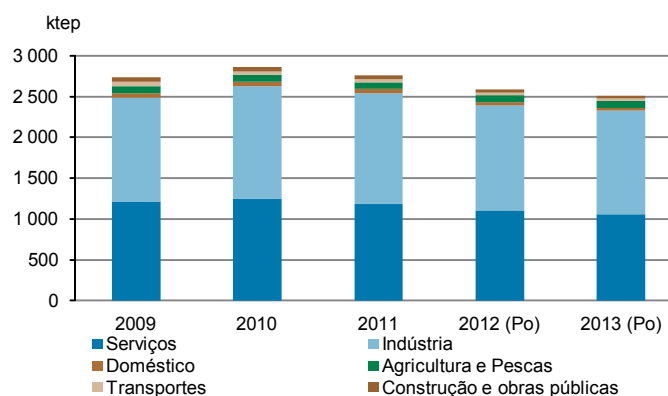
Entre 2009 e 2011, a intensidade energética em energia primária diminuiu 9,1%, como consequência do decréscimo de 7,5% verificado no consumo de energia primária neste período.

A partir de 2012 alterou-se a tendência de evolução do indicador, aumentando 2,4% face ao ano anterior, evolução esta promovida pela diminuição do PIB em 3,3%. Já em 2013, a intensidade de utilização de energia primária atingiu o máximo do período em análise (129 tep/10⁶ Euros), apresentando um aumento, face a 2012, de 8,9% e reforçando a variação positiva alcançada em 2012. Esta evolução justifica-se pelo aumento de 1,0% do consumo de energia primária em 2013 face a 2012 e pelo decréscimo do PIB (-1,4%) no mesmo período. Desta forma, Portugal para produzir a mesma riqueza consumiu mais energia primária em 2013 face a 2012.

A intensidade energética em energia final é calculada tendo em conta o PIB e o consumo de energia final, traduzindo a quantidade de energia final necessária para produzir uma unidade de PIB.

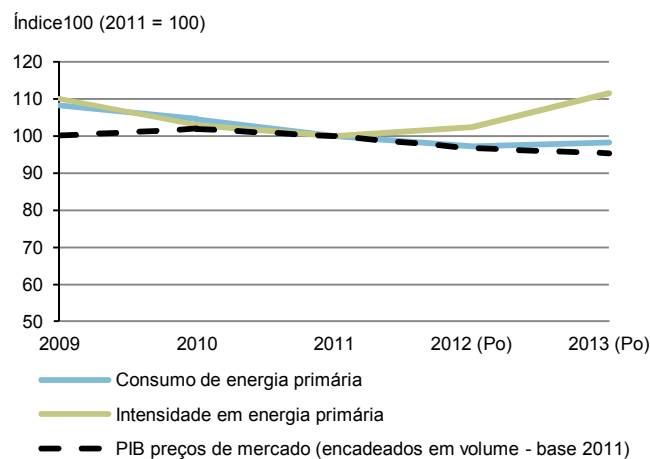
Entre 2009 e 2013 verificou-se um decréscimo progressivo de 10,0% neste indicador, para o que foi essencial a redução de 14,1% do consumo final de energia, situando-se em 2013 em 88,4 tep/10⁶ euros. Para produzir a mesma riqueza, Portugal está a consumir menos energia final.

Figura 1.41 - Consumo de eletricidade por setor de atividade



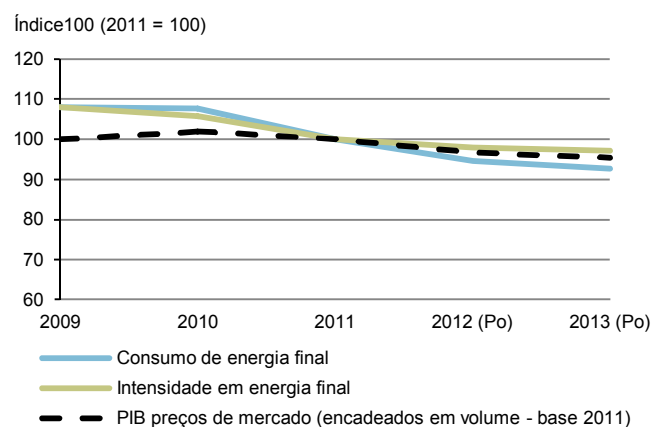
Fonte: DGEG

Figura 1.42 - Intensidade energética (Energia Primária)



Fonte: INE, I. P., DGEG

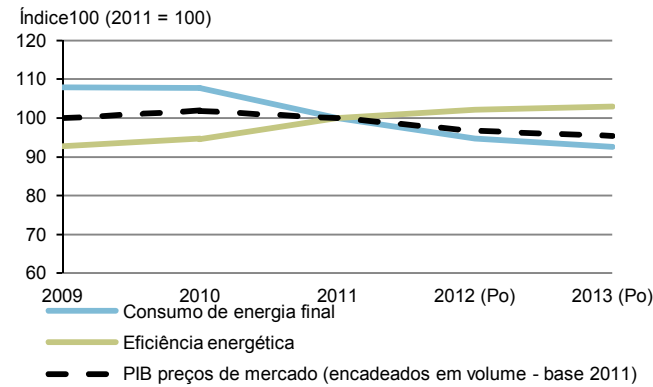
Figura 1.43 - Intensidade energética (Energia final)



Fonte: INE, I. P., DGEG



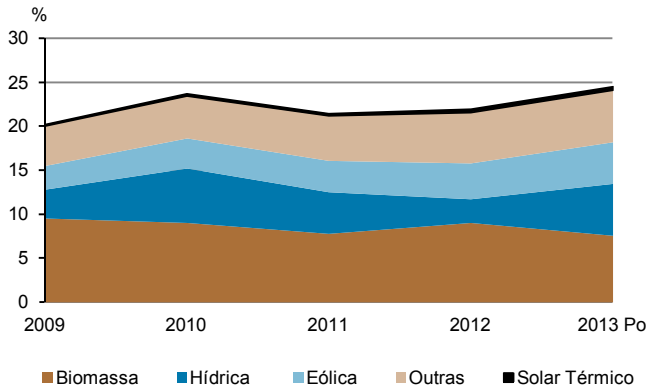
Figura 1.44 - Eficiência energética da economia



Fonte: INE, I. P., DGEG

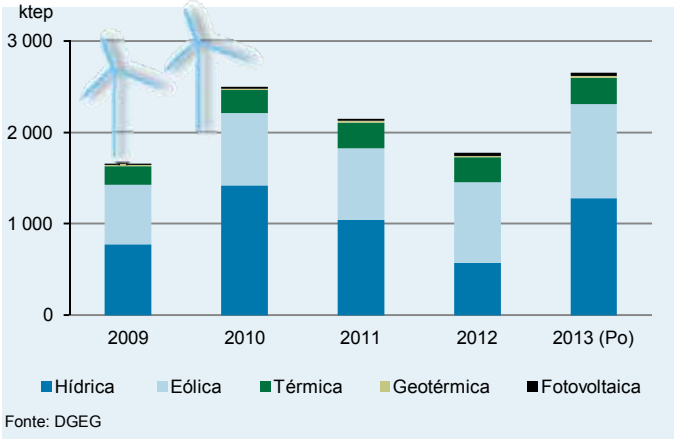
1.2.2 - Energias Renováveis

Figura 1.45 - Proporção de fontes renováveis no consumo de energia primária



Fonte: DGEG

Figura 1.46 - Produção de eletricidade a partir de fontes renováveis



Fonte: DGEG

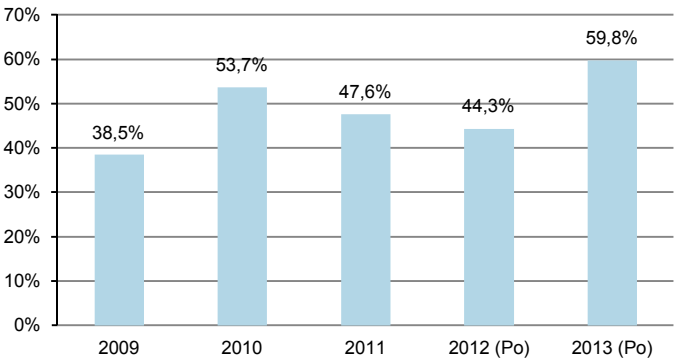
A eficiência energética da economia é calculada tendo em conta o PIB e o consumo de energia final, traduzindo a riqueza gerada por cada unidade de energia final consumida.

Constata-se que a eficiência energética da economia aumentou de forma contínua no período em análise (+11,1%), para o que foi determinante o decréscimo de 14,1% no consumo final de energia. Apesar da riqueza gerada no país ter decrescido 6,4% entre 2010 e 2013, o consumo final de energia diminuiu mais acentuadamente, garantindo o aumento da eficiência com que esta energia foi consumida.

A contribuição das fontes de energia renováveis para o consumo de energia primária foi de 24,5% em 2013 (+ 2.6 p.p. face a 2012). No período em análise destacam-se os anos de 2010 e 2013, que dado o nível de precipitação elevado que registaram, apresentaram uma maior contribuição da energia hídrica, 6,2% e 5,9% respetivamente, para o total das energias renováveis no consumo primário.

A biomassa (lenhas e resíduos florestais, biogás e biodiesel) continuou a ser em 2013 a fonte de energia renovável com maior contribuição para o consumo primário (7,6%).

Figura 1.47 - Contribuição das fontes renováveis para a produção total de eletricidade



Fonte: DGEG

A energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis, cerca de 2 656 ktep em 2013, representou 59,8% do total de eletricidade produzida em Portugal. Em termos da importância de cada fonte para o total da produção de eletricidade a partir das fontes renováveis, em 2013, a componente hídrica representou 48,1%, a eólica 38,9% e a térmica 10,8% (inclui a queima de biomassa e resíduos sólidos urbanos), sendo as restantes pouco significativas.



Realça-se neste período o ano de 2010, no qual se registou um aumento de 50,4% na produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, evolução esta justificada pelo aumento de 83,6% na produção de eletricidade a partir da componente hídrica e de 21,2% na componente eólica, o que resultou numa contribuição de 53,7% para o total de eletricidade produzida no país.

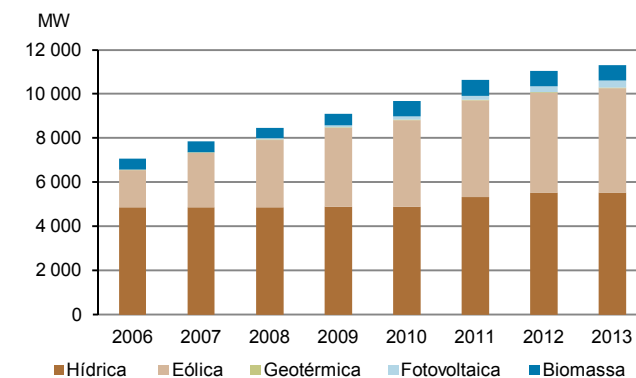
Entre 2010 e 2012, a componente hídrica diminuiu a sua contribuição para a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis (-59,7%), atingindo em 2012 o valor mínimo do período em análise, correspondendo a 32,2% do valor total de eletricidade produzida a partir destas fontes. Em contrapartida, o aumento da componente eólica em 2012, face a 2011, colocou-a como a fonte com maior importância na produção de eletricidade a partir de fontes renováveis (49,7%).

Contudo, em 2013 a componente hídrica retomou a sua importância no total da eletricidade produzida a partir de fontes renováveis (48,1%), pela elevada hidraulicidade verificada neste ano.

Em 2013, a potência total instalada de energias renováveis foi 11 312 MW, a qual apresentou desde 2009 um crescimento progressivo de 24,2%, promovido essencialmente pelo aumento de 1 167 MW de potência instalada de energia eólica.

Em termos relativos, a potência instalada de energia hídrica representou, em 2013, cerca de 48,9% da potência instalada total e a energia eólica cerca de 41,8%.

Figura 1.48 - Capacidade instalada de energias renováveis



Fonte: DGEG

1.3 - TRANSPORTES

O setor dos transportes constitui uma origem de emissão de poluentes bastante significativa. As principais ocorrências de poluição resultam da geração de resíduos no âmbito de atividades de construção e manutenção de veículos automóveis, embarcações e aeronaves, bem como da emissão de poluentes gasosos e de ruído durante a circulação dos mais diversos meios de transporte por via rodoviária, marítima, fluvial e aérea.

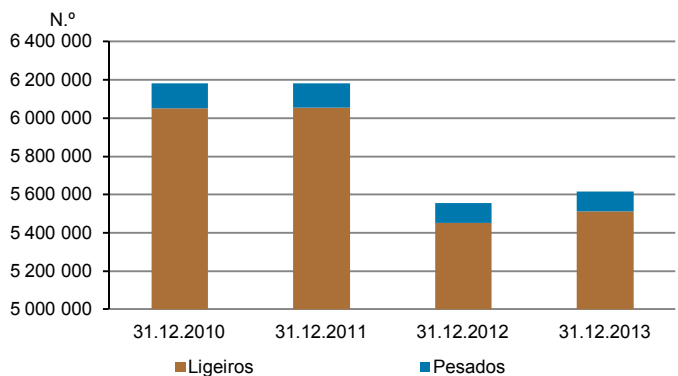
As emissões provocadas pelo setor dos transportes são analisadas no âmbito do tema das emissões atmosféricas de poluentes. O presente subcapítulo tem como objetivo dar a conhecer a dimensão do parque automóvel existente em Portugal, tipificando-o segundo algumas características como o tipo de veículo, tipo de motorização por combustível usado e a idade média dos automóveis, que têm impacto ao nível das emissões e consequentemente na qualidade do ambiente em geral.

Segundo o relatório de 2013 do Sistema de Relatórios de Transportes e Ambiente (TERM acrónimo do inglês Transport and Environment Reporting Mechanism) da AEA, que avalia o impacto ambiental dos transportes na Europa, o *“tráfego rodoviário contribui significativamente na quebra de limites padrão de qualidade do ar em muitas cidades e áreas urbanas. Em 2011, o limite anual de dióxido de azoto (NO₂) foi excedido em 42% das estações de monitorização de tráfego urbano na Europa. Em simultâneo, 43% das zonas de tráfego monitorizadas apresentaram níveis excessivos de partículas (PM₁₀) acima do limite-24horas.”*

Neste contexto não deixa de ser relevante e importante conhecer a dimensão e as características do parque automóvel.



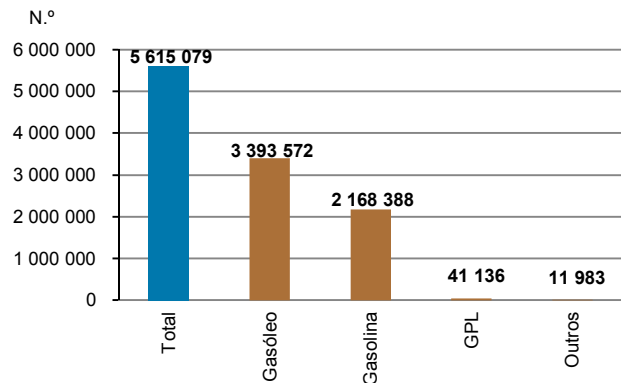
Figura 1.49 - Parque de veículos rodoviários motorizados presumivelmente em circulação ^(a), segundo o tipo de veículo



Nota: (a) Parque com exclusão de ciclomotores, motociclos e tratores agrícolas; veículos presumivelmente em circulação: compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias

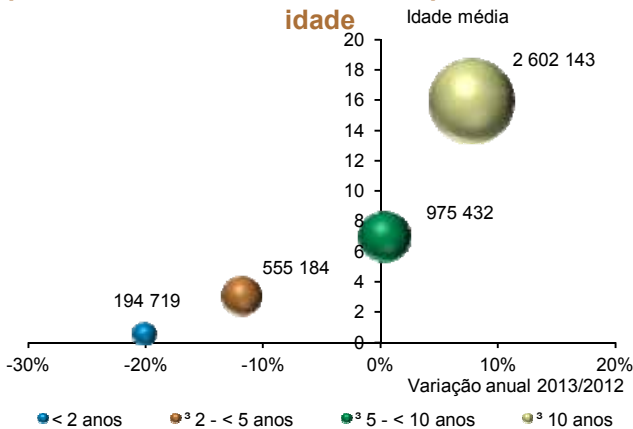
Fonte: Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT)

Figura 1.50 - Parque de veículos rodoviários motorizados presumivelmente em circulação em 31.12.2013, segundo o combustível principal



Fonte: Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT)

Figura 1.51- Veículos ligeiros de passageiros presumivelmente em circulação, por escalões de idade



A dimensão dos globos representa o número de veículos ligeiros presumivelmente em circulação em 2013.

Fonte: Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT)

Em Portugal, os dados estimados para 2013 apontam para um total de 5,6 milhões de veículos automóveis (ligeiros e pesados) em circulação, o que corresponde a um aumento de 1,06% (+ 59 038 unidades) comparativamente a 2012.

Não obstante esta evolução positiva entre 2012 e 2013, a tendência dos últimos 4 anos foi de decréscimo. De facto, entre 2010 e 2014, os veículos automóveis (ligeiros e pesados) em circulação diminuíram a um ritmo de 3,2% ao ano, o que significa que entre 2011 e 2014 deixaram de circular nas estradas portuguesas cerca de 567 mil veículos automóveis.

Em 2013, por cada automóvel movido a GPL ou outro combustível estavam em circulação cerca de 63,9 veículos movidos a gasóleo (68,3 em 2012) e 40,8 veículos movidos a gasolina (44,5 em 2012).

Aplicando esta ordem de razão à relação entre automóveis movidos a gasolina e a gasóleo, verificou-se que por cada veículo movido a gasolina circulavam 1,6 veículos movidos a gasóleo (1,5 em 2012). Em termos relativos, os veículos motorizados a gasóleo representavam cerca de 60% do parque automóvel em circulação, totalizando em termos absolutos perto de 3,4 milhões de veículos.

A caracterização do parque automóvel em 2013, relativamente à idade das viaturas, revela uma frota envelhecida com tendência para aumentar. Em 2013, 60,1% dos veículos ligeiros de passageiros já estava em circulação há 10 ou mais anos, cerca de 3,4 p.p. mais do que o valor que apurado em 2012 que se situava em 56,7%. Em termos evolutivos, o grupo de automóveis com 10 ou mais anos registou um acréscimo de 200 mil unidades, passando de 2,4 milhões em 2012 para 2,6 milhões em 2013, o que corresponde a um crescimento de 7,8% num só ano.

Por sua vez, os veículos com menos de dois anos representavam em 2013 (194 719 veículos) somente 4,5% do total, baixando 1,2 p.p. face a 2012 (243 511 veículos), ano em que representaram 5,7% do total de veículos ligeiros.

Em 2013, o parque de veículos ligeiros com menos de 5 anos (749,9 mil veículos) decresceu 14,1% comparativamente a 2012 (873,3 mil veículos). Esta redução de 123,4

mil veículos, provocada pelo regular envelhecimento do parque automóvel e do abrandamento do ritmo de renovação do mesmo, representou uma descida de 3,2 p.p. em termos estruturais.



A análise às variações anuais de automóveis ligeiros por classes de idade destaca os veículos com 10 ou mais anos de idade como o grupo que regista o maior crescimento relativo e absoluto face a 2012, com um aumento de 7,8%, a que corresponde um acréscimo de 188,1 mil veículos. Em termos estruturais este escalão de veículos representava 60,1% dos automóveis ligeiros de passageiros em circulação, mais 3,4 p.p. face à proporção apurada no ano anterior (56,6%). No que se refere à idade média dos veículos ligeiros de passageiros, salienta-se o facto de em 2013 a idade média dos veículos ter aumentado globalmente quase 1 ano, atingindo os 11,3 anos de idade média.

Com 64,1% dos veículos pesados de passageiros a circular em 2013 a apresentarem uma idade igual ou superior a 10 anos, a estrutura do ciclo de vida desta categoria de veículos revela uma relação próxima à dos veículos ligeiros de passageiros. Comparativamente a 2012, este escalão de idade foi o único que aumentou (+ 3,4p.p.).

A idade média por veículo pesado de passageiros atingiu, em 2013, os 12,3 anos, exatamente 1 ano mais do que o valor médio que se registava em 2012 (11,3).

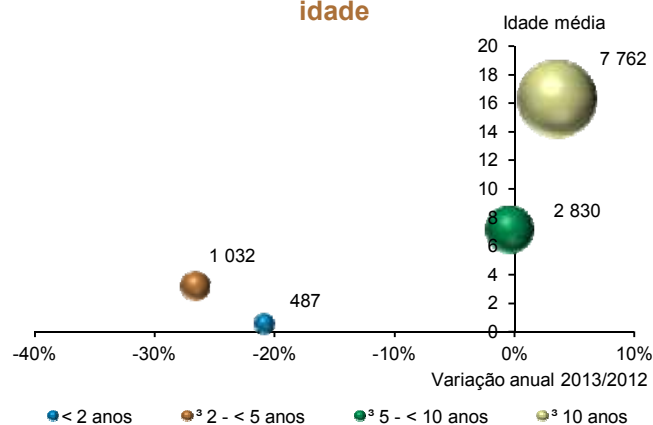
Em termos de variação face ao ano anterior, à exceção da classe de veículos com 10 ou mais anos, todos os escalões de idade dos veículos pesados de passageiros perderam importância, sendo que a redução mais acentuada ocorreu nos veículos com idade compreendidas entre os 2 e 5 anos, que decresceram 26,5%.

A análise mensal às vendas de veículos ligeiros no período 2011-2013, revela que após uma redução significativa entre 2011 e 2012, em que a média mensal no ano decresce cerca de 62,3%, o último biénio (2012-2013) apresentou uma tendência de estabilização.

Em 2013, as vendas de veículos permitiram alguma recuperação, com uma média de 8 826 veículos vendidos por mês, o que corresponde a cerca de 880 veículos mês vendidos adicionalmente e acima do número médio em 2012, que se situava nos 7 942 veículos vendidos por mês. No entanto estas vendas estão ainda muito abaixo de 2011 em que o valor médio observado atingiu os 12 732 veículos vendidos mensalmente.

Em 2013, conforme tendência no período observado, salienta-se o mês de junho com o melhor desempenho, tendo sido vendidas 12 735 unidades por oposição ao mês de agosto onde as vendas não ultrapassaram os 6 141 veículos.

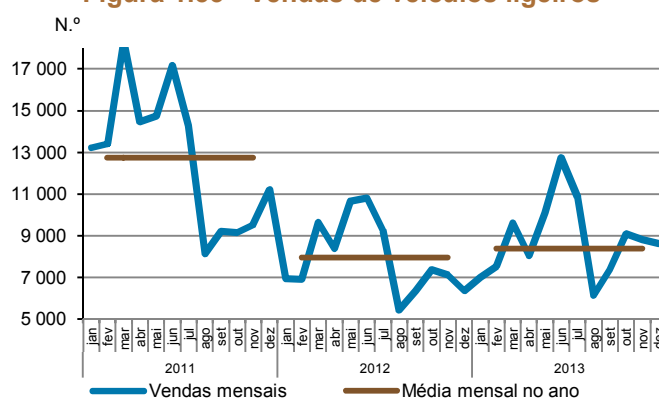
Figura 1.52 - Veículos pesados de passageiros presumivelmente em circulação, por escalões de idade



A dimensão dos globos representa o número de veículos pesados presumivelmente em circulação em 2013.

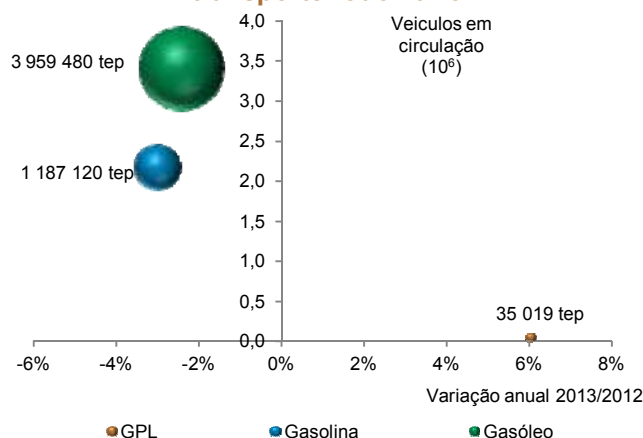
Fonte: Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT)

Figura 1.53 - Vendas de veículos ligeiros



Fonte: Associação Automóvel de Portugal (ACAP)

Figura 1.54 - Consumo de combustíveis no transporte rodoviário



A dimensão dos globos representa o consumo de combustíveis (GPL, Gasolina e Gasóleo) em 2012.

Fonte: DGEG e IMTT



Atendendo ao parque automóvel em circulação, verifica-se que no consumo de combustíveis (medido em toneladas equivalentes de petróleo = tep) a proporção de consumo de gasóleo é substancialmente significativa, representando cerca de ¾ dos combustíveis consumidos.

Em termos evolutivos, o GPL e o Biodiesel são os únicos tipos de combustível que apresentavam uma taxa de crescimento positiva entre 2012 e 2013, aumentando 6,0% e 3,7%, respetivamente.

Em contrapartida, o consumo de gasóleo (- 95 684 tep) e gasolina (- 35 265 tep) registaram decréscimos pelo 2º ano consecutivo, embora numa dimensão relativa menos acentuada do que a registada no ano anterior.

Os combustíveis GPL, Biodiesel e Gás Natural, apontados como os combustíveis ambientalmente mais amigáveis, continuavam em 2013 a representar apenas 1% do total de consumo de combustíveis.

1.4 - PATENTES AMBIENTAIS

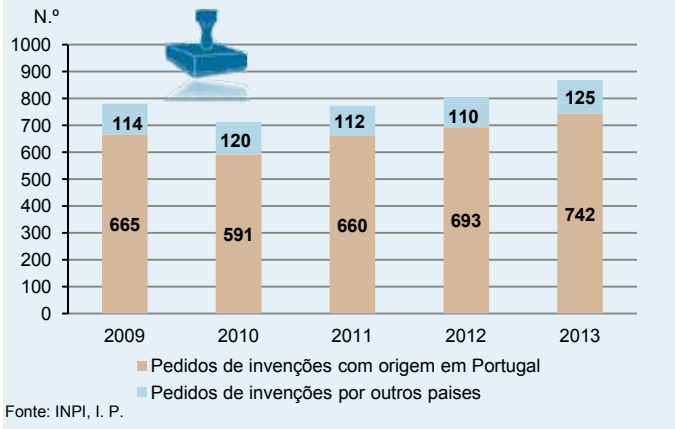
Os pedidos de invenções obedecem a uma Classificação Internacional de Patentes - CIP (estabelecida em 1971, Estrasburgo), utilizada a nível mundial para classificação/indexação e pesquisa de patentes e metainformação associada.

Em 2010, a Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI) desenvolveu o “Inventário Verde da CIP”, que contém 200 temas diretamente relacionados com o ambiente e com as tecnologias ecologicamente sustentáveis em termos ambientais.

Segundo a definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o âmbito das “patentes verdes” inclui todas as vertentes relacionadas com a gestão de resíduos, a redução de poluição, as energias renováveis, os carros híbridos/elétricos e a eficiência energética.

Neste subcapítulo são apresentados alguns indicadores sobre patentes verdes, os quais permitem retratar a sua relevância enquanto mecanismo para estimular a inovação verde.

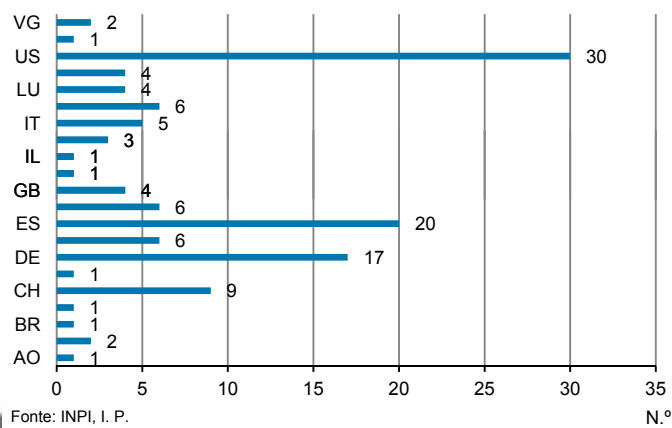
Figura 1.55 - Pedidos de invenções nacionais



Em 2013 foram apresentados um total de 867 pedidos de invenções, o que correspondeu a um aumento de 8,0% face ao ano anterior. Também ao longo do período em análise a tendência foi crescente com o número de patentes a crescer a um ritmo anual de 2,7%.

Os pedidos de invenções apresentados em Portugal são maioritariamente de origem portuguesa, sendo que em 2013, da totalidade dos pedidos apresentados, 85,6% teve origem em Portugal. Os restantes 14,4% corresponderam a pedidos de invenções realizados por outros países.

Figura 1.56 - Pedidos de invenções por país de origem do requerente (2013)



Relativamente aos pedidos de invenções realizados por não residentes em 2013, a maioria proveio dos Estados Unidos da América (30, 25 em 2012), seguindo-se Espanha com 20 (27 em 2012) e Alemanha com 17 (9 em 2012).



Figura 1.57 - Pedidos de invenções nacionais com origem em Portugal, por NUTII

NUTS II	Patentes (N.º)		Crescimento anual
	2009	2013	
Total	665	742	2,8%
Norte	224	238	1,5%
Centro	174	181	1,0%
Lisboa	215	267	5,6%
Alentejo	20	15	-6,9%
Algarve	24	30	5,7%
Região Autónoma dos Açores	2	5	25,7%
Região Autónoma da Madeira	6	6	0,0%

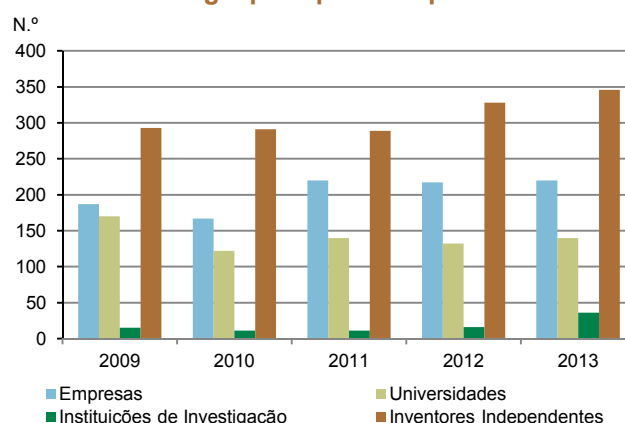
Fonte: INPI, I. P.

Analisando os pedidos de invenções em 2013, com origem nacional e ventilados por NUTSII, constata-se que as regiões que apresentaram maior atividade inventiva foram Lisboa (267 pedidos, correspondente a 36,0% do total) e o Norte com 238 pedidos. Em contraste, as regiões autónomas dos Açores da Madeira registaram o menor número de pedidos de invenções, 5 e 6 respetivamente.

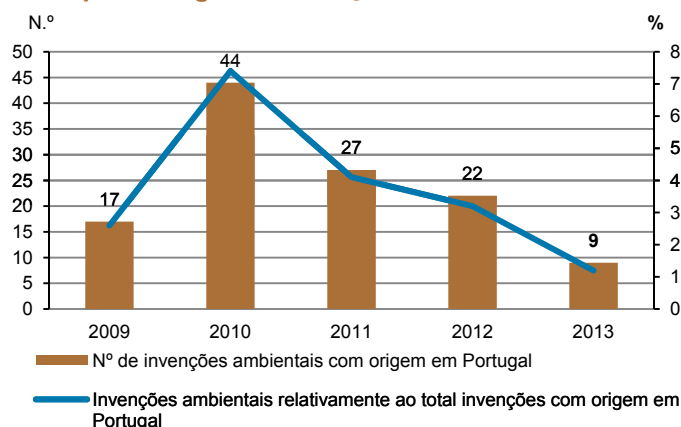
Salienta-se ainda o facto de entre 2009 e 2013, os Açores terem apresentado a taxa de variação positiva mais acentuada (+25,7%), seguida a grande distância de Lisboa, onde os pedidos de invenções cresceram a uma taxa média anual no período 2009-2013 de 5,6%.

Em contrapartida, o Alentejo foi a única região a apresentar uma taxa de variação negativa.

Os inventores independentes constituem o perfil do requerente mais comum, totalizando, em 2013, 46,6% dos pedidos de invenções nacionais (47,3% em 2012). As universidades, que em 2009 foram os requerentes com o segundo maior número de pedidos, foram ultrapassadas nos anos seguintes pelas empresas, que em 2013 representaram 29,6% da totalidade dos pedidos. Os pedidos de invenções por parte das instituições de investigação é relativamente marginal, da ordem dos 2% entre 2009 e 2013.

Figura 1.58 - Pedidos de invenções com origem em Portugal por tipo de requerente

Fonte: INPI, I. P.

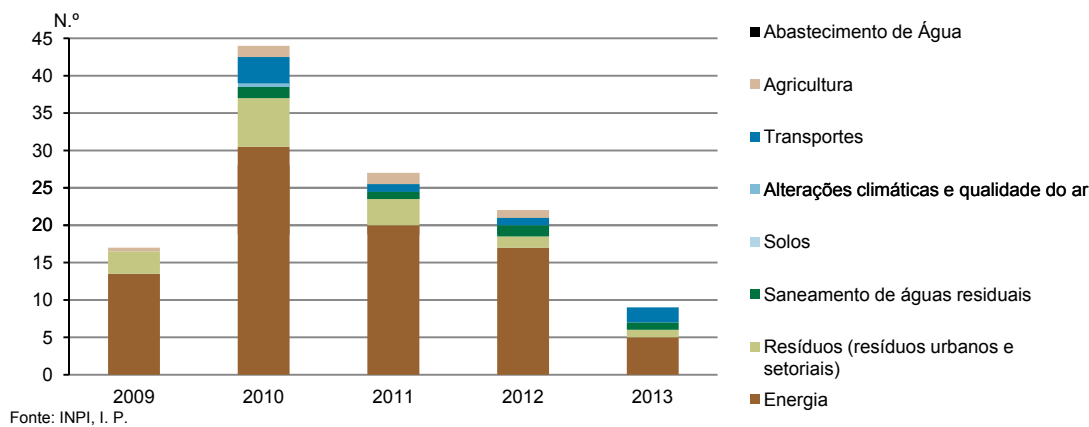
Figura 1.59 - Número de invenções ambientais e percentagem em relação ao total nacional

Fonte: INPI, I. P.

O número de patentes verdes em Portugal foi em média no período em análise de 28, 1,2% do número total de patentes pedidas. O número de patentes verdes apresentou um ritmo de crescimento anual de 51,7%, entre 2008 e 2010, sendo que a partir de 2010 esta tendência inverteu-se. Em 2013, o número de patentes verdes registadas foi de 9 (-59,1% que em 2012).

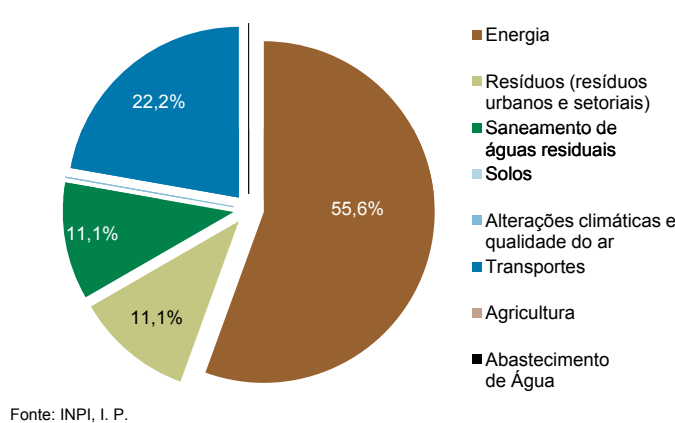


Figura 1.60 - Pedido de invenções nacionais, por áreas temáticas de ambiente



Analisando o número de pedidos de patentes de acordo com as principais áreas de ambiente, verifica-se que as áreas da energia e dos resíduos registaram sempre pedidos de patentes, entre 2008 e 2013. O ano de 2010 destaca-se particularmente, na medida em que foi o ano em que Portugal apresentou pedidos em quase todas as áreas do ambiente, exceto nas áreas de solos e abastecimento de água. Em 2013, dos 9 pedidos ambientais efetuados 5 disseram respeito à área da energia e os restantes 4 pedidos distribuíram-se pelas áreas de resíduos, saneamento de águas residuais e transportes.

Figura 1.61 - Pedido de invenções com origem em Portugal, por área temática de ambiente, em 2013



Do universo de pedidos de patentes ambientais realizados em 2013, a área da energia foi a que apresentou maior número de pedidos, representando aproximadamente 55,6% do total de pedidos ambientais. Salienta-se o facto de ter havido áreas que não registaram qualquer pedido de patentes ambientais, nomeadamente a área de solos, alterações climáticas e qualidade do ar, abastecimento de água e agricultura.

Em 2013, as instituições de investigação não fizeram qualquer pedido de patente na área do ambiente. O setor da energia foi o principal alvo dos pedidos efetuados pelos requerentes (a totalidade dos pedidos das empresas, 50,0% dos pedidos das universidades e 33,3% dos pedidos efetuados por inventores independentes).

As universidades foram em 2013 o tipo de requerentes que maior número de pedidos de invenções ambientais apresentou (4), sendo que em 2012 os inventores independentes tinham sido os mais ativos nesta área com 13 pedidos num total de 22.



1.5 – SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

1.5.1 Modelos de gestão

O INE disponibiliza pela primeira vez informação administrativa de natureza financeira proveniente do Sistema de Informação de Avaliação da Qualidade de Serviço instituído pela Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) para regular as atividades junto das Entidades Gestoras (EG) a operar no setor no Continente.

O setor dos serviços de abastecimento estrutura-se num conjunto de entidades gestoras com modelos de gestão diferenciados e pela segmentação do serviço em alta e em baixa em função das fases de processo que envolve o serviço de abastecimento de água.

Figura 1.62 - Entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água em alta por modelos de gestão (2012)

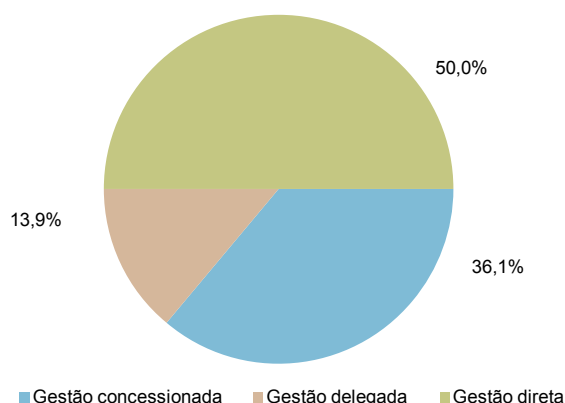
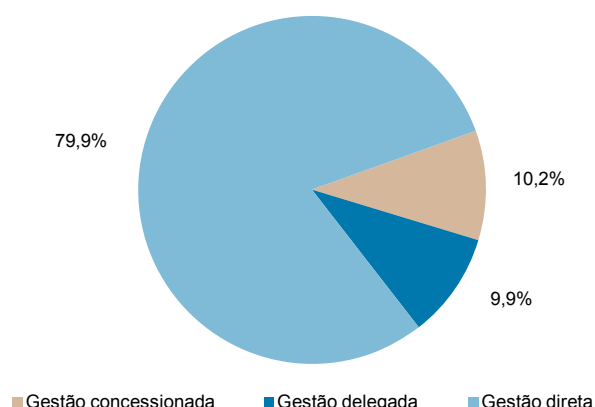


Figura 1.63 - Entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água em baixa por modelos de gestão (2012)



Das 36 entidades gestoras dos serviços de abastecimento em alta, metade tinha como modelo de gestão a gestão direta, sendo o remanescente repartido por gestão delegada (36,1%) e gestão concessionada (13,9%).

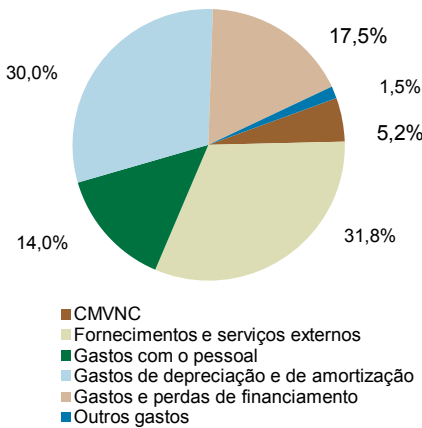
O abastecimento de água em baixa apresenta um modelo de gestão mais concentrado. Em 2012 existiam 393 entidades gestoras, com destaque para a gestão direta dos serviços municipais e serviços municipalizados ou intermunicipalizados com, respetivamente 212 e 23 entidades, somando em conjunto 79,9% do total das unidades. A gestão concessionada e a gestão delegada contribuíram individualmente com cerca de 1/10 do total das entidades.

1.5.2 Informação económica

Em 2012, os gastos das entidades gestoras dos serviços de abastecimento em alta, responsáveis pela captação, tratamento e venda de água para abastecimento público, ascenderam a 295 milhões de euros, aplicados essencialmente em “fornecimentos e serviços externos” (FSE) e “gastos de depreciação e de amortização” com 31,8% e 30,0%, respetivamente. Por sua vez, os “gastos e perdas de financiamento” e os custos com o pessoal contribuíram, em conjunto, com cerca de 1/3 do total dos gastos.

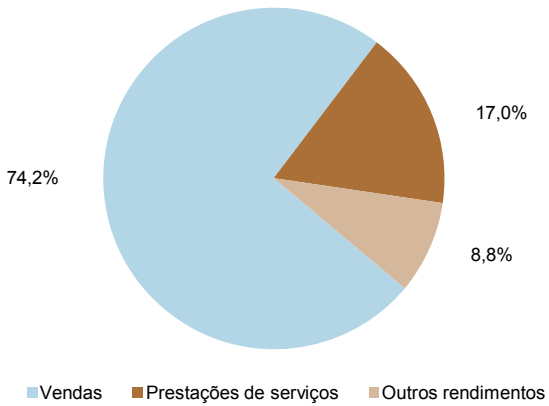


Figura 1.64 - Gastos das entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água em alta por variável contabilística (2012)



Fonte: INE, I. P.

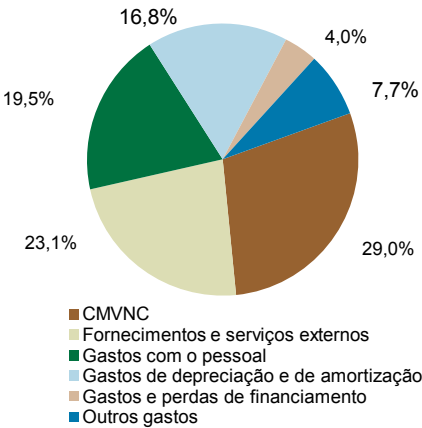
Figura 1.65 - Rendimentos das entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água em alta por variável contabilística (2012)



Fonte: INE, I. P.

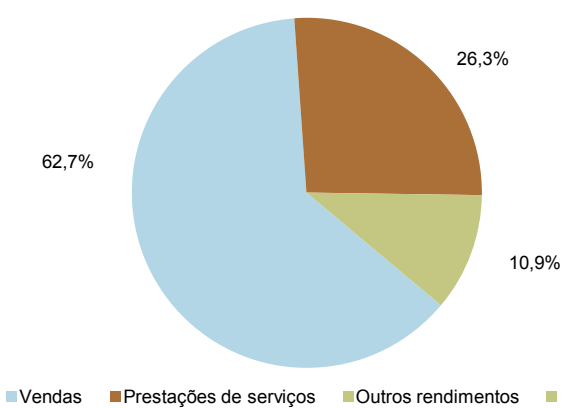
O volume de negócios das EG em alta ascendeu a 320 milhões de euros, resultado das vendas (74,2%) e prestações de serviços (17,0%) relativos ao bem “água” a outras EG.

Figura 1.66 - Gastos das entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água em alta e/ou em baixa por variável contabilística (2012)



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.67 - Rendimentos das entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água em alta e/ou em baixa por variável contabilística (2012)



Fonte: INE, I. P.

Comparativamente às EG dos serviços de abastecimento em baixa, responsáveis pela distribuição pelos consumidores finais de água para abastecimento público, o comportamento é distinto: mais de metade dos gastos foram aplicadas em “custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” (CMVMC) e FSE com, respetivamente 29,0% e 23,1%, seguidos por “gastos com o pessoal” (19,5%) e “gastos de depreciação e de amortização” (16,8%), somando, em conjunto, mais de 1/3 dos gastos.

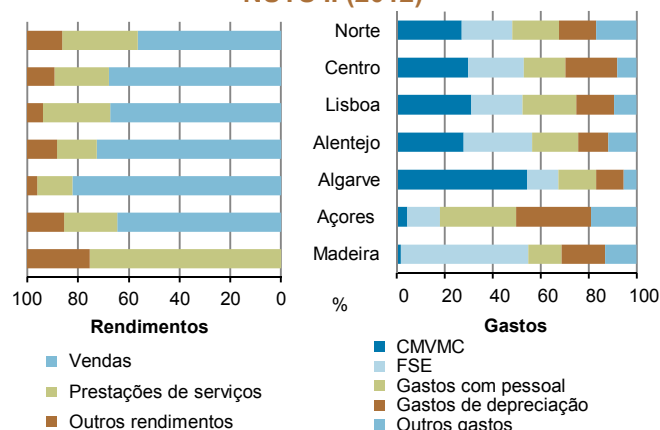
O volume de negócios das EG em baixa totalizou 845 milhões de euros, dos quais cerca de 2/3 resultaram de “vendas” e mais de 1/4 de “prestações de serviços” aos consumidores finais de água.



A contribuição dos CMVMC e FSE das EG dos serviços de abastecimento de água em baixa foi transversal em todas as regiões do País (entre 48,1% da região Norte e 67,4% do Algarve), com exceção da Região Autónoma dos Açores em que as maiores parcelas dos gastos foram aplicadas nos custos com o pessoal e nos “gastos de depreciação e de amortização”, somando, em conjunto, cerca de 2/3 do total dos gastos da região.

As “vendas” e as “prestações de serviços” foram as principais fontes de financiamento em todas as regiões do território nacional, oscilando entre os 75,4% da Região Autónoma da Madeira e os 96,2% do Algarve. De referir que o valor das “vendas” da região da Madeira estão incluídas na rubrica “prestações de serviços”.

Figura 1.68 - Gastos e rendimentos das entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água em alta e/ou em baixa por variável contabilística e NUTS II (2012)



Fonte: INE, I. P.

>> Para mais informação consulte:

Consumo privado (despesa de consumo final - P.3) das famílias residentes por durabilidade (preços correntes; trimestral)

Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Composição da superfície agrícola utilizada e Classes de dimensão económica; Não periódica

Explorações agrícolas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de utilização das terras e Classes de superfície agrícola utilizada; Não periódica

Superfície irrigável (ha) das explorações agrícola por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Classes de dimensão económica; Não periódica

Efetivo bovino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Categoria (efetivo bovino) e Classes de número de bovinos; Não periódica

Efetivo suíno (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Categoria (efetivo suíno) e Classes de número de suínos; Não periódica

Efetivo ovino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Categoria (efetivo ovino) e Classes de número de ovinos

Efetivo caprino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Categoria (efetivo caprino) e Classes de número de caprinos; Não periódica



1.6 – QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 1.1 - População residente e taxa de crescimento efetivo, por NUTS II

Unidade: N.º

Ano	NUTS									
	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	
População residente	2000	10 330 774	9 845 237	3 679 741	2 344 671	2 651 729	775 954	393 142	241 387	244 150
	2001	10 394 669	9 904 113	3 696 333	2 351 652	2 678 695	776 496	400 937	242 544	248 012
	2002	10 444 592	9 950 051	3 708 294	2 355 304	2 702 293	776 131	408 029	243 303	251 238
	2003	10 473 050	9 975 209	3 713 740	2 354 349	2 719 233	774 276	413 611	243 916	253 925
	2004	10 494 672	9 993 865	3 716 870	2 352 891	2 732 440	773 134	418 530	244 491	256 316
	2005	10 511 988	10 008 242	3 718 061	2 350 150	2 745 623	770 869	423 539	245 118	258 628
	2006	10 532 588	10 025 838	3 719 898	2 348 308	2 759 501	769 333	428 798	245 671	261 079
	2007	10 553 339	10 043 520	3 719 773	2 345 981	2 775 675	767 535	434 556	246 373	263 446
	2008	10 563 014	10 051 206	3 712 554	2 341 807	2 792 105	764 652	440 088	246 670	265 138
	2009	10 573 479	10 059 864	3 705 980	2 337 787	2 808 205	762 068	445 824	246 900	266 715
	2010	10 572 721	10 057 999	3 693 585	2 331 642	2 822 761	758 707	451 304	246 757	267 965
	2011	10 542 398	10 030 968	3 687 224	2 316 169	2 827 050	754 385	446 140	247 194	264 236
	2012	10 487 289	9 976 649	3 666 234	2 298 938	2 818 388	748 699	444 390	247 549	263 091
	2013	10 427 301	9 918 548	3 644 195	2 281 164	2 807 525	743 306	442 358	247 440	261 313

Quadro 1.2 - Consumo privado (despesa de consumo final) - Dados encadeados em volume (ano de referência = 2011)

Ano	Consumo privado (10 ⁶ EUR)	Taxas de variação em volume (%)
2000	104 731,6	3,7
2001	105 615,4	0,9
2002	106 874,8	1,2
2003	106 595,6	-0,2
2004	109 308,9	2,6
2005	111 004,6	1,5
2006	112 652,5	1,5
2007	115 353,0	2,4
2008	116 914,1	1,5
2009	114 092,2	-2,3
2010	116 962,1	2,5
2011 (Po)	112 610,6	-3,7
2012 (Pe)	106 731,7	-5,2
2013 (Pe)	105 227,0	-1,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.3 - Número de explorações e SAU, por região

NUTS	SAU				Explorações				Variação 2009-2013	
	2009		2013		2009		2013		SAU (%)	N.º Expl. (%)
	ha	%	ha	%	ha	%	N.º	%		
Portugal	3 668 145	100	3 641 592	100	305 266	100	264 419	100	-0,7	-13,4
Continente	3 542 305	97	3 517 740	97	278 114	91	240 527	91	-0,7	-13,5
Norte	644 027	18	646 610	18	110 841	36	98 824	37	0,4	-10,8
Centro	570 003	16	558 021	15	105 092	34	86 291	33	-2,1	-17,9
Lisboa	87 588	2	74 366	2	7 602	2	6 128	2	-15,1	-19,4
Alentejo	2 152 389	59	2 146 508	59	42 196	14	37 727	14	-0,3	-10,6
Algarve	88 297	2	92 234	3	12 383	4	11 557	4	4,5	-6,7
Açores	120 412	3	118 589	3	13 541	4	11 825	4	-1,5	-12,7
Madeira	5 428	0	5 262	0	13 611	4	12 068	5	-3,1	-11,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.



Quadro 1.4 - Composição da SAU

NUTS	SAU		Terras aráveis		Horta familiar		Culturas permanentes		Pastagens permanentes	
	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013
	ha		ha		ha		ha		ha	
Portugal	3 668 145	3 641 592	1 173 127	1 100 861	19 695	15 381	690 725	708 765	1 784 598	1 816 585
Continente	3 542 305	3 517 740	1 158 805	1 081 311	18 991	14 473	686 221	704 302	1 678 288	1 717 653
Norte	644 027	646 610	187 375	187 586	8 211	6 617	218 545	223 659	229 897	228 748
Centro	570 003	558 021	215 788	193 116	8 218	5 420	157 603	148 445	188 394	211 041
Lisboa	87 588	74 366	39 443	34 829	342	222	14 060	12 990	33 743	26 325
Alentejo	2 152 389	2 146 508	693 872	640 773	1 593	1 754	251 006	272 569	1 205 919	1 231 411
Algarve	88 297	92 234	22 327	25 007	628	460	45 007	46 638	20 335	20 129
Açores	120 412	118 589	12 079	17 345	521	762	2 021	2 073	105 790	98 410
Madeira	5 428	5 262	2 242	2 205	183	146	2 482	2 389	521	522

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.5 - Superfície Regada e Superfície Irrigável

NUTS	Explorações com rega		Superfície regada		Superfície irrigável	
	2009	2013	2009	2013	2009	2013
	N.º		ha			
Portugal	305 266	264 419	469 039	479 818	540 593	551 427
Continente	278 114	240 527	464 627	475 536	536 127	549 99
Norte	110 841	98 824	121 948	124 936	141 495	153 151
Centro	105 092	86 291	109 379	95 808	135 059	118 068
Lisboa	7 602	6 128	23 058	24 153	27 608	27 005
Alentejo	42 196	37 727	194 072	213 855	215 692	231 625
Algarve	12 383	11 557	16 170	16 785	16 274	17 269
Açores	13 541	11 825	284	335	0	-
Madeira	13 611	12 068	4 128	3 947	4 466	4 308

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.6 - Efetivo animal e explorações agrícolas com efetivo animal

Unidade: N.º

NUTSII	Bovinos				Suínos			
	Explorações		Cabeças		Explorações		Cabeças	
	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013
Portugal	50 035	40 733	1 430 285	1 407 269	50 084	40 590	1 913 161	1 844 950
Continente	41 279	32 820	1 177 019	1 145 741	44 732	35 828	1 854 306	1 801 553
Norte	24 656	19 195	325 274	322 726	14 799	14 364	78 128	67 223
Centro	11 311	8 413	185 900	169 130	25 083	17 513	758 939	618 237
Lisboa	528	479	43 460	36 009	524	431	144 882	120 676
Alentejo	4 478	4 414	614 463	607 046	3 010	2 371	848 395	980 581
Algarve	306	319	7 922	10 830	1 316	1 149	23 962	14 837
Açores	7 767	6 878	248 763	256 929	3 217	2 874	42 276	38 812
Madeira	989	1 035	4 503	4 599	2 135	1 888	16 579	4 585

NUTSII	Ovinos				Caprinos			
	Explorações		Cabeças		Explorações		Cabeças	
	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013
Portugal	51 787	44 065	2 219 639	2 067 234	32 514	28 443	420 711	383 030
Continente	50 197	42 196	2 211 173	2 057 299	28 512	24 700	405 627	369 426
Norte	17 157	14 521	398 874	380 292	6 505	5 515	111 825	94 151
Centro	21 190	16 928	569 346	504 996	17 939	15 169	155 456	150 932
Lisboa	1 486	1 443	61 464	49 732	443	492	8 764	9 417
Alentejo	9 553	8 527	1 136 480	1 082 299	2 887	2 751	114 007	97 500
Algarve	811	777	45 009	39 981	738	773	15 575	17 426
Açores	638	767	3 850	4 253	1 711	1 642	8 018	6 864
Madeira	952	1 102	4 616	5 682	2 291	2 101	7 066	6 740

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.



Quadro 1.7 - Produtividade e eficiência do trabalho agrícola

NUTSII	Eficiência do trabalho agrícola - UTA média por SAU		Produtividade - VPPT médio por UTA	
	(UTA/100 ha)		(10 ³ EUR/UTA)	
	2009	2013	2009	2013
Portugal	10,0	9,0	12,6	13,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.8 - Cultivo de milho geneticamente modificado em Portugal

Unidade: ha

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	772	1 257	4 199	4 856	5 094	4 869	7 724	9 278	8 202

Fonte: Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária

Quadro 1.9 - Vendas de produtos fitofarmacêuticos, por tipo de função

Unidade: t s.a.

	2009	2010	2011	2012	2013
Total	13 366	13 253	14 026	12 462	10 127
Fungicidas	9 399	9 475	9 975	8 517	7 203
Enxofre	6 693	6 719	6 697	6 081	4 905
Herbicidas	1 700	2 042	1 996	1 769	1 611
Inseticidas e acaricidas	383	371	880	811	747
Outros (a)	1883	1364	1175	1365	566

Fonte: Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária

(a) Inclui Moluscicidas, Reguladores de Crescimento, Rodenticidas e Outros.

Quadro 1.10 - Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos azotados, fosfatados e potássicos na agricultura

Portugal	Unidade	2008	2009	2010	2011	2012 Po	2013 Po
Total	t	189 729	142 395	173 478	149 302	172 722	198 236
Azoto	t N	105 131	97 293	100 249	95 088	108 526	121 413
Fósforo	t P ₂ O ₅	41 135	26 427	41 432	29 563	34 496	41 521
Potássio	t K ₂ O	43 463	18 675	29 258	24 652	29 699	43 196

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.11 - Balanço do azoto à superfície do solo

Portugal						1995 - 2013	
	Incorporação	Remoção	Balanço Bruto (Incorporação - Remoção)	Balanço Líquido (Incorporação - Remoção - Emissões)	Balanço bruto/ Superfície agrícola utilizada	Balanço líquido/ Superfície agrícola utilizada	
	t N				kg N / ha		
1995 Rv	359 014	164 491	194 523	145 418	49	37	
1996 Rv	382 374	178 376	203 999	153 188	52	39	
1997 Rv	378 313	163 699	214 614	163 597	55	42	
1998 Rv	365 078	155 615	209 463	160 131	56	42	
1999 Rv	373 657	207 134	166 523	115 413	42	29	
2000 Rv	389 348	202 610	186 738	134 310	47	34	
2001 Rv	371 874	156 696	215 178	164 610	56	43	
2002 Rv	379 488	195 281	184 206	134 155	48	35	
2003 Rv	320 287	154 384	165 902	121 188	44	32	
2004 Rv	340 031	183 289	156 742	111 827	41	29	
2005 Rv	316 513	141 496	175 017	132 056	46	35	
2006 Rv	297 001	183 202	113 799	72 492	30	19	
2007 Rv	325 314	160 459	164 855	122 404	45	33	
2008 Rv	315 437	182 700	132 737	91 202	36	24	
2009 Rv	303 325	164 129	139 196	97 269	38	26	
2010 Rv	303 629	148 936	154 694	112 651	43	31	
2011 Rv	297 623	150 943	146 680	105 018	41	29	
2012 Po	308 295	150 282	158 013	116 437	44	32	
2013 Po	314 640	160 044	154 596	113 020	42	31	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.



Quadro 1.12 - Balanço do fósforo à superfície do solo

Portugal

1995 - 2013

	Incorporação	Remoção	Balanço Bruto (Incorporação - Remoção)	Balanço / Superfície agrícola utilizada
	t P			kg P / ha
1995 Rv	75 885	28 310	47 576	12
1996 Rv	75 349	30 307	45 043	11
1997 Rv	73 287	27 751	45 536	12
1998 Rv	68 185	25 561	42 624	11
1999 Rv	70 387	34 559	35 828	9
2000 Rv	71 732	32 790	38 941	10
2001 Rv	65 099	24 556	40 543	11
2002 Rv	65 798	31 339	34 459	9
2003 Rv	69 440	24 197	45 243	12
2004 Rv	83 102	29 138	53 964	14
2005 Rv	63 767	20 990	42 777	11
2006 Rv	51 548	29 081	22 467	6
2007 Rv	58 811	24 489	34 322	9
2008 Rv	47 244	29 128	18 116	5
2009 Rv	41 096	26 065	15 031	4
2010 Rv	46 778	23 321	23 457	6
2011 Rv	41 449	23 703	17 746	5
2012 Po	43 551	23 393	20 158	6
2013 Po	45 303	27 980	17 323	5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.13 - Índices de Produção Industrial - média anual (a)

Ano	Total	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição
2010	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2011	99,1	95,0	99,2	99,1	101,8
2012	93,1	73,7	96,8	76,6	98,9
2013	93,5	64,4	97,6	76,8	94,8

(a) ajustados dos efeitos de calendário e da sazonalidade

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.14 - Principais indicadores da conta de fluxo de materiais, por categoria

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013 Po
Unidade: 10 ⁶ t					
1. Extração interna de materiais - DEU					
Total	185,58	173,42	162,22	148,79	132,60
Biomassa	23,82	24,78	24,76	25,36	25,88
Minério Metálico (minério bruto)	11,77	9,71	10,19	9,91	10,72
Minerais Não-Metálicos	150,00	138,92	127,27	113,53	96,00
2. Importações de materiais - IMP					
Total	53,64	54,91	53,28	52,17	53,80
Biomassa e produtos da biomassa	14,76	16,34	16,25	15,07	15,90
Minério metálico e seus concentrados, metais processados	6,20	6,35	6,05	5,21	6,25
Minerais Não-Metálicos (em bruto e processados)	3,48	4,86	3,77	3,38	3,07
Materiais energéticos fósseis (em bruto ou processados)	26,41	24,37	24,27	25,84	25,79
Outros produtos	2,78	3,00	2,94	2,68	2,78
3. Exportações de materiais - EXP					
Total	28,22	31,96	33,29	34,51	39,39
Biomassa e produtos da biomassa	9,19	9,97	10,58	10,59	11,39
Minério metálico e seus concentrados, metais processados	4,08	4,37	4,95	4,98	5,18
Minerais Não-Metálicos (em bruto e processados)	6,46	7,92	7,63	8,09	9,60
Materiais energéticos fósseis (em bruto ou processados)	6,86	7,94	8,22	8,93	11,24
Outros produtos	1,63	1,76	1,90	1,92	1,98
4. Entrada direta de materiais - DMI (1+2)					
Total	239,22	228,33	215,49	200,97	186,40
Biomassa e produtos da biomassa	38,58	41,12	41,01	40,42	41,78
Minério metálico e seus concentrados, metais processados	17,97	16,06	16,23	15,12	16,97
Minerais Não-Metálicos (em bruto e processados)	153,48	143,78	131,04	116,91	99,08
Materiais energéticos fósseis (em bruto ou processados)	26,41	24,37	24,27	25,84	25,79
Outros produtos	2,78	3,00	2,94	2,68	2,78
5. Consumo interno de materiais - DMC (1+2-3)					
Total	211,00	196,37	182,21	166,46	147,00
Biomassa e produtos da biomassa	29,39	31,15	30,43	29,84	30,39
Minério metálico e seus concentrados, metais processados	13,89	11,68	11,28	10,14	11,79
Minerais Não-Metálicos (em bruto e processados)	147,02	135,86	123,41	108,82	89,48
Materiais energéticos fósseis (em bruto ou processados)	19,55	16,43	16,05	16,91	14,55
Outros produtos	1,15	1,25	1,04	0,75	0,80

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Nota: por questões de arredondamentos, nem sempre os totais poderão refletir o somatório das partes.



Quadro 1.15 - Consumo de energia primária por fonte energética

Unidade: ktep

NUTS I	Fonte energética					
	Total	Carvão	Petróleo	Eletricidade	Gás natural	Outros
Portugal						
2008	24 215	2 526	12 365	1 953	4 157	3 214
2009	23 911	2 858	11 533	1 867	4 233	3 419
2010	23 102	1 657	11 241	2 475	4 507	3 223
2011	22 110	2 222	10 332	2 114	4 483	2 959
2012 (Po)	21 482	2 915	9 297	2 180	3 950	3 139
2013 (Po)	21 704	2 653	9 648	2 608	3 769	3 027
Continente						
2008	23 383	2 526	11 577	1 924	4 157	3 199
2009	23 084	2 858	10 757	1 831	4 233	3 406
2010	22 315	1 657	10 516	2 434	4 507	3 201
2011	21 337	2 222	9 622	2 072	4 483	2 937
2012 (Po)	20 792	2 915	8 663	2 144	3 950	3 120
2013 (Po)	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma dos Açores						
2008	405	0	384	21	0	0
2009	416	0	395	20	0	0
2010	405	0	379	23	0	3
2011	400	0	373	24	0	3
2012 (Po)	343	0	319	20	0	3
2013 (Po)	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma da Madeira						
2008	427	0	404	9	0	14
2009	411	0	382	16	0	13
2010	382	0	346	18	0	19
2011	373	0	337	18	0	18
2012 (Po)	347	0	315	16	0	16
2013 (Po)	x	x	x	x	x	x

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Nacional, 2008-2013; Balanço energético RAA e RAM 2008-2012

Quadro 1.16 - Consumo de energia final por setor de atividade

Unidade: ktep

NUTS I	Setor de atividade						
	Total	Agricultura e pescas	Indústria	Transportes	Construção e obras públicas	Doméstico	Serviços
Portugal							
2008	18 311	452	5 428	6 496	632	3 176	2 127
2009	17 832	424	4 858	6 539	657	3 203	2 151
2010	17 699	455	5 253	6 488	555	2 954	1 994
2011	16 494	447	4 689	6 047	537	2 804	1 971
2012 (Po)	15 626	440	4 608	5 557	427	2 681	1 913
2013 (Po)	15 167	448	4 441	5 443	334	2 620	1 881
Continente							
2008	17 689	416	5 390	6 176	597	3 091	2 019
2009	17 208	387	4 816	6 235	610	3 118	2 042
2010	17 103	421	5 213	6 189	523	2 859	1 899
2011	15 919	409	4 651	5 754	501	2 716	1 873
2012 (Po)	15 083	403	4 570	5 290	408	2 596	1 817
2013 (Po)	x	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma dos Açores							
2008	322	26	31	150	23	42	50
2009	329	29	32	144	29	43	52
2010	320	32	30	146	23	52	36
2011	314	28	30	145	25	46	39
2012 (Po)	268	29	30	120	10	43	37
2013 (Po)	x	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma da Madeira							
2008	300	9	7	171	12	43	58
2009	295	8	10	161	17	43	57
2010	276	2	10	152	9	43	59
2011	275	9	9	147	10	42	58
2012 (Po)	275	9	9	147	10	42	58
2013 (Po)	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Nacional, 2008-2013; Balanço energético RAA e RAM 2008-2012



Quadro 1.17 - Consumo final de eletricidade

NUTS I	Unidade: ktep					
	2008	2009	2010	2011	2012 Po	2013 Po
Portugal	4 159	4 126	4 289	4 162	3 977	3 889
Continente	4 017	3 984	4 146	4 021	3 843	x
Região Autónoma dos Açores	65	65	67	67	63	x
Região Autónoma da Madeira	77	77	75	74	71	x

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Nacional, 2008-2013; Balanço energético RAA e RAM 2008-2012

Quadro 1.18 - Intensidade energética da economia e importação de energia primária

Ano	Intensidade energética da economia em energia primária (tep/10 ⁶ EUR)	Importação de energia primária (tep)					
		Total	Carvão	Petróleo	Eletricidade	Gás natural	Resíduos industriais
2008	123,4	24 022 754	2 327 219	16 608 384	923 984	4 163 167	0
2009	127,5	23 059 640	3 095 934	15 015 644	653 428	4 282 310	12 324
2010	119,3	21 908 084	1 700 470	15 168 389	500 004	4 523 693	15 528
2011	115,9	22 259 475	2 242 680	14 775 660	579 838	4 552 810	77 707
2012 Po	118,6	22 596 508	3 098 409	14 588 441	925 876	3 938 768	45 014
2013 Po	129,2	23 734 987	2 620 373	16 496 976	696 600	3 830 773	64 305

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético 2008-2013

Quadro 1.19 - Eficiência energética da economia em energia final

Ano	Eficiência energética da economia (10 ⁶ EUR/tep)
2008	0,01020
2009	0,01019
2010	0,01040
2011	0,01099
2012 Po	0,01123
2013 Po	0,01132

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético 2008-2013 / Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.20 - Produção de eletricidade a partir de fontes renováveis

NUTS	Unidade: tep					
	Total	Hídrica	Eólica	Fotovoltaica	Geotérmica	Biomassa
Portugal						
2008	1 325 776	627 456	495 102	3 268	16 512	183 438
2009	1 660 746	775 204	651 622	13 760	15 824	204 336
2010	2 498 501	1 423 033	789 615	19 331	16 950	249 572
2011	2 148 765	1 041 822	787 899	24 080	18 096	276 868
2012 Po	1 776 341	572 781	882 341	33 767	12 596	274 856
2013 Po	2 656 454	1 278 683	1 032 816	41 090	16 906	286 959

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético 2008-2013

Quadro 1.21 - Parque de veículos rodoviários motorizados presumivelmente em circulação ^(a), segundo o tipo de veículo

Tipo de veículo		Unidade: N.º									
		Total	Ligeiros				Pesados				Outros
			Total	Passageiros	Mercadorias	Outros	Total	Passageiros	Mercadorias	Outros	
Data									Camiónes	Tratores	
31.12.2010		6 182 106	6 049 889	4 692 000	1 337 373	20 516	132 217	15 425	65 236	41 657	9 899
31.12.2011		6 181 188	6 054 508	4 712 354	1 321 711	20 443	126 680	15 181	61 482	40 358	9 659
31.12.2012		5 556 041	5 450 699	4 258 746	1 172 906	19 047	105 342	12 358	50 971	34 009	8 004
31.12.2013		5 615 079	5 512 864	4 327 478	1 164 962	20 424	102 215	12 111	50 111	31 374	8 619

Nota: (a) Parque com exclusão de ciclomotores, motociclos e tratores agrícolas; veículos presumivelmente em circulação: compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias

Fonte: IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres



Quadro 1.22 - Parque de veículos rodoviários motorizados de passageiros presumivelmente em circulação ^(a), por escalões de idade segundo o tipo de veículo

Tipo de veículo		Transporte de passageiros			
		Ligeiros		Pesados	
Idade dos veículos		N.º	Idade média	N.º	Idade média
31.12.2011					
Total		4 712 354	10,6	15 181	11,3
< 2 anos		379 218	0,6	901	0,6
≥ 2 - < 5 anos		615 438	3,1	2 001	3,1
≥ 5 - < 10 anos		1 105 379	7,1	3 463	7,1
≥ 10 anos		2 612 319	15,3	8 816	15,9
31.12.2012					
Total		4 258 746	10,6	12 358	11,3
< 2 anos		243 511	0,6	615	0,6
≥ 2 - < 5 anos		629 792	3,0	1 405	3,1
≥ 5 - < 10 anos		971 471	7,0	2 842	7,0
≥ 10 anos		2 413 972	15,5	7 496	16,3
31.12.2013					
Total		4 327 478	11,5	12 111	12,3
< 2 anos		194 719	0,5	487	0,5
≥ 2 - < 5 anos		555 184	3,0	1 032	3,2
≥ 5 - < 10 anos		975 432	7,0	2 830	7,1
≥ 10 anos		2 602 143	15,9	7 762	16,2

Nota : (a) Parque com exclusão de ciclomotores e motociclos; veículos presumivelmente em circulação: compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias

Fonte: IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres

Quadro 1.23 - Parque de veículos rodoviários motorizados presumivelmente em circulação ^(a) por tipo de veículo, segundo o combustível principal

31.12.2013											Unidade: N.º
Combustível \ Tipo de veículo	Total	Ligeiros				Pesados					
		Total	Passageiros	Mercadorias	Outros	Total	Passageiros	Mercadorias		Outros	
								Camiões	Tratores		
Total	5 615 079	5 512 864	4 327 478	1 164 962	20 424	102 215	12 111	50 111	31 374	8 619	
Gasóleo	3 393 572	3 291 868	2 120 334	1 151 373	20 161	101 704	11 759	50 076	31 347	8 522	
Gasolina	2 168 388	2 168 355	2 155 229	12 902	224	33	7	7	0	19	
GPL	41 136	41 097	40 443	616	38	39	2	5	26	6	
Outros	11 983	11 544	11 472	71	1	439	343	23	1	72	

Nota: (a) Parque com exclusão de ciclomotores, motociclos e tratores agrícolas; veículos presumivelmente em circulação: compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias

Fonte: IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres

Quadro 1.24 - Consumo de combustíveis no transporte rodoviário

					Unidade: tep
	2010	2011	2012 (Rc)	2013 Po	
Total	6 193 453	5 758 324	5 284 058	5 143 404	
GPL	31 801	32 996	35 000	37 113	
Gasolinas	1 450 134	1 306 535	1 183 623	1 148 358	
Petróleos	6	0	0	0	
Gasóleo	4 654 280	4 365 469	3 990 684	3 895 000	
no qual, biodiesel incorporado	321 473	303 203	285 555	270 000	
Lubrificantes	40 686	36 682	58 587	46 615	
Gás Natural	12 581	12 618	12 018	12 018	
Biodiesel	3 965	4 024	4 146	4 300	

Fonte: DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia



Quadro 1.25 - Patentes de invenções registadas por tipo de requerente

Unidade: N.º

Ano	Tipo de requerente	NUTS								
		PT	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A.Açores	R.A.Madeira
2009	Total	665	657	224	174	215	20	24	2	6
	Empresas	187	187	88	45	45	7	2	0	0
	Universidades	170	170	33	60	58	5	14	0	0
	Instituições de investigação	15	15	3	0	12	0	0	0	0
	Inventores independentes	293	285	100	69	100	8	8	2	6
2010	Total	591	573	204	154	157	23	35	3	15
	Empresas	167	166	78	37	43	6	2	1	0
	Universidades	122	122	27	61	17	3	14	0	0
	Instituições de investigação	11	11	3	1	7	0	0	0	0
	Inventores independentes	291	274	96	55	90	14	19	2	15
2011	Total	660	651	188	177	228	27	31	3	6
	Empresas	220	216	81	65	52	14	4	3	1
	Universidades	140	140	39	53	42	1	5	0	0
	Instituições de investigação	11	11	1	0	10	0	0	0	0
	Inventores independentes	289	284	67	59	124	12	22	0	5
2012	Total	693	682	212	195	225	20	30	3	8
	Empresas	217	215	74	69	60	7	5	0	2
	Universidades	132	131	46	50	27	1	7	1	0
	Instituições de investigação	16	16	1	1	14	0	0	0	0
	Inventores independentes	328	320	91	75	124	12	18	2	6
2013	Total	742	731	238	181	267	15	30	5	6
	Empresas	220	218	87	56	61	6	8	1	1
	Universidades	140	139	43	57	29	2	8	1	0
	Instituições de investigação	36	36	18	5	13	0	0	0	0
	Inventores independentes	346	338	90	63	164	7	14	3	5

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial



Quadro 1.26 - Pedido de invenções nacionais por país de origem

Unidade: N.º

País de Residência	Ano Pedido					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	561	779	711	772	803	867
AO	0	0	0	0	0	1
AR	0	0	0	0	0	0
AT	x	1	0	0	0	0
AU	1	0	0	1	3	0
BE	3	2	5	1	5	2
BG	0	0	0	0	0	0
BM	0	0	0	0	0	0
BR	5	5	2	4	3	1
CA	1	1	1	0	0	1
CH	5	7	7	6	3	9
CL	0	0	1	0	0	0
CN	0	3	x	0	2	0
CO	0	0	0	1	0	0
CV	1	0	0	0	0	0
CW	0	0	0	0	0	1
DE	5	7	10	7	9	17
DK	4	1	0	0	2	6
ES	33	36	36	38	27	20
FI	1	0	1	2	0	0
FR	6	9	8	6	2	6
GB	4	0	2	1	8	4
GR	0	0	0	0	0	0
HU	0	0	0	3	0	0
IE	0	0	0	0	0	1
IL	0	1	0	1	0	1
IN	0	0	0	2	1	3
IT	2	2	8	6	4	5
JP	5	7	7	9	6	6
KR	0	2	1	0	1	0
LI	0	0	0	0	0	0
LU	0	0	1	0	2	4
MC	0	0	0	0	1	0
MO	0	0	0	0	0	0
MX	0	0	0	1	0	0
MY	0	0	1	0	0	0
NL	1	1	3	0	0	0
NO	1	3	1	0	0	0
NZ	0	0	0	0	0	0
PT	464	665	591	660	693	742
RU	0	0	0	0	1	0
SE	1	1	2	5	3	0
SG	0	0	0	0	0	0
SK	0	0	0	0	0	0
SU	0	0	0	0	0	0
TD	0	0	0	1	0	0
TH	0	0	0	0	0	0
TR	0	2	2	0	0	0
TW	1	4	2	2	1	4
UA	0	0	1	0	0	0
US	17	19	18	15	25	30
UY	0	0	0	0	1	1
VG	0	0	0	0	0	2
ZA	0	0	0	0	0	0

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial



Quadro 1.27 - Patentes de invenções ambientais registadas por tipo de requerente e área temática de ambiente

Unidade: N.º

Tipo de requerente	Área temática de ambiente	2009								
		NUTS II								
		PT	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A.Açores	R.A.Madeira
Total	Total	17	17	4	3	9	0	1	0	0
	Energia	14	14	3	3	7	0	1	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	3	3	1	0	2	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	1	1	0	0	1	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	2	2	2	0	0	0	0	0	0
Empresas	Energia	1	1	1	0	0	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	1	1	1	0	0	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	4	4	0	0	4	0	0	0	0
	Energia	4	4	0	0	4	0	0	0	0
Universidades	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	1	1	0	0	1	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Energia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições de investigação	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	11	11	2	3	5	0	1	0	0
	Energia	9	9	2	3	3	0	1	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	2	2	0	0	2	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inventores independentes	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	1	1	0	0	1	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	11	11	2	3	5	0	1	0	0
	Energia	9	9	2	3	3	0	1	0	0

(continua)



Quadro 1.27 - Patentes de invenções ambientais registadas por tipo de requerente e área temática de ambiente (cont.)

Unidade: N.º

Tipo de requerente	Área temática de ambiente	2010								
		NUTS II								
		PT	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A.Açores	R.A.Madeira
Total	Total	44	43	17	8	13	3	2	0	1
	Energia	31	30	11	8	10	1	0	0	1
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	7	7	4	0	2	1	1	0	0
	Saneamento de águas residuais	2	2	0	0	1	1	1	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	1	1	0	0	0	0	1	0	0
	Transportes	4	4	3	0	0	1	0	0	0
	Agricultura	2	2	1	0	1	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empresas	Total	13	13	6	3	3	0	1	0	0
	Energia	9	9	4	3	2	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	3	3	2	0	0	0	1	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	1	1	0	0	0	0	1	0	0
	Transportes	1	1	1	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	1	1	0	0	1	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Universidade s	Total	13	13	2	4	4	2	1	0	0
	Energia	9	9	1	4	3	1	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	3	3	1	0	1	1	1	0	0
	Saneamento de águas residuais	1	1	0	0	0	1	1	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	1	1	1	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições de investigação	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Energia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inventores independentes	Total	18	17	9	1	6	1	0	0	1
	Energia	13	12	6	1	5	0	0	0	1
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	2	2	1	0	1	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	1	1	0	0	1	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	3	3	2	0	0	1	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(continua)



Quadro 1.27 - Patentes de invenções ambientais registadas por tipo de requerente e área temática de ambiente (cont.)

Unidade: N.º

Tipo de requerente	Área temática de ambiente	2011								
		NUTS II								
		PT	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A.Açores	R.A.Madeira
Total	Total	27	26	8	6	8	0	4	1	0
	Energia	20	19	6	6	5	0	2	1	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	4	4	1	0	1	0	2	0	0
	Saneamento de águas residuais	1	1	0	0	1	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	1	1	1	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	2	2	1	0	1	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empresas	Total	9	8	4	3	1	0	0	1	0
	Energia	8	7	3	3	1	0	0	1	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	1	1	1	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Universidades	Total	3	3	1	0	1	0	1	0	0
	Energia	1	1	0	0	0	0	1	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	1	1	1	0	0	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	2	2	1	0	1	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições de investigação	Total	2	2	0	0	2	0	0	0	0
	Energia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	1	1	0	0	1	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	1	1	0	0	1	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inventores independentes	Total	13	13	3	3	4	0	3	0	0
	Energia	11	11	3	3	4	0	1	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	2	2	0	0	0	0	2	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(continua)



Quadro 1.27 - Patentes de invenções ambientais registadas por tipo de requerente e área temática de ambiente (cont.)

Unidade: N.º

Tipo de requerente	Área temática de ambiente	2012									
		NUTS II									
		PT	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A.Açores	R.A.Madeira	
Total	Total	22	22	3	7	12	0	0	0	0	0
	Energia	17	17	1	7	9	0	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	2	2	1	0	1	0	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	2	2	1	0	1	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empresas	Total	5	5	0	3	2	0	0	0	0	0
	Energia	4	4	0	3	1	0	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Universidades	Total	4	4	0	1	3	0	0	0	0	0
	Energia	3	3	0	1	2	0	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições de investigação	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Energia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inventores independentes	Total	13	13	3	3	7	0	0	0	0	0
	Energia	10	10	1	3	6	0	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(continua)



Quadro 1.27 - Patentes de invenções ambientais registadas por tipo de requerente e área temática de ambiente (cont.)

Unidade: N.º

Tipo de requerente	Área temática de ambiente	2013								
		NUTS II								
		PT	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A.Açores	R.A.Madeira
Total	Total	9	9	3	2	4	0	0	0	0
	Energia	5	5	1	1	3	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	1	1	1	0	1	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	1	1	1	0	1	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	2	2	1	1	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empresas	Total	2	2	0	1	1	0	0	0	0
	Energia	2	2	0	1	1	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Universidades	Total	4	4	1	0	3	0	0	0	0
	Energia	2	2	0	0	2	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	1	1	1	0	1	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	1	1	1	0	1	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições de investigação	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Energia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inventores independentes	Total	3	3	2	1	0	0	0	0	0
	Energia	1	1	1	0	0	0	0	0	0
	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Solos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações climáticas e qualidade do ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportes	2	2	1	1	0	0	0	0	0
	Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial



Quadro 1.28 - Entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água por modelos de gestão, segundo a NUT I

2012

Unidade: N.º

Modelo de gestão Submodelo de gestão	NUTS I											
	Portugal			Continente			R. A. Açores			R. A. Madeira		
	Total ¹	Alta	Baixa	Total ¹	Alta	Baixa	Total ¹	Alta	Baixa	Total ¹	Alta	Baixa
Total	406	36	393	379	15	366	19	19	19	8	2	8
Gestão concessionada	41	13	30	39	12	28	0	0	0	2	1	2
Concessões multimunicipais	12	11	2	11	11	1	0	0	0	1	0	1
Concessões regionais	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Concessões municipais	28	1	27	28	1	27	0	0	0	0	0	0
Gestão delegada	31	5	29	29	3	27	2	2	2	0	0	0
Delegações estatais	2	1	2	2	1	2	0	0	0	0	0	0
Parcerias Estado/municípios	2	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0
Empresas municipais ou intermunicipais	27	3	26	25	1	24	2	2	2	0	0	0
Gestão direta	235	18	235	212	0	212	17	17	17	6	1	6
Serviços municipais	212	16	212	191	0	191	15	15	15	6	1	6
Serviços municipalizados ou intermunicipalizados	23	2	23	21	0	21	2	2	2	0	0	0
Outros submodelos de gestão/Não aplicável	99	0	99	99	0	99	x	x	x	x	x	x

¹ Note-se que existem entidades gestoras que nalguns municípios prestam serviços em alta e noutros prestam em baixa. Assim, a coluna "Total" não é a soma das colunas
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores e Direção Regional de Estatística da Madeira.

Quadro 1.29 - Água distribuída por entidades gestoras de sistemas públicos urbanos de abastecimento de água

2012

Unidade: m³

Regiões	Água distribuída por tipo de utilizador		
	Total	Utilizador Doméstico	Utilizador Não Doméstico
Portugal	622 384 849	x	x
1 Continente	582 169 413	x	x
11 Norte	141 445 000	x	x
111 Minho-Lima	10 086 256	x	x
112 Cávado	15 940 850	x	x
113 Ave	13 870 431	x	x
114 Grande Porto	65 422 215	x	x
115 Tâmega	11 508 445	x	x
116 Entre Douro e Vouga	7 011 671	x	x
117 Douro	8 947 245	x	x
118 Alto de Trás-os-Montes	8 657 887	x	x
16 Centro	118 632 977	x	x
161 Baixo Vouga	16 480 915	x	x
162 Baixo Mondego	20 821 077	x	x
163 Pinhal Litoral	11 860 007	x	x
164 Pinhal Interior Norte	6 079 890	x	x
165 Dão-Lafões	13 852 490	x	x
166 Pinhal Interior Sul	1 973 670	x	x
167 Serra da Estrela	1 691 791	x	x
168 Beira Interior Norte	4 901 163	x	x
169 Beira Interior Sul	4 905 923	x	x
16A Cova de Beira	3 349 675	x	x
16B Oeste	20 491 772	x	x
16C Médio Tejo	12 224 604	x	x
17 Lisboa	232 473 756	x	x
171 Grande Lisboa	186 058 713	x	x
172 Península de Setúbal	46 415 043	x	x
18 Alentejo	42 901 856	x	x
181 Alentejo Litoral	6 362 397	x	x
182 Alto Alentejo	6 447 081	x	x
183 Alentejo Central	8 929 527	x	x
184 Baixo Alentejo	6 440 053	x	x
185 Lezíria do Tejo	14 722 798	x	x
15 Algarve	46 715 824	x	x
2 R. A. dos Açores	14 237 936	8 293 246	5 944 690
3 R. A. da Madeira	25 977 500	15 053 200	10 924 300

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores e Direção Regional de Estatística da Madeira.



Quadro 1.30 - Gastos e rendimentos das entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água por tipo de serviço

2012

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Tipo de serviço	
	Serviços em alta	Serviços em alta e/ou baixa
Gastos	295 409	804 483
CMVNC	15 382	233 274
Fornecimentos e serviços externos	93 974	185 540
Gastos com o pessoal	41 425	156 530
Gastos de depreciação e de amortização	88 664	135 102
Gastos e perdas de financiamento	51 636	31 939
Outros gastos	4 327	62 099
Rendimentos	350 462	845 443
Vendas	260 055	530 394
Prestações de serviços	59 475	222 754
Outros rendimentos	30 932	92 296

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores e Direção Regional de Estatística da Madeira.

Quadro 1.31 - Gastos e rendimentos das entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água em alta e/ou baixa

2012

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Gastos	804 483	240 611	187 718	182 446	85 409	55 964	16 778	35 557
CMVNC	233 274	65 345	55 843	56 566	23 744	30 374	752	649
Fornecimentos e serviços externos	185 540	50 357	43 315	38 955	24 468	7 327	2 252	18 865
Gastos com o pessoal	156 530	47 048	32 922	41 061	16 381	8 852	5 343	4 923
Gastos de depreciação e de amortização	135 102	37 397	40 493	28 419	10 734	6 397	5 248	6 414
Gastos e perdas de financiamento	31 939	14 746	5 655	2 944	4 908	1 040	844	1 801
Outros gastos	62 099	25 718	9 489	14 502	5 173	1 973	2 338	2 906
Rendimentos	845 443	250 448	193 813	199 747	80 874	57 963	24 854	37 743
Vendas	530 394	141 622	131 494	134 689	58 814	47 709	16 067	0
Prestações de serviços	222 754	74 653	41 326	52 496	12 603	8 059	5 174	28 443
Outros rendimentos	92 296	34 174	20 993	12 563	9 457	2 196	3 614	9 300

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores e Direção Regional de Estatística da Madeira.





Ar e clima

2 - AR E CLIMA

- A Convenção-Quadro das Nações Unidas relativa às Alterações Climáticas (CQNUAC) e as negociações em curso sobre o regime climático pós-2012, têm como objetivo de longo prazo a estabilização das concentrações de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera.
- No âmbito do Protocolo de Quioto, Portugal está obrigado a limitar as suas emissões em 27% face ao valor das emissões verificadas em 1990. A quantidade atribuída para Portugal é de 382 milhões de toneladas de equivalentes de CO₂ (Mt CO₂eq), representando um valor médio anual de 76,39 Mt CO₂eq.
- O cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de alterações climáticas no âmbito do Protocolo de Quioto baseia-se nos seguintes instrumentos fundamentais: o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão para o período 2008-2012 (PNALE II) e o Fundo Português de Carbono.
- Para o período pós 2012, Portugal desenvolveu os seguintes instrumentos de política: Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), Programa Nacional para as Alterações Climáticas para o período 2013-2020 (PNAC 2020) e Planos Setoriais de Baixo Carbono. Neste capítulo são apresentados alguns indicadores climatológicos os quais permitem caracterizar o clima observado em Portugal. Adicionalmente, são apresentados indicadores sobre o Fundo Português de Carbono e sobre poluentes atmosféricos que têm impacto na qualidade do ar.



Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Potencial de efeito de estufa	Ao abrigo do Protocolo de Quioto e de acordo com as partilhas de responsabilidade, Portugal deverá limitar em 27% o aumento das emissões de gases de efeito de estufa, no período de 2008-2012, face ao valor de referência ajustado a partir do registo de 1990.	Pressão 	A partir de 2008, as emissões de GEE superaram sistematicamente o objetivo traçado. Em 2012, o valor das emissões já superava a meta em 14 p.p., o que corresponde a um nível de emissões superior em apenas 13% ao valor registado em 1990.
Índice de qualidade do ar		Estado 	Em 2013, 77,4% dos dias apresentaram qualidade do ar “bom” e 15,3% qualidade “médio”.
Ozono troposférico	Decreto-Lei n.º 102/2010 de 23 de setembro estabelece, para além dos limiares de ozono, valor alvo e objetivo a longo prazo, para a proteção da saúde humana e para a proteção de vegetação. O valor alvo para a proteção da saúde humana corresponde a 120µg/m³ a não ultrapassar mais de 25 dias por ano civil e em média num período de três anos, enquanto que objetivo a longo prazo corresponde a não ultrapassar esta concentração em nenhum dia do ano.	Estado 	Entre 2009 e 2012, verificou-se um decréscimo no número de dias em que se registaram concentrações superiores a 120 µg/m3 de ozono troposférico, tanto nas zonas como nas aglomerações, sendo que em 2011 e 2012 os dias registados estiveram abaixo dos 25 dias definidos na legislação. No entanto, em 2013, verificou-se um maior número de dias com concentrações acima deste valor, face aos dois anos anteriores, ainda assim abaixo do limite máximo de 25 dias.
Partículas inaláveis (PM ₁₀)	De acordo com o Decreto-Lei 102/2010 de 23 de setembro, não é permitido ultrapassar o limite de 40 µg/m³ da concentração média diária de PM ₁₀ .	Estado 	Com 20µm/m³ em 2013, Portugal apresenta uma concentração muito abaixo do valor limite.
Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico		Estado 	Desde 2004 que o potencial de formação de ozono troposférico tem diminuído consecutivamente. Em 2012 foi quantificado um total de emissões de 384,9 kt de COVNM equivalente, menos 36,8% que em 1990.
Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes		Estado 	Com uma redução sustentada desde 1998, as 8 532 kt de equivalente ácido emitidas em 2012 correspondem a menos de metade das observadas em 1990 (19 354 kt de equivalente ácido).
Despesas na Proteção da Qualidade do Ar e Clima			Em 2013, a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção da qualidade do ar e clima” fixou-se nos 78 milhões de euros, dez vezes mais que no ano



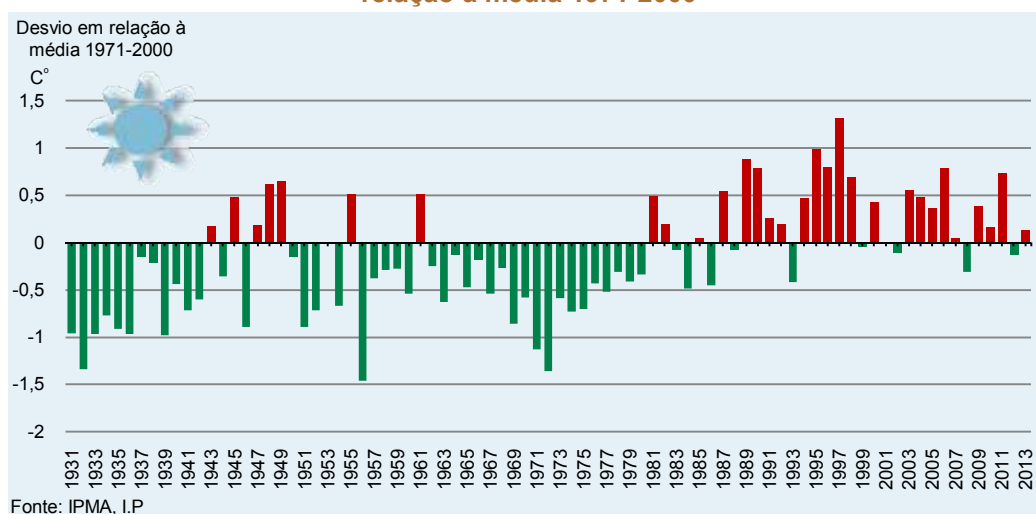
2.1 – CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

Para a caracterização climática de 2013 foram analisadas as variáveis climatológicas temperatura do ar e precipitação, assim como alguns fenómenos meteorológicos e climáticos extremos (ondas de calor, ondas de frio, precipitação intensa/muito intensa e situações de seca). Os valores normais utilizados referem-se ao período 1971-2000.

A distribuição espacial (temperatura do ar e precipitação) foi efetuada através de interpolação dos valores observados nas estações meteorológicas da rede do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), sendo que para a caracterização dos fenómenos climáticos extremos, os resultados foram expressos por estação meteorológica, tendo sido analisadas, em 2013, 34 estações distribuídas por todo o território nacional.

2.1.1 – Temperatura

Figura 2.1 - Temperatura média anual em Portugal Continental, desvio em relação à média 1971-2000



Na Figura 2.1 representam-se os desvios da temperatura média anual de Portugal Continental em relação ao valor médio do período 1971-2000 (15,26 °C). Nos últimos trinta anos observou-se um aumento da temperatura média do ar, sendo que a partir de 1980, apenas se registaram quatro anos com temperatura média do ar inferior ao valor médio 1971-2000. O desvio da temperatura média nos últimos treze anos, em relação à média do período de referência 1971-2000, foi de 0,24 °C. De referir que dois dos sete anos mais quentes (2006 e 2011) dos oitenta e três anos em análise, registaram-se no século XXI.

O valor médio anual da temperatura média do ar, 15,39 °C, foi superior ao valor médio 1971-2000 (anomalia de cerca de +0,13 °C). Valores superiores aos registados este ano ocorreram em cerca de 30% dos anos.

Em 2013, na análise da distribuição espacial dos valores médios anuais da temperatura máxima do ar e das respetivas anomalias para Portugal Continental, verificou-se que os valores médios da temperatura máxima do ar variaram entre 9,6 °C em Seia, Covilhã e Manteigas (região Centro) e 24,9 °C em Mértola.

Os maiores desvios da temperatura máxima registaram-se nos municípios de Seia e Covilhã com desvios entre 1,0 °C e 1,5 °C e os menores desvios ocorreram nos municípios de Salvaterra de Magos e Entroncamento (desvios de 0,6 °C)

Analisando a distribuição da temperatura máxima por NUTS, verifica-se que os valores médios mais baixos da temperatura máxima do ar (inferiores a 15,0 °C) registaram-se nos locais de maior altitude das regiões do Centro (Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira) e Norte (Alto de Trás-os-Montes, concelho de Montalegre).

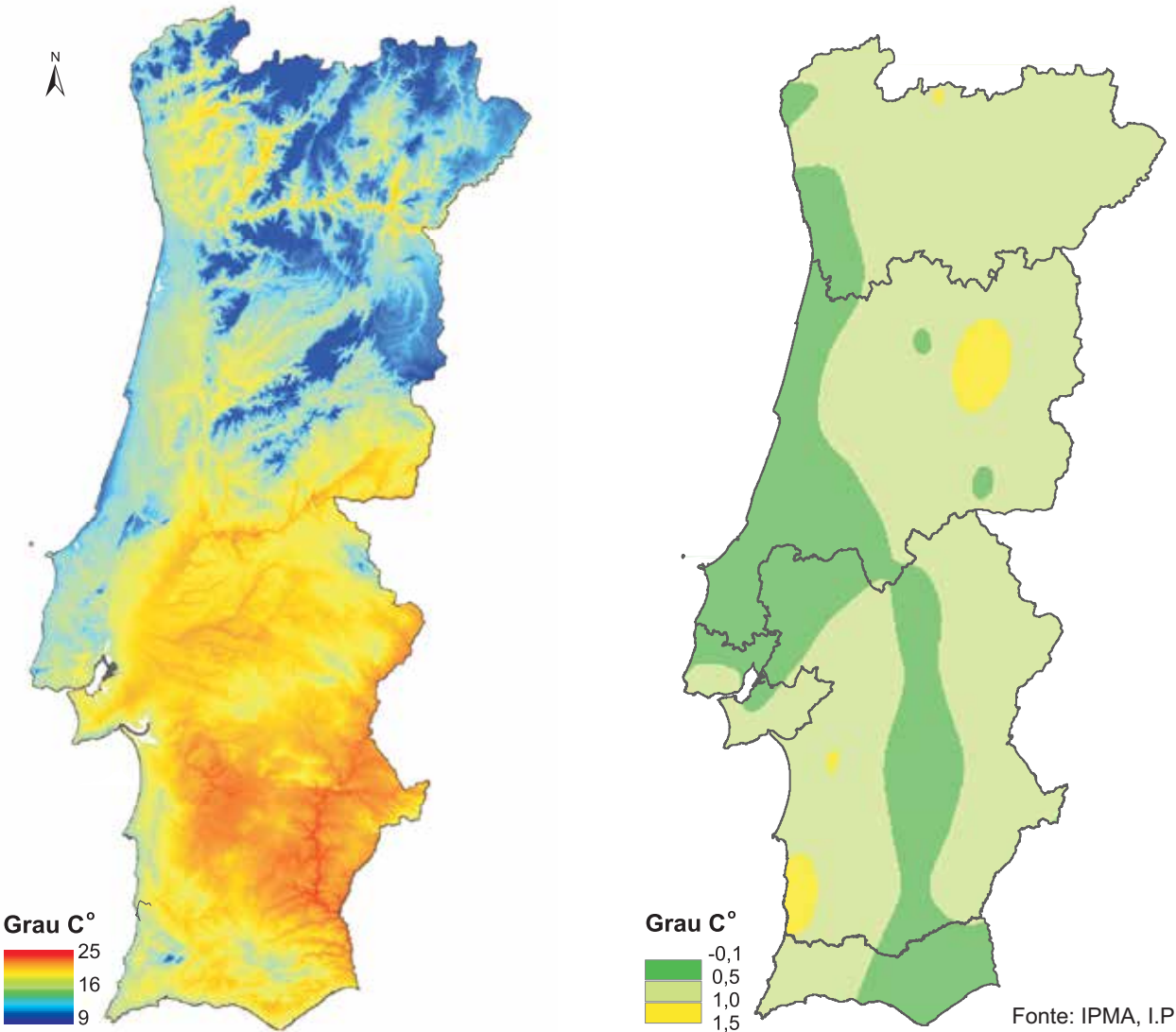
Na região do Alentejo, registou-se o valor médio mais elevado da temperatura máxima do ar, sendo de assinalar que em alguns locais de treze municípios verificaram-se valores acima dos 24,0 °C, dos quais sete municípios são do Baixo Alentejo e os restantes foram registados no Alentejo Central e Alentejo Litoral.



No Algarve, em alguns locais dos municípios de Alcoutim e Castro Marim, também se registaram valores médios da temperatura máxima do ar acima dos 24,0 °C.

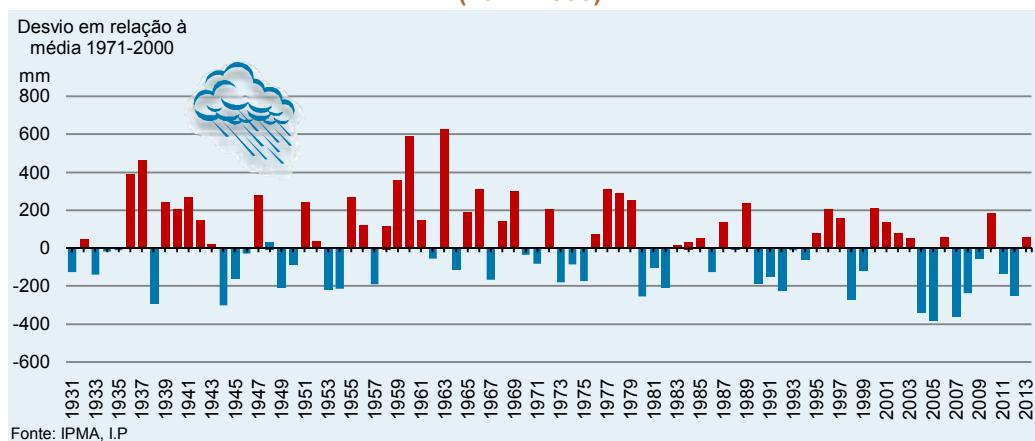
O valor médio anual da temperatura máxima do ar foi superior ao valor normal 1971-2000 em +0,44 °C, e o valor médio anual da temperatura mínima do ar foi inferior em -0,17 °C.

Figura 2.2 - Média da temperatura máxima do ar em 2013 e desvio em relação à normal 1971-2000



2.1.2 – Precipitação

Figura 2.3 - Total de precipitação anual – desvios em relação ao valor normal (1971-2000)

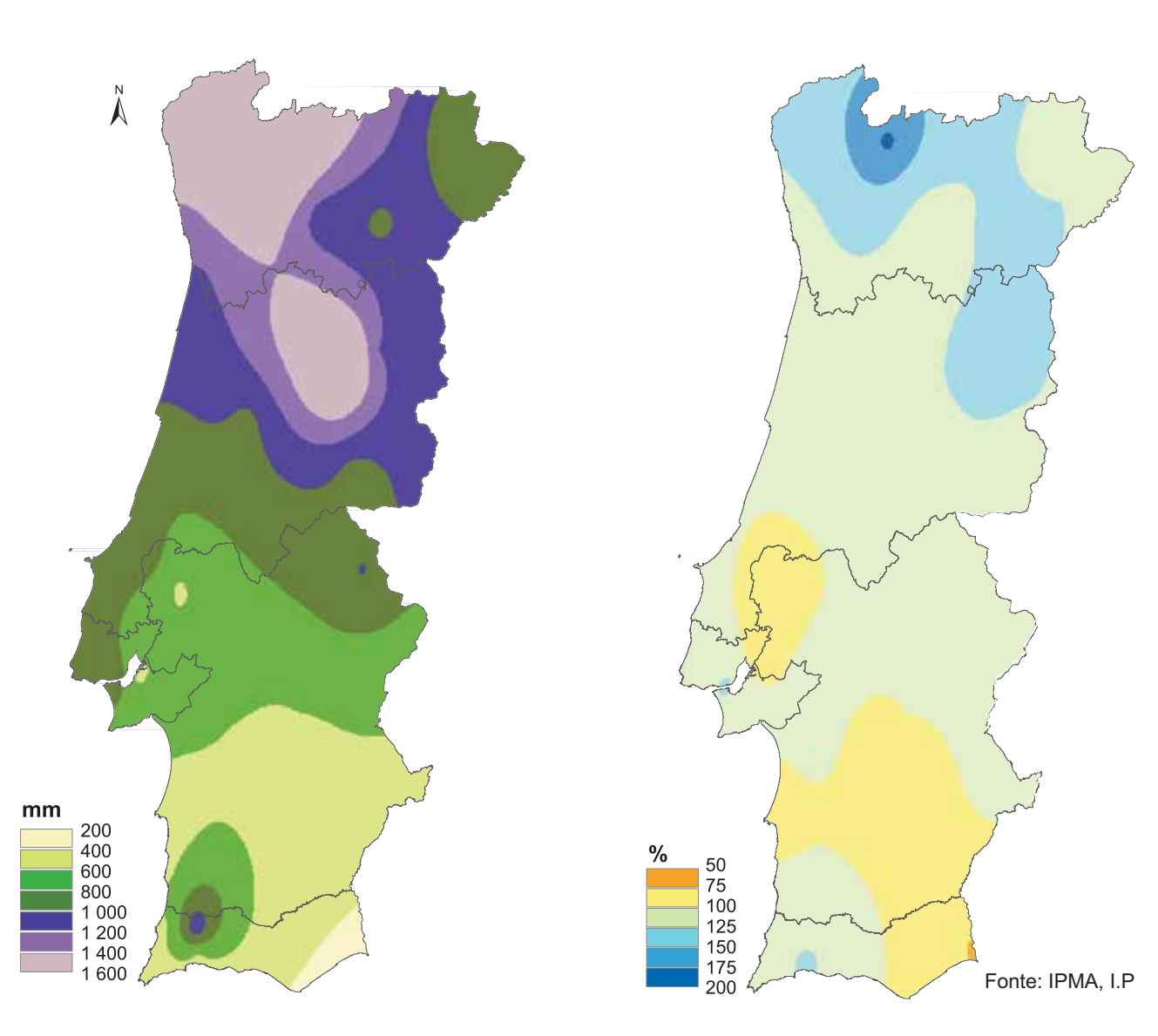


Na Figura 2.3 representa-se a evolução da precipitação total anual de Portugal Continental em relação à média registada no período 1971-2000 (882,1 mm). Verifica-se desde a década de 70 um decréscimo da precipitação, sendo que, cinco dos dez anos com menor precipitação dos últimos oitenta e três, ocorreram já no Séc. XXI. 2005 foi o ano mais seco, com menos 46% de precipitação total face à média, e os anos de 2004 e 2007 registaram valores de precipitação inferiores em mais de 40%.

Em 2013 o valor médio de precipitação total anual, 939 mm, correspondeu a uma anomalia de +57 mm (em relação ao valor médio 1971-2000) o que permite classificar 2013 como um ano normal. Em termos espaciais (Fig. 2.4) os valores de precipitação foram superiores ao valor médio nas regiões do Norte e Centro e inferiores em algumas regiões do Sul.



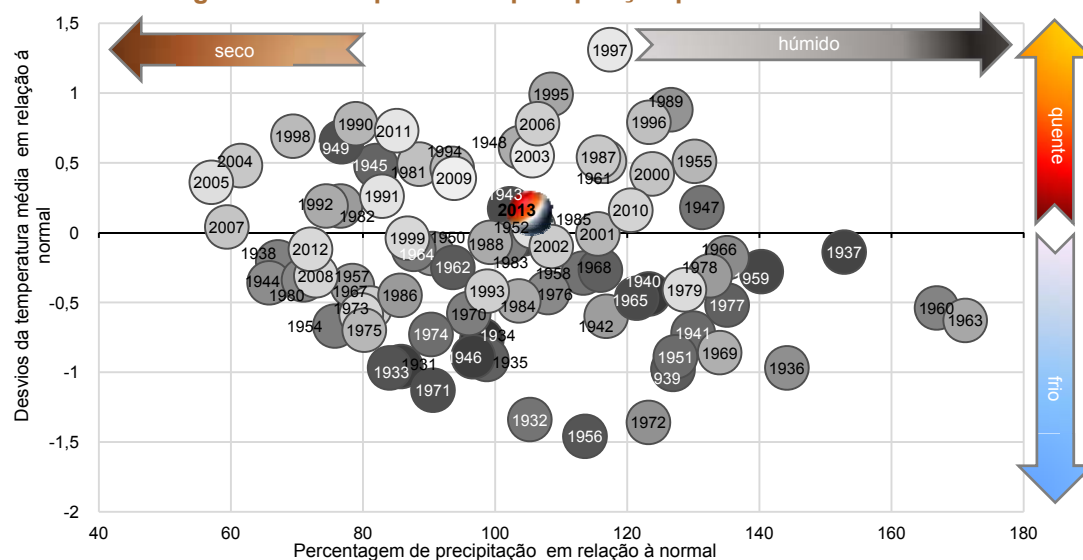
Figura 2.4 - Precipitação total 2013 e desvio em relação à normal 1971-2000



Em 2013, a distribuição espacial dos valores da quantidade de precipitação e a respetiva percentagem em relação à média indica uma variação dos valores de precipitação entre 342,7 mm em Castro Marim e os 2 306,1 mm em Vila Nova de Cerveira.

Os valores da quantidade de precipitação foram superiores aos valores médios em quase todo o território, exceto na Lezíria do Tejo, alguns locais do Alentejo e Sotavento Algarvio que registaram valores de precipitação inferiores à normal.

Figura 2.5 - Temperatura e precipitação período 1931 – 2013



Fonte: IPMA, I.P

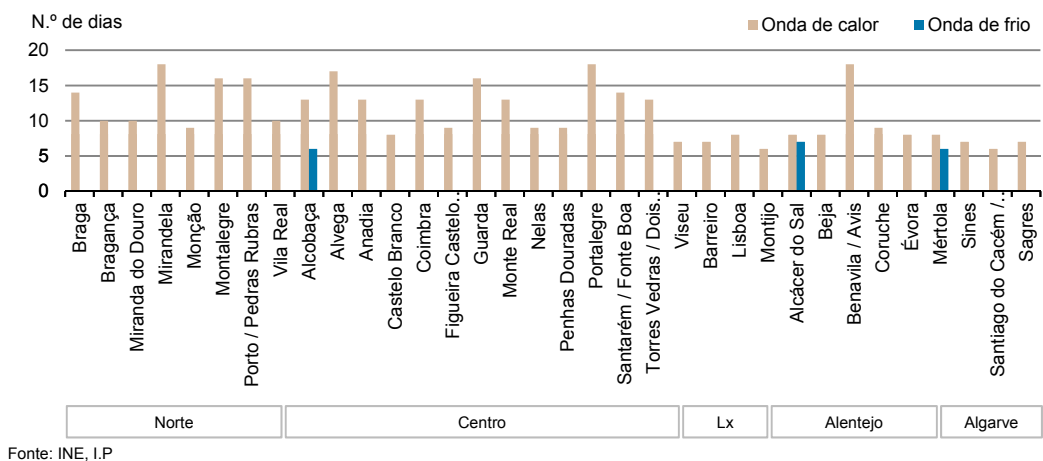
Em síntese o ano de 2013 em Portugal Continental foi caracterizado por valores médios da quantidade de precipitação e da temperatura média do ar próximos da normal. O valor médio da temperatura média do ar foi 15,4 °C, superior ao normal em +0,1 °C. O valor médio da quantidade de precipitação, 939 mm, apresentou-se muito próximo do valor normal.

2.1.3 – Fenómenos meteorológicos extremos

Para caracterizar a variabilidade climática em 2013 usaram-se alguns índices climáticos de temperatura e precipitação. Apresentam-se de seguida alguns dos índices climáticos, tais como: o número de noites tropicais (para o Continente, Açores e Madeira), o número de ondas de calor e de frio (Continente) e o índice de precipitação padronizada, SPI (Continente).



Figura 2.6 - Número de dias em ondas de calor e de frio por estação, no Continente - 2013



2.1.3.1 - Ondas de calor e de frio

As ondas de calor¹ e de frio² são extremos climáticos que podem ocorrer em qualquer altura do ano; são mais notórias e sentidas pelos seus impactos, quando ocorrem nos meses de verão/inverno.

As ondas de calor/frio têm efeitos diretos ou indiretos sobre a saúde humana e as ondas de calor contribuem ainda para a criação de condições propícias à propagação de incêndios florestais.

Na Figura 2.6 apresenta-se o número de dias em onda de calor e de frio, para 34 estações meteorológicas do Continente em 2013.

Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira a ocorrência de ondas de calor é reduzida, uma vez que nestas regiões existe uma menor variabilidade da temperatura máxima e mínima do ar, pelo que foi analisado o indicador noites tropicais (figura 2.8).

Relativamente às ondas de calor, no ano 2013 verificou-se que em todas as estações consideradas foram registadas ondas de calor. As estações que registaram maior número de dias em onda de calor, 18, foram Mirandela, Portalegre e Benavila/Avis.

As ondas de frio, foram observadas em 3 das 34 estações em análise em 2013 (Alcobaça, Alcácer do Sal e Mértola).

¹ Considera-se que ocorre uma onda de calor (do ponto de vista climatológico) quando num intervalo de pelo menos 6 dias consecutivos, a temperatura máxima do ar é superior em 5°C ao respetivo valor médio diário da temperatura máxima no período de referência.

² Considera-se que ocorre uma onda de frio (do ponto de vista climatológico) quando num intervalo de pelo menos 6 dias consecutivos, a temperatura mínima do ar é inferior em 5°C ao respetivo valor médio diário da temperatura mínima no período de referência.



A Figura 2.7 apresenta a distribuição da onda de calor com maior duração no Continente em 2013.

No Continente, a influência de uma massa de ar muito quente e seco transportada na corrente de leste do interior de Espanha e do Norte de África originou subida acentuada da temperatura do ar. Esta situação conduziu à persistência de temperaturas máximas e mínimas muito altas e à ocorrência de uma onda de calor que teve início a 3 de julho e afetou quase todo o território, com exceção de alguns locais no litoral Norte, no Baixo Alentejo e no Algarve. Esta onda teve maior duração (10 a 11 dias) na região de Trás-os-Montes, onde se prolongou até ao dia 13 de julho (Figura 2.7).

Em 2013, os locais em Portugal Continental, com maior número de noites tropicais (temperatura mínima igual ou superior a 20 °C), foram Faro (63 dias) e Portalegre (43 dias) (Figura 2.8).

Figura 2.7 - Ondas de calor - 2013

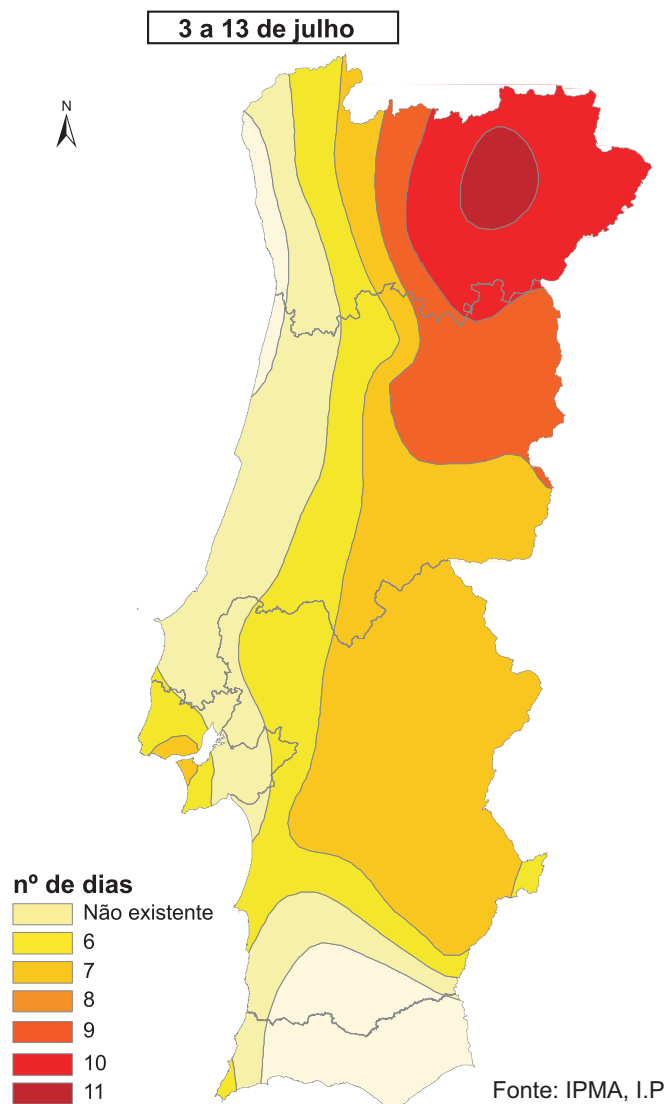
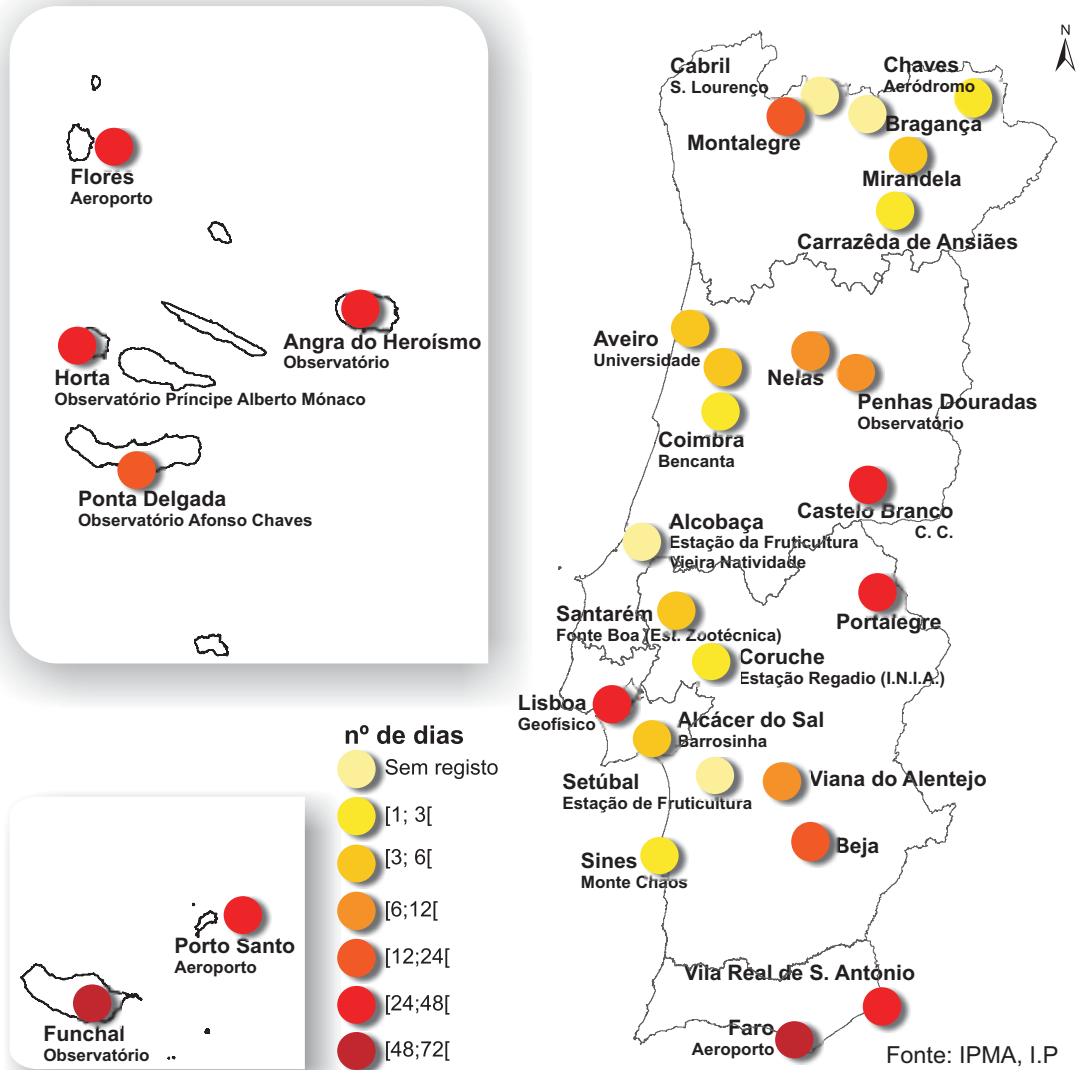


Figura 2.8 - Número anual de noites tropicais - 2013



Nas Regiões Autónomas este fenómeno ocorre com maior frequência tendo-se registado mais noites tropicais (65 dias) no Funchal/Madeira.

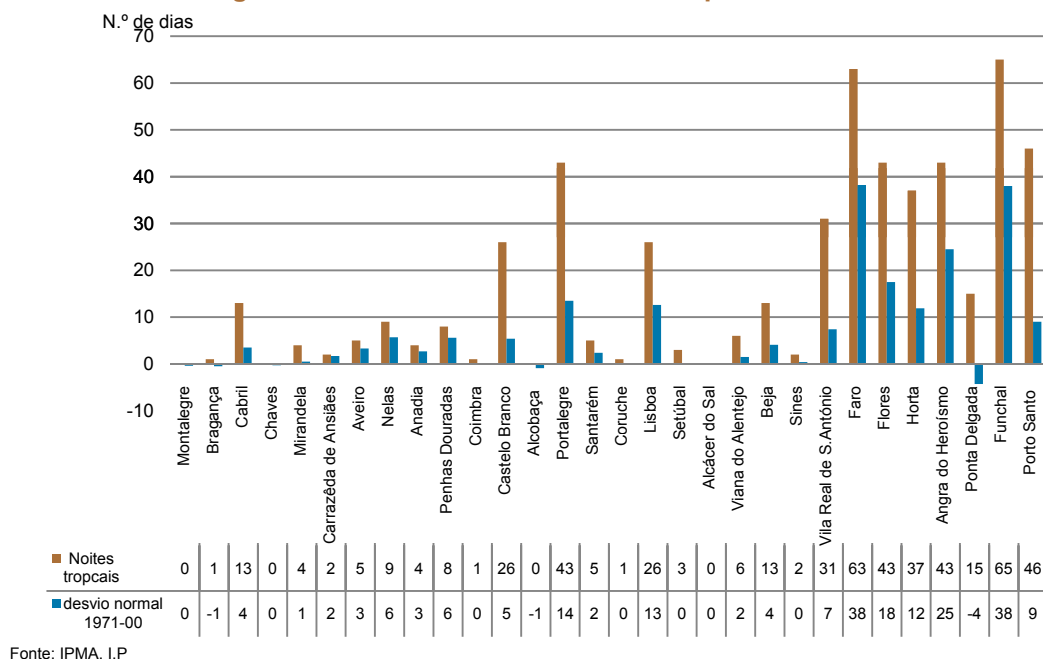
Nos Açores a estação que registou a maior ocorrência deste fenómeno foi Angra do Heroísmo (43 dias).

Comparando com o valor normal verifica-se que os maiores desvios ocorreram nas estações de Faro e do Funchal, ambas com +38 dias.

O maior desvio negativo do número de noites tropicais (-4) ocorreu na estação de Angra do Heroísmo. Ainda relativamente às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, é de referir que o ano de 2013 registou desvios positivos em todas as outras estações.



Figura 2.9 - Número anual de noites tropicais - 2013



2.1.3.2 - Precipitação intensa

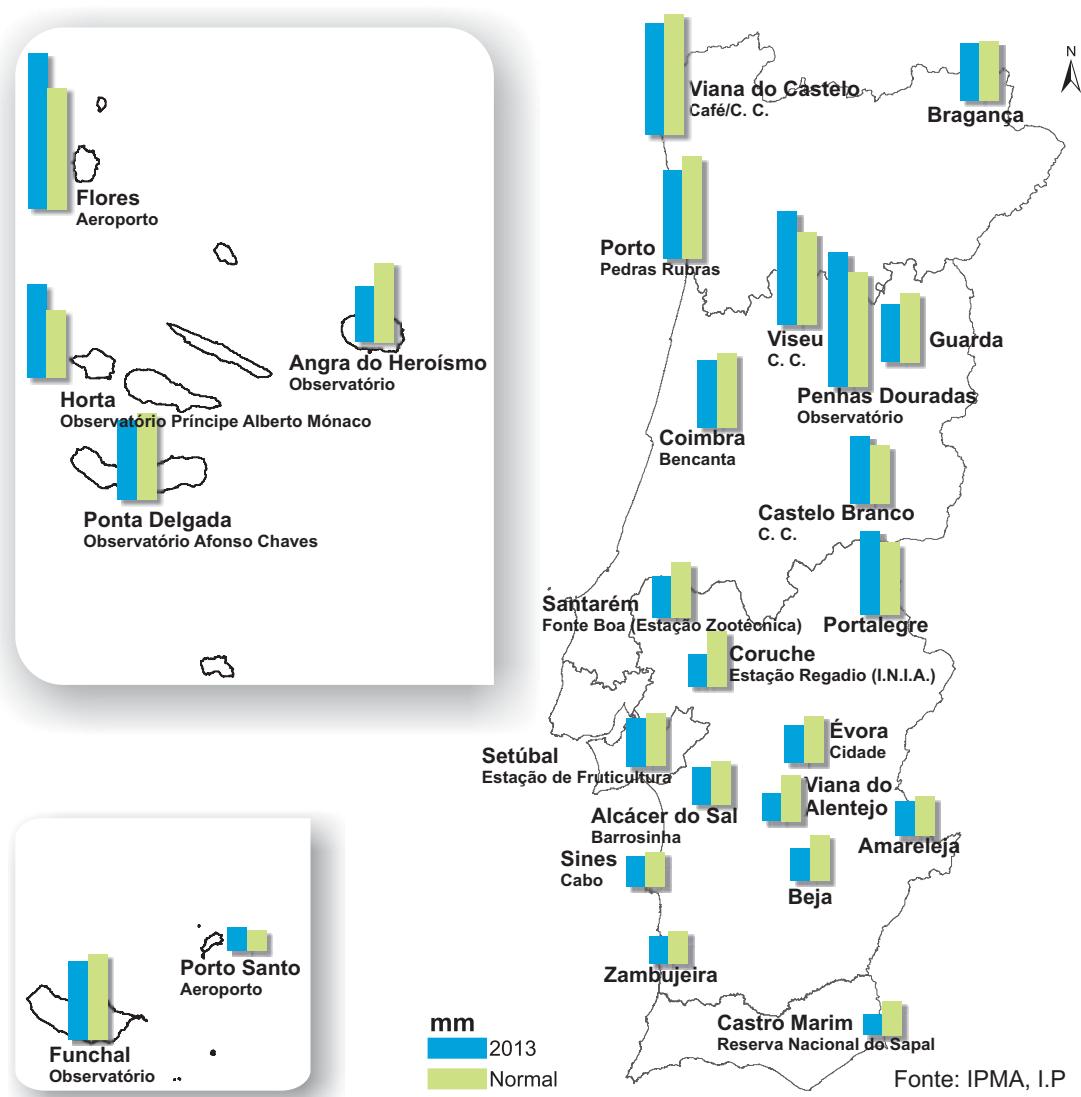
Segundo o *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) há consenso entre a comunidade científica que as alterações na frequência ou intensidade dos fenómenos climáticos extremos terão profundos impactos na sociedade e meio ambiente. Existe ainda a convicção de que há aumento na frequência e intensidade de fenómenos climáticos extremos tais como cheias, secas, ondas de calor.

A eventual alteração dos padrões de precipitação pode traduzir-se num aumento da frequência do número de dias com precipitação intensa e muito intensa (10 mm e 30 mm).

A Figura 2.10 apresenta o número de dias com precipitação intensa (10 mm) e os respetivos desvios em relação à normal.



Figura 2.10 - Número de dias com precipitação
≥ 10 mm 2013 e normal 1971-2000

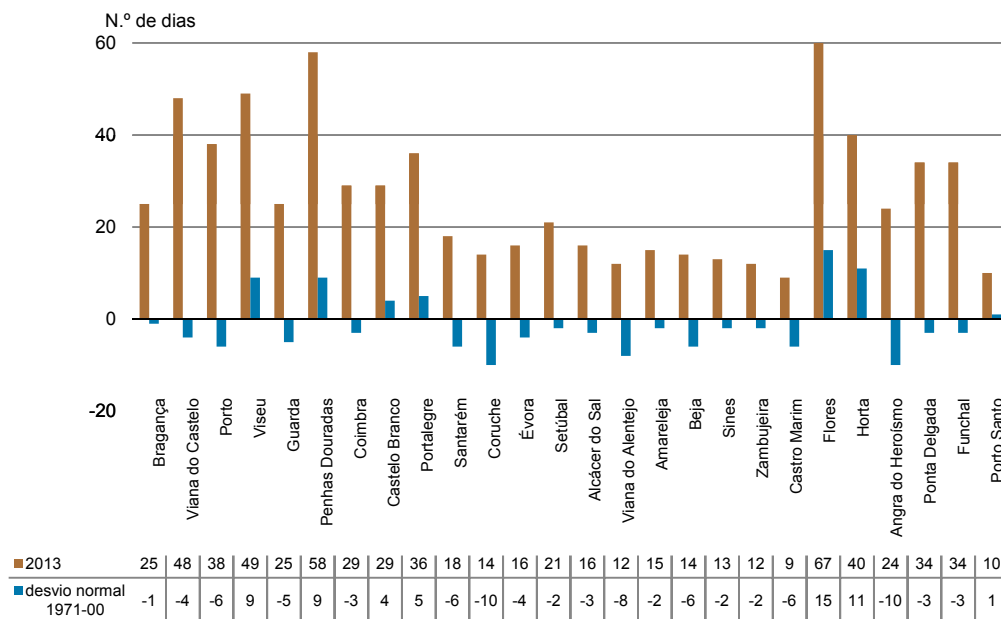


Em 2013, no Continente o valor médio anual de dias com precipitação intensa (10 mm) foi 32. O número de dias variou entre os 9 em Castro Marim e 62 registados na região Norte, na estação de Cabril.

Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, destaque para os 67 dias registados na estação de Santa Cruz das Flores e que corresponde ao valor mais elevado ocorrido em todas as estações do país, e os 10 dias no Porto Santo e que representa o 2º registo mais baixo nas estações em análise em 2013.



Figura 2.11 - Número de dias com precipitação ≥ 10 mm 2013 e desvio à normal 1971-2000

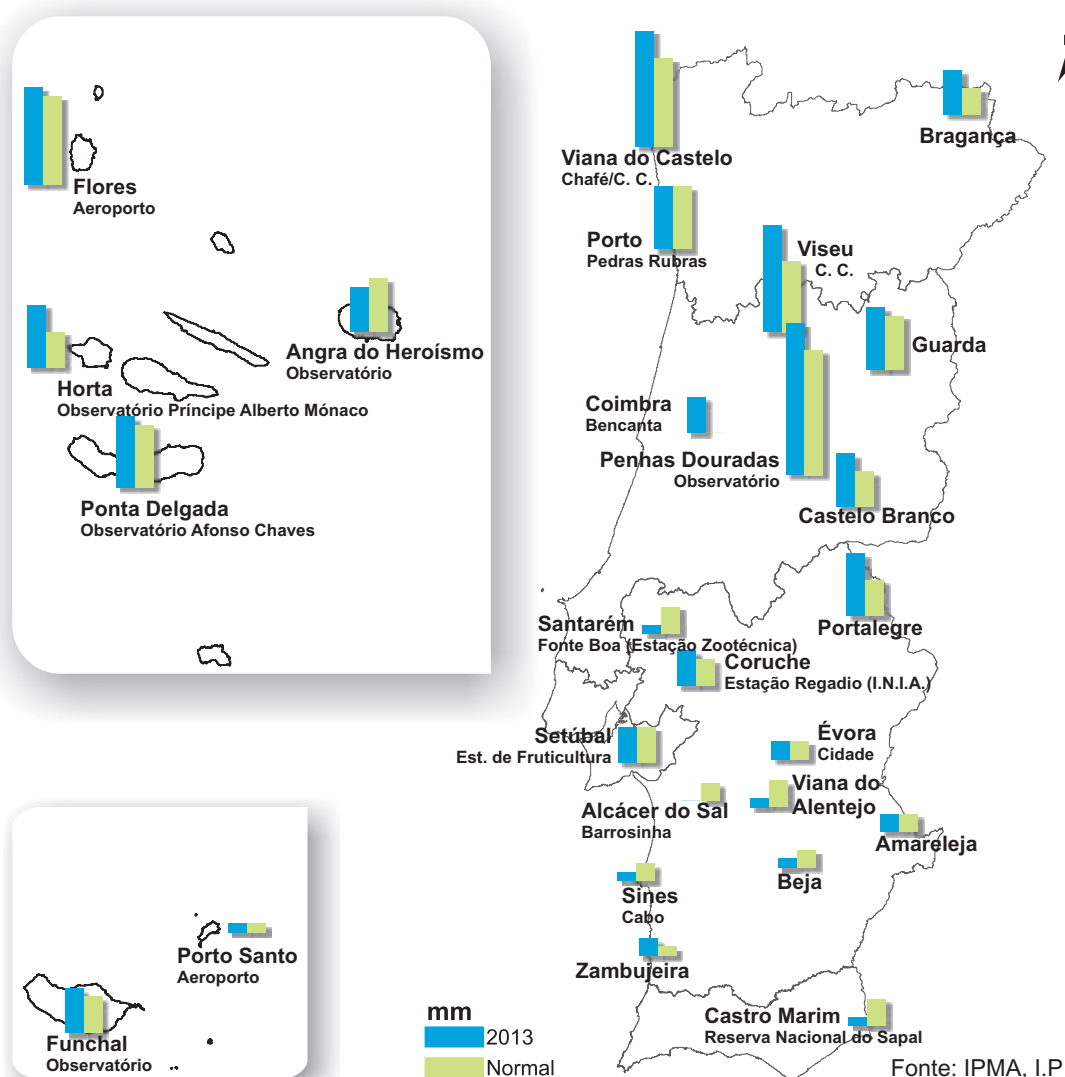


Fonte: IPMA, I.P

Comparando com a normal 1971-2000, os desvios positivos mais significativos do número de dias com precipitação intensa ocorreram na Região Autónoma dos Açores, em Santa Cruz das Flores (+15) e Horta (+11). No Continente os maiores desvios positivos, nove dias, verificaram-se nas estações de Penhas Douradas e Viseu/C.C.. Os desvios negativos mais significativos foram registados em Coruche e Angra do Heroísmo, ambas as estações com menos dez dias em relação à normal.



**Figura 2.12 - Número de dias com precipitação
≥ 30 mm 2013 e normal 1971-2000**



No Continente, os valores mais elevados de precipitação muito intensa (30 mm) foram observados nas estações da região Norte em Cabril (21 dias) e Vila Nova de Cerveira (20 dias) e na região Centro, na estação de Penhas Douradas (17 dias).

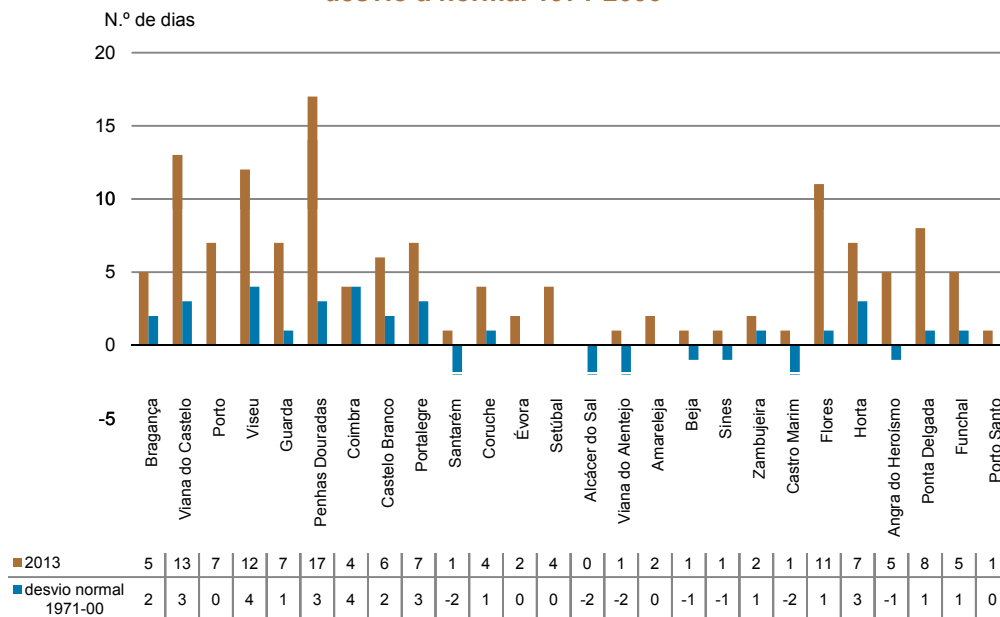
Relativamente às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o número de dias com precipitação intensa variou entre 1 dia em Porto Santo e 11 dias em Santa Cruz das Flores.

Observando os desvios em relação à normal, verifica-se que as anomalias positivas mais significativas (+ 4 dias) ocorreram nas estações de Coimbra/Bencanta e Viseu/C.C., enquanto que as anomalias negativas mais significativas de 2 dias foram registadas nas regiões do Alentejo (Alcácer do Sal, Santarém/Fonte Boa e Viana do Alentejo) e Algarve (Castro Marim).

Nas Regiões Autónomas, com exceção de Angra do Heroísmo (menos 1 dia), as restantes estações apresentam desvios positivos que variaram entre +1 (Funchal, Santa Cruz das Flores e Ponta Delgada) e +3 na Horta.



Figura 2.13 - Número de dias com precipitação ≥ 30 mm 2013 e desvio à normal 1971-2000



Fonte: IPMA, I.P

2.1.3.3 – Índice de Precipitação Padronizada - SPI

Uma situação de seca pode ser entendida como uma superfície exposta a um período suficientemente longo com ausência ou deficiência de precipitação e que causa um desequilíbrio hidrológico acentuado. Consoante as suas consequências, distinguem-se entre secas meteorológicas, agrícolas, hidrológicas e socioeconómicas.

A seca hidrológica corresponde a períodos de redução do nível de água nos reservatórios superficiais e subterrâneos.

Entre os índices existentes para avaliar a intensidade das secas, um dos mais utilizados e aconselhados pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) é o índice de precipitação padronizada (em inglês, *Standardized Precipitation Index*), desenvolvido por *McKee et al.* (1993), o qual foi implementado no IPMA.

As escalas de tempo mais frequentes para cálculo do SPI são 3, 6, 9 e 12 meses, sendo entendimento geral que as escalas inferiores a 6 meses, permitem monitorizar a seca meteorológica e agrícola (défice de precipitação e de humidade no solo, respetivamente), e as escalas superiores, em particular 9 e 12 meses, permitem monitorizar a seca hidrológica que reflete a escassez de água nos escoamentos e nos reservatórios artificiais (albufeiras).

A classificação do índice SPI, segundo *Mc Kee et al.*, 1993, varia entre a seca extrema (inferior a -2) e chuva extrema (superior a +2), estando os valores negativos (inferiores a -0,5) associados a episódios de seca e os valores positivos (superiores a 0,5) associados a situações de chuva. A Figura 2.14 apresenta a classificação do índice SPI, para períodos secos e chuvosos.

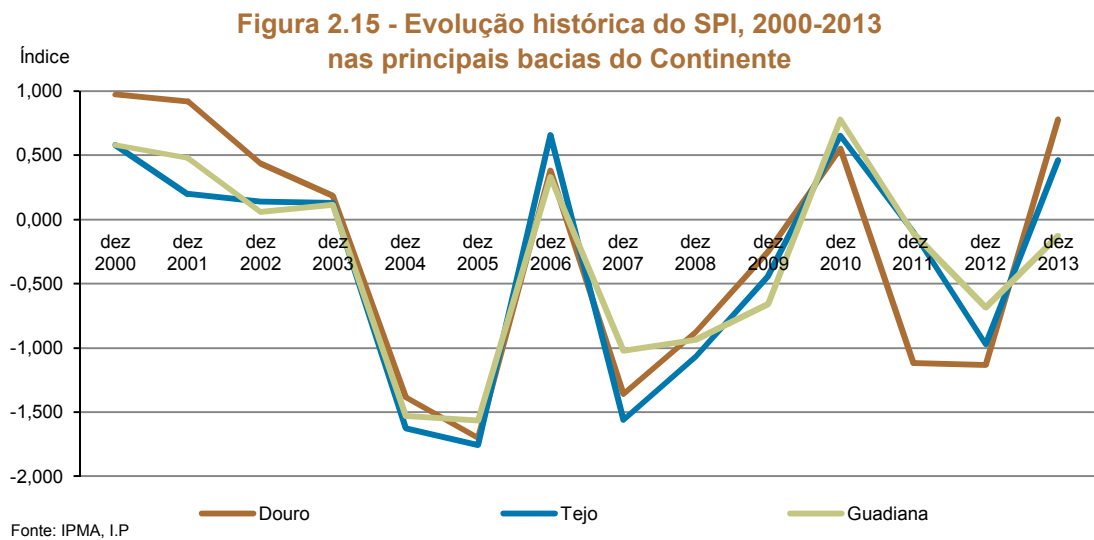
Figura 2.14 - Classificação do índice SPI para períodos secos e períodos chuvosos

Valores do SPI	Categoria da Seca
>2,00	chuva extrema
1,50 a 1,99	chuva severa
1,00 a 1,49	chuva moderada
0,99 a 0,50	chuva fraca
0,49 a -0,49	normal
-0,50 a -0,99	seca fraca
-1,00 a -1,49	seca moderada
-1,50 a -1,99	seca severa
<- 2,00	seca extrema

Fonte: *Mc Kee et al.*, 1993



Com base na figura 2.15 pode ser analisada a evolução dos valores do SPI-12 meses, de 2000 a 2013, para as três principais bacias do Continente: Douro, Tejo e Guadiana.



Em 2013 a bacia do Douro esteve em situação de chuva fraca, enquanto as bacias do Tejo e do Guadiana apresentaram uma situação normal (em 2012 estas bacias estavam em situação de seca - classes de seca fraca a severa).

Figura 2.16 - Percentagem do território afetado por principais bacias 2013

Classes SPI	Principais bacias		
	Douro	Guadiana	Tejo
	%		
seca fraca	0,0	24,6	0,0
normal	5,6	71,6	48,4
chuva fraca	90,4	3,8	51,6
chuva moderada	3,1	0,0	0,0
chuva severa	0,9	0,0	0,0
chuva extrema	0,0	0,0	0,0

Fonte: IPMA, I.P

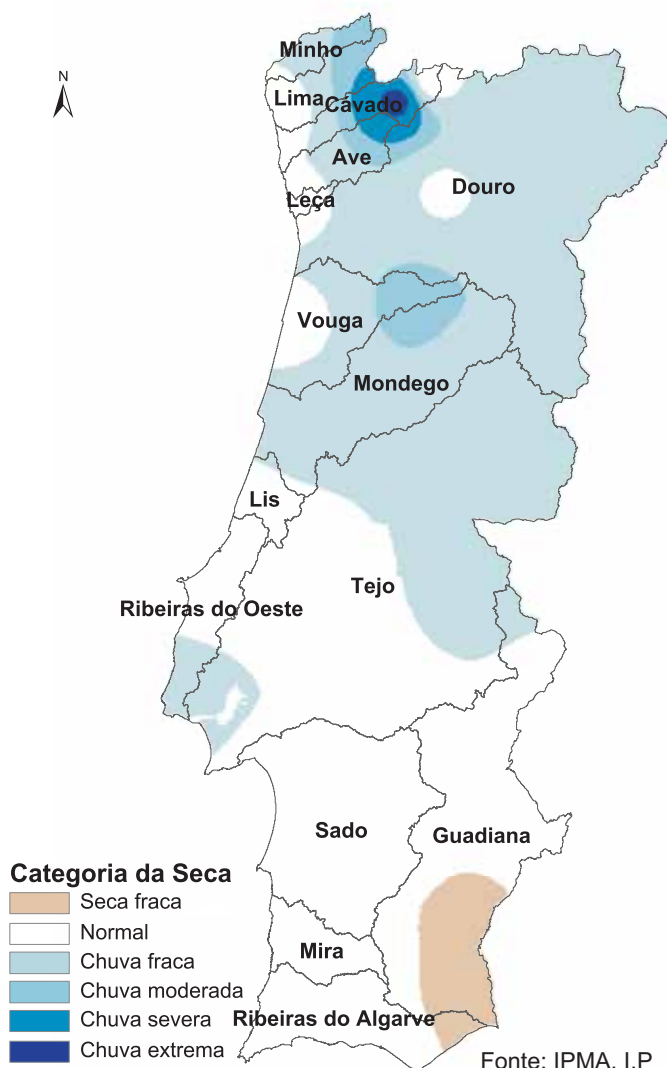


O território de Portugal continental apresentou valores de SPI-12 entre situação normal (maioritariamente a sul do Tejo) e situação de chuva fraca (sobretudo a norte do Tejo) com algumas áreas no Baixo Alentejo e leste do Sotavento Algarvio em seca fraca e situação de chuva moderada a extrema nas bacias do Minho, Lima e Cávado.

Na generalidade das bacias das regiões do Norte e Centro, verificou-se a predominância das classes de chuva, contrastando esta situação com a observada em 2012, onde se observava quase todo o território nas classes de seca:

- na bacia do Douro a área afetada por situação de chuva atingiu os 94,4%, enquanto em 2012 a situação de seca foi predominante, tendo atingido 96,4% da área;
- na bacia do Tejo predominou a situação normal (48,4% da área), enquanto em 2012 a situação de seca era a predominante, com 86,8% da área, da qual 8,8% esteve em seca severa;
- na bacia do Guadiana predominou a situação normal (71,6%), sucedendo a um ano caracterizado pela predominância de seca (66,4%).

Figura 2.17 - SPI Continente 2013



2.2 – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Os Gases de Efeito de Estufa (GEE), como o dióxido de carbono, o metano ou o óxido nitroso, retêm a radiação infravermelha emitida pela superfície da terra, impedindo que parte desta seja libertada para o espaço. Se este processo permite a vida na Terra, impedindo que esta se torne demasiado fria, o aumento da libertação de GEE, resultante das atividades humanas (principalmente atividades industriais e transportes), origina o aumento da temperatura da troposfera.

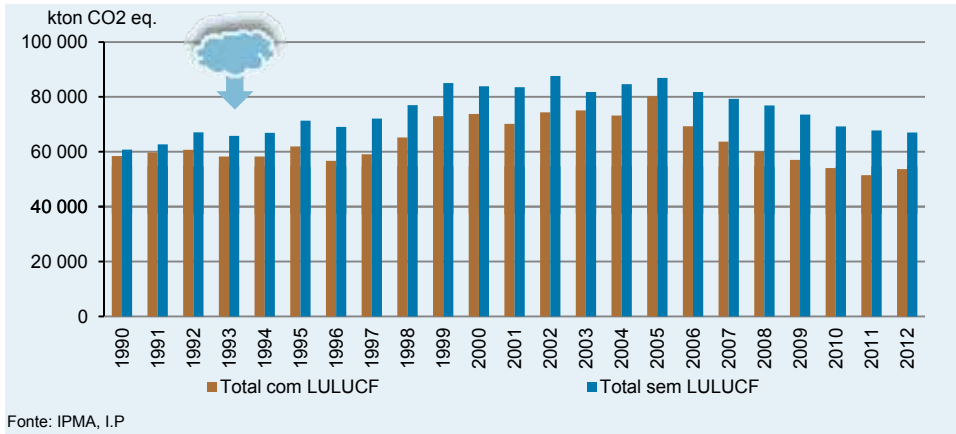
As negociações do Protocolo de Quioto, no seio da UE, foram favoráveis a Portugal, dado o país ter baixas emissões; assim, foi permitido aumentar a quota nacional de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) em 27%, no período de 2008-2012, face ao ano base de 1990, e em cerca de 40%, no caso do CO₂.

2.2.1 - Emissões de gases de efeito de estufa

A fotossíntese que ocorre nas plantas terrestres permite a retenção do CO₂ no material vegetal e na matéria orgânica do solo. Durante milhares de anos esta fixação foi suficiente para compensar o CO₂ que se ia libertando. No entanto, desde há algumas décadas, com a destruição das florestas naturais e a libertação de grandes quantidades de CO₂, que a concentração deste gás na atmosfera atingiu níveis elevados. Por esta razão a avaliação do potencial de efeito de estufa é normalmente efetuada com e sem o setor floresta e alteração de uso do solo (sigla inglesa: *LULUCF, Land Use, Land-Use Change and Forestry*), no sentido de aferir se este está a funcionar como fonte de emissão ou sumidouro.



Figura 2.18- Potencial de efeito de estufa, 1990-2012

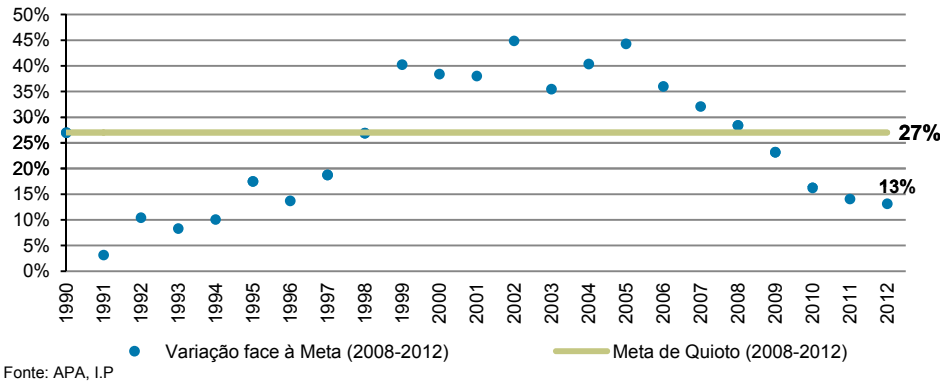


Após um período (1990-2005) marcado pelo crescimento do potencial de efeito de estufa (somatório dos três principais gases de efeito de estufa: dióxido de carbono, o óxido nitroso e metano) com e sem LULUCF, deu-se início em 2005 a uma inflexão desta tendência, com a emissão dos GEE a decrescer a um ritmo anual de 5,6% (com LULUCF) e 3,6% (sem LULUCF) no período 2005-2012. Recorde-se que a variação anual do LULUCF depende da variação das taxas de alteração de uso de solo, da procura de biomassa, da exploração florestal e em particular da incidência dos incêndios florestais.

Em 2012, as emissões de gases de efeito estufa sem LULUCF foram cerca de 67 039 kt de CO₂eq (67 780 kt de CO₂eq em 2011) e com LULUCF foram 53 590 kt de CO₂eq (51 371 kt de CO₂eq em 2011), o que resulta de um sequestro líquido de 13 450 kt de CO₂eq por parte do setor LULUCF (16 409 kt de CO₂eq em 2011). Desta forma, a diminuição do sequestro líquido ocorrida em 2012, a mais baixa desde 2006, vem desacelerar o ritmo de decréscimo do potencial de efeito de estufa.

De referir que, nos últimos 23 anos, o balanço líquido do contributo do LULUCF indicou uma emissão líquida de CO₂ de 254 470 kt de CO₂ eq., atuando em todos anos da série temporal como fonte de emissão de CO₂.

Figura 2.19 - Taxa de variação das emissões de GEE face à Meta, 2008-2012



Ao abrigo do protocolo de Quioto e do acordo da partilha de responsabilidades, Portugal deverá limitar em 27% o aumento das emissões de GEE, no período 2008-2012, face ao valor de referência ajustado a partir do registo de 1990.

Tendo em conta este limiar, e não obstante a tendência polinomial da série temporal, resultante da flutuação dos valores anuais, verificou-se que a partir de 2008 as emissões de GEE superaram sistematicamente o objetivo traçado, posicionando-se sustentadamente abaixo da meta. Em 2012, o valor das emissões já superava a meta em 14 p.p., o que corresponde a um nível de emissões superior em apenas 13% ao valor registado em 1990.



Na análise das emissões de GEE 1990-2005, por setor de emissão, destaca-se pela positiva o setor da agricultura, cujo nível de emissões baixou a um ritmo médio anual de 0,5%. As emissões geradas pela agricultura em 2012, 7 224 kt de CO₂eq, representam face a 1990 um decréscimo efetivo de 15 342 kt de CO₂eq e uma diminuição do contributo deste setor para o total das emissões sem LULUCF de 2.9 p.p. (passou de 13,4% em 1990 para 10,6% em 2012). Em contrapartida, destaca-se pela negativa o desempenho do setor dos resíduos que evoluiu a uma taxa média de crescimento anual de 1,4% ao longo do período em análise. Em 2010 este setor, pela primeira vez, ultrapassou a agricultura em termos de contributo para o total das emissões, reforçando a sua importância nos anos seguintes. Em 2012, as emissões geradas pelo setor emissor dos resíduos atingiu as 8 125 kt de CO₂eq (+2 194 kt de CO₂eq face a 1990), aumentando em 2 p.p. o seu contributo para o total das emissões sem LULUCF, que se fixou em 2012 em 11,9% do total.

O setor da energia, que representou, em média, para o período em análise 71,3% do total de emissões sem LULUCF, apresentou um comportamento distinto ao longo da série temporal. Até 2005, as emissões aumentaram a um ritmo médio anual de 3,2% para depois infletir a tendência, apresentando uma taxa de crescimento média anual negativa de 4,2% no período 2005-2012, mantendo contudo praticamente inalterado o seu elevado contributo para o total de emissões sem LULUCF.

Quanto aos restantes setores, verificou-se uma estabilidade em termos absolutos do setor emissor dos processos industriais e um decréscimo das emissões geradas pelo setor dos solventes que, contudo, apenas representou, em média no período em análise, 0,4% do total das emissões sem LULUCF.

Figura 2.20 - Emissão de GEE (sem LULUCF) por setor de emissão, entre 1990 e 2012

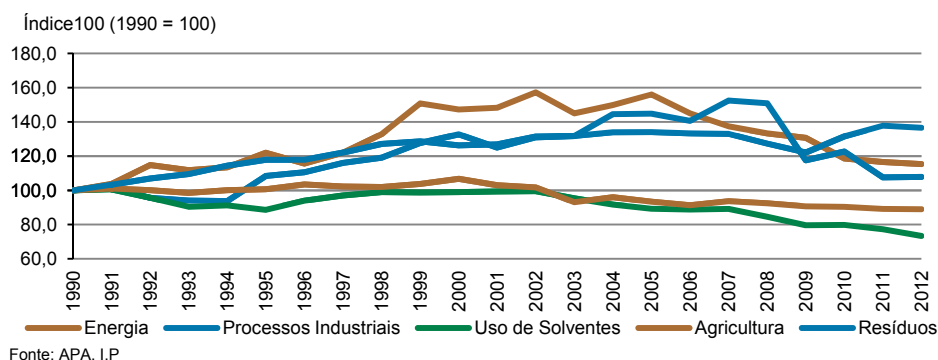


Figura 2.21 - Emissão de GEE (sem LULUCF) por sector de emissão, em 2012

Em 2012, as principais fontes emissoras foram a indústria da energia com 26,0% (24,1% em 2011), os transportes com 25,4% e o resíduos com 12,2% (12,1% em 2011).

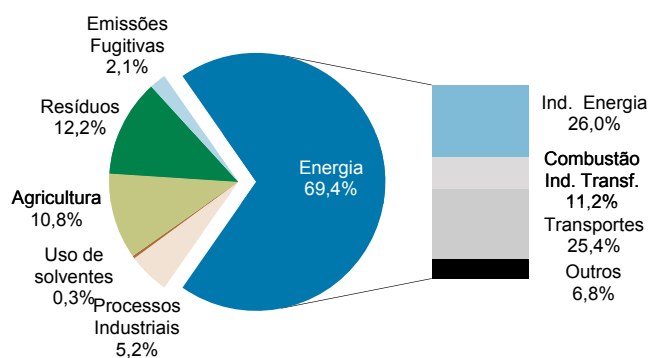
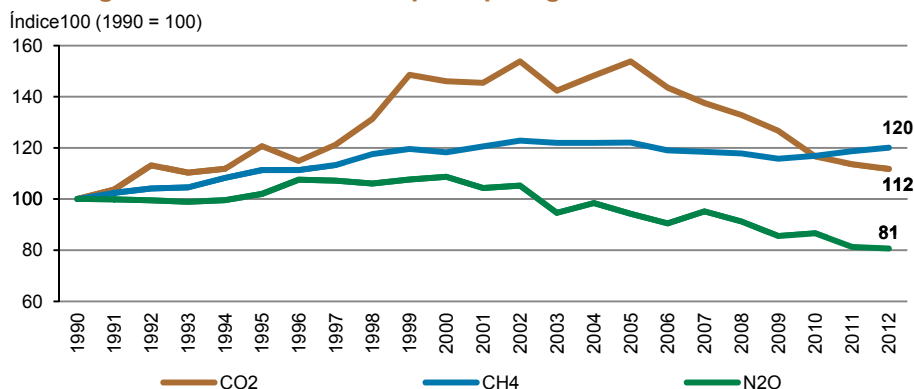


Figura 2.22 - Emissão dos principais gases de efeito de estufa



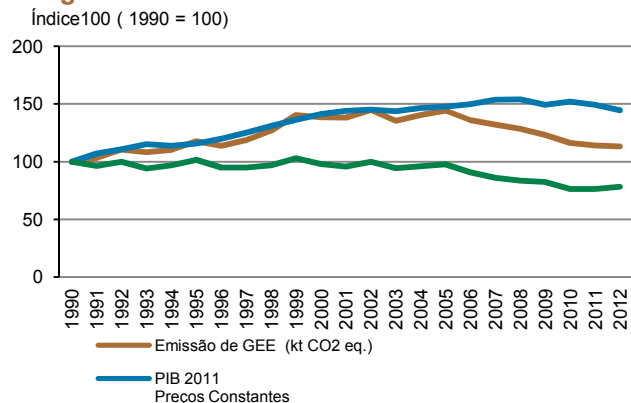
Fonte: APA, I.P.

O CO₂ é o principal gás responsável pelo efeito de estufa, representando 68,3% do total de emissões sem LULUCF em 2012 (67,4% em 2011). A partir de 2005, a emissão de CO₂ tem vindo a decrescer, tendo em 2011, e pela primeira vez na série temporal analisada, apresentado, face a 1990, uma evolução inferior à verificada para as emissões de gás metano (CH₄).

As emissões de CH₄ que em 2012 representaram 23,2% do total (23,7% em 2011) estão acima das de 1990 e têm apresentado uma trajetória crescente desde então. Esta evolução é justificada pelas emissões geradas pelo setor dos resíduos, principal responsável pelas emissões de CH₄, e que estão diretamente associadas à evolução dos padrões de consumo e à urbanização crescente, podendo ainda ser explicado pelo método de contabilização das emissões que, no caso da deposição em aterro, considera uma degradação da matéria orgânica no tempo e não imediatamente após deposição em aterro.

Em relação a 1990, as emissões de N₂O diminuíram a uma taxa média anual de 1,2%. As emissões de N₂O são em grande parte provenientes do setor agrícola. Este setor de atividade registou conforme já foi referido, um decréscimo de emissões relativamente a 1990, o que justifica a tendência das emissões deste poluente.

Figura 2.23 - Intensidade carbónica da economia



Fonte: APA, I.P.

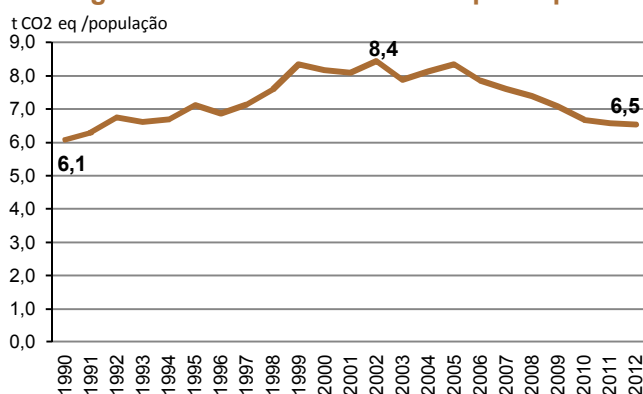
A análise das emissões de gases de efeito de estufa por unidade de PIB indicia um processo de descarbonização da economia, entre 1990 e 2012, com menos carbono emitido por unidade de riqueza produzida.

Em 1990, Portugal registava uma intensidade carbónica de 515,1 t de CO₂eq./10⁶ PIB 2011 a preços constantes, alcançando em 2012 as 403,6 t de CO₂eq./10⁶ PIB 2011 a preços constantes, o que corresponde a uma taxa de variação média anual de cerca de -1,1%.

A trajetória descendente verificada nos últimos anos pode explicar-se pela conjugação de vários fatores, em particular: a penetração de fontes energéticas menos poluentes e de tecnologias mais eficientes (como o gás natural, instalação de centrais de ciclo combinado e de unidades de cogeração); o crescimento da energia produzida a partir de fontes renováveis e a implementação de medidas de eficiência energética, entre outras.

No período de 2002 a 2012, as emissões de GEE per capita apresentaram comportamentos distintos: até 2006, a evolução foi positiva, crescendo a um ritmo médio anual de 0,6%. Entre 2006 e 2012 as emissões baixaram a um ritmo médio anual de 3,0%, atingindo em 2012 um valor de 6,5 t de CO₂eq/per capita (-0,4 tCO₂eq/per capita face a 1990).

Figura 2.24 - Emissões de GEE per capita



Fonte: APA, I.P.



2.2.2 – Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)

O CELE é mecanismo político-administrativo harmonizado e regulamentado a nível europeu para controlo e mitigação das emissões de gases de efeito de estufa gerados por diversos setores de atividade.

Os Planos Nacionais de Atribuição de Licenças de Emissão nos períodos 2005-2007 (PNALE I) e 2008-2012 (PNALE II) definiram as condições a que estavam sujeitas as instalações abrangidas pelo mercado CELE, cujas regras genéricas de funcionamento consistiam na atribuição gratuita de licenças de emissão (LE).

Após os dois primeiros períodos tidos como alicerce do CELE, sucede no período 2013-2020 uma nova fase de consolidação e de alargamento do âmbito do mercado de licenças de emissão, abreviadamente designado de CELE 3. Neste novo período foram incluídos mais gases de efeito de estufa e novos sectores de atividade ao abrigo do regime CELE. De acordo com o previsto na nova legislação³ as regras de funcionamento alteraram-se, passando a quantificação total de LE a ser determinada a nível europeu e a disponibilização de licenças de emissão ser efetuada com recurso a leilão, embora se mantenha a atribuição gratuita gradualmente em volumes menores.

“Efetivamente, a diretiva CELE dispõe que, no período 2013-2020, a venda exclusivamente através de leilão deve constituir a regra no setor da eletricidade e que, relativamente aos outros setores, deve ser estabelecido um regime transitório de atribuição de licenças a título gratuito até que a totalidade da atribuição seja feita por leilão, em 2027.”⁴

De acordo com a legislação, as receitas geradas com a venda das LE em leilão revertem para o Fundo Português de Carbono e *“deverão ser utilizadas para promover um desenvolvimento assente numa economia competitiva e de baixo carbono e para o financiamento da política climática nacional no cumprimento dos compromissos nacionais, europeus e internacionais em matéria de alterações climáticas”⁵.*

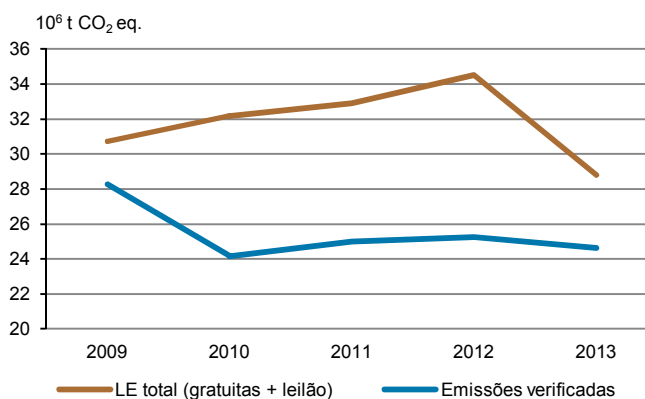
No primeiro ano do novo período de vigência do mercado CELE (2013-2020) foi prevista a atribuição gratuita de LE no montante de 12,1 milhões de toneladas de CO₂ eq. às instalações existentes. Concretamente, em 2013 foram atribuídas gratuitamente uma quantidade de LE que atingiu as 12,3 milhões de toneladas de CO₂ eq. .

Em 2013 foram colocadas e adquiridas em leilão, LE correspondentes a um total de 16,4 milhões de toneladas de CO₂ eq. que renderam um montante de 72,7 milhões de euros. Embora o CELE 3 se reporte ao período 2013-2020, assinala-se que ainda durante o ano de 2012 entraram em vigor as respetivas regras pelo que no último trimestre do ano de 2012 foram colocadas em leilão LE que totalizaram 1,6 milhões de toneladas de CO₂ eq., e geraram uma receita de 10,6 milhões de euros.

No período de 2009-2012 registou-se um acréscimo sustentado da atribuição de LE a um ritmo médio anual de 3,9%, aumentando de 30,7 milhões de toneladas de CO₂ eq. em 2009 para 34,5 milhões de toneladas de CO₂ eq. em 2012 (incluindo 1,6 milhões de toneladas de LE colocadas em leilão).

No que respeita às emissões verificadas no mesmo período (2009-2012), regista-se um decréscimo médio anual de 3,9%. Todavia, é a variação negativa de 2009 para 2010 (-4 milhões de toneladas de CO₂ eq.) a responsável pelo decréscimo médio anual no período em análise já que entre 2010 e 2011 houve um aumento de cerca de 1 milhão de toneladas, seguido de relativa estabilização do nível de emissões no biénio 2011-2012 (cerca de 25 milhões em cada ano). O decréscimo acentuado no biénio 2009-2010 ficou a dever-se a acentuadas descidas da produção de CO₂ com origem em instalações do setor electroprodutor.

Figura 2.25 - LE (gratuitas+leilão) e emissões verificadas 2009-2013



Fonte: APA, I.P.

³ Diretiva 2009/29/CE do PE e Conselho, de 23 de abril que alterou a Diretiva 2003/87/CE do PE e do Conselho de 13 de outubro.

⁴ Extraído do website da APA, I.P. (<http://www.apambiente.pt> Instrumentos / CELE.)

⁵ Portaria.º3-A/2014 de 7 de janeiro.



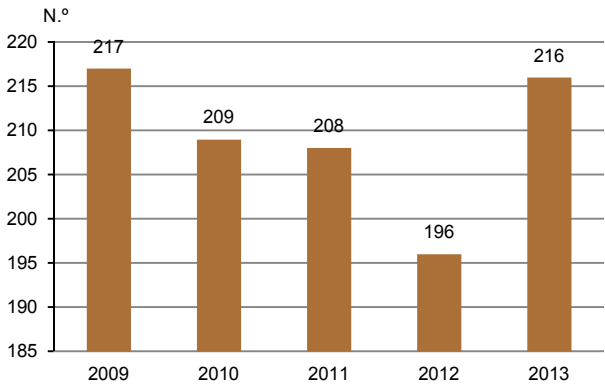
No ano de 2013 com a entrada na fase 3 do mercado CELE, inverteu-se a tendência verificada nos anos anteriores e registou-se um decréscimo significativo na quantidade de LE disponibilizadas gratuitamente no montante de -20,5 milhões de toneladas compensadas em parte pela quantidade de LE colocadas em leilão verificando no entanto de uma forma global (atribuídas gratuitamente + colocadas em leilão) uma redução de -5,7 milhões de toneladas de CO₂eq. de LE entre 2012 e 2013.

Saliente-se que, a partir de 2013, a venda exclusivamente através de leilão constitui a regra no sector da eletricidade, tendo em conta a sua capacidade para repercutir o aumento do custo do CO₂, por conseguinte, não lhe são atribuídas licenças de emissão a título gratuito, justificando-se desta forma o decréscimo significativo na quantidade de LE disponibilizadas gratuitamente.

As emissões verificadas, e não obstante a inclusão de novas instalações e novos gases, mantiveram-se num mesmo nível de grandeza no biénio 2012-2013, registando-se ainda assim, uma ligeira diminuição na geração de CO₂ pelas instalações abrangidas num volume de -600 mil toneladas, o que corresponde a um decréscimo relativo de -2,3% (25,2 MtCO₂eq. em 2012 e 24,6 MtCO₂eq. em 2013).

Até 2012 é patente a diferença ocorrida entre as quantidades de LE atribuídas e as emissões verificadas. Em 2013 verificou-se uma convergência acentuada, mas ainda assim a diferença entre as LE disponibilizadas (atribuídas gratuitamente + colocadas em leilão) e as emissões verificadas nesse ano é de 3,6 milhões de toneladas de CO₂eq., isto é, as emissões verificadas corresponderam a 87,0% das LE emitidas nesse ano. Todavia, assinala-se que em 2009 se registava uma diferença de apenas 2,4 milhões de toneladas de CO₂eq., inferior ao registado neste último ano.

Figura 2.26 - Número de instalações abrangidas



Fonte: APA, I.P

Na figura 2.26 resume-se o número de instalações que foram abrangidas no período de 2009 a 2013, sublinhando-se que até 2012 refere-se ao regime do PNALE II e em 2013 de acordo com o CELE 3. No período de 2009-2012 verifica-se um decréscimo do número de instalações abrangidas pelo mercado CELE que resulta de alterações de processo e dos elementos geradores de CO₂ dessas instalações que motivam a exclusão do referido mercado CELE. No ano de 2012 registavam-se 196 instalações abrangidas, uma diminuição de 21 instalações no período 2009-2012, um decréscimo médio de -3,0% ao ano, que corresponde a uma redução próxima de 6 instalações por ano.

De realçar que no ano de 2013 decorrente em grande parte da inclusão de novos sectores e novos gases no âmbito do mercado CELE se verifica um aumento significativo face a 2012, mais 20 unidades no número de instalações abrangidas o que corresponde a um acréscimo relativo de 10,2% de unidades entre 2012 e 2013.

A Agência Portuguesa do Ambiente é a Autoridade Competente que no âmbito nacional e conforme a legislação detém as responsabilidades de coordenação geral do instrumento CELE.

2.3 - QUALIDADE DO AR

2.3.1 - Índice de qualidade do ar

O índice de qualidade do ar tem como objetivo divulgar diariamente uma informação simples sobre a qualidade do ar, facilmente compreensível pelo cidadão comum. Para o cálculo são considerados os poluentes dióxido de azoto (NO₂), o ozono (O₃) e as partículas inaláveis com diâmetro inferior a 10 µm (PM₁₀), assim como os poluentes dióxido de enxofre (SO₂) e monóxido de carbono (CO) caso essa informação esteja disponível, sendo a sua determinação resultante da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em estações da rede dessa área. A qualidade do ar das várias zonas do território nacional é traduzida através de uma escala de cores qualitativa composta por 5 classes (mau, fraco, médio, bom e muito bom), sendo os piores poluentes responsáveis pela cor do índice.



Em 2013, a delimitação das zonas e aglomerações foi revista de acordo com dados dos Censos de 2011, atualizando a delimitação efetuada no âmbito da Diretiva-Quadro da qualidade do ar, que serviu de base à definição das unidades de gestão da qualidade do ar (zonas e aglomerações), delimitadas tendo em conta a respetiva densidade populacional (Censos de 1991) e ocupação do solo.

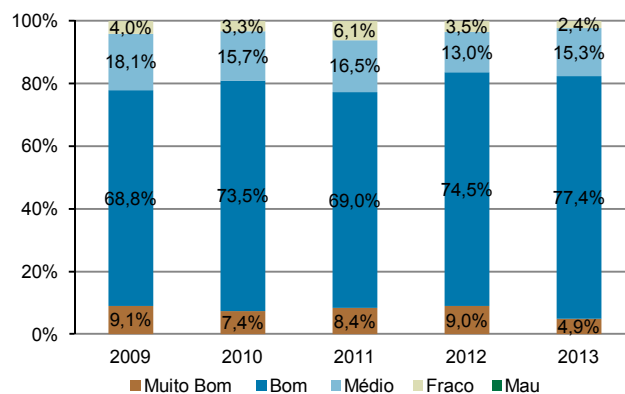
Em 2013, 77,4% dos dias apresentaram qualidade do ar “bom” e 15,3% qualidade “médio”. Estas duas classes de qualidade foram igualmente dominantes nos restantes anos da série em análise. Em 2013, só 4,9% dos dias apresentaram qualidade “muito bom”, quando em 2012 a proporção foi 9,0%.

2.3.2 – Ozono troposférico

O Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, fixa os objetivos para a qualidade do ar ambiente tendo em conta as normas, orientações e programas da Organização Mundial da Saúde, destinados a evitar, prevenir ou reduzir as emissões de poluentes atmosféricos. Para o ozono troposférico, este decreto fixa como limiar de alerta o valor de $240 \mu\text{g}/\text{m}^3$ e como limiar de informação ao público, o valor de $180 \mu\text{g}/\text{m}^3$ (concentrações médias horárias). Além dos referidos limiares, o Decreto-Lei n.º 102/2010 estabelece outros parâmetros para o ozono, como o valor alvo e o objetivo de longo prazo, ambos definidos para a proteção da saúde humana e da vegetação. O valor alvo para proteção da saúde humana corresponde a $120 \mu\text{g}/\text{m}^3$, a não ultrapassar mais de 25 dias por ano civil e em média num período de três anos, enquanto o objetivo de longo prazo consiste em não ultrapassar essa concentração em qualquer dia do ano.

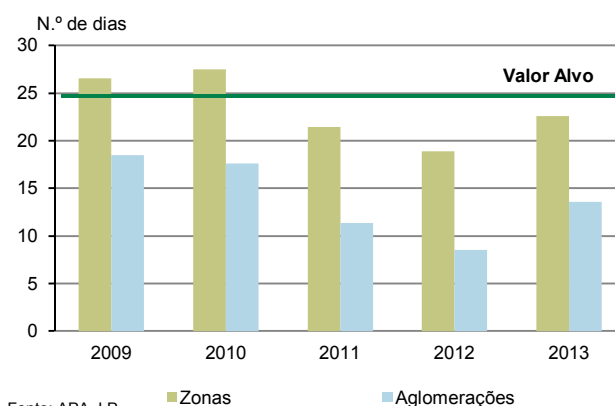
Através da análise de tendência efetuada para o período entre 2009 e 2012, verificou-se um decréscimo no número de dias em que se registaram concentrações superiores a $120 \mu\text{g}/\text{m}^3$ de ozono troposférico, tanto nas zonas como nas aglomerações, sendo que em 2011 e 2012 os dias registados estiveram abaixo dos 25 dias definidos na legislação. Em 2013, no entanto, verificou-se um maior número de dias com concentrações acima deste valor, face aos dois anos anteriores, ainda assim abaixo do limite máximo de 25 dias.

Figura 2.27 - Qualidade do ar



Fonte: APA, I.P

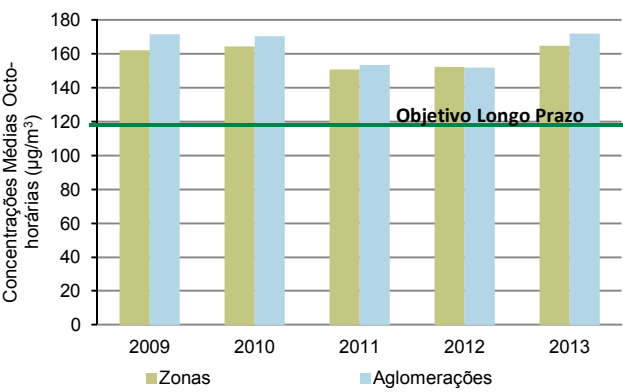
Figura 2.28 - Tendência do valor alvo para a proteção da saúde humana - Ozono troposférico



Fonte: APA, I.P



Figura 2.29 - Objetivo de longo prazo para a proteção da saúde humana - Ozono troposférico



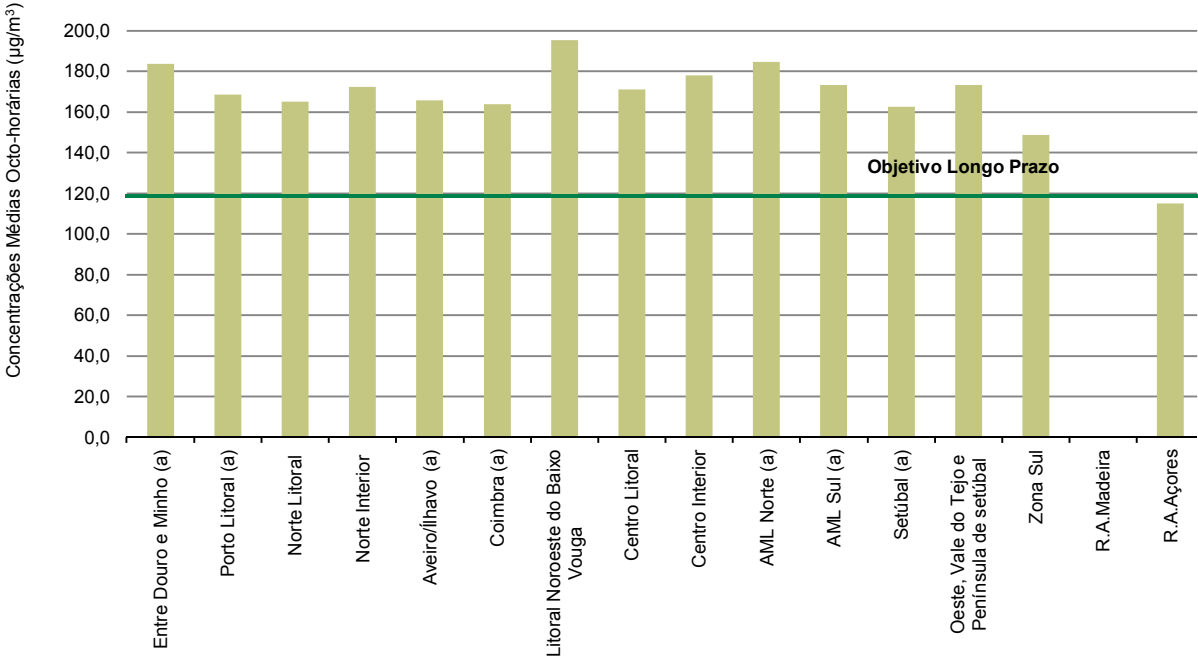
Fonte: APA, I.P.

A Figura 2.29 pretende ilustrar uma análise de tendência, efetuada com base na média de todos os valores máximos anuais (das concentrações máximas diárias das médias octo-horárias de ozono), considerando as estações de monitorização com uma eficiência de medição superior a 85%, agregadas por zona e aglomeração.

Entre 2009 e 2012, as aglomerações registaram uma tendência de decréscimo da concentração média octo-horária de ozono, invertendo-se esta tendência em 2013 com um aumento da concentração de 152 µg/m³ para 172 µg/m³.

No que se refere às zonas, os níveis de ozono medidos cresceram de 2009 para 2010, sendo que até 2012 decresceram até ao valor 152 µg/m³. Em 2013, à semelhança das aglomerações, registou-se um aumento, atingindo o valor máximo das concentrações octo-horárias de ozono no período em análise (165 µg/m³).

Figura 2.30 - Objetivo de longo prazo para a proteção da saúde humana, por Zonas/Aglomerações (2013) - Ozono troposférico



Nota: (a) aglomeração

Fonte: APA, I.P.

Em 2013, os valores registados das concentrações médias octo-horárias por zona/aglomeração ultrapassaram quase sempre o objetivo de longo prazo estabelecido (120 µg/m³), exceto a zona dos Açores (115 µg/m³).



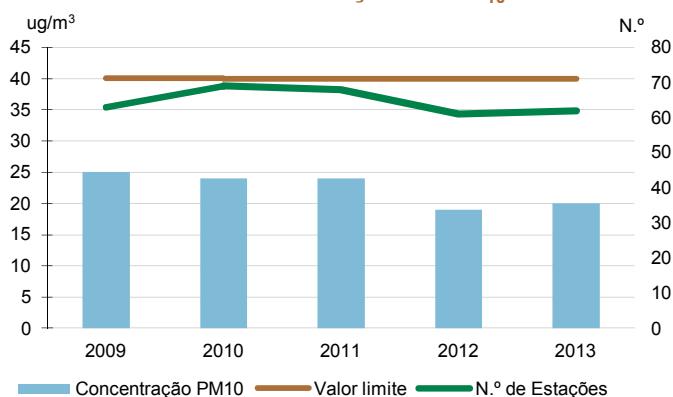
2.3.3 – Partículas inaláveis

As partículas inaláveis, e com potencial para causar efeitos nocivos na saúde, podem provir de fontes naturais (erupções vulcânicas, incêndios florestais, pólen, transporte atmosférico de partículas provenientes de regiões áridas) e antropogénicas (indústrias, pedreiras, transportes).

Relativamente às partículas inaláveis com diâmetro inferior a $10\ \mu\text{m}$ (PM_{10}), constatou-se um aumento de 5,3% da concentração média anual deste poluente, entre 2012 e 2013.

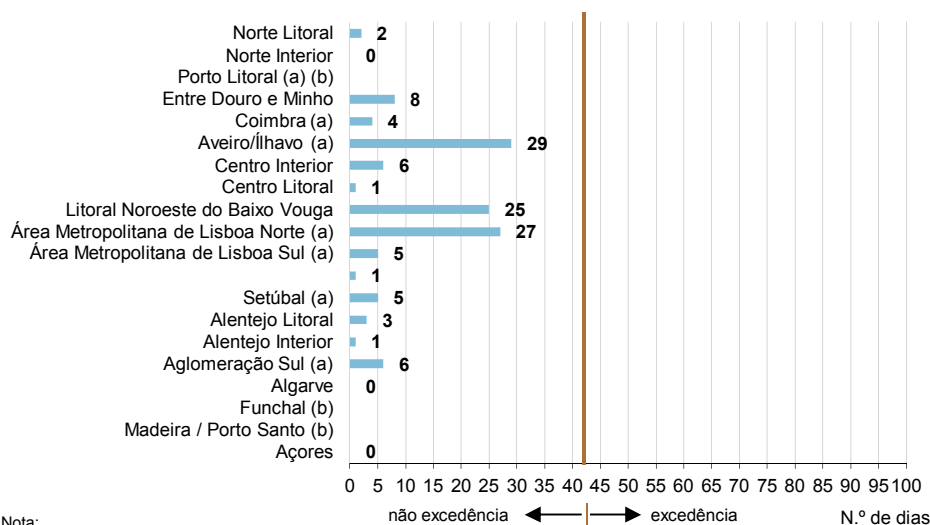
Para a proteção da saúde humana, de acordo com o Decreto-Lei nº 102/2010 de 23 de Setembro, não é permitido ultrapassar o limite de $40\ \mu\text{g}/\text{m}^3$ da concentração média anual de PM_{10} . No período em análise, o valor agregado das concentrações médias anuais estiveram muito abaixo deste limite, situando-se nos $20\ \mu\text{g}/\text{m}^3$ em 2013.

Figura 2.31 - Concentração média anual e estações de monitorização de PM_{10}



Fonte: APA, I.P.

Figura 2.32- Excedências ao valor limite diário de PM_{10} nas zonas e aglomerações com estações que monitorizam as partículas, em 2013 (Estações de Fundo, Tráfego, Industrial)



Nota:

(a) aglomeração

(b) Zonas sem avaliação final

VL Diário = $50\ \mu\text{g}/\text{m}^3$

Valor a não exceder mais do que 35 vezes no ano

Fonte: APA, I.P.

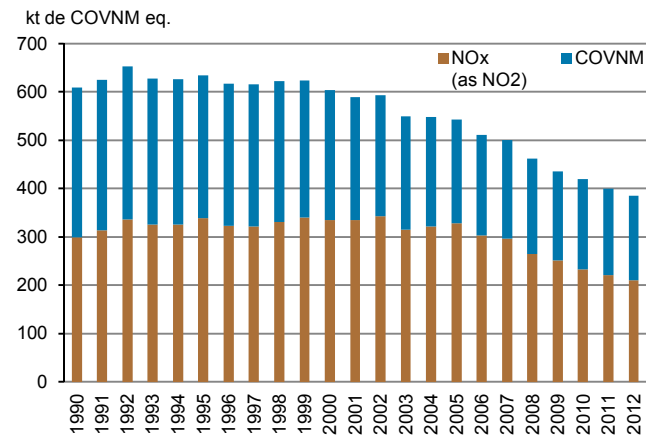
A Figura 2.32 apresenta as excedências ao valor limite diário de PM_{10} nas zonas e aglomerações com estações que monitorizaram as partículas, em 2013 (Estações de Fundo, Tráfego, Industrial), verificando-se uma melhoria significativa ao nível da redução das situações de excedência ao valor limite diário das concentrações de PM_{10} , a não exceder mais do que 35 dias no ano.

Constatou-se que das zonas e aglomerações avaliadas, não se verificaram ultrapassagens ao número de excedências permitidas ao valor médio diário de PM_{10} .



2.3.4 - Substâncias precursoras de ozono troposférico

Figura 2.33 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico, por poluente

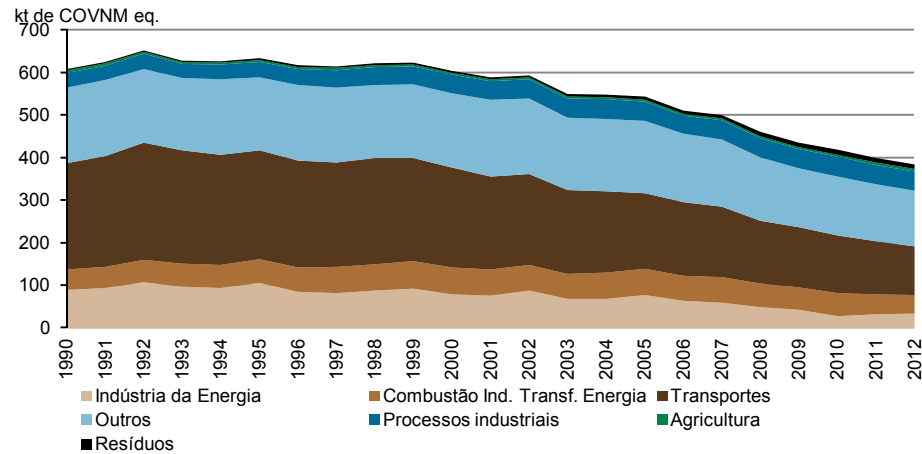


Fonte: APA, I.P

Em 2012, o valor do potencial de formação do ozono troposférico (TOPF) sofreu uma redução de 36,8%, em relação a 1990, devido sobretudo à redução de Compostos Orgânicos Voláteis Não Metanos (COVNM), cuja taxa de variação registada foi - 43,5%.

Salienta-se que a partir de 2004 o decréscimo de TOPF foi mais acentuado, com uma variação de 29,8% até 2012, ano em que totalizou as 384,9 quilotoneladas de COVNM_{eq}.

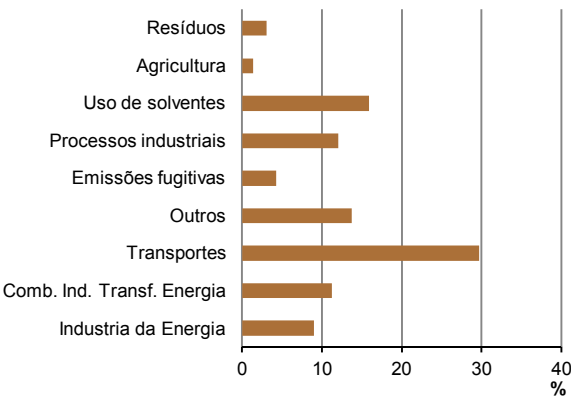
Figura 2.34 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico, por setor de emissão



Fonte: APA, I.P

A análise setorial revela que quase todos os setores contribuíram para o decréscimo das emissões de substâncias precursoras de ozono troposférico, à exceção dos “processos industriais” e dos “resíduos” que registaram um crescimento médio anual 1,4% e 5,8%, respetivamente, face a 1990.

Figura 2.35 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico por setor de emissão em 2012



Fonte: APA, I.P

O setor dos “transportes” e do “uso de solventes” foram os que mais contribuíram para a formação de ozono na troposfera em 2012 (29,7% e 15,9%, respetivamente).



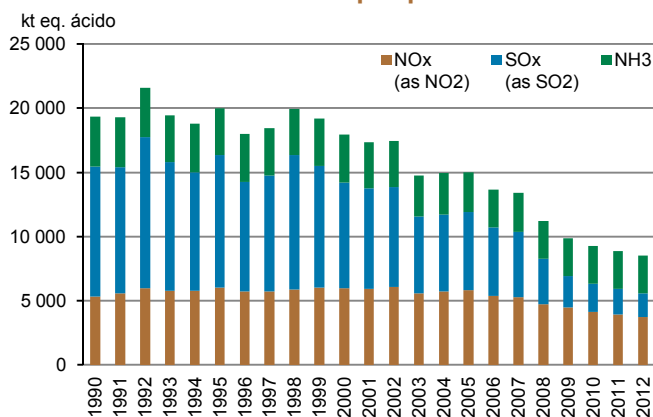
2.3.5 - Substâncias acidificantes e eutrofizantes

Tendo por base o Inventário nacional de emissões de poluentes atmosféricos de 2013, constata-se que Portugal tem desenvolvido esforços para diminuir as emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes para a atmosfera (óxido de enxofre (SO_x), amónia (NH_3) e óxidos de azoto (NO_x)).

Em 2012 foram emitidas 3 744 kt de eq. ácido de NO_x , 1 852 kt de eq. ácido de SO_x e 2 936 kt de eq. ácido de NH_3 , perfazendo um total de 8 532 kt de equivalente ácido, valor este inferior a metade do registado em 1990 (19 354 kt de equivalente ácido).

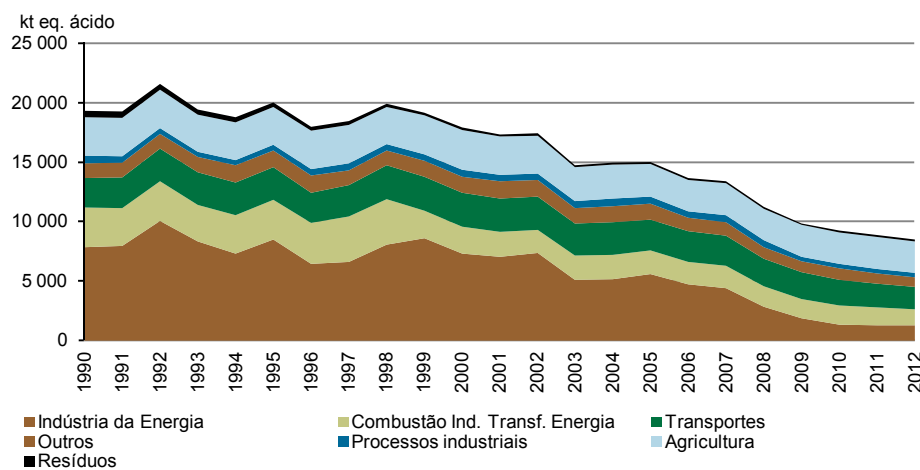
O SO_x , principal gás acidificante, foi o que registou um decréscimo médio anual mais acentuado, entre 1990 e 2012, de 7,4%, seguindo-se o NO_x com 1,6% e o NH_3 com 1,3%.

Figura 2.36 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por poluente



Fonte: APA, I.P.

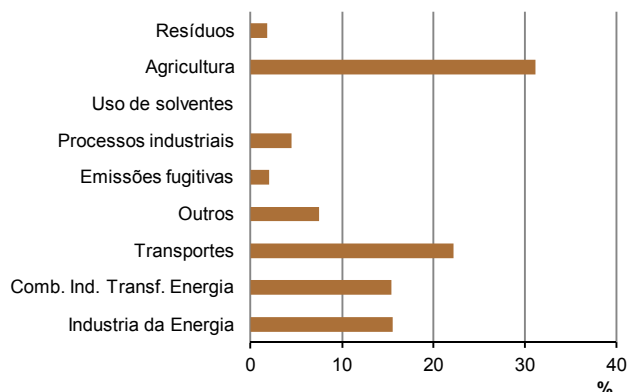
Figura 2.37 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por setor de emissão



Fonte: APA, I.P.

No que se refere à evolução das substâncias acidificantes e eutrofizantes por setor de atividade, entre 1990 e 2012, verificou-se que todos os setores diminuíram os seus níveis de emissão. Destaca-se o setor da “indústria da energia”, o qual decresceu a um ritmo médio anual de 7,8%, seguindo-se o setor dos “resíduos” (-5,7%) e da “combustão da indústria transformadora de energia” (-4,2%).

Figura 2.38 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por setor de emissão, em 2012



Fonte: APA, I.P.

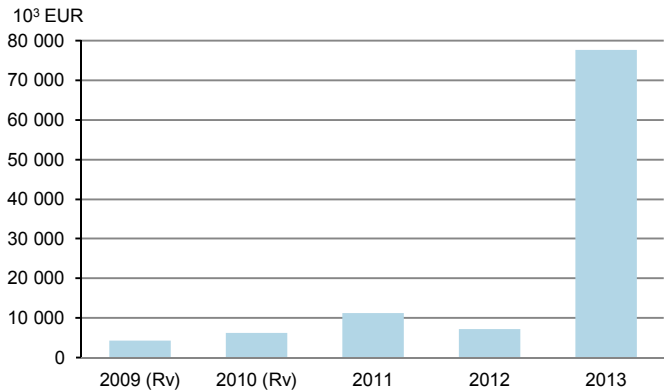


Em 2012, os setores de atividade que mais contribuíram para a emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes foram a “agricultura” (31,1%) e os “transportes” (22,2%). Importa salientar que os valores registados no setor da agricultura devem-se principalmente às emissões de amoníaco, que provêm essencialmente da gestão do estrume e de dejetos animais resultantes do pastoreio e da aplicação de fertilizantes minerais azotados.

2.4 – DESPESAS NA PROTEÇÃO DA QUALIDADE DO AR E CLIMA

Em 2013, a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção da qualidade do ar e clima” fixou-se nos 78 milhões de euros, dez vezes mais que no ano anterior (7 milhões de euros em 2012) resultante, sobretudo, do aumento dos gastos do Fundo Português de Carbono (FPC). Com a transposição para a legislação nacional da Diretiva nº 2009/29/CE (que altera a Diretiva 2003/87/CE a fim de melhorar e alargar o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na União Europeia), as licenças de emissão que até então (períodos 2005-2007 e 2008-2012) eram atribuídas gratuitamente pelo Estado português através dos denominados planos nacionais de atribuição de licenças de emissão (PNALE I e PNALE II), ambos aprovados pela Comissão Europeia, deixaram de o ser na sua totalidade. A partir de 2013, verificou-se um alargamento do âmbito com a introdução de novos gases e setores (produção de ácido nítrico, a produção de amoníaco e o armazenamento geológico de carbono), sendo a quantidade total de licenças de emissão determinada a nível de UE e a atribuição de licenças de emissão efetuada por leilão, mantendo-se marginalmente a atribuição gratuita, mediante recurso a *benchmarks*. A venda exclusivamente através de leilão deverá constituir a regra no sector da eletricidade embora estejam previstas exceções para o aquecimento e o arrefecimento urbanos e para a produção de calor ou de frio através da cogeração com elevado nível de eficiência. Beneficiam igualmente desta exceção outros setores como a produção e transformação de metais ferrosos, cimento, cal, indústria vidreira, cerâmica e produção de pasta de papel e papel e cartão. Desta forma as licenças não atribuídas a título gratuito são leiloadas e as receitas dos leilões são numa primeira fase transferidas para o FPC e posteriormente para os titulares de licenças de comercialização para dedução à tarifa de uso global do Sistema Elétrico Nacional.

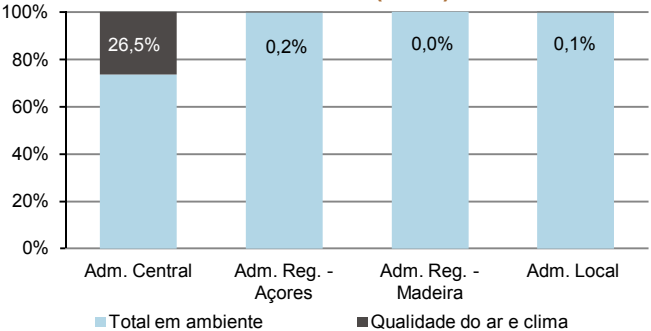
Figura 2.39 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da qualidade do ar e clima



Fonte: INE, I.P

Esta alteração do quadro legal das licenças de emissão dos gases de efeito de estufa provocou modificações, não apenas em termos absolutos, mas também ao nível do perfil estrutural da despesa em ambiente. A comparticipação da despesa das Administrações Públicas na “Proteção da qualidade do ar e clima” passou de 0,9% em 2012 para 7,9% em 2013.

Figura 2.40 - Proteção da qualidade do ar e clima no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2013)



Nota: não foi considerada em 2013 a informação sobre o domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis)

Fonte: INE, I.P

Também a estrutura da despesa efetuada pela Administração Central, fez alavancar a sua importância em cerca de 22 p.p. passando dos 3,3% em 2012 para os 26,5% em 2013. Na Administração Regional da Região Autónoma dos Açores e na Administração Local o peso deste domínio foi residual, respetivamente 0,2% e 0,1%.

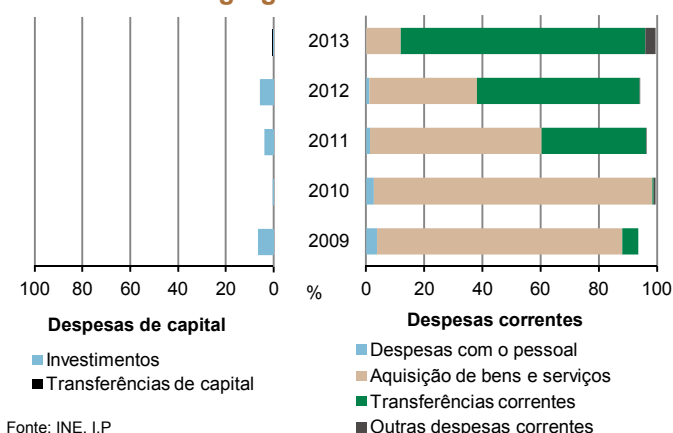


A despesa no domínio da “Proteção da qualidade do ar e clima” é constituída na sua quase totalidade por “Despesas correntes”. Em 2013 e decorrente sobretudo da alteração do quadro legal das emissões dos gases de efeito de estufa, a contribuição das “transferências correntes” aumentou 28 p.p. tendo a “aquisição de bens e serviços” absorvido apenas 11,9% (37,0% em 2012) do total da despesa. Para estes resultados destacam-se:

1. As verbas despendidas pelo FPC no âmbito das receitas geradas pelos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa com transferências para as sociedades não financeiras do Sistema Elétrico Nacional;
2. O montante gasto pelo FPC no âmbito do Programa de Apoio a Projetos no País, programa que apoia iniciativas que conduzem à redução de emissões de gases com efeito de estufa ou ao sequestro de carbono, particularmente os projetos “Sequestro de carbono em pastagens permanentes semeadas biodiversas - 2ª fase”, “Sequestro de carbono – controlo da vegetação espontânea - 2ª fase - Matos” e “Redução de N₂O nas instalações fabris”.

É de referir que as “Despesas de capital” repartiram-se entre “investimentos” e “transferências de capital” e contribuíram com percentagens residuais, respetivamente 0,3% e 0,1%.

Figura 2.41 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da qualidade do ar e clima, por agregado económico



>> Para mais informação consulte:

Índice de precipitação padronizado (N.º) por Localização geográfica (Continente) e Principais bacias hidrográficas; Anual

Emissão de gases de efeito estufa (kt CO₂eq) por Setor de emissão; Anual

Emissão de principais gases de efeito de estufa (kt CO₂eq) por Tipo de gás e Setor de emissão; Anual

Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico (kt COVNMeq) por Tipo de substância e Setor de emissão; Anual

Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes (kt eq-ácido) por Tipo de substância e Setor de emissão; Anual



2.5 – QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 2.1 - Temperatura média mensal e número de dias com noites tropicais

2013

Estações	Mês mais quente				Mês mais frio				Número de dias	
	Designação	Temperatura média mensal			Designação	Temperatura média			Noites tropicais (tmin>=20°C)	desvio normal 1971-00
		Média	Mínima	Máxima		Média	Mínima	Máxima		
		°C				°C				
Continente	julho/agosto	23,4/23,4	16,2/15,8	30,6/31,0	fevereiro	8,9	4,0	13,7	x	x
Norte										
Bragança	julho	24,0	15,9	32,1	dezembro	4,0	- 1,1	9,2	1	-1
Cabeceiras de Basto	julho	23,6	15,0	32,2	dezembro	7,1	2,3	11,9	0	x
Carrizada de Ansiães	julho	22,2	13,2	31,3	fevereiro	5,2	0,5	9,9	2	2
Chaves	julho	24,8	15,4	34,2	dezembro	4,9	- 0,8	10,6	0	0
Mirandela	julho	26,1	15,9	36,3	dezembro	4,9	- 0,2	9,9	4	1
Moimenta da Beira	agosto	23,5	14,7	32,4	dezembro	5,2	0,4	10,0	5	x
Montalegre	agosto	20,4	13,6	27,3	fevereiro	3,5	0,2	6,8	0	0
Porto	agosto	23,3	16,9	29,7	fevereiro	10,0	4,9	15,1	x	x
Torre de Moncorvo	julho	25,7	17,3	34,1	dezembro	5,0	0,3	9,7	11	x
Viana do Castelo	agosto	21,0	15,3	26,6	fevereiro	9,3	4,9	13,6	3	x
Vila Nova de Cerveira	julho	21,7	15,0	28,5	dezembro	8,4	2,5	14,2	0	x
Vila Real	julho	23,9	16,2	31,6	dezembro	5,7	1,8	9,5	8	x
Centro										
Alcobaça	julho	21,5	15,6	27,4	fevereiro	9,5	4,3	14,8	0	-1
Anadia	julho	23,9	16,5	31,2	fevereiro	8,9	3,5	14,4	4	3
Aveiro	julho	21,6	17,7	25,5	fevereiro	10,4	6,7	14,1	5	3
Castelo Branco	agosto	26,8	19,0	34,6	dezembro	8,2	3,9	12,4	26	5
Coimbra	julho	23,1	16,9	29,3	fevereiro	9,4	5,5	13,3	1	0
Leiria / Ansião	agosto	24,0	15,8	32,4	fevereiro	8,6	4,1	13,1	6	x
Lousã	agosto	25,2	15,9	34,4	fevereiro	9,6	4,0	15,3	4	x
Manteigas / Penhas Douradas	julho	20,1	15,2	25,0	fevereiro	2,2	- 1,1	5,4	8	6
Marinha Grande / S. Pedro de Moel	julho	19,7	16,5	23,0	fevereiro	10,2	7,0	13,4	1	x
Mira / Dunas de Mira	julho	20,6	14,9	26,3	fevereiro	9,2	3,7	14,6	0	x
Nelas	agosto	24,0	15,5	32,5	dezembro	7,5	3,6	11,4	9	6
Torres Vedras / Dois Portos	agosto	22,7	16,1	29,2	fevereiro	9,9	5,8	14,2	2	x
Viseu	julho	23,4	16,3	30,4	fevereiro	7,1	3,2	11,0	14	x
Lisboa										
Lisboa	agosto	24,7	19,1	30,3	dezembro	11,6	8,2	14,9	26	13
Setúbal	agosto	23,9	16,2	31,7	fevereiro	10,8	5,9	15,7	3	0
Alentejo										
Alcácer do Sal	agosto	24,8	15,6	34,0	dezembro	9,8	2,3	17,3	0	0
Avis	agosto	25,7	16,4	35,1	dezembro	9,1	3,2	14,9	7	x
Beja	agosto	25,8	16,9	34,6	fevereiro	9,6	4,9	14,4	13	4
Castro Verde / Neves Corvo	agosto	26,0	16,3	35,6	fevereiro	9,3	3,8	14,8	4	x
Coruche	agosto	24,2	14,2	34,3	dezembro	8,9	1,8	16,1	1	0
Évora	agosto	25,5	21,1	35,1	fevereiro	9,0	3,7	14,4	1	x
Mértola	agosto	25,9	16,5	35,2	fevereiro	9,2	3,8	14,6	4	x
Odemira	julho	21,8	16,3	27,4	fevereiro	10,7	6,3	15,1	4	x
Portalegre	agosto	26,4	19,4	33,5	fevereiro	8,0	4,3	11,6	43	14
Santarém / Fonte Boa	agosto	24,7	16,4	32,9	dezembro	10,2	5,5	15,0	5	2
Santiago do Cacém / Alvalade	agosto	24,5	14,6	34,3	fevereiro	9,9	3,7	16,1	0	x
Sines	julho	21,1	16,8	25,4	fevereiro	11,1	7,5	14,6	2	0
Viana do Alentejo	agosto	25,9	15,8	35,9	fevereiro	9,4	4,1	14,7	6	2
Algarve										
Aljezur	julho	21,6	15,2	28,1	fevereiro	10,2	3,4	17,0	4	x
Castro Marim	agosto	26,1	19,7	32,5	fevereiro	11,4	6,6	16,3	26	x
Faro	agosto	25,6	21,1	30,2	fevereiro	12,1	8,0	16,2	63	38
Vila Real de Santo António	agosto	25,8	20,0	31,7	fevereiro	11,5	7,0	16,0	31	7
R. A. Açores										
Angra do Heroísmo	agosto	23,1	20,4	25,7	março	14,7	12,6	16,6	43	25
Horta	agosto	23,0	20,0	25,9	março	14,1	11,9	16,3	37	12
Ponta Delgada	agosto	22,3	19,2	25,3	março	14,3	12,4	16,1	15	-4
Santa Cruz das Flores	agosto	23,1	20,1	26,1	março	13,6	15,7	11,5	43	18
R. A. Madeira										
Funchal	agosto	23,6	20,6	26,6	fevereiro	17,5	14,3	20,6	65	38
Porto Santo	agosto	23,1	20,3	25,9	fevereiro	16,0	13,5	18,6	46	9

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.2 - Desvio à normal 1971-2000 da temperatura máxima do ar

2013 Unidade: °C

NUTSII	Mínimo	Máximo
Norte	0,2	1,0
Centro	-0,1	1,4
Lisboa	0,2	0,8
Alentejo	0,0	1,2
Algarve	0,0	1,0

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.3 - Média da temperatura máxima do ar por municípios

2013

Unidade: °C

Municípios	Mínimo	Máximo
1 Continente	9,6	24,9
11 Norte	12,4	23,3
111 Minho- Lima	12,4	22,5
Arcos de Valdevez	12,4	22,5
Caminha	15,0	20,3
Melgaço	13,1	21,9
Monção	14,3	21,7
Paredes de Coura	15,4	20,1
Ponte da Barca	13,5	22,5
Ponte de Lima	15,3	22,1
Valença	15,6	21,1
Viana do Castelo	15,0	21,3
Vila Nova de Cerveira	16,0	20,5
112 Cávado	12,9	23,1
Amares	16,9	23,1
Barcelos	18,0	22,4
Braga	19,1	23,0
Esposende	18,0	21,3
Terras de Bouro	12,9	23,0
Vila Verde	17,3	22,7
113 Ave	15,3	23,1
Fafe	17,9	22,7
Guimarães	19,3	22,8
Póvoa de Lanhoso	18,6	23,1
Santo Tirso	19,2	22,7
Trofa	20,2	22,4
Vieira do Minho	15,3	23,1
Vila Nova de Famalicão	19,6	22,7
Vizela	20,2	22,6
114 Grande Porto	18,7	22,2
Espinho	19,0	20,1
Gondomar	18,7	22,2
Maia	20,4	21,9
Matosinhos	19,8	21,7
Porto	19,9	22,0
Póvoa de Varzim	19,8	21,8
Valongo	19,7	22,1
Vila do Conde	19,8	21,9
Vila Nova de Gaia	19,3	22,0
115 Tâmega	13,3	23,3
Amarante	14,0	23,3
Baião	13,5	23,0
Cabeceiras de Basto	15,9	23,3
Castelo de Paiva	17,7	22,6
Celorico de Basto	18,1	23,3
Cinfães	13,3	23,0
Felgueiras	19,3	22,7
Lousada	19,2	22,2
Marco de Canaveses	16,6	23,0
Mondim de Basto	14,4	23,3
Paços de Ferreira	19,1	21,5
Paredes	19,2	22,1
Penafiel	18,8	22,7
Resende	14,5	23,0
Ribeira de Pena	14,5	23,1
116 Entre Douro e Vouga	14,2	22,2
Arouca	14,2	22,2
Oliveira de Azeméis	17,2	20,9
Santa Maria da Feira	18,4	21,9
São João da Madeira	19,3	20,2
Vale de Cambra	14,7	21,6
117 Douro	13,4	23,1
Alijó	16,2	23,1
Armamar	16,8	22,9
Carrazeda de Ansiães	17,1	23,1
Freixo de Espada à Cinta	17,5	23,0
Lamego	15,2	23,0
Mesão Frio	16,1	23,0
Moimenta da Beira	16,5	21,1
Penedono	16,7	20,4
Peso da Régua	13,6	23,0
Sabrosa	15,5	23,0
Santa Marta de Penaguião	13,4	22,8
São João da Pesqueira	16,8	23,1
Sernancelhe	17,0	20,4
Tabuaço	16,8	23,0
Tarouca	15,5	21,1
Torre de Moncorvo	17,2	23,0
Vila Flor	17,4	22,8
Vila Nova de Foz Côa	18,0	23,0
Vila Real	13,9	22,4

(continua)



Quadro 2.3 - Média da temperatura máxima do ar por municípios (cont.)

2013	Municípios	Minímo	Máximo	Unidade: °C
118	Alto de Trás-os-Montes	11,9	23,0	
	Alfândega da Fé	15,0	22,7	
	Boticas	14,7	21,8	
	Bragança	12,9	21,6	
	Chaves	15,4	21,0	
	Macedo de Cavaleiros	14,5	22,3	
	Miranda do Douro	17,5	21,1	
	Mirandela	16,6	22,2	
	Mogadouro	16,7	22,7	
	Montalegre	11,9	23,0	
	Murça	15,9	22,3	
	Valpaços	14,9	21,7	
	Vila Pouca de Aguiar	14,9	22,1	
	Vimioso	17,1	22,0	
	Vinhais	14,2	21,4	
16	Centro	13,3	23,7	
161	Baixo Vouga	15,8	21,8	
	Águeda	17,0	21,8	
	Albergaria-a-Velha	18,5	21,4	
	Anadia	18,4	21,7	
	Aveiro	19,1	21,3	
	Estarreja	19,0	20,8	
	Ílhavo	19,2	20,7	
	Mealhada	18,2	21,7	
	Murtosa	19,0	20,2	
	Oliveira do Bairro	20,8	21,7	
	Ovar	18,7	20,2	
	Sever do Vouga	15,8	21,8	
	Vagos	19,2	21,1	
162	Baixo Mondego	17,4	22,5	
	Cantanhede	19,1	21,8	
	Coimbra	18,8	22,5	
	Condeixa-a-Nova	19,1	21,9	
	Figueira da Foz	17,4	21,2	
	Mira	19,1	20,8	
	Montemor-o-Velho	20,1	21,8	
	Penacova	18,2	22,5	
	Soure	18,6	21,8	
163	Pinhal Litoral	17,1	22,2	
	Batalha	18,5	21,0	
	Leiria	18,3	21,3	
	Marinha Grande	17,7	20,4	
	Pombal	18,6	22,2	
	Porto de Mós	17,1	21,0	
164	Pinhal Interior Norte	13,7	22,9	
	Alvaiázere	19,0	22,6	
	Ansião	19,3	22,1	
	Arganil	13,7	22,5	
	Castanheira de Pêra	14,7	21,1	
	Figueiró dos Vinhos	16,2	22,9	
	Góis	14,7	22,2	
	Lousã	14,8	22,5	
	Miranda do Corvo	16,5	22,5	
	Oliveira do Hospital	14,9	22,3	
	Pampilhosa da Serra	13,7	21,9	
	Pedrogão Grande	17,9	22,7	
	Penela	17,1	22,0	
	Tábua	19,7	22,4	
	Vila Nova de Poiares	19,4	22,5	
165	Dão Lafões	13,3	22,4	
	Aguiar da Beira	16,8	20,6	
	Carregal do Sal	20,4	22,4	
	Castro Daire	13,3	21,4	
	Mangualde	18,2	22,0	
	Mortágua	16,9	22,3	
	Nelas	20,0	22,2	
	Oliveira de Frades	15,0	21,8	
	Penalva do Castelo	18,6	21,3	
	Santa Comba Dão	20,3	22,3	
	São Pedro do Sul	14,5	21,8	
	Sátão	17,6	20,9	
	Tondela	15,0	22,0	
	Vila Nova de Paiva	16,1	19,7	
	Viseu	16,9	21,8	
	Vouzela	15,2	21,7	
166	Pinhal Interior Sul	16,1	23,7	
	Mação	19,3	23,7	
	Oleiros	16,1	22,1	
	Proença-a-Nova	17,0	23,3	
	Sertão	16,1	22,9	
	Vila de Rei	19,5	22,9	

(continua)



Quadro 2.3 - Média da temperatura máxima do ar por municípios (cont.)

2013

Unidade: °C

Municípios	Minímo	Máximo
167 Serra da Estrela	9,6	22,2
Fornos de Algodres	17,3	21,6
Gouveia	12,3	22,0
Seia	9,6	22,2
168 Beira Interior Norte	9,6	23,0
Almeida	18,0	20,4
Celorico da Beira	14,9	21,3
Figueira de Castelo Rodrigo	16,9	23,0
Guarda	14,7	20,8
Manteigas	9,6	20,3
Meda	17,1	22,1
Pinhel	17,4	22,7
Sabugal	15,5	20,8
Trancoso	16,8	20,9
169 Beira Interior Sul	15,3	23,7
Castelo Branco	15,3	23,6
Idanha-a-Nova	18,4	23,7
Penamacor	16,4	22,1
Vila Velha de Ródão	20,1	23,7
16A Cova da Beira	9,6	22,3
Belmonte	17,9	21,0
Covilhã	9,6	21,3
Fundão	15,3	22,3
16B Oeste	17,1	22,1
Alcobaça	17,7	20,6
Alenquer	17,1	22,1
Arruda dos Vinhos	18,9	21,2
Bombarral	19,6	21,3
Cadaval	17,1	21,3
Caldas da Rainha	18,1	21,1
Lourinhã	18,9	21,0
Nazaré	17,8	20,4
Óbidos	18,6	20,9
Peniche	18,9	20,4
Sobral de Monte Agraço	18,6	21,0
Torres Vedras	18,8	21,3
16C Médio Tejo	17,8	23,7
Abrantes	21,4	23,7
Alcanena	17,8	22,5
Constância	22,0	23,5
Entroncamento	22,5	23,1
Ferreira do Zêzere	20,3	22,9
Ourém	17,8	22,7
Sardoal	20,6	23,4
Tomar	20,9	23,3
Torres Novas	17,8	23,1
Vila Nova da Barquinha	22,0	23,4
17 Lisboa	17,4	23,3
171 Grande Lisboa	17,4	22,5
Amadora	20,6	22,4
Cascais	17,5	21,8
Lisboa	20,7	22,3
Loures	19,3	22,3
Mafra	18,7	21,5
Odivelas	20,0	22,5
Oeiras	20,6	22,0
Sintra	17,4	21,8
Vila Franca de Xira	19,0	22,5
172 Península de Setúbal	18,2	23,3
Alcochete	21,3	23,2
Almada	20,9	22,5
Barreiro	21,4	22,6
Moita	21,5	22,8
Montijo	21,5	23,3
Palmela	19,7	23,3
Seixal	21,5	22,8
Sesimbra	19,1	23,0
Setúbal	18,2	23,0
18 Alentejo	19,6	24,3
181 Alentejo Litoral	19,6	24,3
Alcácer do Sal	21,1	24,2
Grândola	20,7	24,3
Odemira	19,6	23,5
Santiago do Cacém	20,0	23,9
Sines	20,0	21,8

(continua)



Quadro 2.3 - Média da temperatura máxima do ar por municípios (cont.)

2013	Municípios	Minímo	Máximo	Unidade: °C
182	Alto Alentejo	17,2	23,8	
	Alter do Chão	21,4	23,1	
	Arronches	20,7	23,1	
	Avis	22,3	23,4	
	Campo Maior	22,3	23,7	
	Castelo de Vide	18,7	23,2	
	Crato	21,2	23,0	
	Elvas	21,2	23,8	
	Fronteira	21,7	23,2	
	Gavião	21,7	23,7	
	Marvão	17,2	22,9	
	Monforte	21,5	23,0	
	Mora	22,5	23,6	
	Nisa	20,8	23,7	
	Ponte de Sor	21,9	23,6	
	Portalegre	17,2	22,7	
183	Alentejo Central	19,8	24,3	
	Alandroal	21,7	24,1	
	Arraiolos	21,5	23,1	
	Borba	20,6	22,8	
	Estremoz	19,8	22,9	
	Évora	21,1	23,7	
	Montemor-o-Novo	21,2	23,5	
	Mourão	22,9	24,2	
	Portel	21,8	24,3	
	Redondo	19,9	23,3	
	Reguengos de Monsaraz	22,1	24,3	
	Sousel	21,1	23,0	
	Vendas Novas	22,2	23,2	
	Viana do Alentejo	22,0	23,8	
	Vila Viçosa	21,2	23,7	
184	Baixo Alentejo	20,2	24,9	
	Aljustrel	22,6	23,9	
	Almodôvar	20,2	23,8	
	Alvito	22,4	24,0	
	Barrancos	22,1	24,0	
	Beja	22,5	24,7	
	Castro Verde	22,5	24,1	
	Cuba	22,4	23,6	
	Ferreira do Alentejo	22,7	24,3	
	Mértola	22,3	24,9	
	Moura	20,8	24,4	
	Ourique	21,5	23,7	
	Serpa	21,2	24,8	
	Vidigueira	21,7	24,4	
185	Lezíria do Tejo	17,9	23,6	
	Almeirim	22,0	23,2	
	Alpiarça	22,3	23,2	
	Azambuja	20,7	22,7	
	Benavente	21,2	23,2	
	Cartaxo	21,3	22,9	
	Chamusca	22,0	23,4	
	Coruche	22,1	23,6	
	Golegã	22,3	23,2	
	Rio Maior	18,1	22,6	
	Salvaterra de Magos	22,5	23,1	
	Santarém	17,9	23,1	
15	Algarve	16,4	24,5	
	Albufeira	20,9	23,0	
	Alcoutim	21,4	24,5	
	Aljezur	20,0	22,3	
	Castro Marim	21,9	24,1	
	Faro	20,8	23,2	
	Lagoa	20,8	22,9	
	Lagos	20,4	22,4	
	Loulé	20,1	23,2	
	Monchique	16,4	23,0	
	Olhão	20,5	23,0	
	Portimão	20,5	22,8	
	São Brás de Alportel	20,4	22,9	
	Silves	21,0	23,1	
	Tavira	20,3	23,4	
	Vila do Bispo	20,1	22,1	
	Vila Real de Santo António	21,9	23,2	
2	R. A. Açores	x	x	
3	R. A. Madeira	x	x	

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.4 - Precipitação total por NUTSIII

2013	Unidade: mm	
NUTSIII	Mínimo	Máximo
Portugal	332,0	2304,0
1 Continente	332,0	2304,0
11 Norte	826,8	2304,0
111 Minho-Lima	1503,7	2304,0
112 Cávado	1469,2	2180,4
113 Ave	1365,3	2199,9
114 Grande Porto	1171,8	1607,6
115 Tâmega	1301,5	1789,0
116 Entre Douro e Vouga	1146,4	1398,8
117 Douro	937,3	1417,9
118 Alto de Trás-os-Montes	826,8	2246,4
16 Centro	683,1	1980,9
161 Baixo Vouga	1058,2	1280,6
162 Baixo Mondego	911,3	1236,4
163 Pinhal Litoral	768,2	947,7
164 Pinhal Interior Norte	865,2	1574,8
165 Dão-Lafões	1153,3	1699,7
166 Pinhal Interior Sul	871,4	1220,7
167 Serra da Estrela	1364,6	1948,8
168 Beira Interior Norte	1013,4	1980,9
169 Beira Interior Sul	885,6	1301,1
16A Cova de Beira	1056,8	1786,8
16B Oeste	683,1	899,2
16C Médio Tejo	715,5	911,1
17 Lisboa	427,3	1009,7
171 Grande Lisboa	621,1	945,0
172 Península de Setúbal	559,5	909,0
18 Alentejo	427,3	1009,7
181 Alentejo Litoral	456,8	990,8
182 Alto Alentejo	702,2	1009,7
183 Alentejo Central	488,4	823,6
184 Baixo Alentejo	427,3	777,6
185 Lezíria do Tejo	571,6	865,4
15 Algarve	332,0	1162,8
150 Algarve	332,0	1162,8
2 R. A. Açores	x	x
3 R. A. Madeira	x	x

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Quadro 2.5 - Desvio à normal 1971-2000 da precipitação total

2013	Unidade: %	
NUTSII	Mínimo	Máximo
Norte	106,1	180,3
Centro	94,1	134,4
Lisboa	93,9	130,1
Alentejo	82,2	118,6
Algarve	71,9	130,4

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.6 - Dias em onda de calor e de frio por estação

2013

Unidade: N.º

Estações	Onda de Calor	Onda de Frio
Continente		
Norte		
Braga	14	0
Bragança	10	0
Miranda do Douro	10	0
Mirandela	18	0
Monção	9	0
Montalegre	16	0
Porto / Pedras Rubras	16	0
Vila Real	10	0
Centro		
Alcobaça	13	6
Alvega	17	0
Anadia	13	0
Castelo Branco	8	0
Coimbra	13	0
Figueira Castelo Rodrigo	9	0
Guarda	16	0
Monte Real	13	0
Nelas	9	0
Penhas Douradas	9	0
Portalegre	18	0
Santarém / Fonte Boa	14	0
Torres Vedras / Dois Portos	13	0
Viseu	7	0
Lisboa		
Barreiro	7	0
Lisboa	8	0
Montijo	6	0
Alentejo		
Alcácer do Sal	8	7
Beja	8	0
Benavila / Avis	18	0
Coruche	9	0
Évora	8	0
Mértola	8	6
Sines	7	0
Santiago do Cacém / Alvalade	6	0
Algarve		
Sagres	7	0

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.7 - Precipitação total por NUTS II e por estação meteorológica

2013

Estações	Mês com maior precipitação		Mês com menor precipitação		Número de dias					Máximo prec. diária (mm)
	Designação	Total (mm)	Designação	Total (mm)	sem precipitação	com precipitação ≥10mm	desvio normal 1971-00	com precipitação ≥30mm	desvio normal 1971-00	
Continente	março	222,1	agosto	1,5	245	32	7	5	1	126
Norte										
Bragança	março	168,0	agosto	0,0	241	25	-1	5	2	70,2
Carrazeda de Ansiães	março	191,5	agosto	0,0	245	23	x	3	x	44,6
Montalegre / Cabril	março	572,0	julho	0,8	237	62	x	20	x	126,0
Porto / Pedras Rubras	outubro	276,0	agosto	0,2	243	38	-6	7	0	65,6
Viana do Castelo	outubro	321,7	julho	1,2	208	48	-4	13	3	74,5
Vila Nova de Cerveira	março	459,5	julho	10,2	212	61	x	21	x	104,2
Vila Real	março	247,1	agosto	0,0	241	29	x	5	x	65,8
Centro										
Aveiro	outubro	223,2	agosto	0,0	231	36	x	5	x	56,4
Castelo Branco	março	193,2	agosto	0,0	254	29	4	6	2	63,8
Coimbra / Bencanta	março	213,1	agosto	0,4	228	29	-3	4	4	54,7
Guarda	outubro	327,5	agosto	0,0	249	25	-5	7	1	77,2
Manteigas / Penhas Douradas	março	522,5	agosto	0,0	232	58	9	17	3	97,4
Viseu / C.C.	março	364,8	agosto	0,2	223	49	9	12	4	80,6
Lisboa										
Lisboa / Gago Coutinho	março	211,1	agosto	0,0	256	22	x	5	x	60,1
Setúbal	março	194,8	agosto	0,0	271	21	-2	4	0	79,2
Alentejo										
Alcácer do Sal	março	178,6	agosto	0,0	256	16	-3	0	-2	25,1
Beja	março	154,0	julho	0,0	267	14	-6	1	-1	33,8
Castro Verde / Neves Corvo	março	140,3	julho	0,1	270	12	x	1	x	46,2
Coruche	março	181,8	agosto	0,0	253	14	-10	4	1	85,3
Évora	março	173,8	julho/agosto	0,1	250	16	-4	2	0	46,0
Moura / Amareleja	março	167,5	julho	0,3	268	15	-2	2	0	39,3
Odemira / Zambujeira	março	217,9	julho	0,6	230	12	-2	2	1	39,9
Portalegre	março	312,7	agosto	0,0	250	36	5	7	3	52,2
Rio Maior	março	198,6	agosto	0,0	235	29	x	5	x	41,4
Santarém / Fonte Boa	março	118,8	agosto	0,0	237	18	-6	1	-2	33,8
Sines	março	115,8	agosto	0,1	246	13	-2	1	-1	35,2
Viana do Alentejo	março	166,6	agosto	0,0	238	12	-8	1	-2	31,9
Algarve										
Aljezur	março	205,2	agosto	0,0	253	22	x	2	x	59,4
Castro Marim	março	134,9	agosto	0,0	278	9	-6	1	-2	31,7
Loulé	março	189,6	agosto	0,0	277	15	x	0	x	28,8
Monchique / Foia	janeiro	297,3	julho	1,0	196	38	x	8	x	60,1
Portimão	março	166,7	julho/agosto	0,0	279	14	x	1	x	39,3
R. A. Açores										
Angra do Heroísmo	março	229,3	junho	4,3	182	24	-10	5	-1	59,5
Horta	março	236,0	maio	0,0	177	40	11	7	3	69,7
Ponta Delgada	abril	350,7	agosto	5,2	182	34	-3	8	1	78,3
Santa Cruz das Flores	março	318,8	abril	22,3	112	67	15	11	1	66,4
R. A. Madeira										
Funchal	março	248,2	maio/agosto	0,0	288	34	-3	5	1	40,9
Porto Santo	novembro	82,0	junho	0,5	244	10	1	1	0	33,0

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Quadro 2.8 - Índice de precipitação padronizada (SPI)

Data	Bacias		
	Douro	Tejo	Guadiana
dez- 2000	0,97	0,58	0,58
dez- 2001	0,92	0,20	0,48
dez- 2002	0,44	0,14	0,06
dez- 2003	0,19	0,13	0,11
dez- 2004	-1,38	-1,62	-1,53
dez- 2005	-1,70	-1,75	-1,56
dez- 2006	0,38	0,66	0,33
dez- 2007	-1,36	-1,56	-1,02
dez- 2008	-0,88	-1,07	-0,94
dez- 2009	-0,25	-0,44	-0,66
dez- 2010	0,55	0,65	0,78
dez- 2011	-1,12	-0,10	-0,11
dez- 2012	-1,13	-0,97	-0,68
dez- 2013	0,78	0,46	-0,13

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.9 - Mercado CELE - Licenças de emissão atribuídas gratuitamente e adquiridas pelas empresas em leilão e emissões verificadas

Ano	Licenças de Emissão (LE) previstas atribuir {PNALE I + II e NAT (CELE 3)}		LE gratuitas efetivamente atribuídas (inclui licenças de reserva)	LE atribuídas a Portugal colocadas em leilão (NLE)			Total de LE = gratuitas efetivamente atribuídas + colocadas em leilão	Licenças por usar	Emissões verificadas
	Atribuição prevista de LE para instalações existentes	Montante de LE de reserva para novas instalações		Licenças	Valor	Cotação média das LE colocadas em leilão			
t CO2eq				EUR			t CO2eq		
2005	35 361 000	2 800 000	37 299 255	-	-	-	37 299 255	873 322	36 425 933
2006	35 361 000	2 800 000	38 071 191	-	-	-	38 071 191	4 987 312	33 083 879
2007	35 361 000	2 800 000	38 213 106	-	-	-	38 213 106	6 983 880	31 229 226
2008	30 510 334	4 300 000	30 387 731	-	-	-	30 387 731	472 720	29 915 011
2009	30 510 334	4 300 000	30 745 162	-	-	-	30 745 162	2 483 202	28 261 960
2010	30 510 334	4 300 000	32 190 461	-	-	-	32 190 461	8 023 271	24 167 190
2011	30 510 334	4 300 000	32 908 107	-	-	-	32 908 107	7 897 589	25 010 518
2012	30 510 334	4 300 000	32 876 346	1 642 000	10 652 000	6,49	34 518 346	7 631 923	25 244 423
2013	12 114 130	X	12 354 266	16 464 000	72 782 065	4,42	28 818 266	//	24 641 818

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Quadro 2.10 - Número de instalações abrangidas, licenças atribuídas gratuitamente e emissões verificadas por setores abrangidos pelo regime CELE

2013

Sector de emissão	Número de instalações abrangidas	Licenças de emissão atribuídas (t CO ₂)	Emissões verificadas (t CO ₂)
Total	216	11 849 944	24 641 818
Cal (> 50 t/dia)	5	406 507	407 837
Carbonato sódico anidro e bicarbonato de sódio	1	...	...
Cerâmica (> 75t/dia)	78	722 474	538 417
Clinker (500 t/dia fornos rotativos) ou (50 t/dia outros fornos)	6	5 678 507	4 333 393
Combustão (> 20 Mwt)	76	879 993	13 679 234
Fabrico de material isolante de lã mineral utilizando vidro (> 20 t/dia)	2	...	...
Hidrogénio por reformação (> 25 t/dia)	1	...	...
Papel ou cartão (> 20 t/dia)	19	650 572	165 129
Pasta de papel	6	126 077	258 530
Produção de ácido nítrico	3	146 534	89 489
Produção de gusa ou de aço + Produção ou transformação de metais ferrosos	2	...	...
Produção de negro de fumo	1	...	...
Produção de vidro (> 20t/dia)	7	464 198	603 575
Produção de placas de gesso (> 20 Mwt)	1	...	...
Produtos químicos orgânicos a granel (>100 t/dia)	6	515 592	470 770
Refinação de óleos minerais	2	...	...

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



Quadro 2.11 - Emissão de gases de efeito de estufa por setor de emissão

Unidade: kt CO₂ eq.

Ano	Total (Sem LULUCF)	Total (Com LULUCF)	Setor de emissão					
			Energia	Processos Industriais	Uso de Solventes	Agricultura	Floresta e Alteração do Uso do Solo	Resíduos
1990	60 767	58 478	41 506	4 834	317	8 119	-2 289	5 992
1991	62 683	59 750	43 066	4 908	319	8 201	-2 933	6 190
1992	67 105	60 750	47 648	4 623	304	8 125	-6 355	6 405
1993	65 821	58 263	46 421	4 547	287	8 002	-7 558	6 565
1994	66 890	58 246	47 088	4 532	289	8 125	-8 643	6 855
1995	71 399	61 975	50 639	5 242	281	8 175	-9 423	7 062
1996	69 096	56 745	47 993	5 344	298	8 398	-12 351	7 062
1997	72 159	59 174	50 630	5 606	308	8 303	-12 985	7 313
1998	77 107	65 322	55 142	5 758	314	8 277	-11 785	7 616
1999	85 224	73 155	62 609	6 175	313	8 421	-12 068	7 706
2000	84 100	74 051	61 137	6 418	314	8 663	-10 049	7 568
2001	83 872	70 506	61 551	6 040	315	8 364	-13 366	7 603
2002	88 038	74 769	65 259	6 330	316	8 260	-13 269	7 873
2003	82 328	75 603	60 201	6 368	303	7 558	-6 725	7 898
2004	85 299	73 849	62 209	6 984	291	7 789	-11 449	8 025
2005	87 686	80 959	64 786	6 999	283	7 584	-6 727	8 034
2006	82 647	70 176	60 169	6 797	282	7 410	-12 471	7 990
2007	80 269	64 706	57 038	7 373	283	7 606	-15 564	7 969
2008	78 032	61 212	55 342	7 292	268	7 501	-16 819	7 629
2009	74 854	58 307	54 242	5 684	252	7 359	-16 547	7 316
2010	70 634	55 402	49 231	5 929	253	7 337	-15 232	7 884
2011	69 317	52 908	48 373	5 199	245	7 241	-16 409	8 259
2012	68 752	55 302	47 897	5 213	233	7 224	-13 450	8 185

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



Quadro 2.12 - Emissão dos principais gases de efeito de estufa (CO₂, CH₄ e N₂O)Unidade: kt CO₂ eq.

Poluente	Total com LULUCF	Total sem LULUCF	Setor de emissão											
			Energia							Processos Industriais	Uso de solventes	Agricultura	Floresta e Alteração do Uso do Solo	Resíduos
			Total	Queima de Combustíveis				Emissões Fugitivas						
				Total	Ind. Energia	Combustão Ind.	Transportes		Outros					
CO ₂														
1990	42 152	45 013	40 472	40 195	16 261	9 621	10 139	4 174	278	4 297	231	0	-2 860	13
1991	43 142	46 688	42 034	41 753	16 882	9 725	10 738	4 408	280	4 408	235	0	-3 546	13
1992	44 228	50 961	46 599	46 306	19 947	10 169	11 638	4 552	293	4 128	221	0	-6 732	13
1993	41 773	49 660	45 289	44 977	18 009	10 200	12 065	4 703	312	4 152	206	0	-7 888	13
1994	41 322	50 320	45 893	45 338	17 190	10 509	12 677	4 961	555	4 202	213	0	-8 998	13
1995	44 444	54 346	49 404	48 678	19 808	10 728	13 322	4 819	726	4 721	208	0	-9 902	13
1996	39 085	51 720	46 687	46 029	15 852	10 985	13 981	5 211	658	4 794	224	0	-12 635	14
1997	41 392	54 579	49 317	48 524	16 574	11 976	14 768	5 206	793	5 013	233	0	-13 187	16
1998	46 989	59 131	53 800	53 034	19 190	11 902	16 540	5 401	767	5 077	241	0	-12 143	13
1999	54 563	66 877	61 165	60 444	25 263	12 001	17 387	5 793	721	5 460	241	0	-12 314	12
2000	55 376	65 746	59 920	59 257	21 490	12 566	19 157	6 044	663	5 572	244	0	-10 370	9
2001	51 852	65 449	60 040	59 234	21 962	11 419	19 461	6 392	806	5 158	248	0	-13 597	3
2002	55 677	69 236	63 638	62 838	25 371	10 921	19 958	6 587	801	5 349	246	0	-13 560	3
2003	56 467	64 071	58 598	57 728	20 872	10 297	19 849	6 710	870	5 231	235	0	-7 604	8
2004	55 028	66 716	60 812	59 962	22 333	10 794	19 809	7 027	850	5 668	229	0	-11 688	7
2005	61 827	69 234	63 362	62 393	25 331	10 594	19 586	6 882	969	5 641	222	0	-7 407	9
2006	51 962	64 623	59 038	58 122	22 383	10 382	19 636	5 721	917	5 349	225	0	-12 661	11
2007	46 216	61 899	55 903	55 034	19 743	10 476	19 241	5 573	869	5 757	224	0	-15 683	15
2008	42 885	59 793	53 976	53 057	19 143	9 759	18 947	5 208	919	5 579	212	0	-16 908	25
2009	40 342	57 019	52 730	51 781	19 291	8 527	18 933	5 030	949	4 078	195	0	-16 677	16
2010	37 028	52 492	48 086	47 174	14 392	9 078	18 711	4 993	912	4 184	203	0	-15 464	19
2011	34 609	51 155	47 386	46 475	16 345	8 365	17 361	4 403	911	3 553	197	0	-16 546	19
2012	36 583	50 310	46 706	45 714	17 290	7 414	16 812	4 198	992	3 396	190	0	-13 727	18
CH ₄														
1990	10 386	10 203	579	466	4	27	87	348	113	19	0	4 086	184	5 519
1991	10 697	10 451	564	458	4	28	93	333	106	19	0	4 164	246	5 705
1992	10 701	10 622	560	457	5	29	101	322	103	22	0	4 129	79	5 911
1993	10 734	10 668	553	447	5	29	98	315	106	22	0	4 028	67	6 065
1994	11 149	11 042	536	440	5	28	95	312	97	23	0	4 145	107	6 338
1995	11 584	11 356	501	440	5	30	93	312	60	24	0	4 287	228	6 544
1996	11 441	11 357	492	439	4	30	91	313	54	24	0	4 288	84	6 552
1997	11 596	11 562	529	429	5	33	87	304	100	26	0	4 226	34	6 781
1998	12 175	11 995	586	420	5	33	87	295	165	28	0	4 318	181	7 062
1999	12 298	12 203	628	412	6	35	84	287	216	29	0	4 399	95	7 148
2000	12 234	12 069	602	399	6	34	81	279	203	31	0	4 428	165	7 008
2001	12 402	12 304	894	381	6	33	71	270	513	31	0	4 311	98	7 068
2002	12 685	12 530	973	373	7	34	70	262	600	30	0	4 203	155	7 324
2003	13 095	12 444	992	356	7	34	63	253	636	31	0	4 093	651	7 328
2004	12 569	12 443	773	346	7	36	58	245	427	34	0	4 202	126	7 434
2005	12 955	12 458	760	334	8	36	53	236	427	36	0	4 219	497	7 443
2006	12 234	12 140	486	318	8	35	48	227	168	37	0	4 214	94	7 403
2007	12 124	12 083	506	305	7	35	44	218	201	38	0	4 187	41	7 351
2008	12 043	12 023	753	289	8	34	39	209	463	40	0	4 202	20	7 028
2009	11 860	11 808	932	280	8	35	37	201	652	37	0	4 083	52	6 756
2010	12 058	11 923	577	267	8	33	34	192	311	37	0	4 033	135	7 275
2011	12 167	12 113	446	275	8	31	30	206	171	40	0	3 984	54	7 642
2012	12 419	12 250	665	262	8	30	26	198	403	39	0	3 972	169	7 575
N ₂ O														
1990	5 939	5 551	454	452	61	68	83	241	2	518	86	4 033	388	460
1991	5 910	5 544	468	466	63	69	89	246	2	481	84	4 037	367	472
1992	5 821	5 522	489	486	71	72	97	246	3	474	83	3 996	299	481
1993	5 756	5 493	579	577	68	72	185	252	3	373	81	3 973	262	487
1994	5 775	5 528	659	656	68	71	263	253	3	308	77	3 981	248	503
1995	5 915	5 664	735	732	77	74	333	248	3	464	73	3 887	251	504
1996	6 171	5 971	813	811	66	75	403	267	3	477	74	4 110	200	496
1997	6 117	5 949	784	781	69	80	405	227	3	497	75	4 077	168	516
1998	6 063	5 886	755	752	77	81	424	171	3	559	73	3 959	177	541
1999	6 126	5 976	816	813	125	85	430	172	3	518	73	4 022	151	547
2000	6 189	6 033	615	612	123	88	222	180	3	563	70	4 235	156	551
2001	5 924	5 790	617	614	123	85	220	186	3	521	67	4 052	133	532
2002	5 981	5 845	648	645	140	84	229	192	3	523	70	4 057	136	547
2003	5 482	5 254	611	608	127	84	228	169	3	547	67	3 465	228	563
2004	5 577	5 465	624	621	138	91	228	164	3	608	62	3 587	113	584
2005	5 415	5 232	664	661	150	90	222	199	3	561	61	3 365	183	582
2006	5 118	5 021	644	641	140	93	219	190	3	548	57	3 196	96	576
2007	5 361	5 282	628	626	129	96	214	187	3	572	59	3 419	79	603
2008	5 134	5 065	613	610	132	93	206	178	3	522	56	3 299	68	575
2009	4 827	4 749	579	577	140	87	182	167	2	293	57	3 277	77	544
2010	4 905	4 808	568	565	122	94	184	165	3	296	50	3 304	97	590
2011	4 595	4 513	541	539	133	69	170	167	2	69	48	3 256	83	597
2012	4 588	4 479	526	524	127	67	167	162	3	66	42	3 252	109	592

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



Quadro 2.13 - Intensidade carbónica da economia nacionalUnidade: t CO₂eq. / 10⁶PIB.

Ano	Intensidade Carbónica da Economia
1990	515
1991	496
1992	514
1993	485
1994	499
1995	523
1996	489
1997	489
1998	499
1999	531
2000	505
2001	494
2002	514
2003	485
2004	494
2005	504
2006	468
2007	443
2008	430
2009	425
2010	394
2011	393
2012	404

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 2.14 - Índice de qualidade do ar - Zonas e Aglomerações (2009-2012)

Unidade: N.º de dias

Zonas / Aglomerações	Classe de qualidade											
	2009						2010					
	N.º total de Observações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	N.º total de Observações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau
Norte Litoral	276	71	191	14	0	0	205	16	181	8	0	0
Norte Interior	294	2	194	83	13	2	170	0	141	27	2	0
Braga (a)	298	37	167	69	25	0	351	28	251	52	20	0
Vale do Ave (a)	363	47	231	62	23	0	365	63	261	31	10	0
Vale do Sousa (a)	333	49	235	41	8	0	269	45	190	29	4	1
Porto Litoral (a)	365	46	208	75	36	0	365	32	217	77	39	0
Zona de Influência de Estarreja	283	27	172	63	21	0	290	11	173	71	31	4
Centro Interior	361	19	283	58	1	0	365	8	291	59	6	1
Aveiro/Ílhavo (a)	362	15	239	85	23	0	286	6	188	79	13	0
Centro Litoral	364	30	287	43	4	0	363	17	282	57	7	0
Coimbra (a)	362	13	248	83	18	0	360	13	244	85	18	0
Vale do Tejo e Oeste	365	21	282	62	0	0	365	19	297	46	3	0
AML Norte (a)	365	23	243	85	14	0	365	17	257	78	13	0
AML Sul (a)	365	16	243	75	31	0	365	22	263	65	15	0
Setúbal (a)	365	13	246	88	18	0	365	15	275	68	7	0
Península de Setúbal/Alcácer do Sal	332	16	232	76	8	0	322	16	242	58	6	0
Alentejo Litoral	357	23	281	50	3	0	357	54	265	32	6	0
Alentejo Interior	232	52	152	25	3	0	253	34	176	36	6	1
Algarve	x	x	x	x	x	x	0	0	0	0	0	0
Portimão/Lagoa (a)	x	x	x	x	x	x	0	0	0	0	0	0
Albufeira/Loulé (a)	x	x	x	x	x	x	63	0	37	25	1	0
Faro/Olhão (a)	x	x	x	x	x	x	116	6	100	9	1	0
Açores	4	0	4	0	0	0	236	43	190	3	0	0
Funchal (a)	359	62	266	23	8	0	345	21	284	32	8	0
Zonas / Aglomerações	Classe de qualidade											
	2011						2012					
	N.º total de Observações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	N.º total de Observações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau
Norte Litoral	182	10	141	31	0	0	296	26	235	35	0	0
Norte Interior	297	0	215	69	13	0	336	1	281	47	6	1
Braga (a)	348	16	240	71	21	0	349	16	253	61	19	0
Vale do Ave (a)	340	52	243	35	10	0	358	117	205	33	3	0
Vale do Sousa (a)	191	26	116	33	16	0	334	32	244	55	3	0
Porto Litoral (a)	365	57	178	80	50	0	366	75	201	56	34	0
Zona de Influência de Estarreja	360	62	159	76	62	1	350	32	201	68	49	0
Centro Interior	363	34	303	25	1	0	365	44	293	25	3	0
Aveiro/Ílhavo (a)	363	14	197	85	67	0	365	24	222	62	57	0
Centro Litoral	341	24	240	56	21	0	356	46	258	46	6	0
Coimbra (a)	339	45	212	63	19	0	366	57	245	51	13	0
Vale do Tejo e Oeste	356	18	290	45	3	0	361	14	323	23	1	0
AML Norte (a)	363	21	239	78	25	0	366	16	281	63	6	0
AML Sul (a)	363	22	235	73	33	0	366	17	285	53	11	0
Setúbal (a)	354	12	240	81	21	0	357	16	270	60	11	0
Península de Setúbal/ Alcácer do Sal	312	17	238	48	9	0	322	11	255	46	10	0
Alentejo Litoral	363	53	264	38	8	0	366	22	304	36	4	0
Alentejo Interior	90	11	70	5	4	0	290	49	208	23	10	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	230	4	182	40	4	0
Portimão/Lagoa (a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Albufeira/Loulé (a)	0	0	0	0	0	0	243	4	209	28	2	0
Faro/Olhão (a)	279	2	220	55	2	0	238	3	204	28	3	0
Açores	322	45	276	1	0	0	282	27	253	2	0	0
Funchal (a)	196	2	159	25	10	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Nota: (a) aglomeração



Quadro 2.15 - Índice de qualidade do ar - Zonas e Aglomerações (2013)

Unidade: N.º de dias

Zonas / Aglomerações	Classe de qualidade					
	2013					
	N.º total de Observações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau
Norte Litoral	332	2	297	31	2	0
Norte Interior	335	1	269	58	7	0
Entre Douro e Minho (a)	365	8	275	65	17	0
Porto Litoral (a)	365	48	259	39	19	0
Litoral Noroeste do Baixo Vouga	344	24	229	65	25	1
Centro Interior	355	17	282	50	6	0
Aveiro/Ilhavo (a)	361	22	250	62	27	0
Centro Litoral	317	2	254	58	3	0
Coimbra (a)	359	23	278	54	4	0
Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal	358	6	278	73	1	0
Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)	365	15	295	52	3	0
Área Metropolitana de Lisboa Sul (a)	365	10	278	64	13	0
Setúbal (a)	315	13	210	86	6	0
Alentejo Litoral	361	4	282	70	5	0
Alentejo Interior	364	70	262	31	1	0
Algarve	292	3	242	47	0	0
Aglomeração Sul	0	0	0	0	0	0
Açores	354	24	330	0	0	0
Funchal (a)	0	0	0	0	0	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Nota: (a) aglomeração

Quadro 2.16 - Concentrações médias octo-horárias de ozono troposférico e número de excedências ao valor alvo para a proteção da saúde humana - Zonas e Aglomerações (2009-2012)

Estações por aglomeração/zona		2009		2010		2011		2012	
		Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m³)	Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m³)	Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m³)	Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m³)
Aglomeração	Braga	1	124	10	169	17	170	13	160
	Vale do Ave	27	176	16	193	4	130	6	141
	Vale do Sousa	13	155	5	151	10	155	15	152
	Porto Litoral	10	213	8	165	7	178	4	139
	Aveiro/Ilhavo	16	155	21	187	13	157	7	143
	Coimbra	22	172	17	168	0	112	1	124
	AML Norte	33	171	22	166	17	175	10	174
	AML Sul	5	166	19	159	17	156	11	172
Zona	Setúbal	22	166	28	156	16	149	10	163
	Norte Litoral	1	123	3	133	26	159	28	156
	Norte Interior	78	210	65	240	67	192	31	171
	Z. Infl. de Estarreja	8	170	32	202	4	131	11	154
	Centro Litoral	22	185	29	198	52	169	7	147
	Centro Interior	48	181	65	212	14	136	22	174
	Vale do Tejo e Oeste	55	165	56	193	38	181	24	162
	Pen. Setúbal/Álcacer do Sal	31	183	35	154	26	186	16	157
	Zona Sul	18	142	0	110	16	135	31	140
	R.A. Madeira	11	156	1	121	0	114	x	x
	R.A. Açores	4	147	2	125	0	119	0	111

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



Quadro 2.17 - Concentrações médias octo-horárias de ozono troposférico e nº de excedências ao valor alvo para a proteção da saúde humana - Zonas e Aglomerações (2013)

Estações por aglomeração/zona		2013	
		Excedências (N.º de dias)	Concentração (ug/m ³)
Aglomeração	Entre Douro e Minho	16	184
	Porto Litoral	6	169
	Aveiro/Ílhavo	10	166
	Coimbra	5	164
	Área Metropolitana de Lisboa Norte	21	185
	Área Metropolitana de Lisboa Sul	18	173
	Setúbal	19	163
Zona	Norte Litoral	28	165
	Norte Interior	45	172
	Litoral Noroeste do Baixo Vouga	13	195
	Centro Litoral	36	171
	Centro Interior	15	178
	Oeste, Vale do Tejo e Península de setúbal	37	173
	Zona Sul	7	149
	R.A.Madeira	x	x
	R.A.Açores	0	115

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Quadro 2.18 - Concentração média anual de partículas PM₁₀

Ano	Estações (N.º)	Concentração PM ₁₀ (ug/m ³)
2000	12	37,0
2001	20	45,3
2002	32	34,3
2003	43	37,2
2004	56	31,4
2005	60	34,0
2006	59	32,0
2007	65	32,0
2008	60	24,0
2009	63	25,0
2010	69	24,0
2011	68	24,0
2012	61	19,0
2013	62	20,0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



Quadro 2.19 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico, por poluente e por setor de emissão

Unidade: kt de COVNM eq

Poluente	Setor de emissão									Unidade: kt de COVNM eq		
	Total	Energia							Processos industriais	Uso de solventes	Agricultura	Resíduos
		Total	Queima de Combustíveis				Emissões fugitivas					
			Total	Indústria da Energia	Combustão Ind. Transformadora	Transportes		Outros				
NOx (inclui NO ₂)												
1990	299,3	291,5	291,5	89,6	42,4	109,5	50,0	0,0	4,7	0,0	3,0	0,1
1991	313,1	305,2	305,2	93,8	43,9	115,4	52,1	0,0	4,9	0,0	2,9	0,1
1992	336,2	328,6	328,5	107,8	45,6	123,7	51,5	0,0	4,9	0,0	2,6	0,1
1993	324,8	317,7	317,7	97,2	47,2	121,9	51,4	0,1	4,7	0,0	2,3	0,1
1994	325,2	318,0	317,7	93,9	47,9	121,4	54,6	0,3	4,7	0,0	2,4	0,1
1995	338,2	330,2	329,7	105,3	50,0	123,0	51,4	0,5	5,2	0,0	2,7	0,1
1996	322,8	314,8	314,3	84,5	50,7	125,1	54,0	0,4	5,2	0,0	2,8	0,1
1997	321,7	313,4	312,8	82,3	55,1	126,2	49,2	0,5	5,6	0,0	2,6	0,1
1998	331,0	322,6	322,1	87,5	55,6	135,6	43,4	0,5	5,6	0,0	2,6	0,1
1999	339,9	331,4	331,0	92,1	57,1	136,0	45,7	0,5	5,8	0,0	2,5	0,1
2000	335,2	326,5	326,1	78,2	57,0	142,3	48,6	0,4	5,9	0,0	2,7	0,1
2001	334,2	326,1	325,5	76,1	54,7	143,5	51,2	0,5	5,4	0,0	2,6	0,1
2002	342,1	333,8	333,3	87,0	53,7	140,9	51,6	0,5	5,6	0,0	2,6	0,1
2003	314,6	306,0	305,4	68,5	50,4	137,1	49,4	0,6	5,8	0,0	2,6	0,2
2004	321,1	312,2	311,6	68,1	53,5	138,1	51,9	0,6	6,2	0,0	2,3	0,3
2005	328,1	319,0	318,4	77,5	53,1	133,7	54,1	0,5	6,2	0,0	2,3	0,5
2006	302,7	293,4	292,9	63,3	51,7	133,2	44,7	0,6	6,3	0,0	2,2	0,7
2007	296,3	286,7	286,1	59,7	52,4	130,7	43,3	0,6	6,5	0,0	2,3	0,9
2008	264,8	254,9	254,5	47,7	49,5	118,0	39,3	0,5	6,2	0,0	2,3	1,4
2009	250,7	240,8	240,4	42,3	44,2	115,1	38,9	0,4	6,2	0,0	2,7	1,1
2010	232,2	221,6	221,1	27,2	45,7	112,5	35,8	0,5	6,4	0,0	2,7	1,5
2011	220,2	209,7	209,2	30,5	40,9	104,8	33,1	0,5	6,7	0,0	2,5	1,3
2012	210,1	199,5	199,0	33,3	36,7	97,5	31,4	0,5	6,8	0,0	2,6	1,2
COVNM												
1990	309,3	14872,4	182,9	0,5	5,4	140,2	36,9	15,8	30,5	74,1	2,8	3,2
1991	312,0	201,9	186,6	0,5	5,5	145,0	35,6	15,3	28,8	75,3	2,6	3,3
1992	316,1	209,6	192,8	0,6	6,0	151,7	34,5	16,7	29,8	70,9	2,4	3,4
1993	303,3	203,0	185,9	0,5	6,0	145,4	34,0	17,1	28,6	66,1	2,0	3,6
1994	301,4	197,5	177,6	0,4	5,7	137,7	33,8	19,9	29,9	68,2	2,1	3,7
1995	295,4	192,1	172,9	0,5	6,2	132,6	33,6	19,2	30,5	66,7	2,3	3,8
1996	294,8	184,3	167,5	0,4	6,3	126,7	34,0	16,8	32,1	72,0	2,4	3,9
1997	293,4	176,8	157,8	0,4	6,9	118,1	32,5	19,0	35,4	74,8	2,3	4,1
1998	290,7	170,6	151,5	0,6	6,7	113,6	30,6	19,1	36,1	77,4	2,3	4,3
1999	283,6	164,3	144,3	0,9	7,3	106,2	29,9	20,0	35,5	77,2	2,2	4,5
2000	268,9	147,0	128,8	0,7	7,0	91,7	29,4	18,2	36,5	78,4	2,3	4,6
2001	255,0	130,5	110,8	0,8	7,1	74,2	28,7	19,7	38,0	79,5	2,3	4,8
2002	251,6	126,3	108,9	1,0	7,3	72,6	28,0	17,4	39,1	79,0	2,3	4,9
2003	234,6	112,8	94,7	0,8	7,3	59,9	26,8	18,1	39,3	75,5	2,3	4,7
2004	227,0	105,8	87,4	0,9	8,0	52,5	26,0	18,4	40,2	73,6	2,0	5,4
2005	215,2	96,9	79,1	1,1	7,8	44,4	25,8	17,8	38,9	71,3	2,0	6,1
2006	208,5	90,3	71,9	1,0	7,8	38,5	24,6	18,5	37,1	72,3	1,9	6,9
2007	204,5	84,0	66,3	0,9	7,7	34,0	23,7	17,7	39,0	71,8	2,0	7,7
2008	197,0	77,6	60,4	1,1	7,4	29,3	22,6	17,3	39,4	68,0	2,1	9,8
2009	184,6	71,9	57,0	1,4	7,6	26,3	21,7	14,9	39,1	62,7	2,5	8,5
2010	187,4	69,2	53,2	1,7	7,6	23,2	20,7	16,0	39,5	65,2	2,6	11,0
2011	180,0	64,7	50,0	1,8	6,5	19,4	22,2	14,8	39,3	63,2	2,5	10,2
2012	174,8	61,8	46,0	1,5	6,6	16,7	21,3	15,8	39,2	61,1	2,5	10,2

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 2.20 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes, por poluente e por setor de emissão

Unidade: kt de COVNM eq

Poluente	Setor de emissão											
	Total	Energia							Processos industriais	Uso de solventes	Agricultura	Resíduos
		Total	Queima de Combustíveis					Emissões fugitivas				
			Total	Indústria da Energia	Combustão Ind. Transformadora	Transportes	Outros					
NOx (inclui NO ₂)												
1990	5 334,3	5 195,0	5 194,4	1 596,7	756,4	1 951,2	890,1	0,6	83,3	0,0	54,0	1,9
1991	5 579,8	5 439,0	5 438,3	1 671,0	782,1	2 057,2	928,0	0,7	87,5	0,0	51,4	2,0
1992	5 990,8	5 855,0	5 854,2	1 920,6	812,9	2 203,8	916,8	0,8	87,9	0,0	45,9	2,0
1993	5 788,0	5 661,8	5 660,8	1 732,4	840,5	2 172,2	915,6	1,0	83,3	0,0	40,9	2,1
1994	5 795,8	5 667,0	5 661,7	1 674,0	853,1	2 162,5	972,2	5,3	84,3	0,0	42,3	2,1
1995	6 026,3	5 884,1	5 875,4	1 877,2	890,8	2 191,8	915,5	8,7	92,6	0,0	47,5	2,1
1996	5 752,6	5 608,8	5 601,2	1 505,4	903,8	2 229,7	962,3	7,6	92,3	0,0	49,3	2,2
1997	5 731,8	5 584,5	5 574,7	1 467,1	982,4	2 249,2	876,2	9,8	99,4	0,0	45,6	2,3
1998	5 897,7	5 749,0	5 740,0	1 559,4	991,3	2 415,8	773,6	9,0	100,4	0,0	46,0	2,2
1999	6 056,9	5 905,9	5 897,7	1 641,1	1 017,8	2 423,6	815,1	8,2	104,1	0,0	44,7	2,2
2000	5 974,0	5 818,4	5 811,1	1 393,3	1 015,2	2 536,1	866,5	7,3	105,7	0,0	47,6	2,3
2001	5 955,4	5 810,2	5 801,2	1 356,7	974,5	2 556,7	913,3	9,0	96,7	0,0	46,2	2,4
2002	6 095,7	5 947,4	5 938,5	1 550,6	957,0	2 510,7	920,3	8,9	99,2	0,0	46,5	2,6
2003	5 605,4	5 452,6	5 442,5	1 220,0	898,3	2 443,3	880,9	10,1	103,2	0,0	46,4	3,2
2004	5 721,0	5 562,9	5 552,6	1 212,9	954,1	2 460,9	924,8	10,3	110,6	0,0	41,5	6,1
2005	5 846,4	5 684,4	5 674,6	1 381,7	947,1	2 382,2	963,7	9,7	111,2	0,0	41,2	9,5
2006	5 393,2	5 228,7	5 218,9	1 127,7	920,8	2 373,4	796,9	9,9	112,9	0,0	38,8	12,8
2007	5 280,0	5 108,0	5 098,1	1 064,5	932,9	2 328,7	772,0	9,9	115,9	0,0	40,3	15,8
2008	4 718,4	4 542,9	4 534,7	850,5	881,4	2 102,1	700,7	8,1	111,0	0,0	40,3	24,2
2009	4 467,7	4 291,5	4 284,0	752,9	787,3	2 050,5	693,3	7,5	109,6	0,0	47,3	19,3
2010	4 137,6	3 949,2	3 940,2	483,8	813,9	2 005,4	637,1	9,0	113,3	0,0	47,8	27,3
2011	3 923,4	3 736,5	3 728,3	544,0	728,0	1 867,1	589,2	8,2	119,4	0,0	44,8	22,7
2012	3 744,1	3 555,5	3 546,3	594,1	654,0	1 737,8	560,3	9,3	121,0	0,0	45,7	21,9
SOx (inclui SO ₂)												
1990	10 117,3	9 701,2	9 685,5	6 284,3	2 560,4	503,9	336,8	15,7	407,8	0,0	3,6	4,9
1991	9 845,8	9 501,0	9 487,8	6 302,9	2 347,8	523,2	314,0	13,2	335,8	0,0	3,4	5,5
1992	11 760,1	11 496,0	11 481,8	8 142,8	2 479,6	551,9	307,5	14,3	257,6	0,0	3,0	3,6
1993	9 998,8	9 752,6	9 669,9	6 596,9	2 194,8	564,4	313,8	82,6	240,2	0,0	2,6	3,4
1994	9 234,7	9 032,5	8 971,9	5 657,7	2 316,9	592,4	404,9	60,6	196,8	0,0	2,7	2,6
1995	10 351,9	10 052,8	9 927,9	6 663,0	2 409,9	484,7	370,4	124,9	293,5	0,0	3,1	2,4
1996	8 531,1	8 186,7	8 036,2	4 952,8	2 497,2	298,1	288,1	150,4	334,1	0,0	3,3	7,0
1997	9 004,8	8 666,8	8 497,4	5 140,4	2 829,2	308,1	219,8	169,4	327,8	0,0	3,1	7,1
1998	10 478,2	10 119,9	9 947,9	6 501,0	2 837,9	329,1	279,9	172,0	347,9	0,0	3,1	7,2
1999	9 459,6	9 079,9	8 892,2	6 971,8	1 276,4	328,0	316,0	187,8	368,9	0,0	3,0	7,8
2000	8 223,6	7 814,3	7 650,1	5 920,0	1 231,7	191,7	306,6	164,2	397,9	0,0	3,1	8,4
2001	7 798,2	7 445,2	7 261,9	5 699,0	1 074,3	189,6	299,0	183,3	343,1	0,0	3,0	7,0
2002	7 774,5	7 429,1	7 260,8	5 812,8	937,7	195,0	315,3	168,3	335,7	0,0	3,0	6,6
2003	5 953,5	5 549,3	5 363,6	3 904,3	1 075,6	195,2	188,5	185,7	392,8	0,0	3,0	8,5
2004	6 014,9	5 601,8	5 417,2	3 966,8	1 061,1	197,3	192,0	184,5	401,5	0,0	2,5	9,1
2005	6 072,8	5 686,9	5 500,6	4 210,9	1 009,4	107,6	172,8	186,3	374,5	0,0	2,4	8,9
2006	5 303,4	4 981,4	4 794,9	3 606,4	929,2	107,6	151,7	186,5	312,1	0,0	2,3	7,6
2007	5 084,1	4 700,9	4 517,9	3 357,5	909,5	107,5	143,4	183,0	370,6	0,0	2,5	10,2
2008	3 560,3	3 201,3	3 043,9	1 985,7	846,9	107,1	104,2	157,4	345,0	0,0	2,6	11,4
2009	2 469,3	2 285,5	2 142,9	1 123,1	813,9	97,4	108,5	142,6	176,1	0,0	3,1	4,6
2010	2 193,4	2 002,7	1 832,9	843,1	773,5	98,3	117,9	169,9	180,9	0,0	3,2	6,6
2011	2 016,2	1 833,4	1 684,5	747,0	748,0	87,3	102,2	148,9	174,2	0,0	3,1	5,6
2012	1 851,7	1 690,9	1 531,6	727,9	628,4	96,6	78,8	159,3	152,3	0,0	3,1	5,4
NH ₃												
1990	3 902,7	37,3	37,3	0,0	33,2	4,0	0,2	0,0	120,4	0,0	3 177,0	568,0
1991	3 874,9	40,9	40,9	0,0	36,3	4,4	0,2	0,0	100,1	0,0	3 197,8	536,1
1992	3 840,9	42,7	42,7	0,0	37,7	4,8	0,2	0,0	135,8	0,0	3 163,6	498,8
1993	3 677,3	57,3	57,3	0,0	39,6	17,6	0,2	0,0	115,2	0,0	3 041,4	463,4
1994	3 763,0	65,0	65,0	0,0	36,3	28,5	0,2	0,0	125,2	0,0	3 149,3	423,4
1995	3 639,2	75,3	75,3	0,0	37,3	37,9	0,2	0,0	105,4	0,0	3 080,5	377,9
1996	3 718,7	81,5	81,5	0,0	33,8	47,5	0,2	0,0	120,0	0,0	3 181,4	335,8
1997	3 719,9	100,6	100,6	0,0	42,2	58,3	0,1	0,0	121,7	0,0	3 203,5	294,1
1998	3 575,7	114,2	114,2	0,0	42,6	71,6	0,1	0,0	113,6	0,0	3 092,1	255,7
1999	3 670,3	126,1	126,1	0,1	42,2	83,8	0,1	0,0	116,2	0,0	3 214,5	213,5
2000	3 753,4	138,6	138,6	0,2	42,3	96,0	0,1	0,0	126,6	0,0	3 287,1	201,2
2001	3 602,7	134,3	134,3	0,2	43,0	91,0	0,1	0,0	111,2	0,0	3 172,6	184,6
2002	3 562,3	139,1	139,1	0,3	43,6	95,1	0,1	0,0	116,5	0,0	3 136,4	170,4
2003	3 205,4	136,2	136,2	0,3	42,6	93,2	0,1	0,0	112,6	0,0	2 807,6	149,0
2004	3 226,2	132,3	132,3	0,3	42,1	89,9	0,1	0,0	145,3	0,0	2 817,1	131,5
2005	3 099,6	157,1	157,1	0,3	43,6	113,1	0,1	0,0	132,2	0,0	2 697,5	112,8
2006	2 976,1	149,9	149,9	0,3	44,4	105,1	0,1	0,0	114,5	0,0	2 597,4	114,3
2007	3 050,0	143,1	143,1	0,3	45,4	97,3	0,1	0,0	132,0	0,0	2 658,8	116,1
2008	2 955,1	134,1	134,1	0,3	42,6	91,0	0,1	0,0	98,9	0,0	2 603,4	118,8
2009	2 929,1	119,9	119,9	0,3	31,2	88,2	0,1	0,0	67,8	0,0	2 626,4	114,9
2010	2 957,8	113,1	113,1	0,3	31,9	80,8	0,1	0,0	88,2	0,0	2 631,8	124,6
2011	2 935,4	89,3	89,3	0,3	18,1	70,7	0,1	0,0	105,6	0,0	2 611,7	128,9
2012	2 935,6	90,2	90,2	0,3	27,2	62,6	0,1	0,0	111,4	0,0	2 604,8	129,2

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 2.21 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da qualidade do ar e clima, por setor institucional e agregado económico

unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2009	2010	2011	2012	2013
Administrações Públicas					
Total das despesas	4 312 (Rv)	6 291 (Rv)	11 230	7 247	78 454
Despesas correntes	4 032	6 261	10 795	6 833	78 102
Despesas com o pessoal	164	171	145	79	68
Aquisição de bens e serviços	3 630	6 021	6 625	2 679	9 328
Transferências correntes	238	23	4 024	4 054	65 984
Outras despesas correntes	0	46	æ	21	2 721
Despesas de capital	280	30	435	414	352
Investimentos	280	30	435	414	264
Transferências de capital	0	0	0	0	89
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Central					
Total das despesas	4 059 (Rv)	5 989 (Rv)	10 536	6 464	77 703
Despesas correntes	3 857	5 973	10 531	6 464	77 597
Despesas com o pessoal	73	72	67	9	0
Aquisição de bens e serviços	3 551	5 886	6 449	2 412	8 902
Transferências correntes	232	16	4 015	4 043	65 974
Outras despesas correntes	0	0	æ	0	2 721
Despesas de capital	202	16	5	0	106
Investimentos	202	16	5	0	106
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	0	0	243	45	46
Despesas correntes	0	0	24	45	46
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	0	0	24	38	46
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	7	0
Despesas de capital	0	0	218	0	0
Investimentos	0	0	218	0	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	32	75	0	0	0
Despesas correntes	32	61	0	0	0
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	32	61	0	0	0
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	æ	14	0	0	0
Investimentos	æ	14	0	0	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	221	227	451	738	705
Despesas correntes	143	227	240	324	459
Despesas com o pessoal	91	99	78	70	68
Aquisição de bens e serviços	47	75	152	229	380
Transferências correntes	6	7	10	10	10
Outras despesas correntes	0	46	æ	14	0
Despesas de capital	78	0	212	414	247
Investimentos	78	0	212	414	158
Transferências de capital	0	0	0	0	89
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Águas
residuais**

3 - ÁGUAS RESIDUAIS

- O INE divulga pela primeira vez informação sobre esta área temática, relativa ao ano de 2012, resultante do protocolo estabelecido com a Entidade Reguladora de Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) que prevê a apropriação da informação administrativa proveniente do Sistema de Avaliação de Qualidade de Serviço das Entidades Gestoras de Serviços de Águas e Resíduos do Continente.

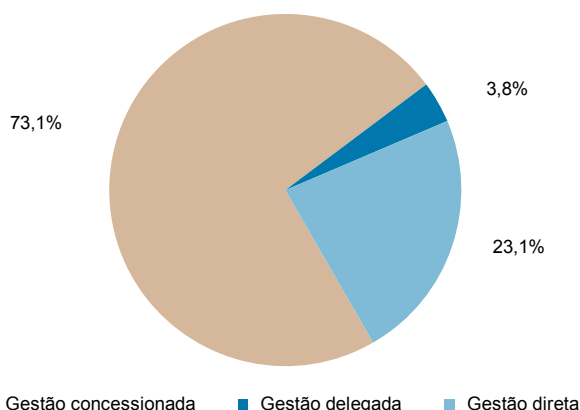
Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Gastos das entidades gestoras dos serviços de saneamento das águas residuais		 Resposta	Em 2013, os gastos das entidades gestoras (EG) dos serviços de saneamento de águas residuais em alta atingiram 249 milhões de euros e os das EG em alta e/ou em baixa fixaram-se nos 598 milhões de euros.



3.1 – SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

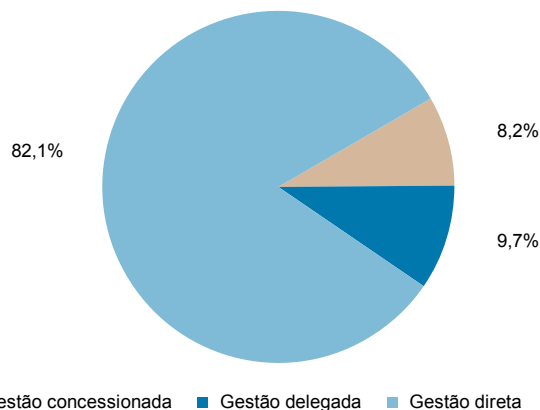
O setor dos serviços de saneamento de águas residuais estrutura-se num conjunto de entidades gestoras com modelos de gestão diferenciados e pela segmentação do serviço em alta e em baixa em função das fases de processo que envolve o serviço de saneamento.

Figura 3.1 - Entidades gestoras dos serviços de saneamento de águas residuais em alta por modelos de gestão (2012)



Fonte: INE I.P., ERSAR, I.P., ERSARA, DREM.

Figura 3.2 - Entidades gestoras dos serviços de saneamento de águas residuais em baixa por modelos de gestão (2012)



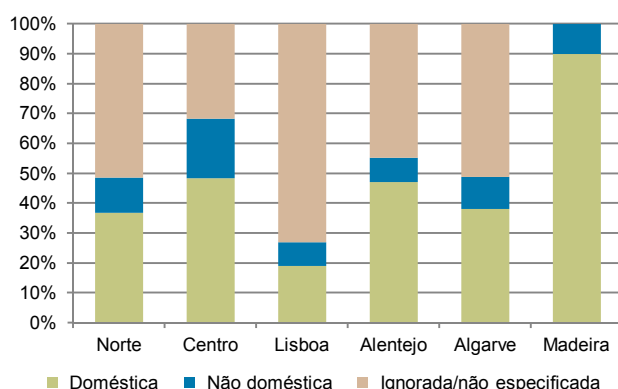
Fonte: INE I.P., ERSAR, I.P., ERSARA, DREM.

A gestão concessionada predomina nos serviços de saneamento em alta, responsáveis pelo tratamento e destino final de águas residuais, sendo que em 2012 representavam 73,1% das 19 entidades gestoras, correspondentes a 18 unidades localizadas no Continente.

Nos serviços em baixa, responsáveis pela recolha e drenagem de águas residuais para os sistemas multimunicipais, os modelos de gestão são distintos: mais de 4/5 das EG do País são de gestão direta, assegurada pelos serviços municipais e serviços municipalizados ou intermunicipalizados, em oposição à gestão delegada e gestão concessionada que, no conjunto, perfazem 17,9% do total das entidades gestoras.

3.2 – INFORMAÇÃO FÍSICA – ÁGUAS RESIDUAIS DRENADAS

Figura 3.3 - Águas residuais drenadas por origem e regiões (2012)



Nota: Informação não disponível para a Região Autónoma dos Açores.

Fonte: INE I.P., ERSAR, I.P., DREM.

As estimativas das águas residuais drenadas por regiões NUTSIII, foram estimadas para as entidades gestoras dos municípios que não reportaram informação (28).

Em 2012, as águas residuais drenadas pelos sistemas públicos urbanos de drenagem de águas residuais do Continente e da Região Autónoma da Madeira ascenderam a 675 milhões de m³, dos quais metade tinha origem ignorada/não especificada, 33% de origem doméstica e 11,5% não doméstica.

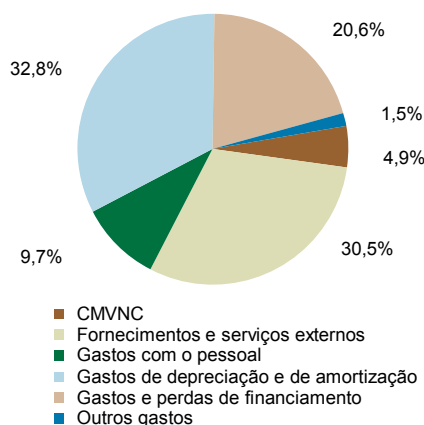
Cerca de 90% das águas residuais drenadas na Região Autónoma da Madeira tiveram origem doméstica, seguidas a larga distância pelas regiões Centro e Alentejo com aproximadamente metade do volume total drenado. Cerca de 1/4 do volume drenado da região de Lisboa e metade dos volumes do Norte e Algarve foi de origem ignorada/não especificada.



3.3 – INFORMAÇÃO ECONÓMICA

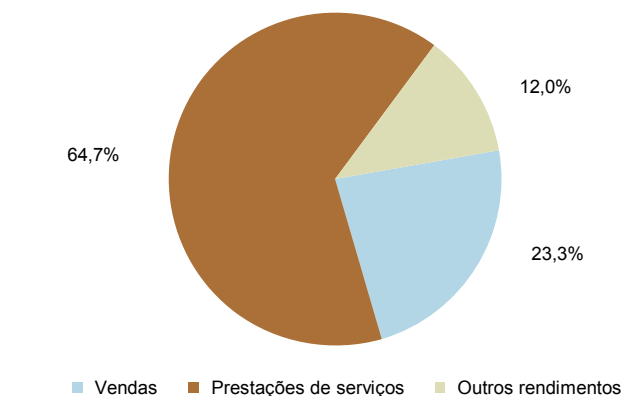
Em 2012, os gastos das EG dos serviços de saneamento de águas residuais em alta atingiram 249 milhões de euros, dos quais 32,8% foram aplicados em “gastos de depreciação e de amortização” e 30,5% em FSE, contribuindo, em conjunto para 2/3 do total dos gastos. Por sua vez, os “gastos e perdas de financiamento” e “gastos com o pessoal” representaram, respetivamente, 1/5 e 1/10 do total despendido.

Figura 3.4 - Gastos das entidades gestoras dos serviços de saneamento de águas residuais em alta por variável contabilística (2012)



Fonte: INE I.P., ERSAR, I.P., ERSARA, DREM.

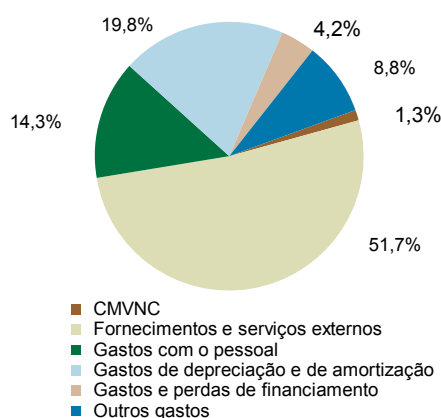
Figura 3.5 - Rendimentos das entidades gestoras dos serviços de saneamento de águas residuais em alta por variável contabilística (2012)



Fonte: INE I.P., ERSAR, I.P., ERSARA, DREM.

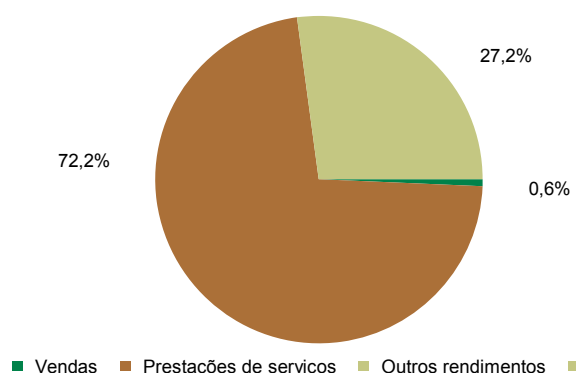
O volume de negócios destas entidades ascendeu a 251 milhões de euros, com destaque para as “prestações de serviços” a outras EG com 162 milhões de euros e para o valor das “vendas”, da ordem dos 58 milhões de euros.

Figura 3.6 - Gastos das entidades gestoras dos serviços de saneamento de águas residuais em alta e/ou em baixa por variável contabilística (2012)



Fonte: INE I.P., ERSAR, I.P., ERSARA, DREM.

Figura 3.7 - Rendimentos das entidades gestoras dos serviços de saneamento de águas residuais em alta e/ou em baixa por variável contabilística (2012)



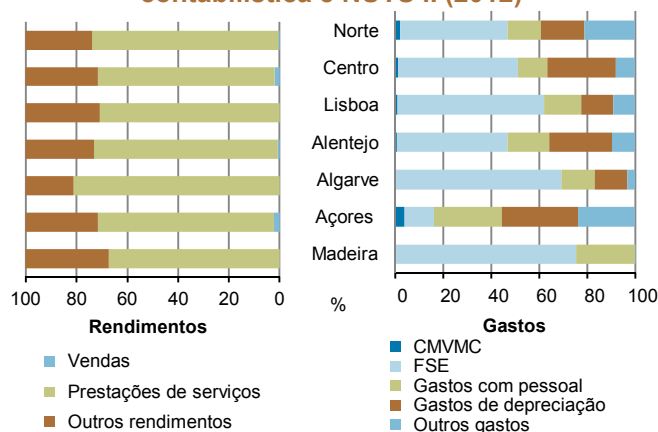
Fonte: INE I.P., ERSAR, I.P., ERSARA, DREM.

O comportamento das EG com serviços de saneamento de águas residuais em baixa é distinto: mais de metade dos gastos é aplicada em FSE, cerca de 1/5 em “gastos de depreciação e de amortização” e 14,3% em “gastos com o pessoal”, somando, em conjunto, 85,8% do total dos custos.

O volume de negócios totalizou 396 milhões de euros, constituído quase na sua totalidade pelas “prestações de serviços” de saneamento aos utilizadores finais.



Figura 3.8 - Gastos e rendimentos das entidades gestoras dos serviços de saneamento de águas residuais em alta e/ou em baixa por variável contabilística e NUTS II (2012)



Fonte: INE I.P., ERSAR, I.P., ERSARA, DREM.

A contribuição dos FSE das EG dos serviços de saneamento de águas residuais em alta e/ou em baixa foi transversal a todas as regiões do País (entre 45,0% da região Norte e 75,0% da Região Autónoma da Madeira), com exceção da Região Autónoma dos Açores cujos gastos foram aplicados de forma relativamente homogénea entre “gastos de depreciação e de amortização” (31,6%), “gastos com o pessoal” (28,3%) e “outros gastos” (23,9%).

A rubrica “prestações de serviços” foi a principal fonte de financiamento em todas as regiões do território nacional, variando entre os 81,2% da região do Algarve e os 67,4% da Região Autónoma da Madeira.



3.4 – QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 3.1 - Entidades gestoras dos serviços de saneamento de águas residuais por modelos de gestão, segundo a NUT I

2012

Unidade: N.º

Modelo de gestão Submodelo de gestão	NUTS I											
	Portugal			Continente			R. A. Açores ²			R. A. Madeira		
	Total ¹	Alta	Baixa	Total ¹	Alta	Baixa	Total ¹	Alta	Baixa	Total ¹	Alta	Baixa
Total	300	26	280	283	19	264	9	0	9	8	7	7
Gestão concessionada	42	19	23	40	18	22	0	0	0	2	1	1
Concessões multimunicipais	17	16	1	16	16	0	0	0	0	1	0	1
Concessões regionais	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Concessões municipais	24	2	22	24	2	22	0	0	0	0	0	0
Gestão delegada	28	1	27	27	1	26	1	0	1	0	0	0
Delegações estatais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parcerias Estado/municípios	2	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0
Empresas municipais ou intermunicipais	26	0	26	25	0	25	1	0	1	0	0	0
Gestão direta	230	6	230	216	0	216	8	0	8	6	6	6
Serviços municipais	209	6	209	197	0	197	6	0	6	6	6	6
Serviços municipalizados ou intermunicipalizados	21	0	21	19	0	19	2	0	2	0	0	0
Outros submodelos de gestão/Não aplicável	0	0	0	0	0	0	x	x	x	x	x	x

¹ Note-se que existem entidades gestoras que nalguns municípios prestam serviços em alta e noutros prestam em baixa. Assim, a coluna "Total" não é a soma das colunas² Informação não disponível para 10 entidades gestoras.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores e Direção Regional de Estatística da Madeira.

Quadro 3.2 - Águas residuais drenadas no âmbito da atividade das entidades gestoras de sistemas públicos urbanos de drenagem de águas residuais

2012

Unidade: m³

Regiões	Água residuais drenadas por origem			
	Total	Origem Doméstica	Origem Não Doméstica	Origem Ignorada / Não especificada
Portugal	x	x	x	x
1 Continente	662 869 827	213 691 696	76 570 351	372 607 780
11 Norte	166 323 084	61 085 827	19 722 949	85 514 308
111 Minho-Lima	7 472 464	1 108 392	521 141	5 842 931
112 Cávado	23 970 003	5 625 175	2 551 235	15 793 593
113 Ave	16 338 868	7 408 449	2 334 534	6 595 885
114 Grande Porto	71 727 677	33 879 186	7 956 388	29 892 103
115 Tâmega	12 556 385	3 773 052	1 716 195	7 067 138
116 Entre Douro e Vouga	11 451 321	5 007 924	2 120 896	4 322 501
117 Douro	10 820 529	2 297 537	648 425	7 874 567
118 Alto de Trás-os-Montes	11 985 837	1 986 112	1 874 135	8 125 590
16 Centro	136 079 543	65 786 340	27 044 235	43 248 968
161 Baixo Vouga	20 190 349	12 608 362	7 581 987	0
162 Baixo Mondego	22 009 989	14 472 387	6 306 562	1 231 040
163 Pinhal Litoral	24 539 448	12 110 774	3 217 744	9 210 930
164 Pinhal Interior Norte	5 491 641	1 833 742	448 218	3 209 681
165 Dão-Lafões	13 757 665	451 296	76 570	13 229 799
166 Pinhal Interior Sul	1 246 125	48 607	30 787	1 166 731
167 Serra da Estrela	1 979 408	1 162 038	308 896	508 474
168 Beira Interior Norte	7 768 985	510 193	88 465	7 170 327
169 Beira Interior Sul	7 078 562	4 077 462	1 891 851	1 109 249
16A Cova de Beira	5 352 060	3 550 319	1 623 407	178 334
16B Oeste	18 111 742	11 272 417	4 276 754	2 562 571
16C Médio Tejo	8 553 569	3 688 743	1 192 994	3 671 832
17 Lisboa	283 119 901	53 958 304	22 507 918	206 653 679
171 Grande Lisboa	241 505 454	41 727 543	18 062 115	181 715 796
172 Península de Setúbal	41 614 447	12 230 761	4 445 803	24 937 883
18 Alentejo	38 590 936	18 117 984	3 181 897	17 291 054
181 Alentejo Litoral	4 371 118	3 022 827	731 383	616 908
182 Alto Alentejo	7 163 195	2 474 467	521 436	4 167 292
183 Alentejo Central	10 903 377	757 404	119 567	10 026 406
184 Baixo Alentejo	5 280 213	2 562 185	795 520	1 922 508
185 Lezíria do Tejo	10 873 032	9 301 101	1 013 991	557 940
15 Algarve	38 756 363	14 743 241	4 113 352	19 899 770
2 R. A. dos Açores	x	x	x	x
3 R. A. da Madeira	12 317 000	11 065 600	1 251 400	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores e Direção Regional de Estatística da Madeira.



Quadro 3.3 - Gastos e rendimentos das entidades gestoras dos serviços de saneamento de águas residuais por tipo de serviço

2012

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Tipo de serviço	
	Serviços em alta	Serviços em alta e/ou baixa
Gastos	248 692	597 761
CMVNC	12 246	7 646
Fornecimentos e serviços externos	75 864	309 018
Gastos com o pessoal	24 170	85 353
Gastos de depreciação e de amortização	81 577	118 108
Gastos e perdas de financiamento	51 118	24 837
Outros gastos	3 718	52 799
Rendimentos	250 628	543 586
Vendas	58 273	3 512
Prestações de serviços	162 168	392 357
Outros rendimentos	30 187	147 717

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores e Direção Regional de Estatística da Madeira.

Quadro 3.4 - Gastos e rendimentos das entidades gestoras dos serviços de saneamento de águas residuais em alta e/ou em baixa por NUTS II

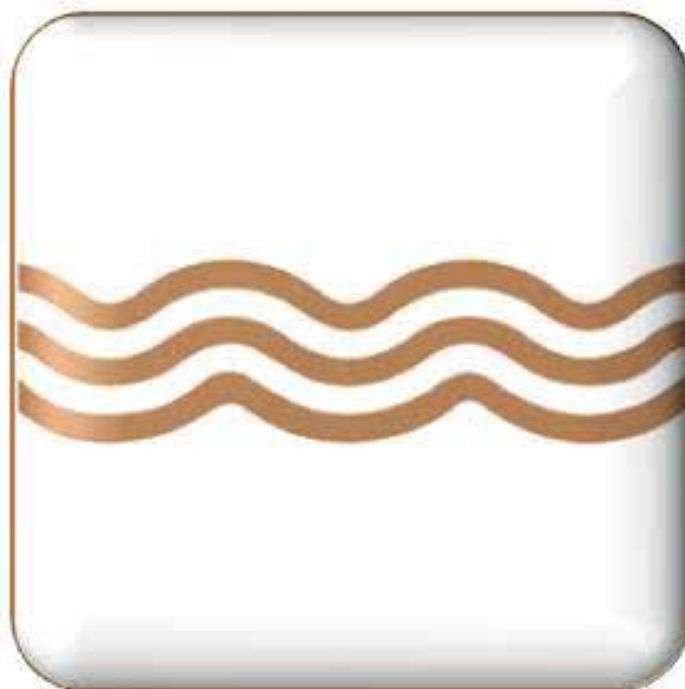
2012

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Gastos	597 761	213 699	142 765	153 247	38 394	40 136	7 625	1 894
CMVNC	7 646	3 965	1 779	1 236	228	139	291	7
Fornecimentos e serviços externos	309 018	96 111	71 219	93 999	17 725	27 606	938	1 421
Gastos com o pessoal	85 353	29 665	17 296	23 420	6 695	5 653	2 161	463
Gastos de depreciação e de amortização	118 108	38 658	40 945	20 612	10 022	5 459	2 413	0
Gastos e perdas de financiamento	24 837	15 028	4 744	2 373	1 894	790	9	ə
Outros gastos	52 799	30 272	6 784	11 608	1 830	489	1 813	3
Rendimentos	543 586	172 348	110 440	181 467	24 678	41 868	4 759	8 025
Vendas	3 511	958	2 244	0	197	ə	112	0
Prestações de serviços	392 357	126 243	76 740	128 833	17 855	33 983	3 297	5 406
Outros rendimentos	147 717	45 148	31 455	52 634	6 625	7 886	1 350	2 619

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores e Direção Regional de Estatística da Madeira.





**Solos, águas
subterrâneas
e superficiais**

4 - SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

- A atividade humana constitui um fator de pressão sobre o ambiente e clima, nomeadamente sobre a água, recurso essencial à vida e subsistência da vida no planeta, e que será alvo de análise neste capítulo.
- As descargas de águas residuais e a utilização de fertilizantes e pesticidas na agricultura são fontes de poluição, que exercem especial pressão sobre os solos e massas de água (interiores e costeiras). A sua sustentabilidade implica bons níveis de salubridade e qualidade que garantam a continuidade da sua utilização para as mais diversas atividades humanas ou preservem o equilíbrio de habitats e ecossistemas.
- Neste capítulo disponibilizam-se alguns dados sobre a constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), tendo em conta a sua importância para a gestão sustentada da floresta. Apresentam-se também dados sobre a qualidade da água para consumo humano distribuída pelos sistemas públicos urbanos e dados sobre a qualidade das massas de água por bacias hidrográficas, bem como sobre qualidade das águas balneares.
- Apresenta-se ainda, pela primeira vez, informação relativa a praias com “Bandeira Azul”, galardão atribuído a zonas balneares que reúnem não só boas condições de comodidade para os utilizadores (facilidade de acessos, instalações sanitárias, meios de socorro e auxílio em casos de emergência, serviços de restauração, etc.) como igualmente condições ambientais e de qualidade da água.

Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Despesa na Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais		 Resposta	Em 2013, a despesa das Administrações Públicas na Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais aumentou 13,8%, fixando-se em 72 milhões de euros.



4.1 - SOLO

O solo pode apresentar-se mais ou menos modificado como resultado da sua utilização pelo Homem. O solo está a ser degradado devido às pressões exercidas pelos diversos setores económicos, que muitas vezes têm intervenções inadequadas sobre este meio natural.

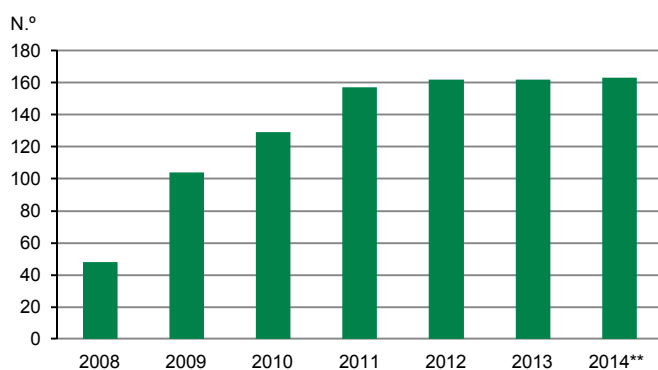
A construção em solos com aptidão agrícola ou florestal, a deposição de material contaminado e a erosão acelerada provocada por práticas agrícolas insustentáveis, são alguns dos exemplos que promovem a degradação do solo.

Embora ainda não exista uma política europeia explícita centrada na proteção do solo, há instrumentos da UE que pretendem garantir a sua preservação, como por exemplo as medidas agroambientais.

Neste capítulo apresentam-se alguns indicadores que permitem retratar o estado deste meio natural – o Solo.

4.1.1 – Ocupação do Solo

Figura 4.1 - Número de ZIF constituídas* até setembro 2014



Nota: * Valores acumulados ** Dados até 3 de setembro de 2014

Fonte: ICNF, I. P.

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) são áreas territoriais contínuas e delimitadas, constituídas maioritariamente por espaços florestais e administradas por uma única entidade.

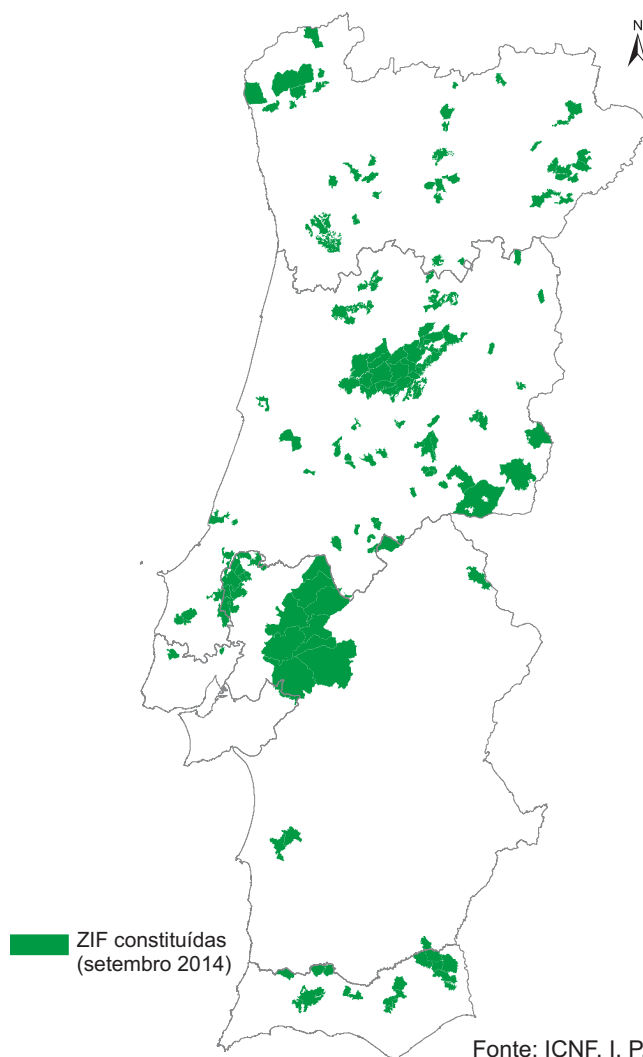
Têm como principais objetivos a promoção de uma adequada e eficiente gestão dos espaços florestais, permitindo ultrapassar os bloqueios existentes à intervenção florestal, em particular nas regiões de minifúndio, e integrar as diferentes vertentes da política para os espaços florestais, designadamente a sua gestão sustentável.



Em 2014 existem 163 ZIF que abrangem uma superfície de 851 mil hectares.

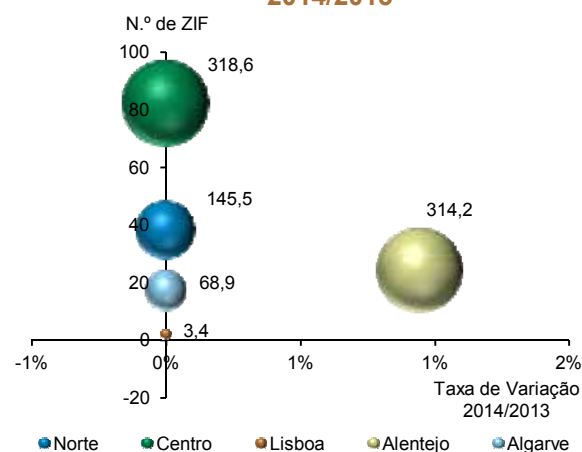
Na série temporal em análise, verifica-se que o número de ZIF constituídas no Continente apresentou um forte crescimento entre 2008 e 2011, sendo que a maior parte das ZIF foram criadas em 2009 (56). Já em 2012, apenas foram criadas 4 ZIF, mantendo-se o mesmo número de ZIF no ano seguinte. Até Setembro de 2014 foi constituída apenas mais uma ZIF, na região do Alentejo, com um acréscimo de cerca de 3 mil hectares na área total.

Figura 4.2 - Distribuição das ZIF



A região com maior área de ZIF afeta é a região Centro com cerca de 318,6 mil hectares, seguida do Alentejo (314,2 mil hectares) e do Norte (145,5 mil hectares). A região de Lisboa é a que apresenta menor área de ZIF com 3,4 mil hectares.

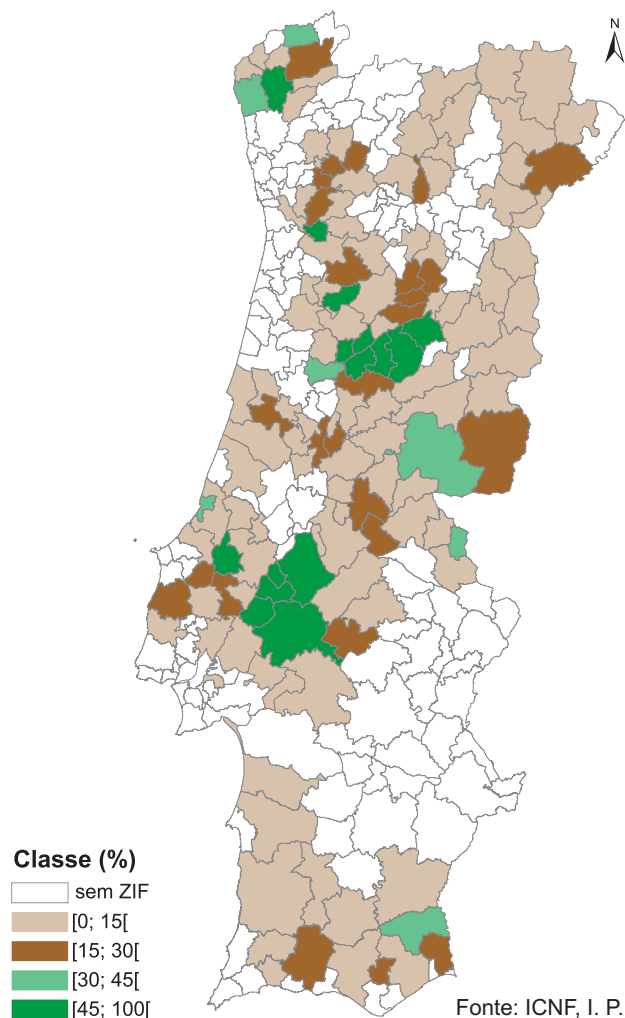
Figura 4.3 - Taxa de variação das ZIF constituídas 2014/2013



Fonte: ICNF, I. P.



Figura 4.4 - Importância das ZIF por município (ZIF constituídas até setembro de 2014)



Atualmente, dos 278 municípios existentes no Continente, 142 possuem área abrangida por ZIF. Destes, 66,2% têm menos de 15,0% da área geográfica total ocupada, e apenas 10,6% apresentam mais de 45,0% do seu território ocupado com ZIF.

4.2 – QUALIDADE DA ÁGUA

4.2.1 – Qualidade da água para consumo humano

Apresenta-se neste subcapítulo a informação sobre os resultados de avaliação da qualidade da água na torneira do consumidor e que consiste em informação reunida e compilada pelas entidades reguladoras responsáveis, nomeadamente, a Entidade Reguladora de Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) e as congéneres que detêm a mesma missão e responsabilidade nas Regiões Autónomas dos Açores (ERSARA) e da Madeira (Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente – DROTA). É de referir que, pela primeira vez, são divulgados os dados para a Região Autónoma dos Açores.

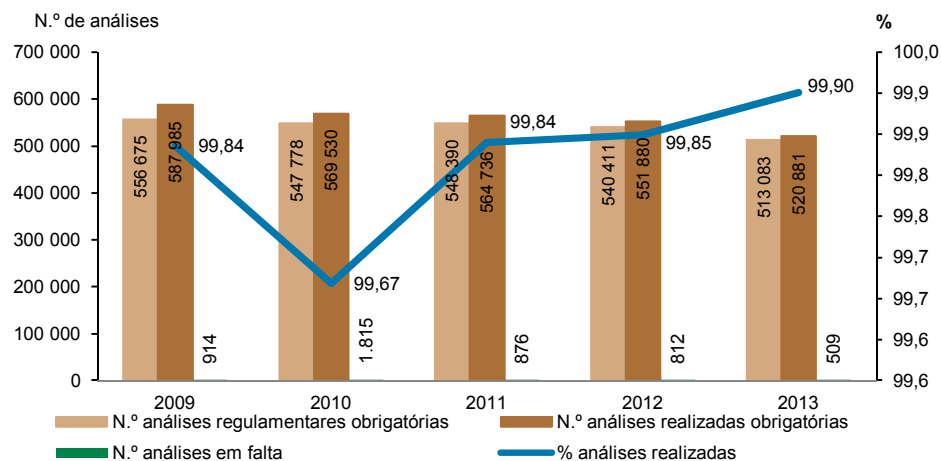
Estas entidades, enquanto autoridades reguladoras, são competentes para a regulação e supervisão do setor dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos. Nesta medida, entre outras valências, monitorizam as ações que as respetivas entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água devem realizar regularmente no âmbito do controlo da qualidade da água para consumo humano.

De acordo com os dados mais recentes sobre o controlo da qualidade da água para consumo humano, Portugal alcançou em 2013 um nível de cumprimento de análises regulamentares obrigatórias de 99,907%.

Considerando apenas os dados para o Continente e Região Autónoma da Madeira (RAM), áreas geográficas para as quais existe informação retrospectiva para os últimos quatro anos, verifica-se que, em termos médios, se registou uma diminuição anual de 54,7% no número de análises em falta, o que representa uma forte melhoria na avaliação da qualidade da água para consumo humano.

O número de análises em falta (Continente, RAA e RAM) fixou-se em 2013 num total de 517 análises, quase metade do registado em 2012 que totalizou 931. A Região Autónoma dos Açores alcançou em 2013 o nível máximo de cumprimento das análises regulamentares obrigatórias.

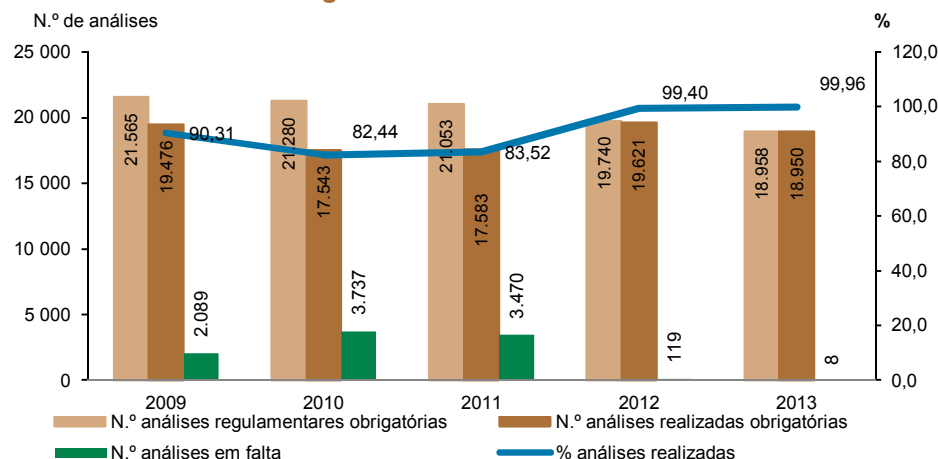
**Figura 4.5 - Análises efetuadas em relação ao regulamentar
Continente**



Fonte: ERSAR



**Figura 4.6 - Análises efetuadas em relação ao regulamentar
Região Autónoma da Madeira**



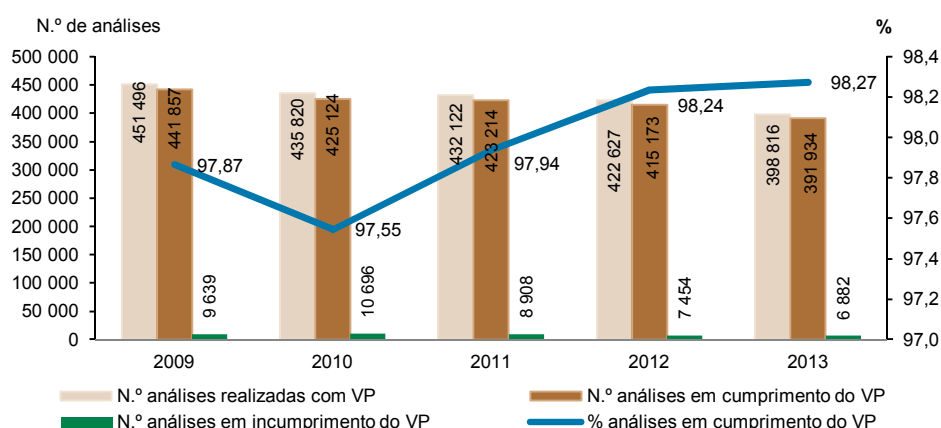
Fonte: DROTA

Contudo, sublinha-se que quer no Continente quer na RAM, no biénio 2009-2010 se registou um agravamento da situação, dado que nestes dois anos, as análises em falta aumentaram significativamente. No Continente as análises em falta duplicaram entre estes dois anos, de 914 em 2009 aumentaram para 1 815 em 2010. Na RAM, de 2 089 análises em falta em 2009 aumentam para 3 737 no ano de 2010, que corresponde a um acréscimo de 78,8%.

No biénio 2010-2011 registou-se uma inversão da tendência verificada no biénio 2009-2010. No Continente registou-se um decréscimo das análises em falta para menos de metade e na RAM decresceram para 3 470 análises, uma redução de 267 (-7,1%) face a 2010. Na RAM no ano de 2013 o número de análises em falta reduziu-se a 8, um número mínimo desde que existem registos.

No que se refere à monitorização das normas de qualidade da água no Continente e na Região Autónoma da Madeira, verifica-se que a proporção de análises que revelam o cumprimento dos valores paramétricos segue uma tendência crescente desde 2011, fixando-se em 2013, em 98,27% no Continente e 97,80% na RAM.

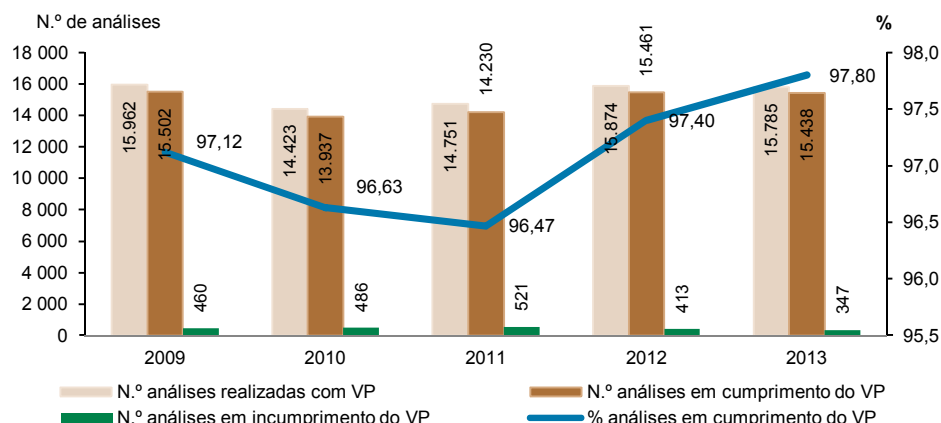
**Figura 4.7 - Análises efetuadas em cumprimento do valor paramétrico
Continente**



Fonte: ERSAR



**Figura 4.8 - Análises efetuadas em cumprimento do valor paramétrico
Região Autónoma da Madeira**



Fonte: DROTA

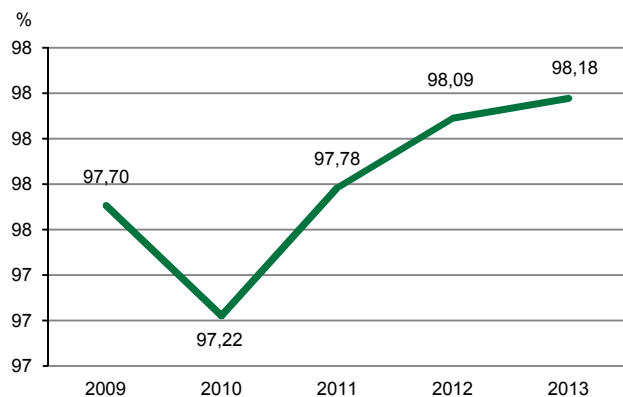
O indicador de Água Segura corresponde à percentagem de água controlada e de boa qualidade, sendo calculado através do produto da percentagem de análises realizadas pela percentagem de análises em cumprimento dos valores paramétricos (ver conceito de água segura).

Em 2013 registou-se um nível de água segura representativo para todo o país que se estima em 98,2%.

Observando apenas os dados do Continente e da RAM, a comparação com os dois últimos anos (2012-2013) permite observar uma melhoria de 0,12 p.p., de 98,04% em 2012 para 98,16% em 2013. No biénio anterior 2011-2012 o acréscimo foi ainda mais significativo, fixando-se em mais 0,90 p.p. que o valor de 97,14% registado em 2011.

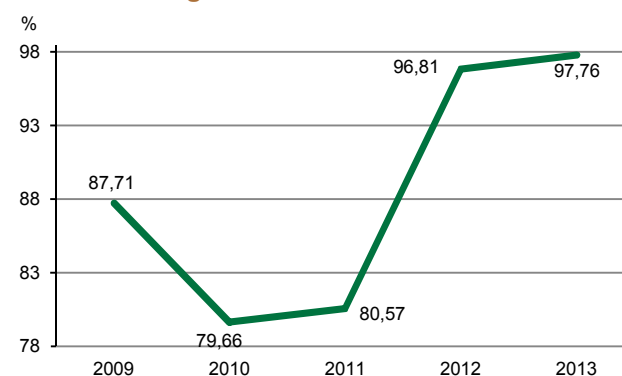
No período 2010-2013, o indicador de Água Segura (Continente e RAM) cresceu a um ritmo médio anual de 0,54%.

Figura 4.9 - Água Segura - Continente



Fonte: ERSAR

**Figura 4.10 - Água Segura
Região Autónoma da Madeira**



Fonte: DROTA



4.2.2 – Qualidade das águas balneares

Figura 4.11 - Classe de qualidade das águas balneares, por estações e por bacias hidrográficas

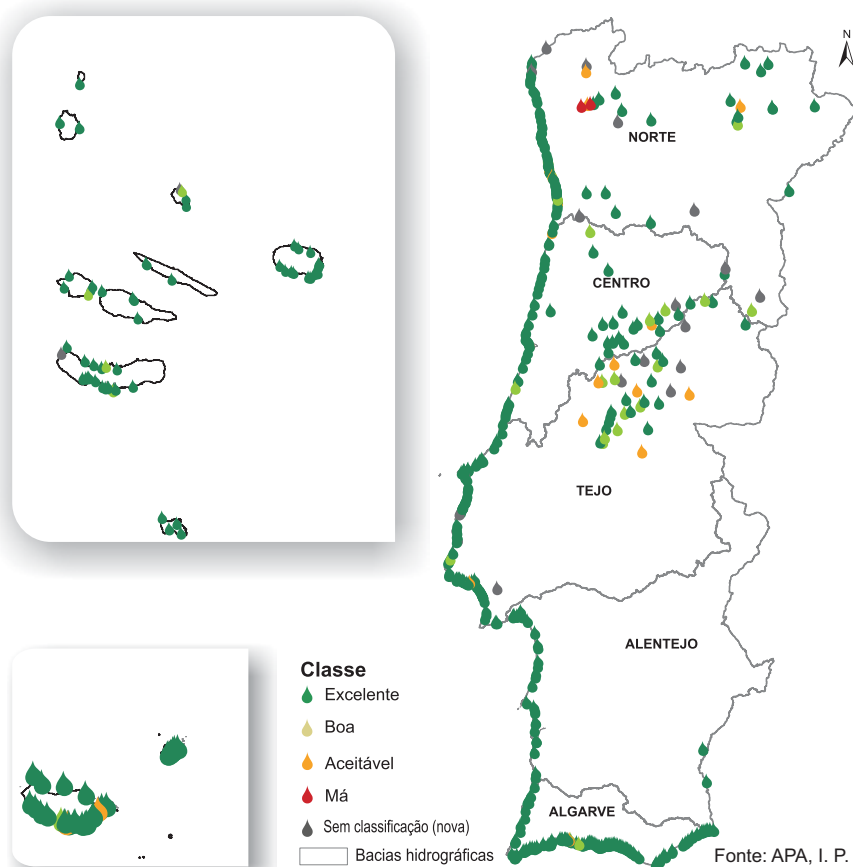
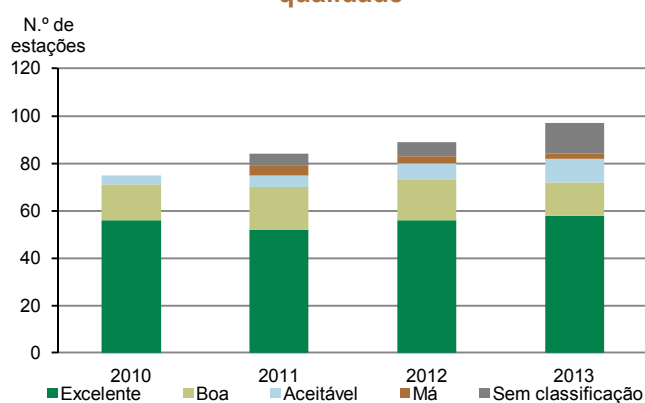


Figura 4.12 - Avaliação das águas balneares interiores em cumprimento das normas de qualidade



Fonte: APA, I. P.

Em 2013 foram monitorizadas 543 estações balneares (514 em 2012), para avaliação da qualidade da água, das quais 97 referem-se a águas balneares interiores (84 em 2012) e 446 a águas balneares costeiras (430 em 2012).



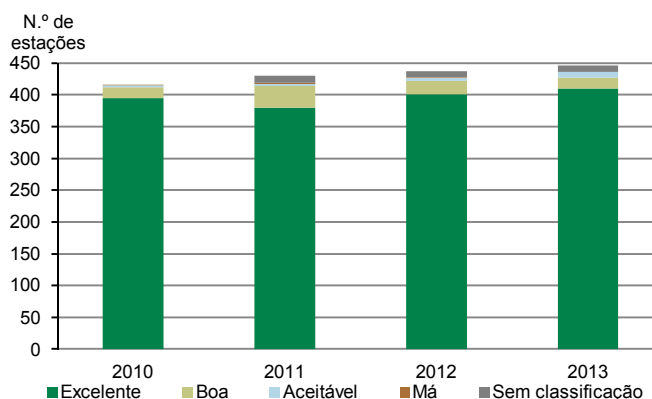
O resultado da avaliação da qualidade das águas interiores em 2013 indica uma predominância de estações classificadas com qualidade da água “Excelente” (59,8% - 58 estações) e “Boa” (14,4% - 14 estações). Apenas 2,1% (2 estações) apresentaram uma classificação de “Má”. Entre 2010 e 2013, o número de estações com qualidade “Excelente” e “Boa” manteve-se estável, enquanto o número de estações com qualidade “Aceitável” aumentou (4 em 2010 e 10 em 2013), assim como as águas “Sem classificação” (5 em 2011 e 13 em 2013).

A qualidade das águas balneares costeiras/transição em 2013 foi muito positiva, predominando a classificação de “Excelente” em 91,9% das estações (410 estações), seguida da classificação “Boa” com 3,8% (17 estações), não tendo sido classificada nenhuma estação com qualidade “Má”. Em termos de evolução da qualidade das águas balneares costeiras monitorizadas, entre 2010 e 2013, não houve uma variação significativa quanto ao número de estações por classe de qualidade de água.

4.2.3 - Praias com Bandeira Azul

Em 2014, das 302 praias costeiras e fluviais candidatas ao galardão da Bandeira Azul, 298 foram distinguidas. Existem praias com Bandeira Azul em quase todos os municípios da orla costeira (as exceções são os municípios de Sintra e Marinha Grande). As praias fluviais com Bandeira Azul predominam na região hidrográfica do Centro onde se concentram 8 dos 14 municípios interiores com praias com Bandeira Azul.

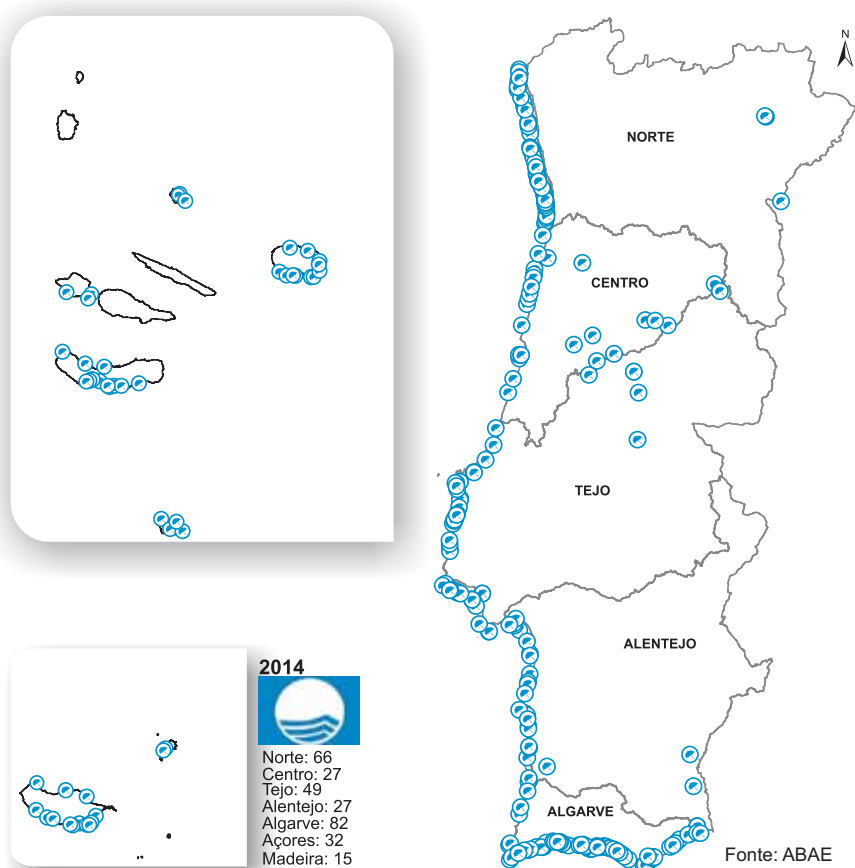
Figura 4.13 - Avaliação das águas balneares costeiras/transição em cumprimento das normas de qualidade



Fonte: APA, I. P.



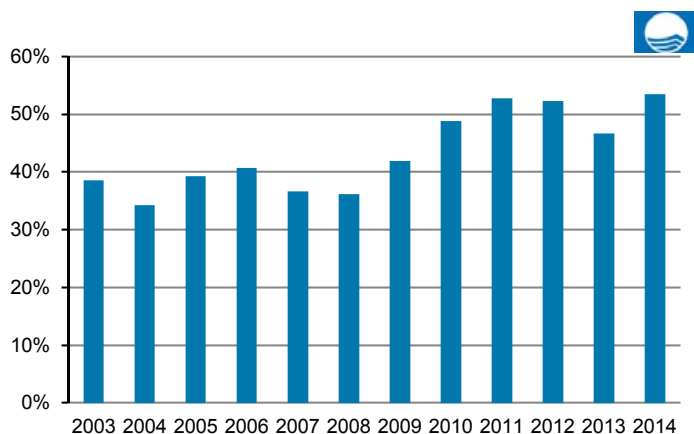
Figura 4.14 - Distribuição das praias com Bandeira Azul em 2014



Em 2014 Portugal apresenta o maior número de bandeiras azuis do período 2003-2014. As 298 praias em que a Bandeira Azul foi hasteada este verão correspondem a 53,5% do total de praias classificadas, a maior proporção dos últimos doze anos. O Algarve continua a ser a região com maior número de praias galardoadas do país, reforçando a sua posição em 2014, hasteando 82 bandeiras (69 em 2013). A região Norte com 66

praias com Bandeira Azul (65 em 2013 com a saída de Leça da Palmeira) é a segunda região mais galardoadada. De referir ainda que o Alentejo e as Regiões Autónomas apresentaram igualmente o maior número de bandeiras azuis dos últimos doze anos. No Alentejo entraram mais duas praias (Farol e Furnas em Vila Nova de Milfontes), na Região Autónoma dos Açores mais sete (Baixa da Areia, Escaleiras, Praínha, Grande, Porto Martins, Zona Balnear dos Biscoitos e praia da Riviera) e na Região Autónoma da Madeira foram mais 3 face a 2013 (Calheta, Ribeira Brava e Ponta Delgada).

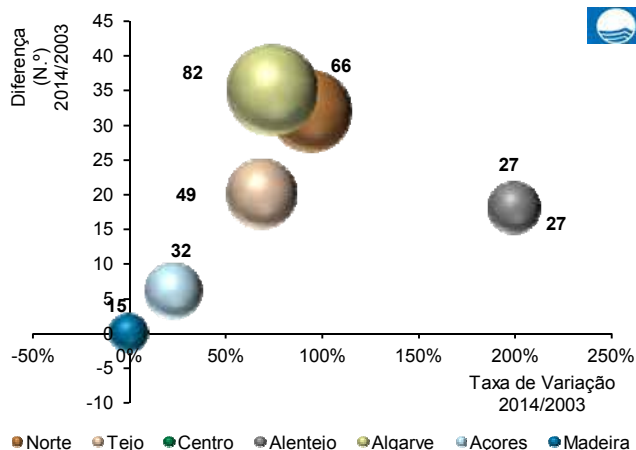
Figura 4.15 - Praias com Bandeira Azul



Em termos de regiões hidrográficas, destacam-se as regiões do Algarve e Norte pelo maior número de bandeiras azuis hasteadas, e as regiões do Alentejo e do Centro por serem as que, face a 2003, maior número de galardões conquistaram.

A taxa média de crescimento anual revela um crescimento médio de 10,5% para as regiões do Alentejo e do Centro. Todas as restantes regiões hidrográficas apresentaram crescimentos médios anuais significativos, com exceção da Região Autónoma da Madeira, a única a apresentar um crescimento médio anual nulo. A orografia da região poderá justificar esta tendência, uma vez que dificulta o acesso ao mar e a construção dos acessos acaba por ser muito onerosa.

Figura 4.16 - Taxa de variação das praias com Bandeira Azul (2014/2003)



Dimensão dos globos representa o número de praias com bandeira azul em 2014

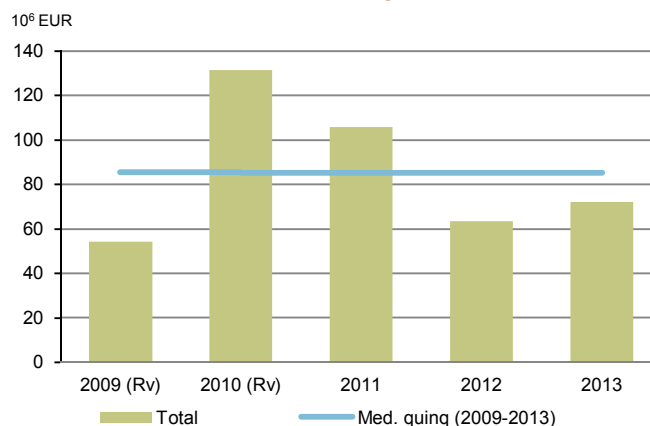
Fonte: INE, I. P.

4.3 - DESPESA NA PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SOLOS, DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

Em 2013, a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção e recuperação dos solos e águas subterrâneas e superficiais” influiu a tendência dos últimos três anos aumentando, face ao ano anterior, 13,8%, o que corresponde a uma despesa de 72 milhões de euros (63 milhões de euros em 2012). Este aumento deveu-se sobretudo à retoma das obras de reconstrução, reabilitação e correção preventiva de cursos de água, resultantes do temporal que assolou a Região Autónoma da Madeira em fevereiro de 2010.

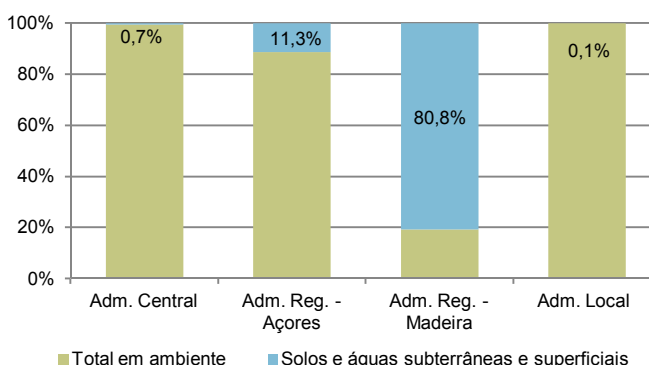
A repartição dos gastos aplicados na “Proteção e recuperação dos solos e águas subterrâneas e superficiais” variou entre 0,1% na Administração Local e 80,8% na Administração Regional da Madeira. O peso relativo das despesas com este domínio assumiu particular importância na Administração Regional, para o qual contribuiu decisivamente a acidentada orografia destas regiões.

Figura 4.17 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais



Fonte: INE, I. P.

Figura 4.18 - Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2013)



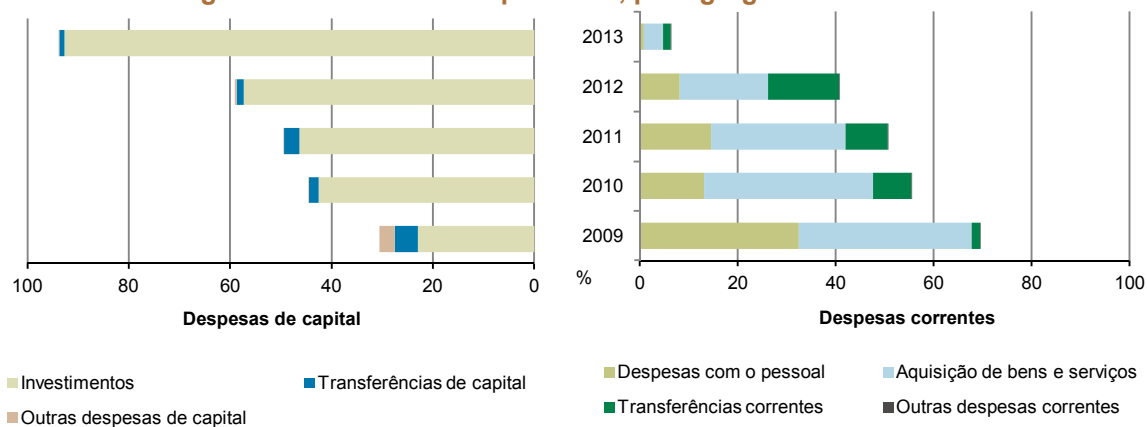
Nota: não foi considerado no período de referência de 2013 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).

Fonte: INE, I. P.



Em 2013, a grande maioria dos gastos (92,7%) neste domínio resultaram de “investimentos”, dos quais 97,1% na Região Autónoma da Madeira. A rubrica “aquisição de bens e serviços”, tem vindo a perder importância desde 2011, tendo em 2013 decrescido 75,8%, pelo que a sua contribuição para a estrutura da despesa diminuiu 14 p.p., face ao ano anterior. Por sua vez, as “despesas com o pessoal” e as “transferências correntes e de capital” contribuíram com percentagens residuais, respetivamente 0,9% e 2,5%.

Figura 4.19 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais, por agregado económico



>> Para mais informação consulte:

Águas balneares (N.º) por Localização geográfica (Município/NUTS 2002), Tipo de água balnear e Classes de qualidade;

Praias com bandeira azul (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual



4.4 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 4.1 - Zonas de Intervenção Florestal constituídas até 3 de setembro de 2014

Ano	ZIF constituídas*	Unidade: N.º
2007		12
2008		48
2009		104
2010		129
2011		157
2012		162
2013		162
2014 **		163

* Valores acumulados

** dados até 3 de Setembro de 2014

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta, I.P.



Quadro 4.2 - Qualidade das águas balneares por tipo

Unidade: N.º

Ano	NUTS	Tipo de água balnear																	
		Total						Interiores						Costeiras/Transição					
		Classes de qualidade																	
		Total	Exce- lente	Boa	Aceitá- vel	Má	SC*	Total	Exce- lente	Boa	Aceitá- vel	Má	SC*	Total	Exce- lente	Boa	Aceitá- vel	Má	SC*
Portugal	514	506	59	8	7	23	84	52	18	5	4	5	519	454	41	3	3	18	
2011	Continente	425	432	52	8	6	16	84	52	18	5	4	5	430	380	34	3	2	11
	Norte	105	79	16	3	4	3	27	14	8	0	3	2	78	65	8	3	1	1
	Minho-Lima	16	12	2	0	1	1	2	0	0	0	1	1	14	12	2	0	0	0
	Cávado	11	7	4	0	0	0	5	2	3	0	0	0	6	5	1	0	0	0
	Ave	2	2	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grande Porto	60	49	6	3	1	1	2	1	1	0	0	0	58	48	5	3	1	
	Tâmega	2	1	0	0	0	1	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	Entre Douro e Vouga	2	1	0	0	1	0	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	Douro	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alto Trás-os-Montes	11	6	4	0	1	0	11	6	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	Centro	132	107	14	5	1	5	53	34	10	5	1	3	79	73	4	0	0	2
	Baixo Vouga	14	13	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	13	12	1	0	0	0
	Baixo Mondego	20	18	1	0	0	1	3	3	0	0	0	0	17	15	1	0	0	1
	Pinhal Litoral	8	6	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	8	6	1	0	0	1
	Pinhal Interior Norte	19	9	7	2	1	0	19	9	7	2	1	0	0	0	0	0	0	0
	Dão-Lafões	2	1	1	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pinhal Interior Sul	13	10	1	1	0	1	13	10	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0
	Serra da Estrela	3	2	0	0	0	1	3	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	Beira Interior Norte	4	3	1	0	0	0	4	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Beira Interior Sul	2	0	0	1	0	1	2	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
	Cova da Beira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Oeste	41	40	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41	40	1	0	0	0
	Médio Tejo	6	5	0	1	0	0	6	5	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Lisboa	55	48	6	0	0	1	0	0	0	0	0	0	55	48	6	0	0	1
	Grande Lisboa	28	23	4	0	0	1	0	0	0	0	0	0	28	23	4	0	0	1
	Península de Setúbal	27	25	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	25	2	0	0	0
	Alentejo	27	26	1	0	0	0	2	2	0	0	0	0	25	24	1	0	0	0
	Alentejo Litoral	25	24	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	24	1	0	0	0
	Alto Alentejo	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alentejo Central	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Baixo Alentejo	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Lezíria do Tejo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Algarve	106	98	8	0	0	0	2	2	0	0	0	0	104	96	8	0	0	0
	Algarve	106	98	8	0	0	0	2	2	0	0	0	0	104	96	8	0	0	0
	Região Autónoma dos Açores	58	49	2	0	0	7	0	0	0	0	0	0	58	49	2	0	0	7
	Região Autónoma dos Açores	58	49	2	0	0	7	0	0	0	0	0	0	58	49	2	0	0	7
	Região Autónoma da Madeira	31	25	5	0	1	0	0	0	0	0	0	0	31	25	5	0	1	0
	Região Autónoma da Madeira	31	25	5	0	1	0	0	0	0	0	0	0	31	25	5	0	1	0
	2012	Portugal	526	457	38	12	4	15	89	56	17	7	3	6	437	401	21	5	1
Continente		437	378	33	11	3	12	89	56	17	7	3	6	348	322	16	4	0	6
Norte		105	88	10	6	1	0	26	18	5	2	1	0	79	70	5	4	0	0
Minho-Lima		16	13	0	2	1	0	2	0	0	1	1	0	14	13	0	1	0	0
Cávado		11	8	3	0	0	0	5	2	3	0	0	0	6	6	0	0	0	0
Ave		2	2	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Grande Porto		60	52	5	3	0	0	1	1	0	0	0	0	59	51	5	3	0	0
Tâmega		2	2	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Entre Douro e Vouga		2	1	1	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Douro		1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alto Trás-os-Montes		11	9	1	1	0	0	11	9	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro		138	109	14	5	2	8	59	35	11	5	2	6	79	74	3	0	0	2
Baixo Vouga		14	13	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	13	12	1	0	0	0
Baixo Mondego		21	19	0	0	0	2	4	3	0	0	0	1	17	16	0	0	0	1
Pinhal Litoral		8	5	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	8	5	2	0	0	1
Pinhal Interior Norte		21	9	6	3	1	2	21	9	6	3	1	2	0	0	0	0	0	0
Dão-Lafões		3	2	0	0	0	1	3	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Pinhal Interior Sul		13	10	2	1	0	0	13	10	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Serra da Estrela		3	3	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Beira Interior Norte		4	2	2	0	0	0	4	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Beira Interior Sul		3	1	0	1	0	1	3	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Cova da Beira		1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Oeste		41	41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41	41	0	0	0	0
Médio Tejo		6	4	1	0	1	0	6	4	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Lisboa		59	54	1	0	0	4	0	0	0	0	0	0	59	54	1	0	0	4
Grande Lisboa		32	27	1	0	0	4	0	0	0	0	0	0	32	27	1	0	0	4
Península de Setúbal		27	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	27	0	0	0	0
Alentejo		27	25	2	0	0	0	2	1	1	0	0	0	25	24	1	0	0	0
Alentejo Litoral		25	24	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	24	1	0	0	0
Alto Alentejo		1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo Central		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Baixo Alentejo		1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lezíria do Tejo		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(continua)



Quadro 4.2 - Qualidade das águas balneares por tipo (cont.)

Unidade: N.º

Ano	NUTS	Tipo de água balnear																	
		Total						Interiores						Costeiras/Transição					
		Classes de qualidade																	
		Total	Exce-lente	Boa	Aceitá-vel	Má	SC*	Total	Exce-lente	Boa	Aceitá-vel	Má	SC*	Total	Exce-lente	Boa	Aceitá-vel	Má	SC*
2012	Algarve	108	102	6	0	0	0	2	2	0	0	0	0	106	100	6	0	0	0
	Algarve	108	102	6	0	0	0	2	2	0	0	0	0	106	100	6	0	0	0
	Região Autónoma dos Açores	58	50	4	1	0	3	0	0	0	0	0	0	58	50	4	1	0	3
	Região Autónoma dos Açores	58	50	4	1	0	3	0	0	0	0	0	0	58	50	4	1	0	3
	Região Autónoma da Madeira	31	29	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	31	29	1	0	1	0
	Região Autónoma da Madeira	31	29	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	31	29	1	0	1	0
2013	Portugal	543	468	31	19	2	23	97	58	14	10	2	13	446	410	17	9	0	10
	Continente	448	384	26	16	2	20	97	58	14	10	2	13	351	326	12	6	0	7
	Norte	108	85	9	6	2	6	29	18	2	3	2	4	79	67	7	3	0	2
	Minho-Lima	16	12	0	1	0	3	2	0	0	1	0	1	14	12	0	0	0	2
	Cávado	11	8	0	1	2	0	5	2	0	1	2	0	6	6	0	0	0	0
	Ave	3	2	0	0	0	1	3	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	Grande Porto	60	50	7	3	0	0	1	1	0	0	0	0	59	49	7	3	0	0
	Tâmega	2	2	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Entre Douro e Vouga	3	1	1	0	0	1	3	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	Douro	2	1	0	0	0	1	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	Alto Trás-os-Montes	11	9	1	1	0	0	11	9	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Centro	144	112	14	7	0	11	63	37	12	6	0	8	81	75	2	1	0	3
	Baixo Vouga	14	13	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	13	12	0	1	0	0
	Baixo Mondego	22	20	1	0	0	1	4	4	0	0	0	0	18	16	1	0	0	1
	Pinhal Litoral	7	6	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	6	1	0	0	0
	Pinhal Interior Norte	21	13	3	3	0	2	21	13	3	3	0	2	0	0	0	0	0	0
	Dão-Lafões	3	3	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pinhal Interior Sul	13	8	4	1	0	0	13	8	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Serra da Estrela	4	2	1	0	0	1	4	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	Beira Interior Norte	6	2	2	0	0	2	6	2	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0
	Beira Interior Sul	4	1	0	1	0	2	4	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0
	Cova da Beira	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	Oeste	43	41	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	43	41	0	0	0	2
	Médio Tejo	6	3	2	1	0	0	6	3	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Lisboa	61	56	1	1	0	3	1	0	0	0	0	1	60	56	1	1	0	2
	Grande Lisboa	33	29	1	1	0	2	1	0	0	0	0	1	32	29	1	1	0	1
	Península de Setúbal	28	27	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	28	27	0	0	0	1
	Alentejo	27	26	0	1	0	0	2	1	0	1	0	0	25	25	0	0	0	0
	Alentejo Litoral	25	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	25	0	0	0	0
	Alto Alentejo	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alentejo Central	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Baixo Alentejo	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Lezíria do Tejo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Algarve	108	105	2	1	0	0	2	2	0	0	0	0	106	103	2	1	0	0
	Algarve	108	105	2	1	0	0	2	2	0	0	0	0	106	103	2	1	0	0
	Região Autónoma dos Açores	58	52	4	0	0	2	0	0	0	0	0	0	58	52	4	0	0	2
	Região Autónoma dos Açores	58	52	4	0	0	2	0	0	0	0	0	0	58	52	4	0	0	2
	Região Autónoma da Madeira	37	32	1	3	0	1	0	0	0	0	0	0	37	32	1	3	0	1
	Região Autónoma da Madeira	37	32	1	3	0	1	0	0	0	0	0	0	37	32	1	3	0	1

Nota: O total das águas balneares não engloba as águas "Sem Classificação*", ou seja, as águas balneares que ainda não podem ser classificadas em termos de qualidade, nos termos da Diretiva 7/2006/CE, por não terem sido realizadas amostragens em número suficiente ou por não terem sido cumpridas todas as regras.

* sem classificação

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente



Quadro 4.3 - Praias com Bandeira Azul

Unidade: N.º

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1. Total praias/águas balneares (desig. costeiras/transição e fluviais)	439	473	487	508	519	533	540	492	514	526	592	557
2. Total	169	162	191	207	190	193	226	240	271	275	276	298
2.1. Continente	128	131	152	167	151	155	178	197	222	232	236	251
Norte	34	35	32	35	34	37	43	56	63	68	67	66
Centro	9	8	14	17	20	19	18	19	18	23	27	27
Tejo	29	34	45	46	38	34	42	30	45	49	48	49
Alentejo	9	11	13	14	12	17	21	23	22	24	25	27
Algarve	47	43	48	55	47	48	54	69	74	68	69	82
2.2. R.A.Açores	26	19	25	25	23	23	28	28	33	32	27	32
2.3. R.A.Madeira	15	12	14	15	16	15	20	15	16	11	13	15
Percentagens de praias com bandeira azul	38,5%	34,2%	39,2%	40,7%	36,6%	36,2%	41,9%	48,8%	52,7%	52,3%	46,6%	53,5%

Fonte: Associação Bandeira Azul da Europa

Quadro 4.4 - Qualidade da água para consumo humano

	2009	2010	2011	2012	2013
Continente					
Número de análises regulamentares obrigatórias	556 675	547 778	548 390	540 411	513 083
Número de análises realizadas obrigatórias	587 985	569 530	564 736	551 880	520 881
Número de análises em falta	914	1 815	876	812	509
Percentagem de análises realizadas (%)	99,84	99,67	99,84	99,85	99,90
Número de análises em cumprimento do VP	441 857	425 124	423 214	415 173	391 934
Percentagem de análises em cumprimento do VP	97,87	97,55	97,94	98,24	98,27
Número de análises realizadas com VP	451 496	435 820	432 122	422 627	398 816
Número de análises em incumprimento do VP	9 639	10 696	8 908	7 454	6 882
Água Segura (%)	97,70	97,22	97,78	98,09	98,18
Região Autónoma dos Açores					
Número de análises regulamentares obrigatórias	x	x	x	x	22 607
Número de análises realizadas obrigatórias	x	x	x	x	x
Número de análises em falta	x	x	x	x	0
Percentagem de análises realizadas (%)	x	x	x	x	100,0
Número de análises em cumprimento do VP	x	x	x	x	16 208
Percentagem de análises em cumprimento do VP	x	x	x	x	98,33
Número de análises realizadas com VP	x	x	x	x	16 484
Número de análises em incumprimento do VP	x	x	x	x	276
Água Segura (%)	x	x	x	x	98,33
Região Autónoma da Madeira					
Número de análises regulamentares obrigatórias	21 565	21 280	21 053	19 740	18 958
Número de análises realizadas obrigatórias	19 476	17 543	17 583	19 621	18 950
Número de análises em falta	2 089	3 737	3 470	119	8
Percentagem de análises realizadas	90,31	82,44	83,52	99,40	99,96
Número de análises em cumprimento do VP	15 502	13 937	14 230	15 461	15 438
Percentagem de análises em cumprimento do VP	97,12	96,63	96,47	97,40	97,80
Número de análises realizadas com VP	15 962	14 423	14 751	15 874	15 785
Número de análises em incumprimento do VP	460	486	521	413	347
Água Segura (%)	87,71	79,66	80,57	96,81	97,76

Fonte: Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos e Direção Regional de Ordenamento do Território e Ambiente, Madeira



Quadro 4.5 - Água captada por entidades gestoras de sistemas públicos urbanos de abastecimento de água

2012

Unidade: m³

Regiões	Água captada por origem		
	Total	Origem Superficial	Origem Subterrânea
Portugal	910 492 399	584 787 595	298 324 912
1 Continente	821 105 507	554 705 595	266 399 912
11 Norte	221 693 039	201 515 098	20 177 941
111 Minho-Lima	13 449 112	10 298 097	3 151 015
112 Cávado	45 919 446	44 733 760	1 185 686
113 Ave	12 452 428	11 717 707	734 721
114 Grande Porto	97 909 354	97 901 048	8 306
115 Tâmega	15 357 436	9 408 578	5 948 858
116 Entre Douro e Vouga	2 386 713	1 127 381	1 259 332
117 Douro	14 334 241	11 299 183	3 035 058
118 Alto de Trás-os-Montes	19 884 309	15 029 344	4 854 965
16 Centro	328 909 597	215 475 024	113 434 573
161 Baixo Vouga	22 870 823	863 625	22 007 198
162 Baixo Mondego	34 187 980	2 277 149	31 910 831
163 Pinhal Litoral	18 703 061	1 117 267	17 585 794
164 Pinhal Interior Norte	8 445 460	6 924 401	1 521 059
165 Dão-Lafões	17 939 619	12 915 163	5 024 456
166 Pinhal Interior Sul	2 839 433	1 255 000	1 584 433
167 Serra da Estrela	4 618 482	4 004 070	614 412
168 Beira Interior Norte	11 874 313	10 697 616	1 176 697
169 Beira Interior Sul	8 199 772	7 900 980	298 792
16A Cova de Beira	5 659 482	2 894 876	2 764 606
16B Oeste	22 713 146	1 720 074	20 993 072
16C Médio Tejo	170 858 026	162 904 803	7 953 223
17 Lisboa	79 017 871	198 582	78 819 289
171 Grande Lisboa	9 755 285	198 582	9 556 703
172 Península de Setúbal	69 262 586	0	69 262 586
18 Alentejo	120 560 133	71 983 322	48 576 811
181 Alentejo Litoral	12 260 777	1 670 800	10 589 977
182 Alto Alentejo	11 681 322	7 629 513	4 051 809
183 Alentejo Central	15 250 688	7 262 503	7 988 185
184 Baixo Alentejo	14 049 284	8 485 756	5 563 528
185 Lezíria do Tejo	67 318 062	46 934 750	20 383 312
15 Algarve	70 924 867	65 533 569	5 391 298
2 R. A. dos Açores	27 379 892	X	X
3 R. A. da Madeira	62 007 000	30 082 000	31 925 000

Fonte: ERSAR, I.P. , DREM e ERSARA



Quadro 4.6 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais, por setor institucional e agregado económico

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2009	2010	2011	2012	2013
Administrações Públicas					
Total das despesas	54 483 (Rv)	131 336 (Rv)	105 725	63 437	72 212
Despesas correntes	37 869	72 907	53 569	25 926	4 564
Despesas com o pessoal	17 724	17 240	15 426	5 139	629
Aquisição de bens e serviços	19 195	45 246	28 994	11 469	2 781
Transferências correntes	902	10 322	9 072	9 248	1 111
Outras despesas correntes	47	100	77	70	43
Despesas de capital	16 614	58 428	52 156	37 511	67 648
Investimentos	12 525	55 929	49 032	36 327	66 964
Transferências de capital	2 442	2 499	3 108	943	677
Outras despesas de capital	1 647	1	16	241	8
Administração Central					
Total das despesas	44 537 (Rv)	58 114 (Rv)	51 494	22 918	1 960
Despesas correntes	34 682	45 438	42 929	17 742	1 181
Despesas com o pessoal	17 544	17 178	15 282	4 777	5
Aquisição de bens e serviços	16 788	18 451	18 533	3 703	71
Transferências correntes	315	9 716	9 047	9 199	1 104
Outras despesas correntes	35	93	67	63	æ
Despesas de capital	9 855	12 676	8 564	5 176	779
Investimentos	8 843	11 182	6 243	5 027	779
Transferências de capital	1 013	1 494	2 321	150	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	4 937	3 754	4 974	2 588	2 710
Despesas correntes	1 840	1 709	2 290	1 154	1 238
Despesas com o pessoal	22	21	0	262	535
Aquisição de bens e serviços	1 819	1 655	2 263	877	696
Transferências correntes	0	33	25	15	7
Outras despesas correntes	0	1	2	0	æ
Despesas de capital	3 097	2 045	2 684	1 434	1 472
Investimentos	20	1 041	1 957	640	795
Transferências de capital	1 429	1 004	726	794	677
Outras despesas de capital	1 647	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	3 417	67 970	47 843	36 554	66 728
Despesas correntes	384	24 937	7 706	6 841	1 722
Despesas com o pessoal	0	0	0	æ	0
Aquisição de bens e serviços	384	24 937	7 706	6 807	1 722
Transferências correntes	0	0	0	34	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	3 033	43 034	40 137	29 713	65 006
Investimentos	3 033	43 034	40 137	29 713	65 006
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	1 592	1 497	1 415	1 376	814
Despesas correntes	962	824	643	189	423
Despesas com o pessoal	159	40	144	100	89
Aquisição de bens e serviços	204	204	491	82	292
Transferências correntes	587	573	0	0	0
Outras despesas correntes	12	7	9	7	42
Despesas de capital	629	673	772	1 187	391
Investimentos	629	672	695	946	384
Transferências de capital	0	0	60	0	0
Outras despesas de capital	0	1	16	241	8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Biodiversidade
e paisagem**

5 - BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

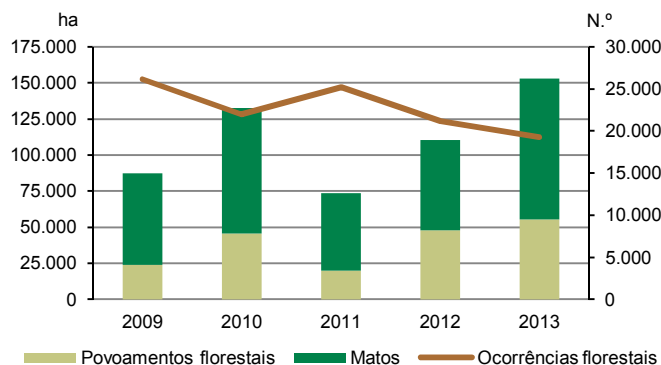
- A perda de biodiversidade, isto é de variabilidade entre organismos vivos de todas as origens, surge como resposta às alterações climáticas e a outras pressões, nomeadamente desflorestação, incêndios, intensificação dos sistemas de produção biológica, entre outros.

Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Incêndios Florestais		 Estado	Em 2013 ocorreram 19 291 incêndios florestais, menos 1 885 do que em 2012. No entanto, a área ardida aumentou 38,6% face ao ano anterior, totalizando 153 mil hectares em 2013 (110 mil hectares em 2012).
Despesa na Proteção da Biodiversidade e Paisagem		 Resposta	Em 2013, a despesa com a conservação da natureza e biodiversidade aumentou 21,6% face ao ano anterior, fixando-se nos 289 milhões de euros.

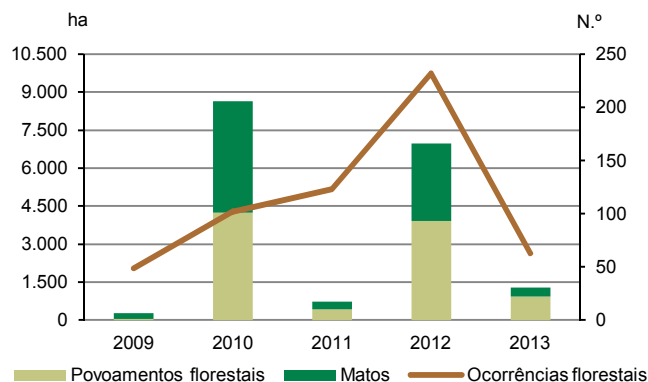


5.1 - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

5.1.1 – Incêndios florestais

Figura 5.1 - Incêndios florestais por tipo de área ardida - Portugal Continental

Fonte: ICNF, I.P.

Figura 5.2 - Incêndios florestais por tipo de área ardida - R.A.Madeira

Fonte: Direção Regional de Florestas da Região Autónoma da Madeira

Em 2013 ocorreram 19 291 incêndios florestais, menos 1 885 do que em 2012. No entanto, a área ardida aumentou 38,6% face ao ano anterior, totalizando 153 mil hectares em 2013 (110 mil hectares em 2012), dos quais 63,6% correspondente a matos (56,4% em 2012).

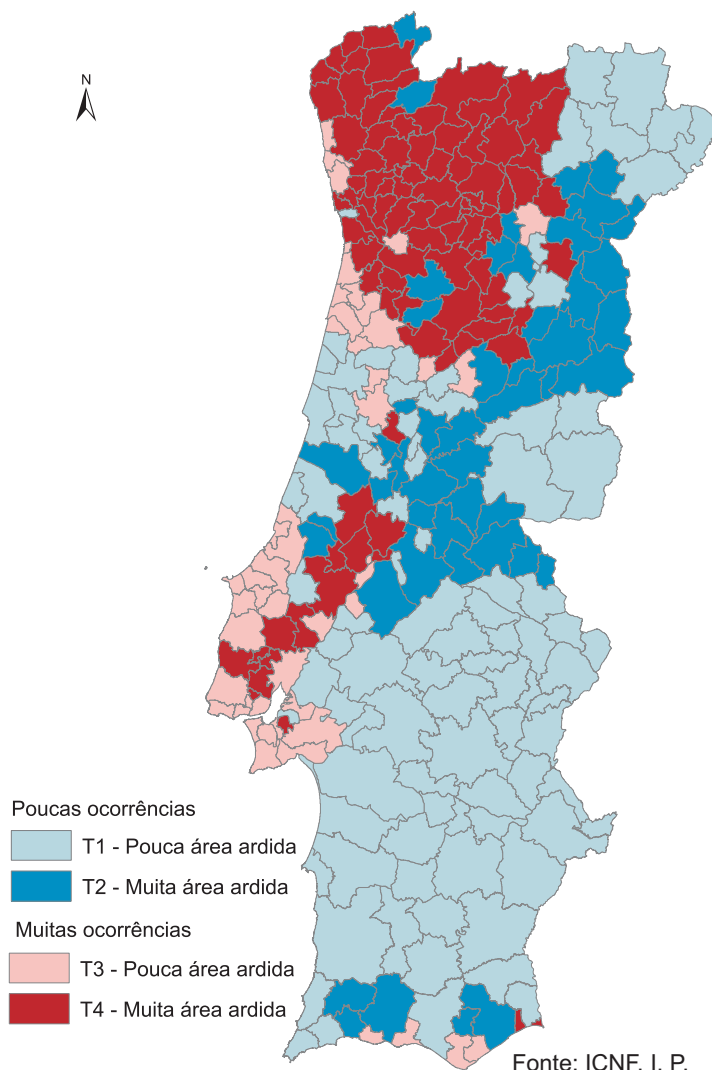
Salienta-se o facto dos incêndios florestais terem atingido sobretudo matos ao longo de todos os anos da série, totalizando, no período em análise, a área ardida acumulada de 363 mil hectares de matos contra 194 mil hectares de povoamentos florestais atingidos.

Relativamente à Região Autónoma da Madeira, no ano de 2013 verificou-se um decréscimo acentuado tanto no número de fogos que deflagraram (63 em 2013 face a 232 em 2012) como na área ardida (1 283 hectares em 2013 face a 6 966 hectares em 2012).



Nos últimos quinze anos é possível verificar, tendo em conta as tipologias concelhias quanto aos incêndios florestais, que o maior número de ocorrências se regista em áreas densamente povoadas, ao longo do litoral norte e zona do Oeste, Lisboa e Península de Setúbal. Apesar de terem ocorrido em número elevado, correspondem a menores áreas ardidas. Pelo contrário, no interior do país verifica-se menor número de ocorrências, mas maior área ardida por ocorrência.

Figura 5.3 - Tipologia concelhias de incêndios florestais (1999-2013)



Em 2013, os incêndios com menos de 1 hectare - fogachos (15 446 incêndios) mantiveram um peso bastante significativo nos incêndios registados no Continente, representando 80,1% do total (79,1% em 2012). Já os incêndios com áreas superiores a 100 hectares (216 incêndios) representaram apenas 1,1% no total de incêndios ocorridos em 2013 (0,7% em 2012).

Figura 5.4 - Número de ocorrências florestais por classes de área ardida - Portugal Continental (2013)

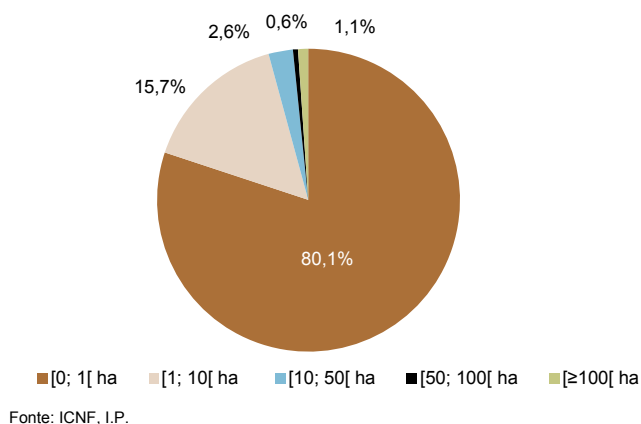
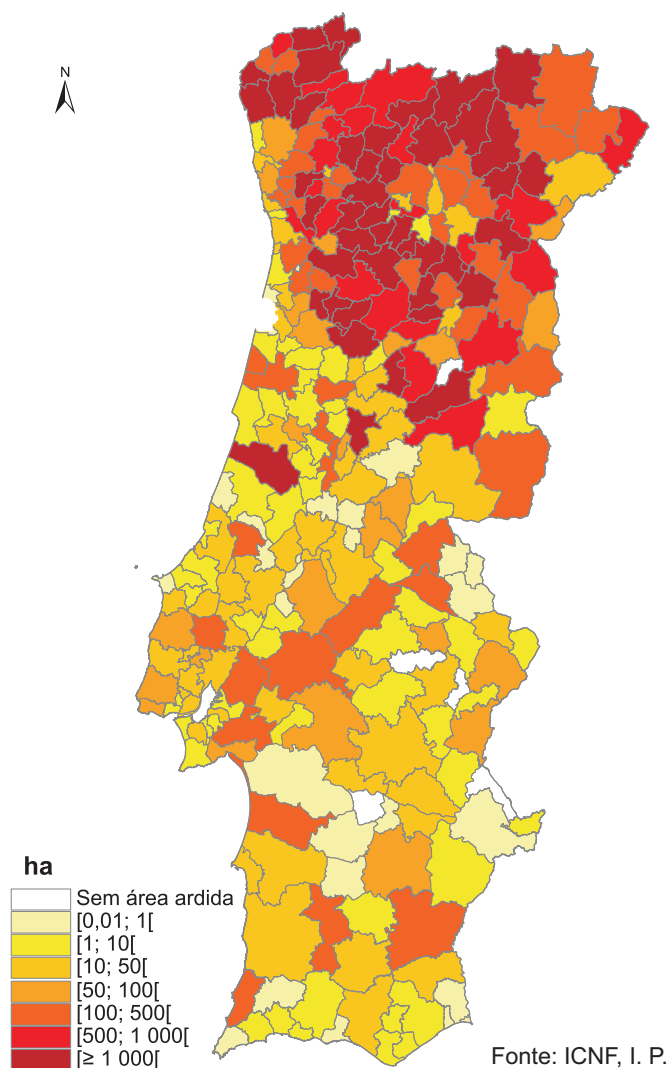
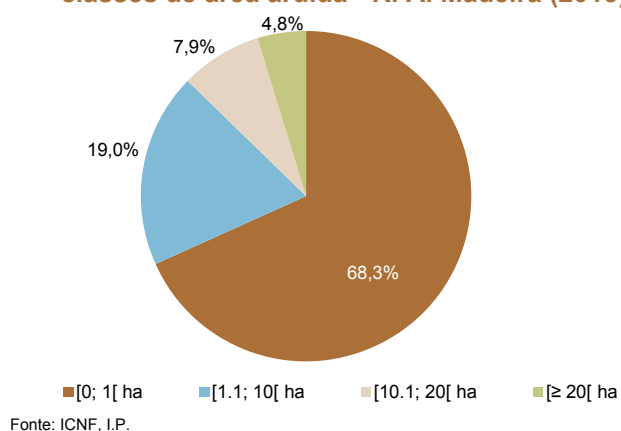


Figura 5.5 - Área ardida por concelhos (2013)



Relativamente à distribuição das áreas ardidas por concelho, verifica-se que os incêndios com maior área ardida em 2013 (superiores a 500 hectares) se localizaram no centro e norte de Portugal, sendo o concelho de Alfândega da Fé, no distrito de Bragança, o que registou maior área ardida (13 947 hectares), seguido do concelho de Tondela, distrito de Viseu (8 387 hectares).

Figura 5.6 - Número de ocorrências florestais por classes de área ardida - R. A. Madeira (2013)



Na Região Autónoma da Madeira, constata-se que os incêndios de dimensão inferior a um hectare constituíram a ocorrência com maior peso no total de incêndios registados, cerca de 68,3% (62,9% em 2012), tal como sucede no Continente. Os incêndios com grandes dimensões (iguais ou superiores a 20 hectares) representaram apenas 4,8% do total de incêndios (11,2% em 2012).



Segundo os dados do Inventário Florestal Nacional (IFN6 – Resultados preliminares), no Continente, o eucalipto (dominado pela espécie *Eucalyptus globulus*) é a principal ocupação florestal, abrangendo uma área de 750 mil hectares, seguindo-se o sobreiro com 717 mil hectares e o pinheiro bravo com 629 mil hectares.

O pinheiro bravo e o eucalipto constituem as espécies com maior área ardida no Continente, representando respetivamente, em 2013, cerca de 41,5% (34,2% em 2012) e 40,1% (31,0% em 2012) da superfície ardida de povoamentos florestais. O sobreiro (*Quercus suber*), que em 2012 tinha apresentado um aumento assinalável da superfície ardida face a 2011, apresentou uma redução de 5 075 hectares em 2013, diminuindo a sua importância face ao total de área ardida.

Na Região Autónoma da Madeira verifica-se que o eucalipto e o pinheiro bravo são as duas espécies mais afetadas anualmente pelos incêndios, com uma média anual, entre 2011 e 2013, de 671 hectares e 595 hectares, respetivamente.

O ano de 2013 não foi exceção e a espécie mais afetada foi o eucalipto (35,7%) e o pinheiro (19,1%). A Floresta “Laurissilva”, que em 2012 representava 16,0%, em 2013 não registou qualquer ocorrência. Destaca-se, no entanto, o aumento de 21,9% da área ardida de outras espécies face a 2012.

Em 2013, os 466 incêndios registados em áreas protegidas consumiram 8 697 hectares dessas áreas, mais 1 977 hectares que em 2012. Apesar da área ardida ter aumentado 29,4% face ao ano anterior, o número de ocorrências registadas diminuiu 33,5% (701 incêndios em 2012).

Figura 5.7 - Área ardida por espécie - Portugal Continental

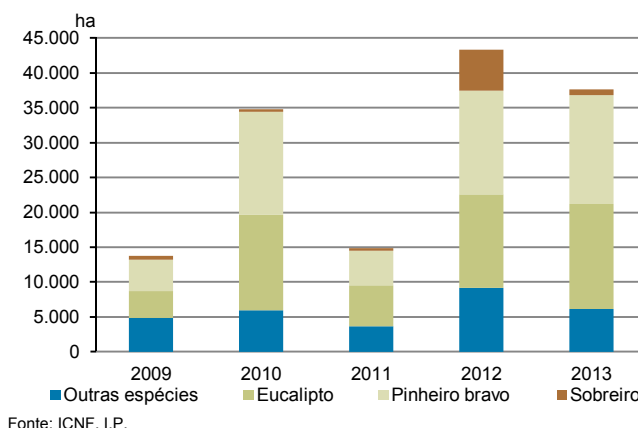


Figura 5.8 - Área ardida por espécie - R. A. Madeira

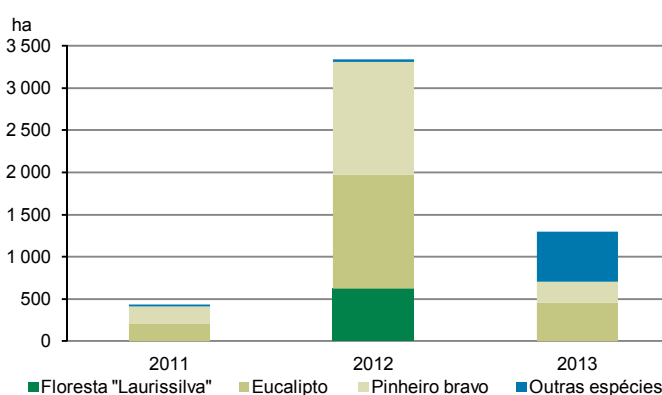


Figura 5.9 - Distribuição anual do número de ocorrências florestais e área ardida em Áreas Protegidas - Portugal Continental

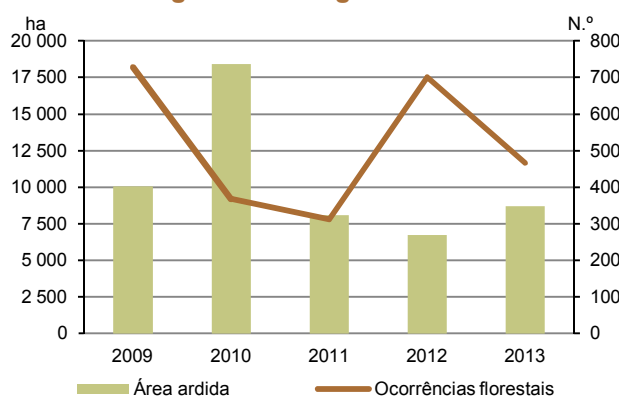
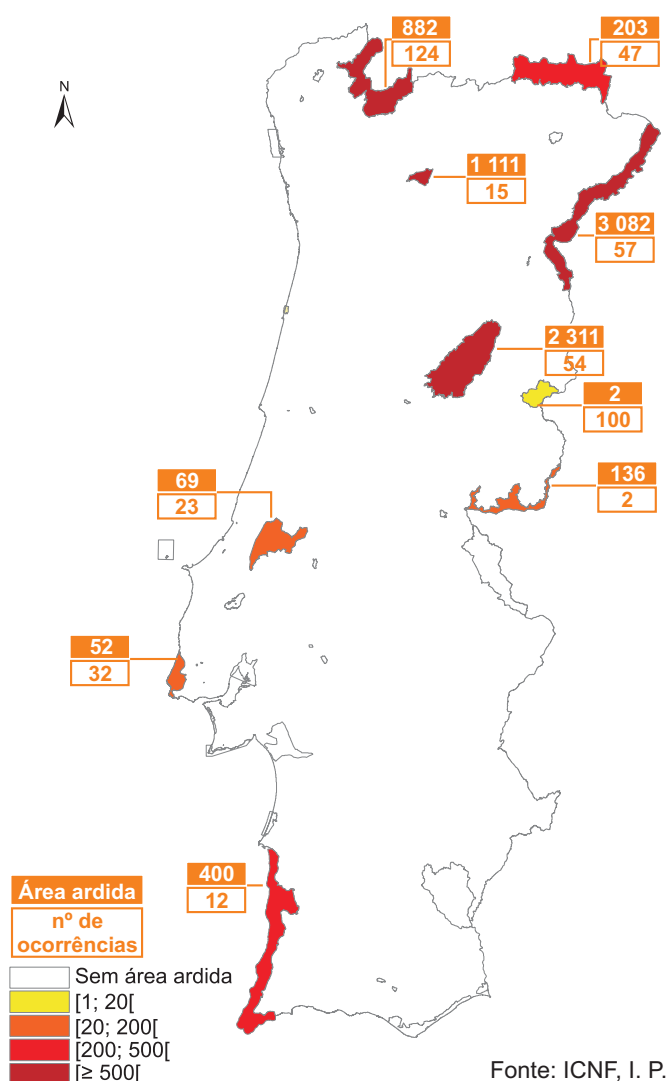


Figura 5.10 - Área ardida e número de ocorrências nas áreas protegidas (2013)



As áreas protegidas onde se verificaram maior número de ocorrências, em 2013, foram o Parque Nacional Peneda Gerês (123), o Parque Natural do Douro Internacional (58), o Parque Natural da Serra da Estrela (53) e o Parque Natural de Montesinho (47). Já em relação à maior área ardida, destacaram-se o Parque Natural do Alvão (3 154 hectares, 43,8% da área total), o Parque Nacional Peneda-Gerês (1 953 hectares, 2,8% da área total) e o Parque Natural da Serra da Estrela (1 713 hectares, 1,9% da área total).

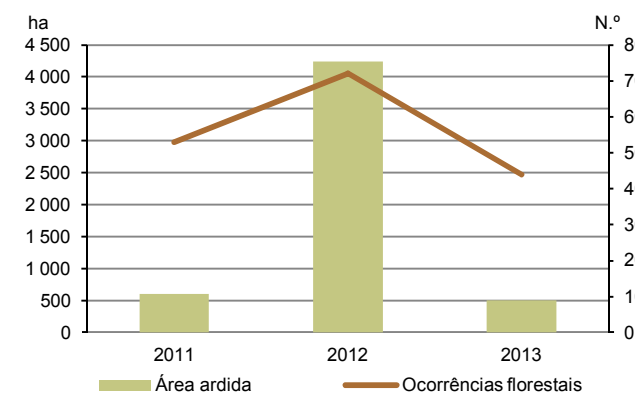
Na Região Autónoma da Madeira arderam 501 hectares de área protegida em 2013, o que representa um decréscimo de 3 736 hectares de área ardida face a 2012.

No âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios, o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, estabelece medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção da floresta contra incêndios.

Prevenir os incêndios implica o desenvolvimento de diversas atividades, nomeadamente ações de silvicultura preventiva, como gestão de combustíveis florestais (corte de mato, limpeza de povoamentos, etc.), beneficiação de pontos de água, manutenção da rede viária florestal (caminhos, estradões ou trilhos) e rede de faixas de gestão de combustível.

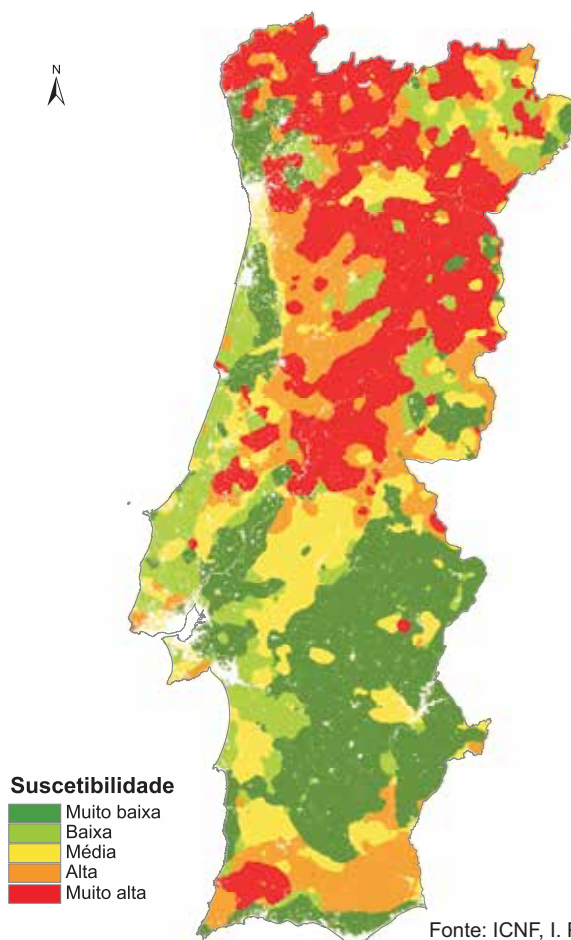
A carta de perigosidade de incêndios florestais é um instrumento utilizado no delineamento das ações de prevenção, permitindo a gestão do risco para redução dos prejuízos e a otimização dos investimentos feitos nesse âmbito, entendendo-se por perigosidade a probabilidade de ocorrência de fenómenos potencialmente destruidores, num determinado intervalo de tempo e numa dada área.

Figura 5.11 - Distribuição anual do número de ocorrências florestais e área ardida em Áreas Protegidas - R. A. Madeira



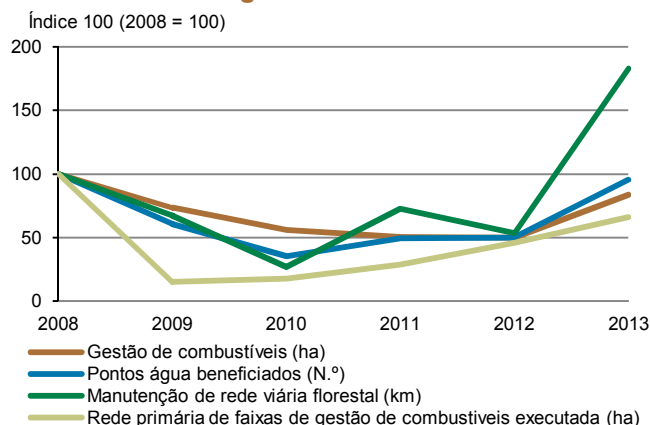
Tendo em conta a carta de perigosidade do Continente, verifica-se que cerca de 43,7% da área esteve sujeita em 2013 a uma perigosidade alta a muito alta relativamente à ocorrência de incêndios, predominando estas classes no Norte, Centro e Algarve. Já o nível de perigosidade baixa a muito baixa incidiu sobre 41,1% da área e predominou na zona Sul (Alentejo) e no litoral do país.

Figura 5.12 - Carta de perigosidade de incêndios florestais (2013)



Analisando as ações de silvicultura preventiva levadas a cabo pelo Instituto de Conservação da Natureza e Floresta (ICNF) e pela Direção Regional de Florestas da Madeira (DRFM), verificou-se um aumento de todas as ações de prevenção em 2013 face a 2012, destacando-se a manutenção da rede viária florestal como a que registou o maior aumento (+240,6%), ultrapassando as ações desenvolvidas em 2008 neste âmbito. Seguiram-se os pontos de água beneficiados (+91,6%), a gestão de combustíveis (+68,2%) e a rede primária de faixas de gestão de combustíveis executada (+43,8%), ações estas que se aproximaram também dos níveis de 2008.

Figura 5.13 - Ações de defesa da floresta contra incêndios - Portugal Continental e R. A. Madeira

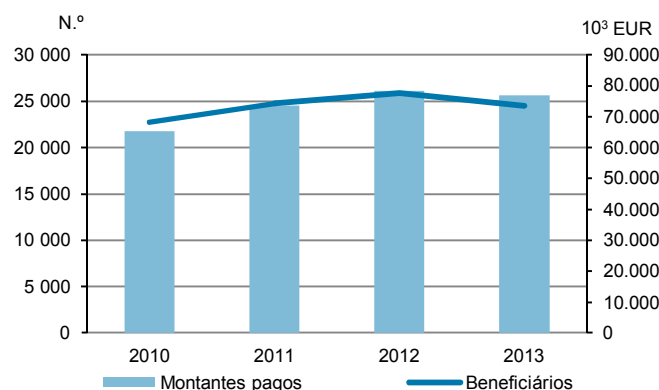


Nota: a informação apresentada inclui dados da Autoridade Florestal Nacional e da Direção Regional de Florestas da Madeira



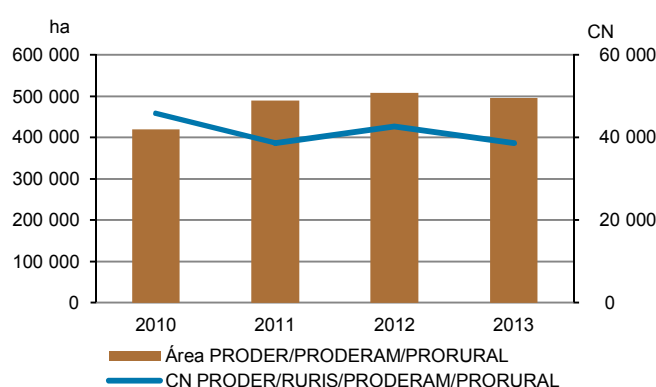
5.1.2 - Medidas Agro-ambientais

Figura 5.14 - Beneficiários das Medidas Agro-Ambientais e montantes pagos (2010-2013)



Fonte: IFAP, I. P

Figura 5.15 - Área e Cabeças Normais pagos ao abrigo das Medidas Agro-Ambientais (2010-2013)



Fonte: IFAP, I. P

As Medidas Agro-Ambientais (MAA) têm como principal objetivo incentivar os agricultores a utilizar ou a manter práticas agrícolas compatíveis com a preservação do ambiente, dos recursos naturais e da biodiversidade. Estas medidas foram incluídas nos Programas de Desenvolvimento Rural nacionais, RURIS/PDRu Açores/PDRu Madeira – 2000-2006 e PRODER/PRODERAM/PRORURAL – 2007-2013.

Em 2013, cerca de 24 mil agricultores (26 mil em 2012) receberam apoios no âmbito das MAA do PRODER/PRODERAM/PRORURAL, num total de 77 milhões de euros (78 milhões em 2012). O decréscimo no número de beneficiários destas medidas em 2013 face a 2012 (-5,4%) teve impacto nos montantes pagos, que diminuíram 1,8%.

Realça-se que o decréscimo nos montantes pagos se fez sentir em particular nas medidas “Modo de produção integrada” e “Modo de produção biológico” com decréscimos de 1 263 mil euros e 1 082 mil euros, respetivamente. Para esta situação contribuiu a redução do número de beneficiários que se verificou em cada uma destas medidas, -8,7% e -9,9%, respetivamente.

No caso da medida “Modo de produção integrada”, a candidatura de cerca de 220 novos beneficiários em 2013, com pagamentos na ordem dos 969 mil euros, e o aumento dos pagamentos efetuados em 398 mil euros aos beneficiários da medida comuns em 2012 e 2013 não foram suficientes para atenuar o decréscimo de 2 630 mil euros resultante da redução em cerca de 11,8% dos beneficiários de 2012 que não recorreram à ajuda em 2013.

Na medida “Modo de produção biológico”, cerca de 14,2% dos beneficiários de 2012 não renovaram o pedido de ajuda em 2013, reduzindo os pagamentos em 1 186 mil euros, assim como os montantes pagos aos beneficiários comuns aos dois anos (-171 mil euros). A entrada de 60 novos beneficiários não foi suficiente para anular o decréscimo, uma vez que os respetivos pagamentos foram da ordem dos 275 mil euros.

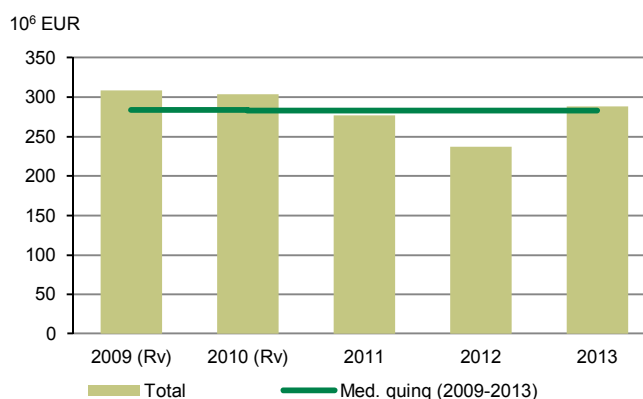
A área total de compromissos das MAA foi 495 mil hectares em 2013 (508 mil em 2012), observando-se entre 2010 e 2012 um aumento de 49,1% e um decréscimo de 2,6% em 2013 face a 2012. Relativamente às medidas de proteção da biodiversidade doméstica (raças autóctones), foram contabilizadas cerca de 39 mil cabeças normais (CN) em 2013 (43 mil em 2012), menos 9,5% face a 2012.



5.2 - DESPESA NA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

Em 2013, a despesa com a conservação da natureza e biodiversidade aumentou 21,6% face ao ano anterior, ficando acima da média das despesas aplicadas neste domínio no quinquénio 2009-2013. O montante de 289 milhões de euros gasto em 2013 (237 milhões em 2012) refletiu variações positivas extensíveis a todos os setores institucionais, com destaque para a Administração Central que apresentou um acréscimo da despesa de 39,1% enquanto nos restantes setores o aumento ficou entre os 3,9% da Administração Regional/Região Autónoma dos Açores e os 6,5% da Região Autónoma da Madeira.

Figura 5.16 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da biodiversidade e paisagem



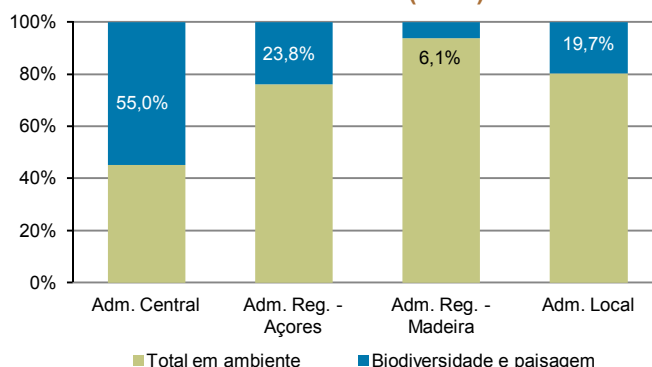
Fonte: INE, I. P

A Administração Central absorveu mais de metade dos gastos deste domínio ambiental em ações e medidas empreendidas pela APA, I.P. e pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P. na gestão e proteção das zonas costeiras e nas áreas protegidas. A Autoridade Nacional de Proteção Civil também realizou despesas na prevenção e combate a incêndios florestais e no apoio aos municípios com Corpos de bombeiros.

Na Região Autónoma dos Açores, 23,8% dos gastos foram aplicados neste domínio, com realce para os projetos relacionados com a comparticipação regional relativa às medidas agroambientais e Natura 2000 e à promoção do uso múltiplo da floresta, aos programas Conservação da Natureza e Património Mundial, nomeadamente as ações de monitorização e gestão da biodiversidade e do património natural dos Açores, as de erradicação e controlo de espécies de flora invasoras em todas as ilhas e nos incentivos à manutenção e reabilitação da cultura tradicional da vinha do Pico.

Este domínio representou apenas 6,1% da despesa da Região Autónoma da Madeira e 19,7% da Administração Local. Realça-se neste último as despesas de manutenção dos Corpos de Bombeiros de iniciativa municipal, a gestão dos parques e matas florestais de nível concelhio e o apoio às Associações humanitárias de bombeiros voluntários.

Figura 5.17 - Proteção da biodiversidade e paisagem no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2013)

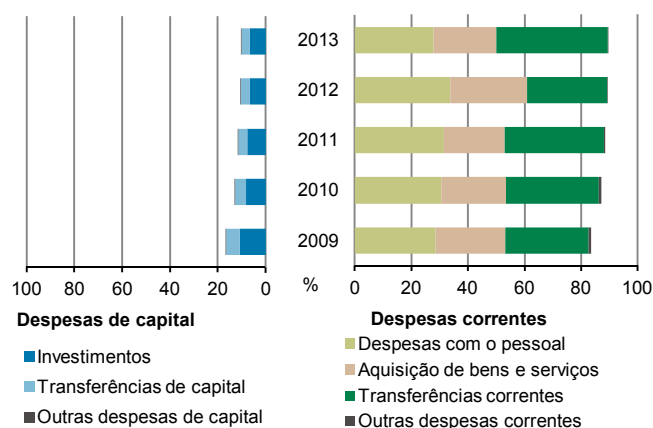


Nota: não foi considerado no período de referência de 2013 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).

Fonte: INE, I. P



Figura 5.18 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da biodiversidade e paisagem, por agregado económico



Fonte: INE, I. P

As “transferências correntes e de capital” e as “despesas com o pessoal” constituíram as principais rubricas dos gastos no quinquénio em análise, absorvendo em média, respetivamente 33,0% e 30,4% do total das despesas das Administrações Públicas na “Proteção da biodiversidade e paisagem”. As transferências destinaram-se sobretudo a apoiar as equipas de combate a incêndios florestais e de intervenção permanente do território continental, à reparação de viaturas e danos com equipamento, e ao apoio dos municípios detentores de Corpos de bombeiros, bem como ao patrocínio das associações humanitárias de bombeiros voluntários do país.

Em média, cerca de 1/5 dos gastos foram direcionados para “aquisição de bens e serviços”, nomeadamente para o aluguer de meios aéreos para o combate a incêndios florestais por parte da Administração Central.



5.3 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 5.1 - Incêndios florestais, Continente

Ano	NUTSIII	Ocorrências (N.º)			Ocorrências por classe de área ardida (N.º)							Área Ardida Espaço Florestal (ha)		
		Total	Fogachos	Incêndios Florestais	[0-1ha]	[1-10ha]	[10-50ha]	[50-100ha]	[100-500ha]	[500-1000ha]	[≥1000ha]	Total	Povoamentos (ha)	Mato (ha)
2009	1 Continente	26 136	20 274	5 862	20 274	4 999	596	131	111	15	10	87 421	24 097	63 323
	11 Norte	18 161	13 728	4 433	13 728	3 744	487	106	80	11	5	59 304	14 727	44 577
	111 Minho-Lima	1 877	1 365	512	1 365	419	67	18	8	0	0	5 856	1 089	4 767
	112 Cávado	946	754	192	754	143	39	7	2	1	0	2 840	564	2 276
	113 Ave	2 278	1 749	529	1 749	426	77	20	6	0	0	5 515	2 111	3 404
	114 Grande Porto	1 772	1 636	136	1 636	127	9	0	0	0	0	623	367	256
	115 Tâmega	6 324	5 051	1 273	5 051	1 111	113	24	20	4	1	15 765	4 500	11 265
	116 Entre Douro e Vouga	1 090	1 015	75	1 015	64	10	1	0	0	0	528	182	346
	117 Douro	1 383	935	448	935	371	47	10	17	1	2	9 757	1 965	7 792
	118 Alto Trás-os-Montes	2 491	1 223	1 268	1 223	1 083	125	26	27	5	2	18 420	3 949	14 471
	16 Centro	5 374	4 236	1 138	4 236	989	91	24	27	3	4	24 485	8 263	16 223
	161 Baixo Vouga	735	694	41	694	37	2	0	2	0	0	499	434	65
	162 Baixo Mondego	314	291	23	291	21	2	0	0	0	0	85	57	29
	163 Pinhal Litoral	219	205	14	205	12	2	0	0	0	0	71	18	53
	164 Pinhal Interior Norte	397	349	48	349	42	4	0	2	0	0	524	329	196
	165 Dão-Lafões	1 336	1 008	328	1 008	286	27	8	6	1	0	4 297	724	3 573
	166 Pinhal Interior Sul	71	65	6	65	6	0	0	0	0	0	16	14	2
	167 Serra da Estrela	150	100	50	100	39	4	3	4	0	0	1 201	193	1 008
	168 Beira Interior Norte	857	447	410	447	345	35	12	12	2	4	16 845	6 149	10 695
	169 Beira Interior Sul	148	104	44	104	34	9	1	0	0	0	242	137	105
	16A Cova da Beira	238	193	45	193	40	4	0	1	0	0	312	106	207
	16B Oeste	656	551	105	551	103	2	0	0	0	0	311	54	258
	16C Médio Tejo	253	229	24	229	24	0	0	0	0	0	80	47	33
	17 Lisboa	1 442	1 306	136	1 306	129	5	0	2	0	0	724	314	410
	171 Grande Lisboa	794	696	98	696	95	2	0	1	0	0	410	117	293
	172 Península de Setúbal	648	610	38	610	34	3	0	1	0	0	313	196	117
	18 Alentejo	558	454	104	454	91	9	1	2	1	0	1 166	415	752
	181 Alentejo Litoral	122	99	23	99	20	2	0	1	0	0	186	162	24
	182 Alto Alentejo	90	83	7	83	6	1	0	0	0	0	43	14	28
	183 Alentejo Central	56	45	11	45	9	2	0	0	0	0	39	32	7
	184 Baixo Alentejo	52	36	16	36	11	2	1	1	1	0	772	129	643
	185 Lezíria do Tejo	238	191	47	191	45	2	0	0	0	0	127	77	50
	15 Algarve	601	550	51	550	46	4	0	0	0	1	1 741	379	1 362
	150 Algarve	601	550	51	550	46	4	0	0	0	1	1 741	379	1 362
2010	1 Continente	22 027	18 057	3 970	18 057	3 172	481	127	135	28	27	133 091	46 079	87 011
	11 Norte	14 582	11 780	2 802	11 780	2 210	365	93	98	21	15	84 494	27 488	57 006
	111 Minho-Lima	2 104	1 368	736	1 368	544	124	25	32	7	4	24 246	6 409	17 837
	112 Cávado	771	616	155	616	120	18	10	3	2	2	7 329	1 610	5 718
	113 Ave	1 723	1 349	374	1 349	289	58	15	9	3	0	7 245	2 940	4 305
	114 Grande Porto	1 868	1 755	113	1 755	96	14	1	2	0	0	1 281	817	464
	115 Tâmega	4 873	4 182	691	4 182	584	68	18	15	4	2	18 236	6 530	11 706
	116 Entre Douro e Vouga	1 301	1 191	110	1 191	80	15	4	7	1	3	6 838	4 629	2 209
	117 Douro	838	638	200	638	150	25	10	11	1	3	9 145	2 402	6 743
	118 Alto Trás-os-Montes	1 104	681	423	681	347	43	10	19	3	1	10 175	2 151	8 024
	16 Centro	5 025	4 183	842	4 183	685	81	26	32	7	11	44 171	15 787	28 383
	161 Baixo Vouga	1 072	1 006	66	1 006	56	7	2	1	0	0	858	806	51
	162 Baixo Mondego	263	241	22	241	19	1	1	0	1	0	1 031	706	325
	163 Pinhal Litoral	155	139	16	139	14	1	0	1	0	0	507	167	340
	164 Pinhal Interior Norte	380	323	57	323	45	10	0	1	1	0	1 120	467	653
	165 Dão-Lafões	1 416	1 154	262	1 154	212	23	11	12	1	3	12 820	4 383	8 437
	166 Pinhal Interior Sul	73	68	5	68	4	1	0	0	0	0	71	62	8
	167 Serra da Estrela	117	71	46	71	37	2	0	4	0	3	13 163	5 719	7 444
	168 Beira Interior Norte	493	278	215	278	170	21	6	10	3	5	12 460	2 552	9 908
	169 Beira Interior Sul	75	53	22	53	15	2	4	1	0	0	456	214	242
	16A Cova da Beira	159	129	30	129	21	6	1	2	0	0	729	140	589
	16B Oeste	651	567	84	567	79	5	0	0	0	0	288	53	234
	16C Médio Tejo	171	154	17	154	13	2	1	0	1	0	668	517	151
	17 Lisboa	1 591	1 436	155	1 436	143	9	3	0	0	0	794	126	668
	171 Grande Lisboa	971	863	108	863	100	5	3	0	0	0	565	43	522
	172 Península de Setúbal	620	573	47	573	43	4	0	0	0	0	229	83	146
	18 Alentejo	502	355	147	355	112	24	5	5	0	1	3 527	2 651	877
	181 Alentejo Litoral	98	75	23	75	18	2	2	0	0	1	2 052	1 683	369
	182 Alto Alentejo	62	39	23	39	17	4	1	1	0	0	223	196	27
	183 Alentejo Central	78	50	28	50	18	7	0	3	0	0	467	313	154
	184 Baixo Alentejo	43	23	20	23	14	6	0	0	0	0	210	169	41
	185 Lezíria do Tejo	221	168	53	168	45	5	2	1	0	0	575	290	286
	15 Algarve	327	303	24	303	22	2	0	0	0	0	104	27	78
	150 Algarve	327	303	24	303	22	2	0	0	0	0	104	27	78

(continua)



Quadro 5.1 - Incêndios florestais, Continente (cont.)

Ano	NUTSIII	Ocorrências (N.º)			Ocorrências por classe de área ardida (N.º)							Área Ardida Espaço Florestal (ha)		
		Total	Fogachos	Incêndios Florestais	[0-1ha[	[1-10ha[	[10-50ha[	[50-100ha[	[100-500ha[	[500-1000ha[	[≥ 1 000ha[	Total	Povoamentos (ha)	Mato (ha)
2011	1 Continente	25 222	20 179	5 043	20 179	4 238	555	129	97	18	6	73 828	20 044	53 785
	11 Norte	17 524	13 793	3 731	13 793	3 172	398	82	64	11	4	49 328	13 155	36 172
	111 Minho-Lima	2 161	1 609	552	1 609	476	61	7	8	0	0	5 606	2 304	3 302
	112 Cávado	1 120	861	259	861	202	46	9	2	0	0	2 680	1 099	1 582
	113 Ave	2 372	1 900	472	1 900	409	48	8	6	1	0	4 283	1 422	2 862
	114 Grande Porto	2 290	2 102	188	2 102	179	7	1	1	0	0	982	706	275
	115 Tâmega	4 707	4 008	699	4 008	625	54	11	9	0	0	5 524	1 655	3 869
	116 Entre Douro e Vouga	1 286	1 193	93	1 193	75	12	4	1	1	0	1 803	1 350	453
	117 Douro	1 379	953	426	953	340	53	14	14	3	2	10 399	1 801	8 597
	118 Alto Trás-os-Montes	2 209	1 167	1 042	1 167	866	117	28	23	6	2	18 050	2 817	15 232
	16 Centro	5 559	4 546	1 013	4 546	802	131	41	30	7	2	22 277	5 756	16 521
	161 Baixo Vouga	1 000	923	77	923	61	12	4	0	0	0	828	727	101
	162 Baixo Mondego	466	429	37	429	33	3	1	0	0	0	297	204	93
	163 Pinhal Litoral	275	253	22	253	17	2	1	2	0	0	1 062	369	692
	164 Pinhal Interior Norte	369	330	39	330	30	6	1	1	1	0	1 006	653	353
	165 Dão-Lafões	1 240	986	254	986	209	31	10	2	2	0	3 791	572	3 219
	166 Pinhal Interior Sul	81	73	8	73	5	1	0	2	0	0	534	379	156
	167 Serra da Estrela	115	76	39	76	26	5	2	5	1	0	2 107	330	1 777
	168 Beira Interior Norte	503	245	258	245	175	46	17	17	2	1	8 880	1 277	7 603
	169 Beira Interior Sul	126	98	28	98	22	3	1	0	1	1	2 252	857	1 395
	16A Cova da Beira	164	138	26	138	19	4	2	1	0	0	386	119	267
	16B Oeste	989	787	202	787	187	14	1	0	0	0	999	179	820
	16C Médio Tejo	231	208	23	208	18	4	1	0	0	0	136	91	46
	17 Lisboa	1 257	1 113	144	1 113	128	14	2	0	0	0	890	203	688
	171 Grande Lisboa	711	598	113	598	99	12	2	0	0	0	711	122	589
	172 Península de Setúbal	546	515	31	515	29	2	0	0	0	0	179	81	99
	18 Alentejo	488	384	104	384	86	11	4	3	0	0	1 214	911	303
	181 Alentejo Litoral	81	61	20	61	20	0	0	0	0	0	45	29	17
	182 Alto Alentejo	61	44	17	44	12	3	2	0	0	0	166	91	75
	183 Alentejo Central	30	18	12	18	7	3	0	2	0	0	488	488	0
	184 Baixo Alentejo	31	16	15	16	11	2	2	0	0	0	207	154	53
	185 Lezíria do Tejo	285	245	40	245	36	3	0	1	0	0	308	150	158
	15 Algarve	394	343	51	343	50	1	0	0	0	0	119	19	100
	150 Algarve	394	343	51	343	50	1	0	0	0	0	119	19	100
2012	1 Continente	21 176	16 751	4 425	16 751	3 607	567	108	116	16	11	110 232	48 067	62 165
	11 Norte	13 125	10 146	2 979	10 146	2 443	398	66	62	7	3	42 653	13 466	29 187
	111 Minho-Lima	1 152	809	343	809	286	49	7	1	0	0	2 918	796	2 121
	112 Cávado	602	483	119	483	93	18	2	5	0	1	3 380	2 177	1 203
	113 Ave	1 561	1 231	330	1 231	263	48	12	7	0	0	3 763	1 747	2 016
	114 Grande Porto	1 865	1 779	86	1 779	74	11	0	1	0	0	802	548	254
	115 Tâmega	3 789	3 149	640	3 149	538	77	11	14	0	0	6 686	2 235	4 451
	116 Entre Douro e Vouga	952	831	121	831	97	22	0	2	0	0	948	660	288
	117 Douro	1 345	897	448	897	354	69	11	11	2	1	8 725	1 080	7 645
	118 Alto Trás-os-Montes	1 859	967	892	967	738	104	23	21	5	1	15 432	4 223	11 209
	16 Centro	5 605	4 495	1 110	4 495	870	141	35	50	7	7	41 612	25 402	16 210
	161 Baixo Vouga	746	690	56	690	49	4	1	1	1	0	1 720	1 660	60
	162 Baixo Mondego	403	370	33	370	24	4	1	4	0	0	1 051	856	195
	163 Pinhal Litoral	364	322	42	322	35	6	1	0	0	0	295	139	156
	164 Pinhal Interior Norte	579	477	102	477	75	9	6	8	4	0	5 865	4 474	1 391
	165 Dão-Lafões	1 312	1 031	281	1 031	225	29	9	15	1	2	11 842	6 170	5 673
	166 Pinhal Interior Sul	98	87	11	87	7	2	0	2	0	0	566	524	41
	167 Serra da Estrela	121	64	57	64	46	5	2	2	0	2	5 098	3 767	1 331
	168 Beira Interior Norte	467	213	254	213	173	62	12	7	0	0	4 356	1 204	3 152
	169 Beira Interior Sul	160	133	27	133	20	5	0	2	0	0	722	588	134
	16A Cova da Beira	217	180	37	180	26	6	2	3	0	0	879	243	635
	16B Oeste	846	676	170	676	159	5	1	4	1	0	1 807	1 167	640
	16C Médio Tejo	292	252	40	252	31	4	0	2	0	3	7 411	4 609	2 801
	17 Lisboa	1 208	1 075	133	1 075	123	9	1	0	0	0	715	89	627
	171 Grande Lisboa	664	549	115	549	107	7	1	0	0	0	607	71	536
	172 Península de Setúbal	544	526	18	526	16	2	0	0	0	0	108	17	91
	18 Alentejo	706	553	153	553	127	17	4	3	2	0	3 069	2 751	319
	181 Alentejo Litoral	122	99	23	99	19	3	0	1	0	0	296	228	69
	182 Alto Alentejo	92	68	24	68	19	3	1	0	1	0	1 187	1 167	20
	183 Alentejo Central	43	26	17	26	13	2	1	1	0	0	332	328	3
	184 Baixo Alentejo	35	24	11	24	8	2	0	0	1	0	752	684	68
	185 Lezíria do Tejo	414	336	78	336	68	7	2	1	0	0	503	344	159
	15 Algarve	532	482	50	482	44	2	2	1	0	1	22 182	6 360	15 823
	150 Algarve	532	482	50	482	44	2	2	1	0	1	22 182	6 360	15 823

(continua)



Quadro 5.1 - Incêndios florestais, Continente (cont.)

Ano	NUTSIII	Ocorrências (N.º)			Ocorrências por classe de área ardida (N.º)							Área Ardida Espaço Florestal (ha)		
		Total	Fogachos	Incêndios Florestais	[0-1ha[	[1-10ha[	[10-50ha[	[50-100ha[	[100-500ha[	[500-1000ha[	[≥ 1000ha[	Total	Povoamentos (ha)	Mato (ha)
2013	1 Continente	19 291	15 446	3 845	15 446	3 026	496	107	160	30	26	152 756	55 673	97 083
	11 Norte	13 105	10 256	2 849	10 256	2 246	370	78	121	20	14	104 475	31 505	72 970
	111 Minho-Lima	1 776	1 272	504	1 272	411	60	7	19	6	1	12 451	3 347	9 104
	112 Cávado	690	512	178	512	120	42	8	8	0	0	3 793	1 097	2 696
	113 Ave	1 498	1 139	359	1 139	280	47	13	19	0	0	6 436	3 207	3 229
	114 Grande Porto	1 822	1 709	113	1 709	100	11	1	1	0	0	1 170	979	190
	115 Tâmega	4 649	3 755	894	3 755	713	117	25	31	6	2	22 270	7 616	14 654
	116 Entre Douro e Vouga	622	532	90	532	68	16	2	4	0	0	1 743	1 197	546
	117 Douro	917	681	236	681	167	33	10	19	2	5	20 501	3 882	16 619
	118 Alto Trás-os-Montes	1 131	656	475	656	387	44	12	20	6	6	36 111	10 179	25 932
	16 Centro	4 152	3 408	744	3 408	563	107	21	31	10	12	44 819	22 120	22 699
	161 Baixo Vouga	636	580	56	580	46	7	0	2	1	0	1 400	1 258	141
	162 Baixo Mondego	389	373	16	373	11	1	2	2	0	0	560	435	125
	163 Pinhal Litoral	170	156	14	156	8	3	1	1	0	1	1 796	93	1 704
	164 Pinhal Interior Norte	373	327	46	327	33	6	1	4	1	1	3 114	2 000	1 114
	165 Dão-Lafões	1 192	934	258	934	187	36	10	15	1	9	27 868	14 131	13 737
	166 Pinhal Interior Sul	80	74	6	74	3	1	2	0	0	0	175	163	12
	167 Serra da Estrela	108	71	37	71	27	7	0	3	0	0	676	361	315
	168 Beira Interior Norte	264	123	141	123	103	28	2	3	4	1	5 501	1 992	3 509
	169 Beira Interior Sul	107	89	18	89	14	2	2	0	0	0	218	99	120
	16A Ova da Beira	178	154	24	154	10	10	1	0	3	0	2 788	1 412	1 376
	16B Oeste	486	376	110	376	106	3	0	1	0	0	592	121	472
	16C Médio Tejo	169	151	18	151	15	3	0	0	0	0	130	56	74
	17 Lisboa	1 324	1 208	116	1 208	111	2	3	0	0	0	601	134	467
	171 Grande Lisboa	767	680	87	680	84	2	1	0	0	0	337	23	314
	172 Península de Setúba	557	528	29	528	27	0	2	0	0	0	264	111	153
	18 Alentejo	460	341	119	341	91	16	5	7	0	0	2 331	1 896	435
	181 Alentejo Litoral	83	68	15	68	11	3	0	1	0	0	265	177	88
	182 Alto Alentejo	74	49	25	49	18	1	3	3	0	0	807	713	94
	183 Alentejo Central	33	6	27	6	21	5	1	0	0	0	272	223	49
	184 Baixo Alentejo	40	24	16	24	10	4	1	1	0	0	527	411	116
	185 Lezíria do Tejo	230	194	36	194	31	3	0	2	0	0	460	372	89
	15 Algarve	250	233	17	233	15	1	0	1	0	0	530	18	512
	150 Algarve	250	233	17	233	15	1	0	1	0	0	530	18	512

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta / Região Autónoma da Madeira

Quadro 5.2 - Incêndios florestais, R.A.Madeira

Ano	Ocorrências por classe de área ardida (N.º)					Área Ardida Espaço Florestal (ha)		
	Total	[0; 1[	[1,1; 10[	[10,1; 20[	[≥ 20]	Total	Povoamentos (ha)	Mato (ha)
2008	137	105	24	3	5	476	327	149
2009	49	32	14	0	3	289	62	227
2010	102	68	24	1	9	8 632	4 241	4 391
2011	123	79	30	6	8	745	436	309
2012	232	146	48	12	26	6 966	3 906	3 060
2013	63	43	12	5	3	1 283	925	358

Fonte: Direção Regional de Florestas da Região Autónoma da Madeira



Quadro 5.3 - Áreas ardidas por espécie, por NUTS I

unidade: ha

Ano	Especie florestal	NUTS I			
		Portugal	Continente	R.A.Açores	R.A.Madeira
2009	Total	x	13 785	0	x
	Acácia	x	25	0	x
	Azinheta	x	573	0	x
	Carrasco	x	0	0	x
	Castanheiro	x	274	0	x
	Eucalipto	x	3 864	0	x
	Indeterminada	x	349	0	x
	Outras folhosas	x	1 620	0	x
	Outras resinosas	x	1 047	0	x
	Outros carvalhos	x	0	0	x
	Pinheiro bravo	x	4 487	0	x
	Pinheiro manso	x	125	0	x
	Sobreiro	x	548	0	x
	Outras espécies florestais ⁽¹⁾	x	873	0	x
2010	Total	x	34 820	0	x
	Acácia	x	0	0	x
	Azinheta	x	101	0	x
	Carrasco	x	0	0	x
	Castanheiro	x	25	0	x
	Eucalipto	x	13 681	0	x
	Indeterminada	x	1 008	0	x
	Outras folhosas	x	2 494	0	x
	Outras resinosas	x	580	0	x
	Outros carvalhos	x	0	0	x
	Pinheiro bravo	x	14 815	0	x
	Pinheiro manso	x	529	0	x
	Sobreiro	x	403	0	x
	Outras espécies florestais ⁽¹⁾	x	1 184	0	x
2011	Total	15 314	14 878	0	436
	Acácia	61	50	0	11
	Azinheta	573	573	0	0
	Carrasco	0	0	0	0
	Castanheiro	224	224	0	0
	Eucalipto	6 115	5 906	0	209
	Indeterminada	0	0	0	0
	Outras folhosas	1 097	1 097	0	0
	Outras resinosas	897	897	0	0
	Outros carvalhos	0	0	0	0
	Pinheiro bravo	5 185	4 984	0	201
	Pinheiro manso	50	50	0	0
	Sobreiro	349	349	0	0
	Outras espécies florestais ⁽¹⁾	763	748	0	15
2012	Total	47 264	43 358	0	3 906
	Acácia	275	200	0	75
	Azinheta	776	776	0	0
	Carrasco	0	0	0	0
	Castanheiro	369	350	0	19
	Eucalipto	14 806	13 460	0	1 346
	Indeterminada	75	75	0	0
	Outras folhosas	3 578	3 578	0	0
	Outras resinosas	939	926	0	13
	Outros carvalhos	0	0	0	0
	Pinheiro bravo	16 175	14 836	0	1 339
	Pinheiro manso	2 327	2 327	0	0
	Sobreiro	5 904	5 904	0	0
	Outras espécies florestais ⁽¹⁾	2 040	926	0	1 114
2013	Total	38 962	37 679	0	1 283
	Acácia	307	100	0	207
	Azinheta	176	176	0	0
	Carrasco	0	0	0	0
	Castanheiro	325	301	0	24
	Eucalipto	15 555	15 097	0	458
	Indeterminada	528	528	0	0
	Outras folhosas	2 788	2 788	0	0
	Outras resinosas	1 538	1 532	0	6
	Outros carvalhos	0	0	0	0
	Pinheiro bravo	15 896	15 650	0	246
	Pinheiro manso	75	75	0	0
	Sobreiro	829	829	0	0
	Outras espécies florestais ⁽¹⁾	944	603	0	341

⁽¹⁾ Outras espécies florestais: alfarrobeira, carvalhos, floresta laurissilva, urzeis arboreos e outras

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta / Secretaria Regional da Agricultura e Floresta - Direção Regional das Florestas / Região Autónoma da Madeira



Quadro 5.4 - Ocorrências na Rede Nacional de Áreas Protegidas

Área Protegida	Ocorrências (N.º)					Área Ardida (ha)				
	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	x	x	365	773	510	x	x	8 705	10 949	8 749
Continente	727	368	312	701	466	10 059	18 426	8 095	6 712	8 248
Parque Natural da Peneda do Gerês	191	34	47	121	124	4 273	9 227	1 652	833	882
Parque Natural de Montesinho	175	42	110	110	47	2 726	275	2 473	2 584	203
Parque Natural do Litoral Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parque Natural do Alvão	36	25	20	15	15	390	1 615	814	436	1 111
Parque Natural do Douro Internacional	72	42	21	125	57	744	1 356	441	1 521	3 082
Parque Natural da Serra da Estrela	96	82	68	87	54	1 055	5 706	2 618	895	2 311
Parque Natural da Serra D'Aire e Candeeiros	5	7	1	60	23	42	45	8	60	69
Parque Natural do Tejo Internacional	2	1	0	1	2	3	20	0	1	136
Reserva Natural da Serra da Malcata	3	3	2	3	100	17	11	45	44	2
Reserva Natural das Berlengas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reserva Natural da Duna de S. Jacinto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reserva Natural do Paul de Arzila	4	2	0	1	0	0	0	0	0	0
Paisagem Protegida da Serra do Açor	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Parque Natural da Arrábida	14	23	19	29	0	4	5	10	6	0
Parque Natural da Serra de Sintra-Cascais	8	35	4	22	32	9	98	30	39	52
Reserva Natural do Estuário do Tejo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reserva Natural do Estuário do Sado	1	0	0	11	0	10	0	0	3	0
Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica	3	3	4	13	0	0	0	0	6	0
Parque Natural da Serra de São Mamede	42	24	13	10	0	13	55	3	5	0
Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa	35	28	1	21	12	13	7	2	7	400
Parque Natural do Vale do Guadiana	14	6	1	3	0	750	3	1	6	0
Reserva Natural do Paul do Boquilobo	0	0	0	1	0	0	0	0	3	0
Reserva Natural de Lagoa de S. André e da Sancha	2	0	1	3	0	1	0	0	0	0
Parque Natural da Ria Formosa	19	9	0	25	0	8	3	0	3	0
Reserva Natural do Sapal de Castro Marim-Vila Real de Santo António	4	2	0	5	0	0	0	0	1	0
Sítio Classificado do centro Histórico de Coruche	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0
Sítio Classificado do corno de bico	0	0	0	24	0	0	0	0	48	0
Paisagem Protegida da Serra de Montejunto	0	0	0	8	0	0	0	0	210	0
Sítio Classificado Campo Lapiás da Granja dos Serrões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paisagem Protegida de Lagoas de Bertandos e São	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monumento Natural das Portas de Rodão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.A. Açores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.A. Madeira	x	x	53	72	44	x	x	610	4 237	501
Parque Natural da Madeira	x	x	53	72	44	x	x	610	4 237	501

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta



Quadro 5.5 - Medidas Agro-ambientais no âmbito dos programas de Desenvolvimento Rural (PRODER/PRODERAM/PRORURAL)

Medidas Agro-ambientais	Beneficiários Pagos (N.º)				Área de compromisso (ha) ou Cabeças normais (CN)				Montante Pago (10 ³ EUR)			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Portugal	22 746	24 755	25 867	24 477	x	x	x	x	65 039	73 697	78 345	76 941
Continente	18 343	19 544	20 753	19 641	x	x	x	x	56 677	64 153	68 709	67 559
Valorização de modos de produção												
Alteração dos Modos de Produção Agrícola												
Modo de Produção Integrada	6 814	7 432	7 523	6 869	222 531	265 686	269 810	253 786	30 579	34 761	36 704	35 442
Modo de Produção Biológico	1 469	1 765	1 789	1 611	72 564	85 545	86 303	78 258	11 986	13 305	14 024	12 942
Protecção da Bio-diversidade Doméstica	5 971	4 637	4 930	3 888	44 982	37 682	41 611	37 597	5 277	4 016	4 777	4 345
Conservação do solo	151	166	166	149	17 417	13 073	12 714	12 064	722	792	755	705
Intervenções territoriais integradas												U
Alentejo												0
Unidades de Produção Agro-Ambientais	0	17	24	34	0	1 503	2 104	2 875	0	96	126	185
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	0	17	18	0	0	437	466	0	0	23	26
Douro Vinhateiro												0
Unidades de Produção Agro-Ambientais	3 185	4 118	4 397	4 762	6 787	9 862	10 761	12 655	3 688	4 958	5 101	5 779
Serra da Estrela												0
Unidades de Produção Agro-Ambientais	130	191	247	302	1 141	1 523	1 845	2 219	168	274	337	403
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	13	26	41	40	265	380	438	500	25	44	51	61
Baldios - Silvo-Ambientais	1	5	5	4	14	184	222	1 541	2	22	20	87
Baldios - Agro-Ambientais	0	0	1	7	0	0	36	413	0	0	3	39
Douro Internacional												0
Unidades de Produção Agro-Ambientais	1 204	1 452	1 790	1 895	8 539	10 313	11 671	12 212	755	1 209	1 344	1 483
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	1	1	1	1	104	104	104	104	9	9	9	9
Monchique e Caldeirão												0
Unidades de Produção Agro-Ambientais	0	6	70	78	0	7	140	138	0	3	61	66
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	6	14	26	0	53	156	222	0	6	18	29
Montesinho Nogueira												0
Unidades de Produção Agro-Ambientais	238	351	419	446	1 784	2 951	3 570	3 925	273	505	582	647
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	3	9	14	14	37	247	216	135	5	26	24	17
Baldios - Silvo-Ambientais	3	11	14	18	139	667	959	1 396	15	57	70	95
Peneda Gerês												0
Unidades de Produção Agro-Ambientais	589	744	819	841	2 081	3 328	3 077	3 227	270	469	433	542
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	0	6	19	0	0	11	63	0	0	2	12
Baldios Agro-Ambientais	25	26	28	34	33 546	33 675	36 814	40 478	1 202	1 210	1 337	1 486
Baldios Silvo-Ambientais	30	31	31	31	2 376	2 476	2 481	3 176	210	218	219	276
Serras de Aires e Candeeiros												0
Unidades de Produção Agro-Ambientais	22	30	40	41	95	273	380	436	15	39	53	59
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	0	2	1	0	0	8	5	0	0	2	1
Baldios Silvo-Ambientais	0	0	0	1	0	0	0	198	0	0	0	11
Costa Sudoeste												0
Unidades de Produção Agro-Ambientais	6	18	35	35	105	576	2 179	2 319	9	55	187	189
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	13	19	22	21	265	395	533	507	31	44	57	53
Tejo Internacional												0
Unidades de Produção Agro-Ambientais	30	86	108	115	557	841	1 016	716	65	159	195	168
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	26	48	69	97	1 236	3 768	4 253	4 959	115	227	266	340
Castro Verde												0
Unidades de Produção Agro-Ambientais	122	135	156	167	21 182	22 650	25 857	27 331	1 256	1 644	1 926	2 059
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	1	1	1	1	14	14	20	20	0	2	2	2
Região Autónoma dos Açores	1 858	2 093	2 175	2 062	x	x	x	x	7 696	8 639	8 904	8 638
Agricultura Biológica	16	34	45	34	199	224	343	328	48	56	83	79
Conservação de Curraletas e Lagidos da	300	313	320	305	245	252	256	250	196	201	203	199
Conservação de Pomares Tradicionais dos	137	183	227	216	178	212	240	241	142	168	190	188
Conservação de Sebes Vivas para a	101	114	146	137	112	127	150	138	66	74	88	82
Protecção de Culturas HortoFrutiFlorícolas, Plantas Aromáticas e Medicinais												
Proteção de lagoas	1	1	1	1	55	73	73	73	66	88	88	88
Manutenção da Extensificação da Produção Pecuária	1 392	1 561	1 571	1 483	36 858	41 027	41 677	40 554	6 975	7 742	7 883	7 663
Protecção da Raça Autóctone Ramo Grande	161	161	156	139	935	1 003	1 057	1 020	180	192	203	197
Pagamentos Natura 2000 Terras florestais	5	8	9	11	62	238	302	358	12	48	60	54
Pagamentos silvo-ambientais	2	5	7	8	61	336	512	573	12	67	102	86
Prémio Perda Rendimento	0	2	2	5	0	4	4	12	0	2	2	3
Prémio Manutenção	0	1	3	0	0	2	5	0	0	1	2	0
Região Autónoma da Madeira	2 545	3 118	2 939	2 778	x	x	x	x	666	905	732	743
Agricultura Biológica	44	73	76	76	48	99	94	86	42	85	76	74
Manutenção de Muros de Suporte de Terras	2 522	3 078	2 897	2 738	1 077	1 360	1 155	1 076	624	777	613	619
Pagamentos Rede natura	0	4	3	5	0	237,13	220	254	0	43,48	44	51

Fonte: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.



Quadro 5.6 - Ações de defesa da floresta contra incêndios executadas anualmente, por NUTS I

NUTS I		Ação de defesa da floresta contra incêndios (DFCI)			
		Gestão de combustíveis (ha)	Pontos água beneficiados (N.º)	Manutenção de rede viária florestal (km)	Rede primária de faixas de gestão de combustíveis executada (ha)
Continente	2009	29.008	525	8.927	972
	2010	22.174	307	3.556	1.145
	2011	19.865	429	9.669	1.836
	2012	19.697	431	7.103	2.932
	2013	33.129	824	24.292	4.217
R.A. Açores	2009	x	x	x	x
	2010	x	x	x	x
	2011	x	x	x	x
	2012	x	x	x	x
	2013	x	x	x	x
R.A. Madeira	2009	30	0	20	0
	2010	14	0	15	0
	2011	5	1	26	3
	2012	5	0	30	3
	2013	5	2	20	4

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta e Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Direção Regional das Florestas, RAM



Quadro 5.7 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da biodiversidade e paisagem, por setores institucionais e agregados económicos

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2009	2010	2011	2012	2013
Administrações Públicas					
Total das despesas	308 388 (Rv)	303 744 (Rv)	277 256 (Rv)	237 430	288 628
Despesas correntes	257 272	265 024	245 162	212 403	259 013
Despesas com o pessoal	87 847	92 482	86 998	79 870	80 289
Aquisição de bens e serviços	76 181	69 423	59 853	64 545	64 280
Transferências correntes	90 649	100 020	97 375	67 115	113 217
Outras despesas correntes	2 595	3 099	937	874	1 227
Despesas de capital	51 116	38 720	32 094	25 027	29 615
Investimentos	33 456	25 283	21 468	15 509	19 070
Transferências de capital	17 205	13 212	10 257	9 109	10 206
Outras despesas de capital	456	225	370	408	339
Administração Central					
Total das despesas	162 959 (Rv)	162 001 (Rv)	150 454	115 706	160 943
Despesas correntes	149 113	149 367	139 498	112 467	155 122
Despesas com o pessoal	21 132	20 818	20 928	19 296	19 790
Aquisição de bens e serviços	62 412	53 945	46 344	51 786	51 364
Transferências correntes	65 444	74 378	72 095	41 047	83 697
Outras despesas correntes	125	225	132	338	271
Despesas de capital	13 846	12 634	10 955	3 239	5 821
Investimentos	12 463	12 624	10 828	3 119	5 054
Transferências de capital	1 383	10	127	120	767
Outras despesas de capital	0	ø	0	0	
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	8 676	9 254	6 844	5 488	5 702
Despesas correntes	4 098	4 229	2 334	2 256	3 178
Despesas com o pessoal	831	778	163	302	801
Aquisição de bens e serviços	2 421	2 754	1 518	1 597	1 816
Transferências correntes	845	697	651	356	560
Outras despesas correntes	1	1	2	1	1
Despesas de capital	4 578	5 025	4 510	3 232	2 524
Investimentos	1 235	1 320	1 113	502	593
Transferências de capital	3 343	3 705	3 397	2 731	1 930
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	8 044	6 193	3 947	4 720	5 025
Despesas correntes	4 563	4 841	3 812	3 809	4 093
Despesas com o pessoal	1 497	1 498	1 498	1 470	1 702
Aquisição de bens e serviços	562	780	482	458	494
Transferências correntes	2 504	2 562	1 831	1 881	1 891
Outras despesas correntes	ø	0	ø	1	6
Despesas de capital	3 481	1 352	135	911	931
Investimentos	2 488	685	135	911	931
Transferências de capital	993	667	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	128 709(Rv)	126 297(Rv)	116 012(Rv)	111 516	116 959
Despesas correntes	99 498	106 587	99 518	93 871	96 619
Despesas com o pessoal	64 386	69 388	64 409	58 802	57 996
Aquisição de bens e serviços	10 786	11 943	11 509	10 704	10 606
Transferências correntes	21 857	22 383	22 797	23 831	27 069
Outras despesas correntes	2 469	2 873	803	534	948
Despesas de capital	29 211	19 710	16 494	17 645	20 340
Investimentos	17 269	10 655	9 392	10 977	12 492
Transferências de capital	11 486	8 830	6 732	6 259	7 509
Outras despesas de capital	456	225	370	408	339

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



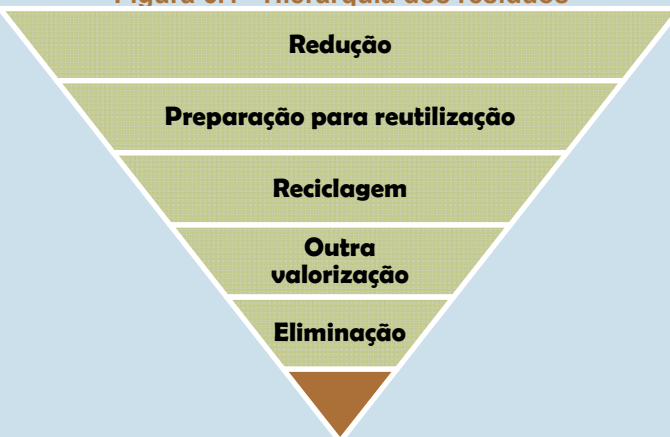


Resíduos

6 - RESÍDUOS

- A gestão de resíduos é uma questão de política ambiental, na medida em que os resíduos, por um lado, colocam forte pressão sobre o ambiente quando geridos de forma inapropriada, mas por outro lado podem constituir uma origem alternativa de matéria-prima. Podem ainda contribuir como combustíveis para produção energética e servir para a redução das necessidades energéticas, uma vez genericamente, a reciclagem exige menores quantidades de energia e de materiais para produzir quantidades similares de “matéria-prima” reciclada comparativamente ao ativo natural correspondente.
- A legislação nacional em matéria de resíduos define uma política e uma hierarquia de prioridades conforme representado na figura abaixo.
- No Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), recentemente aprovado, sobressaem como elementos centrais na estratégia de gestão de resíduos urbanos, o objetivo de assegurar um alto nível de proteção ambiental e da saúde humana, através do uso de métodos e infraestruturas adequadas, bem como promover a minimização da produção e nível de perigo dos resíduos. Procura ainda maximizar a recuperação de materiais secundários para reintrodução no processo produtivo por forma a reduzir os impactos da extração de recursos naturais e assim garantir os recursos necessários à economia fomentando o desenvolvimento económico e o emprego

Figura 6.1 - Hierarquia dos resíduos



- O INE disponibiliza nesta publicação uma série de informação revista sobre os resíduos setoriais, resultante da integração de dados de dois perfis de utilizadores constantes do SIRER (Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos): dados relativos à atividade dos operadores de gestão de resíduos (OGR) e os dados reportados pelos produtores de resíduos. Esta nova abordagem (integração de dados de OGR e de produtores) introduziu uma melhoria significativa na informação, aumentando a respetiva taxa de resposta e robustecendo a informação através da dupla validação efetuada aos dados do SIRER.
- No que respeita aos resíduos urbanos, assinala-se pelo quinto ano consecutivo, um decréscimo na quantidade global de resíduos recolhidos que em 2013 foi de 4,6 milhões de toneladas (5,4 milhões em 2009). Nos últimos cinco anos este decréscimo foi pontuado por uma taxa média de crescimento negativo de 4,4%.
- Os resíduos setoriais gerados em Portugal pelo tecido empresarial ascenderam em 2013 a 11,2 milhões de toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 1,8 milhões toneladas face ao registado em 2012 que se situou em 9,4 milhões.
- A atividade das entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos (resíduos de embalagens, óleos minerais usados, pneus usados, veículos em fim de vida, resíduos de pilhas e acumuladores, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos) acelerou em 2013, gerando 1,2 milhões de toneladas de resíduos destes fluxos, dos quais 98,3% foram valorizados (1,17 milhões em 2012 com uma taxa de valorização de 98,4%).
- No período 2010-2013 as saídas¹ de resíduos do país, apresentaram um crescimento sustentado pautado por um ritmo médio anual de 6,8%, contabilizando-se em 2013, a saída de cerca de 67 mil toneladas de resíduos, perto de 2 mil toneladas acima do observado em 2012 e quase mais 12 mil toneladas que em 2010.

¹ Lista Laranja que compreende transferências de resíduos sujeitos a procedimento de notificação e consentimento escrito prévio.



Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Resíduos urbanos recolhidos por habitante		 Pressão	Em 2013, a quantidade de resíduos recolhidos por habitante, decresceu 13 quilogramas por habitante, o que representa uma redução na geração de resíduos.
Resíduos urbanos para Valorização Orgânica e Multimaterial		 Resposta	Embora se registem quebras na geração de resíduos urbanos, a proporção de resíduos urbanos conduzidos para VO e VM (26%) mantém-se igual à registada em 2012.
Despesa na Gestão de Resíduos		 Resposta	Em 2013, os gastos das Administrações Públicas na "Gestão de resíduos" retomaram os níveis de 2009-2011, fixando-se nos 477 milhões de euros (451 milhões de euros no ano transato).



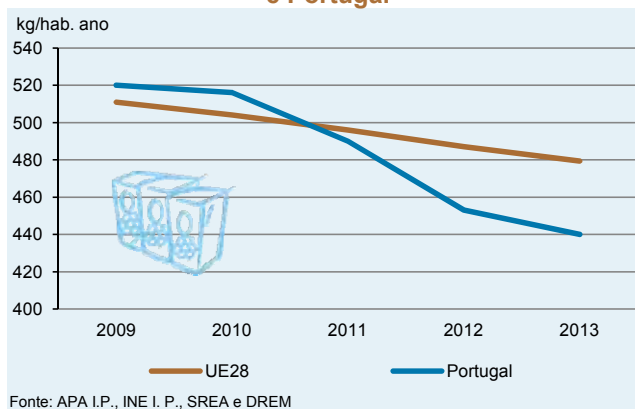
6.1 - RESÍDUOS URBANOS (RU)

Não obstante os objetivos de desvio da deposição em aterro dos resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) e das estratégias de incremento da reciclagem de resíduos, em 2013 (dados provisórios) ainda se verificava que em cada 10 quilogramas de resíduos urbanos geridos, metade eram encaminhados para deposição em aterro (5,4 quilogramas em 2012). No que diz respeito às restantes operações de gestão, a distribuição de cada 10 quilogramas de resíduos foi completada com o envio de 2,4 quilogramas para valorização energética (1,9 quilogramas em 2012), 1,3 quilogramas para valorização multimaterial (1,2 quilogramas em 2012) e 1,3 quilogramas para valorização orgânica (1,5 quilogramas em 2012). A proporção de resíduos urbanos remetidos para valorização orgânica registou um decréscimo de 1,6 p.p. no biénio 2012-2013, que se explica em parte pela redução da quantidade de resíduos gerados.

No quinquénio em análise (2009-2013), verifica-se um decréscimo progressivo da geração de resíduos urbanos per capita, quer em Portugal, quer para o conjunto dos habitantes dos Estados-membros da UE. Até 2010 o indicador nacional superava o da UE28 (mais 12 quilogramas em 2010), ano a partir do qual este rácio se posicionou abaixo da média europeia.

Se atendermos a que no período 2009-2012 a geração de resíduos urbanos per capita na UE28 decresceu a um ritmo médio de 1,6% ao ano, a imputação de um ritmo semelhante para 2013 conduzirá a um valor de 479 quilogramas/habitante, cerca de 39 quilogramas acima do verificado em Portugal.

Figura 6.2 - Capitação de resíduos urbanos total UE e Portugal

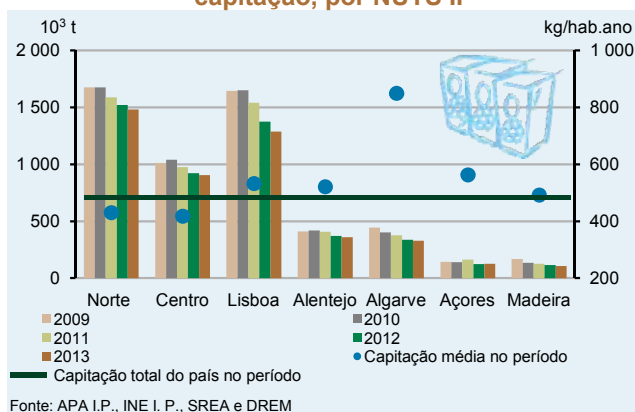


Observando a média das capitações regionais no período em análise (2009-2013), verifica-se que as regiões Norte (431 quilogramas/habitante) e Centro (418 quilogramas/habitante) são as únicas a registarem valores médios inferiores à capitação média nacional (484 quilogramas/habitante).

O Algarve atinge no período uma média de capitação máxima e mais elevada, com 849 quilogramas/habitante, valor fortemente influenciado pela atividade turística.

Realça-se ainda a Região Autónoma dos Açores que atingiu o segundo maior patamar de geração de resíduos por habitante (563 quilogramas), posicionando-se acima das restantes regiões, entre as quais Lisboa (532 quilogramas).

Figura 6.3 - Resíduos urbanos recolhidos e capitação, por NUTS II



Em Portugal, a quantidade de resíduos urbanos recolhidos seletivamente em 2013, fixou-se nas 588,4 mil toneladas, 12,8% do total dos 4,6 milhões de toneladas de resíduos recolhidos.

Em termos regionais releva-se o Algarve, como a região que no ano 2013 registou o maior rácio de resíduos recolhidos seletivamente face ao total recolhido na região (24,3%, 23,5% em 2012).

No quinquénio em análise verificou-se um decréscimo médio anual de 4,4% no total de resíduos urbanos recolhidos em Portugal. A recolha indiferenciada registou no período 2009-2013 um decréscimo médio anual de 4,3%, tendo sido contabilizados em 2013 cerca de 4 milhões de toneladas, menos 91 mil toneladas que no ano precedente (2012) e quase menos 800 mil toneladas face a 2009 (4,8 milhões de toneladas).



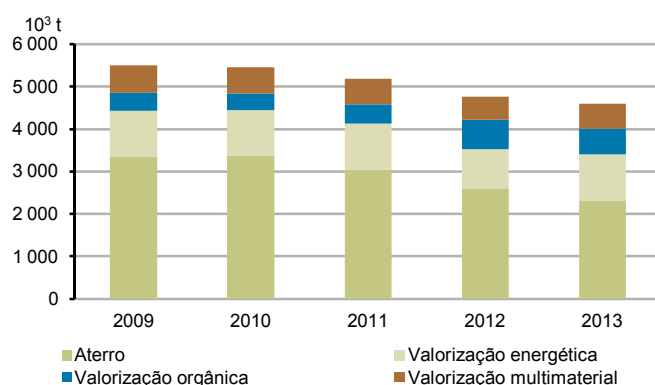
Quanto à recolha seletiva de resíduos, assinala-se que no biénio 2009-2010 ainda ocorre um acréscimo absoluto de cerca de 102 mil toneladas (+14,4%), totalizando 819,7 mil toneladas em 2010, o máximo verificado nos últimos 5 anos. De 2010 em diante verifica-se uma inversão na tendência com um decréscimo progressivo a um ritmo médio anual de 10,4%, totalizando 588 mil toneladas em 2013. Em termos estruturais verifica-se que as quantidades de recolha seletiva representavam em 2010 cerca de 15% do total de resíduos recolhidos, proporção que se reduz para 12,8% em 2013 (-2,2 p.p.), a que corresponde entre 2010 e 2013 uma diminuição absoluta de 229,8 mil toneladas nas quantidades de resíduos recolhidos seletivamente.

Destacam-se as regiões do Norte e de Lisboa como os centros populacionais que geraram maiores quantidades de resíduos em 2013, 1 480 e 1 287 milhões de toneladas, respetivamente.

Em termos médios por habitante, verifica-se que cada habitante da região de Lisboa gerou em 2013, perto de 457 quilogramas de resíduos urbanos, mais 52,7 quilogramas de resíduos que os habitantes da região Norte (405 quilogramas / habitante ano). Contudo a região de Lisboa, bem como a Região Autónoma da Madeira (RAM), foram as que apresentaram o maior decréscimo nas quantidades de RU recolhidos por habitante, com -6,0% e -6,9%, respetivamente.

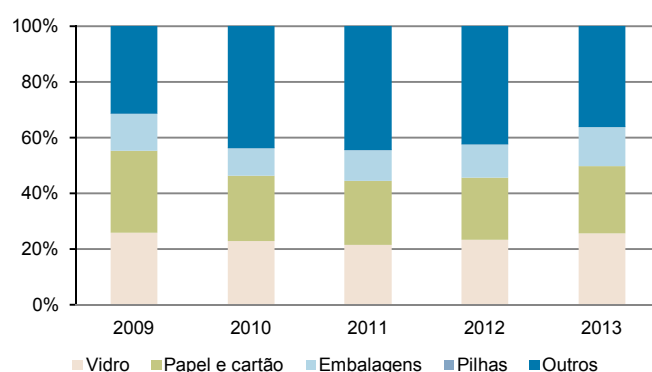
A região Centro é a área do país com o mais baixo rácio de quantidades de resíduos urbanos recolhidos por habitante, cerca de 394 quilogramas / habitante.

Figura 6.4 - Resíduos urbanos por operação de gestão



Fonte: APA I.P., INE I. P., SREA e DREM

Figura 6.5 - Resíduos urbanos recolhidos seletivamente, por principais materiais



Fonte: APA I.P., INE I. P., SREA e DREM

A região do Algarve registou o valor mais elevado no rácio de resíduos gerados por habitante que se fixou em 2013 em 744 quilogramas, ainda assim, com um decréscimo de 14,8 quilogramas de resíduos por habitante face ao valor registado em 2012. A Região Autónoma dos Açores, por seu lado, foi a única região do país em que se registou um acréscimo na quantidade de RU recolhidos por habitante (+3,2% do que em 2012) fixando-se em 514,9 quilogramas/habitante ano.

Em 2013, mais de metade (50,4%) dos resíduos urbanos recolhidos foram encaminhados para aterro, o que corresponde a menos 10,3 p.p. que a proporção verificada em 2009 (60,8%). Com exceção de um ligeiro aumento no biénio 2009-2010 (60,8% e 61,9%, respetivamente) as quantidades de resíduos depositados em aterro, têm diminuído desde 2011 a um ritmo médio anual de 12,7%, com uma descida absoluta de 700 mil toneladas de 2011 para 2013.

No quinquénio em avaliação, foram recolhidos para valorização multimaterial 3,5 milhões de toneladas de resíduos separados para recolha seletiva em ecopontos, porta-a-porta e entregas em ecocentros.

Neste período destaca-se a fileira do papel e cartão, como a única que registou um decréscimo regular e progressivo nos últimos 5 anos a um ritmo médio anual de 9,1%, fixando-se em 2013 em 141 mil toneladas, cerca de menos 75 mil toneladas do que o valor verificado em 2009 que totalizou 216 mil

toneladas.



A fileira de pilhas e acumuladores, que desde o início da série temporal em análise regista fortes decréscimos, totalizou apenas 57 toneladas de resíduos em 2013, cerca de menos 39 toneladas do que o valor registado em 2012, o que corresponde a uma redução de 40,6%.

A fileira do vidro evoluiu positivamente no biénio 2009-2010, com um crescimento de 2,1%, a que corresponde mais 3,8 mil toneladas recolhidas em 2010 face a 2009. Contudo a partir de 2010 a tendência infletiu-se a um ritmo anual de -6,4%. Em 2013, o total de resíduos de vidro foi de 152 mil toneladas (-5 mil toneladas que no ano precedente). De referir que desde 2012 esta fileira consiste no tipo de material que compreende a maior parte dos resíduos recolhidos seletivamente.

Em 2013 os ecopontos constituíam o principal meio de recolha seletiva, com uma proporção de 40,1% dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente.

Salientam-se as quantidades de resíduos recolhidas porta a porta, que no último biénio (2012-2013) registou um crescimento de cerca de 32%, fixando-se em 36,8 mil toneladas e contrariando a tendência decrescente que se vinha observando nos 4 anos antecedentes. As quantidades recolhidas em ecocentros registaram uma diminuição para um valor inferior a metade do verificado em 2012 (208 mil toneladas), fixando-se em 94,5 mil toneladas a que corresponde um decréscimo da ordem dos 55%.

Entre 2009 e 2013, as quantidades globais de resíduos gerados por habitante/ano recuaram em termos médios anuais 4,0%.

Em 2009, cada habitante gerava em média 520 quilogramas de resíduos, que compara em 2013 com um rácio de 440 quilogramas/habitante.

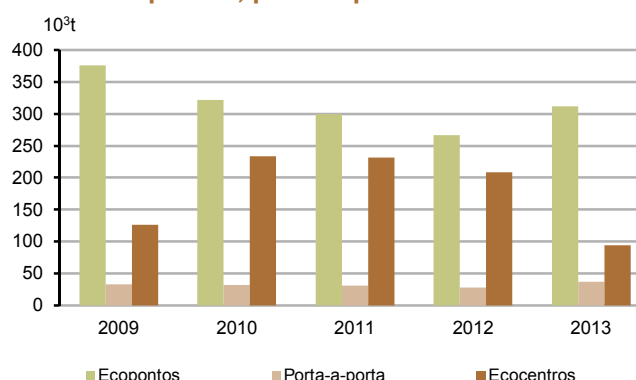
As quantidades de resíduos recolhidos seletivamente por habitante, que no período 2009-2013 atingiram um máximo de 77,5 quilogramas/habitante ano, evoluíram negativamente desde aí a um ritmo médio anual de 10,1% fixando-se em 2013 nos 56,3 quilogramas/habitante ano.

6.2 – RESÍDUOS SETORIAIS

As Estatísticas dos Resíduos Sectoriais são produzidas com base na informação recolhida pela APA no âmbito do SIRER, designadamente do módulo de Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) disponibilizado na plataforma SILiAmb, no qual preenchem dados todos os estabelecimentos produtores de resíduos conforme definido na legislação em vigor. Foram disponibilizados pela primeira vez, dados referentes à atividade reportada pelos operadores de gestão de resíduos. Estes dados permitiram enriquecer e melhorar o esquema de validação e aferição do rigor da informação anteriormente reportada pelos produtores, possibilitando uma revisão completa da série estatística desde 2008.

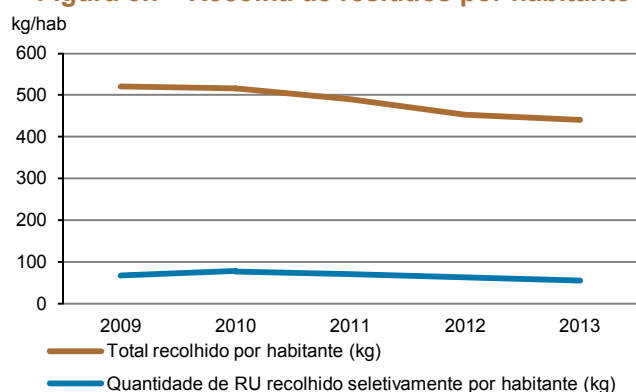
Neste contexto, a informação de base utilizada na estatística foi substancialmente enriquecida, aumentando o nível de resposta sobre as amostras de empresas selecionadas para a estatística o que permitiu uma melhoria substancial da qualidade da informação.

Figura 6.6 - Resíduos urbanos recolhidos por via de ecopontos, porta-a-porta e ecocentros



Fonte: APA I.P., INE I. P., SREA e DREM

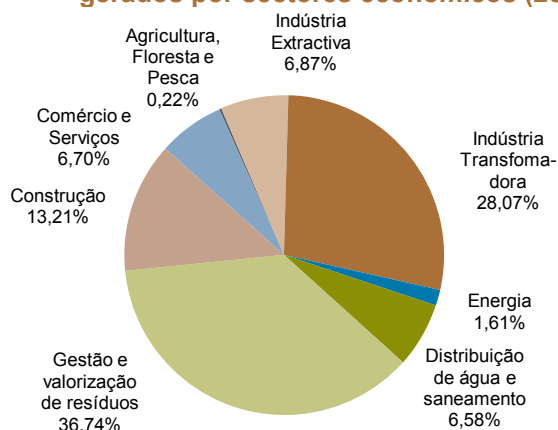
Figura 6.7 - Recolha de resíduos por habitante



Fonte: APA I.P., INE I. P., SREA e DREM

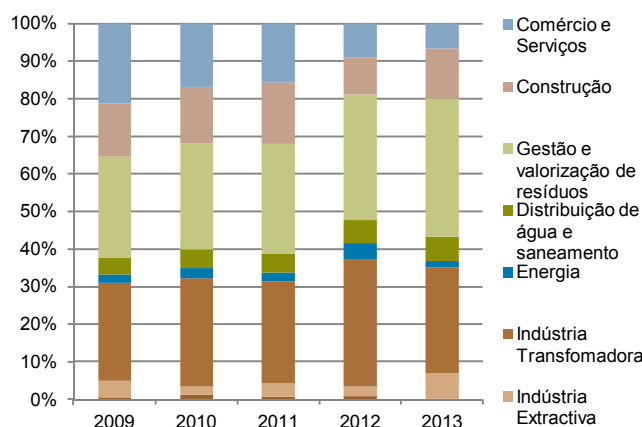


Figura 6.8 - Estrutura de resíduos sectoriais gerados por sectores económicos (2013)



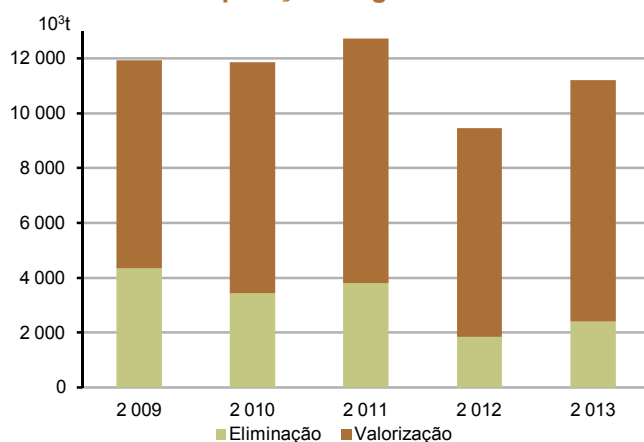
Fonte: APA, I.P., INE, I.P., SREA e DRA dos Açores.

Figura 6.9 - Estrutura de resíduos sectoriais gerados por sectores económicos (2009-2013)



Fonte: APA, I.P., INE, I.P., SREA e DRA dos Açores.

Figura 6.10 - Resíduos sectoriais por principal operação de gestão



Fonte: APA, I.P., INE, I.P., SREA e DRA dos Açores.

Tendo por referência as necessidades estatísticas e orientações técnicas enunciadas no regulamento comunitário das estatísticas dos resíduos (Regulamento (CE) n.º 2150/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2002) foi desenvolvida uma metodologia baseada em processos de estratificação e amostragem que, adicionalmente às regras definidas no SIRER, executa um conjunto de procedimentos de validação e análise de dados, com vista a obter as estimativas de estatísticas dos resíduos sectoriais apresentadas neste capítulo.

No período 2009-2013, as diversas atividades económicas em Portugal movimentaram cerca de 57 milhões de toneladas de resíduos sectoriais.

Em 2013, a estimativa apurada aponta para um valor de produção de 11,2 milhões de toneladas, verificando-se um crescimento de 18,5% relativamente ao valor registado no ano 2012, contrariando a tendência de decréscimo que se estimou para o biénio 2011-2012.

Em termos estruturais, no ano de 2013, para além dos setores ligados à gestão e valorização de resíduos (divisão 38 e grupo 4677 da C.A.E. Rev.3)² destacaram-se os setores da Construção e da Indústria Transformadora, como os principais produtores de resíduos sectoriais, totalizando respetivamente 1,4 e 3,1 milhões de toneladas de resíduos sectoriais gerados, que em conjunto representam 41,3% do total de resíduos sectoriais produzidos pelos diversos setores de atividade.

No contexto da Indústria Transformadora, destacam-se a indústria de Pasta, Papel e Cartão (993,6 mil toneladas) e as Indústrias Metalúrgicas de Base (511,9 mil toneladas) que somadas geram 1,5 milhões de toneladas de resíduos o que representa 47,8% do total de resíduos gerados no conjunto das indústrias transformadoras.

Em termos estruturais no período 2009-2013 verifica-se que a proporção e significado dos diversos setores não se modifica, substancialmente, ao longo dos 5 anos, com exceção do setor de gestão e valorização de resíduos, que aumenta quase 10 p.p. de uma proporção de 26,9% em 2009 para 36,7% em 2013, o que em parte será sinónimo de um aumento de ocorrência de transferências de resíduos entre diversos operadores antes da valorização ou eliminação final.

² No âmbito da atividade destes dois setores associados à gestão e valorização de resíduos verifica-se uma sobre contagem de resíduos não quantificável, inerente ao próprio processo de gestão dos resíduos e da ocorrência de “transferências” de um mesmo resíduo entre diversos operadores ao longo do ciclo de gestão dos resíduos desde a sua produção até à operação final de valorização e/ou eliminação. O sistema de recolha e reporte de dados não permite excluir de forma sistematizada as sobre contagens resultantes desta situação.



Contrariamente, o setor de comércio e serviços decresce de uma proporção de 21,3% para 6,7% em 2013 (-14,6 p.p.).

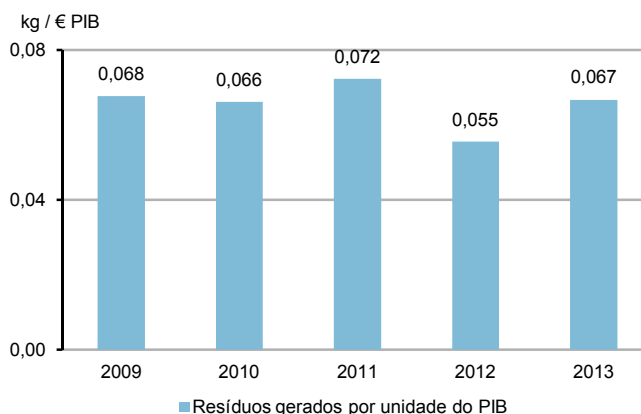
A maior parte dos resíduos setoriais são conduzidos para operações de valorização, verificando-se que em 2013 este contributo foi de 78,4% do total de resíduos gerados. Não obstante não ser possível em termos cronológicos traçar uma tendência para a evolução das operações de gestão, verificou-se nos 3 primeiros anos do período 2009-2013, que em média, cerca de 68% dos resíduos foram encaminhados para valorização, enquanto no período 2011-2013 este contributo foi em média de 76%.

O rácio obtido a partir das quantidades de resíduos gerados por unidade de PIB traduz o grau de eficiência da economia em geral, constituindo um indicador do grau de desenvolvimento de um país. Desta forma, um qualquer país será tanto mais eficiente quanto menor for a produção de resíduos gerados por unidade de PIB. No período em análise 2009-2013, regista-se que em média foram produzidos anualmente 0,066 quilogramas de resíduos por cada euro de riqueza gerada pela economia do país. À semelhança do que sucede com o padrão de evolução da geração de resíduos não se encontra uma tendência regular na geração de resíduos por unidade do PIB.

Destaca-se 2011 como o ano do período em análise em que se verificou uma maior produção de resíduos por unidade de PIB, em que se estima que por cada euro de PIB gerado se verificou a produção de 0,072 quilogramas de resíduos, o que se traduziu no ano de menor grau de eficiência da dinâmica produtiva do país.

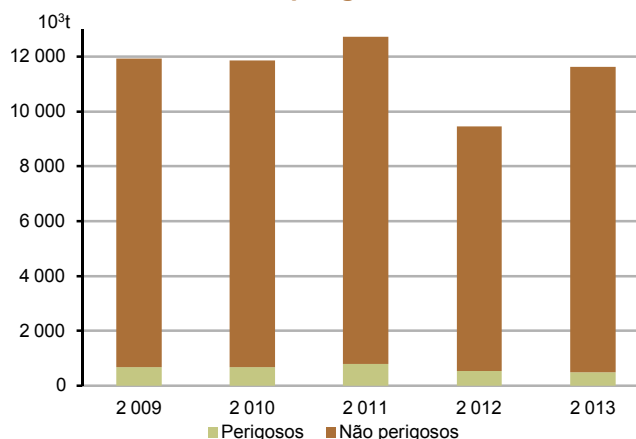
Na análise das quantidades de resíduos perigosos e não perigosos verificou-se que em média no período em análise 5,4% dos resíduos gerados em cada ano eram perigosos. Em termos estruturais destaca-se o ano de 2011 com o valor mais elevado, com 6,18% dos resíduos a serem classificados de perigosos. Em termos absolutos o decréscimo na quantidade de resíduos perigosos gerados desde 2011 é de 21,2% ao ano, totalizando 488,5 mil toneladas em 2013, cerca de menos 300 mil toneladas face ao valor estimado para 2011.

Figura 6.11 - Resíduos sectoriais gerados por unidade de PIB (ano de referência 2006)



Fonte: APA, I.P., INE, I.P., SREA e DRA dos Açores.

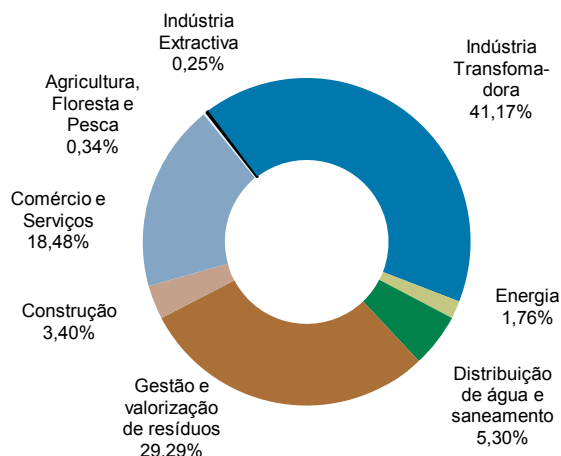
Figura 6.12 - Resíduos sectoriais por nível de perigo



Fonte: APA, I.P., INE, I.P., SREA e DRA dos Açores.

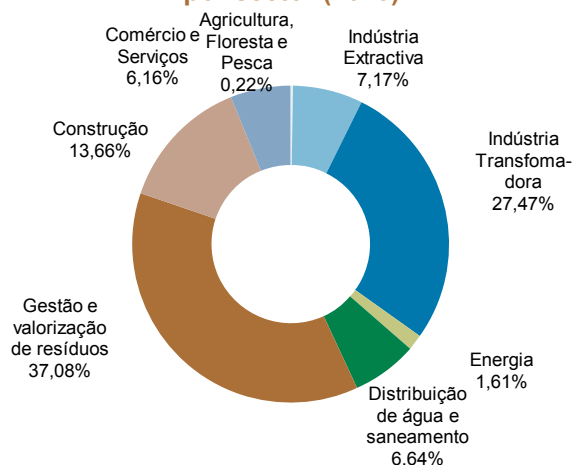


Figura 6.13 - Resíduos sectoriais perigosos por sector (2013)



Fonte: APA, I.P., INE, I.P., SREA e DRA dos Açores.

Figura 6.14 - Resíduos sectoriais não perigosos por sector (2013)



Fonte: APA, I.P., INE, I.P., SREA e DRA dos Açores.

A geração de resíduos não perigosos por seu lado apresenta uma tendência evolutiva não regular, onde é possível observar que o decréscimo de 2 milhões de toneladas contabilizados no biénio 2011-2012 acaba por ser praticamente absorvido pelo aumento de 1,8 milhões de toneladas, ocorrido em 2012-2013.

Na estrutura de geração de resíduos perigosos por principais setores económicos no ano de 2013, a Indústria Transformadora surge como a principal fonte de produção de resíduos perigosos, totalizando 201 mil toneladas o que representa 41,2% do total de resíduos gerados pela economia. Segue-se o setor da gestão e valorização de resíduos que gera 29,3% dos resíduos perigosos, totalizando 143 mil toneladas.

No que respeita à estrutura de geração de resíduos não perigosos por principais setores, destaca-se o setor de gestão e valorização de resíduos como a atividade mais relevante com uma proporção de 37,1% do total o que perfaz 3,9 milhões de toneladas de resíduos. Contudo, e excluindo este primeiro setor da análise, verifica-se que a Indústria Transformadora assume igualmente posição de relevo na geração de resíduos não perigosos, embora numa proporção relativa mais reduzida (27,5%, correspondente a 2,9 milhões de toneladas), seguida pela Construção que gerou 13,7% (1,5 milhões de toneladas) do total dos resíduos não perigosos gerados no ano.

6.3 - FLUXOS ESPECÍFICOS DE RESÍDUOS

No ano de 2013 e invertendo a tendência que tinha vindo a verificar-se nos anos anteriores, o volume total de fluxos específicos de resíduos recolhidos aumentou 2,3% face a 2012 assim como os respetivos quantitativos destinados à valorização (2,2%, face a 2012) totalizando, respetivamente, 1,20 e 1,18 milhões de toneladas de resíduos. No período 2009-2013, verificou-se que nos primeiros 4 anos a quantidade global de resíduos de fluxos específicos recolhidos e valorizados evoluiu negativamente, a uma taxa média anual de -5,4 %, atingindo-se em 2012 um valor global de 1,15 milhões de toneladas (1,4 milhões de toneladas em 2009).

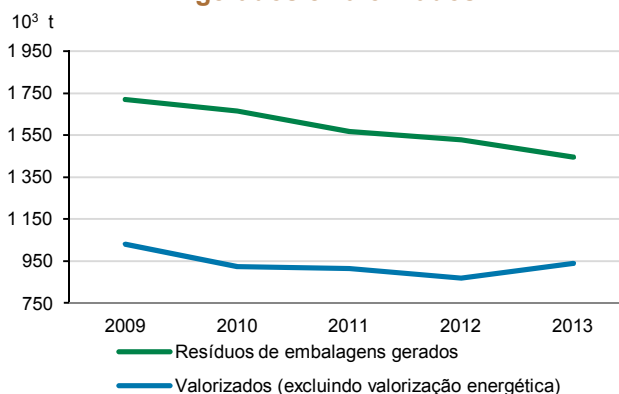
Releva-se o caso do fluxo de resíduos de embalagens como o único caso de fluxo específico que no período em análise (2009-2013) apresenta uma tendência regular de decréscimo da quantidade de resíduos de embalagem gerados (-4,2% ao ano), totalizando em 2013 cerca de 1,44 milhões de toneladas, cerca de menos 273 mil toneladas do que o valor apurado em 2009. A curva da quantidade de resíduos de embalagem valorizados acompanha a curva da quantidade de resíduos de embalagem produzidos, com exceção do último ano (2013), em que se regista uma inversão e se estima que a valorização deste fluxo volte a crescer relativamente ao ano anterior (+2,5%) numa diferença absoluta de + 23,5 mil toneladas.

Esta divergência também se torna evidente e se quantifica na avaliação da proporção de resíduos valorizados face aos resíduos gerados, que em 2013 se fixou em 64,8% e que corresponde a um acréscimo de 5 p.p. relativamente a 2012, ano em que atingiu um valor de 59,8% do total.



No período de 2009-2013, a proporção de óleos minerais usados recolhidos relativamente ao total de resíduos de óleos minerais usados gerados, foi em média de 81,4% ao ano, salientando-se o último ano da série que atingiu a proporção mais elevada (86,4%) do total de resíduos gerados.

Figura 6.15 - Fluxo de resíduos de embalagens gerados e valorizados

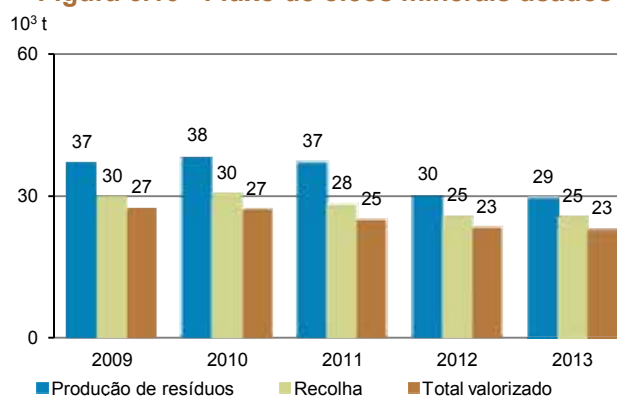


Fonte: APA, I. P.

O fluxo de óleos minerais usados, em resultado da diminuição das quantidades recolhidas e da própria diminuição da geração de resíduos do fluxo, registou no período (2009-2013) uma tendência regular de decréscimo nas quantidades valorizadas (- 4,4%/ano), fixando-se em 2013 em 22 mil toneladas (27 mil toneladas em 2009).

No período em análise (2009-2013), a proporção de resíduos de óleos minerais valorizados face à quantidade de recolhidos apresenta um valor médio ano de 89,7%, com um máximo em 2009 de 91,5% e um mínimo de 88,2% em 2011.

Figura 6.16 - Fluxo de óleos minerais usados



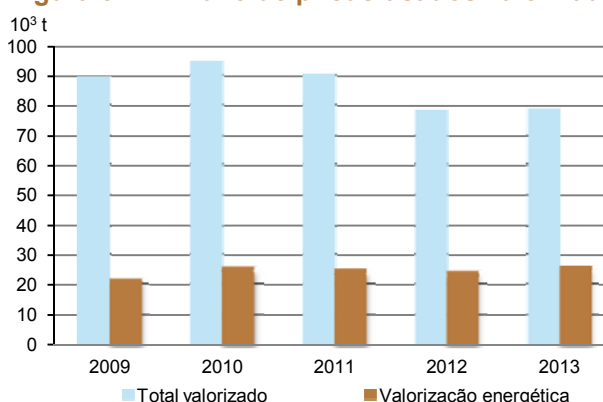
Fonte: APA, I. P.

Em 2013, a quantidade de pneus usados recolhidos inverteu a tendência dos três anos antecedentes e ascendeu a 79 mil toneladas.

No conjunto dos pneus usados valorizados destaca-se um progressivo aumento da proporção de resíduos de pneus usados remetidos para valorização energética, que no período em análise apresentou uma taxa de crescimento médio de 7,9% ao ano. Em 2009 a proporção de pneus usados para valorização energética correspondia a 24,4% do total valorizado, aumentando 8,7 p.p. no período em análise, atingindo em 2013 quase 1/3 do volume total de resíduos valorizados.

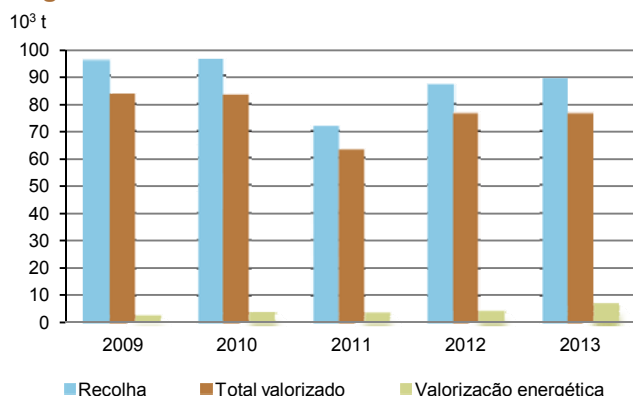
A quantidade de pneus usados valorizados, excluindo a valorização energética, evoluiu negativamente desde 2010 a uma taxa média anual de 6,4%, passando das 68,6 mil toneladas em 2010 para 52,5 mil toneladas em 2013.

Figura 6.17 - Fluxo de pneus usados valorizados

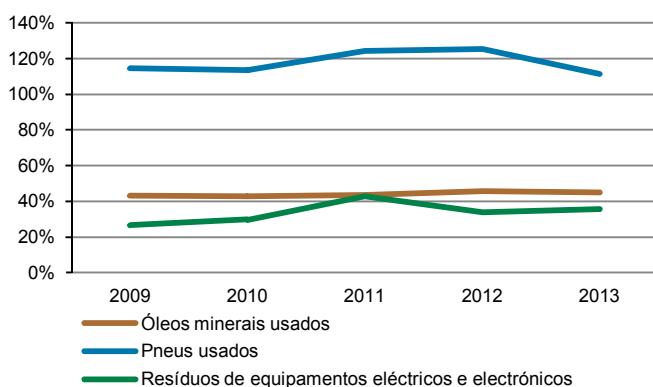


Fonte: APA, I. P.



Figura 6.18 - Resíduos de veículos em fim de vida

Fonte: APA, I. P.

Figura 6.19 - Percentagem de resíduos recolhidos relativamente às quantidades de respetivo produto colocado em mercado

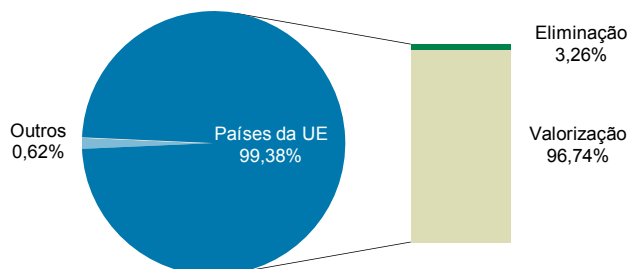
Fonte: APA, I. P.

2013 resulta de um aumento de cerca 13% de pneus colocados no mercado sem que tenha havido uma resposta proporcional dos resíduos gerados, que face a 2012 se mantiveram.

O fluxo dos resíduos de óleos minerais usados representou em média, para o período em análise, 43,9% dos óleos colocados no mercado. No quinquénio em análise, este indicador apresentou-se relativamente estável variando entre um mínimo de 42,8% em 2010 e um máximo de 45,0% em 2013.

A proporção de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos face aos respetivos produtos colocados no mercado apresentou um comportamento distinto ao longo do período em análise. Entre 2009 e 2011 verifica-se um aumento deste rácio resultado conjunto da diminuição do produto colocado no mercado e do aumento da quantidade recolhida de resíduos. O aumento observado em 2013 resulta de aumentos quer do produto colocado no mercado, quer dos resíduos recolhidos.

6.4 - MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO DE RESÍDUOS

Figura 6.20 - Movimento transfronteiriço (saídas) de resíduos por principal destino e operação de gestão

Fonte: APA, I. P.

À semelhança do que sucedeu no ano anterior os veículos em fim de vida (VFV) recolhidos apresentaram novamente um ligeiro acréscimo de 2 mil toneladas (+ 2,3% relativamente a 2012), fixando-se neste último ano em 89 mil toneladas.

No período 2009-2013, registou-se em 2009 e 2010 uma relativa estabilização nas quantidades de VFV recolhidos na ordem das 96 mil toneladas, seguindo-se em 2011 um decréscimo acentuado para 72 mil toneladas (-25,5%). Contudo de 2011 em diante a tendência voltou a inverter-se e registou-se um progressivo aumento com uma taxa de variação média anual positiva de 11,4%, fixando-se em 2013 nas 89 mil toneladas.

A proporção de resíduos de VFV valorizados no conjunto dos resíduos manteve-se relativamente estável no período temporal em apreço, com um valor médio de 86,7%. De referir, contudo que em 2013 observou-se a mais baixa proporção de resíduos de VFV valorizados que se fixou em 85,4% do total recolhido, -1,3% p.p. do que a média no período.

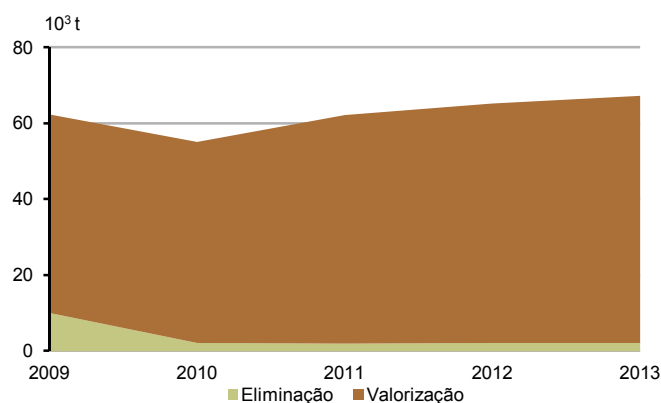
A quantidade de resíduos recolhidos face à colocação no mercado dos respetivos produtos obedece a diferentes padrões de comportamento. No caso dos pneus usados, no período em análise, os resíduos recolhidos foram sempre superiores ao produto colocado no mercado. O decréscimo evidenciado em

Em 2013, o total de saídas de resíduos (lista Laranja) fixou-se em 67,2 mil toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 1,9 mil toneladas (+2,9%) em relação ao ano anterior. Nos últimos 4 anos o ritmo de crescimento das exportações de resíduos foi de 6,8% ao ano, contabilizando-se uma diferença de 12 mil toneladas entre o valor registado em 2010 (55 mil toneladas) e o valor registado em 2013.



Registando uma progressiva tendência crescente no período 2009-2013, (Quadro 6.16) a quase totalidade dos resíduos exportados eram de natureza perigosa (98%) e destinaram-se na sua maior parte (96,8%) a operações de valorização.

Figura 6.21 - Resíduos exportados por operação de gestão



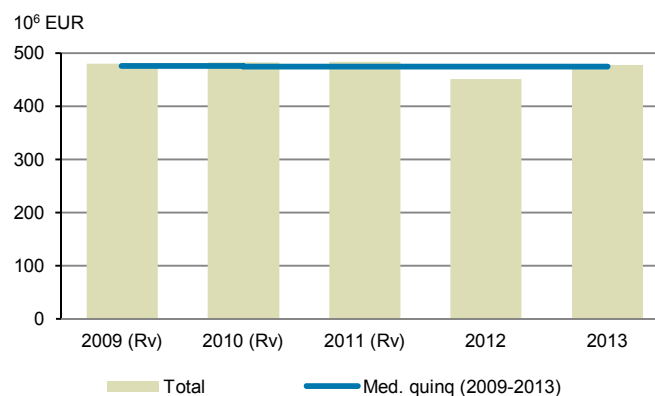
6.5 - DESPESA NA GESTÃO DE RESÍDUOS

Em 2013, os gastos das Administrações Públicas na “Gestão de resíduos” retomaram os níveis de 2009-2011, fixando-se nos 477 milhões de euros (451 milhões de euros no ano transato). Comparativamente a 2012, a despesa aumentou 5,9%, cabendo a maior variação positiva à Administração Regional/Região Autónoma dos Açores com 167,3%.

Com 461 milhões de euros de gastos em 2013, a Administração Local concentrou 77,8% do total da despesa com atividades de recolha e transporte de resíduos. Inclui-se nesta despesa a varredura e limpeza urbanas, asseguradas pelos serviços municipais ou pelas entidades prestadoras de serviços de recolha de resíduos urbanos indiferenciados mediante a celebração de um contrato de prestação de serviço.

A segunda maior despesa na vertente de resíduos na AP foi da responsabilidade da Região Autónoma da Madeira, com a totalidade da despesa a ser efetuada sob a forma de transferência corrente e de capital para uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Esta sociedade gere o Sistema de transferência, triagem, tratamento e valorização de resíduos da Região Autónoma da Madeira, mediante concessão em regime de serviço público e de exclusividade. Comparativamente a 2012, os gastos deste setor aumentaram 14,9%, tendo-se fixado nos 8 milhões de euros e contribuído com 10,2% do total da despesa da região.

Figura 6.22 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de resíduos

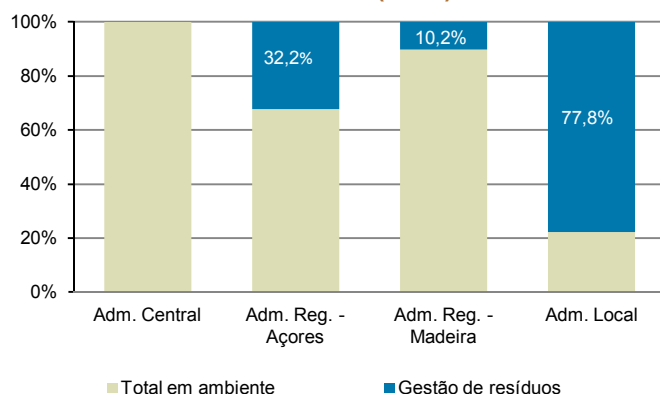


Na Região Autónoma dos Açores, a gestão de resíduos ficou mais próxima dos níveis de 2010-2011 fixando-se em 2013 nos 8 milhões de euros (3 milhões de euros no ano transato). Este acréscimo deveu-se essencialmente à execução de obras de construção, bem como a despesas relacionadas com a aquisição de equipamento, testes, ligações à rede de infraestruturas, entre outros, dos centros de processamento de resíduos nas diversas ilhas da região.

De referir que na Administração Central registaram-se igualmente gastos nesta área ambiental, nomeadamente nas atividades desenvolvidas pela APA, IP, mas pelo facto de não ser possível a sua identificação, dada a diversidade de funções que desempenha no âmbito das políticas do ambiente, foram integradas no capítulo “Outros domínios de ambiente”.



Figura 6.23 - Percentagem da Gestão de resíduos no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2013)



Nota: não foi considerado no período de referência de 2013 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).
Fonte: INE, I. P.

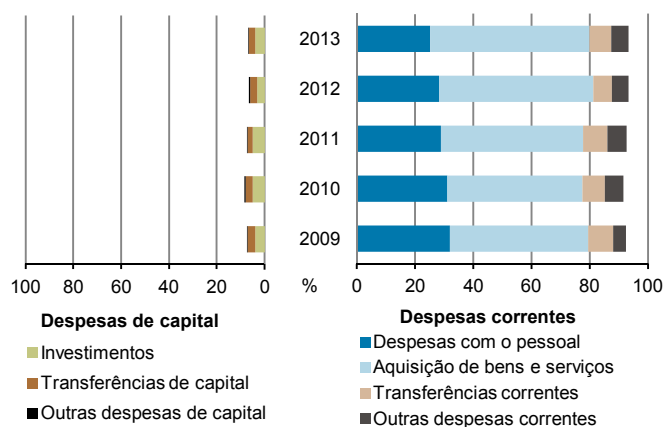
Em termos de agregados económicos, salientou-se no período em análise, o predomínio das despesas correntes face às de capital.

Com efeito, mais de metade das despesas correntes resultaram da “aquisição de bens e serviços”, para a recolha de resíduos (indiferenciada e seletiva) realizada por terceiros mediante contratos de prestação de serviços e os pagamentos a entidades gestoras de serviços “em alta”, responsáveis pela armazenagem, triagem, valorização e eliminação dos resíduos. De referir que em 2013 houve municípios que concorreram ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) que permitiu às autarquias contraírem empréstimo para proceder à regularização das dívidas a fornecedores, daí as despesas com a aquisição de bens e serviços ter aumentado 9,3% face a 2012.

As despesas correntes incluíram também os gastos com pessoal (cerca de 1/4 das despesas correntes; em 2012 o seu peso era 28,1%) que adicionadas às despesas anteriores representaram 79,9% do total de despesas correntes em 2013.

De referir que nas despesas de capital a contribuição dos investimentos no último ano foi de 3,9% do total das despesas (em 2012 o investimento foi de 3,2%).

Figura 6.24 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de resíduos, por agregado económico



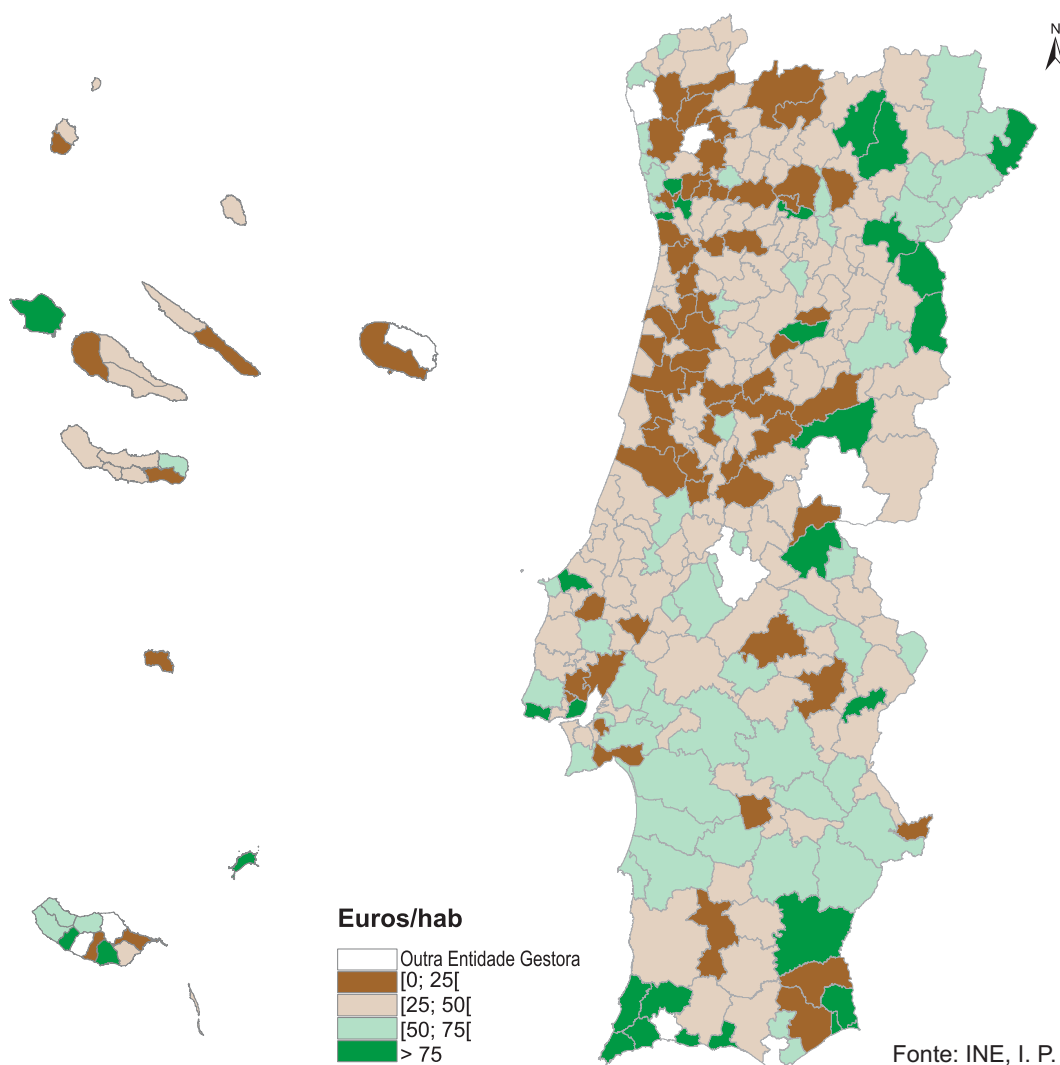
Fonte: INE, I. P.

Em 2013, cerca de 2/5 dos municípios do país (abrangendo cerca de 3,9 milhões de pessoas) com serviços de gestão de resíduos urbanos “em baixa”, designadamente a recolha indiferenciada de resíduos urbanos, gastaram, em média, entre 25 e 49 euros/habitante com a gestão de resíduos. Aproximadamente 1/5 dos municípios (englobando 2,8% do total da população), sobretudo das regiões Norte e Centro, apresentaram uma despesa por habitante da ordem dos 25 euros.

No extremo oposto, 15,1% da despesa dos municípios correspondeu ao escalão mais elevado (mais de 75 euros/habitante), com realce para os municípios situados nas zonas turísticas do litoral do Continente e Regiões Autónomas e em alguns municípios do interior.



Figura 6.25- Despesa dos Municípios por habitante no domínio da Gestão de resíduos



>> Para mais informação consulte:

Resíduos urbanos recolhidos (t) por Localização geográfica, Tipo de recolha e Tipo de destino (resíduos);

Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.) por Localização geográfica;

Resíduos sectoriais produzidos (t) por Tipo de resíduo (CER-stat) e Actividade económica (CAE Rev. 3);

Resíduos sectoriais produzidos (t) por Tipo de resíduo (CER-stat) e Tipo de operação de gestão de resíduos;

Resíduos recolhidos (t) por Fluxo específico (produtos/ resíduos);

Resíduos valorizados (t) por Fluxo específico (produtos/ resíduos);



6.6 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 6.1 - Resíduos urbanos geridos por regiões (NUTS I, II e III)

Regiões	Resíduos urbanos geridos					Capitação				
	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013
	t					kg / hab. ano				
Portugal	5 496 267	5 457 137	5 177 780	4 765 923	4 597 940	520	516	490	453	440
1 Continente	5 185 031	5 183 569	4 888 485	4 526 449	4 362 980	516	515	487	452	439
11 Norte	1 676 001	1 673 896	1 587 634	1 520 918	1 480 388	452	452	430	414	405
111 Minho-Lima	110 328	106 701	100 205	96 397	95 658	447	434	409	396	397
112 Cávado	185 107	178 348	167 004	167 437	165 742	452	435	407	408	405
113 Ave	205 971	201 317	192 076	190 230	188 743	400	392	375	372	371
114 Grande Porto	676 364	675 312	651 048	615 521	595 581	525	524	506	480	467
115 Tâmega	217 891	215 097	202 349	193 186	188 328	393	390	367	352	345
116 Entre Douro e Vouga	104 222	114 734	101 715	96 813	94 695	377	416	370	352	346
117 Douro	86 783	89 380	86 266	81 265	77 393	414	431	420	399	385
118 Alto de Trás-os-Montes	89 334	93 007	86 971	80 070	74 249	428	451	426	397	373
16 Centro	1 010 733	1 038 390	976 311	920 461	904 147	432	445	420	399	395
161 Baixo Vouga	178 302	179 046	172 490	166 123	160 101	456	458	442	427	413
162 Baixo Mondego	159 226	167 090	153 611	142 931	138 559	476	501	464	436	427
163 Pinhal Litoral	110 214	113 751	107 882	99 811	99 785	423	436	413	384	385
164 Pinhal Interior Norte	48 071	50 417	45 869	43 425	41 540	361	381	350	334	323
165 Dão-Lafões	108 014	109 060	103 332	97 648	95 200	386	392	373	355	349
166 Pinhal Interior Sul	12 805	12 228	12 690	12 033	11 692	308	298	312	300	296
167 Serra da Estrela	17 025	17 027	16 294	15 261	14 746	380	385	374	355	348
168 Beira Interior Norte	41 380	42 414	39 634	37 655	36 848	388	402	381	368	366
169 Beira Interior Sul	32 377	31 667	32 694	31 231	29 956	427	420	437	424	412
16A Cova de Beira	32 957	33 564	32 816	30 314	30 584	370	380	375	351	359
16B Oeste	173 428	187 325	168 117	154 382	161 125	481	517	464	427	447
16C Médio Tejo	96 934	94 800	90 882	89 647	84 012	436	428	413	410	388
17 Lisboa	1 642 825	1 649 609	1 539 016	1 375 141	1 287 598	587	586	545	487	458
171 Grande Lisboa	1 161 195	1 165 794	1 093 502	972 259	900 287	572	572	535	477	443
172 Península de Setúbal	481 630	483 815	445 513	402 882	387 312	625	623	570	515	495
18 Alentejo	411 067	418 925	407 717	371 835	360 775	538	551	539	495	484
181 Alentejo Litoral	57 544	60 642	60 126	53 050	50 236	584	617	614	543	517
182 Alto Alentejo	63 092	65 150	62 317	58 019	58 765	524	546	528	499	512
183 Alentejo Central	94 395	95 361	91 936	83 975	81 304	560	569	552	509	498
184 Baixo Alentejo	69 911	70 147	69 148	62 895	60 311	544	550	547	502	486
185 Lezíria do Tejo	126 126	127 624	124 190	113 896	110 160	510	515	501	461	447
15 Algarve	444 405	402 749	377 808	338 095	330 072	1003	898	842	759	744
2 R. A. dos Açores	142 058	140 139	162 831	123 431	127 290	576	568	659	499	515
3 R. A. da Madeira	169 178	133 430	126 464	116 043	107 669	636	499	475	440	411

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Regional de Estatística da Madeira, Serviço Regional de Estatística dos Açores

Quadro 6.2 - Resíduos urbanos geridos por regiões (NUTS I e II), segundo a origem de recolha

Origem de recolha e anos	Portugal	Continente						R.A. Açores	R.A. Madeira
		Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve		
Total									
2009	5 496 267	5 185 031	1 676 001	1 010 733	1 642 825	411 067	444 405	142 058	169 178
2010	5 457 138	5 183 569	1 673 896	1 038 390	1 649 609	418 925	402 749	140 139	133 430
2011	5 177 780	4 888 485	1 587 634	976 311	1 539 016	407 717	377 808	162 831	126 464
2012	4 765 923	4 526 449	1 520 918	920 461	1 375 141	371 835	338 095	123 431	116 043
2013	4 597 940	4 362 980	1 480 388	904 147	1 287 598	360 775	330 072	127 290	107 669
de Recolha Indiferenciada									
2009	4 779 412	4 509 890	1 451 849	918 939	1 426 869	367 147	345 086	132 770	136 752
2010	4 637 372	4 389 891	1 455 756	922 994	1 346 784	368 945	295 412	131 227	116 254
2011	4 424 094	4 163 771	1 382 890	880 995	1 255 177	363 691	281 017	150 679	109 644
2012	4 100 451	3 888 347	1 314 708	830 864	1 150 576	333 705	258 494	112 517	99 587
2013	4 009 451	3 804 434	1 289 383	819 552	1 122 140	323 427	249 932	112 428	92 588
de Recolha Seletiva									
2009	716 855	675 141	224 152	91 794	215 956	43 921	99 318	9 288	32 426
2010	819 765	793 677	218 140	115 396	302 825	49 980	107 336	8 912	17 176
2011	753 686	724 714	204 744	95 316	283 839	44 026	96 790	12 152	16 820
2012	665 472	638 102	206 209	89 597	224 565	38 130	79 601	10 914	16 457
2013	588 489	558 546	191 005	84 595	165 458	37 349	80 140	14 862	15 081

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Regional de Estatística da Madeira, Serviço Regional de Estatística dos Açores



Quadro 6.3 - Resíduos urbanos geridos por principais operações de gestão

Unidade: t

Principais operações de gestão	2009	2010	2011	2012	2013
Total	5 496 267	5 457 137	5 177 780	4 765 923	4 597 940
Aterro	3 341 707	3 380 815	3 048 127	2 592 797	2 320 195
Valorização Energética	1 082 831	1 058 376	1 088 265	929 808	1 090 623
Valorização Orgânica	423 515	398 593	446 595	693 833	593 001
Valorização Multimaterial	648 214	619 354	594 792	549 485	594 121

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Regional de Estatística da Madeira, Serviço Regional de Estatística dos Açores

Quadro 6.4 - Resíduos urbanos geridos por recolha seletiva e principais materiais separados

Unidade: t

Recolha seletiva e principais materiais	2009	2010	2011	2012	2013
Total	702 512	805 183	753 686	665 472	588 490
dos quais:					
Vidro	182 121	185 942	163 506	156 721	152 019
Papel/Cartão	207 136	186 818	172 928	146 616	141 334
Embalagens	92 652	79 270	82 194	79 379	82 107
Pilhas	218	169	167	96	57
Outros	220 385	352 983	334 891	282 661	212 973

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Regional de Estatística da Madeira, Serviço Regional de Estatística dos Açores

Quadro 6.5 - Resíduos urbanos geridos seletivamente por meio de recolha

Unidade: t

Meios de recolha seletiva	2009	2010	2011	2012	2013
Total	702 512	805 183	753 686	665 472	588 490
dos quais por:					
Ecopontos	376 619	322 160	299 781	267 234	311 717
Porta a Porta	33 252	32 143	30 897	27 857	36 891
Ecocentros	126 540	233 634	231 109	208 081	94 532
Outros	166 101	217 246	191 899	162 299	145 350

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatística dos Açores

Quadro 6.6 - Resíduos setoriais por atividades económicas

Unidade: t

Atividade económica	2009	2010	2011	2012	2013
Total	11 927 243	11 871 680	12 735 365	9 453 034	11 210 091
{01 a 03} Agricultura, floresta e pescas	69 442	138 265	92 633	83 359	25 016
{05 a 09} Indústrias extrativas	526 074	267 506	448 346	242 600	769 613
{10 a 12} Alimentação, bebidas e tabaco	386 598	316 741	323 652	315 663	264 370
{13 a 15} Têxteis e peles	114 976	185 115	164 592	98 009	160 650
{16} Madeira e cortiça	274 823	243 519	195 411	158 376	193 623
{17+18} Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gravados	848 220	1 097 036	1 183 852	1 206 786	993 659
{19} Petrolíferas	17 811	23 995	18 351	19 846	20 162
{20 a 22} Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos	183 219	188 714	194 216	186 094	216 511
{23} Minerais não metálicos	558 963	587 135	543 995	436 885	384 470
{24+25} Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	364 298	413 956	470 509	447 460	511 963
{26 a 30} Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte	232 697	212 919	241 521	220 815	257 237
{31 a 33} Fabricação de mobiliário, outras indústrias e manutenção/instalação de equipamentos	121 419	157 053	127 267	98 181	143 781
{35} Eletricidade, gás e água quente	261 169	326 364	290 431	421 782	180 709
{36+37+39} Captação e distribuição de água, saneamento e actividades de descontaminação	531 293	571 164	638 553	573 719	737 785
{38} Gestão e valorização de resíduos	2 353 959	2 338 583	2 729 623	2 241 434	3 118 835
{41 a 43} Construção	1 678 584	1 779 898	2 075 929	928 397	1 481 030
{G a U} Comércio e serviços (exceto 4677)	2 542 868	2 000 513	1 996 777	852 194	750 573
{4677} Comércio de sucatas e desperdícios	860 830	1 023 206	999 707	921 434	1 000 104

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística



Quadro 6.7 - Resíduos setoriais perigosos por atividades económicas

Unidade: t

Atividade económica	2009	2010	2011	2012	2013
Total	678 905	666 536	786 975	544 872	488 575
{01 a 03} Agricultura, floresta e pescas	6 352	1 098	1 284	1 192	1 652
{05 a 09} Indústrias extrativas	1 888	1 861	1 581	1 722	1 206
{10 a 12} Alimentação, bebidas e tabaco	3 988	2 153	4 531	4 292	2 417
{13 a 15} Têxteis e peles	2 029	2 513	2 523	2 269	1 794
{16} Madeira e cortiça	25 842	63 145	23 744	33 220	32 251
{17+18} Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gravados	6 389	4 857	5 454	3 344	6 570
{19} Petrolíferas	13 393	16 943	15 968	14 942	13 468
{20 a 22} Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos	34 726	47 684	52 081	38 741	38 786
{23} Minerais não metálicos	3 601	4 181	3 991	2 717	3 774
{24+25} Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	57 975	68 156	57 875	67 517	66 386
{26 a 30} Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte	18 770	18 409	21 923	24 733	18 798
{31 a 33} Fabricação de mobiliário, outras indústrias e manutenção/instalação de equipamentos	11 372	10 110	9 262	6 786	16 920
{35} Eletricidade, gás e água quente	7 368	10 031	27 215	9 486	8 602
{36+37+39} Captação e distribuição de água, saneamento e atividades de descontaminação	9 101	1 991	69 428	38 641	25 917
{38} Gestão e valorização de resíduos	213 657	200 722	290 680	109 736	118 163
{41 a 43} Construção	59 718	22 759	25 187	37 153	16 625
{G a U} Comércio e serviços (exceto 4677)	180 170	155 275	140 777	100 482	90 291
{4677} Comércio de sucatas e desperdícios	22 567	34 648	33 471	47 899	24 956

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.

Quadro 6.8 - Resíduos setoriais não perigosos por atividades económicas

Unidade: t

Atividade económica	2009	2010	2011	2012	2013
Total	11 248 338	11 205 144	11 948 390	8 908 162	10 721 516
{01 a 03} Agricultura, floresta e pescas	63 090	137 166	91 350	82 167	23 364
{05 a 09} Indústrias extrativas	524 186	265 645	446 764	240 878	768 407
{10 a 12} Alimentação, bebidas e tabaco	382 610	314 588	319 121	311 371	261 954
{13 a 15} Têxteis e peles	112 947	182 601	162 070	95 740	158 856
{16} Madeira e cortiça	248 981	180 374	171 667	125 156	161 372
{17+18} Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gravados	841 831	1 092 179	1 178 398	1 203 442	987 090
{19} Petrolíferas	4 418	7 052	2 383	4 904	6 694
{20 a 22} Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos	148 493	141 030	142 135	147 353	177 725
{23} Minerais não metálicos	555 362	582 953	540 004	434 168	380 696
{24+25} Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	306 322	345 800	412 634	379 943	445 577
{26 a 30} Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte	213 927	194 510	219 597	196 082	238 440
{31 a 33} Fabricação de mobiliário, outras indústrias e manutenção/instalação de equipamentos	110 047	146 944	118 005	91 395	126 861
{35} Eletricidade, gás e água quente	253 801	316 332	263 216	412 296	172 107
{36+37+39} Captação e distribuição de água, saneamento e atividades de descontaminação	522 192	569 174	569 124	535 078	711 867
{38} Gestão e valorização de resíduos	2 140 302	2 137 861	2 438 943	2 131 698	3 000 672
{41 a 43} Construção	1 618 866	1 757 140	2 050 742	891 245	1 464 405
{G a U} Comércio e serviços (exceto 4677)	2 362 698	1 845 238	1 856 000	751 712	660 283
{4677} Comércio de sucatas e desperdícios	838 263	988 558	966 235	873 535	975 148

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.



**Quadro 6.9 - Resíduos setoriais por atividades económicas
segundo agregados de operações de gestão**

Unidade: t

Atividade económica	Agrupamentos de operações de gestão de resíduos							
	Total	Artigo 1 Valorização energética (R1)	Artigo 2 Eliminação por incineração (D10)	Artigo 3a Operações de valorização com exclusão da valorização energética (R2 a R11)	Artigo 4 Eliminação por deposição no solo (D1+D5+D1 2)	Artigo 6 Operações preparatóri as de eliminação (D8+D9)	Artigo 7 Outras operações de eliminação (D11+D13 a D15)	Artigo 8 Outras operações de valorização (R12+R13)
Ano de 2013								
Total	11 210 091	723 660	50 216	4 935 691	1 738 511	402 479	221 388	3 138 146
{01+02} Agricultura, floresta e pescas	25 016		6	12 260	3 475	84	560	8 631
{05 a 09} Indústrias extrativas	769 613	9		214 734	541 559	131	769	12 411
{10 a 12} Alimentação, bebidas e tabaco	264 370	11 978	5 525	102 805	21 212	14 337	13 643	94 871
{13 a 15} Têxteis e peles	160 650	1 219	14	17 180	58 211	1 196	5 130	77 699
{16} Madeira e cortiça	193 623	95 867	0	59 381	2 323	673	1 328	34 051
{17+18} Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gravados	993 659	409 495	734	216 078	145 501	70 674	4 099	147 079
{19} Petrolíferas	20 162		0	1 794	5 137	10 311	505	2 414
{20 a 22} Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos	216 511	2 716	14 006	53 923	51 607	17 319	11 849	65 092
{23} Minerais não metálicos	384 470	240	124	205 759	112 277	3 459	7 809	54 802
{24+25} Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	511 963	67	89	340 157	26 392	22 521	9 842	112 896
{26 a 30} Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte	257 237	38	206	85 743	4 108	6 727	20 076	140 340
{31 a 33} Fabricação de mobiliário, outras indústrias e manutenção/instalação de equipamentos	143 781	979	708	80 437	4 677	14 413	8 501	34 066
{35} Eletricidade, gás e água quente	180 709	1	16	39 545	117 801	4 371	5 506	13 469
{36+37+39} Captação e distribuição de água, saneamento e atividades de descontaminação	737 785	325	11	211 216	232 613	99 200	5 621	188 799
{38} Gestão e valorização de resíduos	3 118 835	196 606	1 893	1 794 207	235 549	93 256	15 138	782 186
{41 a 43} Construção	1 481 030	204	130	731 177	76 813	1 808	31 718	639 180
{G a U} Comércio e serviços (exceto 4677)	750 573	2 947	26 669	122 619	97 161	41 716	59 640	399 822
{4677} Comércio de sucatas e desperdícios	1 000 104	970	87	646 674	2 095	285	19 653	330 339

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.



**Quadro 6.9 - Resíduos setoriais por atividades económicas
segundo agregados de operações de gestão**

Unidade: t

Atividade económica		Agrupamentos de operações de gestão de resíduos							
		Total	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3a	Artigo 4	Artigo 6	Artigo 7	Artigo 8
			Valorização energética (R1)	Eliminação por incineração (D10)	Operações de valorização com exclusão da valorização energética (R2 a R11)	Eliminação por deposição no solo (D1+D5+D12)	Operações preparatórias de eliminação (D8+D9)	Outras operações de eliminação (D11+D13 a D15)	Outras operações de valorização (R12+R13)
Ano de 2012									
	Total	9 453 034	813 205	69 995	3 326 094	1 247 256	296 786	235 698	3 464 001
{01+02}	Agricultura, floresta e pescas	83 359	283	0	18 036	6 577	101	2 025	56 337
{05 a 09}	Indústrias extrativas	242 600	16		208 349	13 196	183	1 508	19 348
{10 a 12}	Alimentação, bebidas e tabaco	315 663	13 669	10 275	114 603	19 810	17 130	14 725	125 450
{13 a 15}	Têxteis e peles	98 009	796	56	15 761	23 908	1 349	5 511	50 629
{16}	Madeira e cortiça	158 376	68 309		49 883	1 180	602	4 340	34 061
{17+18}	Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gravados	1 206 786							
			537 168	667	217 869	193 642	46 504	4 830	206 105
{19}	Petrolíferas	19 846		0	4 247	1 425	10 024	549	3 601
{20 a 22}	Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos	186 094	2 478	13 866	43 703	51 598	17 451	13 724	43 274
{23}	Minerais não metálicos	436 885	334	63	225 401	119 876	4 898	9 775	76 537
{24+25}	Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	447 460	30	94	257 274	24 132	23 251	10 068	132 612
{26 a 30}	Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte	220 815							
			20	900	59 187	8 778	11 354	11 482	129 094
{31 a 33}	Fabricação de mobiliário, outras indústrias e manutenção/instalação de equipamentos	98 181							
			1 120	5	52 234	4 271	2 770	2 638	35 143
{35}	Eletricidade, gás e água quente	421 782	143	6	158 127	221 314	6 576	4 262	31 354
{36+37+39}	Captação e distribuição de água, saneamento e atividades de descontaminação	573 719							
			853	91	195 515	124 560	51 656	8 110	192 935
{38}	Gestão e valorização de resíduos	2 241 434	182 397	292	888 111	281 588	59 059	15 603	814 383
{41 a 43}	Construção	928 397	589	1 162	249 292	100 532	2 522	55 597	518 703
{G a U}	Comércio e serviços (exceto 4677)	852 194	3 651	42 450	163 493	48 520	41 094	69 681	483 305
{4677}	Comércio de sucatas e desperdícios	921 434	1 348	67	405 009	2 350	261	1 270	511 129

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.



**Quadro 6.9 - Resíduos setoriais por atividades económicas
segundo agregados de operações de gestão (cont.)**

Unidade: t

Atividade económica	Agrupamentos de operações de gestão de resíduos							
	Total	Artigo 1 Valorização energética (R1)	Artigo 2 Eliminação por incineração (D10)	Artigo 3a Operações de valorização com exclusão da valorização energética (R2 a R11)	Artigo 4 Eliminação por deposição no solo (D1+D5+D1 2)	Artigo 6 Operações preparatóri as de eliminação (D8+D9)	Artigo 7 Outras operações de eliminação (D11+D13 a D15)	Artigo 8 Outras operações de valorização (R12+R13)
Ano de 2011								
Total	12 735 365	832 440	249 776	4 256 949	2 647 106	467 349	439 983	3 841 761
{01+02} Agricultura, floresta e pescas	92 633	3 694	246	65 255	6 528	92	466	16 352
{05 a 09} Indústrias extrativas	448 346	48		221 025	215 625	209	367	11 072
{10 a 12} Alimentação, bebidas e tabaco	323 652	11 712	9 119	125 847	33 066	24 680	18 974	100 254
{13 a 15} Têxteis e peles	164 592	255	80	37 652	47 039	11 872	7 505	60 188
{16} Madeira e cortiça	195 411	86 235	10	62 782	11 302	870	2 224	31 988
{17+18} Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gravados	1 183 852	504 828	1 265	258 196	170 249	48 480	8 750	192 084
{19} Petrolíferas	18 351		0	4 805	707	8 378	2 748	1 713
{20 a 22} Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos	194 216	2 766	10 917	38 524	54 299	27 540	15 519	44 651
{23} Minerais não metálicos	543 995	526	71	287 972	166 778	12 507	6 668	69 473
{24+25} Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	470 509	52	75	198 801	102 450	29 479	12 121	127 530
{26 a 30} Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte	241 521	75	228	77 086	21 723	8 828	11 275	122 305
{31 a 33} Fabricação de mobiliário, outras indústrias e manutenção/instalação de equipamentos	127 267	1 262	47	71 859	4 813	3 859	4 329	41 098
{35} Eletricidade, gás e água quente	290 431			121 316	119 288	21 230	3 202	25 395
{36+37+39} Captação e distribuição de água, saneamento e atividades de descontaminação	638 553	944	91	225 924	98 001	84 981	10 291	218 320
{38} Gestão e valorização de resíduos	2 729 623	187 065	3 432	964 515	568 390	113 289	60 837	832 096
{41 a 43} Construção	2 075 929	3 792	276	733 742	417 924	3 960	113 259	802 977
{G a U} Comércio e serviços (exceto 4677)	1 996 777	26 211	223 753	279 260	602 089	66 829	161 201	637 435
{4677} Comércio de sucatas e desperdícios	999 707	2 977	167	482 387	6 835	265	245	506 831

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.



**Quadro 6.9 - Resíduos setoriais por atividades económicas
segundo agregados de operações de gestão (cont.)**

Unidade: t

Atividade económica		Agrupamentos de operações de gestão de resíduos							
		Total	Artigo 1 Valorização energética (R1)	Artigo 2 Eliminação por incineração (D10)	Artigo 3a Operações de valorização com exclusão da valorização energética (R2 a R11)	Artigo 4 Eliminação por deposição no solo (D1+D5+D1 2)	Artigo 6 Operações preparatóri as de eliminação (D8+D9)	Artigo 7 Outras operações de eliminação (D11+D13 a D15)	Artigo 8 Outras operações de valorização (R12+R13)
Ano de 2010									
Total		11 871 680	741 750	70 174	3 698 507	2 153 256	621 557	592 160	3 994 276
{01+02}	Agricultura, floresta e pescas	138 265	46 415	33	81 504	2 600	136	476	7 102
{05 a 09}	Indústrias extrativas	267 506	21		20 757	238 119	496	557	7 556
{10 a 12}	Alimentação, bebidas e tabaco	316 741	21 493	7 012	147 644	37 187	8 644	25 784	68 977
{13 a 15}	Têxteis e peles	185 115	385	29	44 105	49 750	981	14 751	75 113
{16}	Madeira e cortiça	243 519	112 886	14	97 976	3 170	1 313	2 285	25 875
{17+18}	Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gravados	1 097 036	382 429	2 258	265 271	153 719	101 533	6 918	184 908
{19}	Petrolíferas	23 995	0	0	3 302	8 906	7 332	1 433	3 020
{20 a 22}	Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos	188 714	3 519	11 546	46 042	55 510	21 417	13 316	37 363
{23}	Minerais não metálicos	587 135	522	62	258 583	165 382	6 941	8 803	146 843
{24+25}	Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	413 956	3 275	118	129 477	86 901	39 065	12 334	142 786
{26 a 30}	Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte	212 919	64	316	99 861	9 986	7 370	9 840	85 483
{31 a 33}	Fabricação de mobiliário, outras indústrias e manutenção/instalação de equipamentos	157 053	1 675	37	107 743	6 732	3 920	5 623	31 323
{35}	Elettricidade, gás e água quente	326 364	42	4	244 355	54 070	3 472	5 319	19 102
{36+37+39}	Captação e distribuição de água, saneamento e atividades de descontaminação	571 164	230	91	269 109	134 207	53 957	6 457	107 114
{38}	Gestão e valorização de resíduos	2 338 583	139 869	1 572	781 298	331 546	295 643	51 014	737 641
{41 a 43}	Construção	1 779 898	5 405	274	203 699	226 544	2 913	186 605	1 154 458
{G a U}	Comércio e serviços (exceto 4677)	2 000 513	16 327	46 797	397 536	586 191	66 085	239 538	648 039
{4677}	Comércio de sucatas e desperdícios	1 023 206	7 194	11	500 246	2 735	338	1 109	511 574

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.



**Quadro 6.9 - Resíduos setoriais por atividades económicas
segundo agregados de operações de gestão (cont.)**

Unidade: t

Atividade económica		Agrupamentos de operações de gestão de resíduos							
		Total	Artigo 1 Valorização energética (R1)	Artigo 2 Eliminação por incineração (D10)	Artigo 3a Operações de valorização com exclusão da valorização energética (R2 a R11)	Artigo 4 Eliminação por deposição no solo (D1+D5+D1 2)	Artigo 6 Operações preparatóri as de eliminação (D8+D9)	Artigo 7 Outras operações de eliminação (D11+D13 a D15)	Artigo 8 Outras operações de valorização (R12+R13)
Ano de 2009									
Total		11 927 243	564 450	267 741	3 580 762	3 114 693	511 470	457 504	3 430 624
{01+02}	Agricultura, floresta e pescas	69 442	9 448	16	37 548	7 427	3 630	551	10 821
{05 a 09}	Indústrias extrativas	526 074	997		17 942	495 499	111	2 452	9 073
{10 a 12}	Alimentação, bebidas e tabaco	386 598	30 996	8 611	197 036	39 194	13 107	27 183	70 471
{13 a 15}	Têxteis e peles	114 976	264	69	25 154	32 555	1 396	14 615	40 924
{16}	Madeira e cortiça	274 823	122 170	26	105 122	9 607	5 326	2 186	30 385
{17+18}	Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gravados	848 220							
			250 791	4 122	177 757	175 986	69 379	5 906	164 279
{19}	Petríferas	17 811		0	577	3 756	11 239	1 400	839
{20 a 22}	Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos	183 219	4 330	10 559	41 743	58 548	17 773	17 825	32 441
{23}	Minerais não metálicos	558 963	646	62	273 309	200 770	12 949	14 232	56 996
{24+25}	Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	364 298	115	71	103 073	115 311	19 300	11 739	114 689
{26 a 30}	Fabricação de máquinas, equipamentos e material de transporte	232 697							
			317	123	95 306	17 383	8 184	19 700	91 684
{31 a 33}	Fabricação de mobiliário, outras indústrias e manutenção/instalação de equipamentos	121 419							
			2 244	69	78 004	9 423	4 695	4 931	22 054
{35}	Eletricidade, gás e água quente	261 169	1 642	19	100 270	59 044	2 387	10 008	87 798
{36+37+39}	Captação e distribuição de água, saneamento e atividades de descontaminação	531 293							
			4 245	569	339 562	111 768	3 886	5 839	65 423
{38}	Gestão e valorização de resíduos	2 353 959	93 493	5 514	853 749	405 199	260 028	28 621	707 355
{41 a 43}	Construção	1 678 584	4 298	1 597	229 295	587 556	6 339	107 951	741 547
{G a U}	Comércio e serviços (exceto 4677)	2 542 868	33 263	236 243	416 505	781 993	71 301	181 433	822 131
{4677}	Comércio de sucatas e desperdícios	860 830	5 189	70	488 810	3 674	441	932	361 714

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.



Quadro 6.10 - Resíduos setoriais por categorias

Unidade: t

Categoria (a) e perigosidade dos resíduos	2009	2010	2011	2012	2013
Total	11 927 243	11 871 680	12 735 365	9 453 034	11 210 091
Perigosos (P)	678 905	666 536	786 975	544 872	488 575
Não perigosos (NP)	11 248 338	11 205 144	11 948 390	8 908 162	10 721 516
(01) 01.1 : Solventes usados (P)	7 336	10 219	9 467	9 213	10 537
(02) 01.2 : Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (NP)	23 600	62 592	75 111	103 468	63 852
(03) 01.2 : Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (P)	14 643	12 802	15 612	13 008	14 525
(04) 01.3 : Óleos usados (P)	67 013	57 188	56 669	40 234	42 331
(05) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (NP)	99 227	100 549	143 741	117 921	155 697
(06) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (P)	134 069	129 457	138 921	95 610	106 509
(07) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (NP)	128 861	113 531	138 620	122 208	149 958
(08) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (P)	86 209	52 752	64 235	81 674	76 234
(09) 03.3 : Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (NP)	229 876	394 257	131 763	50 329	163 875
(10) 03.3 : Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (P)	21 939	34 980	38 371	20 896	23 472
(11) 05 : Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (NP)	11 867	13 117	12 949	11 695	4 853
(12) 05 : Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (P)	29 138	29 675	29 738	29 673	24 124
(13) 06.1 : Resíduos metálicos ferrosos (NP)	995 951	1 097 334	1 163 794	1 029 135	2 030 277
(14) 06.2 : Resíduos metálicos não ferrosos (NP)	136 579	267 324	180 876	175 914	159 096
(15) 06.3 : Resíduos metálicos mistos ferrosos e não ferrosos (NP)	220 582	236 551	225 281	472 068	252 102
(16) 07.1 : Resíduos de vidro (NP)	648 350	525 216	579 227	462 823	416 041
(17) 07.1 : Resíduos de vidro (P)	47	1	12	1	3
(18) 07.2 : Resíduos de papel e cartão (NP)	1 038 645	1 062 302	1 029 472	840 157	804 141
(19) 07.3 : Resíduos de borracha (NP)	115 272	145 582	132 501	90 771	115 939
(20) 07.4 : Resíduos de plásticos (NP)	179 186	220 380	248 459	211 437	323 255
(21) 07.5 : Resíduos de madeira (NP)	734 903	836 662	889 384	789 155	682 508
(22) 07.5 : Resíduos de madeira (P)	25 146	62 819	23 714	32 096	31 316
(23) 07.6 : Resíduos têxteis (não P)	87 223	125 020	86 566	61 020	90 103
(24) 07.7 : Resíduos contendo PCB	263	178	138	344	91
(25) 08 : Equipamento fora de uso (excluindo 08.1 e 08.41) (NP)	70 443	63 305	71 321	55 458	79 523
(26) 08 : Equipamento fora de uso (excluindo 08.1 e 08.41) (P)	19 103	23 924	22 305	18 155	14 449
(27) 08.1 : Veículos fora de uso (NP)	47 492	58 071	73 042	43 366	38 925
(28) 08.1 : Veículos fora de uso (P)	50 298	35 132	37 464	68 350	15 955
(29) 08.41 : Resíduos de pilhas e acumuladores (NP)	976	609	607	861	109
(30) 08.41 : Resíduos de pilhas e acumuladores (P)	40 759	46 695	48 268	43 531	42 115
(31) 09.1 : Resíduos de origem animal e mistos de alimentos (NP)	150 112	174 095	176 130	111 926	102 090
(32) 09.2 : Resíduos de origem vegetal (NP)	194 413	167 746	145 350	76 420	93 995
(33) 09.3 : Fezes, urina e estrume de animais (NP)	28 389	50 477	50 604	14 931	9 460
(34) 10.1 : Resíduos domésticos e similares (NP)	1 554 183	1 052 955	1 163 503	323 627	310 758
(35) 10.2 : Materiais mistos e não diferenciados (NP)	367 682	287 705	451 980	305 786	310 120
(36) 10.2 : Materiais mistos e não diferenciados (P)	1 712	1 965	2 643	1 538	2 086
(37) 10.3 : Resíduos de triagem (NP)	134 020	161 167	251 923	354 940	424 463
(38) 10.3 : Resíduos de triagem (P)	1 642	4 653	3 845	2 453	7 882
(39) 11 : Lamas comuns (NP)	718 365	680 377	725 181	686 350	595 764
(40) 12.1 : Resíduos minerais de construção e demolição (NP)	1 611 829	1 853 211	1 709 209	917 064	707 690
(41) 12.1 : Resíduos minerais de construção e demolição (P)	12 964	21 303	12 940	3 205	3 775
(42) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros resíduos minerais (NP)	1 009 126	711 068	929 762	627 738	1 254 273
(43) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros resíduos minerais (P)	26 938	14 023	79 399	8 328	12 307
(44) 12.4 : Resíduos de combustão (NP)	258 903	461 147	412 138	551 316	303 104
(45) 12.4 : Resíduos de combustão (P)	78 857	44 441	30 653	56 005	45 493
(46) 12.6 : Solos (NP)	354 418	188 234	640 062	200 720	959 952
(47) 12.6 : Solos (P)	53 705	22 688	34 049	19 875	13 771
(48) 12.7 : Lamas de dragagem (NP)	473	741	160	563	3
(49) 12.7 : Lamas de dragagem (P)	698	407	71	19	0
(50) 12.8 + 13 : Resíduos minerais do trat. de resíduos e estabilizados (NP)	97 394	93 815	109 671	98 995	119 590
(51) 12.8 + 13 : Resíduos minerais do trat. de resíduos e estabilizados (P)	6 425	61 235	138 461	664	1 599

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística



Quadro 6.11 - Resíduos setoriais por categorias submetidos a operações de Eliminação

Unidade: t

Categoria (a) e perigosidade dos resíduos	Eliminação				
	2009	2010	2011	2012	2013
Total	4 351 408	3 437 147	3 804 214	1 849 735	2 412 594
Perigosos (P)	374 890	344 474	503 211	246 009	237 385
Não perigosos (NP)	3 976 517	3 092 673	3 301 003	1 603 726	2 175 209
(01) 01.1 : Solventes usados (P)	1 229	1 975	1 292	1 058	2 079
(02) 01.2 : Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (NP)	567	1 054	4 824	58 992	38 465
(03) 01.2 : Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (P)	12 001	10 296	12 467	8 800	10 972
(04) 01.3 : Óleos usados (P)	6 445	5 604	9 904	7 173	5 489
(05) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (NP)	84 042	86 753	119 543	87 332	123 807
(06) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (P)	91 486	88 233	98 481	68 663	75 243
(07) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (NP)	48 591	38 314	43 370	40 242	51 251
(08) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (P)	68 722	39 697	47 377	71 065	60 059
(09) 03.3 : Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (NP)	229 711	393 785	131 120	49 808	140 588
(10) 03.3 : Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (P)	13 888	29 102	24 926	11 557	17 744
(11) 05 : Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (NP)	11 857	13 115	12 943	11 420	4 852
(12) 05 : Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (P)	29 138	29 673	29 733	29 672	24 123
(13) 06.1 : Resíduos metálicos ferrosos (NP)	9 738	10 889	13 211	2 812	3 948
(14) 06.2 : Resíduos metálicos não ferrosos (NP)	433	551	470	439	388
(15) 06.3 : Resíduos metálicos mistos ferrosos e não ferrosos (NP)	395	1 069	139	806	91
(16) 07.1 : Resíduos de vidro (NP)	21 803	16 851	16 362	17 130	32 167
(17) 07.1 : Resíduos de vidro (P)	47	1	12	1	3
(18) 07.2 : Resíduos de papel e cartão (NP)	6 440	2 919	55 900	5 356	1 243
(19) 07.3 : Resíduos de borracha (NP)	1 525	750	1 583	319	1 983
(20) 07.4 : Resíduos de plásticos (NP)	19 988	14 158	13 599	10 816	13 447
(21) 07.5 : Resíduos de madeira (NP)	24 295	13 609	9 708	6 238	1 715
(22) 07.5 : Resíduos de madeira (P)	618	403	499	197	351
(23) 07.6 : Resíduos têxteis (não P)	33 934	44 056	28 098	16 887	16 356
(24) 07.7 : Resíduos contendo PCB	252	176	136	330	89
(25) 08 : Equipamento fora de uso (excluindo 08.1 e 08.41) (NP)	974	850	578	3 618	30 744
(26) 08 : Equipamento fora de uso (excluindo 08.1 e 08.41) (P)	618	480	653	474	494
(27) 08.1 : Veículos fora de uso (NP)	5	0	1	14	5
(28) 08.1 : Veículos fora de uso (P)	24	0	46	2	9
(29) 08.41 : Resíduos de pilhas e acumuladores (NP)	14	4	1	2	0
(30) 08.41 : Resíduos de pilhas e acumuladores (P)	1 757	199	87	8	23
(31) 09.1 : Resíduos de origem animal e mistos de alimentos (NP)	49 243	37 302	63 825	43 842	34 584
(32) 09.2 : Resíduos de origem vegetal (NP)	37 798	29 572	28 832	11 267	20 615
(33) 09.3 : Fezes, urina e estrume de animais (NP)	82	0	0	0	0
(34) 10.1 : Resíduos domésticos e similares (NP)	1 178 615	923 548	995 760	264 270	184 752
(35) 10.2 : Materiais mistos e não diferenciados (NP)	196 502	139 939	153 697	87 959	74 471
(36) 10.2 : Materiais mistos e não diferenciados (P)	1 482	1 849	2 479	1 395	1 904
(37) 10.3 : Resíduos de triagem (NP)	57 519	58 708	53 412	68 839	112 817
(38) 10.3 : Resíduos de triagem (P)	1 156	977	1 457	161	4 972
(39) 11 : Lamas comuns (NP)	132 572	126 849	127 092	109 882	92 665
(40) 12.1 : Resíduos minerais de construção e demolição (NP)	664 911	454 051	313 495	146 705	114 529
(41) 12.1 : Resíduos minerais de construção e demolição (P)	11 391	20 571	9 738	3 027	3 380
(42) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros resíduos minerais (NP)	765 557	460 504	465 089	180 704	823 615
(43) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros resíduos minerais (P)	26 134	13 214	78 160	5 308	7 748
(44) 12.4 : Resíduos de combustão (NP)	101 648	87 825	164 488	295 358	179 546
(45) 12.4 : Resíduos de combustão (P)	50 417	25 373	16 263	24 744	11 520
(46) 12.6 : Solos (NP)	201 835	53 007	389 556	60 892	58 445
(47) 12.6 : Solos (P)	50 970	15 010	31 531	11 974	9 775
(48) 12.7 : Lamas de dragagem (NP)	445	714	31	0	1
(49) 12.7 : Lamas de dragagem (P)	698	407	70	19	0
(50) 12.8 + 13 : Resíduos minerais do trat. de resíduos e estabilizados (NP)	95 480	81 928	94 276	21 777	18 117
(51) 12.8 + 13 : Resíduos minerais do trat. de resíduos e estabilizados (P)	6 421	61 234	137 899	383	1 408

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.

(a) Categorias de resíduos segundo o Catálogo Europeu de Resíduos para Fins Estatísticos estipulado no Regulamento CE N.º 2150/2002.



Quadro 6.12 - Resíduos setoriais por categorias submetidos a operações de Valorização

Unidade: t

Categoria (a) e perigosidade dos resíduos	Valorização				
	2009	2010	2011	2012	2013
Total	7 575 835	8 434 533	8 931 151	7 603 299	8 797 497
Perigosos (P)	304 014	322 061	283 765	298 862	251 190
Não perigosos (NP)	7 271 821	8 112 472	8 647 386	7 304 436	8 546 306
(01) 01.1 : Solventes usados (P)	6 108	8 244	8 175	8 156	8 458
(02) 01.2 : Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (NP)	23 034	61 539	70 288	44 476	25 386
(03) 01.2 : Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (P)	2 642	2 506	3 145	4 208	3 554
(04) 01.3 : Óleos usados (P)	60 568	51 585	46 765	33 061	36 842
(05) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (NP)	15 185	13 796	24 198	30 589	31 890
(06) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (P)	42 584	41 224	40 440	26 947	31 266
(07) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (NP)	80 270	75 217	95 251	81 966	98 707
(08) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (P)	17 488	13 055	16 858	10 609	16 175
(09) 03.3 : Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (NP)	165	473	643	520	23 287
(10) 03.3 : Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (P)	8 051	5 878	13 445	9 339	5 728
(11) 05 : Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (NP)	10	2	5	275	1
(12) 05 : Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (P)	1	2	5	1	1
(13) 06.1 : Resíduos metálicos ferrosos (NP)	986 213	1 086 445	1 150 583	1 026 324	2 026 328
(14) 06.2 : Resíduos metálicos não ferrosos (NP)	136 147	266 774	180 406	175 475	158 707
(15) 06.3 : Resíduos metálicos mistos ferrosos e não ferrosos (NP)	220 187	235 482	225 142	471 262	252 011
(16) 07.1 : Resíduos de vidro (NP)	626 547	508 365	562 866	445 693	383 874
(17) 07.1 : Resíduos de vidro (P)	0	0	0	0	0
(18) 07.2 : Resíduos de papel e cartão (NP)	1 032 204	1 059 383	973 572	834 800	802 898
(19) 07.3 : Resíduos de borracha (NP)	113 747	144 831	130 917	90 452	113 956
(20) 07.4 : Resíduos de plásticos (NP)	159 198	206 222	234 861	200 621	309 808
(21) 07.5 : Resíduos de madeira (NP)	710 609	823 054	879 676	782 918	680 793
(22) 07.5 : Resíduos de madeira (P)	24 528	62 416	23 215	31 899	30 965
(23) 07.6 : Resíduos têxteis (não P)	53 290	80 965	58 468	44 133	73 748
(24) 07.7 : Resíduos contendo PCB	11	2	2	15	1
(25) 08 : Equipamento fora de uso (excluindo 08.1 e 08.41) (NP)	69 469	62 455	70 743	51 840	48 780
(26) 08 : Equipamento fora de uso (excluindo 08.1 e 08.41) (P)	18 486	23 443	21 651	17 681	13 955
(27) 08.1 : Veículos fora de uso (NP)	47 487	58 071	73 041	43 352	38 920
(28) 08.1 : Veículos fora de uso (P)	50 275	35 132	37 417	68 348	15 946
(29) 08.41 : Resíduos de pilhas e acumuladores (NP)	961	605	606	859	109
(30) 08.41 : Resíduos de pilhas e acumuladores (P)	39 003	46 496	48 180	43 523	42 093
(31) 09.1 : Resíduos de origem animal e mistos de alimentos (NP)	100 869	136 794	112 305	68 084	67 506
(32) 09.2 : Resíduos de origem vegetal (NP)	156 615	138 174	116 519	65 153	73 380
(33) 09.3 : Fezes, urina e estrume de animais (NP)	28 306	50 477	50 604	14 931	9 460
(34) 10.1 : Resíduos domésticos e similares (NP)	375 568	129 407	167 744	59 357	126 007
(35) 10.2 : Materiais mistos e não diferenciados (NP)	171 180	147 765	298 282	217 827	235 649
(36) 10.2 : Materiais mistos e não diferenciados (P)	230	116	164	143	182
(37) 10.3 : Resíduos de triagem (NP)	76 501	102 458	198 512	286 101	311 646
(38) 10.3 : Resíduos de triagem (P)	486	3 676	2 388	2 292	2 910
(39) 11 : Lamas comuns (NP)	585 792	553 528	598 089	576 469	503 099
(40) 12.1 : Resíduos minerais de construção e demolição (NP)	946 918	1 399 160	1 395 714	770 359	593 161
(41) 12.1 : Resíduos minerais de construção e demolição (P)	1 573	731	3 202	179	395
(42) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros resíduos minerais (NP)	243 569	250 564	464 674	447 034	430 658
(43) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros resíduos minerais (P)	804	809	1 239	3 020	4 559
(44) 12.4 : Resíduos de combustão (NP)	157 255	373 323	247 650	255 958	123 558
(45) 12.4 : Resíduos de combustão (P)	28 440	19 068	14 390	31 260	33 973
(46) 12.6 : Solos (NP)	152 583	135 227	250 506	139 828	901 507
(47) 12.6 : Solos (P)	2 735	7 678	2 518	7 900	3 996
(48) 12.7 : Lamas de dragagem (NP)	28	28	130	563	1
(49) 12.7 : Lamas de dragagem (P)	0	0	1	0	
(50) 12.8 + 13 : Resíduos minerais do trat. de resíduos e estabilizados (NP)	1 915	11 888	15 394	77 218	101 474
(51) 12.8 + 13 : Resíduos minerais do trat. de resíduos e estabilizados (P)	4	1	561	281	191

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.

(a) Categorias de resíduos segundo o Catálogo Europeu de Resíduos para Fins Estatísticos estipulado no Regulamento CE N.º 2150/2002.



Quadro 6.13 - Resíduos setoriais por categoria de resíduos segundo as operações de gestão

Unidade: t

Categoria (a) e perigosidade dos resíduos	Agrupamentos de operações de gestão de resíduos							
	Total	Artigo 1 Valorização energética (R1)	Artigo 2 Eliminação por incineração (D10)	Artigo 3a Operações de valorização com exclusão da valorização energética (R2 a R11)	Artigo 4 Eliminação por deposição no solo (D1+D5+D12)	Artigo 6 Operações preparatórias de eliminação (D8+D9)	Artigo 7 Outras operações de eliminação (D11+D13 a D15)	Artigo 8 Outras operações de valorização (R12+R13)
Ano de 2013								
Total	11 210 091	723 660	50 216	4 935 691	1 738 511	402 479	221 388	3 138 146
Perigosos	606 566	41 892	14 303	219 341	24 509	170 882	44 399	91 240
Não perigosos	10 603 525	681 768	35 912	4 716 350	1 714 002	231 597	176 989	3 046 906
(01) 01.1 : Solventes usados (P)	10 537	0	6	5 828	0	143	1 930	2 630
(02) 01.2 : Res. ácidos, alcalinos ou salinos (NP)	63 852	0	0	18 252	38 005	332	128	7 134
(03) 01.2 : Res. ácidos, alcalinos ou salinos (P)	14 525	0	0	3 230	0	9 593	1 379	324
(04) 01.3 : Óleos usados (P)	42 331	0	0	18 609	0	3 283	2 206	18 233
(05) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (NP)	155 697	443	177	12 532	108 957	8 291	6 383	18 915
(06) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (P)	106 509	102	14 295	12 811	18	45 047	15 882	18 353
(07) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (NP)	149 958	0	0	81 496	30 642	16 820	3 789	17 211
(08) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (P)	76 234	2 925	0	9 163	109	53 173	6 777	4 088
(09) 03.3 : Lamas e res. liq. do trat. res. (NP)	163 875	0	0	23 268	1 332	138 239	1 016	19
(10) 03.3 : Lamas e res. liq. do trat. res. (P)	23 472	5 218	0	413	0	16 899	845	96
(11) 05 : Res. de cuidados saúde e biológ. (NP)	4 853	0	1 106	0	3 375	14	356	0
(12) 05 : Res. de cuidados saúde e biológ. (P)	24 124	0	1	0	511	16 458	7 153	1
(13) 06.1 : Resíduos metálicos ferrosos (NP)	2 030 277	0	0	1 493 403	463	2 194	1 292	532 926
(14) 06.2 : Resíduos met. não ferrosos (NP)	159 096	0	0	52 508	365	1	22	106 199
(15) 06.3 : Res. met. mistos ferr. e não ferr. (NP)	252 102	0	0	118 190	15	3	73	133 821
(16) 07.1 : Resíduos de vidro (NP)	416 041	0	0	322 655	31 862	0	305	61 219
(17) 07.1 : Resíduos de vidro (P)	3	0	0	0	0	0	3	
(18) 07.2 : Resíduos de papel e cartão (NP)	804 141	112	2	357 007	481	1	759	445 778
(19) 07.3 : Resíduos de borracha (NP)	115 939	24 970	0	27 682	41	0	1 942	61 304
(20) 07.4 : Resíduos de plásticos (NP)	323 255	4 944	23	82 235	12 160	0	1 265	222 629
(21) 07.5 : Resíduos de madeira (NP)	682 508	452 360	25	148 934	996	66	628	79 499
(22) 07.5 : Resíduos de madeira (P)	31 316	30 850	0	0	64	234	53	115
(23) 07.6 : Resíduos têxteis (não P)	90 103	833	32	6 954	14 035	0	2 289	65 961
(24) 07.7 : Resíduos contendo PCB	91	0	0	1	0	0	89	
(25) 08 : Eq. fora d'uso (exc. 08.1 e 08.41) (NP)	79 523	0	0	13 474	137	7	30 600	35 305
(26) 08 : Eq. fora d'uso (exc. 08.1 e 08.41) (P)	14 449	0	2	5 441	6	32	455	8 514
(27) 08.1 : Veículos fora de uso (NP)	38 925	0	0	27 581	0	0	5	11 339
(28) 08.1 : Veículos fora de uso (P)	15 955	0	0	7 287	0	0	9	8 659
(29) 08.41 : Res. pilhas e acumuladores (NP)	109	1	0	6	0	0	0	101
(30) 08.41 : Res. de pilhas e acumuladores (P)	42 115	0	0	15 149	0	0	23	26 943
(31) 09.1 : Res. orig. animal e de alimentos (NP)	102 090	8 631	5 334	38 254	14 323	10 210	4 718	20 621
(32) 09.2 : Resíduos de origem vegetal (NP)	93 995	8 352	95	46 656	12 003	1 901	6 615	18 372
(33) 09.3 : Fezes, urina e estrume (NP)	9 460	0	0	9 263	0	0	0	197
(34) 10.1 : Res. domésticos e similares (NP)	310 758	1 152	27 746	27 268	115 335	1 134	40 536	97 587
(35) 10.2 : Mat. mistos e não diferenciados (NP)	310 120	16 153	26	118 405	51 722	7 603	15 120	101 091
(36) 10.2 : Mat. mistos e não diferenciados (P)	2 086	0	0	14	0	1 100	805	168
(37) 10.3 : Resíduos de triagem (NP)	424 463	150 411	1 294	80 910	105 316		6 207	80 326
(38) 10.3 : Resíduos de triagem (P)	7 882	2 796	0	4	0	4 846	126	109
(39) 11 : Lamas comuns (NP)	595 764	13 406	53	271 051	74 356	8 944	9 313	218 642
(40) 12.1 : Res. min. construção demolição (NP)	707 690	0	0	338 387	96 900	125	17 504	254 775
(41) 12.1 : Res. min. construção demolição (P)	3 775	0	0		470	1 340	1 571	395
(42) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros res. minerais (NP)	1 254 272	0	0	404 067	817 705	1 331	4 579	26 591
(43) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros res. minerais (P)	12 307	0	0	3 348	4 221	892	2 635	1 211
(44) 12.4 : Resíduos de combustão (NP)	303 104	0	0	102 651	145 356	32 975	1 215	20 907
(45) 12.4 : Resíduos de combustão (P)	45 493	0	0	33 856	827	10 425	268	117
(46) 12.6 : Solos (NP)	959 952	0	0	493 261	38 121		20 325	408 246
(47) 12.6 : Solos (P)	13 771	0	0	3 419	1 092	6 491	2 192	577
(48) 12.7 : Lamas de dragagem (NP)	3	0	0				1	1
(49) 12.7 : Lamas de dragagem (P)	119 590	0	0	100 766	17 191	926	0	707
(50) 12.8 + 13 : Res. min. do trat. de res. e estabilizados (NP)	1 599	0	0	0	0	1 404	4	191
(51) 12.8 + 13 : Res. min. do trat. de res. e estabilizados (P)	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.

(a) Categorias de resíduos segundo o Catálogo Europeu de Resíduos para Fins Estatísticos estipulado no Regulamento CE N.º 2150/2002.



Quadro 6.13 - Resíduos setoriais por categoria de resíduos segundo as operações de gestão

Unidade: t

Categoria (a) e perigosidade dos resíduos	Agrupamentos de operações de gestão de resíduos							
	Total	Artigo 1 Valorização energética (R1)	Artigo 2 Eliminação por incineração (D10)	Artigo 3a Operações de valorização com exclusão da valorização energética (R2 a R11)	Artigo 4 Eliminação por deposição no solo (D1+D5+D12)	Artigo 6 Operações preparatórias de eliminação (D8+D9)	Artigo 7 Outras operações de eliminação (D11+D13 a D15)	Artigo 8 Outras operações de valorização (R12+R13)
Ano de 2012								
Total	9 453 034	813 205	69 995	3 326 094	1 247 256	296 786	235 698	3 464 001
Perigosos	544 872	42 855	14 489	126 069	9 884	169 690	51 947	129 938
Não perigosos	8 908 162	770 350	55 506	3 200 024	1 237 372	127 096	183 751	3 334 063
(01) 01.1 : Solventes usados (P)	9 213	13	0	3 771	0	152	905	4 371
(02) 01.2 : Res. ácidos, alcalinos ou salinos (NP)	103 468	0	0	13 128	58 875	100	17	31 348
(03) 01.2 : Res. ácidos, alcalinos ou salinos (P)	13 008	1	0	3 986	64	7 319	1 417	221
(04) 01.3 : Óleos usados (P)	40 234	0	0	23 431	0	4 194	2 978	9 630
(05) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (NP)	117 921	204	67	17 546	79 160	2 321	5 784	12 839
(06) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (P)	95 610	568	14 178	9 916	31	37 341	17 113	16 463
(07) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (NP)	122 208	44	0	70 345	25 555	7 762	6 925	11 577
(08) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (P)	81 674	2 073	0	7 341	355	56 975	13 735	1 195
(09) 03.3 : Lamas e res. liq. do trat. res. (NP)	50 329	0	0	494	608	48 471	729	27
(10) 03.3 : Lamas e res. liq. do trat. res. (P)	20 896	6 282	0	32	0	11 100	457	3 026
(11) 05 : Res. de cuidados saúde e biológ. (NP)	11 695	275	1 058	0	9 491	10	860	0
(12) 05 : Res. de cuidados saúde e biológ. (P)	29 673	0	310	1	424	21 272	7 665	1
(13) 06.1 : Resíduos metálicos ferrosos (NP)	1 029 135	0	0	423 791	1 565	43	1 203	602 533
(14) 06.2 : Resíduos met. não ferrosos (NP)	175 914	0	0	48 929	271	1	166	126 546
(15) 06.3 : Res. met. mistos ferr. e não ferr. (NP)	472 068	0	0	64 051	595	1	210	407 210
(16) 07.1 : Resíduos de vidro (NP)	462 823	0	0	316 622	16 685	1	443	129 071
(17) 07.1 : Resíduos de vidro (P)	1	0	0	0	0	1	1	0
(18) 07.2 : Resíduos de papel e cartão (NP)	840 157	166	254	296 778	535	0	4 567	537 856
(19) 07.3 : Resíduos de borracha (NP)	90 771	25 069	0	34 629	7	0	313	30 754
(20) 07.4 : Resíduos de plásticos (NP)	211 437	3 347	40	68 462	9 615	0	1 161	128 812
(21) 07.5 : Resíduos de madeira (NP)	789 155	553 298	836	149 355	4 650	71	680	80 266
(22) 07.5 : Resíduos de madeira (P)	32 096	31 626	0	60	63	112	21	213
(23) 07.6 : Resíduos têxteis (não P)	61 020	529	12	4 942	14 936	17	1 922	38 662
(24) 07.7 : Resíduos contendo PCB	344	0	1	15	0	0	329	0
(25) 08 : Eq. fora d'uso (exc. 08.1 e 08.41) (NP)	55 458	1	0	18 602	90	1	3 527	33 237
(26) 08 : Eq. fora d'uso (exc. 08.1 e 08.41) (P)	18 155	0	1	10 875	2	59	412	6 806
(27) 08.1 : Veículos fora de uso (NP)	43 366	0	0	26 016	0	0	14	17 336
(28) 08.1 : Veículos fora de uso (P)	68 350	0	0	8 733	0	0	2	59 615
(29) 08.41 : Res. pilhas e acumuladores (NP)	861	0	0	3	0	0	2	856
(30) 08.41 : Res. de pilhas e acumuladores (P)	43 531	3	0	17 501	1	1	6	26 018
(31) 09.1 : Res. orig. animal e de alimentos (NP)	111 926	11 101	10 889	36 456	14 370	11 368	7 215	20 527
(32) 09.2 : Resíduos de origem vegetal (NP)	76 420	3 688	148	36 042	4 761	956	5 402	25 423
(33) 09.3 : Fezes, urina e estrume (NP)	14 931	0	0	14 885				46
(34) 10.1 : Res. domésticos e similares (NP)	323 627	1 557	41 647	8 299	175 418	1 098	46 107	49 501
(35) 10.2 : Mat. mistos e não diferenciados (NP)	305 786	12 751	555	106 335	56 232	11 803	19 369	98 741
(36) 10.2 : Mat. mistos e não diferenciados (P)	1 538	0	0	28	0	967	428	115
(37) 10.3 : Resíduos de triagem (NP)	354 940	145 382	0	59 038	65 430	0	3 409	81 681
(38) 10.3 : Resíduos de triagem (P)	2 453	2 289	0		27	100	34	3
(39) 11 : Lamas comuns (NP)	686 350	12 938	0	262 106	89 155	13 291	7 436	301 425
(40) 12.1 : Res. min. construção demolição (NP)	917 064	0	0	309 850	108 253	23	38 429	460 509
(41) 12.1 : Res. min. construção demolição (P)	3 205	0	0		583	1 448	996	179
(42) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros res. minerais (NP)	627 738	0	0	411 709	166 638	4 612	9 454	35 325
(43) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros res. minerais (P)	8 328	0	0	1 645	2 560	868	1 880	1 375
(44) 12.4 : Resíduos de combustão (NP)	551 316	0	0	226 927	267 680	25 132	2 546	29 031
(45) 12.4 : Resíduos de combustão (P)	56 005	0	0	30 994	5 012	19 450	282	266
(46) 12.6 : Solos (NP)	200 720	0	0	97 275	45 261	12	15 620	42 553
(47) 12.6 : Solos (P)	19 875	0	0	7 718	762	7 955	3 258	182
(48) 12.7 : Lamas de dragagem (NP)	563	0	0	281	0	0	0	281
(49) 12.7 : Lamas de dragagem (P)	19	0	0	0	0	0	19	0
(50) 12.8 + 13 : Res. min. do trat. de res. e estabilizados (NP)	98 995	0	0	77 127	21 535	0	242	90
(51) 12.8 + 13 : Res. min. do trat. de res. e estabilizados (P)	664	0	0	22	0	374	9	259

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.

(a) Categorias de resíduos segundo o Catálogo Europeu de Resíduos para Fins Estatísticos estipulado no Regulamento CE N.º 2150/2002.



**Quadro 6.13 - Resíduos setoriais por categoria de resíduos
segundo as operações de gestão (cont.)**

Unidade: t

Categoria (a) e perigosidade dos resíduos	Agrupamentos de operações de gestão de resíduos							
	Total	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3a	Artigo 4	Artigo 6	Artigo 7	Artigo 8
		Valorização energética (R1)	Eliminação por incineração (D10)	Operações de valorização com exclusão da valorização energética (R2 a R11)	Eliminação por deposição no solo (D1+D5+D12)	Operações preparatórias de eliminação (D8+D9)	Outras operações de eliminação (D11+D13 a D15)	Outras operações de valorização (R12+R13)
Ano de 2011								
Total	12 735 365	832 440	249 776	4 256 949	2 647 106	467 349	439 983	3 841 761
Perigosos	786 975	34 753	11 635	152 426	152 041	265 751	73 783	96 585
Não perigosos	11 948 390	797 687	238 141	4 104 523	2 495 065	201 597	366 200	3 745 176
(01) 01.1 : Solventes usados (P)	9 467	0	0	2 998	2	671	618	5 177
(02) 01.2 : Res. ácidos, alcalinos ou salinos (NP)	75 111	0	0	60 619	4 542	281	0	9 669
(03) 01.2 : Res. ácidos, alcalinos ou salinos (P)	15 612	1	0	2 954	0	10 807	1 660	190
(04) 01.3 : Óleos usados (P)	56 669	28	0	34 145	0	5 012	4 892	12 593
(05) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (NP)	143 741	64	103	19 746	96 183	13 458	9 799	4 387
(06) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (P)	138 921	2 217	11 289	19 538	161	61 777	25 254	18 685
(07) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (NP)	138 620	2 845	167	71 837	34 400	6 563	2 240	20 568
(08) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (P)	64 235	1 601	0	12 267	371	33 450	13 555	2 991
(09) 03.3 : Lamas e res. liq. do trat. res. (NP)	131 763	0	0	592	3 575	82 439	45 106	51
(10) 03.3 : Lamas e res. liq. do trat. res. (P)	38 371	9 657	0	1 046	0	23 559	1 367	2 742
(11) 05 : Res. de cuidados saúde e biológ. (NP)	12 949	0	1 551	1	10 524	38	830	4
(12) 05 : Res. de cuidados saúde e biológ. (P)	29 738	0	335	0	174	22 590	6 635	5
(13) 06.1 : Resíduos metálicos ferrosos (NP)	1 163 794	0	0	447 207	11 716	147	1 348	703 376
(14) 06.2 : Resíduos met. não ferrosos (NP)	180 876	0	0	63 306	260	9	201	117 100
(15) 06.3 : Res. met. mistos ferr. e não ferr. (NP)	225 281	0	0	71 126	24	44	70	154 016
(16) 07.1 : Resíduos de vidro (NP)	579 227	0	0	425 485	16 238	3	121	137 380
(17) 07.1 : Resíduos de vidro (P)	12	0	0	0	0	6	6	0
(18) 07.2 : Resíduos de papel e cartão (NP)	1 029 472	344	230	321 446	54 590	457	622	651 782
(19) 07.3 : Resíduos de borracha (NP)	132 501	25 263	1 278	64 326	192	0	114	41 328
(20) 07.4 : Resíduos de plásticos (NP)	248 459	15 230	5	69 720	11 765	195	1 634	149 910
(21) 07.5 : Resíduos de madeira (NP)	889 384	549 933	194	200 410	7 623	217	1 674	129 332
(22) 07.5 : Resíduos de madeira (P)	23 714	18 861	10	4 308	293	146	50	46
(23) 07.6 : Resíduos têxteis (não P)	86 566	160	35	23 823	24 200	193	3 672	34 484
(24) 07.7 : Resíduos contendo PCB	138	0	0	2	1	0	135	0
(25) 08 : Eq. fora d'uso (exc. 08.1 e 08.41) (NP)	71 321	0	2	29 098	163	1	411	41 646
(26) 08 : Eq. fora d'uso (exc. 08.1 e 08.41) (P)	22 305	0	2	11 873	26	69	556	9 778
(27) 08.1 : Veículos fora de uso (NP)	73 042	0	0	46 563	0	1	0	26 479
(28) 08.1 : Veículos fora de uso (P)	37 464	0	0	26 410	0	15	32	11 008
(29) 08.41 : Res. pilhas e acumuladores (NP)	607	14	0	103	0	0	1	488
(30) 08.41 : Res. de pilhas e acumuladores (P)	48 268	3	0	20 942	0	8	80	27 235
(31) 09.1 : Res. orig. animal e de alimentos (NP)	176 130	25 006	9 829	61 093	20 077	28 504	5 416	26 206
(32) 09.2 : Resíduos de origem vegetal (NP)	145 350	4 377	1 724	71 908	18 741	599	7 767	40 233
(33) 09.3 : Fezes, urina e estrume (NP)	50 604	0	0	50 593	0	0	0	10
(34) 10.1 : Res. domésticos e similares (NP)	1 163 503	3 010	222 812	29 283	645 055	5 031	122 861	135 450
(35) 10.2 : Mat. mistos e não diferenciados (NP)	451 980	55 527	209	127 975	110 052	18 605	24 831	114 780
(36) 10.2 : Mat. mistos e não diferenciados (P)	2 643	0	0	22	1	1 317	1 161	142
(37) 10.3 : Resíduos de triagem (NP)	251 923	109 540	0	44 096	51 806	0	1 606	44 876
(38) 10.3 : Resíduos de triagem (P)	3 845	2 385	0	3	0	1 262	195	0
(39) 11 : Lamas comuns (NP)	725 181	6 372	0	297 897	89 185	23 875	14 032	293 820
(40) 12.1 : Res. min. construção demolição (NP)	1 709 209	0	0	651 302	216 483	18	96 994	744 413
(41) 12.1 : Res. min. construção demolição (P)	12 940	0	0	1	6 746	1 770	1 222	3 201
(42) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros res. minerais (NP)	929 762	0	0	439 613	450 009	10 769	4 311	25 061
(43) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros res. minerais (P)	79 399	0	0	234	8 800	57 692	11 669	1 005
(44) 12.4 : Resíduos de combustão (NP)	412 138	0	0	218 193	145 948	10 071	8 469	29 457
(45) 12.4 : Resíduos de combustão (P)	30 653	0	0	13 648	3 145	12 797	321	742
(46) 12.6 : Solos (NP)	640 062	0	0	181 919	377 511	9	12 037	68 587
(47) 12.6 : Solos (P)	34 049	0	0	2 037	839	26 876	3 816	481
(48) 12.7 : Lamas de dragagem (NP)	160	0	0	0	0	0	31	130
(49) 12.7 : Lamas de dragagem (P)	71	0	0	0	0	70	0	1
(50) 12.8 + 13 : Res. min. do trat. de res. e estabilizados (NP)	109 671	0	0	15 241	94 201	72	3	153
(51) 12.8 + 13 : Res. min. do trat. de res. e estabilizados (P)	138 461	0	0	0	131 480	5 857	562	561

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.

(a) Categorias de resíduos segundo o Catálogo Europeu de Resíduos para Fins Estatísticos estipulado no Regulamento CE N.º 2150/2002.



Quadro 6.13 - Resíduos setoriais por categoria de resíduos segundo as operações de gestão (cont.)

Unidade: t

Categoria (a) e perigosidade dos resíduos	Agrupamentos de operações de gestão de resíduos							
	Total	Artigo 1 Valorização energética (R1)	Artigo 2 Eliminação por incineração (D10)	Artigo 3a Operações de valorização com exclusão da valorização energética (R2 a R11)	Artigo 4 Eliminação por deposição no solo (D1+D5+D12)	Artigo 6 Operações preparatórias de eliminação (D8+D9)	Artigo 7 Outras operações de eliminação (D11+D13 a D15)	Artigo 8 Outras operações de valorização (R12+R13)
Ano de 2010								
Total	11 871 680	741 750	70 174	3 698 507	2 153 256	621 557	592 160	3 994 276
Perigosos	666 536	65 839	12 458	149 321	82 315	194 262	55 439	106 901
Não perigosos	11 205 144	675 911	57 716	3 549 186	2 070 941	427 295	536 721	3 887 375
(01) 01.1 : Solventes usados (P)	10 219	3	2	3 176	2	945	1 026	5 065
(02) 01.2 : Res. ácidos, alcalinos ou salinos (NP)	62 592	0	0	61 501	889	130	35	38
(03) 01.2 : Res. ácidos, alcalinos ou salinos (P)	12 802	0	0	2 219	0	8 998	1 297	287
(04) 01.3 : Óleos usados (P)	57 188	48	0	30 397	0	3 553	2 051	21 140
(05) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (NP)	100 549	126	122	8 557	75 465	2 893	8 274	5 112
(06) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (P)	129 457	3 174	11 397	17 820	885	56 129	19 822	20 231
(07) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (NP)	113 531	7 075	170	57 389	33 041	3 233	1 869	10 753
(08) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (P)	52 752	1 315	0	10 464	843	29 992	8 862	1 277
(09) 03.3 : Lamas e res. liq. do trat. res. (NP)	394 257	0	0	380	3 251	365 474	25 060	92
(10) 03.3 : Lamas e res. liq. do trat. res. (P)	34 980	2 877	0	912	136	24 642	4 324	2 089
(11) 05 : Res. de cuidados saúde e biológ. (NP)	13 117	0	2 840	1	9 417	17	841	1
(12) 05 : Res. de cuidados saúde e biológ. (P)	29 675	0	1 042	0	343	21 727	6 561	1
(13) 06.1 : Resíduos metálicos ferrosos (NP)	1 097 334	0	0	464 480	9 176	12	1 701	621 965
(14) 06.2 : Resíduos met. não ferrosos (NP)	267 324	0	0	55 550	270	0	281	211 224
(15) 06.3 : Res. met. mistos ferr. e não ferr. (NP)	236 551	0	0	74 955	399	0	670	160 527
(16) 07.1 : Resíduos de vidro (NP)	525 216	0	0	354 274	15 940	1	910	154 091
(17) 07.1 : Resíduos de vidro (P)	1	0	0	0	0	0	1	0
(18) 07.2 : Resíduos de papel e cartão (NP)	1 062 302	429	89	383 423	1 573	0	1 256	675 531
(19) 07.3 : Resíduos de borracha (NP)	145 582	31 269	158	54 259	499		93	59 303
(20) 07.4 : Resíduos de plásticos (NP)	220 380	4 050	23	80 322	12 144	13	1 977	121 851
(21) 07.5 : Resíduos de madeira (NP)	836 662	435 047	1 091	252 544	7 963	10	4 544	135 462
(22) 07.5 : Resíduos de madeira (P)	62 819	54 747	0	7 521	297	18	88	149
(23) 07.6 : Resíduos têxteis (não P)	125 020	244	26	13 987	36 111	199	7 720	66 734
(24) 07.7 : Resíduos contendo PCB	178	0	0	2	5	0	171	
(25) 08 : Eq. fora d'uso (exc. 08.1 e 08.41) (NP)	63 305	4	1	18 051	326	3	520	44 400
(26) 08 : Eq. fora d'uso (exc. 08.1 e 08.41) (P)	23 924	0	5	11 341	3	92	380	12 103
(27) 08.1 : Veículos fora de uso (NP)	58 071	0	0	35 998	0	0	0	22 074
(28) 08.1 : Veículos fora de uso (P)	35 132	0	0	19 193	0	0	0	15 938
(29) 08.41 : Res. pilhas e acumuladores (NP)	609	0	0	187	0	0	4	419
(30) 08.41 : Res. de pilhas e acumuladores (P)	46 695	3	12	22 240	0	3	184	24 253
(31) 09.1 : Res. orig. animal e de alimentos (NP)	174 095	68 401	6 417	53 535	18 441	8 234	4 210	14 858
(32) 09.2 : Resíduos de origem vegetal (NP)	167 746	34 377	207	82 983	14 527	545	14 293	20 815
(33) 09.3 : Fezes, urina e estrume (NP)	50 477	0	0	50 453	0	0	0	24
(34) 10.1 : Res. domésticos e similares (NP)	1 052 955	3 981	46 032	77 882	718 877	2 758	155 881	47 544
(35) 10.2 : Mat. mistos e não diferenciados (NP)	287 705	27 615	513	43 951	101 959	13 618	23 849	76 200
(36) 10.2 : Mat. mistos e não diferenciados (P)	1 965	0	0	12	12	1 020	817	104
(37) 10.3 : Resíduos de triagem (NP)	161 167	63 291	28	23 391	42 873	49	15 759	15 777
(38) 10.3 : Resíduos de triagem (P)	4 653	3 672	0		1	555	421	4
(39) 11 : Lamas comuns (NP)	680 377	2	0	385 627	95 658	15 387	15 805	167 899
(40) 12.1 : Res. min. construção demolição (NP)	1 853 211	0	0	303 176	221 790	163	232 097	1 095 984
(41) 12.1 : Res. min. construção demolição (P)	21 303	0	0	546	8 042	8 595	3 935	185
(42) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros res. minerais (NF)	711 068	0	0	227 876	451 245	4 689	4 570	22 688
(43) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros res. minerais (P)	14 023	0	0	30	8 405	1 217	3 593	779
(44) 12.4 : Resíduos de combustão (NP)	461 147	0	0	361 872	71 121	9 463	7 241	11 451
(45) 12.4 : Resíduos de combustão (P)	44 441	0	0	16 076	432	24 341	600	2 991
(46) 12.6 : Solos (NP)	188 234	0	0	11 671	48 328	0	4 679	123 556
(47) 12.6 : Solos (P)	22 688	0	0	7 373	7 483	6 729	797	305
(48) 12.7 : Lamas de dragagem (NP)	741	0	0	0	636	0	78	28
(49) 12.7 : Lamas de dragagem (P)	407	0	0	0	0	0	407	0
(50) 12.8 + 13 : Res. min. do trat. de res. e estabilizados (NP)	93 815	0	0	10 911	79 020	403	2 505	977
(51) 12.8 + 13 : Res. min. do trat. de res. e estabilizados (P)	61 235	0	0	0	55 427	5 704	103	1

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.

(a) Categorias de resíduos segundo o Catálogo Europeu de Resíduos para Fins Estatísticos estipulado no Regulamento CE N.º 2150/2002.



Quadro 6.13 - Resíduos setoriais por categoria de resíduos segundo as operações de gestão (cont.)

Unidade: t

Categoria (a) e perigosidade dos resíduos	Agrupamentos de operações de gestão de resíduos							
	Total	Artigo 1 Valorização energética (R1)	Artigo 2 Eliminação por incineração (D10)	Artigo 3a Operações de valorização com exclusão da valorização energética (R2 a R11)	Artigo 4 Eliminação por deposição no solo (D1+D5+D12)	Artigo 6 Operações preparatórias de eliminação (D8+D9)	Artigo 7 Outras operações de eliminação (D11+D13 a D15)	Artigo 8 Outras operações de valorização (R12+R13)
Ano de 2009								
Total	11 927 243	564 450	267 741	3 580 762	3 114 693	511 470	457 504	3 430 624
Perigosos	678 905	24 510	13 206	200 818	81 709	210 544	69 431	78 686
Não perigosos	11 248 338	539 940	254 535	3 379 944	3 032 984	300 926	388 073	3 351 937
(01) 01.1 : Solventes usados (P)	7 336	1	4	2 703	1	353	871	3 404
(02) 01.2 : Res. ácidos, alcalinos ou salinos (NP)	23 600	0	0	23 034	423	108	35	0
(03) 01.2 : Res. ácidos, alcalinos ou salinos (P)	14 643	9	0	1 903	0	9 868	2 132	730
(04) 01.3 : Óleos usados (P)	67 013	31	0	52 794	0	3 926	2 519	7 743
(05) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (NP)	99 227	29	226	13 296	72 257	2 942	8 617	1 860
(06) 01.4 + 02 + 03.1 : Resíduos químicos (P)	134 069	4 098	10 670	22 006	929	57 134	22 752	16 481
(07) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (NP)	128 861	113	422	63 613	40 146	4 748	3 275	16 544
(08) 03.2 : Lamas de efluentes industriais (P)	86 209	1 001	66	14 718	1 561	55 425	11 669	1 769
(09) 03.3 : Lamas e res. liq. do trat. res. (NP)	229 876	0	0	129	3 535	221 753	4 423	36
(10) 03.3 : Lamas e res. liq. do trat. res. (P)	21 939	7 544	0	506	44	11 039	2 804	2
(11) 05 : Res. de cuidados saúde e biológ. (NP)	11 867	0	1 266	3	9 786	22	784	8
(12) 05 : Res. de cuidados saúde e biológ. (P)	29 138	0	2 453	0	4	19 424	7 256	1
(13) 06.1 : Resíduos metálicos ferrosos (NP)	995 951	0	0	487 978	8 604	371	763	498 236
(14) 06.2 : Resíduos met. não ferrosos (NP)	136 579	0	0	44 934	330	7	96	91 213
(15) 06.3 : Res. met. mistos ferr. e não ferr. (NP)	220 582	0	0	92 786	37	8	350	127 401
(16) 07.1 : Resíduos de vidro (NP)	648 350	0	0	420 744	11 765	0	10 038	205 803
(17) 07.1 : Resíduos de vidro (P)	47	0	0	0	0	46	1	0
(18) 07.2 : Resíduos de papel e cartão (NP)	1 038 645	794	550	409 893	4 263	149	1 478	621 518
(19) 07.3 : Resíduos de borracha (NP)	115 272	24 046	808	45 726	94		623	43 976
(20) 07.4 : Resíduos de plásticos (NP)	179 186	1 179	318	76 624	16 290	86	3 293	81 395
(21) 07.5 : Resíduos de madeira (NP)	734 903	371 232	8 156	248 262	12 360	27	3 751	91 114
(22) 07.5 : Resíduos de madeira (P)	25 146	11 539	13	12 915	486	3	116	74
(23) 07.6 : Resíduos têxteis (não P)	87 223	271	25	27 107	25 602	1	8 306	25 912
(24) 07.7 : Resíduos contendo PCB	263	0	0	11	0	0	252	0
(25) 08 : Eq. fora d'uso (exc. 08.1 e 08.41) (NP)	70 443	0	0	19 749	546	6	422	49 720
(26) 08 : Eq. fora d'uso (exc. 08.1 e 08.41) (P)	19 103	2	0	12 711	6	61	551	5 773
(27) 08.1 : Veículos fora de uso (NP)	47 492	0	0	34 145	0	0	5	13 342
(28) 08.1 : Veículos fora de uso (P)	50 298	0	0	38 444	0	0	24	11 831
(29) 08.41 : Res. pilhas e acumuladores (NP)	976	0	0	491	0	0	14	470
(30) 08.41 : Res. de pilhas e acumuladores (P)	40 759	2	0	14 687	0	6	1 750	24 313
(31) 09.1 : Res. orig. animal e de alimentos (NP)	150 112	26 838	10 246	62 473	14 921	11 938	12 137	11 558
(32) 09.2 : Resíduos de origem vegetal (NP)	194 413	47 886	2 545	73 188	21 400	1 146	12 708	35 540
(33) 09.3 : Fezes, urina e estrume (NP)	28 389	0	0	25 722	20	0	62	2 585
(34) 10.1 : Res. domésticos e similares (NP)	1 554 183	4 473	224 884	62 879	821 458	1 742	130 530	308 216
(35) 10.2 : Mat. mistos e não diferenciados (NP)	367 682	25 406	4 633	61 663	137 681	14 924	39 264	84 111
(36) 10.2 : Mat. mistos e não diferenciados (P)	1 712	0	0	25	79	725	679	205
(37) 10.3 : Resíduos de triagem (NP)	134 020	37 297	406	8 784	47 349	0	9 764	30 420
(38) 10.3 : Resíduos de triagem (P)	1 642	284	0	14	24	743	388	189
(39) 11 : Lamas comuns (NP)	718 365	376	50	468 044	94 927	23 832	13 764	117 372
(40) 12.1 : Res. min. construção demolição (NP)	1 611 829	0	0	231 246	555 022	1 223	108 666	715 672
(41) 12.1 : Res. min. construção demolição (P)	12 964	0	0	206	4 196	4 765	2 430	1 367
(42) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros res. minerais (NF)	1 009 126	0	0	222 484	750 607	12 679	2 271	21 085
(43) 12.2 + 12.3 + 12.5 : Outros res. minerais (P)	26 938	0	0	13	18 390	847	6 897	790
(44) 12.4 : Resíduos de combustão (NP)	258 903	0	0	144 722	97 952	3 014	682	12 533
(45) 12.4 : Resíduos de combustão (P)	78 857	0	0	24 692	17 501	31 234	1 682	3 748
(46) 12.6 : Solos (NP)	354 418	0	0	8 548	191 469	0	10 367	144 035
(47) 12.6 : Solos (P)	53 705	0	0	2 467	37 347	9 202	4 420	268
(48) 12.7 : Lamas de dragagem (NP)	473	0	0	0	100	0	345	28
(49) 12.7 : Lamas de dragagem (P)	698	0	0	0	698	0	0	0
(50) 12.8 + 13 : Res. min. do trat. de res. e estabilizados (NP)	97 394	0	0	1 678	94 042	200	1 238	237
(51) 12.8 + 13 : Res. min. do trat. de res. e estabilizados (P)	6 425	0	0	4	441	5 740	240	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Ver metodologia de estimação de resultados no capítulo de metodologias, conceitos e nomenclaturas.

(a) Categorias de resíduos segundo o Catálogo Europeu de Resíduos para Fins Estatísticos estipulado no Regulamento CE N.º 2150/2002.



Quadro 6.14 - Número de pontos de recolha e outros locais de entrega/receção de resíduos de fluxos específicos por distritos

2013

Unidade: N.º

Regiões e Distritos / Ilhas	VALORMED		VALORFITO	VALORCAR		VALORPNEU	AMB3E			
	Sistema farmácias	Sistema veterinário	Pontos de retoma activos	Resíduos de baterias	Veículos em fim de vida	Ponto de recolha	Centro de receção	Ponto eletrão	Ponto de recolha Distribuição	Outros pontos de recolha / receção
Portugal	2 893	61	704	83	79	49	92	191	35	298
Continente	2 787	60	673	73	69	40	76	183	31	292
1 Aveiro	192	4	47	6	6	2	12	11	1	15
2 Beja	57	4	15	2	2	2	3	1	X	19
3 Braga	184	5	69	4	4	2	4	10	2	13
4 Bragança	41	6	30	1	1	1	1	X	1	15
5 Castelo Branco	64	X	23	2	2	1	1	2	X	14
6 Coimbra	148	2	44	5	5	2	4	11	2	12
7 Évora	60	4	17	3	3	1	2	1	1	15
8 Faro	114	X	15	3	3	2	5	10	2	15
9 Guarda	59	2	26	1	1	1	1	1	X	11
10 Leiria	133	4	48	6	6	3	6	6	1	14
11 Lisboa	659	5	30	9	8	5	12	63	5	49
12 Portalegre	46	1	8	1	1	1	1	X	X	7
13 Porto	434	10	73	7	7	4	6	27	5	19
14 Santarém	147	3	53	7	4	2	3	10	2	29
15 Setúbal	202	5	23	6	6	5	10	16	4	26
16 Viana do Castelo	65	2	39	3	3	2	2	3	2	5
17 Vila Real	69	X	46	3	3	2	1	3	X	5
18 Viseu	113	3	67	4	4	2	2	8	3	9
R.A. Açores	45	1	31	9	9	8	11	5	2	6
19 Ilha do Corvo	X	X	X	1	1	0	1	X	X	X
20 Ilha da Graciosa	1	X	X	1	1	1	1	X	X	X
21 Ilha das Flores	1	X	X	1	1	1	1	X	X	X
22 Ilha de Santa Maria	X	X	X	1	1	1	1	X	X	X
23 Ilha de São Jorge	2	X	X	0	0	1	1	X	X	X
24 Ilha do Faial	3	X	X	0	0	1	1	1	X	X
25 Ilha do Pico	4	X	X	1	0	1	1	X	X	X
26 Ilha Terceira	11	X	X	2	2	1	2	2	1	2
27 Ilha de S. Miguel	23	1	X	2	3	1	2	2	1	4
R.A. Madeira	61	X	X	1	1	1	5	3	2	X
28 Ilha da Madeira	60	X	X	1	1	1	4	3	2	X
29 Ilha de Porto Santo	1	X	X	0	0	0	1	X	X	X

(continua)



Quadro 6.14 - Número de pontos de recolha e outros locais de entrega/receção de resíduos de fluxos específicos por distritos (cont.)

2013

Unidade: N.º

Regiões e Distritos/Ilhas	ERP Portugal - REEE				ERP Portugal - Baterias		
	Centro de receção	Depositário	Ponto de recolha Distribuição	Outros pontos de recolha / receção	Centro de receção	Depositário	Ponto de recolha da rede de recolha de REEE
Portugal	26	993	582	86	14	814	8
Continente	19	962	574	85	11	783	4
1 Aveiro	3	71	38	3	0	61	1
2 Beja	0	23	10	6	0	22	0
3 Braga	0	48	31	4	0	35	0
4 Bragança	1	9	7	0	1	7	0
5 Castelo Branco	0	28	8	0	0	23	0
6 Coimbra	0	50	21	5	0	39	0
7 Évora	0	25	12	5	0	18	0
8 Faro	1	40	39	0	1	31	0
9 Guarda	0	17	6	2	0	10	0
10 Leiria	0	53	32	0	0	44	0
11 Lisboa	3	221	157	26	3	183	1
12 Portalegre	0	14	7	0	0	14	0
13 Porto	5	147	104	15	3	124	0
14 Santarém	1	51	23	0	0	42	0
15 Setúbal	1	82	40	0	1	68	1
16 Viana do Castelo	3	33	9	0	1	28	0
17 Vila Real	0	20	12	2	0	16	0
18 Viseu	1	30	18	17	1	18	1
R.A. Açores	7	31	8	1	3	31	4
19 Ilha do Corvo	0	0	0	0	0	0	0
20 Ilha da Graciosa	1	3	0	0	0	3	0
21 Ilha das Flores	0	0	0	0	0	0	0
22 Ilha de Santa Maria	1	0	0	0	0	0	0
23 Ilha de São Jorge	0	1	0	0	0	1	0
24 Ilha do Faial	1	3	2	0	1	3	1
25 Ilha do Pico	1	2	0	0	0	2	0
26 Ilha Terceira	1	7	3	0	1	7	2
27 Ilha de S. Miguel	2	15	3	1	1	15	1
R.A. Madeira	0	0	0	0	0	0	0
28 Ilha da Madeira	0	0	0	0	0	0	0
29 Ilha de Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0

(continua)



Quadro 6.14 - Número de pontos de recolha e outros locais de entrega/receção de resíduos de fluxos específicos por distritos (cont.)

2013

Unidade: N.º

Regiões e Distritos/Iilhas	AUTOSIL	GVB	SOGILUB	ECOPIILHAS
	Baterias: Pontos de recolha	Baterias: Pontos de recolha	Locais de recolha	Pontos de recolha
Portugal	182	40	139	7 640
Continente	182	31	127	7 370
1 Aveiro	7	3	9	603
2 Beja	3	1	10	76
3 Braga	2	1	0	408
4 Bragança	1	1	13	74
5 Castelo Branco	0	2	4	109
6 Coimbra	2	1	3	273
7 Évora	0	1	9	145
8 Faro	0	3	4	393
9 Guarda	3	1	13	69
10 Leiria	0	1	2	366
11 Lisboa	116	7	9	2 191
12 Portalegre	0	0	3	44
13 Porto	16	4	22	1 234
14 Santarém	1	1	11	313
15 Setúbal	20	2	11	629
16 Viana do Castelo	2	0	0	157
17 Vila Real	1	1	1	85
18 Viseu	8	1	3	201
R.A. Açores	0	8	9	137
19 Ilha do Corvo	0	0	X	2
20 Ilha da Graciosa	0	1	1	5
21 Ilha das Flores	0	1	2	6
22 Ilha de Santa Maria	0	1	1	3
23 Ilha de São Jorge	0	1	1	7
24 Ilha do Faial	0	1	1	13
25 Ilha do Pico	0	1	1	9
26 Ilha Terceira	0	1	1	25
27 Ilha de S. Miguel	0	1	1	67
R.A. Madeira	0	1	3	133
28 Ilha da Madeira	0	1	2	133
29 Ilha de Porto Santo	0	0	1	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 6.15 - Fluxos específicos de resíduos recolhidos e valorizados

Unidade: t

Fluxo específico de resíduos	Quantidades de materiais geridos e valorizados				
	2009	2010	2011	2012	2013
Embalagens e resíduos de embalagens					
Produção de resíduos	1 719 274	1 664 296	1 565 838	1.528.181 (Rv)	1 446 210
Total valorizado	1 131 921	1 020 580	984 620	914.963 (Rv)	938 519
do qual: valorização energética	101 370	96 589	70 035	45.488 (Rv)	X
Óleos minerais usados					
Total colocado em mercado (a)	68 936	70 302	64 416	55 508	56 354
Produção de resíduos	36 767	38 080	36 964	29 809	29 344
Total recolhido	29 578	30 097	28 024	25 451	25 366
Total valorizado	27 078	26 837	24 744	23 110	22 615
Pneus usados					
Total colocado em mercado	78 349	83 294	72 785	62 431	70 625
Produção de resíduos	86 959	89 058	78 881	65 231	71 319
Total recolhido	89 575	94 373	90 373	78 268	78 695
Total valorizado	89 575	94 373	90 373	78 268	78 695
do qual: valorização energética	21 878	25 759	25 144	24 483	26 132
Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos					
Total colocado em mercado	169 049	157 065	129 732	117 001	124 582
Total recolhido	45 190	46 660	55 779	39 808	44 499
Total valorizado	38 733	40 549	50 140	35.088 (Rv)	40 136
Resíduos de pilhas e acumuladores					
Total colocado em mercado	2 371	30 900	30 780	27 500	30 685
Total recolhido	497	34 664	30 946	32 187	29 526
Total valorizado	497	30 982	30 392	32 069	29 285
Veículos em fim de vida					
Total recolhido	95 703	96 242	71 664	87.020 (Rv)	89 094
Total valorizado	83 159	82 937	62 995	76.244 (Rv)	76 096
do qual: valorização energética	2 477	3 815	3 551	4.272 (Rv)	6 620

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

(a) Óleos novos colocados no mercado sujeitos a ecovalor.



Quadro 6.16 - Movimento transfronteiriço de resíduos (lista Laranja) por nível de perigo e principal operação de gestão (a)

Unidade: t

Operações e nível de perigo dos resíduos movimentados	2009	2010	2011	2012	2013
Saídas (exportações)	62 503	55 123	62 336	65 339	67 259
Não perigoso	1 093	1 333	939	1 661	1 316
Perigoso	61 411	53 791	61 397	63 677	65 943
Eliminação	10 019	2 152	1 947	2 158	2 181
Não perigoso	282	154	107	79	124
Perigoso	9 737	1 998	1 840	2 079	2 057
Valorização	52 485	52 971	60 389	63 181	65 078
Não perigoso	811	1 179	832	1 582	1 192
Perigoso	51 674	51 793	59 558	61 598	63 886
Entradas (importações)	1 194	6 380	14 806	2 084	17 308
Não perigoso	12	5 916	14 726	797	12 127
Perigoso	1 182	464	80	1 287	5 181
Eliminação	0	0	3	0	4 042
Não perigoso	0	0	0	0	0
Perigoso	0	0	3	0	4 042
Valorização	1 194	6 380	14 803	2 084	13 266
Não perigoso	12	5 916	14 726	797	12 127
Perigoso	1 182	464	77	1 287	1 139

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

(a) Transferências de resíduos destinados a valorização ou eliminação sujeitas aos procedimento de notificação prévia por escrito estipulado no Regulamento (CE) n.º 1013/2006, de 14 de junho (Resíduos da "Lista Laranja" ou não classificados).

Quadro 6.17 - Movimento transfronteiriço de resíduos (lista Laranja) por países de destino ou origem segundo a principal operação de gestão (a)

Unidade: t

Países de destino \ origem dos resíduos	Eliminação					Valorização				
	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013
Total de saídas (exportados)	10 019	2 152	1 947	2 158	2 181	52 485	52 971	60 389	63 181	65 078
Alemanha	591	236	175	41	0	436	139	308	1 296	648
Áustria	0	0	0	0	0	25	0	0	0	0
Bélgica	721	1 381	1 307	1 570	1 526	0	147	224	166	174
Espanha	8 572	481	404	457	598	51 165	51 584	58 935	61 245	63 703
França	135	54	61	90	57	48	116	6	27	23
Holanda	0	0	0	0	0	0	0	71	0	66
Índia	0	0	0	0	0	811	324	0	0	0
Inglaterra	0	0	0	0	0	0	0	13	0	0
Marrocos	0	0	0	0	0	0	661	832	446	417
Suécia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	47
Total de entradas (importados)	0	0	3	0	4 041	1 204	6 380	14 783	2 670	13 271
Dinamarca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Espanha	0	0	0	0	0	1 182	543	14	2 252	12 646
Gibraltar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Grécia	0	0	0	0	2 821	0	0	0	0	0
Irlanda	0	0	0	0	0	10	5 837	14 250	0	0
Israel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itália	0	0	0	0	1 220	12	0	0	0	0
Malta	0	0	0	0	0	0	0	371	376	604
Reino Unido	0	0	3	0	0	0	0	148	42	10

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

(a) Transferências de resíduos destinados a valorização ou eliminação sujeitas aos procedimento de notificação prévia por escrito estipulado no Regulamento (CE) n.º 1013/2006, de 14 de junho (Resíduos da "Lista Laranja" ou não classificados).



Quadro 6.18 - Movimento transfronteiriço de resíduos (lista Verde) por países de destino e enviados para valorização (a)

Unidade: t

Países de destino dos resíduos	Valorização
	2013
Total de Saídas (exportados)	636 023
Espanha	527 108
China	57 539
Índia	11 018
Países Baixos	10 500
Israel	7 007
Hong Kong	6 578
Alemanha	6 045
Bélgica	2 509
Paquistão	1 668
Itália	1 551
França	1 112
Reino Unido	1 091
Luxemburgo	447
Brasil	372
Turquia	286
Suiça	204
Indonésia	138
Malásia	114
Canadá	107
Eslovénia	90
Estados Unidos	69
Emiratos Árabes Unidos	61
Marrocos	57
Tailândia	53
Polónia	52
Vietname	46
Coreia (República da)	44
Eslováquia	40
Suécia	36
República Checa	34
Egipto	25
Irlanda	22

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

(a) Transferências de resíduos destinados a valorização sujeitas aos requisitos gerais de informação estabelecidos no artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 1013/2006, de 14 de junho (Resíduos da "Lista Verde" não sujeitos a notificação).



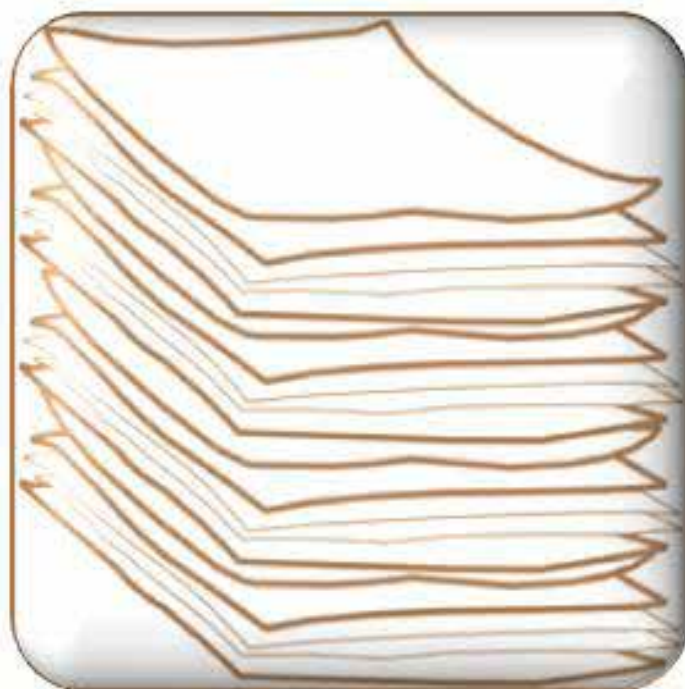
Quadro 6.19 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de resíduos, por setor institucional e agregado económico

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2009	2010	2011	2012	2013
Administrações Públicas					
Total das despesas	480 138 (Rv)	481 929 (Rv)	483 672 (Rv)	450 543	477 292
Despesas correntes	444 361	440 948	448 542	420 674	445 260
Despesas com o pessoal	153 539	150 181	139 958	126 720	120 073
Aquisição de bens e serviços	228 610	223 098	235 765	239 015	261 355
Transferências correntes	41 130	37 416	40 326	28 746	35 560
Outras despesas correntes	21 082	30 253	32 492	26 193	28 272
Despesas de capital	35 777	40 982	35 131	29 870	32 032
Investimentos	18 838	23 586	23 614	14 441	18 753
Transferências de capital	15 547	14 351	10 719	12 559	12 376
Outras despesas de capital	1 391	3 044	797	2 869	903
Administração Central					
Total das despesas	1 106 (Rv)	218 (Rv)	277	94	47
Despesas correntes	1 106	218	277	94	47
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	1 106	218	277	94	47
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	0	0	0	0	0
Investimentos	0	0	0	0	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	1 578	10 643	11 553	2 890	7 725
Despesas correntes	659	547	698	541	507
Despesas com o pessoal	12	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	647	546	598	388	439
Transferências correntes	0	1	100	3	55
Outras despesas correntes	0	0	0	150	13
Despesas de capital	919	10 097	10 855	2 350	7 218
Investimentos	913	10 097	10 782	2 350	7 151
Transferências de capital	6	0	73	0	67
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	1 730	12 503	15 200	7 341	8 437
Despesas correntes	1 730	12 503	15 048	5 553	5 373
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	0	0	0	0	0
Transferências correntes	0	0	5 693	5 553	5 373
Outras despesas correntes	1 730	12 503	9 355	0	0
Despesas de capital	0	0	151	1 788	3 064
Investimentos	0	0	0	0	0
Transferências de capital	0	0	151	1 788	3 064
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	475 724 (Rv)	458 565 (Rv)	456 643 (Rv)	440 217	461 084
Despesas correntes	440 866	427 680	432 518	414 486	439 333
Despesas com o pessoal	153 527	150 181	139 958	126 720	120 073
Aquisição de bens e serviços	226 857	222 334	234 890	238 533	260 869
Transferências correntes	41 130	37 415	34 533	23 190	30 132
Outras despesas correntes	19 352	17 749	23 137	26 044	28 259
Despesas de capital	34 858	30 885	24 124	25 732	21 750
Investimentos	17 925	13 490	12 832	12 092	11 602
Transferências de capital	15 541	14 351	10 495	10 771	9 245
Outras despesas de capital	1 391	3 044	797	2 869	903

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Outros
domínios de
ambiente**

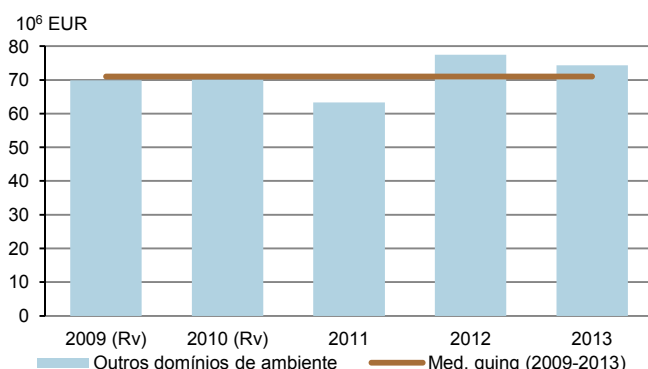
7 - DESPESA NOS OUTROS DOMÍNIOS DE AMBIENTE

- Este capítulo engloba os restantes domínios de ambiente definidos pela “Classificação de atividades e despesas de proteção do ambiente”, tais como “Proteção contra ruídos e vibrações” (exceto proteção nos locais de trabalho), “Proteção contra as radiações”, “Investigação e desenvolvimento” e “Outras atividades de proteção do ambiente”.

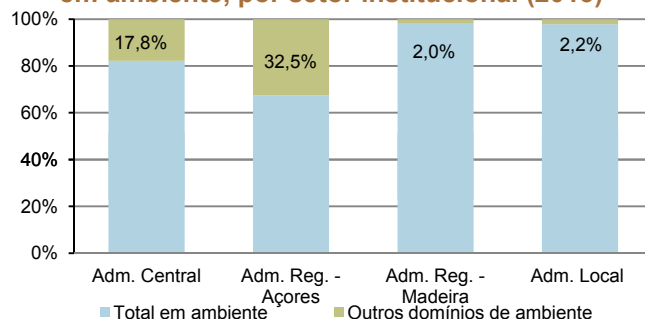
Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Despesa nos Outros domínios de ambiente		 Resposta	Em 2013, as despesas das Administrações Públicas neste domínio ambiental diminuíram 4,1%, fixando-se nos 74 milhões de euros (77 milhões de euros em 2012), montante ainda assim acima do valor médio do quinquénio 2009-2013.



7.1 - DESPESAS NOS OUTROS DOMÍNIOS DE AMBIENTE

Figura 7.1 - Despesa das Administrações Públicas nos Outros domínios de ambiente

Fonte: INE, I. P.

Figura 7.2 - Outros domínios no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2013)

(a) Nota: não foi considerado no período de referência de 2013 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).

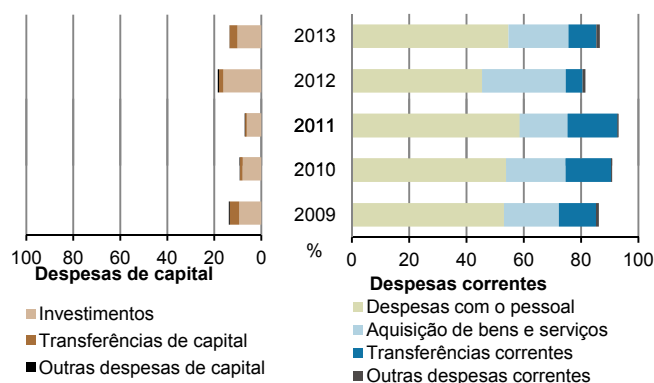
Fonte: INE, I. P.

Dos “Outros domínios de ambiente”, o mais representativo é constituído por “Outras atividades de proteção de ambiente”, que compreende as ações de administração geral, planeamento e regulamentação no âmbito das atividades de proteção do ambiente, incluindo ainda as atividades que não são passíveis de desagregação, como acontece em alguns organismos e programas/projetos inseridos nos planos de investimento.

Em 2013, as despesas das Administrações Públicas neste domínio ambiental diminuíram 4,1%, fixando-se nos 74 milhões de euros (77 milhões de euros em 2012), montante ainda assim acima do valor médio do quinquénio 2009-2013.

Numa perspetiva setorial, o peso deste conjunto de domínios no total da despesa em ambiente é muito distinto: por um lado, 17,8% dos gastos da Administração Central e cerca de 1/3 da Administração Regional/Região Autónoma dos Açores foram aplicados neste grupo, com destaque para as ações relacionadas com a Rede regional de ecotecas e Centros de interpretação ambiental, em oposição à Região Autónoma

da Madeira e à Administração Local que individualmente, não registaram valores superiores a 3%. Comparativamente ao ano de 2012, as contribuições da Administração Central e da Administração Regional/Região Autónoma dos Açores no total da despesa em ambiente diminuíram, respetivamente 9 p.p. e 7 p.p..

Figura 7.3 - Despesa das Administrações Públicas nos Outros domínios de ambiente, por agregado económico

Fonte: INE, I. P.

Ao longo do período em análise, mais de metade dos gastos deste conjunto de atividades foram aplicados em “despesas com o pessoal” (em 2011 representaram 58,5%) e cerca de 1/5 em “aquisição de bens e serviços”, totalizando 3/4 do total da despesa destes domínios. A integração das 5 ex-ARH e do ex-INAG na APA, I.P., refletiu-se nos gastos com o pessoal, que aumentaram 10 p.p. face a 2012, em oposição à “aquisição de bens e serviços” e “investimentos”, que diminuíram, respetivamente, 31,3% e 39,6%.



7.2 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 7.1 - Despesa das Administrações Públicas nos Outros domínios de ambiente, por setor institucional e agregado económicoUnidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2009	2010	2011	2012	2013
Administrações Públicas					
Total das despesas	69 905 (Rv)	70 007 (Rv)	63 358 (Rv)	77 486	74 301
Despesas correntes	60 240	63 590	58 938	63 140	64 295
Despesas com o pessoal	37 113	37 663	37 081	35 208	40 616
Aquisição de bens e serviços	13 376	14 550	10 634	22 638	15 548
Transferências correntes	9 066	11 089	11 021	4 539	7 226
Outras despesas correntes	685	289	201	755	906
Despesas de capital	9 665	6 416	4 421	14 347	10 006
Investimentos	6 590	5 578	3 954	12 496	7 542
Transferências de capital	2 777	745	388	1 431	2 457
Outras despesas de capital	298	93	79	420	6
Administração Central					
Total das despesas	38 473 (Rv)	43 135 (Rv)	37 251 (Rv)	53 067	52 129
Despesas correntes	34 623	39 738	35 149	41 628	46 267
Despesas com o pessoal	20 733	21 498	19 978	19 067	27 384
Aquisição de bens e serviços	7 796	9 182	4 948	18 046	11 312
Transferências correntes	6 067	9 017	10 132	4 129	6 893
Outras despesas correntes	27	41	91	387	678
Despesas de capital	3 849	3 398	2 102	11 438	5 862
Investimentos	1 908	2 751	2 102	10 573	5 743
Transferências de capital	1 942	647	0	865	119
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	11 111	8 722	7 174	7 216	7 785
Despesas correntes	7 351	7 193	6 521	6 565	5 114
Despesas com o pessoal	4 832	4 875	5 154	4 843	4 346
Aquisição de bens e serviços	1 405	1 547	1 268	1 469	685
Transferências correntes	1 099	770	98	95	83
Outras despesas correntes	15	ø	1	157	1
Despesas de capital	3 759	1 529	653	651	2 670
Investimentos	2 966	1 489	304	336	481
Transferências de capital	793	40	350	315	2 189
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	1 638 (Rv)	1 782 (Rv)	1 766	1 318	1 623
Despesas correntes	1 623	1 772	1 753	1 318	1 393
Despesas com o pessoal	1 552	1 666	1 568	1 139	1 167
Aquisição de bens e serviços	71	106	186	178	225
Transferências correntes	0	0	ø	ø	1
Outras despesas correntes	0	0	0	1	0
Despesas de capital	15	11	13	0	230
Investimentos	15	11	13	0	230
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	18 683	16 367	17 168	15 886	12 764
Despesas correntes	16 643	14 888	15 515	13 629	11 521
Despesas com o pessoal	9 997	9 624	10 382	10 159	7 719
Aquisição de bens e serviços	4 104	3 715	4 233	2 946	3 326
Transferências correntes	1 899	1 301	791	314	249
Outras despesas correntes	643	248	110	210	227
Despesas de capital	2 041	1 478	1 653	2 257	1 243
Investimentos	1 701	1 328	1 536	1 586	1 088
Transferências de capital	42	57	38	251	149
Outras despesas de capital	298	93	79	420	6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Empresas
com
atividades
de gestão e
proteção do
ambiente**

8 - EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

- A agenda ambiental vem conquistando uma presença crescente na sociedade, na economia das empresas e no planeamento para o desenvolvimento. No entanto, o compromisso ambiental das empresas portuguesas em termos de proteção do ambiente é não só reduzida, como tem vindo gradualmente a perder importância, como atesta a pouca expressão da certificação ambiental no parque empresarial (3,8% em 2013). Ainda assim, as grandes empresas parecem querer contrariar este quadro, o que pode ser corroborado pelo elevado número de certificações ambientais existentes nas empresas com mais de 1 000 pessoas ao serviço (72,7% em 2013).
- Os instrumentos de gestão ambiental são compromissos voluntários que, uma vez implementados, promovem a melhoria do desempenho ambiental das organizações. Fazem parte destes contratos a certificação ambiental ISO 14001, o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditorias (EMAS, na sigla inglesa) e o rótulo ecológico. Neste capítulo apresentam-se alguns indicadores do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditorias (EMAS).
- Chama-se a atenção para o facto de o INE ter procedido a uma revisão de série da informação relativa à caracterização do parque empresarial com atividades de gestão e proteção do ambiente. A partir de 2010, a leitura e análise desta informação passou a ser efetuada com base na representatividade no universo das empresas abrangidas (de acordo com Regulamento (CE) nº 295/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Março de 2008, relativo às estatísticas estruturais das empresas).

Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente		Estado 	A adesão do parque empresarial à redução do impacto ambiental decorrente dos seus sistemas produtivos foi de 13,8% (12,0% em 2012).
Empresas com certificação ambiental		Estado 	Em 2013, apenas 3,7% das empresas possuíam certificações ambientais, destacando-se os setores das "Indústrias petrolíferas" e da "Eletricidade, gás e água".
Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente		Estado 	O "Investimento" das empresas, no âmbito da proteção do ambiente, registou um acréscimo de 8,2% e deveu-se a aumentos nos domínios "Gestão de Resíduos" e "Gestão de Águas Residuais" com, respetivamente 19,9% e 9,9%.

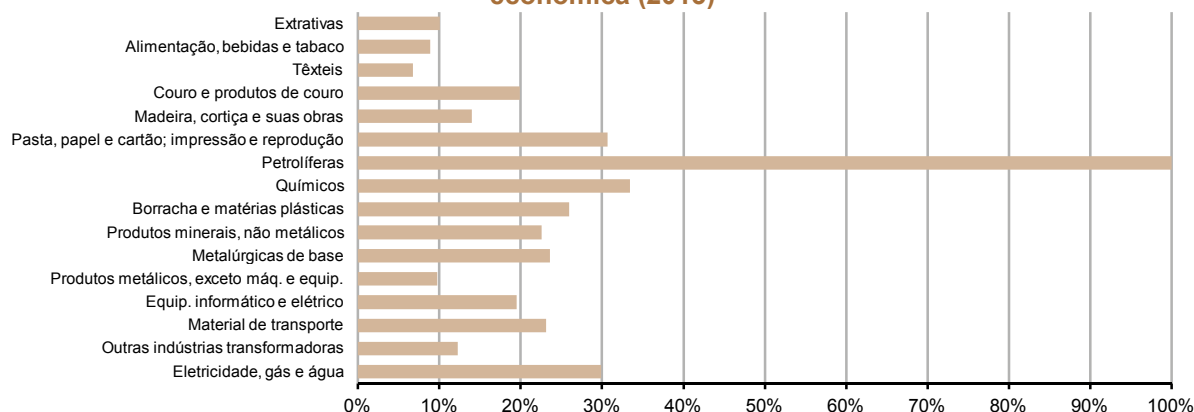


8.1 - EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

Em 2013, o esforço das empresas em manter elevados padrões de desempenho ambiental nos respetivos processos produtivos traduziu-se num investimento aproximado de 90 milhões de euros (mais 7 milhões de euros face a 2012) e um resultado financeiro negativo da ordem dos 103 milhões de euros, inferior em 9 milhões de euros face a 2012. Para este resultado concorreu um montante de gastos de 236 milhões de euros, face a um valor total de rendimentos de 134 milhões de euros.

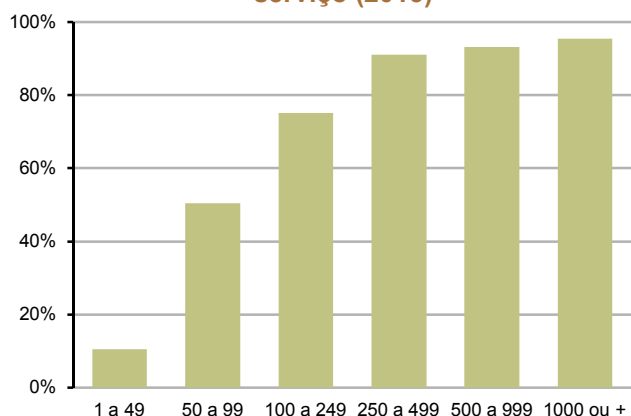
A adesão do parque empresarial de 2013 à adoção de medidas de redução do impacto ambiental decorrente dos seus sistemas produtivos foi 13,8%, quando em 2012 representava 12,0%. O setor das “Indústrias petrolíferas” foi o único a adotar medidas de proteção ambiental em todas as unidades produtivas, enquanto para os restantes setores o grau de adesão foi inferior a 40%. Destas, as que apresentaram melhor conduta ambiental foram as “Indústrias químicas e farmacêuticas” (33,4%), “Indústrias da pasta de papel, papel e cartão” (30,6%) e “Eletricidade, gás e água” (29,9%). No extremo oposto posicionaram-se os setores menos sustentáveis do ponto de vista ambiental ou sem necessidade de realizarem ações de controlo e redução da poluição: as empresas dos setores das “Indústrias têxteis” e as “Indústrias alimentação, bebidas e tabaco”, em que as medidas adotadas de proteção do ambiente apenas cobriram, respetivamente 6,8% e 8,9% do total das empresas em atividade em cada um dos respetivos setores.

Figura 8.1 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica (2013)



Fonte: INE

Figura 8.2 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por escalão de pessoal ao serviço (2013)



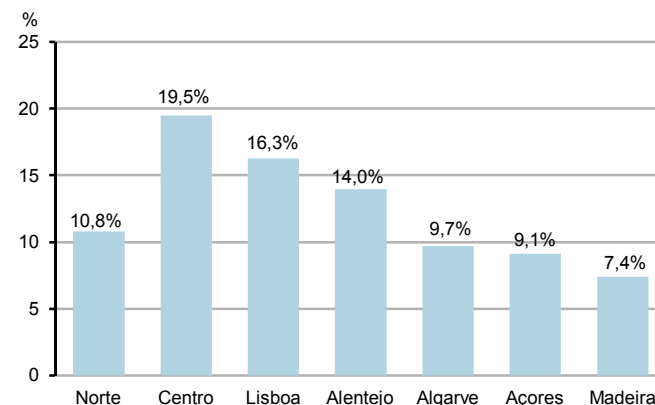
Fonte: INE

As empresas de maior dimensão (tendo por base o número de pessoas ao serviço) são as que revelaram ter mais preocupação com as questões ambientais. Em 2013, 95,5% das empresas com 1 000 ou mais pessoas ao serviço adotaram medidas de proteção ambiental (92,9% em 2012). Metade das empresas posicionadas nos escalões 50-99 pessoas ao serviço desenvolveu algum tipo de atividade ambiental, tendo registado um acréscimo de 4 p.p. face a 2012. Nas empresas posicionadas nos escalões de pessoal com menos de 49 pessoas ao serviço, o conceito de sustentabilidade ambiental aplicado ao setor empresarial só está presente, em 10,4% das empresas (8,8% em 2012).



A região Centro reforçou a sua liderança no *ranking* das regiões com empresas que desenvolveram atividades de controlo e redução da poluição com 19,5% (14,1% em 2012) das empresas, seguindo-se as regiões de Lisboa e do Alentejo com 16,3% e 14,0%, respetivamente. Na Região Autónoma da Madeira o número de empresas que adotou medidas de proteção ambiental aumentou 2 p.p., em oposição às empresas das regiões dos Açores e do Algarve que registaram decréscimos na execução de medidas ambientais.

Figura 8.3 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II (2013)



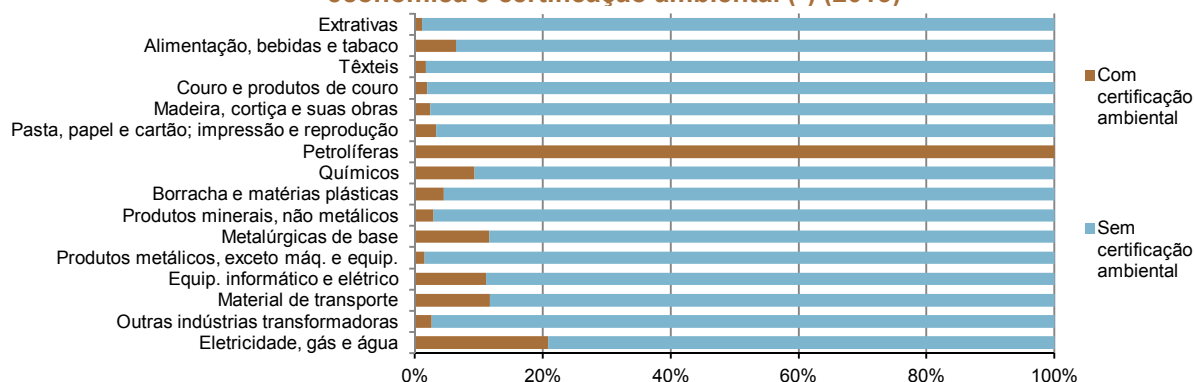
Fonte: INE

Os benefícios que os agentes económicos podem alcançar com a certificação ambiental são diversos, desde a otimização dos processos tecnológicos (diminuição dos consumos energéticos, matérias-primas, recursos naturais), minimização do impacto ambiental das atividades, melhoria da imagem perante a opinião pública, acessibilidade a determinados mercados e concursos em que a certificação ambiental é obrigatória e ainda a melhoria da posição competitiva face aos concorrentes não certificados.

Apesar disso, a dimensão do compromisso ambiental nas empresas não é ainda satisfatória, uma vez que os instrumentos de gestão ambiental colocados à disposição podem ser usados de forma voluntária, nomeadamente o Sistema Comunitário de Auditoria e Eco gestão (EMAS, da sigla em inglês) e ISO 14001, com o objetivo de garantir uma gestão ambiental eficaz e melhorar o seu desempenho ambiental ainda são utilizados de forma restrita.

Em 2013, apenas 3,7% das empresas possuíam certificações ambientais, destacando-se os setores das “Indústrias petrolíferas” (100%) e da “Elettricidade, gás e água” (20,8%). O menor número de certificações atribuído registou-se nas “Indústrias extrativas” com 1,1% e “Produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos” com 1,5%.

Figura 8.4 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e certificação ambiental (*) (2013)

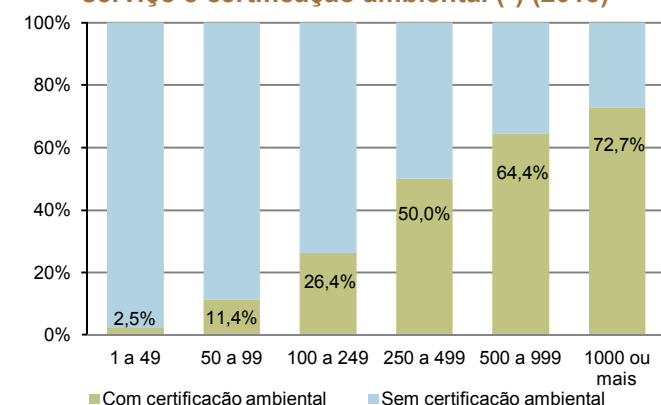


(*) Inclui ISO 14001, EMAS e exclusivamente ISO 14001 e EMAS.

Fonte: INE



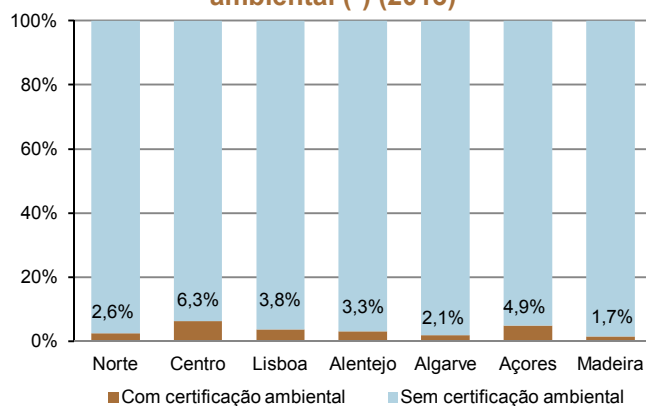
Figura 8.5 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por escalão de pessoal ao serviço e certificação ambiental (*) (2013)



(*) Inclui ISO 14001, EMAS e exclusivamente ISO 14001 e EMAS.

Fonte: INE

Figura 8.6 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II e certificação ambiental (*) (2013)



(*) Inclui ISO 14001, EMAS e exclusivamente ISO 14001 e EMAS.

Fonte: INE

Apesar da ainda reduzida dimensão da certificação, é possível perceber uma racionalidade ambiental na agenda das grandes empresas. Com efeito 72,7% das empresas pertencentes ao escalão de 1 000 ou mais pessoas ao serviço possuíam em 2013 certificações ambientais, -6 p.p. que em 2012 (78,6%). A adesão a este tipo de acreditação vai diminuindo nas empresas de escalões de pessoal ao serviço menores, atingindo o mínimo nas empresas até 49 pessoas ao serviço (2,5%). A certificação efetuada pelas grandes empresas representa apenas 1,2% do total de empresas certificadas a nível nacional, sendo que o maior contributo (62,9%) provém das empresas pertencentes ao escalão 1 a 49 pessoas ao serviço pelo facto do parque empresarial ser constituído maioritariamente por empresas de pequena dimensão.

Mais de 3/4 (78,0%) das organizações certificadas estavam sediadas nas regiões do Norte e Centro, em contraste com as regiões do Algarve e da Região Autónoma da Madeira em que apenas 1,1% e 0,5% das empresas utilizaram os instrumentos de gestão ambiental EMAS e ISO 14001. A nível regional, as empresas certificadas do Centro e da Região Autónoma dos Açores destacaram-se das restantes, com respetivamente 6,3% e 4,9% do total.

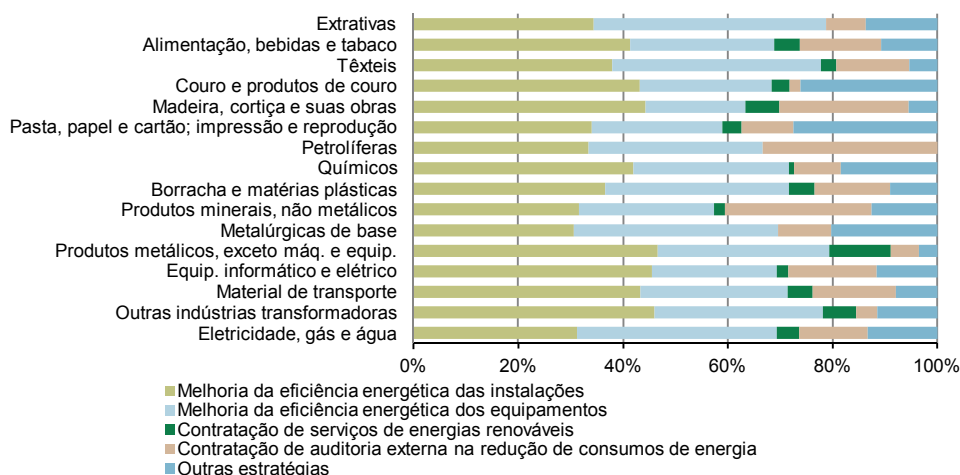
Em 2013, 7,7% das empresas afirmaram terem adotado estratégias para reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa,

com destaque para as “Indústrias petrolíferas”, “Indústrias químicas e farmacêuticas”, “Indústrias metalúrgicas de base” e “Eletricidade, gás e água”. Entre as ações adotadas, salientam-se as efetuadas para a melhoria da eficiência energética das instalações e equipamentos que foram aplicadas em 70,8% das empresas. De referir ainda que 12,2% das empresas procederam à contratação de auditoria externa para reduzir consumos de energia.

A análise setorial revela que a principal estratégia adotada pelas empresas foi a melhoria da eficiência energética, nomeadamente nas “Indústrias de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos”, “Indústrias extrativas” e “Outras indústrias transformadoras” que absorveram mais de 3/4 do total das medidas destes setores. A contratação de serviços de auditoria externa para conseguir a redução de consumos de energia teve maior expressão nas “Indústrias petrolíferas”, “Produtos minerais, não metálicos” e “Indústrias da madeira, cortiça e suas obras”. A contratação de serviços de energia produzida a partir de fontes renováveis teve maior relevância no setor das “Indústrias de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos”.



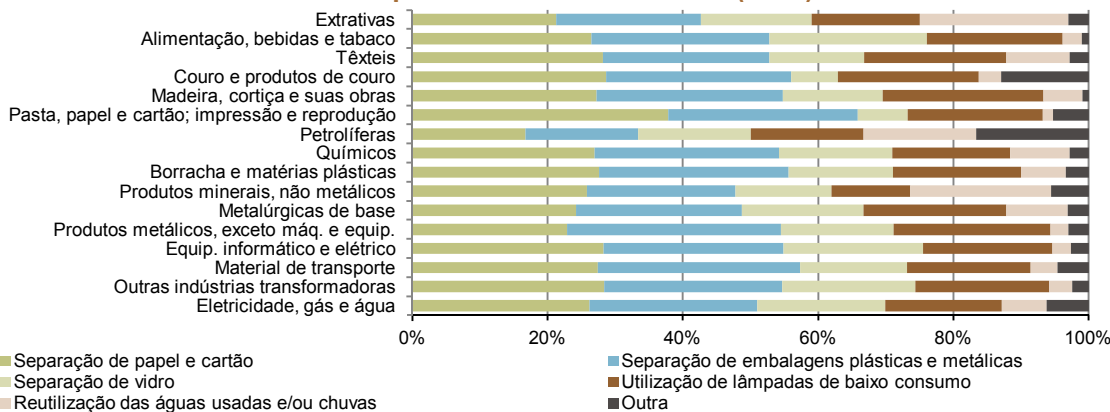
Figura 8.7 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e estratégia para redução das emissões GEE (2013)



Fonte: INE

A separação de papel e cartão e de embalagens plásticas e metálicas foram as práticas ambientais correntes mais adotadas pelas empresas em 2013, totalizando mais de metade das medidas implementadas, com exceção das “Indústrias petrolíferas”, “Indústrias de produtos minerais não metálicos”, “Indústrias extrativas” e “Indústrias metalúrgicas de base”. A utilização de lâmpadas de baixo consumo e a separação do vidro constituíram o segundo grupo de medidas adotadas com maior expressão, com as “Indústrias da madeira, cortiça e suas obras” e as “Indústrias de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos” a privilegiarem a primeira medida, e as “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” e as “Indústrias de equipamento informático e elétrico” a aplicarem a última.

Figura 8.8 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e prática ambiental corrente (2013)

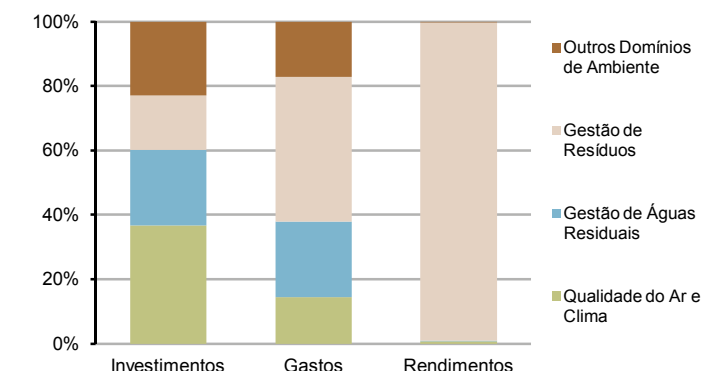


Fonte: INE

Em 2013, o “Investimento” das empresas, com o objetivo de proteger o ambiente, registou um acréscimo de 8,2% e deveu-se a aumentos nos domínios “Gestão de Resíduos” e “Gestão de Águas Residuais” com, respetivamente 19,9% e 9,9%. O domínio “Proteção da Qualidade do Ar e Clima” tem vindo a decrescer desde 2011 e continua a ocupar a primeira posição com 36,8%, seguido pelo domínio “Gestão de Águas Residuais” com 23,4%.



Figura 8.9 - Principais variáveis económicas das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por domínio de ambiente (2013)

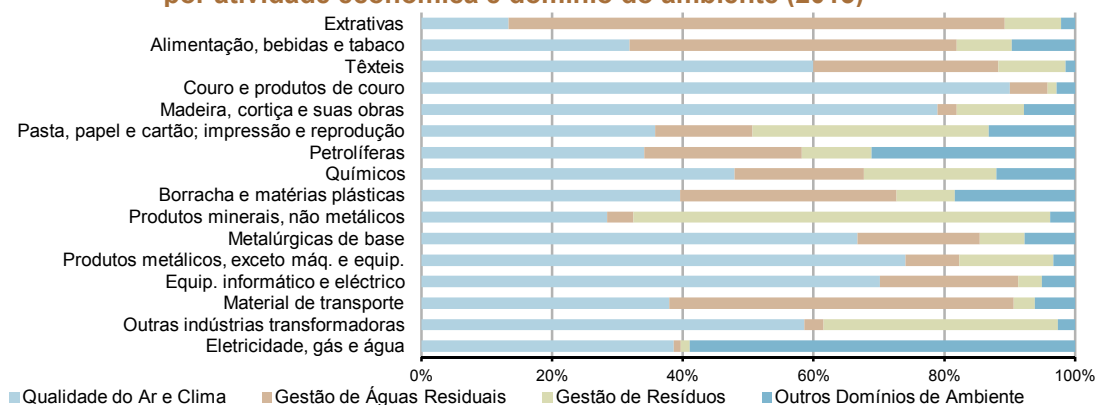


Fonte: INE

A rubrica “Gastos” (236 milhões de euros), por seu turno, aumentou 1,1% face a 2012 e o acréscimo incidiu sobretudo no domínio da “Proteção da Qualidade do Ar e Clima” com 10,7%. O domínio “Gestão de Resíduos” continuou a ser o mais importante com 44,9% do total dos gastos, decorrente da atividade industrial e que resultou na geração de resíduos por parte das empresas. Assumiu maior importância a “Contratação de Serviços Especializados” na estrutura dos gastos, que inclui as contrapartidas pagas às entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos (Sociedade Ponto Verde, Valormed, Valorcar, entre outras) e representou 54,8% do total dos gastos.

Praticamente todos os “Rendimentos” das empresas (134 milhões de euros) foram obtidos através da “Venda de Resíduos e/ou Materiais Reciclados” que ascenderam a 127 milhões de euros, o que reflete um acréscimo de 8,5% relativamente ao exercício de 2012, justificado pelo facto das empresas terem estrategicamente retido os resíduos para os poderem comercializar a um preço mais favorável, o que veio a suceder em 2013.

Figura 8.10 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e domínio do ambiente (2013)



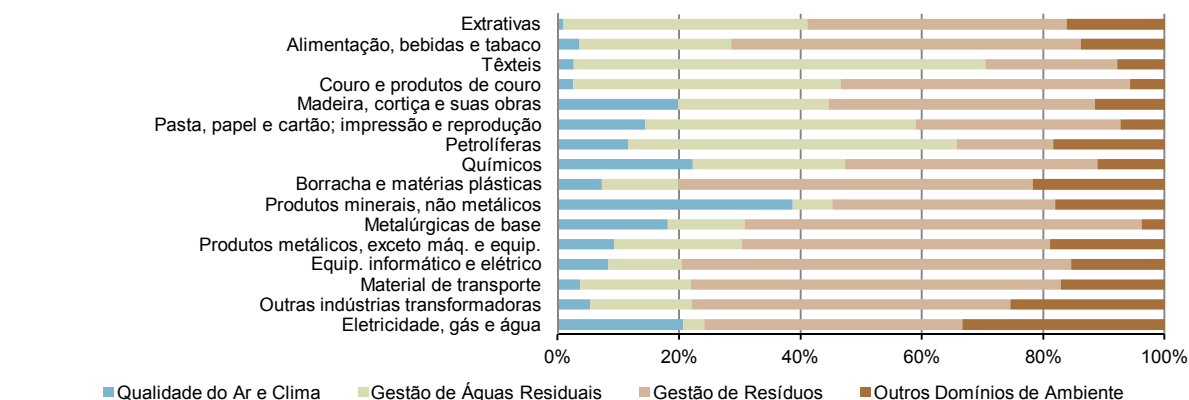
Fonte: INE

Quando se comparam as variáveis económicas recolhidas junto das empresas, por setor de atividade, constata-se que 26,3% dos investimentos realizados foram efetuados no setor “Elettricidade, gás e água”, mais 7 p.p. face a 2012. Sucederam-se os setores dos “Produtos minerais, não metálicos” e as “Indústrias extrativas”, contribuindo com 13,7% e 12,1% do investimento total.

Em termos de setores de atividade e domínios de ambiente, verifica-se que os investimentos das “Indústrias do couro e produtos do couro” e “Indústrias da madeira, cortiça e suas obras” foram aplicados essencialmente no domínio “Proteção da Qualidade do Ar e Clima”, com 90,0% e 78,9%, respetivamente, enquanto as “Indústrias extrativas” e “Indústrias de material de transporte” privilegiaram a “Gestão de Águas Residuais”. De referir ainda que nas “Indústrias de produtos minerais, não metálicos” mais de metade do investimento realizado foi para a “Gestão de Resíduos”.



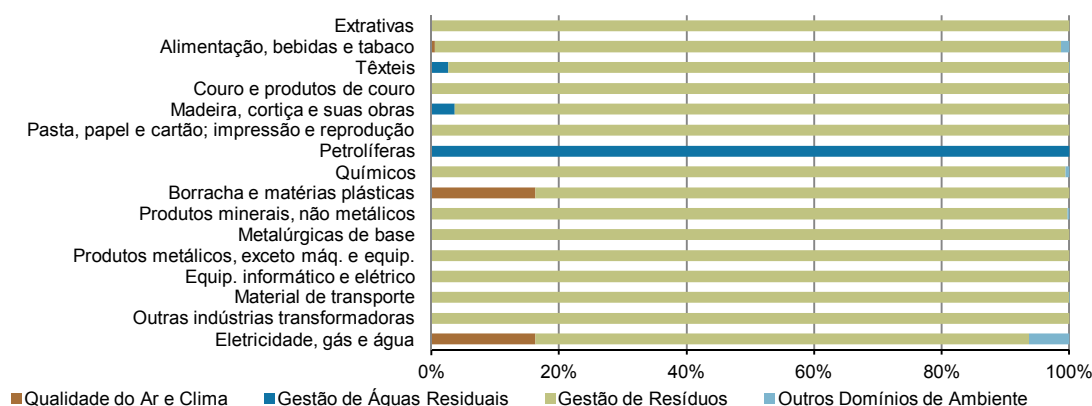
Figura 8.11 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e domínio do ambiente (2013)



Fonte: INE

Em 2013, o setor da “Eletricidade, gás e água” voltou a ocupar a primeira posição nos gastos com o controlo, redução e minimização da poluição com 18,5%, seguido pelas “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” que contribuiu com 18,4% do total dos gastos. A análise por domínios de ambiente revela que a “Gestão de Resíduos” continuou a ser o domínio ambiental que concentrou a maior despesa das empresas, com um montante gasto de 106 milhões de euros, valor idêntico ao do ano anterior. Os setores das “Indústrias petrolíferas” concentraram mais gastos no domínio “Proteção da Qualidade do Ar e Clima” e os setores das “Indústrias têxteis” e “Indústrias da pasta de papel, papel e cartão; impressão e reprodução” aplicaram mais gastos na “Gestão de Águas Residuais”.

Figura 8.12 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e domínio do ambiente (2013)



Fonte: INE

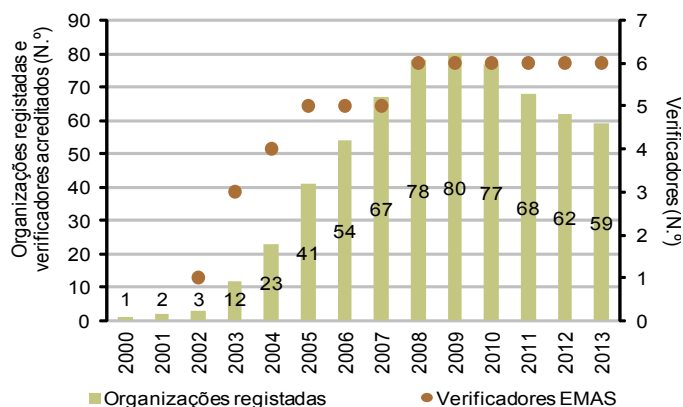
8.2 - INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

O Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) tem como objetivo promover a melhoria contínua dos resultados ambientais das organizações e empresas europeias, assim como o acesso do público e das partes interessadas à informação relativa ao desempenho ambiental dessas organizações. Este sistema começou a ser utilizado em 1995 e era dirigido a empresas privadas, mas desde 2001 está disponível a todas as empresas dos vários setores económicos, incluindo entidades públicas e privadas.

Em 2009, a legislação EMAS voltou a ser revista através do Regulamento nº 1221/2009/CE, de 25 de Novembro, do Parlamento Europeu e do Conselho, no sentido de “*encorajar uma mais ampla aceitação do sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS) e o desenvolvimento de iniciativas para incentivar as organizações a publicar relatórios rigorosos, verificados por peritos independentes, sobre o desempenho ambiental ou o desenvolvimento sustentável*”¹ existindo também uma necessidade de “*aumentar o número de organizações que participam no sistema, para que a melhoria ambiental tenha um maior impacto global*”².



Figura 8.13 - Organizações registadas no EMAS e Verificadores acreditados em Portugal

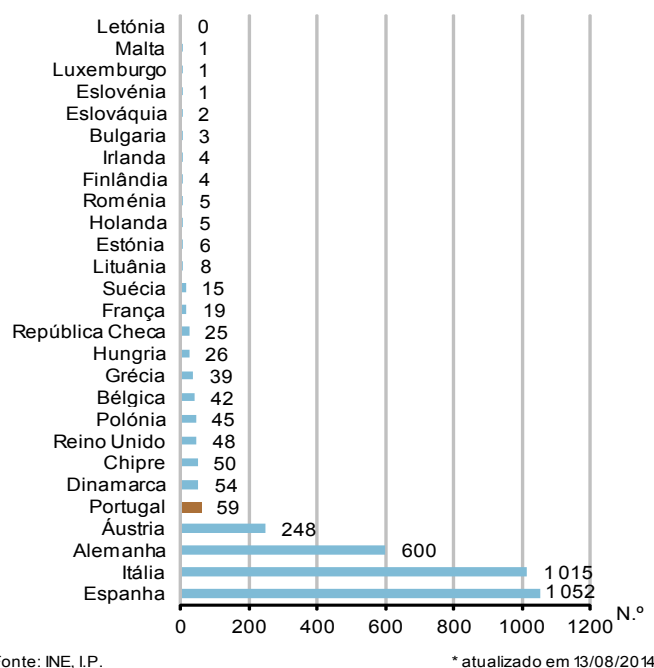


Fonte: INE, I.P.

Em 2013 estavam registadas em Portugal 59 organizações e 6 verificadores EMAS, isto é, auditores ambientais acreditados para a certificação destes instrumentos ambientais. Face a 2012 constata-se que o número de organizações registadas decresceu (-3), sendo que o número de verificadores de EMAS (6) se manteve constante desde 2008.

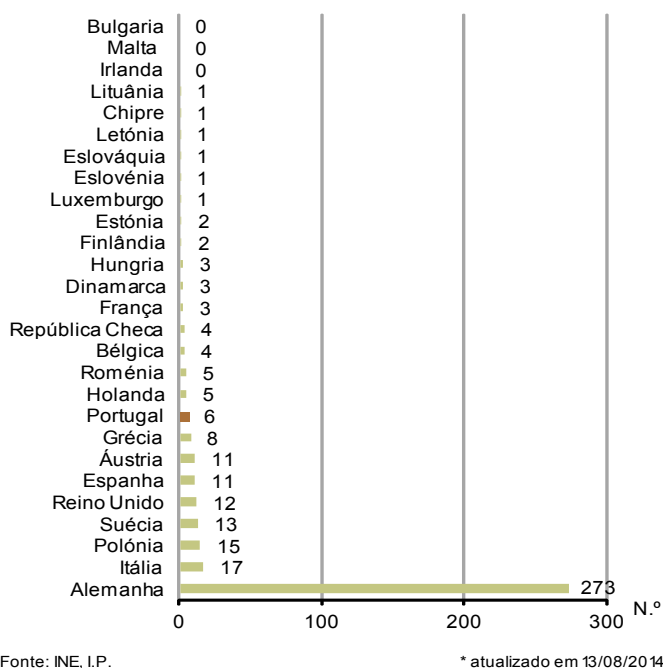
Na UE, e para o último período de informação disponível (13-08-2014), o número de organizações com este tipo de registo totalizava 3 377 ocorrências, o que permite posicionar Portugal como o sexto Estado Membro (EM) com o maior número de organizações certificadas. Também no que diz respeito às empresas acreditadas para a sua certificação, e tendo em conta que na UE foram contabilizados pela Comissão Europeia 403 organismos em 2014, Portugal foi o nono país, no grupo dos 27 EM da UE, com maior número de empresas acreditadas.

Figura 8.14 - Organizações com registo no EMAS, na UE *



Fonte: INE, I.P.

Figura 8.15 - Verificadores acreditados EMAS, na UE *



Fonte: INE, I.P.



8.3 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 8.1 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica

Unidade: %

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Anos	2010	2011	2012	2013
Total		13,4	16,5	12,0	13,8
05-09 Extrativas		14,2	17,7	19,9	10,1
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		12,6	8,1	11,4	8,9
13-14 Têxteis		10,5	9,6	6,2	6,8
15 Couro e produtos de couro		27,0	12,6	13,8	19,9
16 Madeira, cortiça e suas obras		5,4	6,9	5,9	14,0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		25,8	23,8	20,3	30,6
19 Petrolíferas		100,0	100,0	100,0	100,0
20-21 Químicos		33,7	26,6	32,8	33,4
22 Borracha e matérias plásticas		27,7	25,3	29,9	26,0
23 Produtos minerais, não metálicos		15,2	17,3	12,9	22,6
24 Metalúrgicas de base		31,2	24,1	19,2	23,6
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		9,1	29,3	7,5	9,8
26-27 Equip. informático e elétrico		18,0	21,7	15,8	19,5
29-30 Material de transporte		28,4	34,0	32,6	23,1
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		9,7	15,1	13,1	12,3
35-36 Eletricidade, gás e água		17,9	21,2	15,6	29,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.2 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o tipo de tecnologia

2013

Unidade: 10³ EUR

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Tipo de tecnologia	Total	Tecnologias Fim-de-linha	Tecnologias Integradas
Total		89 768	61 940	27 828
05-09 Extrativas		11 047	10 930	117
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		6 991	4 223	2 768
13-14 Têxteis		2 899	680	2 219
15 Couro e produtos de couro		...	...	...
16 Madeira, cortiça e suas obras		616	458	158
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		3 382	959	2 423
19 Petrolíferas		...	...	...
20-21 Químicos		4 989	3 709	1 280
22 Borracha e matérias plásticas		2 945	1 306	1 639
23 Produtos minerais, não metálicos		12 310	10 940	1 370
24 Metalúrgicas de base		1 373	1 286	87
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		1 945	490	1 455
26-27 Equip. informático e elétrico		795	448	348
29-30 Material de transporte		3 712	3 051	660
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		2 710	994	1 716
35-36 Eletricidade, gás e água		23 592	19 553	4 039

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.3 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o domínio de ambiente

2013

Unidade: 10³ EUR

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente (*)
Total		89 768	32 999	20 989	15 138	20 642
05-09 Extrativas		11 047	1 476	8 378	952	242
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		6 991	2 227	3 497	586	681
13-14 Têxteis		2 899	1 737	821	299	42
15 Couro e produtos de couro		...	...	...	...	...
16 Madeira, cortiça e suas obras		616	487	18	64	48
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		3 382	1 208	504	1 223	447
19 Petrolíferas		...	...	...	...	...
20-21 Químicos		4 989	2 391	985	1 011	603
22 Borracha e matérias plásticas		2 945	1 167	974	261	543
23 Produtos minerais, não metálicos		12 310	3 502	494	7 841	473
24 Metalúrgicas de base		1 373	915	257	95	106
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		1 945	1 439	161	279	66
26-27 Equip. informático e elétrico		795	558	168	28	41
29-30 Material de transporte		3 712	1 406	1 958	120	228
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		2 710	1 586	82	970	71
35-36 Eletricidade, gás e água		23 592	9 113	243	330	13 905

(*) Outros domínios de ambiente: Solos, águas subterrâneas e superficiais + Ruído + Biodiversidade + I&D + Outras atividades.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.4 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção por atividade económica, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2013	Unidade: 10³ EUR						
Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Atividades económicas (CAE-Rev.3)							
Total	89 768	11 289	3 580	9 644	16 125	5 551	43 578
05-09 Extrativas	11 047	524	21	...	...	0	10 043
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	6 991	1 184	497	2 398	377	1 090	1 445
13-14 Têxteis	2 899	...	560	1 410	666	...	0
15 Couro e produtos de couro	...	0	...	60	0	0	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	616	62	0	73	226	255	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	3 382	1 460	117	503	185	1 118	0
19 Petrolíferas	...	0	0	0	0	0	...
20-21 Químicos	4 989	1 182	...	1 213	1 890	...	0
22 Borracha e matérias plásticas	2 945	491	1 016	805	...	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	12 310	582	88	1 377	8 778	1 484	0
24 Metalúrgicas de base	1 373	85	303	104	881	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	1 945	966	...	323	576	...	0
26-27 Equip. informático e elétrico	795	...	177	87	...	...	301
29-30 Material de transporte	3 712	1 389	242	260	912	51	858
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	2 710	617	302	334	938	338	181
35-36 Eletricidade, gás e água	23 592	2 479	0	...	...	512	19 852

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.5 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo as NUTS II

2013		Unidade: 10 ³ EUR							
NUTS II		Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Atividades económicas (CAE-Rev.3)									
Total		89 768	14 121	13 676	46 182	14 571	251	585	382
05-09 Extrativas		11 047	0	...	231	10 093	...	0	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		6 991	1 426	1 563	2 667	920	0	415	0
13-14 Têxteis		2 899	2 418	466	16	0	0	0	0
15 Couro e produtos de couro		...	349	...	0	0	0	0	0
16 Madeira, cortiça e suas obras		616	432	...	0	125	0	0	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		3 382	776	2 572	...	0	...	...	...
19 Petrolíferas		...	0	0	...	0	0	0	0
20-21 Químicos		4 989	945	1 148	1 577	1 319	0	0	0
22 Borracha e matérias plásticas		2 945	1 212	676	1 041	15	0	0	0
23 Produtos minerais, não metálicos		12 310	347	4 498	7 345	108	0	12	0
24 Metalúrgicas de base		1 373	561	...	438	...	0	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		1 945	1 692	195	...	...	0	0	0
26-27 Equip. informático e elétrico		795	325	178	292	0	0	0	0
29-30 Material de transporte		3 712	909	311	1 098	1 392	0	0	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		2 710	741	733	1 228	...	...	0	0
35-36 Eletricidade, gás e água		23 592	1 988	...	20 146	...	...	...	...

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.6 - Investimentos das empresas com gestão e proteção do ambiente por NUTS II, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2013								Unidade: 10 ³ EUR
Escalões de pessoal ao serviço		Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
NUTS II								
Portugal		89 768	11 289	3 580	9 644	16 125	5 551	43 578
Norte		14 121	5 337	1 283	2 574	2 643	802	1 483
Centro		13 676	2 260	920	4 693	3 789	1 878	136
Lisboa		46 182	...	1 179	1 549	8 252	...	31 916
Alentejo		14 571	2 598	124	...	1 441	...	10 043
Algarve		251	...	0	...	0	0	0
Açores		585	6	75	246	0	258	0
Madeira		382	23	0	0	0	359	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.7 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo a rubrica contabilística

2013

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Total	Gastos com a execução e monitorização	Pessoal	Formação profissional	Contratação de serviços especializados	Investigação
Atividades económicas (CAE-Rev.3)						
Total	236 402	64 385	41 248	878	129 436	454
05-09 Extrativas	8 301	3 416	1 925	58	2 786	117
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	43 580	9 457	4 362	106	29 634	21
13-14 Têxteis	10 142	1 929	1 781	23	6 358	50
15 Couro e produtos de couro	...	...	...	19	...	1
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 203	1 062	481	...	646	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	25 947	9 984	4 224	...	11 701	...
19 Petrolíferas	...	...	...	0	...	0
20-21 Químicos	21 659	8 748	4 335	127	8 449	0
22 Borracha e matérias plásticas	5 564	1 306	1 408	59	2 786	5
23 Produtos minerais, não metálicos	21 400	11 367	3 900	48	6 084	1
24 Metalúrgicas de base	12 292	2 391	959	20	8 909	12
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	7 334	1 944	3 265	128	1 958	39
26-27 Equip. informático e elétrico	3 850	866	1 111	...	1 812	...
29-30 Material de transporte	7 972	1 865	2 472	...	3 597	...
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 991	3 175	3 177	61	2 535	44
35-36 Eletricidade, gás e água	43 834	2 337	6 925	92	34 330	150

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.8 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o domínio de ambiente

2013

Unidade: 10³ EUR

Dominios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente (*)
Atividades económicas (CAE-Rev.3)					
Total	236 402	33 950	55 733	106 134	40 585
05-09 Extrativas	8 301	78	3 334	3 550	1 339
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	43 580	1 559	10 893	25 093	6 035
13-14 Têxteis	10 142	259	6 882	2 213	788
15 Couro e produtos de couro	...	...	...	...	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 203	436	546	968	254
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	25 947	3 750	11 542	8 775	1 881
19 Petrolíferas	...	...	...	...	...
20-21 Químicos	21 659	4 816	5 432	9 011	2 400
22 Borracha e matérias plásticas	5 564	403	697	3 258	1 207
23 Produtos minerais, não metálicos	21 400	8 290	1 391	7 863	3 857
24 Metalúrgicas de base	12 292	2 224	1 560	8 046	462
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	7 334	677	1 545	3 727	1 384
26-27 Equip. informático e elétrico	3 850	321	464	2 470	595
29-30 Material de transporte	7 972	292	1 456	4 863	1 360
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 991	476	1 503	4 730	2 283
35-36 Eletricidade, gás e água	43 834	9 057	1 522	18 639	14 616

(*) Outros domínios de ambiente: Solos, águas subterrâneas e superficiais + Ruído + Biodiversidade + I&D + Outras atividades.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.9 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2013

Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Atividades económicas (CAE-Rev.3)							
Total	236 402	32 957	15 503	54 060	40 440	41 009	52 433
05-09 Extrativas	8 301	693	...	57	...	0	5 299
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	43 580	1 673	4 082	12 221	4 747	9 643	11 214
13-14 Têxteis	10 142	401	2 559	3 699	1 888	1 595	0
15 Couro e produtos de couro	...	...	...	1 306	219	0	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 203	123	316	458	362	945	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	25 947	6 376	1 036	7 952	2 357	8 227	0
19 Petrolíferas	...	0	0	0	0	0	...
20-21 Químicos	21 659	1 084	1 611	12 400	4 407	2 157	0
22 Borracha e matérias plásticas	5 564	393	492	2 481	448	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	21 400	...	986	2 187	4 908	12 680	...
24 Metalúrgicas de base	12 292	988	393	1 895	9 016	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	7 334	1 297	...	3 572	1 752	...	0
26-27 Equip. informático e elétrico	3 850	...	496	810	1 460	...	606
29-30 Material de transporte	7 972	273	418	1 808	2 007	847	2 618
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 991	1 029	1 131	1 146	2 596	1 869	1 220
35-36 Eletricidade, gás e água	43 834	17 703	...	2 068	...	1 955	18 858

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.10 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo as NUTS II

2013 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Atividades económicas (CAE-Rev.3)								
Total	236 402	49 898	51 192	110 017	18 651	1 367	3 323	1 955
05-09 Extrativas	8 301	127	680	567	6 918	9	0	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	43 580	13 315	6 497	18 054	3 342	77	1 896	398
13-14 Têxteis	10 142	8 759	1 191	28	164	0	0	0
15 Couro e produtos de couro	...	...	1 246	...	...	0	0	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 203	921	938	174	157	12	0	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	25 947	1 469	14 842	9 474	75	61	23	3
19 Petrolíferas	...	0	0	...	0	0	0	0
20-21 Químicos	21 659	...	8 220	7 398	4 526	0	0	...
22 Borracha e matérias plásticas	5 564	3 365	1 145	...	613	...	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	21 400	2 478	5 471	13 347	31	3	...	...
24 Metalúrgicas de base	12 292	3 907	1 495	5 953	937	0	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	7 334	3 722	1 731	955	327	0	598	1
26-27 Equip. informático e elétrico	3 850	1 276	1 422	841	311	0	0	0
29-30 Material de transporte	7 972	2 642	2 152	2 834	...	...	0	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 991	2 317	2 732	3 722	...	18	0	...
35-36 Eletricidade, gás e água	41 221	3 907	1 369	30 484	790	2 131	1 005	1 534

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.11 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2013 Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
NUTS II							
Portugal	236 402	32 957	15 503	54 060	40 440	41 009	52 433
Norte	49 898	5 631	6 175	11 337	9 764	9 714	7 277
Centro	51 192	7 110	5 092	23 857	...	...	1 390
Lisboa	110 017	17 653	2 132	10 915	19 091	21 759	38 467
Alentejo	18 651	1 707	1 697	...	4 497	...	5 299
Algarve	1 367	166	46	...	...	0	0
Açores	3 323	71	235	1 771	0	1 246	0
Madeira	1 955	619	126	217	0	991	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.12 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo a rubrica contabilística

2013 Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Total	Venda de resíduos e/ou materiais reciclados	Prestações de serviços	Subsídios à exploração	Outros rendimentos
Atividades económicas (CAE-Rev.3)					
Total	133 676	126 665	2 303	81	4 628
05-09 Extrativas	1 105	1 080	25	0	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 120	4 894	114	65	47
13-14 Têxteis	1 190	1 149	34	0	8
15 Couro e produtos de couro	...	...	0	...	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 488	...	...	0	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	17 279	17 266	...	...	...
19 Petrolíferas	...	0	...	0	0
20-21 Químicos	1 252	1 227	18	0	8
22 Borracha e matérias plásticas	2 709	2 089	0	0	620
23 Produtos minerais, não metálicos	7 175	2 316	1 724	0	3 136
24 Metalúrgicas de base	20 411	20 411	0	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	14 347	14 189	23	10	125
26-27 Equip. informático e elétrico	19 745	19 735	...	0	...
29-30 Material de transporte	29 831	29 778	...	0	...
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 139	8 087	41	0	10
35-36 Eletricidade, gás e água	3 770	2 919	223	0	628

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.13 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o domínio de ambiente

2013 Unidade: 10³ EUR

Dominios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente (*)
Atividades económicas (CAE-Rev.3)					
Total	133 676	1 089	106	132 143	337
05-09 Extrativas	1 105	0	0	1 105	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 120	...	0	5 028	...
13-14 Têxteis	1 190	0	...	1 158	...
15 Couro e produtos de couro	...	0	0	...	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 488	0	...	...	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	17 279	...	0	...	0
19 Petrolíferas	...	0	...	0	0
20-21 Químicos	1 252	0	0	...	...
22 Borracha e matérias plásticas	2 709	...	0	...	0
23 Produtos minerais, não metálicos	7 175	0	0	...	...
24 Metalúrgicas de base	20 411	0	0	20 411	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	14 347	0	0	14 347	0
26-27 Equip. informático e elétrico	19 745	0	0	19 745	0
29-30 Material de transporte	29 831	0	0	...	...
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 139	0	0	8 139	0
35-36 Eletricidade, gás e água	3 770	615	0	2 919	236

(*) Outros domínios de ambiente: Solos, águas subterrâneas e superficiais + Ruído + Biodiversidade + I&D + Outras atividades.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.14 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2013 Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Atividades económicas (CAE-Rev.3)							
Total	133 676	7 353	9 948	39 386	43 616	18 961	14 413
05-09 Extrativas	1 105	183	10	...	...	0	454
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 120	565	519	1 176	706	1 744	409
13-14 Têxteis	1 190	17	50	630	331	163	0
15 Couro e produtos de couro	...	0	...	36	42	0	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 488	800	15	441	29	203	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	17 279	1 680	2 092	1 607	4 573	7 327	0
19 Petrolíferas	...	0	0	0	0	0	...
20-21 Químicos	1 252	61	361	480	197	154	0
22 Borracha e matérias plásticas	2 709	62	241	2 081	138	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	7 175	...	612	603	1 300	4 480	...
24 Metalúrgicas de base	20 411	337	1 345	16 542	2 187	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	14 347	1 270	...	7 154	4 988	...	0
26-27 Equip. informático e elétrico	19 745	...	2 023	2 036	12 926	...	233
29-30 Material de transporte	29 831	168	1 379	4 254	13 205	483	10 343
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 139	1 205	435	2 286	2 513	1 424	275
35-36 Eletricidade, gás e água	3 770	840	14	...	...	438	2 397

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.15 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo as NUTS II

2013 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Atividades económicas (CAE-Rev.3)								
Total	133 676	38 028	33 989	53 540	3 968	62	3 840	249
05-09 Extrativas	1 105	64	...	93	...	0	0	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 120	1 418	1 141	1 586	...	...	86	176
13-14 Têxteis	1 190	989	...	0	...	0	0	0
15 Couro e produtos de couro	...	67	...	0	0	0	0	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 488	1 095	372	...	18	0	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	17 279	3 110	1 555	12 500	45	27	...	...
19 Petrolíferas	...	0	0	...	0	0	0	0
20-21 Químicos	1 252	150	652	271	179	0	0	0
22 Borracha e matérias plásticas	2 709	2 191	331	140	46	0	0	0
23 Produtos minerais, não metálicos	7 175	444	1 703	4 973	30	9	...	...
24 Metalúrgicas de base	20 411	3 590	1 274	15 548	0	0	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	14 347	5 964	2 670	1 716	641	0	3 348	9
26-27 Equip. informático e elétrico	19 745	6 439	10 803	2 492	11	0	0	0
29-30 Material de transporte	29 831	8 838	9 663	10 168	1 162	0	0	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 139	2 812	3 582	1 578	142	...	0	...
35-36 Eletricidade, gás e água	3 770	857	...	2 451	...	0	374	38

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.16 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2013 Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
NUTS II							
Portugal	133 676	7 353	9 948	39 386	43 616	18 961	14 413
Norte	38 028	3 634	4 172	9 630	17 855	...	...
Centro	33 989	2 451	4 808	7 261	13 463	4 294	1 713
Lisboa	53 540	461	571	17 815	11 185	11 816	11 692
Alentejo	3 968	...	...	1 290	1 112	...	...
Algarve	62	...	...	0	0	0	0
Açores	3 840	22	43	3 364	0	411	0
Madeira	249	186	0	25	0	38	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.17 - Organizações registadas no EMAS e Verificadores acreditados em Portugal

Unidade: N.º

Ano	Organizações registadas	Verificadores EMAS
2000	1	x
2001	2	x
2002	3	1
2003	12	3
2004	23	4
2005	41	5
2006	54	5
2007	67	5
2008	78	6
2009	80	6
2010	77	6
2011	68	6
2012	62	6
2013	59	6

Fonte: APA, I. P.

Quadro 8.18 - Organizações com registo no EMAS, UE-27

Unidade: N.º

UE-27	Organizações registadas
Total	3 377
Alemanha	600
Áustria	248
Bélgica	42
Bulgária	3
Chipre	50
Dinamarca	54
Eslováquia	2
Eslovénia	1
Espanha	1052
Estónia	6
Finlândia	4
França	19
Grécia	39
Holanda	5
Hungria	26
Irlanda	4
Itália	1015
Letónia	0
Lituânia	8
Luxemburgo	1
Malta	1
Polónia	45
Portugal	59
Reino Unido	48
República Checa	25
Roménia	5
Suécia	15

Fonte: Comissão Europeia, atualizado em 13/08/2014



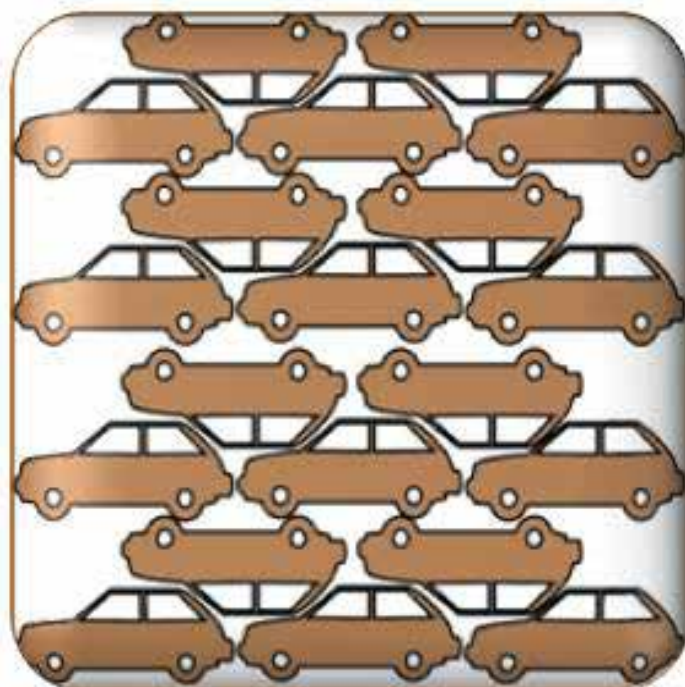
Quadro 8.19 - Verificadores acreditados EMAS, UE-27

Unidade: N.º

UE-27	Verificadores acreditados
Total	403
Alemanha	273
Áustria	11
Bélgica	4
Bulgária	0
Chipre	1
Dinamarca	3
Eslováquia	1
Eslovénia	1
Espanha	11
Estónia	2
Finlândia	2
França	3
Grécia	8
Holanda	5
Hungria	3
Irlanda	0
Itália	17
Letónia	1
Lituânia	1
Luxemburgo	1
Malta	0
Polónia	15
Portugal	6
Reino Unido	12
República Checa	4
Roménia	5
Suécia	13

Fonte: Comissão Europeia, atualizado em 13/08/2014





**Setor de
bens e
serviços de
ambiente**

9 - ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

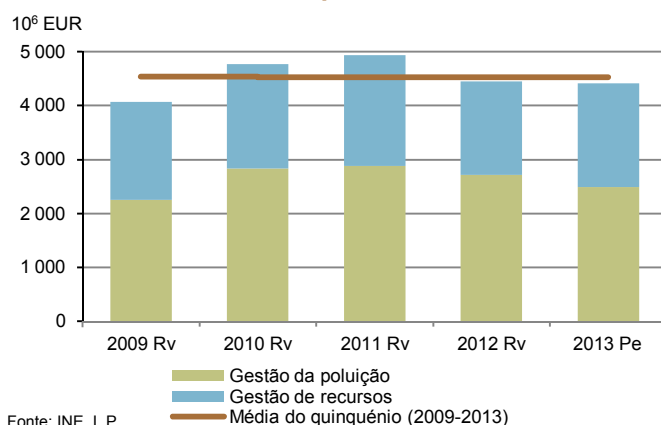
- A consciencialização da importância do combate da poluição ambiental e da preservação dos recursos naturais obriga à mobilização das autoridades governamentais, da indústria e da sociedade civil, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos inovadores que tenham como finalidade a prevenção, controlo, limitação, minimização ou correção de danos ambientais e do esgotamento de recursos, bem como na alteração de comportamentos e hábitos de consumo. A procura de novos processos produtivos mais amigáveis ao ambiente por parte das empresas industriais estimula o desenvolvimento de novas tecnologias, criando deste modo novos mercados para os bens e serviços ambientais.
- Neste capítulo são apresentados os principais resultados gerados pelas entidades produtoras de bens e serviços ambientais por atividade económica, domínios de ambiente, atividade desenvolvida e mercado.

Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Volume de negócios			Em 2013, o volume de negócios ambiental diminuiu 0,9%, fixando-se nos 4,4 mil milhões de euros .



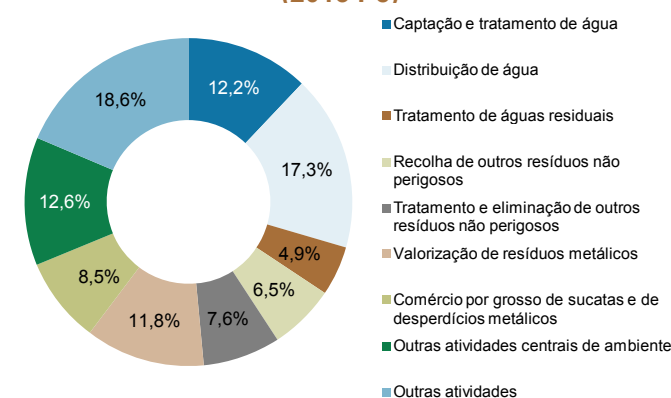
9.1 - ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

Figura 9.1 - Volume de negócios em ambiente das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por domínios



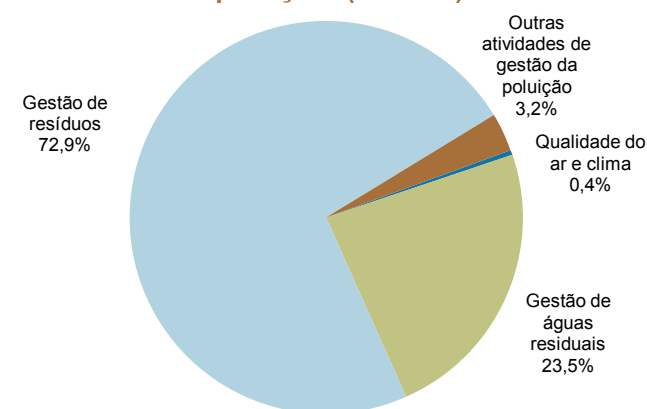
Em 2013, o volume de negócios das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente foi 5,9 mil milhões de euros, dos quais 4,4 mil milhões de euros resultaram de atividades relacionadas com a gestão da poluição e a gestão de recursos. O volume de negócios ambiental diminuiu 0,9% face a 2012 e o comportamento dos domínios foi distinto: o grupo “Gestão da poluição” assinalou uma redução de 8,1%, enquanto o da “Gestão de recursos” apresentou uma variação positiva de 10,5%. O grupo “Gestão da poluição” manteve como o mais representativo, em termos estruturais, ao longo do quinquénio 2009/2013, tendo contribuído com 56,5% do total.

Figura 9.2 - Volume de negócios em ambiente das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por principal atividade económica (2013 Pe)



A “Distribuição de água”, a “Captação e tratamento de água” e a “Valorização de resíduos metálicos” foram as atividades económicas que maior volume de negócios geraram em 2013, representando, respetivamente, 17,3%, 12,2% e 11,8% do total. Comparativamente a 2012, o “Tratamento de águas residuais” foi a atividade que apresentou a variação positiva mais expressiva (+10,9%), atingindo os 215 milhões de euros de volume de negócios. A “Valorização de resíduos metálicos” e o “Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos” evoluíram em sentido oposto, respetivamente 23,6% e 15,6%, resultante do abrandamento da atividade industrial e da contração do consumo interno, o que levou à diminuição na produção de resíduos e consequente redução nas atividades relacionadas com a valorização e o comércio de resíduos por parte das entidades deste setor.

Figura 9.3 - Volume de negócios em ambiente das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por domínio do grupo "Gestão da poluição" (2013 Pe)

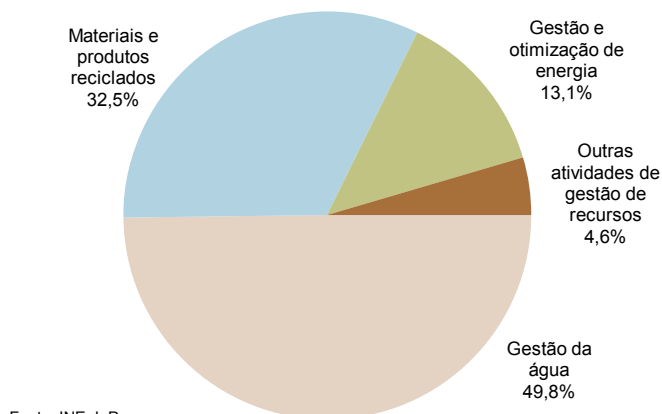


O grupo “Gestão da poluição” gerou em 2013 um volume de negócios de 2,5 mil milhões de euros (em 2012 foi 2,7 mil milhões de euros). O domínio “Gestão de resíduos” gerou cerca de 72,9% do valor total das vendas e prestações de serviços, mantendo a sua contribuição para o total, face a 2012. Já o domínio “Proteção da qualidade do ar e clima” continuou a perder importância relativa face ao ano transato, com o volume de negócios a situar-se nos 9 milhões de euros quando comparado com os 45 milhões de euros do exercício anterior.



No que se refere ao grupo “Gestão de recursos”, o volume de negócios fixou-se em 1,9 mil milhões de euros, quando em 2012 foi 1,7 milhões de euros. Cerca de metade do valor das vendas de bens e prestações de serviços ambientais foi gerado pela “Gestão da água” com o volume de negócio a fixar-se nos 954 milhões de euros (941 milhões de euros em 2012). Comparativamente a 2012, o domínio “Gestão e otimização de energia” apresentou o acréscimo mais significativo no volume de negócios (+78,0%) e contribuiu com 13,1% do total do grupo.

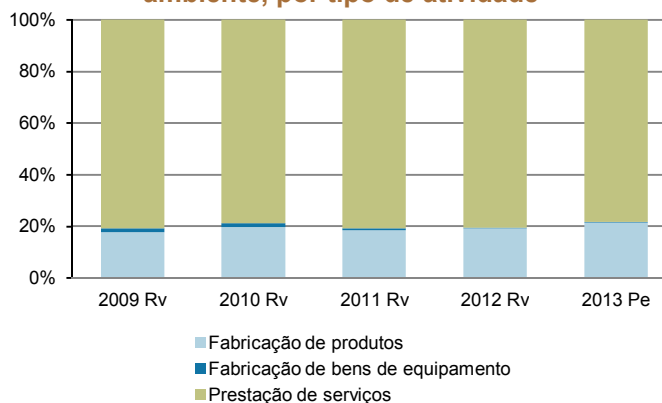
Figura 9.4 - Volume de negócios em ambiente das entidades de bens e serviços de ambiente, por domínio do grupo "Gestão de recursos" (2013 Pe)



Fonte: INE, I. P.

Em 2013, a “Prestação de serviços” continuou a ser a principal atividade ambiental desenvolvida pelas entidades do setor, com o volume de negócios a atingir os 3,5 mil milhões de euros, repartidos pelo grupo “Gestão da poluição” com 69,0% e “Gestão de recursos” com os restantes 31,0%. Em contrapartida, a “Fabricação de produtos” gerou 948 milhões de euros de vendas de bens e prestações de serviços ambientais, dos quais 88,6,1% provenientes do grupo “Gestão de recursos”. De salientar que a “Fabricação de bens de equipamento” tem vindo a perder importância nos anos mais recentes e no último exercício ficou praticamente sem expressão na estrutura das atividades.

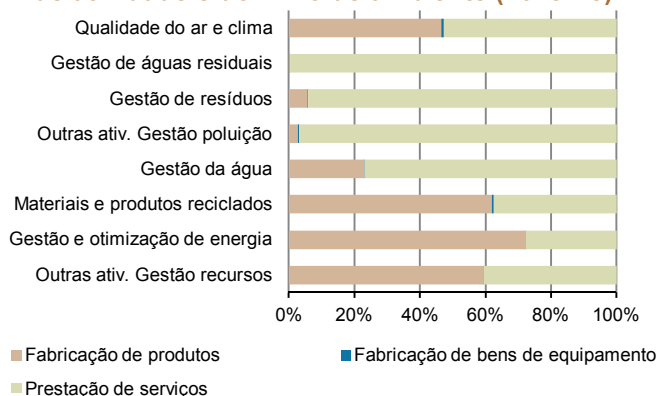
Figura 9.5 - Volume de negócios em ambiente das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por tipo de atividade



Fonte: INE, I. P.

O montante do volume de negócios gerado por tipo de atividade desenvolvida e domínio de ambiente revela algumas assimetrias. Nos domínios “Gestão de águas residuais”, “Outras atividades da gestão da poluição” e “Gestão de resíduos”, a quase totalidade do volume de negócios ambiental foi gerado pela “Prestação de serviços”. Mais de 72% do volume de negócios do domínio “Gestão e otimização de energia” e de 62% do domínio “Materiais e produtos reciclados” foi gerado pela “Fabricação de produtos”, enquanto no domínio “Proteção da qualidade do ar e clima” a repartição foi equitativa entre “Fabricação de produtos” e “Prestação de serviços”.

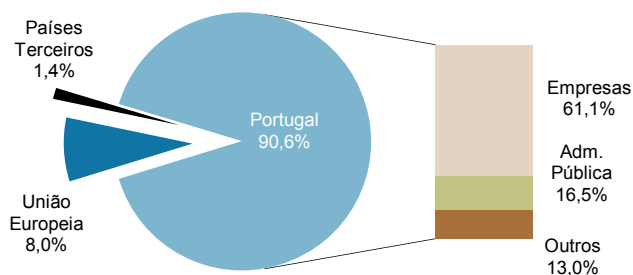
Figura 9.6 - Volume de negócios em ambiente das entidades de bens e serviços de ambiente, por tipo de atividade e domínio de ambiente (2013 Pe)



Fonte: INE, I. P.



Figura 9.7 - Volume de negócios total das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por mercado e setor institucional (2013 Pe)



Fonte: INE, I. P.

As vendas e prestações de serviços das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente tiveram como principal cliente o mercado interno que registou um acréscimo de 17,7% face a 2012, com destaque para as Empresas e Administração Pública com, respetivamente, 61,1% e 16,5% do total do volume de negócios gerado. O mercado externo contraiu 2,7% e movimentou 560 milhões de euros, dos quais 84,9% das vendas e prestações de serviços foram transacionadas com os países da União Europeia.

>> Para mais informação consulte:

Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente (N.º) por Actividade económica (CAE Rev. 3); Anual

Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente (N.º) por Domínios de ambiente; Anual

Volume de negócios (€) das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por Actividade económica (CAE Rev. 3), Domínios de ambiente e Tipo de actividade; Anual

Volume de negócios (€) das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por Actividade económica (CAE Rev. 3) e Sector institucional



9.2 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 9.1 - Dados gerais das Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica

2013 Pe

Atividades Económicas (CAE-Rev.3)	Empresas (N.º)		VVN (10 ³ EUR)			
	Total (*)	VVN ambiental ≥50%	Total *	Ambiental		
				Total	Poluição	Recursos
Total	1 342	1 242	5 934 208	4 409 104	2 492 825	1 916 279
Atividades Centrais de Ambiente	1 143	1 109	3 664 174	3 589 575	2 255 100	1 334 475
22112 - Reconstrução de pneus	15	11	40 536	27 813	2 097	25 716
36001 - Captação e tratamento de água	58	57	536 701	536 318	140 923	395 394
36002 - Distribuição de água	60	59	777 298	763 181	258 345	504 836
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	19	19	30 942	30 136	30 136	0
37002 - Tratamento de águas residuais	29	29	215 693	215 373	181 996	33 376
38111 - Recolha de resíduos inertes	19	18	14 519	12 896	9 490	3 405
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	135	132	292 165	287 888	269 999	17 889
38120 - Recolha de resíduos perigosos	9	8	31 689	19 934	19 614	320
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	4	2	800	676	676	0
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	51	51	343 488	337 073	248 439	88 634
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	14	13	118 365	112 611	98 062	14 549
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	41	37	15 690	13 876	12 562	1 313
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	6	6	8 245	8 245	6 189	2 056
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	3	3	3 877	3 877	3 877	0
38321 - Valorização de resíduos metálicos	79	79	522 903	519 018	411 419	107 599
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	133	127	192 285	186 516	75 038	111 479
39000 - Descontaminação e atividades similares	14	13	1 767	1 704	1 704	0
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	290	288	375 550	373 061	365 105	7 957
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	73	72	89 969	89 684	71 122	18 561
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	39	39	18 206	17 779	16 389	1 390
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	52	46	33 485	31 920	31 920	0
Outras atividades	199	133	2 270 034	819 529	237 725	581 804

Quadro 9.2 - Volume de negócios das Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por domínio de ambiente - Gestão da poluição

2013 Pe

Domínios de ambiente	N.º de empresas (*)	VVN ambiental				
		%	Total	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão da poluição	1 237	100,0	2 492 825	108 376	3 248	2 381 201
Proteção da qualidade do ar e clima	25	0,4	9 364	4 359	62	4 943
Gestão de águas residuais	170	23,5	586 219	452	365	585 402
Gestão de resíduos	907	72,9	1 817 761	101 394	2 550	1 713 817
Proteção e recup. dos solos, de águas subterrâneas e superfície	27	0,3	6 913	7	68	6 839
Proteção contra ruídos e vibrações	18	0,1	2 205	29	64	2 112
Proteção da biodiversidade e paisagem	24	0,3	7 085	8	64	7 013
Investigação e desenvolvimento	10	0,1	2 861	8	8	2 845
Proteção contra as radiações	1	0,0	13	7	7	0
Outras atividades de gestão da poluição	55	2,4	60 403	2 113	61	58 230

(*) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que atuam.



Quadro 9.3 - Volume de negócios das Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por domínio de ambiente - Gestão de recursos

2013 Pe

Domínios de ambiente	N.º de empresas (*)	VVN ambiental				
		%	Total	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão de recursos	483	100,0	1 916 279	840 046	4 026	1 072 207
Gestão da água	146	49,8	954 424	220 132	429	733 863
Gestão dos recursos florestais	30	4,5	85 284	52 106	57	33 121
Gestão e otimização de energia	52	13,1	251 674	182 052	35	69 587
Materiais e produtos reciclados	234	32,5	622 339	385 755	3 502	233 082
Outras atividades de gestão de recursos	21	0,1	2 557	2	2	2 554

(*) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que atuam.

Quadro 9.4 - Distribuição do volume de negócios das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica segundo o tipo de mercado

2013 Pe

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Economia nacional						Resto do mundo			
	Empresas		Adm. pública		Outros		União Europeia		Países terceiros	
	10³ EUR	%	10³ EUR	%	10³ EUR	%	10³ EUR	%	10³ EUR	%
Total	3 623 148	61,1	979 133	16,5	771 907	13,0	475 611	8,0	84 409	1,4
Atividades centrais de ambiente	1 699 812	46,4	853 795	23,3	756 492	20,6	305 213	8,3	48 863	1,3
22112 - Reconstrução de pneus	32 298	79,7	72	0,2	1 684	4,2	6 234	15,4	247	0,6
36001 - Captação e tratamento de água	152 119	28,3	154 985	28,9	228 702	42,6	0	0,0	895	0,2
36002 - Distribuição de água	130 074	16,7	234 282	30,1	412 942	53,1	0	0,0	0	0,0
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	24 187	78,2	4 202	13,6	79	0,3	17	0,1	2 456	7,9
37002 - Tratamento de águas residuais	54 676	25,3	148 174	68,7	12 237	5,7	22	0,0	583	0,3
38111 - Recolha de resíduos inertes	6 980	48,1	196	1,4	7 063	48,6	280	1,9	0	0,0
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	133 752	45,8	120 146	41,1	22 712	7,8	8 556	2,9	7 000	2,4
38120 - Recolha de resíduos perigosos	25 253	79,7	3 091	9,8	0	0,0	3 344	10,6	0	0,0
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	710	88,8	0	0,0	40	5,0	0	0,0	50	6,2
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	157 981	46,0	142 629	41,5	41 532	12,1	1 331	0,4	15	0,0
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	97 411	82,3	15 936	13,5	1 433	1,2	2 243	1,9	1 341	1,1
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	12 349	78,7	206	1,3	1 825	11,6	1 213	7,7	97	0,6
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	7 159	86,8	0	0,0	102	1,2	699	8,5	285	3,5
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	3 032	78,2	0	0,0	19	0,5	826	21,3	0	0,0
38321 - Valorização de resíduos metálicos	374 851	71,7	215	0,0	6 718	1,3	139 664	26,7	1 456	0,3
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	116 966	60,8	11 744	6,1	1 870	1,0	55 305	28,8	6 400	3,3
39000 - Descontaminação e atividades similares	1 373	77,7	383	21,6	12	0,7	0	0,0	0	0,0
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	266 705	71,0	1 680	0,4	11 924	3,2	74 323	19,8	20 919	5,6
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	70 834	78,7	728	0,8	2 583	2,9	10 416	11,6	5 408	6,0
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	12 463	68,5	1 517	8,3	1 775	9,8	740	4,1	1 711	9,4
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	18 638	55,7	13 609	40,6	1 238	3,7	0	0,0	0	0,0
Outras atividades	1 923 336	84,7	125 338	5,5	15 414	0,7	170 398	7,5	35 547	1,6





**Organizações
com atuação
na área do
ambiente**

10 - ORGANIZAÇÕES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DO AMBIENTE

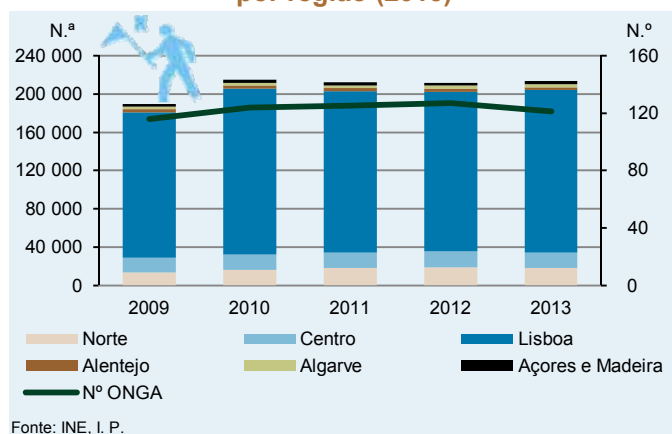
- Neste capítulo descrevem-se as atividades de algumas entidades com relevância na gestão e proteção do ambiente, nomeadamente:
- Organizações não governamentais de ambiente, que desenvolvem ações de sensibilização junto das populações, estudos e pareceres técnicos sobre as várias temáticas ambientais;
- Entidades detentoras de Corpos de Bombeiros, que desempenham um papel de prevenção e combate aos fogos florestais;
- Outras entidades, como o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA), que desenvolve várias atividades que visam proteger e conservar o património natural.
- Os temas estão discriminados segundo duas vertentes: a vertente física, com informação relativa ao número de entidades, associados e atividades desenvolvidas e a vertente financeira, com informação sobre as principais rubricas contabilísticas/económicas.

Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Atividades desenvolvidas pelas ONGA		 Estado	Em 2013, o número de atividades desenvolvidas pelas ONGA apresentou uma redução acentuada (- 47,3%) face ao ano anterior, fixando-se nas 22 098 ações (41 936 ações em 2012).
Atividades desenvolvidas pelos Corpos de bombeiros		 Estado	Os serviços prestados pelos 472 Corpos de Bombeiros do País fixaram-se nos 1,2 milhões de serviços em todo o território nacional, com realce para a assistência "pré-hospitalar" com 63,0% dos serviços (69,5% em 2012).



10.1 - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE

Figura 10.1 - Número de Organizações não governamentais de ambiente e associados, por região (2013)



No ano de 2013, o número de ONGA era 121 (127 em 2012), das quais 119 estavam ativas. Comparativamente ao ano anterior, verificou-se a redução de seis associações sediadas nas regiões de Lisboa e Centro (ambas com duas associações) e no Norte e Alentejo (com uma em cada região), e a adesão de duas novas associações, ambas da região Norte. Estes concentram-se, em larga medida, na região de Lisboa (33,6% do total), seguindo-se as regiões Norte e Centro.

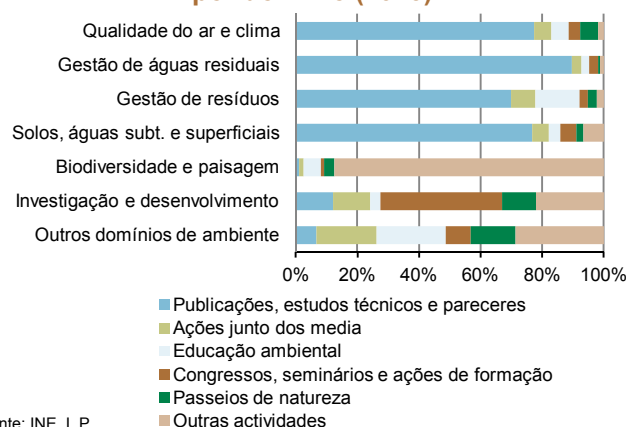
O número de inscritos nas ONGA em 2013, 213 348 associados, registou um ligeiro aumento em comparação com o ano precedente (+0,7%). Ao nível dos setores institucionais, o Estado e outras entidades

públicas e as empresas assinalaram variações positivas de, respetivamente, 12,2% e 5,4%. Os particulares continuaram a constituir a quase totalidade dos associados (97,7%), apresentando uma média de 1 751 indivíduos por instituição (1 631 em 2012). As empresas, o segundo setor mais representativo, congregou 2 973 unidades com uma média de 25 empresas por ONGA.

As inscrições a nível regional revelaram tendências diferenciadas: na região do Alentejo a tendência de decréscimo manteve-se em 2013 com -16,2% (-10,8% em 2012), em oposição ao Algarve que teve um aumento de 6,6% (+8,8% no ano transato).

Na região de Lisboa, o número de inscrições foi, em média, de 60 por 1 000 habitantes, indicador largamente superior à média nacional que se situou nas 20 inscrições por 1 000 habitantes. A nível de filiação, a região de Lisboa apresentou igualmente a média mais elevada do país, com 4 176 indivíduos por associação, enquanto o Alentejo não foi além dos 300 associados por instituição.

Figura 10.2 - Atividades desenvolvidas pelas Organizações não governamentais de ambiente, por domínio (2013)



Em 2013, o número de atividades desenvolvidas pelas ONGA apresentou uma redução acentuada (- 47,3%) face ao ano anterior, fixando-se nas 22 098 ações (41 936 ações em 2012). Este decréscimo deveu-se sobretudo à redução das atividades efetuadas pelas equipas de sapadores florestais na prevenção e proteção das áreas florestais contra incêndios e nas campanhas de sensibilização sobre as boas práticas na utilização do fogo inseridas nas “outras atividades” (-57,4%). Em menor dimensão também se reduziram as publicações, estudos técnicos e pareceres (-22,2%) e os passeios de natureza (-20,5%). Em sentido inverso, a realização de congressos, seminários e ações de formação e as ações junto dos *media* registaram aumentos de 31,6% e 26,0%.

Cerca de 70,0% das atividades dos domínios “Gestão de águas residuais”, “Proteção da qualidade do ar e clima”, “Gestão de resíduos” e “Proteção dos solos, águas subterrâneas e superficiais” foram dedicadas à elaboração de publicações, estudos e pareceres técnicos. No domínio “Proteção da biodiversidade e paisagem” a maioria das ações (87,6%) inseridas nas “outras atividades” reportaram-se às atividades efetuadas pelas equipas de sapadores florestais. É de referir ainda que 39,6% das atividades do domínio “Investigação e Desenvolvimento” se destinaram à realização de congressos, seminários e ações de formação.



A região Centro concentrou 58,9% das atividades realizadas em todo o país, sendo precisamente a região onde se encontram sediadas as associações que possuem equipas de sapadores florestais. As instituições da região Norte, com 16,8% das ações executadas no país, privilegiaram as publicações, estudos e pareceres técnicos, que envolveram 75,0% do total de atividades realizadas nesta região.

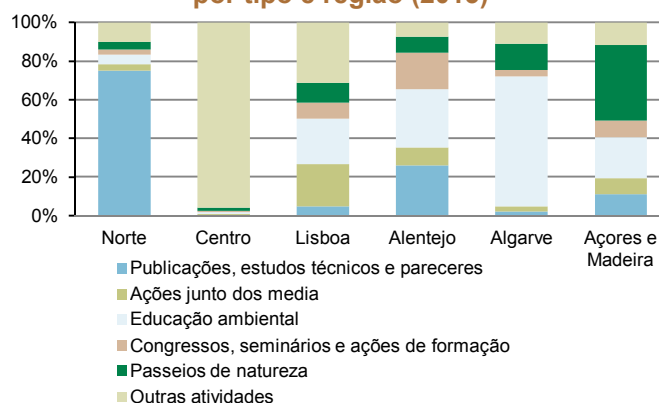
É de referir que no Algarve 67,2% das ações realizadas foram dirigidas para a educação ambiental, enquanto nas Regiões Autónomas as atividades mais relevantes foram os passeios de natureza (39,1%), a educação ambiental (21,3%) e as publicações, estudos e pareceres técnicos (11,1%) que, em conjunto, representaram cerca de 2/3 das ações desenvolvidas nestas regiões.

Em 2013, as principais rubricas contabilísticas tiveram comportamentos distintos face ao exercício do ano transato. O investimento e os rendimentos registaram um decréscimo de, respetivamente 32,8% e 2,5%, enquanto os gastos aumentaram 4,6%. O investimento, que tem vindo a decrescer desde 2011, atingiu 2 milhões de euros em 2013, maioritariamente aplicado em edifícios e outras construções (54,0%) e em terrenos e recursos naturais (21,2%). Os gastos rondaram 24 milhões de euros (23 milhões de euros em 2012) e os rendimentos totalizaram 26 milhões de euros, menos 662 milhares de euros que em 2012.

O investimento médio das associações passou de 27 816 euros por ONGA em 2012 para 19 958 euros em 2013, enquanto a média dos rendimentos e dos gastos em 2012 se situaram, respetivamente, em 219 319 euros (210 716 euros em 2012) e em 198 328 euros (177 631 euros em 2011).

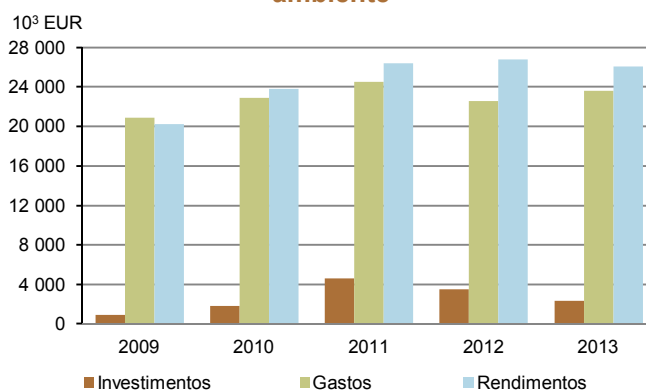
Os “fornecimentos e serviços externos” (FSE) e os “gastos com o pessoal” foram as rubricas mais significativas das ONGA, contribuindo com mais de 85,5% dos gastos das associações. Ao nível regional mais de metade dos gastos do Norte (53,5%) e das Regiões Autónomas (52,2%) foram absorvidos pelos custos com pessoal, enquanto mais de 2/3 dos gastos do Centro (78,3%), do Algarve (73,6%) e do Alentejo (70,6%) destinaram-se a FSE para o desenvolvimento dos projetos e atividades das ONGA.

Figura 10.3 - Atividades desenvolvidas pelas Organizações não governamentais de ambiente, por tipo e região (2013)



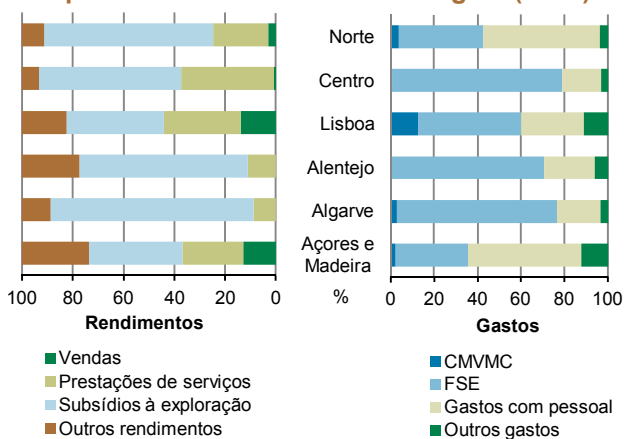
Fonte: INE, I. P.

Figura 10.4 - Principais variáveis contabilísticas das Organizações não governamentais de ambiente



Fonte: INE, I. P.

Figura 10.5 - Gastos e rendimentos das Organizações não governamentais de ambiente, por variável contabilística e região (2013)



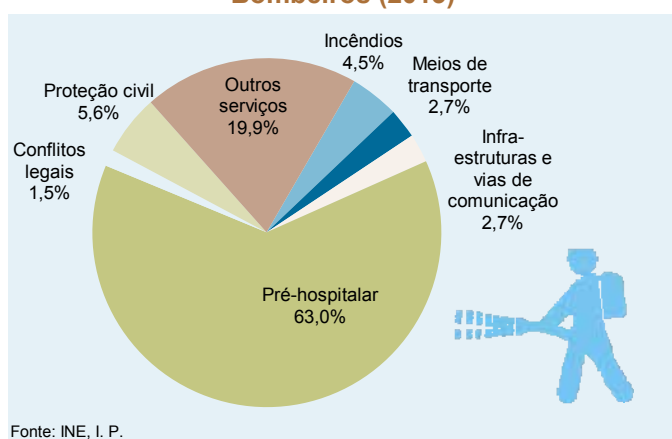
Fonte: INE, I. P.



Os “subsídios à exploração” e as “prestações de serviços” foram as principais fontes de financiamento das organizações de ambiente, atingindo 77,6% do total dos rendimentos. Nas regiões do Algarve, do Norte e do Alentejo, mais de 2/3 dos rendimentos foram provenientes dos “subsídios à exploração”, nomeadamente do “Estado e outros entes públicos”, em oposição às restantes regiões, em que as fontes de financiamento foram mais diversificadas. Na região Centro, os “subsídios à exploração” contribuíram com mais de metade (56,0%) dos rendimentos e as “prestações de serviços” representaram 21,8%. Nas regiões de Lisboa e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os recursos foram provenientes dos “subsídios à exploração” (38,3%, para a primeira região e 36,8%, para a segunda), “prestações de serviços” (30,1% e 24,0%) e “vendas” (14,0% e 12,9%).

10.2 – ENTIDADES DETENTORAS DE CORPOS DE BOMBEIROS

Figura 10.6 - Serviços prestados pelos Corpos de Bombeiros (2013)



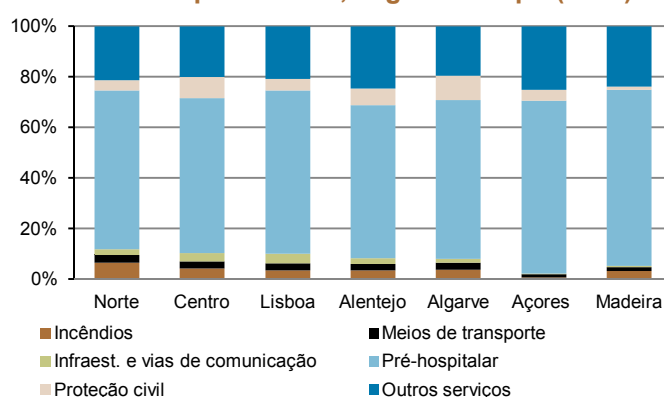
Fonte: INE, I. P.

Os Corpos de Bombeiros desempenham uma função relevante na proteção e socorro às populações existentes no País, funcionando como estrutura base de resposta ao nível local.

Em 2013, os serviços prestados pelos 472 Corpos de Bombeiros do País (menos 1 que em 2012) aumentaram 5,9%, correspondente a 1,2 milhões de serviços. As variações positivas de maior magnitude ocorreram no “apoio a situações com infraestruturas e vias de comunicação” (+130,7%) e nos “outros serviços”, constituídos na sua maioria por serviços de prevenção, através de patrulhamento/vigilância, apoio em recintos de espetáculo e desportivos, abertura de portas, remoção de obstáculos, entre outros, com +56,3%.

Em termos estruturais, contudo, manteve-se o predomínio da “assistência “pré-hospitalar” com 63,0% do total dos serviços prestados (69,5%, em 2012) seguido pelos “outros serviços” com 19,9% (13,5%, em 2012). A contribuição dos restantes serviços foi menos significativa, oscilando entre os 5,6% (proteção civil) e os 1,5% (conflitos legais).

Figura 10.7 - Serviços prestados pelos Corpos de Bombeiros por NUTS II, segundo o tipo (2013)



Fonte: INE, I. P.

As regiões do Norte e Centro continuaram a concentrar mais de metade (55,5%) dos serviços prestados pelos Corpos de Bombeiros do País por contraponto à Região Autónoma da Madeira com 3,0% dos serviços prestados e do Algarve (4,3%). A assistência “pré-hospitalar” foi a que, de forma generalizada, reuniu mais ocorrências, variando entre 60,5% no Alentejo e 69,6% na Região Autónoma da Madeira. A prestação de “outros serviços” totalizou cerca de 1/5 do total na Região Autónoma dos Açores e no Alentejo e os serviços de “proteção civil” contribuíram com, respetivamente, com 9,7% e 8,3% do total nas regiões do Algarve e do Centro.



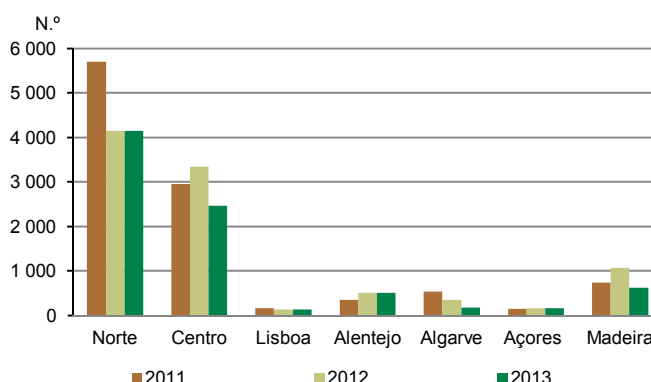
A participação dos Corpos de Bombeiros no combate a incêndios em povoamentos florestais diminuiu 15,2% em 2013, fixando-se em 8 229 ocorrências (9 708 em 2012). Este decréscimo foi particularmente acentuado nas regiões do Algarve, da Região Autónoma da Madeira e do Centro com reduções de, respetivamente, 47,4%, 41,3% e 26,2% face a 2012. Em sentido oposto, a Região Autónoma dos Açores foi a única região do País que registou um aumento das ocorrências (+5,0%). É de referir que as associações localizadas nas regiões do Norte e Centro foram as mais solicitadas no triénio em análise, em comparação com as restantes regiões do País.

No período de 2011-2013, o gasto médio das entidades detentoras de Corpos de Bombeiros fixou-se nos 318 milhões de euros anuais, enquanto o rendimento médio anual do triénio se situou nos 286 milhões de euros. O investimento continuou a ter pouca expressão no conjunto das variáveis.

Em 2013, os gastos das entidades detentoras de Corpos de Bombeiros mantiveram o nível do ano anterior e totalizaram 317 milhões de euros. Cerca de 2/3 (62,6%) dos gastos foram aplicados no pessoal, seguidos pelo FSE com 31,4%, mais 3 p.p. face ao ano anterior. Esta situação é transversal em todas as regiões do país, com realce para a Região Autónoma da Madeira e Lisboa, em que os “gastos com o pessoal” contribuíram com, respetivamente 77,4% e 73,3% do total dos gastos das regiões. Mais de 1/3 dos gastos das regiões do Norte, Centro e Alentejo foram direcionados para FSE, enquanto no Algarve 20,1% dos gastos foram destinados ao CMVMC.

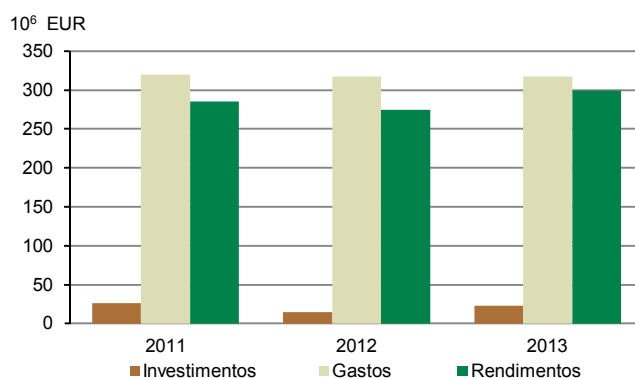
Os rendimentos destas entidades registaram um acréscimo de 8,9% em comparação com 2012 e ascenderam a 299 milhões de euros. Os “subsídios à exploração” e as “prestações de serviços” foram as rubricas mais significativas atingindo, respetivamente, 46,1% e 41,5% do total dos recursos. Em termos regionais, os “subsídios à exploração” foram a principal fonte de financiamento para a Região Autónoma da Madeira, representando 78,5% do total dos rendimentos, enquanto para as restantes regiões esta rubrica contribuiu com cerca de metade do total dos recursos. Para as regiões do Alentejo, Norte, Lisboa e Centro as “prestações de serviços” contribuíram com mais de 40,9% dos recursos de cada uma das regiões. Os recursos da região do Algarve foram os mais variados repartidos entre “subsídios à exploração” (44,9%), “prestações de serviços” (26,5%) e Vendas (22,3%).

Figura 10.8 - Participação dos Corpos de Bombeiros no combate a incêndios em povoamentos florestais por NUTS II



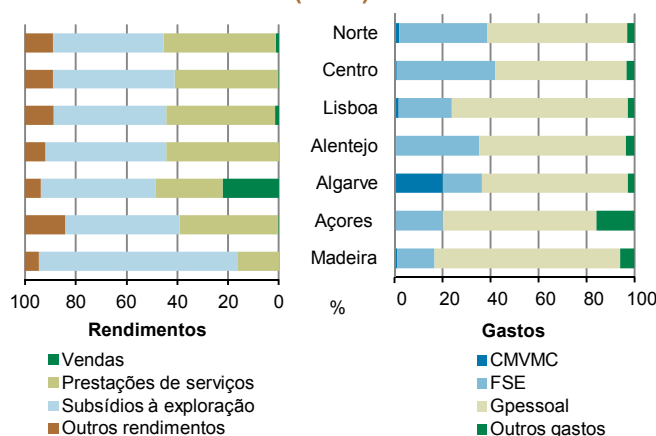
Fonte: INE, I. P.

Figura 10.9 - Principais variáveis contabilísticas das Entidades detentoras de Corpos de Bombeiros



Fonte: INE, I. P.

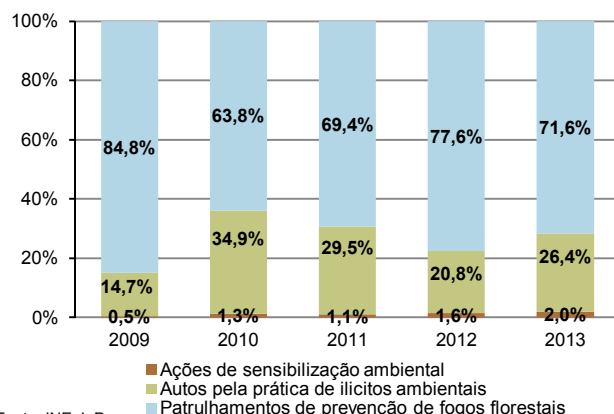
Figura 10.10 - Gastos e rendimentos das Entidades detentoras de Corpos de Bombeiros, por NUTS II (2013)



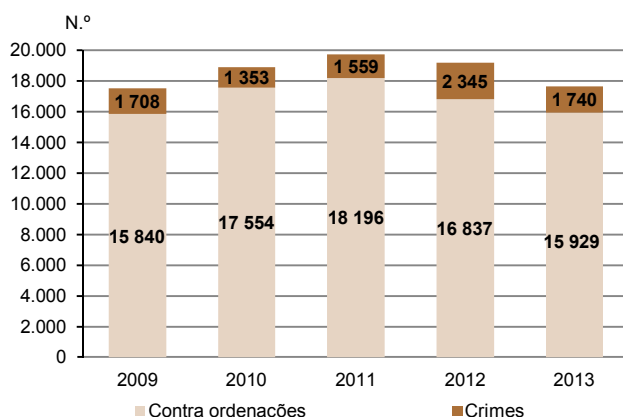
Fonte: INE, I. P.



10.3 - OUTRAS ENTIDADES

Figura 10.11 - Atividades do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, no Continente

Fonte: INE, I. P.

Figura 10.12 - Autos originados pela prática de ilícitos ambientais

Fonte: INE, I. P.

Figura 10.13 - Autos pela prática de ilícitos ambientais, por áreas de intervenção do SEPNA

Dimensão dos globos representa o número de autos pela prática de ilícitos ambientais em 2013

Fonte: INE, I. P.

As áreas que mais se destacaram foram as dos “Incêndios florestais” e dos “Resíduos”, representando respetivamente 18,7% e 12,9% do total dos autos. Em 2013, a área que mais aumentou face a 2012 foi a “Poluição acústica” (+275,0%), apesar da sua reduzida expressão no total dos autos pela prática de ilícitos ambientais (0,4%). Destaca-se, no entanto, a variação negativa dos autos relativos aos “Incêndios florestais” (-19,6%) e à “Fauna, caça e pesca” (-14,7%).



>> Para mais informação consulte:

Organizações não governamentais de ambiente por Localização geográfica

Organizações não governamentais de ambiente por 100 000 habitantes por Localização geográfica

Associados das organizações não governamentais de ambiente por Localização geográfica e Sectores institucionais

Associados das organizações não governamentais de ambiente por 1000 habitantes por Localização geográfica

Atividades desenvolvidas pelas organizações não governamentais de ambiente por Localização geográfica, Domínios de ambiente e Tipo de atividade

Investimentos, gastos e rendimentos (€) das Organizações não governamentais de ambiente por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de rubrica contabilística; Anual

Investimentos, gastos e rendimentos (€) das entidades detentoras de corpos de bombeiros por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de rubrica contabilística

Atividades desenvolvidas pelo Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (N.º) por Localização geográfica (NUTS I - 2002) e Tipo de atividade

Autos pela prática de ilícitos ambientais (N.º) por Área de intervenção ambiental e Tipo de auto



10.4 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 10.1 - Associados das Organizações não governamentais de ambiente por região, segundo o setor institucional

Unidade: N.º

Regiões	Setores institucionais						
	Total	Estado e outros entes públicos	Empresas	Instituições sem fins lucrativos	Particulares	Exterior	Outros
2009							
Portugal	189 423	399	2 393	253	186 281	23	74
Norte	13 850	26	222	53	13 546	3	0
Centro	15 496	50	80	25	15 339	0	2
Lisboa	151 371	306	2 045	161	148 769	20	70
Alentejo	3 640	12	16	12	3 598	0	2
Algarve	2 255	4	21	0	2 230	0	0
Açores e Madeira	2 811	1	9	2	2 799	0	0
2010							
Portugal	214 604	429	3 063	305	210 671	26	110
Norte	16 661	84	264	61	16 240	3	9
Centro	15 792	46	80	26	15 638	0	2
Lisboa	172 961	278	2 576	182	169 835	23	67
Alentejo	3 668	12	124	14	3 516	0	2
Algarve	2 568	8	12	15	2 533	0	0
Açores e Madeira	2 954	1	7	7	2 909	0	30
2011							
Portugal	211 993	376	3 031	299	208 039	126	122
Norte	18 276	92	776	66	17 308	3	31
Centro	16 396	24	79	24	16 269	0	0
Lisboa	167 858	223	2 130	177	165 146	123	59
Alentejo	3 662	16	26	15	3 583	0	22
Algarve	2 700	10	13	10	2 667	0	0
Açores e Madeira	3 101	11	7	7	3 066	0	10
2012							
Portugal	211 765	402	2 822	504	207 122	826	89
Norte	18 883	116	954	69	17 737	3	4
Centro	16 890	28	100	29	15 978	755	0
Lisboa	166 560	222	1 709	374	164 132	68	55
Alentejo	3 268	15	29	15	3 189	0	20
Algarve	2 938	10	18	12	2 898	0	0
Açores e Madeira	3 226	11	12	5	3 188	0	10
2013							
Portugal	213 348	451	2 973	516	208 386	970	52
Norte	18 213	153	1 114	68	16 871	3	4
Centro	16 493	52	113	55	15 450	823	0
Lisboa	169 514	204	1 702	371	167 047	142	48
Alentejo	2 740	22	15	6	2 697	0	0
Algarve	3 133	10	20	10	3 093	0	0
Açores e Madeira	3 255	10	9	6	3 228	2	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.2 - Atividades das Organizações não governamentais de ambiente por tipo, segundo a região

Unidade: N.º

Atividades	Regiões						
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores e Madeira
2009							
Total	12 972	1 044	993	9 602	506	442	385
Publicações, est. técnicos e pareceres	911	23	75	687	65	14	47
Ações junto dos <i>media</i>	867	132	152	461	25	21	76
Ações de formação	341	124	28	135	45	9	0
Educação ambiental/ateliers/oficinas	7 149	518	420	5745	241	158	67
Congressos, seminários	205	14	31	113	12	13	22
Ecoturismo/passeios de natureza	1 282	195	183	686	49	53	116
Outras atividades	2 216	38	104	1774	69	174	57
2010							
Total	11 401	1 337	635	7 911	560	448	510
Publicações, est. técnicos e pareceres	984	93	72	640	90	19	70
Ações junto dos <i>media</i>	814	127	93	480	36	14	64
Ações de formação	477	99	21	209	114	6	28
Educação ambiental/ateliers/oficinas	5 575	714	191	4 239	214	160	57
Congressos, seminários	260	46	21	142	13	9	29
Ecoturismo/passeios de natureza	1 443	201	130	812	65	61	174
Outras atividades	1 848	57	107	1 389	28	179	88
2011							
Total	39 560	4 403	31 580	2 514	293	342	428
Publicações, est. técnicos e pareceres	3 845	3 147	203	373	32	16	74
Ações junto dos <i>media</i>	481	132	64	175	59	26	25
Ações de formação	332	51	35	175	22	15	34
Educação ambiental/ateliers/oficinas	1 183	379	186	330	97	152	39
Congressos, seminários	391	205	24	117	15	12	18
Ecoturismo/passeios de natureza	1 112	109	110	606	48	62	177
Outras atividades	32 216	380	30 958	738	20	59	61
2012							
Total	41 936 (Rv)	4 166	31 802	4 318	372	742	536
Publicações, est. técnicos e pareceres	4 050	3 262	43	485	166	22	72
Ações junto dos <i>media</i>	903	115	91	593	36	21	47
Ações de formação	242	20	36	146	16	7	17
Educação ambiental/ateliers/oficinas	1 788	211	187	746	88	468	88
Congressos, seminários	226	53	30	99	8	16	20
Ecoturismo/passeios de natureza	1 396	131	213	737	35	83	197
Outras atividades	33 331	374	31 202	1 512	23	125	95
2013							
Total	22 098	3 712	13 007	3 875	260	638	606
Publicações, est. técnicos e pareceres	3 152	2 785	28	190	68	14	67
Ações junto dos <i>media</i>	1 138	125	76	845	24	17	51
Ações de formação	378	72	50	177	28	16	35
Educação ambiental/ateliers/oficinas	1 878	182	150	910	78	429	129
Congressos, seminários	238	34	21	140	21	5	17
Ecoturismo/passeios de natureza	1 110	147	219	399	22	86	237
Outras atividades	14 204	367	12 463	1 214	19	71	70

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.3 - Investimentos, gastos e rendimentos das Organizações não governamentais de ambiente por rubrica contabilística, segundo a região

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Regiões						
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores e Madeira
2009							
Investimentos	900	36	131	509	176	1	47
Gastos	20 856	1 663	2 043	11 135	4 715	297	1 002
CMVMC	1 506	12	10	1 435	1	ə	48
Fornecimentos e serviços externos	10 546	1 197	1 012	5 723	2 188	118	308
Impostos	47	12	7	15	13	1	ə
Gastos com o pessoal	7 039	357	854	3 105	1 958	141	625
Gastos e perdas de financiamento	300	7	28	106	153	4	2
Outros gastos não especificados	1 417	79	132	751	403	34	18
Rendimentos	20 218	1 849	2 302	11 790	2 850	405	1 021
Vendas	1 857	22	17	1 736	27	2	53
Prestações de serviços	6 198	362	489	4 764	408	0	175
Subsídios à exploração	8 913	1 380	1 533	3 040	1 937	255	768
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	3 170	82	257	2 191	467	148	25
Outros rendimentos não especificados	80	2	7	59	11	ə	ə
2010							
Investimentos	1 819	197	324	1 125	95	47	31
Gastos	22 901	2 460	1 966	12 781	5 004	278	412
CMVMC	1 467	12	ə	1 437	1	0	16
Fornecimentos e serviços externos	11 507	1 001	773	7 023	2 521	122	67
Impostos	46	4	1	39	ə	1	ə
Gastos com o pessoal	8 172	1 313	1 061	3 323	2 056	147	272
Gastos e perdas de financiamento	119	8	16	51	41	3	ə
Outros gastos não especificados	1 591	121	115	909	384	5	57
Rendimentos	23 797	3 033	2 000	13 208	4 801	283	473
Vendas	1 815	47	9	1 739	6	0	13
Prestações de serviços	7 099	507	833	5 163	519	26	51
Subsídios à exploração	11 099	2 103	879	4 023	3 562	176	356
Trabalhos para a própria entidade	331	249	79	2	0	0	1
Outros rendimentos e ganhos	3 136	104	97	2 097	707	80	51
Outros rendimentos não especificados	317	22	102	184	8	1	1
2011							
Investimentos	4 609	264	259	3 709	286	51	41
Gastos	24 490	3 923	3 408	11 155	5 450	370	184
CMVMC	1 580	32	7	1 526	5	0	10
Fornecimentos e serviços externos	11 357	1 569	2 080	4 525	3 017	114	53
Impostos	44	14	6	16	7	1	ə
Gastos com o pessoal	8 617	2 030	949	3 285	2 056	246	52
Gastos e perdas de financiamento	166	9	12	44	94	6	ə
Outros gastos não especificados	2 726	270	355	1 760	271	3	68
Rendimentos	26 391	4 069	3 507	12 502	5 703	422	188
Vendas	2 417	59	9	2 296	11	0	43
Prestações de serviços	6 780	1 027	1 042	4 088	597	19	7
Subsídios à exploração	13 463	2 694	1 898	4 162	4 236	375	99
Trabalhos para a própria entidade	16	0	16	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	3 404	165	516	1 881	808	27	8
Outros rendimentos não especificados	310	124	27	75	52	1	30
2012							
Investimentos	3 533	303	299	1 419	1 489	5	17
Gastos	22 559	3 661	2 927	9 812	5 534	390	235
CMVMC	1 633	115	50	1 252	189	0	27
Fornecimentos e serviços externos	11 100	1 418	2 046	3 695	3 706	155	82
Impostos	74	25	3	29	16	1	0
Gastos com o pessoal	7 549	1 994	732	3 090	1 414	221	98
Gastos e perdas de financiamento	86	19	6	21	20	8	13
Outros gastos não especificados	2 117	90	90	1 725	190	6	15
Rendimentos	26 761	3 856	2 923	11 237	8 128	379	238
Vendas	2 579	164	76	1 971	330	0	38
Prestações de serviços	5 901	966	925	3 097	806	96	11
Subsídios à exploração	13 561	2 395	1 420	4 526	4 820	261	140
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	2 909	208	478	1 504	691	16	13
Outros rendimentos não especificados	1 810	123	25	139	1 481	7	36
2013							
Investimentos	2 375	622	80	1 606	53	4	11
Gastos	23 601	4 202	4 165	11 316	3 149	595	174
CMVMC	1 626	155	27	1 422	2	17	4
Fornecimentos e serviços externos	12 989	1 641	3 263	5 366	2 223	438	58
Impostos	74	5	5	46	19	ə	0
Gastos com o pessoal	7 210	2 249	739	3 275	737	120	91
Gastos e perdas de financiamento	95	31	20	24	13	4	2
Outros gastos não especificados	1 608	122	111	1 183	156	16	19
Rendimentos	26 099	4 748	4 227	12 797	3 385	725	218
Vendas	1 997	145	30	1 793	1	ə	28
Prestações de serviços	6 935	1 035	1 552	3 852	381	63	52
Subsídios à exploração	13 319	3 154	2 365	4 898	2 243	579	80
Trabalhos para a própria entidade	18	12	2	2	0	2	0
Outros rendimentos e ganhos	3 574	343	258	2 099	738	80	56
Outros rendimentos não especificados	255	58	21	154	22	ə	1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.4 - Serviços prestados pelos corpos de bombeiros por NUTS II, segundo o tipo

Unidade: N.º

Unidade: N.

NUTS II	Tipo de serviço									
	Total	Incêndios		Meios de transporte	Infraestruturas e vias de comunicação	Pré-hospitalar	Conflitos legais	Tecnológicas e industriais	Proteção civil	Outros serviços
		Povoamentos florestais	Outros incêndios							
2011										
Portugal	1 108 877	10 619	50 552	35 790	20 101	727 076	19 937	2 693	94 237	147 872
Norte	337 522	5 697	22 491	12 519	4 669	228 960	6 360	462	19 554	36 810
Centro	266 628	2 959	10 877	9 010	4 374	169 431	4 023	287	30 426	35 241
Lisboa	248 475	165	10 518	8 285	8 524	168 321	5 781	1 562	20 956	24 363
Alentejo	100 098	356	3 763	3 143	1 571	69 405	1 872	188	9 024	10 776
Algarve	46 733	546	1 785	1 427	628	24 725	1 528	122	6 769	9 203
Açores	69 786	154	327	781	145	38 662	70	38	6 440	23 169
Madeira	39 635	742	791	625	190	27 572	303	34	1 068	8 310
2012										
Portugal	1 114 956	9 708	47 176	32 534	13 672	775 373	19 134	2 738	67 063	147 558
Norte	329 620	4 146	17 714	11 156	3 484	237 295	6 218	343	15 933	33 331
Centro	271 989	3 344	11 687	8 248	2 966	181 731	3 931	267	23 987	35 828
Lisboa	247 704	136	9 387	7 579	5 018	178 165	5 397	1 880	10 736	29 406
Alentejo	116 097	506	4 454	2 571	1 115	75 388	1 861	87	6 691	23 424
Algarve	49 365	346	2 053	1 479	618	29 097	1 313	113	5 328	9 018
Açores	66 321	159	387	956	57	48 537	45	14	4 019	12 147
Madeira	33 860	1 071	1 494	545	414	25 160	369	34	369	4 404
2013										
Portugal	1 181 064	8 229	45 403	32 184	31 536	744 148	18 029	3 538	66 584	231 413
Norte	359 108	4 149	19 673	11 095	8 034	224 693	5 691	395	15 130	70 248
Centro	296 905	2 467	10 457	8 137	10 012	181 712	3 937	964	24 508	54 711
Lisboa	262 346	130	8 977	7 550	9 617	169 629	4 946	1 911	11 605	47 981
Alentejo	115 456	505	3 689	2 730	2 731	69 897	1 855	114	7 361	26 574
Algarve	50 453	182	1 743	1 350	831	31 620	1 223	119	4 874	8 511
Açores	60 994	167	300	788	96	41 689	27	14	2 664	15 249
Madeira	35 802	629	564	534	215	24 908	350	21	442	8 139

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.5 - Investimentos, gastos e rendimentos das Entidades detentoras de corpos de bombeiros por rubrica contabilística, segundo as NUTS II

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
2011								
Investimentos	26 312	9 467	5 979	4 143	2 406	861	2 055	1 402
Gastos	319 707	82 489	71 926	84 549	37 508	19 572	9 904	13 759
CMVMC	10 633	2 195	950	1 995	702	4 594	39	157
Fornecimentos e serviços externos	88 878	27 024	25 993	16 171	12 829	3 189	2 239	1 433
Gastos com o pessoal	206 981	50 227	42 611	64 092	21 616	11 376	5 936	11 123
Gastos e perdas de financiamento	2 857	431	421	473	465	95	541	431
Outros gastos e perdas	10 358	2 612	1 950	1 818	1 896	319	1 149	615
Rendimentos	285 536	80 312	72 998	60 955	41 134	16 285	9 218	4 633
Vendas	721	115	228	104	33	216	25	1
Prestações de serviços	126 425	36 238	29 748	28 159	19 758	8 229	3 086	1 207
Trabalhos para a própria entidade	212	5	166	0	39	0	2	0
Subsídios, doações e legados à exploração	122 784	34 223	34 710	23 960	15 708	6 528	4 498	3 158
Outros rendimentos e ganhos	31 658	8 158	7 473	7 968	5 020	1 282	1 512	245
Outros rendimentos	3 735	1 573	675	764	576	29	96	22
2012								
Investimentos	14 998	3 013	6 582	1 528	1 618	319	1 608	330
Gastos	317 299	82 920	76 393	78 461	33 227	18 985	9 142	18 173
CMVMC	8 155	1 450	723	1 298	317	4 248	35	83
Fornecimentos e serviços externos	88 838	28 114	27 550	15 945	11 309	2 900	1 733	1 287
Gastos com o pessoal	197 216	47 939	42 000	57 639	19 387	10 882	5 802	13 568
Gastos e perdas de financiamento	5 323	709	583	455	566	112	14	2 885
Outros gastos e perdas	17 767	4 708	5 538	3 124	1 648	842	1 557	350
Rendimentos	274 468	79 300	76 204	55 332	34 172	15 490	9 076	4 895
Vendas	1 594	741	261	198	41	327	26	0
Prestações de serviços	121 858	36 942	31 449	25 041	16 160	7 535	3 676	1 053
Trabalhos para a própria entidade	988	442	45	0	0	0	0	502
Subsídios, doações e legados à exploração	117 766	31 171	35 267	23 150	14 766	6 421	3 942	3 049
Outros rendimentos e ganhos	29 807	9 089	8 505	6 821	2 515	1 201	1 390	285
Outros rendimentos	2 455	914	678	122	689	5	42	6
2013								
Investimentos	23 230	7 372	8 256	3 043	3 530	271	393	366
Gastos	317 415	86 620	77 705	78 044	34 099	19 141	9 196	12 609
CMVMC	7 848	1 661	674	1 265	218	3 847	38	145
Fornecimentos e serviços externos	99 617	31 712	31 939	17 298	11 801	3 116	1 802	1 949
Gastos com o pessoal	198 634	50 720	42 533	57 236	20 820	11 662	5 904	9 758
Gastos e perdas de financiamento	1 778	327	407	402	277	54	29	281
Outros gastos e perdas	9 538	2 200	2 152	1 843	983	462	1 422	477
Rendimentos	298 928	87 927	85 617	57 707	37 544	16 396	9 354	4 383
Vendas	5 947	1 087	205	914	39	3 664	38	0
Prestações de serviços	123 911	38 822	35 025	24 715	16 666	4 340	3 634	709
Trabalhos para a própria entidade	272	215	22	0	0	0	35	0
Subsídios, doações e legados à exploração	137 841	38 324	41 023	25 661	17 812	7 362	4 219	3 441
Outros rendimentos e ganhos	30 092	9 239	9 086	6 363	2 829	1 030	1 339	206
Outros rendimentos	865	240	257	53	198	9	89	27

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 10.6 - Atividades do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

Unidade: N.º

Designação da atividade	Ano	NUTS I			
		Portugal	Continente	Açores	Madeira
Ações de sensibilização ambiental	2009	602	585	13	4
	2010	695	660	29	6
	2011	751	698	43	10
	2012	1 449	1 399	47	3
	2013	1 366	1 270	89	7
Autos pela prática de ilícitos ambientais	2008	20 410	20 061	206	143
	2009	17 548	17 267	229	52
	2010	18 907	18 320	561	26
	2011	19 755	19 239	489	27
	2012	19 182	18 304	829	49
	2013	17 669	16 652	930	87
Patrulhamentos de prevenção de fogos florestais	2008	x	122 668	8	x
	2009	x	99 702	18	x
	2010	x	33 481	19	x
	2011	x	45 212	x	x
	2012	x	68 230	x	x
	2013	45 568	45 246	47	275

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente



Quadro 10.7 - Número de autos pela prática de ilícitos ambientais

Unidade: N.º

Áreas de intervenção	2009		2010		2011		2012		2013	
	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações
Total	1 708	15 840	1 353	17 554	1 559	18 196	2 338	14 340	1 730	13 090
Atividades extrativas	1	104	0	88	1	74	2	64	0	37
CITES	1	47	2	226	5	141	1	140	10	146
Fauna, caça e pesca	295	1 770	310	1 847	324	1 612	284	1 211	291	984
Flora/florestas	27	2 198	30	2 019	27	1 265	21	1 318	16	1 461
Incêndios florestais	1 287	2 267	916	2 490	1 090	2 981	1 887	2 216	1 288	2 009
Leis sanitárias	6	2 030	9	2 903	4	3 506	10	2 306	2	1 461
Litoral	0	328	0	328	0	281	0	0	0	0
Ordenamento do território	2	1 545	3	1 353	3	1 648	2	1 254	2	1 220
Património histórico	1	3	0	7	0	3	0	2	0	2
Poluição acústica	0	65	0	41	0	42	0	20	0	75
Poluição atmosférica	0	434	0	566	0	576	2	470	0	416
Águas continentais	9	969	5	1 016	0	1 157	3	860	11	774
Resíduos	0	2 177	0	2 349	0	2 603	2	2 176	7	2 274
Turismo e desportos	0	533	0	833	0	661	0	511	0	530
Outras intervenções	79	1 370	78	1 488	105	1 646	124	1 792	103	1 701
Animais de Companhia	x	x	x	x	x	x	0	1 502	2	2 026
Animais Perigosos	x	x	x	x	x	x	4	390	4	388
Áreas Classificadas	x	x	x	x	x	x	1	444	3	313
Poluição dos Solos	x	x	x	x	x	x	2	161	1	112

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente





**Emprego
ambiental**

11 - EMPREGO AMBIENTAL

Neste capítulo é analisado o emprego ambiental das seguintes entidades:

- Empresas com atividade de gestão e proteção do ambiente;
- Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente;
- Organizações não-governamentais de ambiente;
- Entidades detentoras de Corpos de Bombeiros;
- Outras entidades.

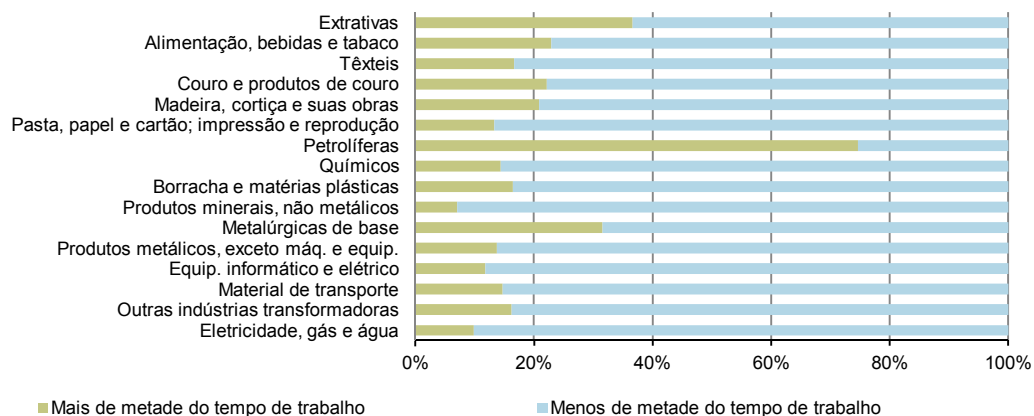
Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Número de pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente		Resposta 	Em 2013, o número de pessoas ao serviço das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente aumentou 12,1%, correspondendo a um efetivo de 41 435 pessoas.
Número de pessoas ao serviço nas ONGA		Estado 	Em 2013, o número de pessoas ao serviço das ONGA aumentou pelo segundo ano consecutivo, totalizando 2 014 pessoas (1 960 em 2012).
Número de bombeiros dos quadros de comando e ativo		Estado 	Em 2013, o número de bombeiros dos quadros de comando e ativo diminuiu 6,1%, invertendo a tendência iniciada em 2011, fixando-se o quadro de pessoal em 29 703 indivíduos.



11.1 - EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

As organizações têm de cumprir vários requisitos ambientais para combater a poluição gerada em certas atividades económicas, pelo que o emprego nesta área assume cada vez maior importância.

Figura 11.1 - Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por setor de atividade e regime de afetação (2013)



Fonte: INE, I.P.

As empresas dos setores em análise, no ano de 2013, empregaram no seu conjunto 10 679 indivíduos dedicados a atividades de proteção ambiental, dos quais 14,8% ocupavam mais de metade do tempo de trabalho em atividades relacionadas com o ambiente. Comparativamente a 2012, o número de pessoas que ocupava mais de metade do tempo de trabalho em atividades ligadas ao ambiente diminuiu 0,6%, (menos 468 indivíduos). A nível setorial, destacaram-se as “Indústrias petrolíferas” com 3/4 dos trabalhadores com funções ligadas ao ambiente a ocuparem mais de metade do tempo de trabalho em atividades ambientais. Seguiram-se as “Indústrias extrativas” e as “Indústrias metalúrgicas de base” com aproximadamente 1/3 de empregados a trabalharem sobretudo em atividades ambientais. As “Indústrias petrolíferas”, “Indústrias metalúrgicas de base” e “Indústrias da madeira, cortiça e suas obras” contribuíram com 38,5% do total dos trabalhadores das empresas dos setores abrangidos.

A conversão do tempo de atividade para “Equivalentes a tempo completo”, individualiza as “Indústrias de pasta, de papel e de cartão; impressão e reprodução” e “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” como os setores mais intensivos na utilização de recursos humanos para o desenvolvimento de ações de proteção ambiental, representando 13,3%, para o primeiro setor, e 11,5% para o segundo.



Figura 11.2 - Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por setor de atividade, segundo o regime de afetação

2013

Unidade: N.º

Regime de afetação dos recursos humanos	Número médio de pessoas que ocupam			Emprego "equivalente a tempo completo" em atividades de ambiente
	Total	Mais de metade do tempo de trabalho em atividades de ambiente	Menos de metade do tempo de trabalho em atividades de ambiente	
Atividades económicas (CAE-Rev.3)				
Total	10 679	1 577	9 102	2 259
05-09 Extrativas	175	64	111	74
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	936	215	721	259
13-14 Têxteis	557	93	464	131
15 Couro e produtos de couro	...	...	...	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	99	21	78	29
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1 285	171	1 114	301
19 Petrolíferas	...	...	...	...
20-21 Químicos	917	132	786	183
22 Borracha e matérias plásticas	500	82	418	110
23 Produtos minerais, não metálicos	1 631	114	1 517	224
24 Metalúrgicas de base	149	47	102	59
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	1 196	165	1 032	212
26-27 Equip. informático e elétrico	442	52	390	79
29-30 Material de transporte	883	129	754	154
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	710	115	594	180
35-36 Eletricidade, gás e água	1 054	103	950	187

Fonte: INE, I. P.

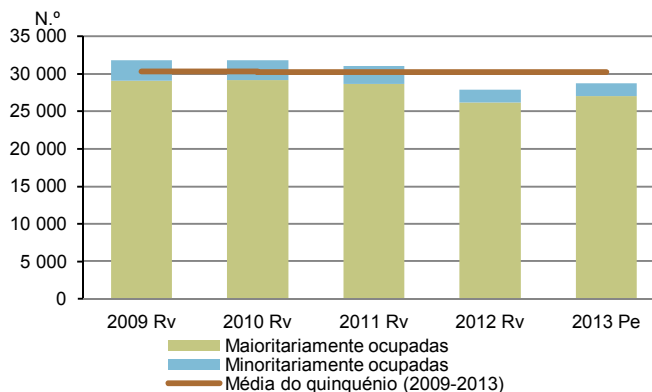
11.2 - ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

Em 2013 participavam na atividade das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, 41 435 pessoas. Destas, 28 772 pessoas desempenhavam funções específicas na área do ambiente, das quais 94,0% ocupavam a maior parte do seu tempo neste setor de atividade. Comparativamente ao ano anterior, o número de pessoas que exercia funções na área do ambiente aumentou 3,3%, com maior incidência nos colaboradores que dedicavam parte ou ocasionalmente do seu tempo em atividades relacionadas com o ambiente, com uma variação positiva de 4,0%.

O sexo masculino superou largamente o feminino com 77,3% do total e nos dois tipos de ocupação. Os que dedicaram apenas parte do seu tempo de trabalho ao ambiente foram inferiores em 14 p.p., face aos que ocupavam a maior parte do tempo (78,2%).

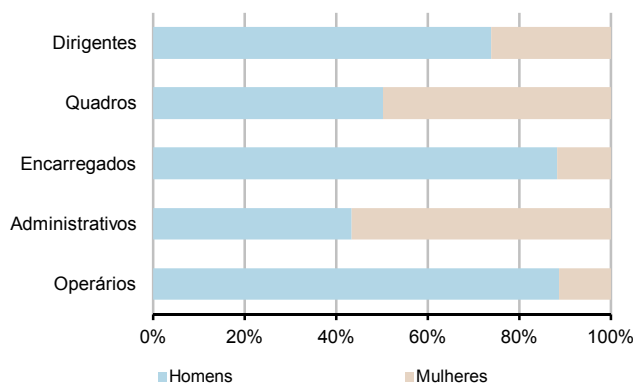
Cerca de 63,5% dos trabalhadores das entidades produtoras de bens e serviços em ambiente eram Operários, aprendizes e praticantes, seguidos por Empregados administrativos, comerciais e de serviços e por Quadros e técnicos médios e superiores com, respetivamente, 13,8% e 11,5% do total dos trabalhadores. Os homens predominaram nas categorias de Operários, aprendizes e praticantes (88,6%), Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa (88,3%) e Dirigentes (73,8%). Nos Empregados administrativos, comerciais e de serviços a participação feminina foi superior à dos homens (56,6% contra 43,4%) enquanto nos Quadros e técnicos médios e superiores registou-se um equilíbrio entre homens e mulheres, com ligeira vantagem para o sexo masculino.

Figura 11.3 - Pessoas ao serviço nas Entidades produtoras de bens e serviços em ambiente



Fonte: INE, I. P.

Figura 11.4 - Pessoal ao serviço, por sexo e nível profissional na área do ambiente (2013 Pe)



Fonte: INE, I. P.



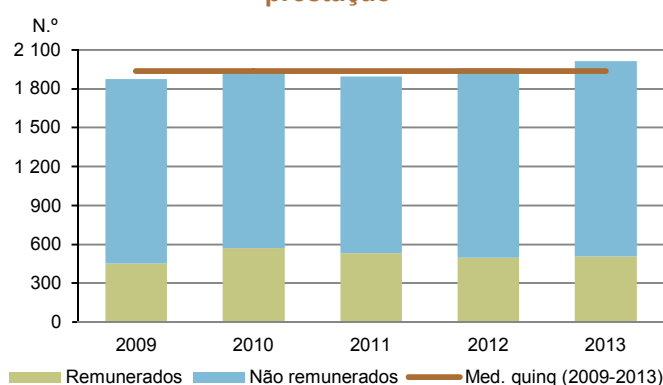
Figura 11.5 - Pessoal ao serviço em funções de ambiente por nível profissional e atividade económica (2013 Pe)



A repartição das categorias profissionais por atividade económica revela a predominância dos Operários, aprendizes e praticantes na generalidade dos sectores, nomeadamente na Recolha e Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos, com cerca de 8 852 trabalhadores. A Captação e tratamento de água e Tratamento de águas residuais foram os sectores que apresentaram uma distribuição em que metade do efetivo era constituído por Operários, aprendizes e praticantes e a restante parte repartida por Quadros, Empregados administrativos, comerciais e de serviços, Encarregados e Dirigentes. De referir que no Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos os Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa, Empregados administrativos, comerciais e de serviços e os Dirigentes representaram, respetivamente 22,1%, 18,5% e 12,5% do total de categorias profissionais do setor. Salienta-se ainda, o facto dos Quadros e técnicos médios e superiores constituírem cerca de 1/4 (24,8%) dos efetivos do Tratamento de águas residuais e 1/5 (22,0%) dos trabalhadores da Captação e tratamento de água.

11.3 - ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE

Figura 11.6 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por tipo de prestação



Fonte: INE, I. P.

Em 2013 o número de indivíduos ao serviço das ONGA aumentou pelo segundo ano consecutivo, totalizando 2 014 pessoas (1 960 em 2012). Em relação à prestação de serviço, quase 3/4 dos indivíduos (74,9%) fizeram-no em regime de voluntariado (74,6% em 2012), maioritariamente exercido a tempo parcial (76,0%). Comparativamente ao ano anterior, o aumento em 2,8% do número de pessoas ao serviço das associações de ambiente deveu-se essencialmente ao acréscimo do pessoal voluntário (+3,1%). As atividades destas associações são maioritariamente asseguradas por homens (56,9% do total do efetivo, 57,8% em 2012).

O perfil do colaborador das associações de ambiente caracteriza-se por ser

maioritariamente do sexo masculino, com idade compreendida entre os 25 e os 50 anos, com formação superior (nível bacharelato e licenciatura), operando em regime de voluntariado.

As mulheres representavam em 2013 46,2% dos colaboradores com cargos funcionais: 65,8% como quadros e técnicos médios e superiores, 45,8% em cargos de direção e 29,2% em posições de empregados administrativos, comerciais e de serviços. No que diz respeito ao nível de instrução, a relação é relativamente equilibrada, com exceção do ensino básico em que o número de homens é cerca de 4 vezes superior ao das mulheres, representando 81,1% do efetivo total com este nível de instrução. Em termos de estrutura etária, as principais diferenças verificam-se na classe com menos de 25 anos, em que a participação feminina é mais importante (+9 p.p.) que nos homens, ao contrário dos escalões dos 25 – 50 anos (-11 p.p.).



A nível regional, a participação masculina foi maioritária em todas as regiões do país, com exceção do Alentejo (58,9%), e a distribuição por sexo é muito distinta: enquanto no Centro, em Lisboa, no Algarve e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira o rácio homem/mulher fixou-se nos 1,3, no Norte esta relação é mais elevada e atingiu o valor de 1,6, por oposição ao Alentejo que apresenta um rácio de 0,7.

O escalão etário predominante nas ONGA corresponde à classe dos 25-50 anos, seguindo-se a classe de idade superior a 51 anos e por fim os indivíduos com menos de 25 anos. Esta distribuição é comum aos dois sexos. A nível regional, a participação masculina ocupava maioritariamente o escalão dos 25-50 anos em todas as regiões do país. A participação feminina nas atividades desenvolvidas pelas associações estava igualmente concentrada em todas as regiões do país, na classe etária dos 25-50 anos com realce para o Alentejo, onde 43,2% das pessoas ao serviço neste nível etário eram mulheres.

Cerca de metade dos indivíduos (46,7%) que colaboraram com as ONGA concluiu o ensino superior (bacharelato e licenciatura), seguindo-se os indivíduos com o ensino secundário (26,1%). Os indivíduos do sexo masculino predominaram em todos os níveis de instrução.

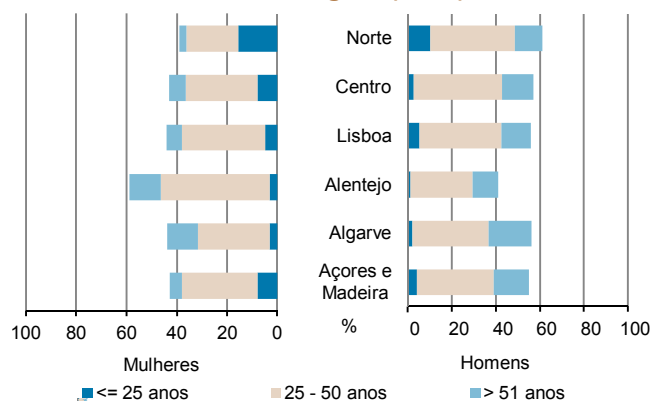
A nível regional, mais de metade dos indivíduos das regiões do Algarve (59,2%), Lisboa (54,1%) e Alentejo (53,7%) concluíram o ensino superior (bacharelato e licenciatura).

Figura 11.7 - Características do pessoal ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente

Caraterísticas		Unidade: %	
		Homem	Mulher
Classe etária	>= 25 anos	10,2	19,4
	26 - 50 anos	66,0	67,4
	>= 51 anos	23,8	13,2
Nível de instrução	Nenhum	0,1	0,0
	Básico	16,1	5,0
	Secundário	25,8	26,6
	Superior (bacharelato e licenciatura)	42,8	51,8
	Superior (mestrado e doutoramento)	15,2	16,6
Categorias funcionais	Dirigentes	4,8	4,7
	Quadros e técnicos médios e superiores	28,3	63,2
	Empregados administrativos, comerciais e de serviços	66,9	32,1

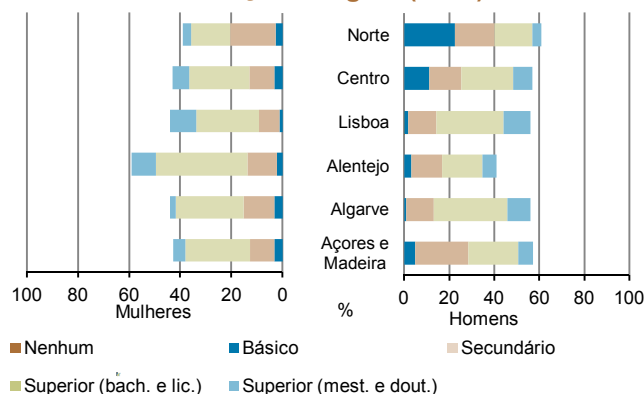
Fonte: INE, I. P.

Figura 11.8 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por sexo, classe etária e região (2013)



Fonte: INE, I. P.

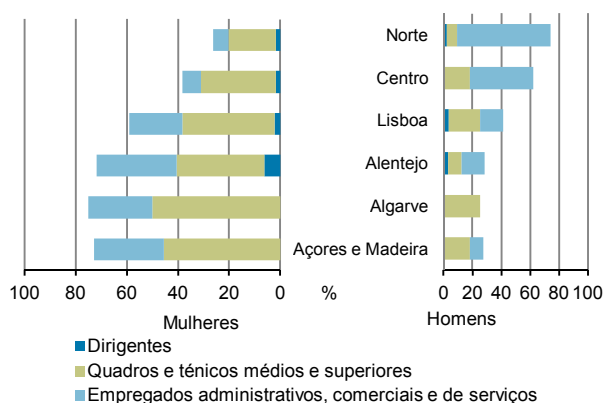
Figura 11.9 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente por sexo, nível de instrução e região (2013)



Fonte: INE, I. P.



Figura 11.10 - Pessoas remuneradas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente por sexo, nível profissional e região (2013)



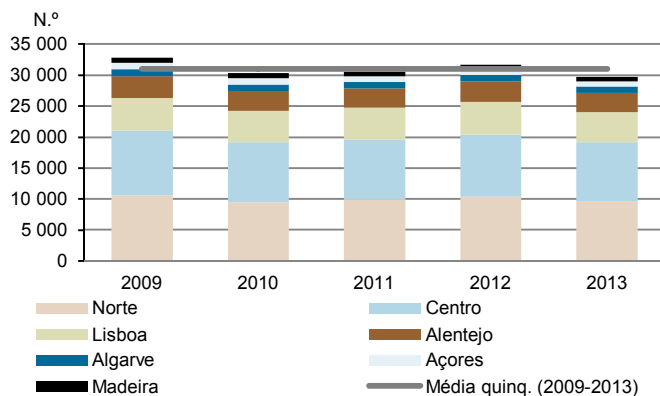
Fonte: INE, I. P.

No ano de 2013, as pessoas remuneradas ao serviço das ONGA aumentaram 1,8% face ao ano transato, fixando-se nos 506 indivíduos. Esta subida contraria a tendência de redução verificada nos últimos dois anos e ocorreu essencialmente nos indivíduos do sexo masculino que registaram um acréscimo de 7,5%, em oposição às mulheres que apresentaram uma diminuição de 4,1%.

No que se refere às categorias profissionais, mais de metade (50,8%) dos colaboradores eram empregados administrativos, comerciais e de serviços, 44,5% quadros e técnicos médios e superiores e os restantes eram dirigentes. A nível regional a participação feminina que colabora com as associações de ambiente é muito significativa nas regiões do Algarve (75,0%), Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (72,7%) e no Alentejo (71,9%). Os quadros e técnicos médios e superiores do sexo feminino predominaram em todas as regiões do país.

11.4 - ENTIDADES DETENTORAS DE CORPOS DE BOMBEIROS

Figura 11.11 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por NUTS II



Fonte: INE, I. P.

Em 2013, o número de bombeiros dos quadros de comando e ativo diminuiu 6,1%, invertendo a tendência iniciada em 2011, fixando-se o quadro de pessoal em 29 703 indivíduos. A variação negativa foi transversal a todas as regiões do País, com realce para a Região Autónoma dos Açores e Lisboa com, respetivamente -9,2% e -7,6%.

A distribuição espacial dos quadros de comando e ativo apresenta elevada assimetria regional. Em 2013, 64,7% do efetivo do País estava localizado nas regiões do Norte e Centro, enquanto no Algarve e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os efetivos não ultrapassavam 8,6% do total nacional.

Em 2013, cada entidade detentora de Corpos de Bombeiros contou com uma média de 63 elementos (69 em 2012). A região do Alentejo e a Região Autónoma dos Açores registaram, em média, respetivamente 45 e 48 bombeiros por corporação, em contraste com Lisboa que atingiu 74 efetivos por cada Corpo de Bombeiros.



A participação em regime de voluntariado continuou a ser uma das características dos quadros de comando e ativo, que em 2013 abrangeu 73,0% do total dos efetivos (74,9% em 2012). Mais de 4/5 dos bombeiros das regiões do Norte e do Centro são voluntários, em contraste com a Região Autónoma da Madeira em que 62,6% dos bombeiros exercem a atividade como profissionais. Nas regiões de Lisboa e do Algarve, a partição entre voluntários e não voluntários é equilibrada.

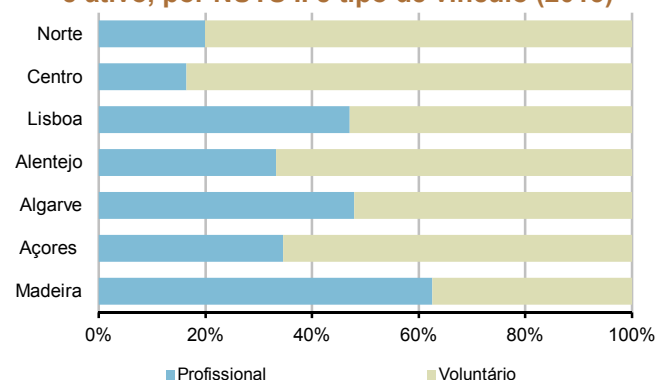
A participação do sexo masculino (82,9% em 2013) nas atividades dos Corpos de Bombeiros continua a ser preponderante. Esta prevalência verificou-se em todas as regiões, alcançando um máximo na Região Autónoma da Madeira com 90,2% de elementos do sexo masculino no total dos bombeiros da região. Com maior número de mulheres posicionou-se o Alentejo que detinha em 2013 no seu quadro de efetivos cerca de 19,4% de mulheres.

O escalão etário predominante dos bombeiros era, para ambos os sexos, de 26-50 anos, seguindo-se a classe de idade com menos de 26 anos e por fim os indivíduos de idade superior a 51 anos. No entanto, a participação feminina na classe com menos de 26 anos foi bastante significativa, correspondendo a 34,1%, em contraste com a dos homens do mesmo escalão que não foi além dos 13,0%. A nível regional, assinala-se para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira uma presença mais significativa do efetivo masculino pertencente ao escalão dos 26-50 anos e nas regiões do Algarve e do Alentejo, em que para o mesmo escalão a participação feminina foi mais acentuada.

Mais de 65,9% dos bombeiros portugueses concluíram a escolaridade obrigatória (65,1% em 2012) e 7,0% o ensino superior. Os indivíduos do sexo masculino com ensino básico completo e incompleto predominaram com, respetivamente 37,0% e 30,6%, enquanto no sexo feminino, 40,7% das mulheres concluíram o ensino secundário e 33,4% o básico. No que se refere ao ensino superior (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) 15,7% das mulheres possuíam este grau de ensino, em oposição aos homens que não foram além dos 5,2%.

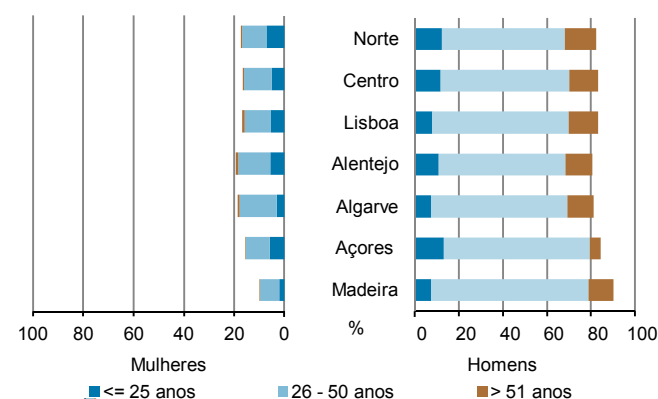
O ensino básico incompleto era ainda significativo no efetivo masculino dos Corpos de Bombeiros das regiões do Norte, Alentejo e Centro, variando entre os 29,6%, para a primeira região e os 27,1% e 26,6% para as outras duas. No que se refere às mulheres, a repartição entre o ensino básico e o secundário era equilibrada em todas as regiões do País, com exceção das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Figura 11.12 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por NUTS II e tipo de vínculo (2013)



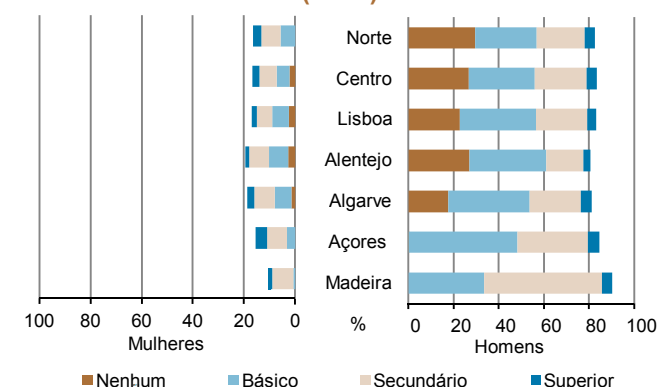
Fonte: INE, I. P.

Figura 11.13 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por sexo, classe etária e NUTS II (2013)



Fonte: INE, I. P.

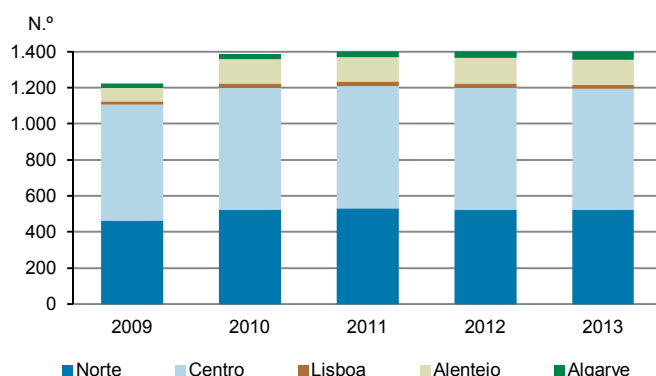
Figura 11.14 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por sexo, nível de instrução e NUTS II (2013)



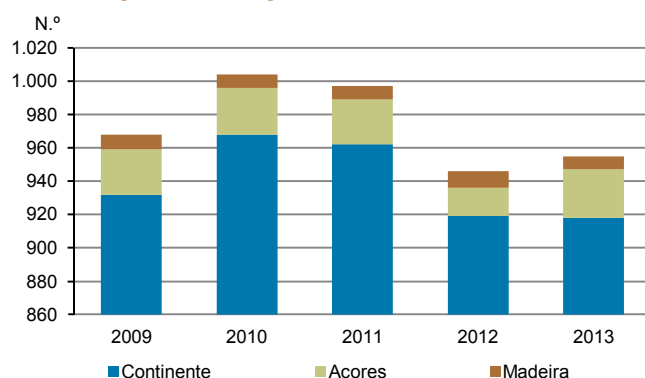
Fonte: INE, I. P.



11.5 - OUTRAS ENTIDADES

Figura 11.15 - Pessoas ao serviço como sapadores florestais

Fonte: INE, I. P.

Figura 11.16 - Elementos (militares e civis) do Serviço da Proteção da Natureza e Ambiente

Fonte: INE, I. P.

Entre 2009 a 2012, o número de pessoas ao serviço como sapadores florestais aumentou a uma taxa de crescimento média anual de 4,8%. No ano de 2013 o número de sapadores florestais diminuiu situando-se nos 1 400 sapadores, menos 10 elementos face ao ano anterior, devido à redução de efetivos nas regiões de Lisboa e Centro.

A repartição do efetivo por região coloca o Alentejo em evidência pelo facto de apresentar a maior taxa média anual de crescimento no período 2009/2013 (+16,9%), seguindo-se o Algarve (+15,8%). No entanto, ambas as regiões mantiveram os efetivos de 2012 para 2013.

Entre 2010 e 2012, o número de elementos (militares e civis) ao Serviço da Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) diminuiu a um ritmo médio anual de 2,9%, tendo os efetivos diminuído de 1 004 para 946. Em 2013, no entanto, registou-se um aumento, ainda que reduzido, do número de elementos (militares e civis) ao serviço do SEPNA (mais 9 elementos que em 2012).

Relativamente à Região Autónoma dos Açores constata-se que, em 2013, houve um aumento do número de elementos (militares e civis) ao serviço do SEPNA (+12 efetivos). A Região Autónoma da Madeira

não apresentou alterações significativas quanto ao número de elementos (militares e civis), sendo este de 8 efetivos em 2013.

>> Para mais informação consulte:

Pessoal ao serviço médio (N.º) nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por Atividade económica (CAE Rev. 3), Sexo, Profissão e Regime de trabalho

Pessoal ao serviço das organizações não governamentais de ambiente por Localização geográfica, Grupo etário e Tipo de pessoal ao serviço (grupo profissional)

Pessoal ao serviço das organizações não governamentais de ambiente por Localização geográfica, Sexo, Nível de escolaridade mais elevado completo e Tipo de pessoal ao serviço (grupo profissional)

Pessoal ao serviço das organizações não governamentais de ambiente por Localização geográfica, Tipo de pessoal ao serviço (grupo profissional) e Regime de duração de trabalho

Bombeiros (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Sexo e Nível de escolaridade

Bombeiros (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Sexo, Grupo etário e Tipo de vínculo

Pessoal ao serviço (N.º) no Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente por Localização geográfica (NUTS I - NUTS 2002)



11.6 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 11.1 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica, segundo a ocupação em funções na área do ambiente e o sexo

2013 Pe

Unidade: N.º

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Total *	Com funções na área do ambiente				
		Total	Maioritariamente		Minoritariamente ou ocasionalmente	
			H	M	H	M
Total	41 435	28 772	21 134	5 904	1 113	621
Atividades centrais de ambiente	32 909	26 385	19 502	5 368	970	545
22112 - Reconstrução de pneus	476	260	152	25	73	10
36001 - Captação e tratamento de água	4 115	2 665	1 870	541	136	118
36002 - Distribuição de água	8 642	6 624	4 608	1 488	318	210
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	190	160	115	41	3	1
37002 - Tratamento de águas residuais	1 523	1 422	1 060	258	47	57
38111 - Recolha de resíduos inertes	240	177	127	41	8	1
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	5 757	5 124	4 190	836	68	30
38120 - Recolha de resíduos perigosos	287	107	61	29	17	0
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	21	20	17	2	0	1
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	3 821	3 728	2 914	708	68	38
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	1 285	1 048	763	220	39	26
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	258	227	174	45	8	0
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	135	75	34	41	0	0
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	19	19	15	4	0	0
38321 - Valorização de resíduos metálicos	1 352	1 017	815	172	17	13
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	1 542	1 204	763	332	94	15
39000 - Descontaminação e atividades similares	46	39	30	7	0	2
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 263	1 067	826	211	27	3
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	614	557	335	204	8	10
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	142	110	83	21	4	2
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	1 181	735	550	142	35	8
Outras atividades	8 526	2 387	1 632	536	143	76

(*) com resposta e com atividade ambiental.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.2 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por atividade económica, segundo o sexo e nível profissional

2013 Pe

Unidade: N.º

Atividades Económicas (CAE-Rev.3)	Total *	Com funções na área do ambiente											
		Total	Dirigentes		Quadros		Encarregados		Administrativos		Operários		
			H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Total	41 435	28 772	906	322	1 662	1 651	1 772	235	1 718	2 241	16 189	2 076	
Atividades centrais de ambiente	32 909	26 385	771	285	1 385	1 415	1 605	219	1 593	2 096	15 118	1 898	
22112 - Reconstrução de pneus	476	260	10	5	6	3	14	0	30	13	165	14	
36001 - Captação e tratamento de água	4 115	2 665	71	27	285	300	122	14	206	201	1 322	117	
36002 - Distribuição de água	8 642	6 624	117	65	331	375	276	24	579	887	3 623	347	
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	190	160	3	4	26	19	14	0	22	18	53	1	
37002 - Tratamento de águas residuais	1 523	1 422	33	11	168	185	59	31	88	62	759	26	
38111 - Recolha de resíduos inertes	240	177	5	3	6	8	19	0	6	11	99	20	
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	5 757	5 124	82	28	182	167	261	20	144	179	3 589	472	
38120 - Recolha de resíduos perigosos	287	107	4	1	8	10	10	1	20	16	36	1	
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	21	20	2	1	1	0	1	0	1	2	12	0	
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	3 821	3 728	68	25	182	184	150	21	98	143	2 484	373	
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	1 285	1 048	16	3	29	31	73	9	54	138	630	65	
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	258	227	27	7	12	4	20	2	19	29	104	3	
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	135	75	4	1	2	2	11	4	2	3	15	31	
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	19	19	1	0	0	0	4	0	0	4	10	0	
38321 - Valorização de resíduos metálicos	1 352	1 017	52	21	32	29	102	8	78	97	568	30	
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	1 542	1 204	81	16	59	59	109	30	76	89	532	153	
39000 - Descontaminação e atividades similares	46	39	3	1	3	0	14	3	2	3	8	2	
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 263	1 067	102	31	23	15	212	24	95	102	421	42	
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	614	557	43	21	7	7	55	19	25	51	213	116	
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	142	110	16	6	3	1	25	1	17	8	26	7	
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	1 181	735	31	8	20	16	54	8	31	40	449	78	
Outras atividades	8 526	2 387	135	37	277	236	167	16	125	145	1 071	178	

(*) com resposta e com atividade ambiental.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.3 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por região, segundo o sexo e a classe etária

Unidade: N.º

Unidade: N.

Regiões	Sexo			Classe etária								
	HM	H	M	≤ 25 anos			26 - 50 anos			≥ 51 anos		
				HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
2009												
Portugal	1 876	1 040	836	201	116	85	1 335	716	619	340	208	132
Norte	275	175	100	43	24	19	169	103	66	63	48	15
Centro	447	277	170	50	27	23	291	178	113	106	72	34
Lisboa	907	473	434	93	58	35	673	346	327	141	69	72
Alentejo	132	52	80	6	4	2	112	39	73	14	9	5
Algarve	33	18	15	0	0	0	26	13	13	7	5	2
Açores e Madeira	82	45	37	9	3	6	64	37	27	9	5	4
2010												
Portugal	1 931	1 061	870	191	106	85	1 398	742	656	342	213	129
Norte	361	251	110	38	23	15	259	182	77	64	46	18
Centro	341	204	137	18	11	7	235	142	93	88	51	37
Lisboa	971	495	476	108	61	47	706	343	363	157	91	66
Alentejo	153	58	95	15	6	9	126	42	84	12	10	2
Algarve	47	25	22	2	1	1	35	16	19	10	8	2
Açores e Madeira	58	28	30	10	4	6	37	17	20	11	7	4
2011												
Portugal	1 896	1 135	761	164	99	65	1 357	798	559	375	238	137
Norte	423	300	123	48	33	15	291	208	83	84	59	25
Centro	279	177	102	24	13	11	180	114	66	75	50	25
Lisboa	954	537	417	86	51	35	704	392	312	164	94	70
Alentejo	127	57	70	3	2	1	100	38	62	24	17	7
Algarve	65	37	28	2	0	2	43	24	19	20	13	7
Açores e Madeira	48	27	21	1	0	1	39	22	17	8	5	3
2012												
Portugal	1 960	1 132	828	178	96	82	1 398	798	600	384	238	146
Norte	438	309	129	49	28	21	308	221	87	81	60	21
Centro	345	184	161	33	15	18	226	122	104	86	47	39
Lisboa	924	513	411	80	46	34	673	368	305	171	99	72
Alentejo	114	44	70	5	2	3	95	34	61	14	8	6
Algarve	80	49	31	7	4	3	52	30	22	21	15	6
Açores e Madeira	59	33	26	4	1	3	44	23	21	0	9	2
2013												
Portugal	2 014	1 146	868	285	117	168	1 341	756	585	388	273	115
Norte	582	355	227	149	58	91	345	225	120	88	72	16
Centro	288	164	124	30	7	23	198	116	82	60	41	19
Lisboa	888	497	391	88	45	43	627	332	295	173	120	53
Alentejo	95	39	56	4	1	3	68	27	41	23	11	12
Algarve	98	55	43	5	2	3	62	34	28	31	19	12
Açores e Madeira	63	36	27	9	4	5	41	22	19	13	10	3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.4 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por região, segundo o sexo e nível de instrução

Unidade: N.º

Regiões	Nível de instrução																Unidade: N.º
	Total	Nenhum			Básico			Secundário			Superior (bacharelato e licenciatura)			Superior (mestrado e doutoramento)			
	HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	
2009																	
Portugal	1 876	4	2	2	151	102	49	433	251	182	1 024	527	497	264	158	106	
Norte	275	1	1	0	56	43	13	52	31	21	143	83	60	23	17	6	
Centro	447	3	1	2	42	35	7	136	93	43	222	117	105	44	31	13	
Lisboa	907	0	0	0	46	21	25	179	91	88	513	271	242	169	90	79	
Alentejo	132	0	0	0	3	1	2	25	14	11	93	32	61	11	5	6	
Algarve	33	0	0	0	2	1	1	5	2	3	20	10	10	6	5	1	
Açores e Madeira	82	0	0	0	2	1	1	36	20	16	33	14	19	11	10	1	
2010																	
Portugal	1 931	4	4	0	210	168	42	371	230	141	1 117	534	583	229	125	104	
Norte	361	4	4	0	110	98	12	69	51	18	149	80	69	29	18	11	
Centro	341	0	0	0	57	44	13	88	55	33	170	87	83	26	18	8	
Lisboa	971	0	0	0	31	19	12	164	97	67	639	314	325	137	65	72	
Alentejo	153	0	0	0	4	1	3	24	13	11	106	35	71	19	9	10	
Algarve	47	0	0	0	2	1	1	10	5	5	26	12	14	9	7	2	
Açores e Madeira	58	0	0	0	6	5	1	16	9	7	27	6	21	9	8	1	
2011																	
Portugal	1 896	8	6	2	194	167	27	432	291	141	1 014	536	478	248	135	113	
Norte	423	6	6	0	110	104	6	116	84	32	156	87	69	35	19	16	
Centro	279	0	0	0	32	26	6	72	53	19	133	74	59	42	24	18	
Lisboa	954	2	0	2	40	32	8	188	119	69	583	310	273	141	76	65	
Alentejo	127	0	0	0	6	2	4	29	17	12	79	34	45	13	4	9	
Algarve	65	0	0	0	3	1	2	10	7	3	41	21	20	11	8	3	
Açores e Madeira	48	0	0	0	3	2	1	17	11	6	22	10	12	6	4	2	
2012																	
Portugal	1 960	13	12	1	240	182	58	440	277	163	1 030	530	500	237	131	106	
Norte	438	12	12	0	110	105	5	120	89	31	159	81	78	37	22	15	
Centro	345	0	0	0	84	46	38	72	37	35	141	79	62	48	22	26	
Lisboa	924	0	0	0	37	26	11	190	116	74	574	302	272	123	69	54	
Alentejo	114	0	0	0	2	1	1	26	13	13	75	26	49	11	4	7	
Algarve	80	1	0	1	4	2	2	12	8	4	51	29	22	12	10	2	
Açores e Madeira	59	0	0	0	3	2	1	20	14	6	30	13	17	6	4	2	
2013																	
Portugal	2 014	1	1	0	228	185	43	526	295	231	941	491	450	318	174	144	
Norte	582	0	0	0	147	131	16	205	102	103	188	99	89	42	23	19	
Centro	288	0	0	0	41	32	9	69	41	28	134	66	68	44	25	19	
Lisboa	888	1	1	0	26	15	11	183	112	71	480	263	217	198	106	92	
Alentejo	95	0	0	0	5	3	2	24	13	11	51	17	34	15	6	9	
Algarve	98	0	0	0	4	1	3	24	12	12	58	32	26	12	10	2	
Açores e Madeira	63	0	0	0	5	3	2	21	15	6	30	14	16	7	4	3	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.5 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por região, segundo o sexo, tipo de prestação e nível profissional

Unidade: N.º

Regiões	Tipo de prestação												
	Total	Pessoas remuneradas							Pessoas não remuneradas				
		Total	Dirigentes		Quadros e técnicos médios e superiores		Empregados adm., comerciais e de		Total	Dirigentes		Outros colaboradores	
			H	M	H	M	H	M		H	M	H	M
2009													
Portugal	1 876	450	12	14	91	164	76	93	1 426	503	244	358	321
Norte	275	29	4	1	4	10	4	6	246	105	36	58	47
Centro	447	94	0	2	19	7	44	22	353	118	47	96	92
Lisboa	907	206	7	8	46	87	14	44	701	216	128	190	167
Alentejo	132	70	1	3	10	44	5	7	62	30	19	6	7
Algarve	33	12	0	0	4	6	0	2	21	12	5	2	2
Açores e Madeira	82	39	0	0	8	10	9	12	43	22	9	6	6
2010													
Portugal	1 931	569	17	13	91	206	148	94	1 362	499	294	306	263
Norte	361	129	5	1	10	26	76	11	232	100	31	60	41
Centro	341	104	0	2	12	15	52	23	237	109	59	31	38
Lisboa	971	230	8	6	49	103	17	47	741	230	164	191	156
Alentejo	153	76	2	3	14	47	2	8	77	30	26	10	11
Algarve	47	11	0	0	3	6	0	2	36	16	5	6	9
Açores e Madeira	58	19	2	1	3	9	1	3	39	14	9	8	8
2011													
Portugal	1 896	531	14	14	95	163	175	70	1 365	526	267	325	247
Norte	423	150	6	2	17	23	92	10	273	110	28	75	60
Centro	279	81	0	2	13	19	41	6	198	98	50	25	25
Lisboa	954	219	7	6	47	84	37	38	735	242	147	204	142
Alentejo	127	64	1	4	14	29	5	11	63	31	21	6	5
Algarve	65	13	0	0	4	7	0	2	52	21	12	12	7
Açores e Madeira	48	4	0	0	0	1	0	3	44	24	9	3	8
2012													
Portugal	1 960	497	12	12	82	159	159	73	1 463	533	292	346	292
Norte	438	151	4	2	11	30	95	9	287	117	31	82	57
Centro	345	60	0	1	9	15	25	10	285	109	67	41	68
Lisboa	924	199	7	5	44	72	31	40	725	232	151	199	143
Alentejo	114	60	1	4	11	29	5	10	54	22	22	5	5
Algarve	80	14	0	0	4	6	2	2	66	28	11	15	12
Açores e Madeira	59	13	0	0	3	7	1	2	46	25	10	4	7
2013													
Portugal	2 014	506	13	11	77	148	182	75	1 508	503	295	371	339
Norte	582	183	4	3	13	34	118	11	399	111	51	109	128
Centro	288	55	0	1	10	16	24	4	233	92	63	38	40
Lisboa	888	217	8	5	47	78	34	45	671	222	137	186	126
Alentejo	95	32	1	2	3	11	5	10	63	21	22	9	11
Algarve	98	8	0	0	2	4	2	2	90	32	12	21	25
Açores e Madeira	63	11	0	0	2	5	1	3	52	25	10	8	9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.6 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo por NUTS II

Unidade: N.º

NUTS II	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	32 811	30 298	30 530	31 646	29 703
Norte	10 562	9 431	9 941	10 358	9 721
Centro	10 513	9 744	9 671	10 096	9 506
Lisboa	5 233	5 036	5 105	5 257	4 855
Alentejo	3 521	3 231	3 152	3 271	3 086
Algarve	1 174	1 080	1 071	1 067	1 059
Açores	995	959	866	906	823
Madeira	813	817	724	691	653

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.7 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por NUTS II, segundo o sexo e a classe etária

Unidade: N.º

NUTS II	Sexo			Classe etária								
	HM	H	M	≤ 25 anos			26 - 50 anos			≥ 51 anos		
				HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
2011												
Portugal	30 530	25 313	5 217	5 468	3 571	1 897	21 017	17 883	3 134	4 045	3 859	186
Norte	9 941	8 221	1 720	1 982	1 247	735	6 503	5 560	943	1 456	1 414	42
Centro	9 671	8 050	1 621	1 807	1 224	583	6 599	5 618	981	1 265	1 208	57
Lisboa	5 105	4 244	861	816	524	292	3 618	3 093	525	671	627	44
Alentejo	3 152	2 529	623	576	375	201	2 183	1 788	395	393	366	27
Algarve	1 071	876	195	125	87	38	812	668	144	134	121	13
Açores	866	739	127	87	56	31	740	646	94	39	37	2
Madeira	724	654	70	75	58	17	562	510	52	87	86	1
2012												
Portugal	31 646	25 969	5 677	6 470	4 162	2 308	21 138	17 949	3 189	4 038	3 858	180
Norte	10 358	8 493	1 865	2 322	1 452	870	6 596	5 642	954	1 440	1 399	41
Centro	10 096	8 330	1 766	2 142	1 440	702	6 697	5 687	1 010	1 257	1 203	54
Lisboa	5 257	4 304	953	924	563	361	3 656	3 106	550	677	635	42
Alentejo	3 271	2 607	664	673	426	247	2 221	1 828	393	377	353	24
Algarve	1 067	873	194	123	91	32	804	655	149	140	127	13
Açores	906	743	163	195	120	75	648	565	83	63	58	5
Madeira	691	619	72	91	70	21	516	466	50	84	83	1
2013												
Portugal	29 703	24 609	5 094	4 950	3 211	1 739	20 624	17 462	3 162	4 129	3 936	193
Norte	9 721	8 020	1 701	1 866	1 168	698	6 391	5 437	954	1 464	1 415	49
Centro	9 506	7 923	1 583	1 614	1 112	502	6 584	5 562	1 022	1 308	1 249	59
Lisboa	4 855	4 035	820	639	375	264	3 521	3 009	512	695	651	44
Alentejo	3 086	2 487	599	505	327	178	2 173	1 781	392	408	379	29
Algarve	1 059	860	199	109	76	33	814	658	156	136	126	10
Açores	823	695	128	156	106	50	624	547	77	43	42	1
Madeira	653	589	64	61	47	14	517	468	49	75	74	1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.8 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por NUTS II, segundo o sexo e o nível de instrução

Unidade: N.º

NUTS II		Nível de instrução												Unidade: N.
		Total	Nenhum			Básico			Secundário			Superior		
			HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H
2011														
Portugal	30 530	8 933	8 337	596	11 283	9 439	1 844	8 379	6 364	2 015	1 935	1 173	762	
Norte	9 941	3 281	3 153	128	3 346	2 752	594	2 610	1 897	713	704	419	285	
Centro	9 671	3 011	2 796	215	3 312	2 774	538	2 718	2 098	620	630	382	248	
Lisboa	5 105	1 417	1 267	150	2 083	1 762	321	1 338	1 050	288	267	165	102	
Alentejo	3 152	1 007	918	89	1 321	1 058	263	676	454	222	148	99	49	
Algarve	1 071	216	202	14	492	415	77	296	219	77	67	40	27	
Açores	866	1	1	0	471	430	41	314	271	43	80	37	43	
Madeira	724	0	0	0	258	248	10	427	375	52	39	31	8	
2012														
Portugal	31 646	8 964	8 317	647	11 757	9 752	2 005	8 835	6 638	2 197	2 090	1 262	828	
Norte	10 358	3 326	3 179	147	3 490	2 860	630	2 787	2 009	778	755	445	310	
Centro	10 096	3 014	2 784	230	3 594	2 992	602	2 797	2 127	670	691	427	264	
Lisboa	5 257	1 392	1 238	154	2 039	1 671	368	1 527	1 219	308	299	176	123	
Alentejo	3 271	1 006	908	98	1 384	1 108	276	730	487	243	151	104	47	
Algarve	1 067	225	207	18	447	381	66	319	240	79	76	45	31	
Açores	906	1	1	0	565	513	52	256	191	65	84	38	46	
Madeira	691	0	0	0	238	227	11	419	365	54	34	27	7	
2013														
Portugal	29 703	8 053	7 533	520	10 815	9 112	1 703	8 760	6 687	2 073	2 075	1 277	798	
Norte	9 721	2 983	2 875	108	3 209	2 653	556	2 768	2 045	723	761	447	314	
Centro	9 506	2 723	2 527	196	3 280	2 782	498	2 815	2 195	620	688	419	269	
Lisboa	4 855	1 230	1 108	122	1 951	1 634	317	1 382	1 098	284	292	195	97	
Alentejo	3 086	916	836	80	1 278	1 045	233	754	513	241	138	93	45	
Algarve	1 059	200	186	14	451	382	69	324	239	85	84	53	31	
Açores	823	1	1	0	423	397	26	321	256	65	78	41	37	
Madeira	653	0	0	0	223	219	4	396	341	55	34	29	5	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.9 - Pessoas ao serviço como sapadores florestais e equipas, por região

Unidade: N.º

Ano	Pessoas ao serviço					
	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
2008	1 200	465	630	20	60	25
2009	1 225	465	640	20	75	25
2010	1 385	525	675	25	135	25
2011	1 405	530	680	25	135	35
2012	1 410	525	675	25	140	45
2013	1 400	525	670	20	140	45

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

Quadro 11.10 - Elementos (militares e civis) do Serviço da Proteção da Natureza e Ambiente, por NUTS I

Unidade: N.º

Ano	NUTS I			
	Portugal	Continente	Açores	Madeira
2009	968	932	27	9
2010	1 004	968	28	8
2011	997	962	27	8
2012	946	919	17	10
2013	955	918	29	8

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente





Síntese económica financeira

12 - SÍNTESE ECONÓMICO FINANCEIRA

- Para permitir ter um quadro de referência das despesas das Administrações Públicas em ambiente, os resultados são compilados por domínios de ambiente.

Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Impostos com relevância ambiental		 Resposta	Em 2012, a carga tributária com estes impostos foi 5,03 mil milhões de euros, valor mais baixo para o período compreendido entre 2006 e 2012. Em 2012, o valor observado foi inferior ao registado em 2011, redução que foi mais intensa que a observada para a totalidade da receita de impostos e contribuições sociais.
Despesas em atividades de gestão e proteção do ambiente		 Resposta	Em 2013, a despesa das Administrações Públicas em atividades de proteção ambiental registou um acréscimo de 18,5% face ao ano anterior, fixando-se nos 992 milhões de euros (837 milhões em 2012).

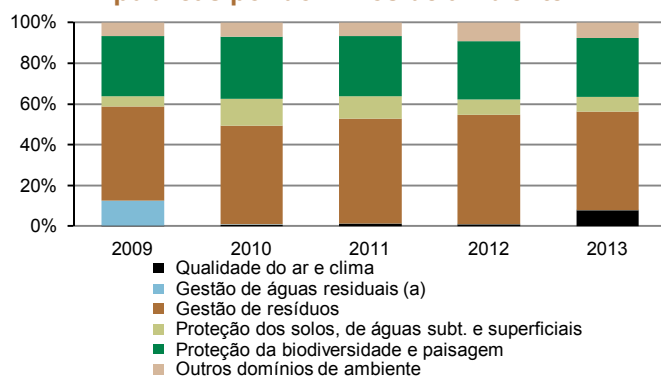


12.1 DESPESAS EM AMBIENTE

Em 2013, a despesa das Administrações Públicas em atividades de proteção ambiental aumentou 18,5% face ao ano anterior, ascendendo a 992 milhões de euros (837 milhões em 2012).

Quase metade da despesa (48,1%) foi aplicada no domínio “Gestão de Resíduos” com 477 milhões de euros (em 2012 esta despesa foi de 451 milhões de euros correspondente a 53,9% do total das despesas das Administrações Públicas). A “Proteção da Biodiversidade e Paisagem” ocupou a segunda posição com 29,1% (28,4% em 2012).

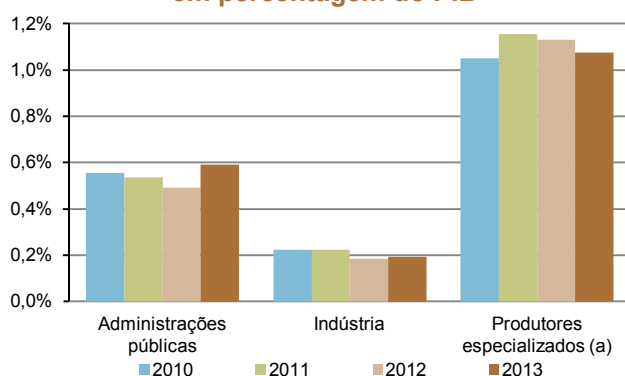
Figura 12.1 - Despesas das administrações públicas por domínios de ambiente



(a) Dados dos municípios de 2010 a 2013 não disponíveis.

Fonte: INE, I. P.

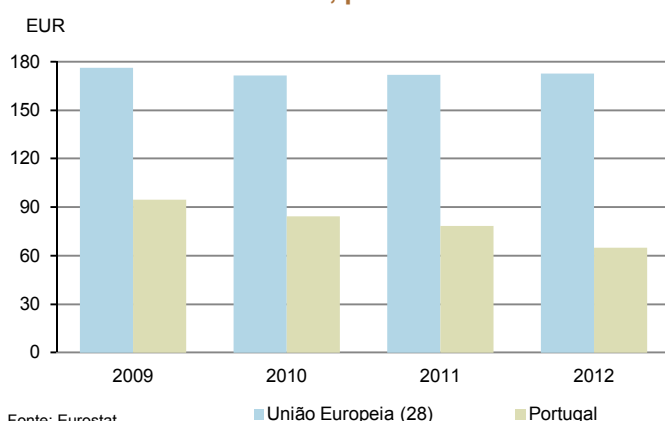
Figura 12.2 - Despesas em ambiente por setores, em percentagem do PIB



(a) 2013 Pe.

Fonte: INE, I. P.

Figura 12.3 - Despesa das Administrações Públicas em ambiente, por habitante



Fonte: Eurostat.



Comparativamente ao ano anterior, a despesa do domínio “Proteção da Qualidade do Ar e Clima” aumentou dez vezes mais, de 7 milhões de euros em 2012 para 78 milhões de euros em 2013. Dos restantes domínios, assinalam-se os acréscimos na “Proteção da Biodiversidade e Paisagem” (+21,6%) e na “Proteção dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais” (+13,8%), em contraste com o grupo “Outros domínios de ambiente” que registou um decréscimo de 4,1%.

Em 2013 a despesa das Administrações Públicas em ambiente em percentagem do PIB inverteu a tendência decrescente do período 2010-2012, fixando-se nos 0,59% do PIB (0,56% em 2010). A despesa na Indústria, constituída por empresas cuja atividade económica se inclui nas divisões 5 a 36 da CAE Rev.3 (indústrias extrativas e transformadoras, eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, captação, tratamento e distribuição de água) seguiu a mesma tendência, recuperando, em percentagem do PIB, de 0,186% em 2012 para 0,194% em 2013.

Em contrapartida, a despesa dos “Produtores especializados”, constituídos essencialmente por empresas cuja atividade principal é a prestação de serviços de ambiente nas áreas do saneamento de águas residuais e no tratamento e destino final de resíduos decresceu 4,8%, face a 2012, representando em média no período em análise, 1,1% do PIB.

Em 2012 a despesa das Administrações Públicas em ambiente por habitante na UE28 atingiu os 173 euros, quase três vezes superior (2,7 vezes) à verificada em Portugal (64,9 euros). No período em análise a taxa média de crescimento anual da despesa das Administrações Públicas em ambiente por habitante na UE28 registou um decréscimo de 0,7%, embora de 2011 para 2012 a despesa tenha aumentado. Pelo contrário, Portugal tem vindo a apresentar desde 2009 uma taxa média de crescimento negativa (-11,9%).

12.2 - IMPOSTOS COM RELEVÂNCIA AMBIENTAL

Os impostos com relevância ambiental são impostos que incidem sobre bens e serviços (bases do imposto) que possuem um potencial impacto negativo sobre o ambiente.

Em 2013, o valor dos impostos com relevância ambiental ascendeu a 4,49 mil milhões de euros, representando o valor mais baixo desde 2006. Ao longo deste período, houve uma redução da receita fiscal com estes impostos em mais de 1,6 mil milhões de euros. Esta redução deveu-se, em grande medida, à diminuição da receita do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (-31,1%) e do imposto automóvel (-70,1%) face ao ano de 2006. Comparativamente com 2012, o valor dos impostos com relevância ambiental diminuiu 10,7% em 2013, devido à redução de 21,7% da receita do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

A redução das receitas com impostos com relevância ambiental, conjugada com o aumento da receita fiscal e com o aumento nominal do PIB ocorridos durante o ano de 2013 teve impacto nos indicadores “Peso dos impostos com relevância ambiental no total das receitas de impostos e contribuições sociais” e “Peso dos impostos com relevância ambiental no PIB”. O primeiro passou de 9,3% em 2012 para 7,7% em 2013 (em 2006, tinha atingido 11,8%), enquanto o segundo passou de 3,0% em 2012 para 2,6%.

A contração da receita teve um impacto nos indicadores “Peso dos impostos com relevância ambiental no total das receitas de impostos e contribuições sociais” e “Peso dos impostos com relevância ambiental no PIB”. O primeiro passou de 9,3% em 2012 para 7,7% em 2013 (em 2006, tinha atingido 11,8%), enquanto o segundo passou de 3,0% em 2011 para 2,6%.

A redução dos impostos com relevância ambiental deveu-se sobretudo à diminuição das receitas com impostos sobre a energia e impostos sobre os transportes, dos quais o imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos e o imposto automóvel/ISV, respetivamente, são os mais relevantes.

A Figura 12.6 permite analisar o comportamento da receita com aqueles impostos face à respetiva base de tributação. Relativamente aos produtos petrolíferos é possível verificar que o valor dos impostos sobre a energia apresenta um comportamento em geral semelhante ao das vendas de gasolinas e gasóleo em volume. No entanto, em 2011 e 2012, a redução nas vendas de combustíveis é mais acentuada que a da receita dos impostos sobre a energia, situação que se inverte em 2013, quando, apesar de se verificar um aumento no volume de vendas destes produtos, há uma queda pronunciada no valor dos impostos sobre a energia. Esta situação deve-se ao facto do principal imposto sobre a energia ser um imposto *ad-valorem*, que incide sobre o valor do bem e não sobre a sua quantidade. Desta forma os aumentos de preço dos combustíveis em 2011 e 2012 conduziram a uma redução menos acentuada da receita fiscal comparativamente com as vendas de combustíveis líquidos, situação que se inverteu em 2013 quando os preços destes produtos registaram uma redução face aos níveis dos anos anteriores.

Figura 12.4 - Impostos com relevância ambiental, por categoria

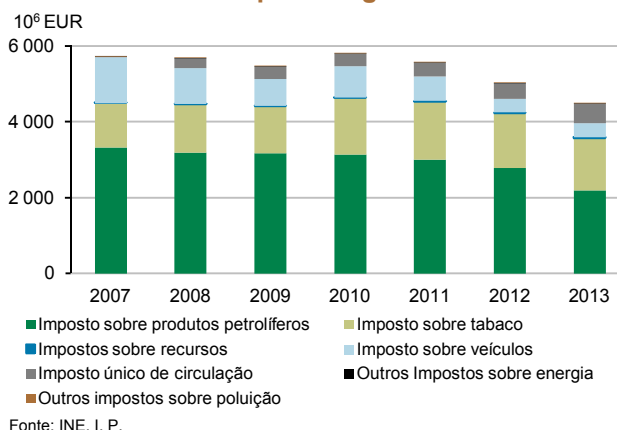


Figura 12.5 - Total dos impostos com relevância ambiental

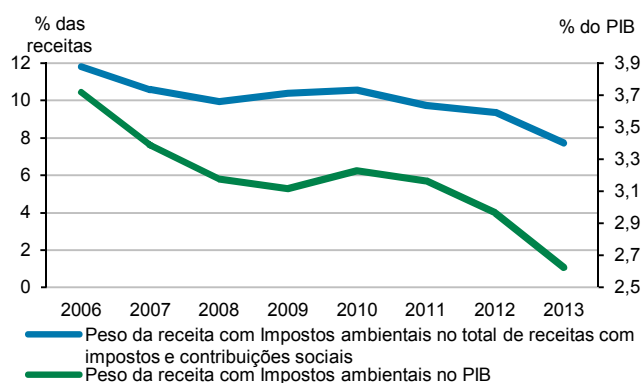
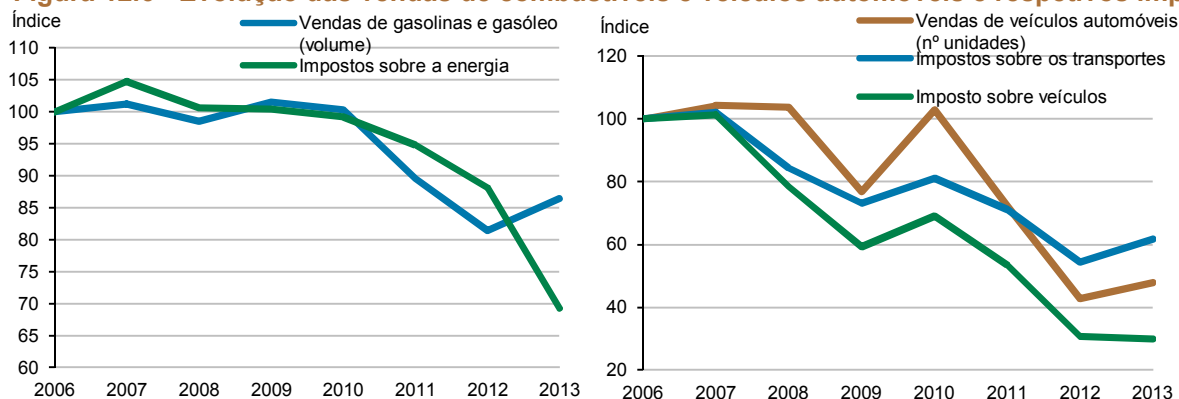
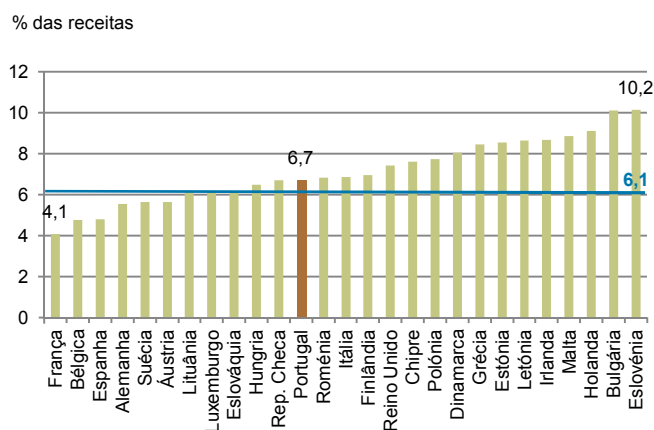


Figura 12.6 - Evolução das vendas de combustíveis e veículos automóveis e respetivos impostos

Fonte: INE, I. P.

No que diz respeito aos impostos sobre os transportes verifica-se que as vendas de veículos automóveis e o imposto sobre veículos também apresentam um comportamento semelhante. No entanto, em 2013, apesar de se ter registado uma recuperação nas vendas de automóveis, a receita do imposto sobre veículos diminuiu. Esta situação terá tido origem no facto de ISV incidir não apenas sobre o preço dos veículos, mas também sobre características físicas dos veículos (cilindrada e emissões de CO₂). Nesse sentido, a diminuição do valor arrecadado de imposto estará associada a alterações na estrutura em benefício de veículos menos penalizados por este imposto.

Deve ainda salientar-se o facto do valor total dos impostos sobre os transportes apresentar um comportamento diferente do ISV, o que se deve ao facto de parte significativa das receitas com impostos sobre os transportes terem origem no Imposto Único de Circulação (IUC) que incide sobre o parque de veículos existente, sendo por isso menos permeável às flutuações na aquisição de veículos novos em cada ano.

Figura 12.7 - Peso dos impostos com relevância ambiental no total das receitas de impostos e contribuições sociais, em alguns países da UE, 2012

Nota: O Eurostat, na divulgação dos dados relativos a este projeto, não considera o imposto sobre o tabaco como um imposto com relevância ambiental. De forma a permitir a comparação internacional, foi necessário subtrair ao total de Portugal a receita relativa a esse imposto.

Fonte: INE, I. P.

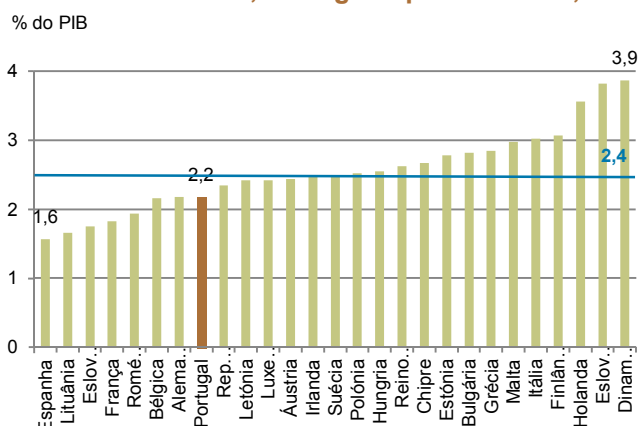
Comparando com outros países da União Europeia (UE), em 2012, o “Peso dos impostos com relevância ambiental no total das receitas de impostos e contribuições sociais”, em Portugal, atingiu 6,7%¹, valor superior à média do conjunto da UE que se fixou em 6,1%. Em 2012, Portugal situou-se na 16ª posição dos países da UE em que os impostos com relevância ambiental têm mais peso no respetivo sistema fiscal (14ª posição em 2011).

¹ O Eurostat, na divulgação dos dados relativos a este projeto, não considera o imposto sobre o tabaco como um imposto com relevância ambiental. De forma a permitir a comparação internacional, foi necessário subtrair ao total de Portugal a receita relativa a esse imposto. Daí o valor do gráfico para Portugal ser um pouco inferior ao reportado no início deste destaque.



Relativamente ao indicador “Peso dos impostos com relevância ambiental no PIB”, Portugal apresenta um valor¹ de 2,2% do PIB, inferior à média da UE27 (2,4%). No ano de 2011 o “Peso dos impostos com relevância ambiental no PIB” em Portugal era idêntico à média da UE27.

Figura 12.8 - Peso dos impostos com relevância ambiental no PIB, em alguns países da UE, 2011



Fonte: INE, I. P.

Figura 12.9 - Estrutura dos impostos com relevância ambiental, por ramo de atividade e famílias e por categoria, 2013

NACE A10	unidade: % para o total das atividades				unidade: % para o total em cada atividade			
	Energia	Poluição	Recursos	Transporte	Energia	Poluição	Recursos	Transporte
1 Agricultura, Silvicultura e Pesca	3,3	-	2,4	1,0	89,3	-	0,7	10,1
2 Indústria e Energia	6,2	-	69,3	6,0	66,3	-	8,1	25,7
3 Construção	4,3	-	0,0	2,0	84,0	-	0,0	15,9
4 Comércio; Reparação automóvel; Transportes e Armazenagem; Alojamento e Restauração	24,4	-	0,0	23,0	72,9	-	0,0	27,2
5 Informação e Comunicações	0,3	-	-	0,4	67,9	-	-	32,1
6 Atividades financeiras e de seguros	0,8	-	-	0,5	79,8	-	-	20,0
7 Atividades imobiliárias	0,1	-	-	0,3	56,3	-	-	43,7
8 Atividades profissionais, técnicas e científicas e Atividades de serviços administrativos	2,0	-	0,0	10,8	31,5	-	0,0	68,6
9 Administração pública e defesa; Segurança social; Educação; Saúde e Atividades de apoio social	4,2	-	-	1,4	88,2	-	-	11,8
10 Artes, Entretenimento, Reparação bens pessoais e Outros serviços	0,8	0,01	-	0,7	72,7	0,3	-	26,9
Total dos ramos de atividade	46,4	0,01	71,7	46,1	70,8	0,0	1,2	28,0
F Famílias	52,4	99,99	28,3	53,9	38,3	45,9	0,2	15,6
O Outros (não residentes e não atribuído a um ramo)	1,2	-	-	-	100,0	-	-	-

Fonte: INE, I. P.

Avaliando a receita fiscal por tipo de contribuinte, verifica-se que continuam a ser as famílias que mais contribuem para a receita com estes impostos. Desagregando esta informação por categoria de impostos, as famílias contribuem com a quase totalidade da receita de impostos sobre a poluição, devido ao imposto sobre o tabaco. As famílias têm ainda um peso preponderante na receita de impostos sobre o transporte. Por outro lado, quem mais contribui para os impostos sobre a energia são as empresas, nomeadamente, os ramos associados aos transportes.

Analisando o perfil de contribuição de cada ramo de atividade, verifica-se que a maior parte dos impostos com relevância ambiental no setor produtivo (excluindo as Famílias) estão concentrados na categoria impostos sobre a energia (70,8%). Nas Famílias, existe uma distribuição mais equilibrada pelas várias categorias (45,9% do valor pago corresponde a impostos sobre a poluição, 38,3% a impostos sobre a energia e 15,6% a impostos sobre os transportes).



12.2.1 - Taxas com relevância ambiental

Figura 12.10 - Taxas com relevância ambiental, entre 2007 e 2012

Designação	Unidade: 10 ⁶ EUR					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxas sobre a poluição	687,3	729,9	750,1	686,5	713,0	680,6
Taxas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	426,2	483,9	501,2	402,4	436,6	417,3
Taxas de salubridade e saneamento	148,2	130,2	134,6	136,2	127,7	140,4
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de embalagens de vidro, papel, plástico, metal e madeira	65,8	64,3	59,6	87,2	89,1	72,5
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de medicamentos e produtos fitossanitários	1,9	1,9	1,9	2,0	2,2	2,0
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de óleos lubrificantes usados	5,7	5,6	5,0	5,2	4,7	5,3
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pneus	9,1	10,5	10,0	10,4	9,1	8,2
Taxa de remoção, bloqueamento e depósito de veículos e de gestão do sistema de reciclagem de veículos em fim de vida	0,2	0,2	0,2	0,3	0,6	0,2
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de equipamentos elétricos e eletrónicos	22,5	22,5	21,1	22,6	18,3	11,9
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pilhas, baterias e acumuladores	2,5	1,4	1,6	2,0	1,7	1,6
Taxa de gestão de resíduos	3,1	6,6	11,9	15,7	18,5	16,8
Taxa de recolha de cadáveres de animais mortos na exploração	2,2	2,7	2,9	2,6	4,6	4,4
Taxas sobre os recursos	0,0	0,0	8,1	7,2	7,3	8,2
Taxa de recursos hídricos (componentes A, I e U)	0,0	0,0	8,1	7,2	7,3	8,2
Total das taxas com relevância ambiental	687,3	729,9	758,1	693,7	720,3	688,8

Nota: Para efeitos de comparação, em 2006, foram agregados todos os antigos impostos que foram substituídos pelo Imposto Único de Circulação (o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem).

Fonte: INE, I. P.

Em 2012, as taxas com relevância ambiental atingiram 689 milhões de euros (0,4% do PIB), registando um decréscimo de 4,4% face a 2011. O decréscimo do total dos valores pagos devido a taxas ambientais deve-se essencialmente à redução dos valores relativos à taxa de recolha e tratamento de resíduos sólidos; à taxa de gestão do sistema de reciclagem de embalagens de vidro, papel, plástico, metal e madeira e à taxa de gestão do sistema de reciclagem de equipamentos elétricos e eletrónicos. O decréscimo destes valores deverá estar relacionado com a redução do consumo privado registada em 2012. Em sentido contrário, deve salientar-se o aumento das receitas com a taxa de recursos hídricos (13,0%) face ao ano anterior. As taxas de recolha e tratamento de resíduos sólidos representaram, em 2012, 60,6% do total da receita das taxas com relevância ambiental.

12.3 - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL (QREN): PROGRAMA DE APOIOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DO AMBIENTE

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal. O QREN no período 2007-2013 tem por objetivo estratégico a qualificação dos recursos humanos, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial. A prossecução deste propósito é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, de três grandes Agendas Operacionais Temáticas entre as quais se destaca, na temática do ambiente, a agenda operacional para a valorização do território. Esta é concretizada através do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e dos Programas Operacionais Regionais.

O POVT acolhe, como principais domínios de intervenção, o reforço da conectividade internacional, a melhoria das acessibilidades e da mobilidade territorial, a proteção e valorização do ambiente, a qualificação dos sistemas urbanos e ainda a estruturação das redes de infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

Os Programas Operacionais Regionais seguem uma linha de organização programática semelhante ao POVT, mas ajustada às especificidades de cada região (NUTS II).

A realização do POVT e da agenda subjacente desenvolve-se em forte articulação com os Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, maximizando as respetivas complementaridades de atuação e reforçando a atuação de cada um dos Programas Operacionais envolvidos.



Embora o QREN se enquadre como instrumento de política europeia e nacional em matéria de convergência económica e social no período 2007-2013, a efetiva aprovação e execução de projetos de financiamento prolonga-se até 2015. Coexistindo com o novo plano de referência resultante “do Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia (Decisão de Execução da Comissão de 30.7.2014, C (2014) 5513 final), que reúne a atuação dos 5 fundos estruturais e de Investimento Europeus (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP) no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.”

O novo programa de financiamento no âmbito dos fundos comunitários é sinteticamente designado de programa “Portugal 2020”.

Os dados apresentados são referentes à situação acumulada e contabilizada em 31 de dezembro de cada um dos anos, com exceção de 2014 cujos dados se reportam à situação em 31 de julho.

Até final de julho de 2014 foram aprovadas operações de investimento associadas ao ambiente que ascendem a 3 746 milhões de euros, 9,7% dos 38 746 milhões de euros dos investimentos totais aprovados no âmbito das operações financiadas pelo programa QREN 2007-2013.

No período 2010-2014 verifica-se que, a aprovação de projetos de investimento em ambiente evoluíram a um ritmo anual de 19,9%, quase o dobro da taxa de crescimento anual evidenciada pelo total do investimento (10,3%). De referir que até 2010 os investimentos em ambiente aprovados representavam 6,9% do total de investimentos, quando em 2014 atingem 9,7% do total.

A aprovação de fundos do QREN para financiamento das operações no âmbito do ambiente totalizaram 2 659 milhões de euros, 70,9% dos 3 746 milhões de euros do investimento total. Os restantes 29,1% do investimento total correspondem à quota-parte da entidade promotora da operação de investimento.

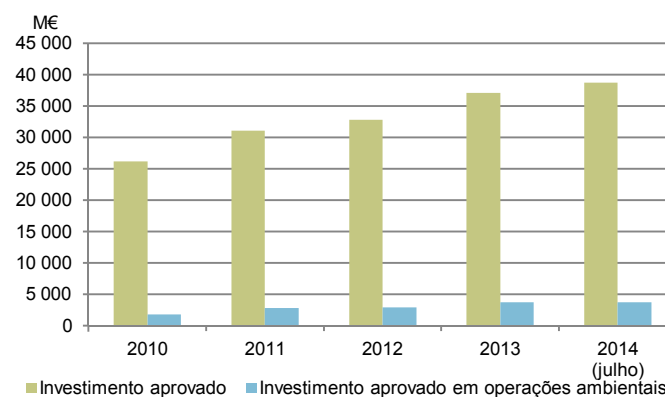
Regionalmente, o Norte (672,5 milhões de euros), Alentejo (580,2 milhões de euros) e Centro (540,9 milhões de euros) absorveram 67,5% do total de fundos aprovados para operações em ambiente.

A região da Madeira é aquela que apresenta um incremento mais acentuado na aprovação e execução de fundos nas operações ambientais, apresentando no período em apreço uma taxa de crescimento médio anual de 79,8% (fundos aprovados) e 178,8% (fundos executados). Esta situação indicia uma elevada performance da utilização (aprovação e execução) dos fundos estruturais por oposição às restantes regiões cujas taxas de crescimento são claramente inferiores.

Entre janeiro de 2013 e julho de 2014 a execução de fundos de operações de ambiente na região da Madeira teve um acréscimo de 84,5 milhões de euros, isto é, quatro vezes o valor executado até final de 2012, (passou de 23,3 para 107,9 milhões de euros).

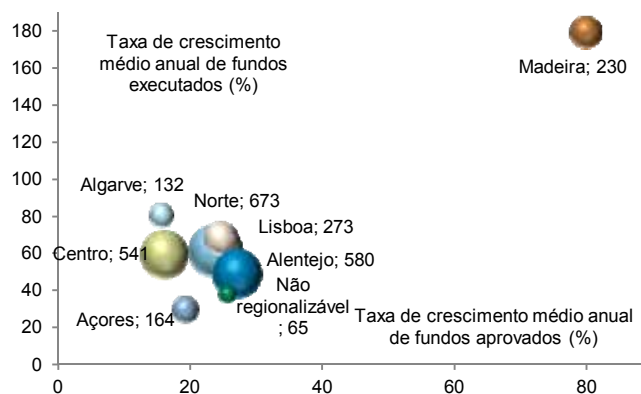
O Algarve surge como a segunda região em que a execução de fundos em termos médios anuais no período 2010-2014 mais cresceu (79,9%), por contraponto aos Açores que apresenta a taxa de crescimento médio anual mais baixa na execução de projetos (taxa de crescimento anual de 29,6%).

Figura 12.11 - Investimento global do QREN e investimento em operações ambientais em valores acumulados



Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

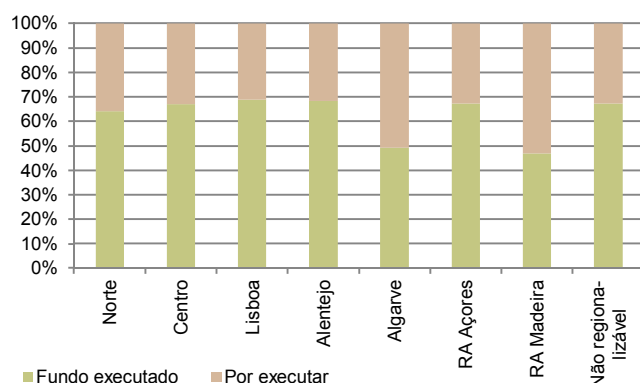
Figura 12.12 - Fundos aprovados por regiões e evolução de aprovação e execução de operações



Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

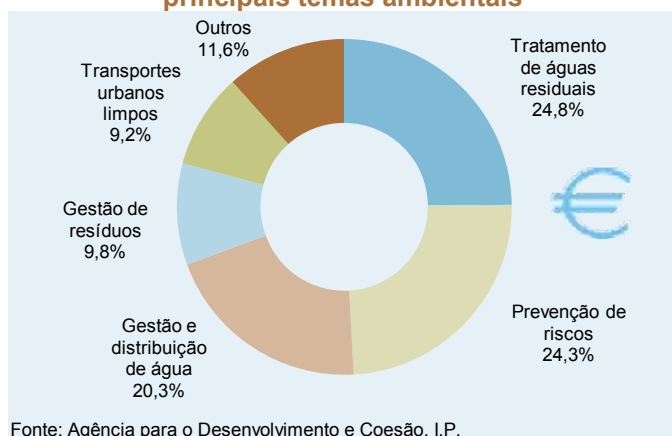


Figura 12.13 - Taxa de execução em operações de ambiente por regiões até julho de 2014



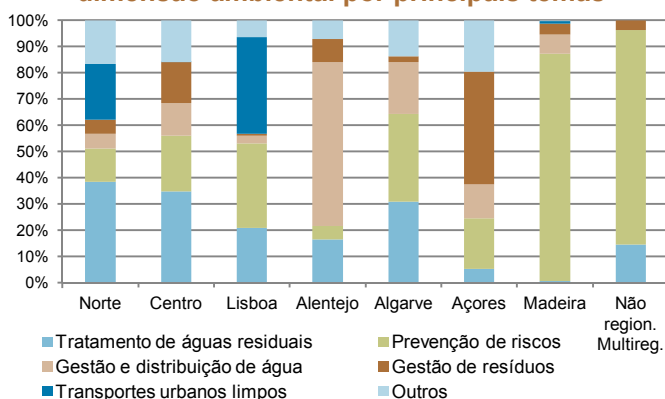
Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Figura 12.14 - Fundos aprovados de operações por principais temas ambientais



Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Figura 12.15 - Fundos aprovados de operações de dimensão ambiental por principais temas



Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

A taxa de execução, que representa a diferença entre a despesa efetivamente realizada e a despesa programada, é mais favorável na região de Lisboa, que mobilizou 187,9 milhões de euros de fundos executados, 68,8% do total dos 272,9 milhões de euros aprovados. Já a Região Autónoma da Madeira, não obstante apresentar em termos de fundos executados a maior taxa de crescimento médio anual, exibe uma taxa de execução abaixo dos 50% (46,8%), a mais baixa em termos regionais.

Os 2,6 mil milhões de euros de despesa validada em operações de índole de proteção do ambiente foram absorvidos pela agenda da valorização do território e pelos programas operacionais regionais. Destacaram-se as ações de abastecimento de água potável e tratamento de águas residuais que totalizaram 1 198,8 milhões de euros, 45,1% dos fundos aprovados até julho de 2014 e as operações de prevenção de riscos (naturais e tecnológicos) que absorveram 646,8 milhões de euros correspondentes a 24,3% do total aprovado.

Os restantes 30,6% dos fundos aprovados referem-se a projetos de gestão de resíduos urbanos e industriais (259,6 milhões de euros), de promoção de transportes urbanos limpos (245,7 milhões de euros) e outros (308,2 milhões de euros).

Estruturalmente as operações de dimensão ambiental apresentam alguma especificidade no que diz respeito à distribuição dos fundos aprovados em função dos temas prioritários e das regiões.

Em Lisboa são os projetos relativos a transportes limpos os que mais beneficiaram dos fundos estruturais, (36,7%) dos 272,9 milhões de euros de fundos aprovados na região; No caso da região do Alentejo foram os projetos de abastecimento de água os que absorveram a maior verba dos fundos aprovados para a região, 62,4% dos 362,5 milhões de euros.

Na região dos Açores foram os projetos no âmbito da gestão de resíduos, os que assumiram maior peso e importância, somando 70,3 milhões de euros, 42,8% do total de 164 milhões de euros de fundos aprovados para a região.

Na região da Madeira, assumiram maior relevo os projetos de financiamento no âmbito da prevenção de riscos (naturais e tecnológicos), que totalizaram 199,5 milhões de euros, 86,5% do total aprovado para a região.

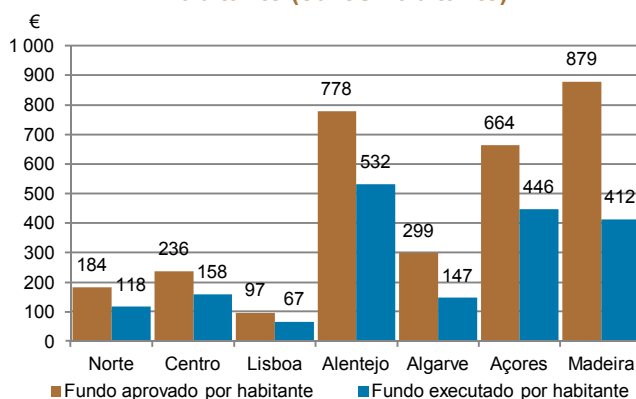


Não obstante se verifique grandes diferenças entre as regiões no que se refere à estrutura da distribuição de fundos por tipologia de projetos, assinala-se que as regiões Norte, Centro e Algarve, apresentam alguma semelhança tendo aprovado a aplicação de 1/3 ou mais dos fundos de ação no ambiente em projetos de tratamento de águas residuais (38,3%, 34,8% e 30,8%, respetivamente).

Região Autónoma da Madeira, Alentejo e Região Autónoma dos Açores são as regiões em que o montante aprovado *per capita* em operações de ambiente, apresenta valores mais elevados, respetivamente 879, 778 e 664 euros por habitante. A análise regional *per capita* ao nível de execução dos fundos permite evidenciar o Alentejo com um valor de 532 euros por habitante, seguindo-se os Açores com 446 euros e a Madeira com 412 euros. Contudo em termos relativos destacam-se, pelo seu desempenho, Lisboa e Alentejo em que por cada euro/ habitante de fundos aprovados foram já executados 68 centimos. A região da Madeira por seu lado surge como a região em que o nível de execução é mais baixo, verificando-se apenas a execução de 42 centimos por cada euro habitante de fundos aprovados em matéria de ambiente na região.

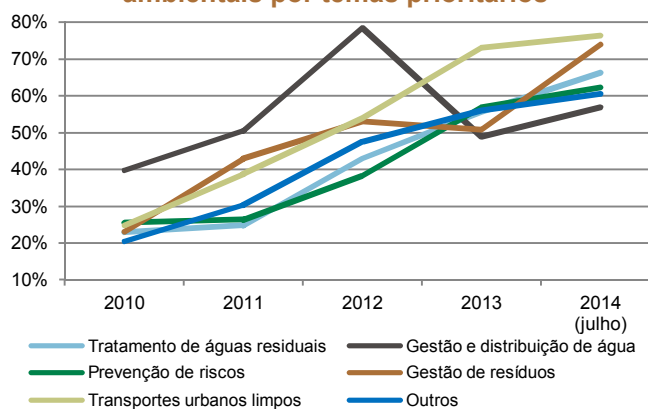
Na figura 12.17 apresenta-se a taxa ou proporção de execução de fundos face ao total de fundos aprovados por tipologia de temas prioritários. Destacam-se as operações dos temas de transportes limpos e gestão de resíduos que em julho de 2014 atingem uma proporção de fundos executados acima de 70% dos fundos aprovados. No ano de 2013 verificou-se um aumento significativo na aprovação de projetos no tema abastecimento de água. Facto que não teve um imediato acompanhamento na execução desses mesmos fundos o que provocou uma baixa do nível de fundos executados neste tema e se verifica na inversão da linha de proporção de fundos executados no tema.

Figura 12.16 - Fundos aprovados e executados por habitante (euros/habitante)



Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Figura 12.17 - Proporção de fundos executados face a fundos aprovados de operações ambientais por temas prioritários



Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

>> Para mais informação consulte:

Despesa consolidada em ambiente (€) dos organismos de administração pública por Domínios de ambiente;

Despesa consolidada em ambiente (€) dos organismos de administração central por Localização geográfica (Continente) e Domínios de ambiente;

Despesa consolidada em ambiente (€) dos organismos de administração regional por Localização geográfica (Regiões Autónomas) e Domínios de ambiente

Despesas em ambiente (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2002), Classificador económico (Despesas) e Domínios de ambiente;



12.4 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 12.1 - Despesa das Administrações Públicas por domínios de ambiente

Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Anos				
	2009	2010	2011	2012	2013
Total	1 045 694	997 063	942 257	836 575	991 671
Proteção da qualidade do ar e clima	4 312	6 291	11 230	7 247	78 454
Gestão de águas residuais (a)	128 468	3 719	1 014	431	784
Gestão de resíduos	480 138	481 929	483 672	450 543	477 292
Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais	54 483	131 336	105 725	63 437	72 212
Proteção contra o ruído e vibrações	1 490	1 457	1 442	2 344	1 289
Proteção da biodiversidade e paisagem	308 388	303 745	277 256	237 430	288 628
Proteção contra as radiações	0	0	0	0	0
Investigação e desenvolvimento	4 543	5 984	7 825	3 523	1 123
Outras atividades de proteção do ambiente	63 872	62 602	54 092	71 619	71 889

(a) Dados dos municípios de 2010 a 2013 não disponíveis.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 12.2 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2006					2007				
	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos
A	111,76	105,51	6,17	//	0,08	116,81	110,36	6,33	//	0,12
B	24,97	24,36	0,61	//	//	26,15	25,52	0,63	//	//
CA	42,55	37,33	5,21	//	//	44,51	39,11	5,40	//	//
CB	13,65	12,17	1,48	//	//	14,29	12,74	1,55	//	//
CC	22,27	21,42	0,84	//	//	23,35	22,45	0,90	//	//
CD	2,41	2,41	0,00	//	//	2,53	2,52	0,00	//	//
CE	4,33	3,40	0,92	//	//	4,53	3,57	0,96	//	//
CF	//	0,00	0,00	//	//	//	//	//	//	//
CG	16,12	15,09	1,03	//	//	16,91	15,81	1,10	//	//
CH	21,63	19,21	2,42	//	//	22,61	20,13	2,49	//	//
CI	//	0,00	0,00	//	//	//	0,00	0,00	//	//
CJ	2,17	1,56	0,60	//	//	2,26	1,64	0,62	//	//
CK	4,90	4,26	0,64	//	//	5,13	4,47	0,67	//	//
CL	2,78	1,99	0,80	//	//	2,97	2,08	0,89	//	//
CM	13,43	11,71	1,72	//	//	14,02	12,26	1,75	//	//
D	15,88	15,29	0,59	//	//	16,58	15,97	0,62	//	//
E	30,59	23,48	6,09	//	1,02	32,33	24,60	6,20	//	1,52
F	151,14	136,03	15,12	//	//	157,99	142,52	15,48	//	//
G	250,73	226,19	24,54	//	//	262,23	236,82	25,41	//	//
H	597,05	545,60	51,44	//	//	625,40	571,77	53,63	//	//
I	7,73	5,22	2,52	//	//	8,08	5,40	2,68	//	//
JA	//	0,00	0,00	//	//	//	0,00	0,00	//	//
JB	4,11	3,86	0,25	//	//	4,29	4,02	0,28	//	//
JC	4,25	3,72	0,53	//	//	4,45	3,90	0,55	//	//
K	30,96	25,44	5,53	//	//	32,28	26,65	5,63	//	//
L	5,85	4,15	1,70	//	//	6,07	4,33	1,74	//	//
MA	25,61	20,39	5,22	//	//	26,71	21,36	5,36	//	//
MB	1,69	1,39	0,30	//	//	1,78	1,45	0,33	//	//
MC	6,17	5,03	1,13	//	//	6,44	5,27	1,17	//	//
N	107,91	36,14	71,77	//	//	111,35	37,87	73,48	//	//
O	56,84	45,72	11,12	//	//	59,17	47,91	11,26	//	//
P	19,47	12,97	6,49	//	//	20,20	13,59	6,61	//	//
QA	39,25	30,24	9,02	//	//	40,82	31,68	9,14	//	//
QB	48,16	45,93	2,22	//	//	50,39	48,14	2,26	//	//
R	10,83	8,94	1,89	//	//	11,32	9,36	1,97	//	//
S	16,01	13,34	2,48	0,19	//	16,35	13,69	2,52	0,14	//
T	//	0,00	0,00	//	//	//	//	//	//	//
U	0,00	0,00	0,00	//	//	0,00	0,00	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	1 713,18	1 469,51	242,37	0,19	1,10	1 790,32	1 538,95	249,59	0,14	1,64
Famílias	4 209,65	1 668,48	961,50	1 578,83	0,84	3 889,80	1 747,42	976,18	1 165,40	0,80
Outros empregos	39,53	39,53	//	//	//	41,43	41,43	//	//	//
Total dos impostos com relevância ambiental	5 962,37	3 177,53	1 203,87	1 579,02	1,94	5 721,55	3 327,80	1 225,77	1 165,54	2,44

(continua)



Quadro 12.2 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade (cont.)

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2008					2009				
	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos
A	114,79	106,03	7,99	//	0,78	113,74	105,91	7,71	//	0,12
B	25,47	24,48	0,99	//	//	25,41	24,39	1,02	//	//
CA	46,41	37,52	8,88	//	//	46,66	37,40	9,26	//	//
CB	15,38	12,23	3,15	//	//	15,63	12,20	3,43	//	//
CC	24,10	21,53	2,57	//	//	24,42	21,46	2,95	//	//
CD	2,42	2,42	0,00	//	//	2,41	2,41	0,00	//	//
CE	5,18	3,42	1,76	//	//	5,29	3,41	1,88	//	//
CF	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
CG	18,24	15,17	3,07	//	//	18,64	15,12	3,53	//	//
CH	22,61	19,31	3,30	//	//	22,49	19,25	3,24	//	//
CI	//	0,00	0,00	//	//	//	0,00	0,00	//	//
CJ	3,04	2,20	0,84	//	//	3,19	2,36	0,83	//	//
CK	5,53	4,29	1,24	//	//	5,61	4,28	1,33	//	//
CL	5,81	2,00	3,80	//	//	6,56	2,00	4,57	//	//
CM	13,73	11,78	1,96	//	//	13,55	11,75	1,80	//	//
D	16,62	15,37	1,25	//	//	16,76	15,39	1,37	//	//
E	31,57	23,60	6,37	//	1,60	34,11	23,52	5,66	//	4,93
F	155,12	136,83	18,29	//	//	153,64	136,40	17,24	//	//
G	268,83	227,75	41,08	//	//	269,97	227,32	42,64	//	//
H	647,96	548,38	99,59	//	//	653,10	546,38	106,73	//	//
I	12,49	5,49	7,00	//	//	13,59	5,63	7,96	//	//
JA	//	0,00	0,00	//	//	//	0,00	0,00	//	//
JB	4,80	3,88	0,92	//	//	4,97	3,89	1,08	//	//
JC	4,62	3,74	0,87	//	//	4,63	3,73	0,90	//	//
K	31,23	25,56	5,67	//	//	30,49	25,48	4,99	//	0,02
L	6,38	4,17	2,20	//	//	6,32	4,19	2,13	//	//
MA	27,10	20,51	6,59	//	//	26,75	20,44	6,30	//	//
MB	2,57	1,39	1,18	//	//	2,78	1,39	1,39	//	//
MC	6,73	5,11	1,62	//	//	6,72	5,11	1,61	//	//
N	123,01	36,34	86,67	//	//	117,83	36,22	81,61	//	//
O	54,68	45,95	8,72	//	//	52,38	45,79	6,59	//	//
P	19,51	13,04	6,47	//	//	18,62	13,00	5,62	//	//
QA	37,75	30,39	7,36	//	//	36,01	30,29	5,71	//	//
QB	48,11	46,17	1,94	//	//	47,58	46,01	1,57	//	//
R	12,34	9,00	3,34	//	//	12,49	8,98	3,51	//	//
S	15,95	13,39	2,43	0,13	//	16,01	13,72	2,10	0,19	//
T	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
U	0,00	0,00	//	//	//	0,00	0,00	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	1 830,08	1 478,47	349,11	0,13	2,38	1 828,36	1 474,84	348,25	0,19	5,07
Famílias	3 805,84	1 679,19	843,58	1 281,31	1,75	3 595,75	1 675,09	684,67	1 232,47	3,52
Outros empregos	39,74	39,74	//	//	//	39,59	39,59	//	//	//
Total dos impostos com relevância ambiental	5 675,66	3 197,39	1 192,69	1 281,44	4,13	5 463,69	3 189,52	1 032,92	1 232,66	8,59

(continua)



Quadro 12.2 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade (cont.)

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2010					2011				
	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos
A	114,04	104,79	8,28	//	0,97	108,29	100,25	7,90	//	0,14
B	25,18	24,11	1,07	//	//	24,12	23,05	1,07	//	//
CA	46,70	36,98	9,72	//	//	45,15	35,36	9,79	//	//
CB	15,61	12,06	3,56	//	//	15,22	11,53	3,69	//	//
CC	24,23	21,22	3,01	//	//	23,52	20,29	3,23	//	//
CD	2,39	2,38	0,00	//	//	2,28	2,28	0,00	//	//
CE	5,33	3,37	1,96	//	//	5,23	3,22	2,00	//	//
CF	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
CG	18,55	14,94	3,60	//	//	18,15	14,29	3,86	//	//
CH	22,49	19,03	3,46	//	//	21,53	18,20	3,34	//	//
CI	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
CJ	3,08	2,20	0,88	//	//	2,70	1,85	0,85	//	//
CK	5,61	4,23	1,38	//	//	5,46	4,04	1,42	//	//
CL	6,58	1,97	4,61	//	//	6,96	1,89	5,07	//	//
CM	13,58	11,61	1,96	//	//	12,91	11,10	1,81	//	//
D	16,66	15,24	1,42	//	//	16,06	14,59	1,47	//	//
E	37,11	23,26	6,24	//	7,62	40,62	22,24	5,58	//	12,80
F	153,47	134,83	18,64	//	//	146,35	128,87	17,48	//	//
G	269,52	224,73	44,80	//	//	259,76	214,75	45,01	//	//
H	651,20	540,11	111,09	//	//	630,44	516,39	114,05	//	//
I	13,70	5,55	8,16	//	//	13,91	5,22	8,69	//	//
JA	//	0,00	0,00	//	//	//	0,00	0,00	//	//
JB	4,96	3,86	1,10	//	//	4,89	3,70	1,19	//	//
JC	4,64	3,69	0,95	//	//	4,48	3,53	0,95	//	//
K	30,73	25,19	5,51	//	0,02	28,99	24,09	4,90	//	//
L	6,44	4,16	2,29	//	//	6,16	3,98	2,18	//	//
MA	27,00	20,21	6,79	//	//	25,75	19,32	6,43	//	//
MB	2,78	1,37	1,41	//	//	2,85	1,31	1,54	//	//
MC	6,75	5,04	1,71	//	//	6,47	4,80	1,67	//	//
N	124,08	35,80	88,28	//	//	116,92	34,22	82,70	//	//
O	52,94	45,27	7,67	//	//	49,22	43,28	5,94	//	//
P	19,09	12,85	6,24	//	//	17,77	12,29	5,48	//	//
QA	36,54	29,95	6,59	//	//	33,87	28,64	5,24	//	//
QB	47,27	45,48	1,79	//	//	44,96	43,48	1,48	//	//
R	12,55	8,88	3,67	//	//	12,21	8,49	3,72	//	//
S	16,13	13,70	2,34	0,10	//	15,60	13,18	2,04	0,38	//
T	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
U	0,00	0,00	//	//	//	//	//	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	1 836,92	1 458,06	370,14	0,10	8,61	1 768,80	1 393,70	361,79	0,38	12,94
Famílias	3 932,89	1 655,88	777,43	1 496,07	3,51	3 760,67	1 582,54	643,87	1 529,87	4,39
Outros empregos	39,13	39,13	//	//	//	37,41	37,41	//	//	//
Total dos impostos com relevância ambiental	5 808,93	3 153,07	1 147,57	1 496,17	12,12	5 566,88	3 013,65	1 005,66	1 530,25	17,32

(continua)



Quadro 12.2 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade (cont.)

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2012 Po					2013 Po				
	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos
A	82,50	93,20	6,94	//	0,10	82,50	73,58	8,35	//	0,58
B	18,03	21,43	1,00	//	//	18,03	16,79	1,23	//	//
CA	37,25	32,86	9,29	//	//	37,25	25,79	11,46	//	//
CB	12,96	10,72	3,64	//	//	12,96	8,42	4,54	//	//
CC	18,98	18,86	3,31	//	//	18,98	14,79	4,19	//	//
CD	1,66	2,12	//	//	//	1,66	1,66	//	//	//
CE	4,76	3,00	1,94	//	//	4,76	2,35	2,41	//	//
CF	0,00	0,00	0,00	//	//	0,00	0,00	0,00	//	//
CG	15,40	13,28	3,95	//	//	15,40	10,41	4,99	//	//
CH	16,89	16,91	2,99	//	//	16,89	13,27	3,62	//	//
CI	0,00	0,00	0,00	//	//	//	//	//	//	//
CJ	2,58	1,54	0,77	//	//	2,58	1,65	0,93	//	//
CK	4,66	3,75	1,38	//	//	4,66	2,95	1,72	//	//
CL	8,19	1,75	5,34	//	//	8,19	1,38	6,81	//	//
CM	9,89	10,32	1,51	//	//	9,89	8,11	1,77	//	//
D	12,60	13,56	1,45	//	//	12,60	10,79	1,81	//	//
E	38,02	20,67	4,43	//	18,75	38,02	16,21	5,12	//	16,69
F	111,81	119,74	14,95	//	//	111,81	94,00	17,81	//	//
G	209,64	199,49	42,53	//	//	209,64	157,21	52,43	//	//
H	513,84	479,94	110,73	//	//	513,84	376,12	137,72	//	//
I	15,25	4,79	8,83	//	//	15,25	4,11	11,14	//	//
JA	0,00	0,00	0,00	//	//	0,00	0,00	0,00	//	//
JB	4,33	3,44	1,24	//	//	4,33	2,76	1,57	//	//
JC	3,68	3,28	0,90	//	//	3,68	2,58	1,10	//	//
K	22,02	22,39	3,83	//	0,03	22,02	17,57	4,40	//	0,05
L	5,28	3,70	1,92	//	//	5,28	2,97	2,31	//	//
MA	20,81	17,95	5,60	//	//	20,81	14,10	6,71	//	//
MB	2,99	1,22	1,60	//	//	2,99	0,96	2,03	//	//
MC	5,36	4,44	1,51	//	//	5,36	3,53	1,84	//	//
N	109,11	31,80	70,70	//	//	109,11	24,95	84,16	//	//
O	34,86	40,23	3,42	//	//	34,86	31,53	3,33	//	//
P	13,75	11,42	4,20	//	//	13,75	8,96	4,79	//	//
QA	24,17	26,61	3,23	//	//	24,17	20,88	3,29	//	//
QB	32,75	40,41	1,00	//	//	32,75	31,67	1,07	//	//
R	10,61	7,88	3,55	//	//	10,61	6,21	4,40	//	//
S	12,21	12,28	1,55	0,27	//	12,21	10,38	1,75	//	//
T	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
U	0,00	0,00	//	//	//	0,00	0,00	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	1 643,35	1 294,99	329,21	0,27	18,88	1 436,76	1 018,64	400,80	//	17,32
Famílias	3 345,02	1 470,30	438,25	1 431,56	4,91	3 022,61	1 156,67	471,69	1 387,42	6,83
Outros empregos	34,77	34,77	//	//	//	27,24	27,24	//	//	//
Total dos impostos com relevância ambiental	5 023,14	2 800,05	767,46	1 431,83	23,79	4 486,61	2 202,55	872,49	1 387,42	24,15

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Notas:

A	Agricultura, floresta e pesca
B	Indústrias extrativas
CA	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
CB	Indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro
CC	Indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão
CD	Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados
CE	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais
CF	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
CG	Fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos
CH	Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos
CI	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos eletrónicos e óticos
CJ	Fabricação de equipamento elétrico
CK	Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.
CL	Fabricação de material de transporte
CM	Indústrias transformadoras, n. e.; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos
D	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
H	Transportes e armazenagem
I	Atividades de alojamento e restauração
JA	Atividades de edição, gravação e programação de rádio e televisão
JB	Telecomunicações
JC	Consultoria, atividades relacionadas de programação informática e atividades dos serviços de informação
K	Atividades financeiras e de seguros
L	Atividades imobiliárias
MA	Atividades jurídicas, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e atividades de ensaios e análises técnicas
MB	Investigação científica e desenvolvimento
MC	Outras atividades de consultoria, científicas e técnicas
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
O	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória
P	Educação
QA	Atividades de saúde humana
QB	Atividades de apoio social
R	Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas
S	Outras atividades de serviços
T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico. Atividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio
U	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais



Quadro 12.3 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por impostoUnidade: 10⁶ EUR

Imposto	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 Po	2013 Po
Total dos impostos com relevância ambiental	6 179	5 946	5 682	5 470	5 812	5 575	5 031	4 494
Energia	3 183	3 334	3 203	3 195	3 159	3 019	2 805	2 207
Taxa sobre lâmpadas de baixa eficiência energética	//	//	4	5	4	2	1	4
Taxa de exploração sobre as instalações elétricas	11	9	10	14	15	15	14	17
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	3 173	3 325	3 189	3 177	3 140	3 002	2 790	2 186
Poluição	1 579	1 166	1 281	1 233	1 496	1 530	1 432	1 387
Imposto sobre o tabaco	1 579	1 165	1 281	1 232	1 496	1 530	1 432	1 387
Imposto sobre o ruído	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos	1	1	3	7	7	17	24	24
Taxa de licenciamento anual para o exercício da pesca e utilização das artes	0	0	1	0	1	0	0	1
Licenças de caça	1	1	2	0	0	1	0	0
Taxa de recursos hídricos (componentes E e O)	//	//	//	7	6	6	9	13
Taxa de regulação dos serviços de águas e resíduos	//	//	//	//	//	10	15	11
Transporte	1 416	1 446	1 195	1 035	1 150	1 008	770	876
Imposto automóvel / Imposto sobre veículos (IA / ISV)	1 205	1 221	946	714	832	644	370	360
Imposto municipal sobre veículos (IMV)	132	134	//	//	//	//	//	//
Imposto de circulação (ICi)	61	66	//	//	//	//	//	//
Imposto de camionagem (ICa)	18	19	//	//	//	//	//	//
Imposto único de circulação (IUC)	//	6	249	321	318	365	400	515
Outros impostos sobre os transportes	//	//	//	//	//	//	//	//

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 12.4 - Taxas com relevância ambiental, por categoria e por taxaUnidade: 10⁶ euros

Taxas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 Po	2013 Po
Total das taxas com relevância ambiental	617,3	687,3	729,9	758,1	693,7	720,3	688,8	x
Poluição	617,2	687,3	729,9	750,1	686,5	713,0	680,6	x
Taxas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	415,2	426,2	483,9	501,2	402,4	436,6	417,3	x
Taxas de salubridade e saneamento	119,6	148,2	130,2	134,6	136,2	127,7	140,4	x
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de embalagens de vidro, papel, plástico, metal e madeira	50,4	65,8	64,3	59,6	87,2	89,1	72,5	69,0
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de medicamentos e produtos fitossanitários	1,8	1,9	1,9	1,9	2,0	2,2	2,0	2,0
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de óleos lubrificantes usados	5,6	5,7	5,6	5,0	5,2	4,7	5,3	5,7
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pneus	8,7	9,1	10,5	10,0	10,4	9,1	8,2	10,0
Taxa de remoção, bloqueamento e depósito de veículos e de gestão do sistema de reciclagem de veículos em fim de vida	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,6	0,2	0,1
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de equipamentos eléctricos e electrónicos	10,9	22,5	22,5	21,1	22,6	18,3	11,9	10,6
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pilhas, baterias e acumuladores	2,5	2,5	1,4	1,6	2,0	1,7	1,6	1,7
Taxa de gestão de resíduos	//	3,1	6,6	11,9	15,7	18,5	16,8	x
Taxa de recolha de cadáveres de animais mortos na exploração agrícola	2,3	2,2	2,7	2,9	2,6	4,6	4,4	x
Recursos	0,1	//	//	8,1	7,2	7,3	8,2	10,2
Taxa de recursos hídricos (componentes A, I e U)	//	//	//	8,1	7,2	7,3	8,2	10,2
Taxa de exploração de termas	0,1	//	//	//	//	//	//	//

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 12.5 - QREN - Operações de investimento relacionadas com objetivos de promoção e defesa do Ambiente no âmbito dos Programas Operacionais (PO) (a)

Unidade: 10³ EUR

Rubricas e regiões	2010	2011	2012	2013	2014 (julho)
Investimento total aprovado	1 812 512	2 833 270	2 965 315	3 766 030	3 746 371
Norte	444 023	684 724	820 088	924 947	972 431
Centro	464 983	846 087	785 274	822 537	798 623
Lisboa	211 753	223 050	295 402	419 433	412 656
Alentejo	371 818	678 383	651 050	768 358	763 847
Algarve	155 238	164 340	135 399	228 485	235 857
Região autónoma dos Açores	97 912	149 144	188 047	292 102	198 443
Região autónoma dos Madeira	29 390	50 146	51 333	227 042	282 228
Não regionalizável / Multiregiões	37 396	37 396	38 722	83 125	82 286
Custo elegível aprovado	1 604 526	2 544 566	2 611 177	3 283 114	3 239 242
Norte	402 035	621 760	717 742	806 203	838 029
Centro	427 044	781 005	716 195	721 309	693 778
Lisboa	171 438	180 977	226 571	332 570	319 385
Alentejo	318 665	599 902	570 393	675 114	667 629
Algarve	125 121	134 753	113 796	178 389	185 897
Região autónoma dos Açores	95 004	140 969	178 876	274 796	188 452
Região autónoma dos Madeira	27 894	47 875	48 958	218 682	271 226
Não regionalizável / Multiregiões	37 324	37 324	38 646	76 049	74 845
Fundo aprovado	1 118 910	1 849 121	2 073 044	2 650 204	2 659 252
Norte	284 885	449 699	572 778	646 013	672 526
Centro	296 765	569 572	551 102	560 690	540 958
Lisboa	112 911	125 361	183 133	284 759	272 994
Alentejo	221 605	427 669	459 443	547 547	580 289
Algarve	73 836	87 817	77 917	127 033	132 499
Região autónoma dos Açores	80 754	119 824	154 400	231 820	164 244
Região autónoma dos Madeira	22 028	37 454	41 443	185 785	230 472
Não regionalizável / Multiregiões	26 127	31 725	32 827	66 556	65 269
Fundo executado	286 078	575 262	1 016 070	1 470 014	1 706 998
Norte	64 800	133 871	303 499	389 904	431 897
Centro	56 953	149 196	246 445	317 981	362 782
Lisboa	23 999	38 290	58 605	169 877	187 921
Alentejo	81 124	137 838	241 774	317 588	396 736
Algarve	6 229	23 851	33 718	53 782	65 287
Região autónoma dos Açores	39 068	62 089	84 452	99 204	110 468
Região autónoma dos Madeira	1 786	6 951	23 365	78 039	107 935
Não regionalizável / Multiregiões	12 120	23 175	24 213	43 639	43 972
Taxa de execução	25,6%	31,1%	49,0%	55,5%	64,2%
Norte	22,7%	29,8%	53,0%	60,4%	64,2%
Centro	19,2%	26,2%	44,7%	56,7%	67,1%
Lisboa	21,3%	30,5%	32,0%	59,7%	68,8%
Alentejo	36,6%	32,2%	52,6%	58,0%	68,4%
Algarve	8,4%	27,2%	43,3%	42,3%	49,3%
Região autónoma dos Açores	48,4%	51,8%	54,7%	42,8%	67,3%
Região autónoma dos Madeira	8,1%	18,6%	56,4%	42,0%	46,8%
Não regionalizável / Multiregiões	46,4%	73,0%	73,8%	65,6%	67,4%

Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão (setembro de 2014)

(a) Os valores em cada ano referem-se ao acumulado das operações desde o início do programa QREN 2007-2013 e registados em 31 de dezembro de cada ano, com exceção de 2014 que se refere à situação contabilizada em 31 de julho.



Quadro 12.6 - QREN - Operações de investimento relacionadas com objectivos de promoção e defesa do ambiente no âmbito dos Programas Operacionais por temas prioritários e principais rubricas (a)

Unidade: 10³ EUR

Anos e Temas Prioritários	Investiment o total aprovado	Custo elegível aprovado	Despesa pública aprovada	Fundo aprovado	Custo elegível executado	Despesa pública executada	Fundo executado	Taxa de execução (%)
Alterações climáticas: atenuação e adaptação								
2010	463	463	463	330	0	0	0	0,0%
2011	463	463	463	330	0	0	0	0,0%
2012	463	463	463	343	0	0	0	0,0%
2013	463	463	463	343	0	0	0	0,0%
2014 (julho)	463	463	463	343	0	0	0	0,0%
Eficiência energética, co-geração, gestão da energia								
2010	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
2011	7 964	7 861	7 703	5 540	338	338	276	5,0%
2012	25 974	23 384	19 896	17 887	2 582	2 520	1 967	11,0%
2013	108 230	94 184	79 599	65 634	35 870	27 842	23 281	35,5%
2014 (julho)	116 339	100 865	86 746	70 067	47 714	38 145	32 453	46,3%
Energias renováveis: biomassa								
2010	800	703	703	531	0	0	0	0,0%
2011	800	703	703	531	0	0	0	0,0%
2012	800	703	703	531	54	54	41	7,7%
2013	1 711	1 619	1 619	1 182	145	145	102	8,6%
2014 (julho)	1 524	1 442	1 442	1 064	54	54	43	4,1%
Energias renováveis: hidroelétrica, geotérmica e outras								
2010	774	774	700	620	281	281	224	36,2%
2011	5 682	4 365	4 018	2 774	1 271	996	838	30,2%
2012	774	774	718	658	362	360	308	46,8%
2013	774	774	718	658	593	559	504	76,6%
2014 (julho)	740	740	684	629	593	559	504	80,2%
Energias renováveis: solar								
2010	1 465	1 457	1 440	1 166	326	326	261	22,4%
2011	4 735	3 937	3 295	2 932	1 048	1 048	844	28,8%
2012	5 310	4 746	4 279	3 818	2 128	2 062	1 772	46,4%
2013	14 182	12 642	12 182	9 309	3 466	3 269	2 872	30,8%
2014 (julho)	18 051	16 495	16 036	12 045	5 513	5 267	4 326	35,9%
Gestão dos resíduos domésticos e industriais								
2010	258 722	236 662	236 621	166 853	53 638	53 635	38 538	23,1%
2011	321 278	292 458	286 905	208 625	126 932	123 112	89 650	43,0%
2012	361 059	331 883	331 843	254 075	183 609	183 591	134 753	53,0%
2013	469 320	430 389	430 348	332 047	224 994	224 976	168 763	50,8%
2014 (julho)	371 170	337 885	337 845	259 687	253 721	253 702	191 989	73,9%
Gestão e distribuição de água (potável)								
2010	377 843	320 055	320 055	217 477	110 310	110 310	78 635	36,2%
2011	687 368	599 754	599 754	436 192	182 178	182 178	132 321	30,3%
2012	648 341	559 825	559 825	455 924	269 660	269 660	229 298	50,3%
2013	728 171	629 309	627 097	516 564	339 689	338 680	287 390	55,6%
2014 (julho)	709 464	607 970	605 759	539 464	399 551	398 542	368 060	68,2%
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos								
2010	79 250	61 233	60 969	42 131	16 971	16 971	10 857	25,8%
2011	112 559	92 435	92 435	67 787	33 072	33 072	23 781	35,1%
2012	116 735	97 142	97 142	77 197	53 119	53 119	42 395	54,9%
2013	103 859	82 663	82 663	66 416	60 901	60 901	49 356	74,3%
2014 (julho)	116 161	92 263	92 263	73 995	65 622	65 622	53 047	71,7%
Prevenção de riscos (naturais e tecnológicos)								
2010	329 424	314 019	305 214	224 117	76 433	75 210	55 655	24,8%
2011	417 728	397 165	381 806	293 741	151 430	146 981	114 950	39,1%
2012	405 343	384 810	376 791	324 087	206 574	202 783	174 753	53,9%
2013	761 529	676 607	667 401	588 018	328 788	321 888	294 116	50,0%
2014 (julho)	837 359	744 956	735 582	646 872	377 610	370 307	335 877	51,9%
Prevenção e controlo integrados da poluição								
2010	19 301	19 114	19 114	15 935	2 339	2 339	1 982	12,4%
2011	18 457	18 265	18 223	15 341	2 705	2 705	2 265	14,8%
2012	9 047	8 858	8 858	7 530	3 750	3 750	3 188	42,3%
2013	8 195	8 125	8 125	6 907	3 592	3 592	3 053	44,2%
2014 (julho)	8 195	8 125	8 125	6 907	3 592	3 592	3 053	44,2%

(continua)



Quadro 12.6 - QREN - Operações de investimento relacionadas com objectivos de promoção e defesa do ambiente no âmbito dos Programas Operacionais por temas prioritários e principais rubricas (a) (cont.)

Unidade: 10³ EUR

Anos e Temas Prioritários	Investiment o total aprovado	Custo elegível aprovado	Despesa pública aprovada	Fundo aprovado	Custo elegível executado	Despesa pública executada	Fundo executado	Taxa de execução
Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (inclui rede NATURA 2000)								
2010	74 441	66 635	66 562	49 913	17 374	17 374	14 285	28,6%
2011	69 324	62 843	62 843	48 882	24 975	24 975	20 436	41,8%
2012	67 254	61 752	61 752	50 739	37 226	37 226	30 863	60,8%
2013	77 012	70 165	70 160	57 770	51 763	51 763	43 210	74,8%
2014 (julho)	82 278	74 243	74 238	61 369	54 975	54 975	46 056	75,0%
Promoção de transportes urbanos limpos								
2010	7 120	5 989	5 989	3 773	1 834	1 834	935	24,8%
2011	6 681	5 763	5 763	3 934	2 595	2 595	1 525	38,8%
2012	266 700	199 859	199 859	188 506	108 025	108 025	101 657	53,9%
2013	321 696	250 511	250 511	248 868	182 997	182 997	181 707	73,0%
2014 (julho)	321 696	247 352	247 352	245 710	188 821	188 821	187 526	76,3%
Qualidade do ar								
2010	2 530	2 463	2 463	1 617	1 112	1 112	761	47,1%
2011	3 728	2 611	2 611	1 751	1 523	1 523	1 076	61,5%
2012	3 518	2 401	2 401	1 722	1 628	1 628	1 198	69,6%
2013	3 298	2 176	2 176	1 592	1 683	1 683	1 246	78,2%
2014 (julho)	3 676	1 773	1 773	1 287	1 723	1 723	1 252	97,3%
Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados								
2010	73 743	70 448	70 370	48 468	6 672	6 672	4 498	9,3%
2011	98 266	93 996	93 919	67 194	21 372	21 372	15 256	22,7%
2012	100 320	96 934	96 857	72 688	38 694	38 664	28 608	39,4%
2013	114 449	108 786	108 709	80 750	53 841	53 811	39 366	48,7%
2014 (julho)	114 910	108 446	107 643	80 473	63 433	63 403	46 124	57,3%
Tratamento de águas (águas residuais)								
2010	586 638	504 511	498 356	345 979	117 505	117 469	79 446	23,0%
2011	1 078 236	961 945	949 990	693 566	226 103	224 291	172 043	24,8%
2012	953 677	837 643	829 708	617 342	339 748	335 742	265 270	43,0%
2013	1 053 139	914 701	906 766	674 145	488 698	484 446	375 049	55,6%
2014 (julho)	1 044 344	896 222	886 933	659 340	574 475	570 152	436 687	66,2%

Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão (setembro de 2014)

(a) Os valores em cada ano referem-se ao acumulado das operações desde o início do programa QREN 2007-2013 e registados em 31 de dezembro de cada ano, com exceção de 2014 que se refere à situação contabilizada em 31 de julho.



Quadro 12.7 - QREN - Fundos aprovados em operações com objectivos de promoção e defesa do ambiente no âmbito dos Programas Operacionais por temas prioritários e regiões (a)

Unidade: 10³ EUR

Temas Prioritários e Anos	Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. dos Açores	R. A. da Madeira	Não regionalizável / Multiregião
Alterações climáticas: atenuação e adaptação									
2010	330	0	0	0	330	0	0	0	0
2011	330	0	0	0	330	0	0	0	0
2012	343	0	0	0	343	0	0	0	0
2013	343	0	0	0	343	0	0	0	0
2014 (julho)	343	0	0	0	343	0	0	0	0
Eficiência energética, co-geração, gestão da energia									
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	5 540	0	5 540	0	0	0	0	0	0
2012	17 887	0	17 887	0	0	0	0	0	0
2013	65 634	33 224	21 814	1 846	5 408	2 755	0	586	0
2014 (julho)	70 067	37 852	20 930	1 735	4 599	4 365	0	586	0
Energias renováveis: biomassa									
2010	531	0	0	0	531	0	0	0	0
2011	531	0	0	0	531	0	0	0	0
2012	531	0	0	0	531	0	0	0	0
2013	1 182	674	0	0	435	73	0	0	0
2014 (julho)	1 064	629	0	0	435	0	0	0	0
Energias renováveis: hidroelétrica, geotérmica e outras									
2010	620	0	320	0	300	0	0	0	0
2011	2 774	0	2 475	0	300	0	0	0	0
2012	658	0	340	0	318	0	0	0	0
2013	658	0	340	0	318	0	0	0	0
2014 (julho)	629	0	311	0	318	0	0	0	0
Energias renováveis: solar									
2010	1 166	0	266	0	900	0	0	0	0
2011	2 932	50	266	0	2 617	0	0	0	0
2012	3 818	151	282	0	3 384	0	0	0	0
2013	9 309	4 626	277	0	3 415	990	0	0	0
2014 (julho)	12 045	7 865	277	0	3 413	490	0	0	0
Gestão dos resíduos domésticos e industriais									
2010	166 853	24 505	88 057	1 001	36 391	0	16 899	0	0
2011	208 625	26 528	96 738	1 257	40 115	0	38 065	5 922	0
2012	254 075	31 184	99 181	801	45 820	0	69 898	7 191	0
2013	332 047	36 967	87 389	2 012	51 598	2 949	139 425	9 316	2 391
2014 (julho)	259 687	36 979	84 308	2 010	51 485	2 949	70 311	9 316	2 329
Gestão e distribuição de água (potável)									
2010	217 477	11 740	37 566	0	119 732	24 301	12 608	11 530	0
2011	436 192	34 735	95 410	6 277	246 975	24 673	13 728	14 394	0
2012	455 924	35 890	86 443	6 669	268 287	25 802	17 576	15 258	0
2013	516 564	36 911	80 703	7 815	330 517	25 024	20 338	15 258	0
2014 (julho)	539 464	37 768	66 897	7 815	362 581	26 254	21 206	16 944	0
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos									
2010	42 131	9 956	24 399	1 741	0	6 035	0	0	0
2011	67 787	21 794	33 941	1 577	0	7 960	2 515	0	0
2012	77 196	20 491	35 363	1 436	4 955	9 978	4 973	0	0
2013	66 416	17 903	31 296	1 286	0	9 489	6 442	0	0
2014 (julho)	73 995	22 298	30 794	1 270	0	13 183	6 451	0	0
Prevenção de riscos (naturais e tecnológicos)									
2010	197 990	27 860	45 957	67 903	10 016	18 280	20 090	7 885	0
2011	262 015	44 244	71 576	65 448	20 305	19 055	27 939	13 449	0
2012	292 361	50 555	81 234	73 585	22 926	19 906	29 173	14 983	0
2013	588 018	75 512	104 608	92 446	28 594	44 155	31 537	156 709	54 457
2014 (julho)	646 872	85 523	114 961	88 445	29 024	44 237	31 819	199 587	53 277
Prevenção e controlo integrados da poluição									
2010	15 935	1 869	0	0	0	0	14 066	0	0
2011	15 341	1 177	0	0	98	0	14 066	0	0
2012	7 530	623	0	0	0	0	6 907	0	0
2013	6 907	0	0	0	0	0	6 907	0	0
2014 (julho)	6 907	0	0	0	0	0	6 907	0	0

(continua)



Quadro 12.7 - QREN - Fundos aprovados em operações com objectivos de promoção e defesa do ambiente no âmbito dos Programas Operacionais por temas prioritários e regiões (a) (cont.)

Unidade: 10³ EUR

Temas Prioritários e Anos	Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. dos Açores	R. A. da Madeira	Não regionalizável / Multiregião
Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (inclui rede NATURA 2000)									
2010	49 913	21 827	4 027	1 657	9 823	0	12 578	0	0
2011	48 882	21 117	3 951	1 657	4 535	0	17 623	0	0
2012	49 637	19 869	4 096	1 657	4 837	57	19 121	0	0
2013	57 770	20 529	4 010	1 290	12 627	56	19 095	0	163
2014 (jul.)	61 369	23 907	3 868	1 285	13 066	50	18 952	124	118
Promoção de transportes urbanos limpos									
2010	3 773	0	713	1 047	0	0	0	2 013	0
2011	3 934	0	713	957	0	0	0	2 265	0
2012	188 506	135 243	645	50 212	0	0	0	2 406	0
2013	248 868	142 361	645	103 457	0	0	0	2 406	0
2014 (jul.)	245 710	142 361	645	100 298	0	0	0	2 406	0
Qualidade do ar									
2010	1 617	1 151	0	299	0	167	0	0	0
2011	1 751	1 178	0	299	0	200	74	0	0
2012	1 722	1 131	0	257	0	260	74	0	0
2013	1 592	1 083	0	169	0	260	81	0	0
2014 (jul.)	1 287	1 000	0	169	0	119	0	0	0
Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados									
2010	48 468	7 643	21 930	14 143	4 752	0	0	0	0
2011	67 193	6 776	34 111	13 907	12 399	0	0	0	0
2012	72 688	18 119	28 254	13 916	12 399	0	0	0	0
2013	80 750	18 650	29 154	13 925	19 022	0	0	0	0
2014 (jul.)	80 473	18 593	29 611	13 247	19 022	0	0	0	0
Tratamento de águas (águas residuais)									
2010	345 979	178 334	73 531	25 119	38 830	25 053	4 513	600	0
2011	693 566	292 100	224 853	33 982	99 464	35 929	5 814	1 424	0
2012	617 342	259 521	197 379	34 602	95 643	21 914	6 679	1 604	0
2013	674 145	257 573	200 453	60 514	95 270	41 283	7 995	1 509	9 546
2014 (jul.)	659 340	257 753	188 357	56 721	96 002	40 852	8 598	1 509	9 546

Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão (setembro de 2014)

(a) Os valores em cada ano referem-se ao acumulado das operações desde o início do programa QREN 2007-2013 e registados em 31 de dezembro de cada ano, com exceção de 2014 que se refere à situação contabilizada em 31 de julho.



Quadro 12.8 - QREN - Operações de investimento relacionadas com objectivos de promoção e defesa do ambiente, aprovadas e executadas no âmbito dos Programas Operacionais por temas prioritários e as regiões (2007-2013) (a)

Unidade: 10³ EUR

Anos e Temas Prioritários	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma da Madeira	Não regionalizável / Multirregiões
Total									
Aprovado	2 659 252	672 526	540 958	272 994	580 289	132 499	164 244	230 472	65 269
Executado	1 706 998	431 897	362 782	187 921	396 736	65 287	110 468	107 935	43 972
Taxa de execução	64,2%	64,2%	67,1%	68,8%	68,4%	49,3%	67,3%	46,8%	67,4%
Alterações climáticas: atenuação e adaptação									
Aprovado	343	0	0	0	343	0	0	0	0
Executado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de execução	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Eficiência energética, co-geração, gestão da energia									
Aprovado	70 067	37 852	20 930	1 735	4 599	4 365	0	586	0
Executado	32 453	14 176	13 527	1 474	1 969	842	0	465	0
Taxa de execução	46,3%	37,5%	64,6%	85,0%	42,8%	19,3%	0,0%	79,3%	0,0%
Energias renováveis: biomassa									
Aprovado	1 064	629	0	0	435	0	0	0	0
Executado	43	0	0	0	43	0	0	0	0
Taxa de execução	4,1%	0,0%	0,0%	0,0%	9,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Energias renováveis: hidroelétrica, geotérmica e outras									
Aprovado	629	0	311	0	318	0	0	0	0
Executado	504	0	311	0	194	0	0	0	0
Taxa de execução	80,2%	0,0%	100,0%	0,0%	60,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Energias renováveis: solar									
Aprovado	12 045	7 865	277	0	3 413	490	0	0	0
Executado	4 326	1 452	277	0	2 597	0	0	0	0
Taxa de execução	35,9%	18,5%	100,0%	0,0%	76,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Gestão dos resíduos domésticos e industriais									
Aprovado	259 687	36 979	84 308	2 010	51 485	2 949	70 311	9 316	2 329
Executado	191 989	30 019	78 344	1 181	39 793	1 170	32 562	6 590	2 329
Taxa de execução	73,9%	81,2%	92,9%	58,8%	77,3%	39,7%	46,3%	70,7%	100,0%
Gestão e distribuição de água (potável)									
Aprovado	539 464	37 768	66 897	7 815	362 581	26 254	21 206	16 944	0
Executado	368 060	23 117	37 301	5 683	257 914	13 838	17 130	13 076	0
Taxa de execução	68,2%	61,2%	55,8%	72,7%	71,1%	52,7%	80,8%	77,2%	0,0%
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos									
Aprovado	73 995	22 298	30 794	1 270	0	13 183	6 451	0	0
Executado	53 047	13 691	27 257	1 248	0	5 689	5 162	0	0
Taxa de execução	71,7%	61,4%	88,5%	98,3%	0,0%	43,2%	80,0%	0,0%	0,0%
Prevenção de riscos (naturais e tecnológicos)									
Aprovado	646 872	85 523	114 961	88 445	29 024	44 237	31 819	199 587	53 277
Executado	335 877	46 777	60 934	42 381	19 253	21 596	27 042	85 915	31 979
Taxa de execução	51,9%	54,7%	53,0%	47,9%	66,3%	48,8%	85,0%	43,0%	60,0%
Prevenção e controlo integrados da poluição									
Aprovado	6 907	0	0	0	0	0	6 907	0	0
Executado	3 053	0	0	0	0	0	3 053	0	0
Taxa de execução	44,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,2%	0,0%	0,0%
Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)									
Aprovado	61 369	23 907	3 868	1 285	13 066	50	18 952	124	118
Executado	46 056	16 175	3 619	1 285	6 974	41	17 845	0	118
Taxa de execução	75,0%	67,7%	93,6%	100,0%	53,4%	81,7%	94,2%	0,0%	100,0%
Promoção de transportes urbanos limpos									
Aprovado	245 710	142 361	645	100 298	0	0	0	2 406	0
Executado	187 526	107 723	584	78 634	0	0	0	585	0
Taxa de execução	76,3%	75,7%	90,6%	78,4%	0,0%	0,0%	0,0%	24,3%	0,0%
Qualidade do ar									
Aprovado	1 287	1 000	0	169	0	119	0	0	0
Executado	1 252	965	0	169	0	119	0	0	0
Taxa de execução	97,3%	96,5%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados									
Aprovado	80 473	18 593	29 611	13 247	19 022	0	0	0	0
Executado	46 124	5 919	20 674	11 379	8 152	0	0	0	0
Taxa de execução	57,3%	31,8%	69,8%	85,9%	42,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Tratamento de águas (águas residuais)									
Aprovado	659 340	257 753	188 357	56 721	96 002	40 852	8 598	1 509	9 546
Executado	436 687	171 883	119 954	44 487	59 847	21 992	7 674	1 303	9 546
Taxa de execução	66,2%	66,7%	63,7%	78,4%	62,3%	53,8%	89,3%	86,3%	100,0%

Fonte: Instituto Financeiros para o Desenvolvimento Regional, I. P. (agosto de 2013)

(a) Os valores em cada ano referem-se ao acumulado das operações desde o início do programa QREN 2007-2013 e registados em 31 de dezembro de cada ano, com exceção de 2014 que se refere à situação contabilizada em 31 de julho.





**Metodologias,
conceitos e
nomenclaturas**

13 - METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

13.1 - METODOLOGIAS

13.1.1 - Despesas com a proteção do ambiente

Os setores institucionais adotados pelo Sistema de Contas Nacionais, como unidades estatísticas fundamentais, caracterizam-se pelo seu comportamento e autonomia de decisão. Às Administrações Públicas compete a produção de serviços não mercantis destinados à coletividade, bem como, a realização de operações de redistribuição, do rendimento e das riquezas nacionais. O sistema de Contabilidade Nacional em vigor na União Europeia considera o setor institucional “Administrações Públicas” dividido em subsetores, dos quais se destacam a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social.

Segundo o “Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente” (SERIEE), as unidades consideradas no setor institucional Administrações Públicas, cuja função principal é a gestão e proteção do ambiente, podem dividir-se em duas categorias: produtores característicos especializados e não especializados. Identificam-se na primeira categoria as unidades que produzem serviços não mercantis diretamente ligados à gestão e proteção do ambiente. Na segunda categoria, ou seja, nos produtores característicos não especializados, consideram-se as unidades que prestam serviços de gestão e proteção do ambiente, como atividade auxiliar de uma atividade principal, secundária ou única não característica, e nas quais se incluem as unidades correspondentes às Administrações Públicas (Central, Regional e Local e respetivas Instituições Sem Fins Lucrativos).

A recolha de dados relativos à despesa das Administrações Públicas em gestão e proteção do ambiente provém de várias fontes, nomeadamente da Conta Geral do Estado, Contas das Regiões Autónomas e Contas de Gerência de alguns Serviços e Fundos Autónomos, bem como de inquéritos realizados junto de unidades estatísticas dos setores em observação.

São utilizadas as nomenclaturas inerentes ao Sistema de Contabilidade Nacional, à Classificação Económica das Receitas e das Despesas da Contabilidade Pública e à Classificação de Atividades e Despesas de Proteção do Ambiente para a classificação dos domínios de gestão e proteção do ambiente.

Administração Central

Em Portugal, a Administração Central é um dos principais setores institucionais responsáveis por significativos fluxos financeiros na área de gestão e proteção do ambiente. Englobando o Estado e demais organismos centrais, a sua competência exerce-se a nível nacional, incluindo igualmente alguns organismos autónomos que, embora exercendo a atividade a nível local, constituem meios de ação da Administração Central e são por esta financiados, a título principal.

Para a recolha de dados financeiros considera-se as unidades pertencentes aos subsectores institucionais: Estado e Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central. Deste modo, são analisadas a Conta Geral do Estado e as Contas de Gerência de algumas instituições deste nível de administração.

Administração Regional

A Administração Regional reúne os Órgãos dos Governos Regionais (Açores e Madeira) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional. A informação é recolhida com base nas Contas das Regiões e nas Contas de Gerência dos Serviços e Fundos Autónomos seleccionados.

Administração Local

A Administração Local reúne diversos órgãos dos quais se destacam – os Municípios, os Serviços Autónomos da Administração Local e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) da Administração Local. Estas últimas, de acordo com o sistema de informação definido pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) para o ambiente, têm um tratamento individualizado, agrupando as ISFL da Administração Central e Local.



A informação de natureza económica é recolhida através do “Inquérito aos Municípios - Proteção do Ambiente” (IMPA), efetuada por via Web, com periodicidade anual, de âmbito nacional e exaustiva (totalidade dos municípios). A informação recolhida refere-se às receitas e despesas efetuadas por administração direta dos Municípios nos domínios “Proteção da Qualidade do Ar e Clima”, “Gestão de Resíduos”, “Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais”, “Proteção contra Ruídos e Vibrações”, “Proteção da Biodiversidade e Paisagem”, “Investigação e Desenvolvimento” e “Outras Atividades de Proteção do Ambiente”.

O “Inquérito aos Municípios - Proteção do Ambiente” obteve uma taxa de resposta de 100%, correspondente aos 308 Municípios do País.

Paralelamente é recolhida informação, de natureza financeira, através do “Inquérito às Entidades Gestoras de Resíduos Urbanos” (IEGRU) às entidades gestoras de serviços de gestão de resíduos urbanos em baixa, designadamente as empresas municipais e os serviços municipalizados.

13.1.2 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente

O “Inquérito às Empresas - Gestão e Proteção do Ambiente” (IEGPA) é um inquérito anual efetuado por via web e pontualmente por via postal, a uma amostra de empresas cuja atividade económica se inclua nos setores económicos, correspondentes às seguintes secções da CAE Rev. 3: B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras, D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e da E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, apenas a divisão Captação, tratamento e distribuição de água.

Para além de referências metodológicas do EUROSTAT, este inquérito decorre da aplicação do Regulamento CE Nº 295/2008 de 11 de Março de 2008, relativo às Estatísticas Estruturais das Empresas, em particular no que se refere às variáveis de ambiente – 21 11 0 investimento em equipamentos e instalações fim-de-linha destinados ao controlo e redução da poluição; 21 12 0 investimentos em equipamentos limpos integrados e reconversão para processos limpos; 21 14 0 despesas correntes em atividades de controlo e redução da poluição. Desta forma, o inquérito incide sobre as atividades económicas industriais consideradas mais “agressivas” para o ambiente e, como tal, suscetíveis de gerar a maior parte e os mais significativos investimentos em atividades de proteção ambiental, no que se refere à esfera da iniciativa empresarial.

Para seleção do universo das unidades estatísticas a inquirir foi utilizado o Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE. O processo de seleção obedeceu à seguinte metodologia:

Base de amostragem: Ficheiro de empresas constituído a partir do Universo de Empresas dos Inquéritos de Estrutura do ano 2013.

Todas as empresas com 1 ou mais pessoas ao serviço e classificadas nas Seções B, C, D e na Divisão 36 da CAE Rev.3.

Estratificação: O universo foi estratificado de acordo com as variáveis atividade económica, região e dimensão, medida pelo número de pessoas ao serviço e pelo volume de negócios, atendendo aos seguintes critérios:

CAE: Classificação das Atividades Económicas – Revisão 3 a dois dígitos (nível Divisão).

NUTS: Nível II da nomenclatura, representando as sete regiões do país - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

EPS: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 1 a 49 pessoas ao serviço;
- (2) 50 a 99 pessoas ao serviço;
- (3) 100 ou mais pessoas ao serviço.

EVN: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 0 a 499 999 €;
- (2) 500 000 € a 49 999 999 €;
- (3) 50 000 000 € ou mais.

Foram inquiridos exaustivamente os estratos constituídos por empresas com 100 ou mais pessoas ao serviço ou com 50 000 000 € ou mais de volume de negócios.

Repartição da amostra: O número de empresas a inquirir por estrato, foi calculado com base na variável volume de negócios, utilizando a seguinte fórmula:

$$n_h = \frac{N_h S_h}{\sum_{i=1}^H N_i S_i} \times n \quad h = 1, 2, \dots, H$$

em que:

- h índice de estrato;
- n_h dimensão da amostra, no estrato h ;
- N_h dimensão do universo, no estrato h ;
- S_h desvio padrão da variável volume de negócios, no estrato h ;
- n dimensão total da amostra;
- H número total de estratos, da base de amostragem.

Seleção da amostra: Depois de constituir o universo do inquérito e concluído o estudo e dimensionamento da amostra respetiva, em cada estrato definido para o efeito, a amostra foi selecionada por ordem crescente de carga estatística acumulada e número aleatório associado à empresa, em que a carga estatística representa o número de operações estatísticas para as quais a empresa já foi selecionada.

A fiabilidade das estimativas obtidas no inquérito, foi estimada através dos coeficientes de variação *à posteriori*, calculados a partir das respostas obtidas conjuntamente com as respostas imputadas.

Estimadores: O estimador do total da variável X , num determinado estrato h , é dado por:

$$\hat{X}_h = \frac{N_h}{n_h} \sum_{i=1}^{n_h} x_{ih} \quad , \text{ com } i=1, 2, \dots, n_h$$

onde:

- i índice de empresa
- h índice de estrato;
- N_h dimensão do universo no estrato h ;
- n_h número de empresas da amostra que responderam ao inquérito;
- x_{ih} valor da variável X , da empresa i , no estrato h ;

O estimador do total da variável X , para uma agregação de estratos A , é dado por:

$$\hat{X}_A = \sum_{h \in A} \hat{X}_h \quad , \quad \text{com } h \in A$$

(# $A \leq H$, ou seja, o número de estratos da agregação A é menor ou igual ao número total de estratos H).

O estimador da variância do total, é dado por:

$$\hat{Var}(\hat{X}) = \sum_{h=1}^H \frac{N_h}{n_h} (N_h - n_h) s_h^2$$

sendo,

$$s_h^2 = \frac{1}{n_h - 1} \sum_{i=1}^{n_h} (x_{ih} - \bar{x}_h)^2$$

a variância calculada a partir dos valores da amostra, para cada um dos estratos.



Coeficiente de variação: O coeficiente de variação (C.V.) de um estimador é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. No caso do estimador do total, o C.V. (em %) é dado por:

$$\hat{CV}(\hat{X}) = \frac{\sqrt{\hat{Var}(\hat{X})}}{\hat{X}} \times 100\%$$

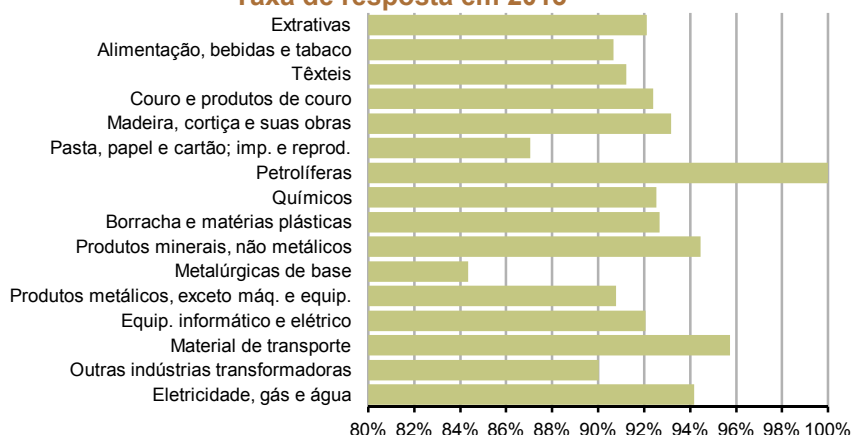
Ao calcular o coeficiente de variação de uma estimativa pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade, de conter o verdadeiro valor que se pretende estimar. Segundo a teoria da amostragem, os limites do intervalo de confiança são:

$$\left[\hat{X} \pm \hat{cv}(\hat{X}) \cdot \hat{X} \right] \quad , \text{ para um nível de confiança de 68\%;}$$

$$\left[\hat{X} \pm 1,96 \cdot \hat{cv}(\hat{X}) \cdot \hat{X} \right] \quad , \text{ para um nível de confiança de 95\%.}$$

A taxa de resposta global situou-se nos 91,5%. Ao nível das regiões NUTS II, a região do Algarve e a região do Alentejo registaram as taxas de resposta mais baixas, respetivamente, 84,5% e 88,9%.

Figura 13.1 - Inquérito às Empresas Gestão e Proteção do Ambiente - Taxa de resposta em 2013



Tratamento de não resposta: Para contornar o problema das não respostas foi efetuada imputação.

Em cada estrato, determinou-se o número de não respostas - NR_h e, de entre as empresas respondentes, selecionaram-se aleatoriamente NR_h empresas.

Para cada uma dessas empresas, determinou-se a estrutura de distribuição do total de cada variável observada (investimento em ambiente, gastos em ambiente, rendimento com atividades de ambiente e pessoal ao serviço afeto a atividades de ambiente) pelas suas parcelas.

Seguidamente e, para cada variável observada, determinou-se a proporção que cada uma delas representa em relação ao valor total da variável respetiva (investimento, gastos, rendimentos e pessoal ao serviço) declarado no Sistema Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2013.

A cada não resposta atribuiu-se aleatoriamente a estrutura de uma das empresas previamente selecionada. Essa estrutura foi aplicada ao valor total da variável respetiva (investimento, gastos, rendimentos e pessoal ao serviço) declarado no SCIE 2013, pela empresa não respondente do IEGPA.

Figura 13.2 - Coeficientes de variação das principais rubricas contabilísticas das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por setor de atividade

2013				Unidade: %
Rubricas contabilísticas		Investimentos	Gastos	Rendimentos
Atividades económicas (CAE-Rev.3)				
Total		2,6	5,6	1,1
05-09 Extrativas		3,1	3,6	5,3
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		6,8	1,3	4,8
13-14 Têxteis		16,3	7,1	1,9
15 Couro e produtos de couro		4,4	7,3	2,4
16 Madeira, cortiça e suas obras		6,0	2,7	47,0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		10,3	0,6	1,9
19 Petrolíferas		0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos		14,8	0,6	1,3
22 Borracha e matérias plásticas		12,1	3,5	3,1
23 Produtos minerais, não metálicos		3,0	1,0	4,0
24 Metalúrgicas de base		1,7	0,4	2,1
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		42,2	5,8	3,1
26-27 Equip. informático e eléctrico		0,7	0,5	0,2
29-30 Material de transporte		1,0	0,4	0,6
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		14,1	4,2	10,0
35-36 Eletricidade, gás e água		7,4	30,1	15,8

13.1.3 - Entidades Produtoras de Bens e Serviços de Ambiente

O “Inquérito ao Setor dos Bens e Serviços de Ambiente” (ISBSA) é um inquérito anual, efetuado por via Web e pontualmente por via postal, que visa a obtenção de dados sobre as atividades de proteção do ambiente e gestão de recursos realizadas por sociedades, serviços municipalizados, entidades empresariais municipais, empresas municipais e empresários em nome individual. As atividades incidem essencialmente sobre a produção de bens e prestação de serviços com o fim de promover a proteção ambiental, isto é, reduzir o impacto poluente da atividade industrial que desenvolvem e/ou reduzir a depleção dos recursos naturais.

São recolhidos dados sobre a distribuição do VVN segundo os tipos de bens produzidos e/ou de serviços prestados classificados por domínios de ambiente, assim como segundo a natureza dos clientes da entidade. A recolha de informação incide igualmente sobre o número de pessoas ao serviço da entidade com funções de ambiente, segundo o género, grupos funcionais e regime de trabalho.

O questionário pretende seguir as orientações do Manual do Setor de Bens e Serviços em Ambiente do Eurostat quanto à caracterização do setor tal como o VVN (peso por domínio de ambiente e atividade) e emprego (desagregação do género).

Unidades inquiridas

Entidades do Ficheiro de Unidades Estatísticas, associados da Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA), diretórios e revistas de ambiente.

Taxa de resposta

A taxa de resposta foi de 90,9%, sendo que cerca de 66,4% das entidades desenvolveram atividades relativas à produção de bens, tecnologias e serviços relacionados com a gestão da poluição e/ou recursos.

Figura 13.3 - Inquérito ao Setor de Bens e Serviços de Ambiente - Taxa de resposta em 2013

Unidades inquiridas		
Com resposta		Com atividade ambiental
N.º	%	
1 837	90,9	1 342

Tratamento de não-respostas

Para as entidades em falta no ano n, que responderam e estavam ativas em n-1, são obtidos os valores de VVN e NPS, recorrendo ao Sistema de Contas Integradas das Empresas e ao Ficheiro de Unidades Estatísticas.

Variável “Volume de Negócios” - VVN

Distribuição do VVN por todas as variáveis dos quadros 1 e 2 do ISBSA, segundo as respostas do ano anterior.

Variável “Número de Pessoas ao Serviço” - NPS

Aplicação, a todas as variáveis de NPS do quadro 3 do ISBSA, da taxa média de variação do NPS, por estrato de cálculo, entre o ano $n-1$ e o ano n

$$nps_a^n = nps_a^{n-1} \times \frac{NPS_i^n}{NPS_i^{n-1}}$$

nps_a variável calculada da entidade em falta;

$n-1$ período de referência anterior;

n período de referência atual;

i estrato de cálculo;

NPS_i NPS total do estrato i .

O NPS_i obtêm-se a partir do somatório, por estrato i , do nps das empresas comuns nos anos n e $n-1$ dentro do estrato i .

Estratos de cálculo

Definiram-se os seguintes estratos de cálculo:

Figura 13.4 - Estratos de cálculo para o NPS

2013	Unidade: Nº	
CAE-Rev.3	Escala 1	Escala 2
22112	<= 5	> 5
36001	<= 10	> 10
36002	<= 50	> 50
37001		
37002	<= 15	> 15
38111		
38112	<= 5	> 5
38120		
38211		
38212	<= 35	> 35
38220		
38311		
38313		
38321	<= 5	> 5
38322	<= 5	> 5
39000		
46771		
46772		
46773		
Não core	<= 5	> 5

13.1.4 - Organizações com atuação na área do ambiente

As instituições que desempenham papel ativo na gestão e proteção do ambiente, foram classificadas em “Organizações Não Governamentais de Ambiente” e “Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros”.

Organizações Não-Governamentais de Ambiente

Tendo em conta as atividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, através de ações de sensibilização e de esclarecimento junto das populações, tornou-se necessário recolher diretamente essa informação. Assim, com base no ficheiro cedido pela Agência Portuguesa do Ambiente, responsável pela organização do Registo Nacional das ONGA, realizou-se o “Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente” (IONGA) junto a estas organizações.

A taxa de resposta obtida na edição de 2013 foi de 96,7%.

Figura 13.5 - Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente - Taxa de resposta em 2013

Unidades inquiridas	
Com resposta	%
117	96,7

Tratamento de não resposta: para colmatar a ausência de resposta das organizações inquiridas foi efetuada imputação. À partida o número de pessoas ao serviço (NPS) nas organizações tem influência no desenvolvimento de atividades ambientais. Tendo em consideração esta situação procedeu-se à estratificação dos dados por NPS. A variável NPS foi analisada para a criação de escalões, dando origem a 6 estratos homogêneos.

A imputação de não respostas é feita apenas para as organizações não respondentes do ano n (ano de referência) e é feita variável a variável, apenas quando existe informação recolhida para o ano $(n-1)$.

Tratamento de não respostas para os dados físicos, com exceção das atividades desenvolvidas:

Os dados do ano n são imputados pelos valores recolhidos para o ano $(n-1)$.

Tratamento de não respostas para os dados financeiros e dados físicos referentes às atividades desenvolvidas:

Inicialmente é feita uma organização dos dados pelos 6 escalões do NPS que constituem os estratos para efeitos de imputação:

0 a 4 pessoas ao serviço;

5 a 9 pessoas ao serviço;

10 a 14 pessoas ao serviço;

15 a 19 pessoas ao serviço;

20 a 49 pessoas ao serviço;

50 ou mais pessoas ao serviço.

Havendo informação do valor médio do estrato nos anos $(n-1)$ e n e do valor recolhido para o ano $(n-1)$, aplica-se a tendência do estrato. Com efeito,

$$v_{ij}^n = v_{ij}^{n-1} \times \frac{\overline{v_{jk}^n}}{\overline{v_{jk}^{n-1}}}$$

onde,

v_j^n - valor a ser imputado da variável de ordem j na organização i no ano n ;

v_j^{n-1} - valor da variável de ordem j na organização i no ano $(n-1)$;

$\overline{v_{jk}^n}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano n ;

$\overline{v_{jk}^{n-1}}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano $(n-1)$;

n - ano de referência dos dados;

$n-1$ - ano anterior ao ano de referência dos dados.

Se o valor médio do estrato não existir ou for nulo, para pelo menos um dos anos, opta-se por considerar o rácio da tendência calculado para a totalidade das organizações (sem divisão por estrato). Com efeito,

$$v_{ij}^n = v_{ij}^{n-1} \times \frac{\overline{v_j^n}}{\overline{v_j^{n-1}}}$$

onde,

v_j^n - valor a ser imputado da variável de ordem j na organização i no ano n ;

v_j^{n-1} - valor da variável de ordem j na organização i no ano $(n-1)$;

$\overline{v_j^n}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano n ;

$\overline{v_j^{n-1}}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano $(n-1)$;

n - ano de referência dos dados;

$n-1$ - ano anterior ao ano de referência dos dados.

Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros

Dados os serviços prestados por estas instituições na gestão e proteção do ambiente, cujo papel de combate aos fogos florestais é de importância vital para a conservação e proteção da natureza e das espécies, afigurou-se indispensável recolher diretamente informação sobre as mesmas. À semelhança da edição de 2012, o INE continua a utilizar dados de fonte administrativa proveniente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), entidade responsável pela criação e manutenção do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses. Uma vez que as atribuições da ANPC se restringem às associações humanitárias de bombeiros e respetivos corpos de bombeiros do território continental, o INE realizou, em simultâneo, o “Inquérito às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros” (IEDCB) junto dos corpos de bombeiros dependentes dos municípios e de entidades privadas do Continente com base no ficheiro cedido pela ANPC, e das regiões autónomas, para recolha de dados físicos e financeiros relativos às atividades desenvolvidas.

O inquérito é anual e efetuado por via Web. A taxa de resposta do inquérito obtida na edição de 2013 foi de 100%. No que se refere aos dados administrativos, a taxa de resposta da componente física foi de 100%, enquanto a componente financeira situou-se nos 91,5%.

Tratamento de não resposta: para colmatar a ausência de resposta das associações inquiridas foi efetuada a imputação de não respostas para as entidades detentoras de corpos de bombeiros que não responderam aos dados financeiros no ano n (ano de referência) e é feita variável a variável, apenas quando existe informação recolhida para o ano $(n-1)$.

À partida o volume de negócios (VVN) das entidades detentoras de corpos de bombeiros tem influência nos seus gastos, rendimentos e investimentos. Tendo em consideração esta situação procedeu-se à estratificação dos dados por VVN. A variável VVN foi analisada para a criação de escalões, sendo estes construídos a partir dos valores do primeiro, segundo e terceiro quartis (Q1, Q2 e Q3, respetivamente).

Inicialmente é feita uma organização dos dados pelos 4 escalões do VVN que constituem os estratos para efeitos de imputação:

EVVN	VVN
1	<Q1
2	[Q1; Q2[
3	[Q2; Q3[
4	>=Q3

Imputação pela tendência do estrato

. Havendo informação do valor médio do estrato nos anos $(n-1)$ e n e do valor recolhido para o ano $(n-1)$, aplica-se a tendência do estrato. Com efeito,

$$v_{ij}^n = v_{ij}^{n-1} \times \frac{\overline{v_{jk}^n}}{\overline{v_{jk}^{n-1}}}$$

onde,

v_j^n - valor a ser imputado da variável de ordem j na unidade estatística i no ano n ;

v_j^{n-1} - valor da variável de ordem j na unidade estatística i no ano $(n-1)$;

$\overline{v_j^n}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano n ;

$\overline{v_j^{n-1}}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano $(n-1)$;

n - ano de referência dos dados;

$n-1$ - ano anterior ao ano de referência dos dados.

. Se o valor médio do estrato não existir ou for nulo, para pelo menos um dos anos, opta-se por considerar o rácio da tendência calculado para a totalidade das unidades estatísticas (sem divisão por estrato). Com efeito,

$$v_{ij}^n = v_{ij}^{n-1} \times \frac{\overline{v_j^n}}{\overline{v_j^{n-1}}}$$

onde,

v_j^n - valor a ser imputado da variável de ordem j na unidade estatística i no ano n ;

v_j^{n-1} - valor da variável de ordem j na unidade estatística i no ano $(n-1)$;

$\overline{v_j^n}$ - valor médio da variável de ordem j no ano n ;

$\overline{v_j^{n-1}}$ - valor médio da variável de ordem j no ano $(n-1)$;

n - ano de referência dos dados;

$n-1$ - ano anterior ao ano de referência dos dados.

13.1.5 – Estatísticas dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais

Os dados económicos disponibilizados do Continente são dados administrativos provenientes do Sistema de Informação de Avaliação da Qualidade de Serviço instituído pela Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Para algumas entidades gestoras em alta houve a necessidade de separar as atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e utilizou-se a variável “volume de negócios” (VVN) dessas entidades. Tendo em consideração que a variável “vendas” é mais significativa no serviço de abastecimento de água enquanto a “prestações de serviços” é no saneamento de águas residuais, calculou-se o peso destas variáveis no total do VVN e aplicou-se a percentagem obtida às restantes variáveis.

A informação da Região Autónoma dos Açores foi disponibilizada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) enquanto a da Região Autónoma da Madeira foi obtida por inquérito junto das entidades gestoras da região. A informação dos Açores é recolhida através do SRIR.

13.1.6 - Estatísticas dos Resíduos Urbanos

Os dados reportados foram disponibilizados pela APA e resultam da informação reportada pelas entidades gestoras de sistemas de gestão de resíduos urbanos no sistema SIRAPA/MRRU. Os resíduos urbanos contabilizados como submetidos a valorização orgânica inclui dados de recolha indiferenciada e de recolha seletiva.

13.1.7 - Estatísticas dos Resíduos Setoriais

As Estatísticas de Resíduos Setoriais pretendem retratar e quantificar a produção e gestão de resíduos em Portugal, desde a sua origem por atividade económica até ao seu destino final por operação de gestão de resíduos. No passado, o INE desenvolveu ações e parcerias com entidades da administração pública de modo a permitir o uso de dados administrativos que hoje em dia são recolhidos via internet pelo Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER) no caso do Continente e Madeira, e Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR), no caso dos Açores. Anteriormente, esses dados eram obtidos em suporte papel pelos mapas de Registo de Resíduos Industriais. Assim, esta operação passa essencialmente pela recolha de dados administrativos realizada com periodicidade anual, através da internet, dirigida aos produtores de resíduos e aos operadores de gestão de resíduos em Portugal.

Em termos genéricos, os dados obtidos pelo SIRER+SRIR e utilizados pelo INE referem-se às quantidades de resíduos gerados pelos mais diversos sectores de atividade económica e classificados de acordo com a Lista Europeia de Resíduos (LER) e consequentes destinos, segundo as operações de gestão a que são submetidos.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) desenvolve um procedimento de apuramento e estimação de resultados, para contornar algumas das limitações nos meios de recolha de dados, que é efetuado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e Direção Regional de Ambiente dos Açores (DRA). No entanto, as taxas de resposta baixas aliadas aos problemas de validação da base de registo SIRER+SRIR traduzem-se num significativo enviesamento de resultados. Assim, a revisão da série das estatísticas de resíduos setoriais para o período 2008-2012 tem por objetivo perceber e corrigir algumas das inconsistências detetadas, bem como aumentar a qualidade de resultados produzidos.



13.1.7.1 - Estimação de resultados

As especificações da base de registo SIRER+SRIR não correspondem exatamente às especificações do plano de apuramentos do regulamento das estatísticas dos resíduos. Verifica-se um desfasamento de âmbito, dado que o contexto dos respondentes da base de dados SIRER+SRIR não compreende totalmente o contexto das atividades englobadas pelo regulamento. Assim, o INE define o universo de empresas a considerar e seleciona, sobre esse universo, uma amostra de empresas que é disponibilizada à APA e DRA para considerarem como respondentes prioritários e minimamente exigíveis, que garantem os pressupostos definidos no regulamento das estatísticas dos resíduos.

13.1.7.2 - Universo e Base de Amostragem

A definição do universo de referência e constituição da respetiva base de amostragem passam pela identificação de 3 grandes grupos de unidades legais ativas no Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) do INE, segundo a dimensão por número de pessoas ao serviço (NPS) e por setor de atividade económica.

Agrupamento 1 – Operadores de gestão de resíduos

Conjunto de unidades com 0 ou mais pessoas ao serviço pertencentes aos seguintes setores económicos:

Divisão 38 | Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais

Divisão 39 | Descontaminação e atividades similares

Classe 4677 | Comércio por grosso de desperdícios e sucata

Agrupamento 2 – Produtores de resíduos industriais e hospitalares

Conjunto de unidades com 10 ou mais pessoas ao serviço pertencentes aos seguintes setores económicos:

Secção B | Indústria extrativa

Secção C | Indústria transformadora

Secção D | Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

Secção E | Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de despoluição (exceto Divisão 38 e 39)

Grupo 562 | Atividades de catering

Subclasse 84121 | Administração Pública: atividades de saúde

Divisão 86 | Atividades de saúde humana

Grupo 871 | Cuidados continuados integrados com alojamento

Grupo 872 | Cuidados para pessoas com doenças do foro mental e abuso de drogas com alojamento

Agrupamento 3 – Produtores de resíduos de atividades agrícolas, pescas, construção, comércio e serviços

Conjunto de unidades com 10 ou mais pessoas ao serviço pertencentes aos seguintes setores económicos:

Secção A | Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

Secção F | Construção

Secção G | Comércio por grosso e a retalho (exceto Classe 4677)

Secção H | Transportes e armazenagem

Secção I | Alojamento, restauração e similares (exceto Grupo 562)

Secção J | Atividades de informação e de comunicação

Secção K | Atividades financeiras e de seguros

Secção L | Atividades imobiliárias

Secção M | Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

Secção N | Atividades administrativas e dos serviços de apoio

Secção O | Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (exceto Subclasse 84121)

Secção P | Educação

Divisão 87 | Atividades de apoio social com alojamento (exceto Grupo 871 e Grupo 872)

Divisão 88 | Atividades de apoio social sem alojamento

Secção R | Atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas

Secção S | Outras atividades de serviços

Secção T | Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio

Secção U | Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

A secção U não pertence à base de amostragem (BA), uma vez que não pertence ao universo de referência do Sistema de Gestão de Universos e Amostras (SIGUA). Além desta secção também a T deixou de fazer parte da BA, desde o início de 2012.

13.1.7.3 - Estratificação da Amostra

Para efeitos de seleção da amostra, considera-se a base de amostragem constituída pelos 3 agrupamentos, definidos no ponto anterior, estratificada pelo cruzamento de 3 variáveis: classificação CAE Rev. 3, NUTS I e número de pessoas ao serviço (NPS).

Classificações de CAE Rev.3 (139 agrupamentos):

(1) Divisão 38; (2) Divisão 39; (3) Classe 4677; (4) Grupo 051; (5) Grupo 052; (6) Grupo 061; (7) Grupo 062; (8) Grupo 071; (9) Grupo 072; (10) Grupo 081; (11) Grupo 089; (12) Grupo 091; (13) Grupo 099; (14) Grupo 101; (15) Grupo 102; (16) Grupo 103; (17) Grupo 104; (18) Grupo 105; (19) Grupo 106; (20) Grupo 107; (21) Grupo 108; (22) Grupo 109; (23) Grupo 110; (24) Grupo 120; (25) Grupo 131; (26) Grupo 132; (27) Grupo 133; (28) Grupo 139; (29) Grupo 141; (30) Grupo 142; (31) Grupo 143; (32) Grupo 151; (33) Grupo 152; (34) Grupo 161; (35) Grupo 162; (36) Grupo 171; (37) Grupo 172; (38) Grupo 181; (39) Grupo 182; (40) Grupo 191; (41) Grupo 192; (42) Grupo 201; (43) Grupo 202; (44) Grupo 203; (45) Grupo 204; (46) Grupo 205; (47) Grupo 206; (48) Grupo 211; (49) Grupo 212; (50) Grupo 221; (51) Grupo 222; (52) Grupo 231; (53) Grupo 232; (54) Grupo 233; (55) Grupo 234; (56) Grupo 235; (57) Grupo 236; (58) Grupo 237; (59) Grupo 239; (60) Grupo 241; (61) Grupo 242; (62) Grupo 243; (63) Grupo 244; (64) Grupo 245; (65) Grupo 251; (66) Grupo 252; (67) Grupo 253; (68) Grupo 254; (69) Grupo 255; (70) Grupo 256; (71) Grupo 257; (72) Grupo 259; (73) Grupo 261; (74) Grupo 262; (75) Grupo 263; (76) Grupo 264; (77) Grupo 265; (78) Grupo 266; (79) Grupo 267; (80) Grupo 268; (81) Grupo 271; (82) Grupo 272; (83) Grupo 273; (84) Grupo 274; (85) Grupo 275; (86) Grupo 279; (87) Grupo 281; (88) Grupo 282; (89) Grupo 283; (90) Grupo 284; (91) Grupo 289; (92) Grupo 291; (93) Grupo 292; (94) Grupo 293; (95) Grupo 301; (96) Grupo 302; (97) Grupo 303; (98) Grupo 304; (99) Grupo 309; (100) Grupo 310; (101) Grupo 321; (102) Grupo 322; (103) Grupo 323; (104) Grupo 324; (105) Grupo 325; (106) Grupo 329; (107) Grupo 331; (108) Grupo 332; (109) Divisão 35; (110) Divisão 36; (111) Grupo 562;



(112) Subclasse 84121; (113) Divisão 86; (114) Grupo 871; (115) Grupo 872; (116) Divisão 01;
 (117) Divisão 02; (118) Divisão 03; (119) Divisão 41; (120) Divisão 46; (121) Divisão 45;
 (122) Divisão 49; (123) Divisão 50; (124) Divisão 51; (125) Divisão 52; (126) Divisão 53;
 (127) Divisão 55; (128) Divisão 56; (129) Divisão 58; (130) Divisão 64; (131) Divisão 68;
 (132) Divisão 69; (133) Divisão 77; (134) Divisão 84; (135) Divisão 85; (136) Divisão 87;
 (137) Divisão 88; (138) Divisão 90; (139) Divisão 94;

Classes NUTS I (3 agrupamentos):

Continente

Região Autónoma dos Açores

Região Autónoma da Madeira

Escalões de NPS (5 agrupamentos):

[0, 10[pessoas ao serviço;

[10, 50[pessoas ao serviço;

[50, 100[pessoas ao serviço;

[100, 250[pessoas ao serviço;

≥ 250 pessoas ao serviço;

13.1.7.4 - Dimensionamento e Seleção da Amostra

O dimensionamento da amostra é feito estabelecendo um nível máximo de variabilidade, na variável volume de negócios (VVN), em determinadas grupos, que se definem pelas variáveis de estratificação.

Assim, considera-se, à priori, um coeficiente de variação máximo de 10% para o VVN, em cada uma das classificações CAE Rev. 3. Em 2012 foi utilizado o mesmo critério para o cruzamento das classificações CAE Rev.3 com as regiões NUTS I.

Consideraram-se exaustivos os estratos que verifiquem uma das seguintes condições:

Empresas pertencentes ao agrupamento 1;

Empresas pertencentes ao agrupamento 2; Empresas com 100 ou mais pessoas ao serviço nos setores de atividade do agrupamento 3.

Nos estratos não exaustivos a dimensão da amostra é determinada pela alocação ótima de Neyman:

$$n_h = \frac{N_h S_h \sqrt{X_h}}{\sum_i^H N_i S_i \sqrt{X_i}}$$

em que:

h – índice do estrato

n_h – dimensão da amostra no estrato h

N_h – dimensão do universo no estrato h

S_h – desvio-padrão da variável VVN no estrato h

n – dimensão total da amostra na secção

H – número total de estratos no universo

X_h – total do VVN no estrato h

Em cada estrato impõe-se ainda uma dimensão mínima de 5 empresas.

A amostra é selecionada pelo método da amostragem estratificado, selecionando-se aleatoriamente o número de empresas dimensionado em cada estrato de forma independente.

13.1.7.5 - Resultados da Recolha

Com base no desenho amostral definido, a informação é recolhida por via administrativa através das aplicações SIRER (Continente e Madeira) e SRIR (Açores). Todo o processo de recolha de dados e respetivas insistências é desenvolvido pela APA e pela DRA nos Açores.

Efetivamente, os erros num estudo por amostragem interferem na qualidade dos resultados, que podem ficar significativamente comprometidos pelos erros amostrais (pelo facto de só estarmos a observar parte da população) e não amostrais. Os primeiros podem ser controlados e diminuídos por um desenho amostral adequado. Já em relação aos segundos, estes dependem de questões não relacionadas com o desenho amostral, como a recolha e o processamento dos dados.

No modelo atual de recolha existem alguns erros mitigados pela validação pós-recolha e inerentes às baixas taxas de resposta. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de resposta de 2008 a 2011.

Figura 13.7 - Taxa de resposta por anos

Ano	Base de amostragem	Amostra	Parte amostral	Parte exaustiva	Respostas	Respostas		% Resposta		
						Parte amostral	Parte exaustiva	Global	Parte amostral	Parte exaustiva
2008	64 089	-	-	-	10 279	-	-	16%	-	-
2009	67 577	-	-	-	10 687	-	-	16%	-	-
2010	69 601	27 173	5 566	21 607	8 157	709	7 448	30%	13%	34%
2011	66 544	24 502	3 465	21 037	7 532	487	7 045	31%	14%	33%
2012	48 555	21 438	3 741	17 697	18 027	2 183	15 844	84%	58%	90%
2013	43 716	20 651	4 286	16 365	17 601	2 727	14 874	85%	64%	91%

Uma das principais preocupações com a série das estatísticas de resíduos reside no facto dos respondentes poderem ter características bastante diferentes dos não respondentes e portanto, os dados recolhidos não traduzirem a realidade do universo de referência. Estudos anteriores mostram que as empresas que mais respondem são as que têm maiores valores de VVN e de NPS.

Os erros não amostrais podem dar origem a um forte enviesamento nos resultados, diminuindo a precisão das estimativas dos resíduos. É nesse sentido que se optou por fazer uma revisão da série, de 2008 a 2012, para tornar os resultados mais consistentes e próximos da realidade temporal.

13.1.7.6 - Revisão da Série

Numa primeira fase, a revisão da série consistiu em estudar a variação dos resíduos por categoria de atividade económica (listagem a seguir) e ano, com especial ênfase nos anos 2009 a 2011.

Categoria 1 - Agricultura e florestas: divisões 01-02

Categoria 2 - Pescas: divisão 03

Categoria 3 - Indústrias extrativas: divisões 05-09

Categoria 4 - Alimentação, bebidas e tabaco: divisões 10-12

Categoria 5 - Têxteis e pele: divisões 13-15

Categoria 6 - Madeira e cortiça: divisão 16

Categoria 7 - Pasta, papel, cartão, impressão e suportes gráficos: divisões 17-18

Categoria 8 - Petrolíferas: divisão 19

Categoria 9 - Químicas, farmacêuticas, borracha e plásticos: divisões 20-22

Categoria 10 - Minerais não metálicos: divisão 23

Categoria 11 - Indústria metalúrgica de base e de produtos: divisões 24-25



Categoria 12 - Fabricação de máquinas, equipamentos e materiais: divisões 26-30

Categoria 13 - Fabricação de mobiliário, outras indústrias e materiais: divisões 31-33

Categoria 14 - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio: divisão 35

Categoria 15 - Captação e distribuição de água: divisões 36-37, 39

Categoria 16 - Gestão e valorização de resíduos: divisão 38

Categoria 17 - Construção: divisões 41-43

Categoria 18 - Comércio e manutenção de automóveis: divisão 45

Categoria 19 - Comércio de sucatas e desperdícios: classe 4677

Categoria 20 - Transportes e armazenagem: divisões 49-53

Categoria 21 - Catering: grupo 562

Categoria 22 - Atividades de saúde humana: divisão 86

Categoria 23 - Comércio e serviços: restantes atividades

Para além disso, consideraram-se as bases com as empresas comuns aos vários anos, no sentido de se avaliar e detetar taxas de variação díspares (entre anos consecutivos).

Da análise desenvolvida percebeu-se que os diferentes procedimentos poderiam alisar algumas inconsistências mas outras residiam ou intensificavam-se. Este já seria um resultado esperado porque se verificam limitações nestes dados administrativos, quer ao nível de taxa de resposta, quer ao nível da validação de respostas.

Numa segunda fase, a possibilidade de utilização/atualização dos dados dos produtores que são reportados pelos operadores de gestão de resíduos possibilitou uma nova abordagem na série de 2008 a 2012. De facto, esta informação adicional permitiu tanto validar algumas respostas assim como incrementar as taxas de resposta.

13.1.7.6 - Metodologia

A metodologia de revisão da série 2008-2012 passa pela implementação de regras de imputação de não respostas, pelo complemento da informação, pela análise e correção de inconsistências verificadas nos dados, que se aplicam em duas fases distintas.

Fase I

A primeira fase de revisão da série de resíduos baseou-se na análise das bases de dados de empresas e de resíduos, com e sem imputação de não respostas, com a seguinte sequência de análise e correção:

1. Análise das estatísticas de ordem e das medidas de dispersão para as bases de recolha, das entidades respondentes e dos resíduos, de 2009 a 2011 sem imputação de não respostas.
2. Análise comparativa e correção das quantidades de resíduos.

Nesta análise consideram-se as bases completas, com imputação de não respostas, e calcula-se a taxa de variação¹, face ao ano anterior. A taxa de variação esperada é calculada por estrato, que cruza 23 categorias da CAE Rev. 3, com 3 escalões de NPS ([0-50[, [50-250[e 250+). O valor esperado obtém-se considerando apenas as empresas que respondem em anos consecutivos e cuja quantidade observada de resíduos está no intervalo compreendido entre o percentil 10 e o percentil 90. Sempre que a diferença entre a taxa de variação observada e a taxa de variação esperada ultrapassa os 30%, em valor absoluto, substitui-se a quantidade de resíduo pelo valor do ano anterior a multiplicar pela respetiva taxa de variação esperada.

3. Análise e correção de valores díspares nas entidades que respondem pela 1ª vez.

Nesta análise consideram-se todas as empresas que não são comuns às bases em anos consecutivos e identificam-se as que apresentam valores mais díspares, considerando o critério abaixo do percentil 10 ou acima do percentil 90, por ano e estrato de referência. Para esses casos, substitui-se o valor observado pela média do respetivo estrato.

¹(Valor ano (n) – Valor ano (n-1) / Valor ano (n-1).

As correções dos possíveis erros identificados, pelos critérios indicados nos pontos 2 e 3, foram aplicadas para a série total de resíduos disponíveis no momento, ou seja, de 2008 a 2011. Para o ano de 2008, pela impossibilidade de se comparar com o ano de 2007, aplicou-se apenas o critério referido no ponto 3.

Fase II

Com a integração da informação proveniente dos operadores de gestão de resíduos decidiu-se implementar 3 abordagens diferentes: Tratamento de outliers, imputação de não respostas e cálculo de ponderadores utilizando apenas dados reportados pelos operadores de gestão de resíduos; Tratamento de outliers, imputação de não respostas e cálculo de ponderadores utilizando os dados integrados de operadores e produtores; Tratamento de outliers e cálculo de ponderadores utilizando os dados integrados de operadores e produtores, sem incluir a imputação de não respostas.

Cálculo de outliers: Foi aplicado o método de sigma gap que revela bons resultados na deteção de outliers quando se está perante variáveis com distribuição assimétrica. De facto a quantidade de resíduo produzida é uma variável com distribuição assimétrica positiva, pelo que o método usual de Tukey, de deteção de outliers, não é o adequado neste contexto. Esta análise foi realizada por estrato, ao nível de escalões da CAE Rev. 3 e grupos da lista europeia de resíduos para fins estatísticos, de acordo com os níveis de difusão disponível na listagem adiante (CodCERStat).

Escalões da CAE:

Divisão 01 a 02;

Divisão 03;

Divisão 05 a 09;

Divisão 10 a 12;

Divisão 13 a 15;

Divisão 16;

Divisão 17 a 18;

Divisão 19;

Divisão 20 a 22;

Divisão 23;

Divisão 24 a 25;

Divisão 26 a 30;

Divisão 35;

Divisão 36, 37 e 39;

Divisão 38;

Divisão 41 a 43;

Divisão 45;

Classe 4677;

Divisões 49 a 53;

Grupo 562;

Divisão 86;

Secção G a U exceto divisões 45, classe 4677, secção H, grupo 562 e divisão 86.

Listagem de códigos CERStat:

- 1 Solvents usados (perigosos)
- 2 Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (não perigosos)
- 3 Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos (perigosos)
- 4 Óleos usados (perigosos)
- 5 Resíduos químicos (não perigosos)
- 6 Resíduos químicos (perigosos)
- 7 Lamas de efluentes industriais (não perigosos)
- 8 Lamas de efluentes industriais (perigosos)
- 9 Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (não perigosos)
- 10 Lamas e resíduos líquidos do tratamento de resíduos (perigosos)
- 11 Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (não perigosos)
- 12 Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos (perigosos)
- 13 Resíduos metálicos ferrosos (não perigosos)
- 14 Resíduos metálicos não ferrosos (não perigosos)
- 15 Mistura de resíduos metálicos ferrosos e não ferrosos (não perigosos)
- 16 Resíduos de vidro (não perigosos)
- 17 Resíduos de vidro (perigosos)
- 18 Resíduos de papel e cartão (não perigosos)
- 19 Resíduos de borracha (não perigosos)
- 20 Resíduos de plásticos (não perigosos)
- 21 Resíduos de madeira (não perigosos)
- 22 Resíduos de madeira (perigosos)
- 23 Resíduos têxteis (não perigosos)
- 24 Resíduos contendo PCB (perigosos)
- 25 Equipamento fora de uso {excluindo item 08.1 e 08.41} (não perigosos)
- 26 Equipamento fora de uso {excluindo item 08.1 e 08.41} (perigosos)
- 27 Veículos fora de uso (não perigosos)
- 28 Veículos fora de uso (perigosos)
- 29 Resíduos de pilhas e acumuladores (não perigosos)
- 30 Resíduos de pilhas e acumuladores (perigosos)
- 31 Resíduos de origem animal de preparados e produtos alimentares (não perigosos)
- 32 Resíduos de origem vegetal (não perigosos)
- 33 Fezes, urina e estrume de animais (não perigosos)
- 34 Resíduos domésticos e similares (não perigosos)
- 35 Mistos e não diferenciados (não perigosos)

- 36 Mistos e não diferenciados (perigosos)
- 37 Resíduos de triagem (não perigosos)
- 38 Resíduos de triagem (perigosos)
- 39 Lamas comuns (não perigosos)
- 40 Resíduos minerais de construção e demolição (não perigosos)
- 41 Resíduos minerais de construção e demolição (perigosos)
- 42 Outros resíduos minerais (não perigosos)
- 43 Outros resíduos minerais (perigosos)
- 44 Resíduos de combustão (não perigosos)
- 45 Resíduos de combustão (perigosos)
- 46 Solos (não perigosos)
- 47 Solos (perigosos)
- 48 Lamas de dragagem (não perigosos)
- 49 Lamas de dragagem (perigosos)
- 50 Resíduos minerais do tratamento de resíduos e resíduos estabilizados (não perigosos)
- 51 Resíduos minerais do tratamento de resíduos e resíduos estabilizados (perigosos)

O método de sigma gap foi desenvolvido no Instituto de Estatísticas do Canadá. É um método intuitivo e computacionalmente rápido, que consiste em calcular a diferença entre dois resíduos consecutivos, devidamente ordenados no estrato, e comparar com k desvio-padrão do estrato. Se a diferença exceder esse valor o resíduo maior é considerado de outlier. Quando um resíduo é identificado como outlier, todos os resíduos de valor maior que esse, dentro do estrato, são também designados de outliers. O valor de k utilizado foi 2.

Imputação de não respostas: O método utilizado foi o do vizinho mais próximo, de acordo com a metodologia apresentada no documento metodológico.

Ponderação: O método de ponderação aplicado seguiu o definido no documento metodológico. Às empresas consideradas outliers foi-lhes atribuída ponderador 1, sendo o remanescente peso do estrato redistribuído pelas restantes empresas (não outliers).

13.1.7.7 - Principais Resultados

Os principais resultados da revisão da série 2008-2012 passam pela análise exploratória das bases de empresas e de resíduos, pela contabilização das taxas de cobertura e de resposta, bem com do número de correções efetuadas nas bases originais de recolha.

Fase I

Numa primeira fase fez-se uma análise das estatísticas de ordem e das medidas de dispersão para as bases de recolha, de empresas e resíduos, de 2009 a 2011. Nesta fase, optou-se por considerar as bases sem imputação de não respostas para que as conclusões da análise não fossem influenciadas por possíveis erros de imputação. Na tabela que se segue, apresentam-se os totais e as médias de resíduos por ano e categoria de atividade económica. As colunas 'T' dizem respeito à totalidade das bases e as colunas 'C' dizem respeito apenas às empresas comuns ao ano anterior.



Figura 13.8 – Médias e totais de resíduos por categoria de atividade económica e ano

CAT	MÉDIA 2009		MÉDIA 2010		MÉDIA 2011		TOTAL 2009		TOTAL 2010		TOTAL 2011	
	T	C	T	C	T	C	T	C	T	C	T	C
1	31	13	20	22	14	15	36 273	12 724	25 656	23 546	17 409	16 513
2	22	24	31	36	~~161~~	~~213~~	2 284	2 222	1 922	1 858	~~15 657~~	~~15 574~~
3	2 695	3 158	797	722	~~585~~	261	~~2 431 014~~	~~2 381 294~~	716 468	565 034	~~483 329~~	193 706
4	110	119	107	113	146	85	419 738	400 142	486 831	431 412	~~633 157~~	322 013
5	24	23	~~362~~	~~419~~	60	31	92 139	68 831	~~1 442 265~~	~~1 296 360~~	235 151	97 110
6	118	109	167	184	109	101	165 253	125 504	238 907	217 516	152 132	122 718
7	395	461	613	588	349	301	1 325 381	1 306 089	~~2 290 251~~	~~1 766 941~~	1 191 726	907 597
8	84	84	122	122	120	123	13 203	13 203	23 577	23 577	21 565	21 564
9	58	62	137	150	155	170	239 449	223 038	612 196	586 083	717 583	689 100
10	231	250	294	204	142	141	779 814	707 374	~~1 065 143~~	615 992	463 360	416 079
11	104	117	92	100	104	104	693 365	651 005	675 568	608 567	734 051	633 881
12	56	54	87	52	59	60	319 291	262 741	~~503 411~~	268 590	365 144	324 210
13	117	141	100	117	169	190	330 290	313 568	324 633	279 038	~~497 674~~	~~447 629~~
14	377	307	~~516~~	~~507~~	329	243	337 863	262 565	~~427 594~~	~~357 784~~	223 256	140 678
15	262	301	260	266	235	246	485 098	453 018	562 663	500 407	500 083	439 316
16	237	232	383	320	~~137~~	~~152~~	427 264	327 970	856 215	526 439	~~253 180~~	~~231 420~~
17	86	103	113	105	82	93	692 407	409 685	746 517	494 445	503 990	407 804
18	10	6	12	8	4	4	165 181	47 195	140 829	62 633	~~39 213~~	~~29 982~~
19	~~351~~	~~488~~	145	166	280	179	176 337	128 939	81 551	50 598	~~154 028~~	53 988
20	30	30	34	23	22	23	100 923	71 449	~~118 546~~	59 901	68 966	61 569
21	70	70	75	74	~~170~~	70	4 684	4 684	6 594	5 078	~~16 855~~	5 077
22	20	17	22	16	15	13	44 512	27 269	~~62 519~~	31 204	~~48 365~~	27 179
23	42	49	~~96~~	~~114~~	23	26	750 426	590 549	~~1 755 929~~	~~1 569 002~~	399 981	346 117

A tabela acima apresenta células com valores rasurados, que correspondem a valores aparentemente inconsistentes. Estes valores ocorrem com empresas comuns mas sobretudo com as bases que consideram as novas respondentes. Nesse sentido, é adotada uma metodologia de correção tanto para as comuns como para as novas, conforme descrito nos pontos 2 e 3 da subsecção 13.1.7.6 – Fase I.

Na tabela seguinte pode-se observar que foram efetuadas correções que rondam os 20% da totalidade de resíduos observados. Grande parte dos dados corrigidos são referentes a empresas que respondem, a pelo menos, dois anos consecutivos, ou seja, as designadas comuns.

Com base nas correções efetuadas, o Serviço de Estatísticas da Agricultura e Ambiente repetiu o cálculo dos ponderadores e das principais estimativas do plano de apuramentos das estatísticas de resíduos. Verificaram-se melhorias na qualidade de informação produzida, no entanto, permaneciam algumas inconsistências, o que levou a avançar com a 2ª fase de correções.

Figura 13.9 – Contabilização das correções na série de resíduos

Ano	Base Resíduos	Dados corrigidos	% Correções	Critério	
				Empresas comuns	Empresas não comuns
2008	124 604	24 374	19,56%	-	24 374
2009	135 125	31 170	23,07%	26 108	5 062
2010	119 632	26 429	22,09%	23 157	3 272
2011	113 198	27 847	24,60%	24 290	3 557

Fase II

A análise dos dados, utilizando exclusivamente a informação disponibilizada pelos operadores de gestão de resíduos para estimação e obtenção de resultados, foi posta de parte por se verificar que, embora a cobertura ao nível do total de produtores fosse aceitável, ao nível do total de resíduos era bastante deficitária.

Na tabela adiante faz-se uma análise comparativa entre o total de empresas reportadas e o total de resíduos reportados exclusivamente pelos produtores ou pela informação integrada de produtores e operadores de gestão de resíduos.

Figura 13.10 – Comparação dados Produtores (PR) vs dados Operadores + Produtores (OP&PR) - total de empresas e total de resíduos

Ano	Conjuntos de dados	Total Empresas	Total Resíduos
2010	PR	12 307	47 169
	PR & OP	14 735	98 694
	Diferença %	16,50	52,21
2011	PR	11 788	45 173
	PR & OP	14 122	96 306
	Diferença %	16,50	53,09
2012	PR	11 102	44 185
	PR & OP	13 494	92 159
	Diferença %	17,70	52,06

Legenda:

PR - dados de produtores de resíduos

OP - dados de operadores de gestão de resíduos

Diferença = $\text{abs}(\text{PR} - \text{OP\&PR})/\text{OP\&PR}$

Assim, optou-se por fazer o tratamento dos dados integrados de produtores e operadores de resíduos. Por uma questão de coerência com os métodos anteriormente aplicados o Serviço de Estatísticas da Agricultura e Ambiente optou pela metodologia com a imputação de dados.

Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de resposta das estatísticas dos resíduos utilizando a informação reportada pelos produtores ou integrando a informação proveniente dos operadores de gestão de resíduos. O incremento da informação proveniente dos operadores tem implicações nas taxas de resposta, que nalguns casos duplicam.

Figura 13.11 – Taxas de resposta com dados de Produtores (PR) vs com dados de Produtores e Operadores (OP&PR)

Ano	Condição amostral	Taxa de Resposta com dados de Produtores	Taxa de Resposta com dados de Produtores e Operadores
			Total
2008	3	15,70%	34,80%
2009	3	15,80%	36,80%
	global	16,90%	40,40%
	1	13,00%	32,40%
2010	2	8,50%	31,60%
	3	34,30%	59,90%
	1 e 3	29,90%	54,20%
	global	18,50%	44,70%
	1	18,40%	38,70%
2011	2	9,80%	35,60%
	3	36,10%	64,00%
	1 e 3	33,60%	60,50%
	global	22,50%	51,10%
	1	16,60%	37,70%
2012	2	12,60%	41,70%
	3	38,90%	68,30%
	1 e 3	35,00%	62,90%

Legenda de condição amostral:

1 - empresas pertencentes a estratos de base amostral selecionadas para a amostra;

2 - empresas pertencentes a estratos de base amostral não selecionadas para a amostra;

3 - empresas pertencentes a estratos exaustivos da amostra;

Verifica-se ainda que as taxas de resposta têm vindo a aumentar ao longo dos anos, tanto ao nível dos produtores como dos operadores de gestão de resíduos, o que é um bom indicador.

13.1.8 - Estatísticas do Movimento Transfronteiriço de Resíduos

Os quantitativos apresentados são dados administrativos registados, resultantes dos procedimentos legais e administrativos de notificação para controlo de transferências de resíduos, podendo não refletir a quantidade real das transferências de resíduos.

As transferências de resíduos da lista verde não estão contabilizadas para os anos de 2007 e 2009, uma vez que, de acordo com o Regulamento (CEE) n.º 259/93 do Conselho, de 1 de fevereiro, não era obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia para as transferências desses resíduos. Só com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 45/2008, transpondo a jurisprudência do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho, começou a ser obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia nas transferências de resíduos da lista verde.

O termo “exportação” utiliza-se apenas para facilidade de interpretação global, tratando-se na realidade de transferências de resíduos para países comunitários e exportação para países terceiros, conforme definido na legislação de referência (Regulamento (CE) n.º 1013/2006).

13.2 - CONCEITOS

Abastecimento de água: um sistema de abastecimento de água é um conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Consideram-se “quantidade e qualidade adequadas” aquelas que satisfazem as exigências quantitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

Acidificação: aumento da acidez do meio resultante da volatilização de diversos compostos, nomeadamente amoníaco, óxidos de azoto e óxidos de enxofre, que provocam a contaminação das chuvas, provocando alterações químicas.

Água captada: Volume de água obtido a partir de captações de água bruta para entrada em instalações de tratamento de água (ou diretamente em sistemas de adução e de distribuição), durante o período de referência.

Água para consumo humano: Água no seu estado original ou após tratamento, destinada a ser bebida, a cozinhar, à preparação de alimentos, à higiene pessoal ou a outros fins domésticos, independentemente da sua origem e da forma como é disponibilizada ao consumidor.

Água segura: corresponde à percentagem de água controlada e de boa qualidade, sendo esta o produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação dos parâmetros sujeitos a controlo de rotina 1, controlo de rotina 2 e controlo de inspeção, tal como definido no Anexo II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

O cumprimento da frequência mínima de amostragem, ou seja, a percentagem de análises realizadas, é calculado em função do número de análises regulamentares obrigatórias:

$$\text{Percentagem de análises efetuadas} = \left(1 - \frac{N.º \text{ de análises em falta}}{N.º \text{ de análises regulamentares obrigatórias}}\right) \times 100$$

A expressão que permite determinar a percentagem de análises em cumprimento do valor paramétrico (VP) é:

$$\text{Percentagem de análises em cumprimento do VP} = \frac{N.º \text{ de análises em cumprimento do VP}}{N.º \text{ de análises realizadas com VP (a)}} \times 100$$

(a) Refere-se a todos os parâmetros com valor paramétrico definido no decreto-lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, exceto os parâmetros acrilamida, epicloridrina, cloreto de vinilo e radioativos.

Atividade de proteção do ambiente: considera-se uma atividade de proteção do ambiente toda a ação, que prossegue um fim de proteção do ambiente. Compreende-se ações que contribuem para a prevenção e diminuição do desgaste provocado no ambiente pela poluição e/ou as atividades que contribuem para adiar o esgotamento dos recursos existentes na natureza. Contam-se nesta última situação, entre outras, tecnologias que permitem o aproveitamento de energias renováveis, produtos ou tecnologias que contribuem para uma redução do consumo de energia, face a outros produtos ou tecnologias convencionais menos onerosas.

Atividade principal: entende-se por atividade principal a de maior importância, medida pelo valor a preços de venda dos produtos vendidos ou produzidos ou dos serviços prestados no período de referência. Na impossibilidade da determinação do maior volume de vendas das atividades exercidas, considera-se como principal a que ocupa com carácter de permanência o maior número de pessoas ao serviço.

Atividade secundária: atividade exercida pela empresa ou estabelecimento para além da atividade principal.

Adequabilidade do tratamento face à qualidade da água bruta: consoante a sua qualidade, as águas superficiais destinadas à produção de água para consumo humano, são classificadas nas categorias A1, A2 e A3, de acordo com as normas de qualidade fixadas no Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto. A cada categoria corresponde um esquema de tratamento distinto, de forma a tornar as águas superficiais aptas para consumo humano (Classe A1 – tratamento físico e desinfecção; Classe A2 – tratamento físico, químico e desinfecção; Classe A3 – tratamento físico, químico de afinação e desinfecção).



Águas residuais: são águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com ação perniciosa para o ambiente. Não são consideradas as águas de arrefecimento.

Área protegida: área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

Aterro: instalação de eliminação para a deposição de resíduos acima ou abaixo da superfície natural (isto é, deposição subterrânea), incluindo: - as instalações de eliminação internas (isto é, os aterros onde o produtor de resíduos efetua a sua própria eliminação de resíduos no local da produção), - uma instalação permanente (isto é, por um período superior a um ano) usada para armazenagem temporária, mas excluindo:

- instalações onde são descarregados resíduos com o objetivo de os preparar para serem transportados para outro local de valorização, tratamento ou eliminação;
- a armazenagem de resíduos previamente à sua valorização ou de tratamento por um período geralmente inferior a três anos;
- a armazenagem de resíduos previamente à sua eliminação por um período inferior a um ano.

Bacharelato: curso de 3 anos, comprovativo de uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas atividades profissionais, conducente ao grau de bacharel.

Biomassa: combustível com origem nos produtos e resíduos da agricultura (incluindo substâncias vegetais e animais), nos resíduos das florestas e indústrias conexas e na fração biodegradável dos resíduos industriais e urbanos.

Bombeiro: indivíduo que está integrado de forma profissional ou voluntária num corpo de bombeiros e tem por atividade cumprir as respetivas missões: proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios; o socorro de feridos, doentes ou náufragos; prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

Bombeiro profissional: bombeiro que exerce a sua atividade em exclusividade ou como profissão principal, mediante um contrato de trabalho, por via do qual aufera a respetiva remuneração.

Bombeiro voluntário: bombeiro que exerce a sua atividade como ocupação secundária, desempenhando outra profissão como atividade profissional.

Cabeça normal: medida pecuária que relaciona os efetivos, convertidos em cabeças normais, em função das espécies e das idades, através de uma tabela de conversão, e, em que, um animal adulto da espécie bovina corresponde a 1 C.N..

Capitação: consumo médio expresso em quilogramas ou litros/habitante, durante o período de referência, tomando para base do seu cálculo a população residente no território a meio ou no fim do ano, consoante o período de referência observado.

Carvão: combustível de cor negra que pode ser um sedimento fóssil orgânico, formado por resíduos de vegetais e solidificado por baixo de camadas geológicas (carvão mineral), ou consistir em madeira carbonizada (pela combustão sem ar, por exemplo), e ser usado para cozinhar e para aquecimento doméstico (carvão vegetal) entre outros fins.

Coesão económica, social e territorial: exprime a solidariedade entre os estados-membros e as regiões da União Europeia, através da qual se favorece o desenvolvimento equilibrado do território comunitário, a redução das diferenças estruturais entre as regiões da União, bem como a promoção de uma verdadeira igualdade de oportunidades entre as pessoas. Concretiza-se através de diversas intervenções financeiras, nomeadamente as dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão.

Compostagem: processo de reciclagem onde se dá a degradação biológica, aeróbica ou anaeróbica, de resíduos orgânicos, de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmida, utilizável em algumas circunstâncias como um condicionador do solo.

Consumo aparente de fertilizantes: total de fertilizantes disponíveis para serem utilizados no mercado interno pelo setor agrícola (inclui eventuais perdas e stocks).

Consumo Interno de Materiais (DMC, na sigla inglesa): mede a quantidade total de materiais diretamente utilizada pela economia. $DMC = DMI - \text{Saídas de materiais (Exportações)}$.

Corpo de Bombeiros: unidade operacional onde se integram os bombeiros que é oficialmente homologada e tecnicamente organizada, preparada e equipada para exercer as missões que lhe são atribuídas.

Corpo de Bombeiros misto: corpo de bombeiros constituído por bombeiros profissionais e voluntários, sujeitos aos respetivos regimes jurídicos, que depende de uma câmara municipal ou de uma associação humanitária de bombeiros e que se organiza de acordo com o modelo definido pela entidade a que está vinculado, nos termos de regulamento aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e depois de ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros.

Corpo de Bombeiros privativo: corpo de bombeiros pertencente a uma pessoa coletiva privada que tem necessidade de criar e manter um corpo profissional de bombeiros com formação adequada, para autoproteção e por motivos relacionados com a sua atividade ou o seu património.

Corpo de Bombeiros profissional: corpo de bombeiros criado e mantido na dependência direta de uma câmara municipal, sendo exclusivamente integrado por bombeiros profissionais.

Corpo de Bombeiros voluntário: corpo de bombeiros pertencente a uma associação humanitária de bombeiros e constituído por bombeiros em regime de voluntariado.

Despesa consolidada: despesa efetuada no setor, sendo eliminados os fluxos entre as diversas unidades componentes do mesmo setor institucional.

Destino final dos resíduos: fase última da sequência de operações (meios e/ou processos) de eliminação e/ou valorização dos resíduos, pela qual se considera que os resíduos sujeitos a um dado tratamento atingiram um grau de nocividade o mais reduzido possível, ou mesmo nulo. Nos casos em que um resíduo é sujeito a operações de eliminação e valorização em simultâneo, deve ser especificado em termos relativos, as quantidades submetidas a cada tipo de operação.

Dirigentes: indivíduos que definem a política geral da empresa/instituição ou que exercem uma função consultiva na organização da mesma. Inclui os diretores setoriais (diretor financeiro, diretor comercial, diretor de produção, etc.). Deverão ser excluídas as pessoas que, embora tendo essas funções não auferem uma remuneração de base.

Doutoramento: processo conducente ao grau de doutor realizado numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo do conhecimento. Consiste na elaboração de uma tese de investigação inovadora e original, contribuindo para o progresso do conhecimento, podendo envolver a prestação de provas complementares quando a regulamentação aplicável o impuser.

Drenagem de águas residuais: entende-se por sistema de drenagem de águas residuais um conjunto de órgãos cuja função é a coleta das águas residuais e o seu encaminhamento até um ponto de rejeição ou de descarga no meio recetor. Durante o percurso pode ocorrer tratamento em estação e/ou instalação adequada, de modo a que a sua deposição no meio recetor (solo ou água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na legislação aplicável. Na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

Efeito de estufa: absorção pela atmosfera de parte da radiação infravermelha emitida pela superfície da Terra em resultado da concentração de gases com efeito de estufa.

Efetivo animal: animais que são propriedade de uma exploração agrícola, bem como os criados sob contrato pela exploração.

Eletricidade: energia produzida por centrais hidroelétricas, nucleares e térmicas convencionais, de ondas e marés, eólicas e solares fotovoltaicas.

Eliminação de resíduos: qualquer operação que visa dar um destino final adequado aos resíduos conforme previsto na legislação em vigor (anexo I listagem de operações de eliminação conforme consta no Decreto-Lei 73/2011 de 17 de junho D.R. Série I N.º 116 de 17 de junho).



Emprego equivalente a tempo completo: o emprego equivalente a tempo completo, que é igual ao número de empregos equivalentes a tempo completo, é definido como o total de horas trabalhadas dividido pela média anual de horas trabalhadas em empregos a tempo completo no território económico.

Empresa: entidade jurídica (pessoa singular e coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias atividades, num ou vários locais.

Energia eólica: energia cinética do vento explorada para a produção de eletricidade em turbinas eólicas.

Energia geotérmica: energia disponível como calor emitido do interior da crosta terrestre, geralmente sob a forma de água quente ou de vapor.

Energia hídrica: energia renovável com fonte na energia potencial resultante dos fluxos de água nos rios.

Energia hidroelétrica: energia potencial e cinética da água convertida em eletricidade em centrais hidroelétricas.

Energia primária: energia que pode ser utilizada diretamente ou que vai ser sujeita a transformação, incluindo a energia utilizada nos processos de transformação e as perdas inerentes a esses processos.

Energia solar fotovoltaica: luz solar convertida em eletricidade pela utilização de células solares geralmente constituídas por material semicondutor que, exposto à luz, gera eletricidade.

Energia solar térmica: calor resultante da radiação solar, podendo vir de centrais solares termoelétricas, de equipamento para a produção de água quente de uso doméstico ou para o aquecimento sazonal de piscinas como por exemplo coletores planos, principalmente do tipo termossifão.

Ensino básico: nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção do aluno em esquemas orientados para a vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

Ensino secundário: nível de educação escolar que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa – Cursos tecnológicos. Ambos os tipos de cursos têm a duração de três anos, correspondentes ao 10, 11º e 12º anos de escolaridade.

Ensino superior: ensino que compreende as universidades, as escolas universitárias não integradas, os institutos politécnicos e as escolas superiores politécnicas não integradas. Nível de ensino que compreende o ensino universitário e o ensino politécnico ao qual têm acesso indivíduos habilitados com um curso do ensino secundário, ou equivalente, que, façam prova de capacidade para a sua frequência, bem como os indivíduos maiores de 25 anos que, não estando habilitados com um curso do ensino secundário ou equivalente, e não sendo titulares de um curso do ensino superior, façam prova, especialmente adequada, para a sua frequência.

Entidade detentora de Corpo de Bombeiros: entidade pública ou privada que cria e mantém em atividade um corpo de bombeiros, de acordo com a legislação em vigor.

Entidade gestora: entidade responsável pela exploração e funcionamento, e eventualmente também pela conceção, construção e manutenção, dos sistemas de abastecimento público de água, dos sistemas de águas residuais e/ou dos sistemas de resíduos urbanos, ou de parte destes sistemas (Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto).

Entrada Direta de Materiais (DMI, na sigla inglesa): é definida como o conjunto de todos os materiais sólidos, líquidos e gasosos (excluindo a água e o ar atmosférico, mas incluindo a água contida nos materiais) que entram na economia para posterior uso nos processos de produção ou de consumo. DMI = Extração interna de materiais + Entradas de materiais (Importações).

Equipamento e instalações fim-de-linha: instalações específicas e/ou equipamentos, ou partes distintas de maquinaria, funcionando no término do processo de produção, destinadas a tratar, prevenir (evitar), reduzir ou medir a poluição.

Estabelecimento: empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Exploração agrícola: unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1. produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais); 3. estar submetida a uma gestão única; 4. estar localizada num local bem determinado e identificável.

Exportação de energia: venda de produtos energéticos com destino a um país estrangeiro.

Fabricação de bens de equipamento: compreende o fabrico de bens de equipamento, que se destinam em regra, a uma utilização prolongada no tempo, e que constituem imobilizados corpóreos adquiridos por outras empresas, organismos públicos, famílias, etc. São equipamentos que no decurso da sua utilização concorrem para um fim de proteção do ambiente, como por exemplo filtros para o tratamento de emissões para a atmosfera, estações de tratamento de águas residuais, equipamentos para triagem e redução de resíduos sólidos, etc.

Fabricação de produtos: considera-se o fabrico de produtos que sejam utilizados e consumidos no decurso de atividades de proteção ambiental, como por exemplo, agentes químicos e biológicos aplicados no tratamento de águas residuais e/ou de resíduos sólidos.

Fertilizante: substâncias utilizadas (adubos e/ou corretivos) com o objetivo de direta ou indiretamente melhorar a nutrição das plantas.

Fluxo de resíduos: agrupamento de resíduos segundo o tipo de produto componente. Identificam-se as diferentes categorias de produtos componentes dos resíduos, tais como: fluxo de resíduos de embalagens, fluxo de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, fluxo de resíduos de pilhas e acumuladores, fluxo de resíduos de pneus, fluxo de resíduos de solventes, fluxo de resíduos de óleos, fluxo de resíduos de veículos em fim de vida, entre outros.

Fonte de energia renovável: fonte de energia não fóssil e não mineral, renovável a partir dos ciclos naturais.

Fornecimentos e serviços externos: todos os custos por aquisição de bens de consumo corrente que não sejam existências e de serviços prestados por entidades externas à unidade estatística de observação.

Fundo de coesão: fundo instituído em 1993 para acelerar a convergência económica, social e territorial da União Europeia, destina-se a países cujo PIB médio por habitante, é inferior a 90% da média comunitária. Este fundo contribui, numa perspetiva de promoção do desenvolvimento sustentável, para o financiamento das intervenções no domínio do ambiente e das redes transeuropeias de transportes nos dez novos Estados Membros, em Espanha, na Grécia e em Portugal.

Fundos estruturais: instrumentos financeiros de política regional da União Europeia. Têm por objetivo reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, incluindo as zonas rurais, com vista a reforçar a sua coesão económica, social e territorial.

Fungicidas: substância ou preparação que destrói os fungos ou impede o seu desenvolvimento.

Gás natural: gás constituído essencialmente por metano, que existe em estado natural em depósitos subterrâneos, associado ao petróleo bruto ou ao gás recuperado das minas de carvão (grisu).

Gestão da poluição: atividades de prevenção, medição, redução, eliminação, correção dos efeitos da poluição e de qualquer outro dano ao ambiente, nomeadamente à atmosfera, solos, rios assim como problemas associados à gestão dos resíduos, poluição sonora e ameaças aos ecossistemas. Notas: Excluem-se medidas tomadas por razões de higiene e segurança dos locais de trabalho ou as que visam o aumento da eficiência (por exemplo a redução de matérias-primas) ou rentabilidade da produção e melhoria da qualidade dos produtos e/ou serviços.

Gestão dos recursos: gestão de recursos de modo sustentável como a conservação de recursos naturais que estão sujeitos a esgotamento pelo consumo humano, visando a limitação ou minimização do seu uso. Notas: Refere-se ao aproveitamento da energia renovável, poupança de energia, gestão da água potável, entre outras atividades.



Herbicidas: produtos químicos, que, pela sua variedade e poder seletivo, atuam nas ervas daninhas procurando não prejudicar o normal desenvolvimento das culturas.

Importação de energia: compra de produtos energéticos a um país terceiro.

Imposto com relevância ambiental: receita obtida pelas Administrações Públicas através da taxação de produtos e serviços cuja base de imposto possa ter um impacto negativo no ambiente. Esta receita provém de pagamentos obrigatórios, sem contrapartida, no sentido em que as Administrações Públicas não oferecem, diretamente, nada em troca à unidade institucional que está a efetuar o pagamento, embora possam usar esses fundos para o fornecimento de bens e serviços para outras unidades institucionais ou para a comunidade como um todo.

Incêndio florestal: combustão não limitada no tempo nem no espaço e que atinge uma área florestal.

Incineração: tratamento térmico de resíduos no qual a energia de matérias combustadas é transformada em energia térmica. Os compostos combustíveis são transformados em gases de combustão que se libertam na forma de gases de chaminé. A matéria inorgânica não combustível mantém-se na forma de escórias ou cinzas volantes.

Intensidade energética: quociente entre o consumo bruto de energia e o Produto Interno Bruto (PIB) (valores anuais). Mede o consumo energético de uma economia e a sua eficiência energética global.

Inquérito exaustivo: são inquiridas a totalidade das unidades estatísticas de um dado universo.

Instalação, montagem e/ou comércio de equipamentos ou produtos concebidos para ações de proteção ambiental: compreende as atividades de construção e instalação de equipamentos aplicados em atividades de proteção ambiental, designadamente: construção e instalação de estações de tratamento de águas residuais, estações de transferência de resíduos e aterros, centrais para aproveitamento de energias renováveis, etc. Compreende ainda atividades de comércio de equipamentos e produtos aplicados em ações de proteção do ambiente, como por exemplo, agentes químicos e biológicos para o tratamento de águas residuais, emissões atmosféricas ou resíduos sólidos.

Inseticida: substância ou preparação usada para controlar e combater insetos.

Investimento: conjunto de importâncias despendidas com a aquisição de imobilizado que a unidade estatística de observação utiliza como meio de realização dos seus objetivos.

Licenciatura: curso de 4 a 6 anos, comprovativo de uma sólida formação científica, técnica e cultural que permita o aprofundamento de conhecimentos numa determinada área do saber e de um adequado desempenho profissional, conducente ao grau de licenciado.

Madeira, resíduos de madeira e outros resíduos sólidos: culturas energéticas (choupo, salgueiro, etc.), matérias lenhosas geradas por um processo industrial (indústria da madeira/papel, em particular) ou fornecidas diretamente pela silvicultura e agricultura (lenha, aparas de madeira, paletes de madeira, casca, serrim, lascas, estilhaços, licor negro etc.), assim como resíduos de palha, cascas de arroz, cascas de nozes, cama de aves de capoeira, borras de uvas esmagadas, entre outros, cujo fim preferencial é a combustão.

Mestrado: curso com a duração máxima de 4 semestres, compreendendo a frequência do curso de especialização e a apresentação de uma dissertação original, comprovativo de um nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e a capacidade para a prática de investigação. Podem candidatar-se ao grau de mestre os indivíduos detentores do grau de licenciado com a classificação mínima de 14 valores ou, excecionalmente, após apreciação curricular, licenciados com classificação inferior.

Milho Bt: planta de milho geneticamente modificada, na qual foi introduzido no seu genoma o gene CrYAb da bactéria de solo *Bacillus thuringiensis* Bt. A presença deste gene faz com que as plantas produzam uma proteína que, quando consumida pelas larvas dos insetos, *Ostrinia nubilalis* e *Sesamia nonagrioides*, vulgarmente chamadas de brocas do milho, é tóxica e provoca-lhes a morte, protegendo, assim, as plantas.

Nível de escolaridade: nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Número médio de pessoas ao serviço: somatório do pessoal ao serviço na última semana completa de cada mês de atividade, a dividir pelo número de meses de atividade da instituição.

Ondas de calor: ocorre uma onda de calor quando num período de 6 dias consecutivos, a temperatura máxima do ar é superior em 5° C ao valor médio das temperaturas máximas diárias no período de referência (1961-1990).

Onda de Frio: ocorre onda de frio quando num período de 6 dias consecutivos, a temperatura mínima do ar é inferior em 5 °C ao valor médio das temperaturas mínimas diárias no período de referência (1961-1990).

Operação de gestão de resíduos: operações que correspondem à recolha, ao transporte, à valorização e à eliminação de resíduos e incluem a supervisão destas operações, a manutenção dos locais de eliminação após encerramento e as medidas tomadas na qualidade de comerciante ou corretor.

Organismo geneticamente modificado: um organismo geneticamente modificado (OGM) é um organismo que foi transformado pela inserção, no seu material genético ou ADN ácido desoxirribonucleico, de um ou mais transgenes. Por transgene entende-se uma sequência de ADN que, por técnicas de engenharia genética, é inserida no ADN de um organismo. Cada transgene é concebido para produzir no organismo recetor o ganho ou a perda de uma função específica.

Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA): associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

Orientação técnico-económica: determina o grau e o tipo de especialização de uma exploração agrícola e é baseada na relação entre as diferentes atividades da exploração (frações da Margem Bruta Padrão total da exploração). Se 2/3 da Margem Bruta Padrão total provém apenas de uma atividade, essa exploração é considerada especializada nessa atividade; se apenas 1/3 da Margem Bruta Padrão total provir de uma atividade, diz-se orientada nessa atividade; finalmente, se a Margem Bruta Padrão total de nenhuma atividade representar 1/3 da MBS total, a exploração é classificada como mista nessas atividades.

Origem subterrânea: são as águas obtidas em nascentes, galerias de minas, poços ou furos, ou seja, águas retidas que podem ser recuperadas, através de uma formação geológica. Todos os depósitos de água permanentes e temporários recarregados natural ou artificialmente no subsolo tendo qualidade suficiente para garantir pelo menos uma utilização sazonal. Esta categoria inclui as camadas freáticas, bem como as camadas profundas sob pressão ou não, contidas em solos porosos ou fraturados. A água subterrânea inclui água injetada, nascentes, concentradas ou difusas, que podem estar submersas. Excluem-se os bancos de filtração (cobertos por águas de superfície).

Origem superficial: são as águas obtidas da água que escorre, ou estagna, à superfície do solo: em cursos de água naturais, tais como rios, ribeiros, regatos, etc., e cursos de águas artificiais tais como canais para rega, uso industrial, navegação, sistemas de drenagem, aluviões (águas subsuperficiais) e reservatórios naturais e artificiais. Excluem-se a água do mar, massas de águas estagnadas permanentes, naturais e artificiais, e as águas das zonas de transição tais como pântanos salobros, lagoas e estuários.

Pessoal ao serviço: pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado durante pelo menos uma hora, independentemente do vínculo que tinham com a instituição.

Pessoal não remunerado: indivíduos que exercem uma atividade na empresa/instituição e que, por não estarem vinculadas por um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, não recebem uma remuneração regular, em dinheiro e/ou géneros pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido.

Pessoal remunerado: indivíduos que exercem uma atividade na empresa/instituição nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, que lhes confere o direito a uma remuneração regular em dinheiro e/ou géneros. Inclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada sendo por esta diretamente remunerados, mas mantendo o vínculo à empresa/instituição de origem. Exclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada, sendo remunerados pela empresa/instituição de origem e mantendo com ela o vínculo laboral.

Pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avalia em 50% ou mais do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com a execução de atividades de gestão e proteção do ambiente.

Pessoas minoritária ou ocasionalmente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avalia em menos de 50% do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com atividades de gestão e proteção do ambiente.



Potencial de efeito de estufa: mede o efeito, nas propriedades de radiação da atmosfera, de 1 tonelada de gás equivalente a CO₂. Uma vez que os vários gases de efeito de estufa têm períodos de vida diferentes, é necessário definir um horizonte temporal para calcular o potencial.

Povoamento florestal: áreas ocupadas por um conjunto de árvores florestais crescendo num dado local, suficientemente homogêneas na composição específica, estrutura, idade, crescimento ou vigor, e cuja percentagem de coberto é no mínimo de 10%, que ocupa uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20 m.

Produtos fitofarmacêuticos: substâncias que se destinam a proteger os vegetais ou os produtos vegetais contra todos os organismos prejudiciais ou a impedir a sua ação. Ex: acaricidas, inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc.

Produtos “verdes”: produtos que, em fase de consumo corrente ou final, são menos poluentes, comparativamente a outros existentes no mercado, e que verifiquem um objetivo de proteção do ambiente (exemplo: gasolina s/chumbo, detergentes sem fosfatos, fuel com baixo teor de sulfurosos, óleo lubrificante biodegradável, etc.).

Quadro ativo: quadro de pessoal constituído pelos elementos aptos para executarem as missões do corpo de bombeiros, em cumprimento das ordens que lhes são determinadas pela hierarquia, bem como das normas e procedimentos estabelecidos, e que estão normalmente integrados em equipas.

Quadro de comando: quadro de pessoal constituído pelos elementos do corpo de bombeiros a quem é conferida a autoridade para organizar, comandar e coordenar as atividades exercidas pelo corpo de bombeiros, incluindo, a nível operacional, a definição estratégica dos objetivos e missões a desempenhar.

Quadros e técnicos médios: quadros e técnicos das áreas administrativas, comercial ou de produção com funções de organização e adaptação da planificação estabelecida superiormente, as quais requerem conhecimentos técnicos de nível médio.

Quadros e técnicos superiores: quadros e técnicos da área administrativa, comercial ou de produção da empresa com funções de coordenação nessas áreas de acordo com planificação estabelecida superiormente, bem como funções de responsabilidade, ambas requerendo conhecimentos técnico-científicos de nível superior.

Qualificação funcional dos recursos humanos: recursos humanos ao serviço da entidade gestora em 31 de Dezembro, segundo a hierarquia funcional utilizada no Balanço Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade e em função do vínculo à entidade patronal. Para o enquadramento dos efetivos nos níveis de qualificação, foi utilizada a classificação estabelecida nos diplomas legais aplicáveis a cada entidade gestora. A imputação do número de funcionários por tipo de serviço é feita segundo os seguintes critérios:

- os funcionários que se dedicam a tarefas apenas sobre um tipo de sistema são imputados nesse tipo;
- os funcionários que executam tarefas sobre mais que um tipo de sistema ou contribuem para a gestão global da entidade gestora, quando ela tem responsabilidade de exploração de mais de um tipo de sistema, são imputados proporcionalmente ao tempo dedicado a cada um.

Inclui todos os trabalhadores ligados à empresa por um contrato de trabalho no período de referência e que auferem do estabelecimento uma remuneração base. Inclui os trabalhadores temporariamente ausentes no período de referência por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como doença e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a 1 mês. Exclui os trabalhadores a cumprir serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas, ausentes por doença ou acidentes de trabalho de duração superior a 1 mês, pagos exclusivamente à comissão, colocados por empresas de trabalho temporário e ao abrigo de um contrato de aprendizagem.

Resíduo setorial: resíduo produzido no exercício de atividades económicas com processos produtivos que geram resíduos diferentes dos resíduos gerados pelas famílias nas suas habitações. Compreende todos os resíduos não abrangidos pelo conceito de resíduo urbano tais como resíduos agrícolas, de construção e demolição, de atividades extrativas e mineiras, hospitalares e industriais.

Resíduo urbano: resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, é semelhante ao proveniente de habitações.

Sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS, sigla em inglês): instrumento de participação voluntária que tem como principais objetivos a promoção de uma melhoria contínua do comportamento ambiental global de uma organização através da conceção e implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, bem como uma avaliação sistemática, objetiva e periódica de desempenho desse mesmo sistema e a prestação de informações relevantes ao público e a outras partes interessadas, através da publicação da Declaração Ambiental.

Superfície agrícola utilizada: superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.

Taxa com relevância ambiental: receita obtida pelas Administrações Públicas através da taxação de produtos e serviços cuja base de imposto possa ter um impacto negativo no ambiente. Uma taxa difere de um imposto no sentido em que as Administrações Públicas usam a receita arrecadada para estabelecer algum tipo de função de regulação (tais como a verificação de competências ou qualificações das entidades envolvidas ou o estabelecimento de sistemas de gestão em diversas áreas que tenham a tendência, no decorrer da sua atividade, para provocar externalidades negativas para a sociedade).

Tecnologias integradas: equipamentos e/ou instalações ou partes de equipamento e/ou instalações, tendo sofrido modificações no sentido da diminuição da poluição. Contrariamente ao equipamento e instalações “Fim de linha”, estes encontram-se integrados no processo de produção. É contabilizado apenas o custo adicional decorrente das especificidades do equipamento ou construção. O valor é estimado, por exemplo, comparando com outras soluções alternativas existentes no mercado, mas que não verifiquem as normas de proteção do ambiente, existentes ou a implementar.

Tecnologias limpas ou menos poluentes: equipamentos e/ou instalações, onde se tenha operado modificações no sentido da diminuição da poluição. Incluem-se igualmente, os equipamentos que permitem uma racionalização de consumo dos recursos naturais, nomeadamente, o recurso água.

Transporte de resíduos: qualquer operação que vise transferir fisicamente os resíduos do local onde é gerado para outro local de destino final (incluindo locais de transferência onde se efetua a triagem ou reacondicionamento dos resíduos). Habitualmente, quando se trata de sistemas urbanos de recolha de resíduos, considera-se que o transporte se inicia após a recolha do último contentor e termina com a descarga dos resíduos na instalação de valorização ou eliminação.

Tratamento de água para abastecimento: processo que torna apta a ser utilizada para consumo humano, a água captada de qualquer fonte.

Tratamento de águas residuais: o tratamento de águas residuais consiste em processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização. A definição do tipo de tratamento consta do anexo XI do regulamento Geral de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais (LNEC/CSPOT versão de 1991). O sistema de lagunagem é considerado tratamento primário, secundário ou terciário, conforme permita tratamentos sucessivamente mais afinados.

Unidade de trabalho (UTA): Unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia).

Variação populacional: diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

Valor da produção de uma atividade agrícola: valor da atividade agrícola (vegetal ou animal) numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração.

Valor da produção padrão total da exploração (VPPT): valor da produção que corresponde à soma dos diferentes valores da produção padrão (VPP) obtidos para cada atividade, multiplicando os VPP unitários pelo número de unidades de área ou de efetivo existentes nessa atividade na exploração.

Valorização de resíduos: qualquer operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor (anexo II de listagem de operações de valorização conforme consta no Decreto-Lei 73/2011 de 17 de junho D.R. Série I N.º 116 de 17 de junho).

Vendas: regista o valor das alienações dos bens (mercadorias; produtos acabados e intermédios; ou subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos) resultantes do desenvolvimento da atividade corrente da empresa.



Volume de negócios: quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às atividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.

Zonas desfavorecidas: áreas designadas por zonas desfavorecidas apresentam condições naturais ou condicionantes ambientais desfavoráveis à atividade agrícola. Segundo o regulamento comunitário Regulamento (CE) N.º 1257/99, as zonas desfavorecidas podem ser classificadas segundo três categorias (zonas desfavorecidas de montanha, zonas desfavorecidas com desvantagens específicas e outras zonas desfavorecidas).

13.3 - NOMENCLATURAS

13.3.1 - Classificação Estatística de Atividades e de Despesas de Proteção do Ambiente

Domínio 1 - Proteção da Qualidade do Ar e Clima

Compreende todas as atividades referentes aos processos de produção, às atividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objetivo é o de reduzir a poluição atmosférica, assim como, às atividades de medição e controle das emissões de gases que afetam a camada do ozono. Inclui-se igualmente, os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias, que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoejamento e outras técnicas, assim como, as atividades que aumentem a dispersão dos gases, por forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos.

Domínio 2 - Gestão de Águas Residuais

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição da água. Inclui-se, igualmente, os sistemas de coletores, canalizações, condutas e bombas destinadas a evacuar as águas residuais desde o seu ponto de produção até à estação de tratamento, ou até ao ponto onde são evacuadas, assim como o tratamento das águas de arrefecimento.

Domínio 3 - Gestão de Resíduos

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através dos resíduos. Inclui-se igualmente, as atividades de recolha dos resíduos pelos serviços municipais ou organismos similares, seja por empresas do setor público ou privado, empresas especializadas ou pela administração pública, assim como, o transporte de resíduos para os centros de tratamento ou de eliminação. A recolha dos resíduos municipais pode ser seletiva (efetuada de uma maneira específica, para um dado produto), ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos), não incluindo os serviços de limpeza (desentulho) no período de Inverno. São também consideradas as atividades de eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioativos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamento físico-químicos, incineração, tratamento biológico ou qualquer outro tipo de tratamento).

Domínio 4 - Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais

Compreende as atividades de proteção do ambiente, implicando a construção, manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, purificação de águas subterrâneas, assim como a proteção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Inclui-se igualmente, as atividades diretamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas, e reforço das instalações de armazenamento e transporte de produtos poluentes, assim como o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as atividades de proteção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e prevenção e correção da salinidade dos solos.

Domínio 5 - Proteção contra Ruídos e Vibrações (exceto proteção dos locais de trabalho)

Compreende medidas e atividades de controlo e redução de ruído ou vibrações, gerados por atividades industriais ou transportes. Atividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.) bem como medidas e ações aplicadas em instalações públicas (piscinas, etc.), escolas, etc., são incluídas. Exclui-se, medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho. Inclui-se as atividades relativas às instalações antirruído: écrans, terraplenagens, tapumes, janelas antirruído, revestimentos das autoestradas ou dos caminhos-de-ferro urbanos.

Domínio 6 - Proteção da Biodiversidade e Paisagem

Compreende as atividades relativas à proteção dos ecossistemas e do “habitat”, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a proteção das paisagens pelo seu valor estético, assim como a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Inclui-se igualmente, as atividades de proteção visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como as atividades de proteção e gestão da floresta, atividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afetadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São, igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, atividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização e limpeza da poluição em sítios aquáticos.



Domínio 7 - **Proteção contra Radiações**

Compreende as atividades que visam reduzir ou eliminar os efeitos nefastos das radiações emitidas por um qualquer emissor, à exceção das centrais nucleares e das instalações militares. Exclui-se as medidas tomadas em locais de trabalho.

Domínio 8 - **Investigação e Desenvolvimento**

Compreende as atividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objetivo de aumentar o stock de conhecimentos humanos, visando a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

Domínio 9 - **Outras Atividades de Proteção do Ambiente**

Compreende as atividades de administração geral e orientação virada para o suporte das decisões tomadas no quadro das atividades de proteção do ambiente, quer seja por unidades públicas ou privadas. Inclui-se igualmente, as atividades cujo principal objetivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação em gestão e proteção do ambiente. São excluídas as atividades do sistema educativo geral.

13.3.2 - Domínios de Ambiente

A. **Gestão da Poluição**

Idem Classificação de Atividades e de Despesas de Proteção do Ambiente (13.3.1).

B. **Gestão de Recursos**

B1 - **Gestão da água**

Domínio da “Gestão de Recursos” referente a atividades de conceção, construção e instalação de sistemas, bem como de serviços vocacionados para a recolha, purificação e distribuição de água potável para consumo humano, para atividades industriais, comerciais entre outras. Notas: Incluem-se atividades de conservação, redução, consumo e melhoria da reutilização da água.

B2 - **Materiais e produtos reciclados**

Domínio da “Gestão de Recursos” que diz respeito à produção de equipamentos, tecnologias, materiais específicos e/ou à conceção, construção, instalação e a prestação de outros serviços relacionados com a produção de novos materiais ou produtos diferenciáveis como reciclados, a partir de resíduos e desperdícios, ou a preparação destes materiais ou produtos para posterior consumo. Notas: Incluem-se o papel reciclado e outros produtos reciclados. Exclui-se a recuperação de energia que se considera no domínio da Gestão e Otimização de Energia.

B3 - **Gestão e otimização de energia**

Domínio da “Gestão de Recursos” que inclui quaisquer atividades de programação, construção e instalação de sistemas, gestão ou prestação de serviços para produção, recolha e/ou transmissão de energia a partir de fontes renováveis, assim como para reduzir o consumo de calor e de energia (redução do uso de vapor) e/ou minimizar as perdas de calor e de energia (co-geração). Notas: A energia renovável tem origem em processos naturais que são constantemente reabastecidos. Existem várias formas de energia renovável com origem direta ou indireta do sol ou do calor gerado nas camadas mais profundas da Terra. Inclui a energia gerada a partir do sol, vento, marés, ondas, geotermia, biogás, biodiesel entre outras fontes.

B4 - **Gestão dos recursos florestais**

Domínio da “Gestão de Recursos” que considera quaisquer atividades relacionadas com programas e projetos de reflorestação e gestão da floresta numa base de sustentação a longo prazo. Notas: Incluem-se a administração e uso da floresta de modo a manter a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração bem como o potencial para preencher funções ecológicas, económicas e sociais não provocando danos aos ecossistemas. Inclui-se a floresta que tenha certificação.

B5 - Outras atividades de gestão de recursos

Domínio da “Gestão de Recursos” que se refere a serviços que envolvam a proteção e gestão de património natural e cultural, ou a educação e interpretação do ambiente natural que não represente uma ameaça ou degradação do mesmo. Notas: Incluem-se atividades relacionadas com a gestão de recursos naturais não incluída em nenhum dos domínios anteriores.

13.3.3 - Operações de Gestão de Resíduos

Operações de Eliminação:

- i) Deposição sobre o solo ou no seu interior, por exemplo em aterro sanitário;
- ii) Tratamento no solo, por exemplo biodegradação de efluentes líquidos ou de lamas de depuração nos solos;
- iii) Injeção em profundidade, por exemplo injeção de resíduos por bombagem em poços, cúpulas salinas ou depósitos naturais;
- iv) Lagunagem, por exemplo descarga de resíduos líquidos ou de lamas de depuração em poços, lagos naturais ou artificiais;
- v) Depósitos subterrâneos especialmente concebidos, por exemplo deposição em alinhamentos de células que são seladas e isoladas umas das outras e do ambiente;
- vi) Descarga em massas de águas, com exceção dos mares e dos oceanos;
- vii) Descarga para os mares e ou oceanos, incluindo inserção nos fundos marinhos;
- viii) Tratamento biológico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii);
- ix) Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii), por exemplo evaporação, secagem ou calcinação;
- x) Incineração em terra;
- xi) Incineração no mar;
- xii) Armazenagem permanente, por exemplo armazenagem de contentores numa mina;
- xiii) Mistura anterior à execução de uma das operações enumeradas de i) a xii);
- xiv) Reembalagem anterior a uma das operações enumeradas de i) a xiii);
- xv) Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de i) a xiv), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada.

Operações de Valorização:

- i) Utilização principal como combustível ou outros meios de produção de energia;
- ii) Recuperação ou regeneração de solventes;
- iii) Reciclagem ou recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes, incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas;
- iv) Reciclagem ou recuperação de metais e de ligas;
- v) Reciclagem ou recuperação de outras matérias inorgânicas;
- vi) Regeneração de ácidos ou de bases;
- vii) Recuperação de produtos utilizados na luta contra a poluição;
- viii) Recuperação de componentes de catalisadores;
- ix) Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos;



- x) Tratamento no solo em benefício da agricultura ou para melhorar o ambiente;
- xi) Utilização de resíduos obtidos em virtude das operações enumeradas de i) a x);
- xii) Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de i) a xi);
- xiii) Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de i) a xii), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada.



Anexos

INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA CONFIDENCIAL E OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9842 VÁLIDO ATÉ 31/12/2014.

IMPA - Inquérito aos Municípios - Proteção do Ambiente

Referência dos dados:

2013

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
 INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
 Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
 Núcleo de Recolha Lisboa 5
 Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa
 Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
 Fax: 218 454 098 / E-mail: ambiente@ine.pt

Resposta eletrónica: <http://webingq.ine.pt/aderentes>

Identificação da unidade estatística

Número de identificação fiscal (NIF) [][][][][][][][] Homepage _____

Designação social _____

Distrito/Ilha _____ Município _____ Freguesia _____

Endereço _____

Localidade _____ Código postal [][][][] - [][][][] _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

II Situação da unidade estatística no período de referência dos dados

Situação na atividade	☒	BC005
Aguarda início de atividade	☐	
Em atividade	☐	
Atividade suspensa em	☐	BC010
Atividade cessada em	☐	
		BC007

Atividade económica principal (CAE Rev. 3) BC001

BC015

Ocorreu algum facto relevante no período de referência dos dados? Sim ☐

Não ☐

Indique qual:

BC025

 Data / /

BC020

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julque convenientes.

BC030

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto

Telephone Fax e-mail

Função

Assinatura _____ Data ____/____/____

Instruções de preenchimento

Arredondamentos dos dados financeiros (euro):

1º Os valores monetários devem ser expressos em euros sem decimais;

2º Os arredondamentos devem ser feitos por excesso quando as décimas forem iguais ou superiores a 5, e por defeito, quando forem inferiores.

3º Os valores devem ser inscritos à direita:

Correto

Incorreto

Exemplo: 370.65 euros

					3	7	1

			3	7	1	



Instruções

Domínio "Proteção da Qualidade do Ar e Clima" - Compreende todas as atividades referentes aos processos de produção, às atividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objetivo é o de reduzir a poluição atmosférica. Inclui ainda as atividades de medição e controle das emissões de gases que afetam a camada do ozono, assim como, as atividades que aumentem a dispersão dos gases, de forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos. Compreende igualmente os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoejamento e outras técnicas.

2 Proteção do Ar e Clima	Cod	EUROS
2.1 Receitas Correntes (2.1.1 + ... + 2.1.7)	2005	
2.1.1 Taxas de poluição do ar (04.01.23.99)	2010	
2.1.2 Multas por poluição do ar (04.02.04)	2015	
2.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	2020	
2.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	2025	
2.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	2030	
2.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	2035	
2.1.7 Outras receitas correntes	2040	
2.2 Receitas de Capital (2.2.1 + ... + 2.2.6)	2045	
2.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	2050	
2.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	2055	
2.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	2060	
2.2.4 Ativos financeiros (11)	2065	
2.2.5 Passivos financeiros (12)	2070	
2.2.6 Outras receitas de capital	2075	
2.3 Total das Receitas (2.1 + 2.2)	2080	
2.4 Despesas Correntes (2.4.1 + ... + 2.4.5)	2085	
2.4.1 Despesas com o pessoal (01)	2090	
2.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	2095	
2.4.3 Transferências correntes (04)	2100	
2.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	2105	
2.4.5 Outras despesas correntes	2110	
2.5 Despesas de Capital (2.5.1 + ... + 2.5.5)	2115	
2.5.1 Investimentos (07.01)	2120	
2.5.2 Transferências de capital (08)	2125	
2.5.3 Ativos financeiros (09)	2130	
2.5.4 Passivos financeiros (10)	2135	
2.5.5 Outras despesas de capital	2140	
2.6 Total das Despesas (2.4 + 2.5)	2145	
2.7 Observações:	2150	



Instruções

Domínio "Gestão de Resíduos" - Compreende as modificações nos processos de produção, a adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através de resíduos. Incluem-se igualmente, as atividades de recolha de resíduos pelos serviços municipais, o transporte de resíduos para os centros de tratamento, estações de triagem, empresas de valorização ou de eliminação. Inclui a varredura e limpeza urbana. A recolha de resíduos municipais pode ser seletiva (efetuada de uma maneira específica, para um dado produto) ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos). São também consideradas as atividades de tratamento e eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioativos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamentos físico-químicos, incineração, tratamento biológico, colocação em aterro ou qualquer outro tipo de tratamento).

► **3.6.3 Transferências correntes e 3.7.4 Transferências de capital** - devem ser incluídas as verbas que a Câmara Municipal transfere para os serviços municipalizados no âmbito deste domínio.

3 Gestão de Resíduos		Cod	EUROS
Identifique com um X a(s) atividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:			
	Sim	Não	Se respondeu <u>Não</u> , indique a entidade gestora:
3.1 Recolha indiferenciada e seletiva	☐	☐	
3.2 Tratamento de resíduos	☐	☐	
3.3 Receitas Correntes (3.3.1 + ... + 3.3.7)		3015	
3.3.1 Taxas de resíduos sólidos (04.01.23.99)		3020	
3.3.2 Multas por despejos ilegais de resíduos (04.02.04)		3025	
3.3.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)		3030	
3.3.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)		3035	
3.3.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)		3040	
3.3.6 Venda de bens e serviços correntes - tarifas de resíduos sólidos (07.02.09.02)		3045	
3.3.7 Outras receitas correntes		3050	
3.4 Receitas de Capital (3.4.1 + ... + 3.4.6)		3055	
3.4.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)		3060	
3.4.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)		3065	
3.4.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)		3070	
3.4.4 Ativos financeiros (11)		3075	
3.4.5 Passivos financeiros (12)		3080	
3.4.6 Outras receitas de capital		3085	
3.5 Total das Receitas (3.3 + 3.4)		3090	
3.6 Despesas Correntes (3.6.1 + ... + 3.6.5)		3095	
3.6.1 Despesas com o pessoal (01)		3100	
3.6.2 Aquisição de bens e serviços (02)		3105	
3.6.3 Transferências correntes (04)		3110	
3.6.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)		3115	
3.6.5 Outras despesas correntes		3120	
3.7 Despesas de Capital (3.7.1 + ... + 3.7.7)		3125	
3.7.1 Investimentos - Infraestruturas para tratamento de resíduos sólidos (07.01.04.11)		3130	
3.7.2 Investimentos - Material de transporte para a recolha de resíduos (07.01.06.01)		3135	
3.7.3 Investimentos - Equipamento básico de recolha de resíduos (07.01.10.01)		3140	
3.7.4 Transferências de capital (08)		3145	
3.7.5 Ativos financeiros (09)		3150	
3.7.6 Passivos financeiros (10)		3155	
3.7.7 Outras despesas de capital		3160	
3.8 Total das Despesas (3.6 + 3.7)		3165	
3170	3.9 Observações:		



Instruções

Domínio "Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais" - Compreende as atividades de proteção do ambiente, implicando a construção, a manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, a purificação de águas subterrâneas, assim como, a proteção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Incluem-se igualmente as atividades diretamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, à instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas e reforço das instalações de armazenamento, e ao transporte de produtos poluentes, assim como, o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as atividades de proteção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e de prevenção e correção da salinidade dos solos.

Nota: Excluem-se as atividades de abastecimento de água, de gestão de águas residuais e de proteção da biodiversidade e paisagens .

4 Prot. e Recup. dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais	Cod	EUROS
4.1 Receitas Correntes (4.1.1 + ... + 4.1.7)	4005	
4.1.1 Taxas de poluição dos solos, de águas subterrâneas e superficiais (04.01.23.99)	4010	
4.1.2 Multas por poluição dos solos, de águas subterrâneas e superficiais (04.02.04)	4015	
4.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	4020	
4.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	4025	
4.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	4030	
4.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	4035	
4.1.7 Outras receitas correntes	4040	
4.2 Receitas de Capital (4.2.1 + ... + 4.2.6)	4045	
4.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	4050	
4.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	4055	
4.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	4060	
4.2.4 Ativos financeiros (11)	4065	
4.2.5 Passivos financeiros (12)	4070	
4.2.6 Outras receitas de capital	4075	
4.3 Total das Receitas (4.1 + 4.2)	4080	
4.4 Despesas Correntes (4.4.1 + ... + 4.4.5)	4085	
4.4.1 Despesas com o pessoal (01)	4090	
4.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	4095	
4.4.3 Transferências correntes (04)	4100	
4.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	4105	
4.4.5 Outras despesas correntes	4110	
4.5 Despesas de Capital (4.5.1 + ... + 4.5.5)	4115	
4.5.1 Investimentos (07.01)	4120	
4.5.2 Transferências de capital (08)	4125	
4.5.3 Ativos financeiros (09)	4130	
4.5.4 Passivos financeiros (10)	4135	
4.5.5 Outras despesas de capital	4140	
4.6 Total das Despesas (4.4 + 4.5)	4145	
4.7 Observações:	4150	



Instruções

Domínio "Proteção contra Ruídos e Vibrações" - Compreende as medidas e as atividades de controlo e redução de ruído ou vibrações gerados por atividades industriais ou transportes. São incluídas as atividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.), bem como medidas e ações, desenvolvidas com o mesmo objetivo, e aplicadas em instalações públicas (piscinas, escolas, etc.). Incluem-se as atividades relativas às instalações antirruído (ecrãs, terraplanagens, tapumes, janelas antirruído, revestimentos das autoestradas, dos caminho-de-ferro urbanos e aeroportos), bem como, as verbas relacionadas com a elaboração e monitorização das cartas de ruído. Excluem-se as medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho.

5 Proteção Contra Ruídos e Vibrações	Cod	EUROS
5.1 Receitas Correntes (5.1.1 + ... + 5.1.7)	5005	
5.1.1 Taxas de poluição sonora (04.01.23.99)	5010	
5.1.2 Multas por poluição sonora (04.02.04)	5015	
5.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	5020	
5.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	5025	
5.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	5030	
5.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	5035	
5.1.7 Outras receitas correntes	5040	
5.2 Receitas de Capital (5.2.1 + ... + 5.2.6)	5045	
5.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	5050	
5.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	5055	
5.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	5060	
5.2.4 Ativos financeiros (11)	5065	
5.2.5 Passivos financeiros (12)	5070	
5.2.6 Outras receitas de capital	5075	
5.3 Total das Receitas (5.1 + 5.2)	5080	
5.4 Despesas Correntes (5.4.1 + ... + 5.4.5)	5085	
5.4.1 Despesas com o pessoal (01)	5090	
5.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	5095	
5.4.3 Transferências correntes (04)	5100	
5.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	5105	
5.4.5 Outras despesas correntes	5110	
5.5 Despesas de Capital (5.5.1 + ... + 5.5.5)	5115	
5.5.1 Investimentos (07.01)	5120	
5.5.2 Transferências de capital (08)	5125	
5.5.3 Ativos financeiros (09)	5130	
5.5.4 Passivos financeiros (10)	5135	
5.5.5 Outras despesas de capital	5140	
5.6 Total das Despesas (5.4 + 5.5)	5145	
5.7 Observações:	5150	



Instruções

Domínio "Proteção da Biodiversidade e Paisagem" – Compreende as atividades relativas à proteção dos ecossistemas e do habitat, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a proteção das paisagens pelo seu valor estético, assim como, a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Incluem-se igualmente as atividades de proteção que visam a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como, as atividades de proteção e gestão da floresta, (as atividades que visam introduzir espécies da fauna e da flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção), a remodelação de paisagens afetadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, as atividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, de eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização, de limpeza de poluição em sítios aquáticos, bem como, de limpeza do litoral e praias. Excluem-se as atividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

► **Para as Câmaras Municipais que possuem Corpos de Bombeiros de natureza municipal (Sapadores e não Sapadores)**, as despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes deverão ser contabilizadas nos respectivos códigos como se tratassem de despesas do município. As verbas recebidas da Adm. central para os bombeiros municipais são contabilizadas nas rubricas 6.1.3 - Transf. correntes - Adm. central - Estado e 6.2.1 - Transf. de capital - Adm. central - Estado.

► **6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora** - Exemplos: fogo posto nas florestas, destruição de habitats e espécies da fauna e da flora em vias de extinção, danos nos sítios naturais protegidos por lei, etc.

► **6.4.3 Transferências correntes e 6.5.4 Transferências de capital** - incluem-se as transferências efetuadas pela Câmara Municipal para Corpos de Bombeiros Voluntários (valores registados nas contas 04.07.01 - Transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos e 08.07.01 - Transferências de capital para Instituições sem fins lucrativos).

6 Proteção da Biodiversidade e Paisagem	Cod	EUROS
6.1 Receitas Correntes (6.1.1 + ... + 6.1.7)	6005	
6.1.1 Taxas de proteção/conservação da biodiversidade e paisagens (04.01.23.99)	6010	
6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora (04.02.04)	6015	
6.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	6020	
6.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	6025	
6.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	6030	
6.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	6035	
6.1.7 Outras receitas correntes	6040	
6.2 Receitas de Capital (6.2.1 + ... + 6.2.6)	6045	
6.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	6050	
6.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	6055	
6.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	6060	
6.2.4 Ativos financeiros (11)	6065	
6.2.5 Passivos financeiros (12)	6070	
6.2.6 Outras receitas de capital	6075	
6.3 Total das Receitas (6.1 + 6.2)	6080	
6.4 Despesas Correntes (6.4.1 + ... + 6.4.5)	6085	
6.4.1 Despesas com o pessoal (01)	6090	
6.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	6095	
6.4.3 Transferências correntes (04)	6100	
6.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	6105	
6.4.5 Outras despesas correntes	6110	
6.5 Despesas de Capital (6.5.1 + ... + 6.5.7)	6115	
6.5.1 Investimentos - Prevenção e combate a incêndios florestais (07.01)	6120	
6.5.2 Investimentos - Prot. das espécies e habitats, áreas protegidas e reservas naturais (07.01)	6125	
6.5.3 Investimentos - Outros (07.01)	6130	
6.5.4 Transferências de capital (08)	6135	
6.5.5 Ativos financeiros (09)	6140	
6.5.6 Passivos financeiros (10)	6145	
6.5.7 Outras despesas de capital	6150	
6.6 Total das Despesas (6.4 + 6.5)	6155	
6.7 Observações:	6160	



Instruções

Domínio "Investigação e Desenvolvimento" - Compreende as atividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objetivo de aumentar o capital de conhecimentos humanos, que visam a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

7	Investigação e Desenvolvimento	Cod	EUROS
7.1	Receitas Correntes (7.1.3 + ... + 7.1.7)	7005	
7.1.1	Taxas		
7.1.2	Multas		
7.1.3	Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	7010	
7.1.4	Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	7015	
7.1.5	Transferências correntes - Administração regional (06.04)	7020	
7.1.6	Venda de bens e serviços correntes (07)	7025	
7.1.7	Outras receitas correntes	7030	
7.2	Receitas de Capital (7.2.1 + ... + 7.2.6)	7035	
7.2.1	Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	7040	
7.2.2	Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	7045	
7.2.3	Transferências de capital - Administração regional (10.04)	7050	
7.2.4	Ativos financeiros (11)	7055	
7.2.5	Passivos financeiros (12)	7060	
7.2.6	Outras receitas de capital	7065	
7.3	Total das Receitas (7.1 + 7.2)	7070	
7.4	Despesas Correntes (7.4.1 + ... + 7.4.5)	7075	
7.4.1	Despesas com o pessoal (01)	7080	
7.4.2	Aquisição de bens e serviços (02)	7085	
7.4.3	Transferências correntes (04)	7090	
7.4.4	Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	7095	
7.4.5	Outras despesas correntes	7100	
7.5	Despesas de Capital (7.5.1 + ... + 7.5.5)	7105	
7.5.1	Investimentos (07.01)	7110	
7.5.2	Transferências de capital (08)	7115	
7.5.3	Ativos financeiros (09)	7120	
7.5.4	Passivos financeiros (10)	7125	
7.5.5	Outras despesas de capital	7130	
7.6	Total das Despesas (7.4 + 7.5)	7135	
7140	7.7 Observações:		



Instruções

Domínio "Outras Atividades de Proteção do Ambiente" - Compreende as atividades de administração geral e orientação/regulamentação que visam o suporte das decisões tomadas no quadro das atividades de proteção do ambiente, quer as mesmas sejam tomadas por unidades públicas ou por unidades privadas. Incluem-se igualmente as atividades cujo principal objetivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação relativa à gestão e proteção do ambiente, nomeadamente nas campanhas de sensibilização e de educação ambiental, junto da população escolar, e nas campanhas de publicação, de divulgação e formação profissional relativa à temática ambiental (excepto formação relativa à saúde no trabalho).

Excluem-se as atividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

8 Outras Atividades de Proteção do Ambiente	Cod	EUROS
8.1 Receitas Correntes (8.1.1 + ... + 8.1.7)	8005	
8.1.1 Taxas (04.01.23.99)	8010	
8.1.2 Multas (04.02.99)	8015	
8.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	8020	
8.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	8025	
8.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	8030	
8.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	8035	
8.1.7 Outras receitas correntes	8040	
8.2 Receitas de Capital (8.2.1 + ... + 8.2.6)	8045	
8.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	8050	
8.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	8055	
8.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	8060	
8.2.4 Ativos financeiros (11)	8065	
8.2.5 Passivos financeiros (12)	8070	
8.2.6 Outras receitas de capital	8075	
8.3 Total das Receitas (8.1 + 8.2)	8080	
8.4 Despesas Correntes (8.4.1 + ... + 8.4.5)	8085	
8.4.1 Despesas com o pessoal (01)	8090	
8.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	8095	
8.4.3 Transferências correntes (04)	8100	
8.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	8105	
8.4.5 Outras despesas correntes	8110	
8.5 Despesas de Capital (8.5.1 + ... + 8.5.5)	8115	
8.5.1 Investimentos (07.01)	8120	
8.5.2 Transferências de capital (08)	8125	
8.5.3 Ativos financeiros (09)	8130	
8.5.4 Passivos financeiros (10)	8135	
8.5.5 Outras despesas de capital	8140	
8.6 Total das Despesas (8.4 + 8.5)	8145	
8.7 Observações:	8150	





INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA CONFIDENCIAL E OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9992 VÁLIDO ATÉ 31/12/2014.

IEGRU - Inquérito às Entidades Gestoras de Resíduos Urbanos

Referência dos dados:

2013

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
 INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
 Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
 Núcleo de Recolha Lisboa 5
 Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa
 Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outros redes)
 Fax: 218 454 098 / E-mail: ambiente@ine.pt

Resposta eletrónica: <http://webingq.ine.pt/aderentes>

I Identificação da unidade estatística

Número de identificação fiscal (NIF) Homepage

Designação social

Distrito/Ilha Município Freguesia

Endereço

Localidade Código postal -

Telefone Fax e-mail

II Situação da unidade estatística no período de referência dos dados

Situação na atividade	☒	BC005
Aguarda início de atividade	☐	
Em atividade	☐	
Atividade suspensa em	<u> / / </u>	BC010
Atividade cessada em	<u> / / </u>	
Nº meses de atividade no período de referência		BC007

(indique 0 meses se não realizou operações ativas ou passivas no período de referência)

Atividade económica principal (CAE Rev. 3) BC015

Ocorreu algum facto relevante no período de referência dos dados? Sim ☐

Não ☐

Indique qual: BC025 Data / / BC020

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julgue convenientes.

BC030

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

Função _____ * NIF | | | | | | | | | |

Assinatura _____ Data ____ / ____ / ____

Instruções de preenchimento

Arredondamentos dos dados financeiros (euro):

1º Os valores monetários devem ser expressos em euros sem decimais;

2º Os arredondamentos devem ser feitos por excesso quando as décimas forem iguais ou superiores a 5, e por defeito, quando forem inferiores.

3º Os valores devem ser inscritos à direita:

Exemplo: 370,65 euros



1 Plano de contas

1.1 A Entidade Gestora utiliza o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)?

----- 1030

Sim

☐

Não

☐

Se respondeu "Sim", continue o preenchimento.

Se respondeu "Não", continue o preenchimento, e envie ao INE a documentação (ex. cópia da conta de gerência) referente ao período de referência dos dados para validação da informação.

2 Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos em Baixa

Cod	EUROS
2005	
2010	
2015	
2020	
2025	
2030	
2035	
2040	
2045	
2050	
2055	
2060	
2065	
2070	
2080	
2085	
2090	
2095	
2100	

2.1 Investimentos (Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis do ano) -----

2.2 Gastos (2.2.1 + ... + 2.2.5) -----

2.2.1 Custos próprios com a recolha, transporte, tratamento, valorização e destino final (Conta 61) -----

2.2.2 Fornecimentos e serviços externos (Conta 62) -----

2.2.3 Taxas pagas à Adm. Pública no âmbito da gestão de resíduos urbanos (parte Conta 6813) -----

2.2.4 Gastos com o pessoal (2.2.4.1 + 2.2.4.2) -----

2.2.4.1 Remunerações (Subcontas 631 + 632) -----

2.2.4.2 Outros gastos com o pessoal (Subcontas 633 a 638) -----

2.2.5 Outros gastos -----

2.3 Rendimentos (2.3.1 + ... + 2.3.5) -----

2.3.1 Vendas (Conta 71) -----

das quais: 2.3.1.1 Venda de resíduos e/ou materiais valorizáveis -----

2.3.2 Prestações de serviços (Conta 72) -----

das quais: 2.3.2.1 Prestações de serviços a municípios -----

2.3.3 Subsídios à exploração (Conta 75) -----

dos quais: 2.3.3.1 Municípios -----

2.3.4 Imputação de subsídios para investimentos (Subconta 7883) -----

dos quais: 2.3.4.1 Municípios -----

2.3.5 Outros rendimentos -----

Introdução

A presente operação estatística visa a obtenção de dados financeiros junto das entidades gestoras de serviços de gestão de resíduos urbanos indiferenciados em baixa, designadamente as empresas municipais e os serviços municipalizados.

Face a alterações estruturais que se verificaram na gestão de serviços de resíduos urbanos, como seja a dissociação dos serviços em alta e em baixa, esta operação estatística vem complementar uma outra realizada pelo INE junto dos municípios e denominada "Inquérito aos Municípios - Proteção do Ambiente".

O objetivo é caracterizar os fluxos económico-financeiros do domínio Gestão de Resíduos (domínio pertencente à Classificação de Atividades e de Despesas de Proteção do Ambiente) no âmbito municipal.

Instruções de preenchimento do quadro 2

Serviços de gestão de resíduos urbanos em baixa - compreende a operação de recolha, seletiva ou indiferenciada, de triagem e ou mistura de resíduos com vista ao seu transporte para instalações de valorização ou eliminação.

Investimentos - incluir as aquisições de ativos, assim como os trabalhos realizados na própria empresa que se traduzem num aumento efetivo do valor dos ativos. Devem incluir os ativos fixos tangíveis, tais como a construção de novas infraestruturas e equipamentos associados à gestão de resíduos urbanos, ações de ampliação e remodelação/reabilitação de infraestruturas e a aquisição/substituição de equipamento. Devem ainda incluir os ativos intangíveis ("software", patentes, etc.) e os custos com a elaboração de projetos de construção/ampliação de infraestruturas.

Taxas pagas à Administração Pública no âmbito da gestão de resíduos urbanos - indique o montante pago a organismos públicos relativo à gestão de resíduos urbanos (Ex.: taxas de licenciamento, taxas de registo, taxas de gestão de resíduos pagas à Autoridade Nacional de Resíduos e taxas pagas à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Gastos com o pessoal - incluir os gastos com o pessoal relacionados com a gestão de resíduos urbanos.

Outros gastos - incluir os gastos não contabilizados nas rubricas anteriores e que resultam diretamente da atividade de gestão de resíduos urbanos.

Subsídios à exploração - incluir os subsídios recebidos como forma de subvenção à exploração no âmbito da atividade da gestão de resíduos urbanos.

Imputação de subsídios para investimentos - incluir os subsídios recebidos cuja finalidade é a aquisição de ativos fixos tangíveis no âmbito da atividade da gestão de resíduos urbanos.

Outros rendimentos - incluir os rendimentos não contabilizados nas rubricas anteriores.



INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA CONFIDENCIAL E OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9995 VÁLIDO ATÉ 31/12/2014.

IEGPA - INQUÉRITO ÀS EMPRESAS GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

Referência dos dados:

2013

Contatos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
 Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
 Núcleo de Recolha Lisboa 5
 Av. António José de Almeida / 1100-043 Lisboa
 Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 118 426 307 (outras redes)
 Fax: 218 454 098 email: ieopa@ine.pt

Resposta eletrónica: <http://webinq.ine.pt/aderentes>

I Identificação da unidade estatística

Número de identificação fiscal (NIF) [][][][][][][] Homepage _____

Designação social _____

Distrito/Ilha _____ Município _____ Freguesia _____

Endereço _____

Localidade _____ Código postal [][][][] - [][][][] _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

II Situação da unidade estatística no período de referência dos dados

Situação na atividade	☒	BC005
Aguarda início de atividade	☐	
Em atividade	☐	
Atividade suspensa em	<u> / / </u>	☐ BC010
Atividade cessada em	<u> / / </u>	☐
Nº meses de atividade no período de referência		BC007

(indique 0 meses se não realizou operações ativas ou passivas no período de referência)

Atividade económica principal (CAE Rev. 3) | | | | | BC001

Ocorreu algum facto relevante no período de referência dos dados? Sim ☐

Não ☐

Indique qual: BC025 Data / / BC020

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julque convenientes.

BC030

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto

Telephone Fax e-mail

Função	Nome	Assinatura	Assinatura
Coordenador Geral	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Ensino	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Pesquisa	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Extensão	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Administração	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Comunicação	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Avaliação	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Registro	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Arquivo	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Biblioteca	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Laboratório	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Serviço Social	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Psicologia	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Pedagogia	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de História	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Geografia	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Física	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Química	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Matemática	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Letras	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Artes	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Música	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Dança	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Teatro	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Cinema	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Rádio	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de TV	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Internet	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Jogos	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Aplicativos	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Robótica	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Nanotecnologia	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Biotecnologia	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Medicina	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Engenharia	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Arquitetura	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Design	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Moda	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Beleza	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Saúde	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Alimentação	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Esportes	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Lazer	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Turismo	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Hotelaria	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Gastronomia	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Eventos	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Marketing	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Publicidade	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Relações Públicas	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Comunicação Social	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Jornalismo	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Editoria	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Design Gráfico	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Ilustração	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Fotografia	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Vídeo	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Animação	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Jogos Eletrônicos	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Programação	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Testes	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Suporte	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Treinamento	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Recrutamento	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Seleção	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Desenvolvimento	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Gestão	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Planejamento	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Controle	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Avaliação	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Monitoramento	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Relatórios	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Análise	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Síntese	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Conclusão	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Apresentação	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Defesa	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Publicação	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Distribuição	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Venda	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Atendimento	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Suporte Técnico	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Manutenção	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Reparo	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Substituição	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Limpeza	Dr. [Nome]	[Assinatura]	[Assinatura]
Coordenador de Organização	Dr. [Nome]</		

Assinatura _____ Data ____/____/____



A Iniciativas ambientais adotadas

NP EN ISO 14001 - Norma Portuguesa que estabelece requisitos e linhas de orientação para a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental nas organizações.

Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) - Mecanismo de participação voluntária destinado a organizações que querem comprometer-se a avaliar, gerir e melhorar o seu desempenho ambiental, possibilitando evidenciar, perante terceiros e de acordo com os respectivos referenciais, a credibilidade do seu sistema de gestão ambiental e do seu desempenho ambiental. O EMAS é estabelecido numa organização visando a avaliação e melhoria do desempenho ambiental e o fornecimento de informação relevante ao público e outras partes interessadas em termos de desempenho ambiental e de comunicação do mesmo.

A.1 A empresa possui alguma instalação com certificação ambiental de acordo com a NP EN ISO 14001? A0100 **Sim** ☐ **Não** ☐

A.2 A empresa possui alguma instalação com registo no EMAS atribuído pela Agência Portuguesa do Ambiente? A0200 **Sim** ☐ **Não** ☐

A.3 A empresa constituiu alguma garantia financeira que lhe permite assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade por si desenvolvida (Decreto-Lei nº 147/2008, 29 de Julho)? A0300 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinale com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):

A0310 Apólice de seguro ☐ A0320 Garantia bancária ☐ A0330 Fundo próprio ☐ A0340 Fundo ambiental ☐

A.4 A empresa adotou alguma estratégia para redução de emissões de gases com efeitos de estufa decorrentes da sua atividade? A0400 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinale com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):

Melhoria da eficiência energética das instalações A0410 ☐
 Melhoria da eficiência energética dos equipamentos A0420 ☐
 Contratação de serviços de um fornecedor de energia produzida a partir de fontes renováveis A0430 ☐
 Contratação de auditoria externa para auxílio na redução de consumos de energia A0440 ☐
 Utilização de biocombustíveis adequados aos veículos A0450 ☐
 Utilização de biomassa como combustível A0460 ☐
 Alteração dos produtos/serviços A0470 ☐
 Outra A0480 ☐

A0490 Especifique: _____

A.5 A empresa fabricou equipamento(s) e/ou produto(s) certificado(s) pelos organismos de certificação de produtos? A0500 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinale com "X" a opção escolhida:

A0510 1 - 4 ☐ A0520 5 - 9 ☐ A0530 ≥ 10 ☐

A.6 A empresa implementou medidas de redução das emissões de carbono emitidas pelas TIC (tecnologias de informação e comunicação)? A0600 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinale com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):

Adoção de políticas de impressão A0610 ☐
 Adoção de programas de reciclagem de papel A0620 ☐
 Adoção de programas de reciclagem de toneres e tinteiros A0630 ☐
 Implementação de planos para redução de resíduos elétricos e eletrónicos A0640 ☐
 Inclusão de critérios de eficiência energética dos equipamentos, produtos e serviços A0650 ☐
 Outra A0660 ☐

A0670 Especifique: _____

A.7 A empresa tem no seu organograma um cargo de direção com responsabilidade direta sobre questões ambientais? A0700 **Sim** ☐ **Não** ☐

A.8 A empresa promoveu formação aos seus colaboradores sobre medidas ambientais a adotar dentro da organização? A0800 **Sim** ☐ **Não** ☐

A.9 A empresa adota medidas ambientais nas suas atividades correntes? A0900 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinale com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):

Separação de papel e cartão A0910 ☐
 Separação de embalagens plásticas e metálicas A0920 ☐
 Separação de vidro A0930 ☐
 Utilização de lâmpadas de baixo consumo A0940 ☐
 Reutilização das águas de abastecimento/residuais/pluviais A0950 ☐
 Outra A0960 ☐

A0970 Especifique: _____



D Gastos da empresa em medidas de gestão do ambiente

Unidade: Euros

D. TOTAL DOS GASTOS (D.1 + D.2)

D1000

D.1 GASTOS COM USO DE MEIOS PRÓPRIOS (D.1.1 + D.1.2 + D.1.3 + D.1.4)

D.1.1 Gastos com operação, manutenção e monitorização, nos domínios:

D1110	Ar e clima							D1150	Ruído e vibrações						
D1120	Águas residuais							D1160	Biodiversidade e paisagem						
D1130	Resíduos							D1170	I & D						
D1140	Solos, águas sub. e sup.							D1180	Outras atividades						
								D1190	TOTAL						

D.1.2 Gastos com pessoal, nos domínios:

D1210	Ar e clima							D1250	Ruído e vibrações						
D1220	Águas residuais							D1260	Biodiversidade e paisagem						
D1230	Resíduos							D1270	I & D						
D1240	Solos, águas sub. e sup.							D1280	Outras atividades						
								D1290	TOTAL						

D.1.3 Gastos com formação e sensibilização, nos domínios:

D1310	Ar e clima							D1350	Ruído e vibrações						
D1320	Águas residuais							D1360	Biodiversidade e paisagem						
D1330	Resíduos							D1370	I & D						
D1340	Solos, águas sub. e sup.							D1380	Outras atividades						
								D1390	TOTAL						

D.1.4 Gastos com investigação, nos domínios:

D1410	Ar e clima							D1450	Ruído e vibrações						
D1420	Águas residuais							D1460	Biodiversidade e paisagem						
D1430	Resíduos							D1470	I & D						
D1440	Solos, águas sub. e sup.							D1480	Outras atividades						
								D1490	TOTAL						

D.2 Gastos com contratação de serviços especializados, incluindo o pagamento de contrapartidas financeiras para gestão de resíduos (D.2.1 + D.2.2)*

D.2.1 Administração pública, nos domínios:

D2110	Ar e clima								D2150	Ruído e vibrações							
D2120	Águas residuais								D2160	Biodiversidade e paisagem							
D2130	Resíduos								D2170	I & D							
D2140	Solos, águas sub. e sup.								D2180	Outras atividades							
									D2190	TOTAL							

D.2.2 Outros setores, nos domínios**:

D2210	Ar e clima								D2250	Ruído e vibrações							
D2220	Águas residuais								D2260	Biodiversidade e paisagem							
D2230	Resíduos								D2270	I & D							
D2240	Solos, águas sub. e sup.								D2280	Outras atividades							
									D2290	TOTAL							

D3000 Comentários adicionais sobre os gastos assinalados:

Notas:

* Exemplos de entidades gestoras de resíduos: Sociedade Ponto Verde (embalagens e resíduos de embalagens), Valormed (embalagens de medicamentos), Valorcar (veículos em fim de vida), Valorpneu (pneus usados), Ecopilhas (pilhas e acumuladores), Sogilub (óleos usados), AMB3E e ERP Portugal (resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos). Valorfito (embalagens de produtos fitofarmacêuticos).

** Exemplos de setores: sociedades e quase-sociedades não financeiras, instituições sem fins lucrativos.



INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA CONFIDENCIAL E OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9846 VÁLIDO ATÉ 31/12/2014.

ISBSA - Inquérito ao Setor de Bens e Serviços de Ambiente

Referência dos dados:

2013

Contatos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
 Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
 Núcleo de Recolha Lisboa 5
 Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa
 Telf: 808 201 600 / Fax: 218 454 098
 E-mail: ambiente@ine.pt

Resposta eletrónica: <http://webing.ine.pt/aderentes>

I Identificação da unidade estatística

Número de identificação fiscal (NIF) [][][][][][][] Homepage _____

Designação social _____

Distrito/Iilha _____ Município _____ Freguesia _____

Endereço _____

Localidade _____ Código postal [][][][] - [][][][] _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

II Situação da unidade estatística no período de referência dos dados

Situação na atividade	☒	BC005
Aguarda início de atividade	☐	
Em atividade	☐	
Atividade suspensa em	☐	BC010
Atividade cessada em	☐	
Nº meses de atividade no período de referência		BC007

(indique 0 meses se não realizou operações ativas ou passivas no período de referência)

Atividade económica principal (CAE Rev. 3) | | | | | BC001

Ocorreu algum facto relevante no período de referência dos dados? Sim ☐
Não ☐

Indique qual:

BC025

 Data / /

BC020

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julque convenientes.

BC030

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

Função _____

Assinatura _____ Data ____/____/____

1 Volume de Negócios (VVN) por domínios de ambiente e tipo de atividade da entidade

Por favor assinala a **percentagem do VVN da(s) atividade(s) desenvolvidas** e sua distribuição pelos **vários domínios de ambiente**.
(Ver conceitos e exemplos de atividades dos Domínios abaixo mencionados nas instruções de preenchimento)

Domínios	Atividades desenvolvidas pela entidade				Total da formação do VVN por domínios de ambiente (%)
	Fabricação de produtos (%)	Fabricação de bens de equipamento (%)	Instalação, montagem e/ou comércio de equip. ou produtos (%)	Prestação de serviços (%)	
1	2	3	4	5	6
A. Gestão da Poluição					
A 1 · Proteção da Qualidade do Ar e Clima					
A 2 · Gestão de Aguas Residuais					
A 3 · Gestão de Resíduos					
A 4 · Proteção dos Solos, Aguas Subterrâneas e Superficiais					
A 5 · Proteção Contra Ruídos e Vibrações					
A 6 · Proteção da Biodiversidade e Paisagem					
A 7 · Investigação e Desenvolvimento					
A 8 · Proteção Contra as Radiações					
A 9 · Outras Atividades de Gestão da Poluição					
B. Gestão dos Recursos					
B 1 · Gestão da Água					
B 2 · Materiais e Produtos Reciclados					
B 3 · Gestão e Otimização de Energia					
B 4 · Gestão dos Recursos Florestais					
B 5 · Outras Atividades de Gestão de Recursos					
C. Outra(s) atividade(s) não associada(s) ao ambiente					
D. Total da formação do VVN em percentagem, por tipo de atividade					

ATENÇÃO: CASO TENHA INSCRITO 100% NO QUESITO C DO QUADRO 1, "Outra(s) atividade(s) não associada(s) ao ambiente", TERMINE AQUI O PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO.



2 Distribuição do Volume de Negócios (VVN) segundo os mercados

Por favor assinala a percentagem do VVN, resultante das atividades desenvolvidas na área do ambiente, associada à representatividade dos mercados.

Mercados	Peso dos mercados na formação do VVN (%)
1	2
1 . Economia Nacional	 [][][][], []%
1.1. Empresas	 [][][][], []%
1.2. Administrações Públicas (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3)	 [][][][], []%
1.2.1. Administração Central	 [][][][], []%
1.2.2. Administração Regional	 [][][][], []%
1.2.3. Administração Local	 [][][][], []%
1.3. Outros	 [][][][], []%
Total	 [1][0][0], [0] % (1.1+1.2+1.3)
2 . Resto do Mundo	 [][][][], []%
2.1. União Europeia	 [][][][], []%
2.2. Países Terceiros	 [][][][], []%
Total	 [1][0][0], [0] % (2.1+2.2)
3 . Total	 [1][0][0], [0] % (1+2)

3 Número de pessoas ao serviço com funções de ambiente, segundo o sexo e grupos profissionais

Grupos Profissionais	Número médio de pessoas ao serviço com funções na área do ambiente					
	Maioritariamente ocupadas		Minoritária ou ocasionalmente ocupadas		Total	
	Total	dos quais, Mulheres	Total	dos quais, Mulheres	Total	dos quais, Mulheres
	2	3	4	5	6	7
1. Dirigentes	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]
2. Quadros e técnicos, médios e superiores	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]
3. Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]
4. Empregados administrativos, comerciais e de serviços	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]
5. Operários, aprendizes e praticantes	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]



3 Número de Pessoas ao Serviço (✓)

Unidade: No

Grupos Profissionais		Número Médio de Pessoas ao Serviço					Total de Horas de Trabalho Efetuadas Durante o Ano				
		Cod	Total	A Tempo Completo	A Tempo Parcial		Trabalhador a Tempo Completo	Trabalhador a Tempo Parcial			
3.1 Total (3.2 + 3.3)		3005	1								
3.2 Pessoal Remunerado (3.2.1 + ... + 3.2.3)		3010									
3.2.1 Dirigentes		3015									
3.2.2 Quadros e Técnicos Médios e Superiores		3020									
3.2.3 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços		3025									
3.3 Pessoal não Remunerado (3.3.1 + 3.3.2)		3030									
3.3.1 Dirigentes		3035									
3.3.2 Outros colaboradores		3040									

4 Número de Pessoas ao Serviço por Sexo/Escalação Etária/Nível de Escolaridade

Unidade: No

Nível de Escolaridade	Cod	Sexo	Total geral	Pessoal Remunerado											Pessoal não Remunerado									
				Total	Dirigentes					Quadros e Técnicos Médios e Superiores				Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços		Total	Dirigentes					Outros colaboradores		
					Escalões Etários ≤25	26-50	51+	≤25	26-50	51+	≤25	26-50	51+	≤25	26-50		51+	≤25	26-50	51+				
4.1 Total geral (H + M)	4005	HM	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18				
4.2	H (4020 + ... + 4060)	H																						
	M (4025 + ... + 4065)	M																						
Total	4015																							
	4020	H																						
4.2.1 Nenhum nível de instrução	4025	M																						
	4030	H																						
4.2.2 Ensino Básico	4035	M																						
	4040	H																						
4.2.3 Ensino Secundário	4045	M																						
	4050	H																						
4.2.4 Ensino Superior (Bacharelato e Licenciatura)	4055	M																						
	4060	H																						
4.2.5 Ensino Superior (Mestrado e Doutoramento)	4065	M																						

► Atenção: Os valores que registou em 3.1 - Total de pessoas ao serviço e em 4.1 - Total geral (H+M) têm de ser iguais.

5 Atividades Desenvolvidas (✓) Unidade: N°										
Tipo de Atividades Desenvolvidas	Cod	DOMÍNIOS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE								
		1 Proteção do Ar e Clima	2 Gestão de Águas Residuais	3 Gestão de Resíduos	4 Proteção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	5 Proteção Contra Ruídos e Vibrações	6 Proteção da Biodiversidade e Paisagem	7 Proteção Contra Radiações	8 Investigação e Desenvolvimento	9 Outras Atividades de Proteção do Ambiente
5.1 Total (5.2 + ... + 5.8)	5005									
5.2 Publicações, Estudos Técnicos e Pareceres	5010									
5.3 Ações junto dos Media	5015									
5.4 Ações de Formação	5020									
5.5 Educação Ambiental/Ateliers/Oficinas	5025									
5.6 Congressos, Seminários	5030									
5.7 Ecoturismo/ Passeios de Natureza	5035									
5.8 Outras Atividades	5040									
Especifique:	5045									

6 Investimentos Unidade: Euro	
Rubricas	Cod
6.1 Total de Investimentos (6.2 + 6.3 + 6.4)	6005
6.2 Ativos Intangíveis	6010
6.2.1 Projetos de Desenvolvimento	6015
6.3 Ativos fixos tangíveis (6.3.1 + ... + 6.3.6)	6020
6.3.1 Terrenos e Recursos Naturais	6025
6.3.2 Edifícios e Outras Construções	6030
6.3.3 Equipamento Básico	6035
6.3.4 Equipamento de Transporte	6040
6.3.5 Equipamento Administrativo	6045
6.3.6 Outras	6050
6.4 Outros Investimentos	6055



7 Contas de Gastos e Rendimentos

Designação	Código de Contas SNC	Cod	Euros
Gastos			
7.1 Total dos Gastos (7.2 + ... + 7.7)		7005	
7.2 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	61	7010	
7.3 Fornecimentos e Serviços Externos	62	7015	
Dos quais:			
7.3.1 Gastos com a Recolha e Tratamento de Águas Residuais		7020	
7.3.2 Gastos com a Recolha e Tratamento de Resíduos		7025	
7.4 Impostos	681	7030	
Dos quais:			
7.4.1 Taxas de Conservação de Esgotos		7035	
7.5 Gastos com o Pessoal (7.5.1 + 7.5.2)	63	7040	
7.5.1 Remunerações	631 + 632	7045	
7.5.2 Outros Gastos com o Pessoal	633 a 638	7050	
7.6 Outros Gastos e Perdas	64 a 67 e 682 a 688	7055	
7.7 Gastos e Perdas de Financiamento	69	7060	
Rendimentos			
7.8 Total dos Rendimentos (7.9 + ... + 7.14)		7070	
7.9 Vendas	71	7075	
7.10 Prestações de Serviços	72	7080	
7.11 Subsídios à Exploração (7.11.1 + ... + 7.11.5)	75	7090	
7.11.1 Estado e outros entes públicos		7095	
7.11.2 Empresas		7100	
7.11.3 Instituições sem fins lucrativos		7105	
7.11.4 Particulares		7110	
7.11.5 Exterior		7115	
7.12 Trabalhos para a Própria Entidade	74	7120	
7.13 Outros Rendimentos	73 + 76 + 77 + 79	7130	
7.14 Outros Rendimentos e Ganhos	78	7135	
Dos quais:			
7.14.1 Imputação de subsídios para investimentos (7.14.1.1 + ... + 7.14.1.5)	7883	7140	
7.14.1.1 Estado e outros entes públicos		7145	
7.14.1.2 Empresas		7150	
7.14.1.3 Instituições sem fins lucrativos		7155	
7.14.1.4 Particulares		7160	
7.14.1.5 Exterior		7165	

► **7.11.1 e 7.14.1.1 Estado e outros entes públicos** - incluir as verbas recebidas da Agência Portuguesa do Ambiente, dos Governos Cívicos, dos Municípios, das Juntas de Freguesia, entre outras entidades públicas.





INSTRUMENTO DE NOTIFICAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 10059 VÁLIDO ATÉ 31/12/2014.

IEDCB - INQUÉRITO ÀS ENTIDADES DETENTORAS DE CORPOS DE BOMBEIROS

Referência dos dados:
2013

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
Núcleo de Recolha Lisboa 5
Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa
Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
Fax: 218 454 098 / E-mail: ambiente@ine.pt

Resposta eletrónica: <http://webinq.ine.pt/aderentes>

I Identificação da unidade estatística (UE)
Estabelecimento

Nome do estabelecimento _____
 Distrito/Ilha _____ Município _____ Freguesia _____
 Endereço _____
 Localidade _____ Código Postal [][][][] - [][][] _____
 Telefone _____ Fax _____ e-mail _____
 Homepage: _____
 Assinale caso a empresa exploradora tenha mudado ☐ Data ____ / ____ / ____ NIF [][][][][][][][][][]

Empresa

Número de identificação fiscal (NIF) [][][][][][][][][][] Homepage: _____
 Designação social _____
 Distrito/Ilha _____ Município _____ Freguesia _____
 Endereço _____
 Localidade _____ Código Postal [][][][] - [][][] _____
 Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

II Situação da unidade estatística no período de referência dos dados

Situação na atividade ☒ **BC105**
 Aguarda início de atividade ☐
 Em atividade ☐
 Atividade suspensa em ____ / ____ / ____ **BC110**
 Atividade cessada em ____ / ____ / ____ ☐
 Nº meses de atividade no período de referência [][] **BC107**

(Indique 0 meses se não realizou operações ativas ou passivas no período de referência)

Atividade económica principal (CAE Rev. 3) [][][][][] **BC101**
 Ocorreu algum facto relevante no período de referência dos dados? Sim ☐ **BC115**
 Não ☐
 Indique qual: **BC125** Data ____ / ____ / ____ **BC120**

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julgue convenientes. **BC130**

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto _____
 Telefone _____ Fax _____ e-mail _____
 Função _____
 Assinatura _____ Data ____ / ____ / ____

Os quadros assinalados com "(✓)" contêm notas explicativas nas folhas de instruções de preenchimento.

Instruções de preenchimento
1. Unidade monetária: EUROS.

1º Os valores monetários devem ser expressos em euros sem decimais;

2º Os arredondamentos devem ser efetuados por excesso quando as décimas forem iguais ou superiores a 5, e por defeito, quando forem inferiores a 5.

Ex.: 6370,65 euros → inscrever [][][] 6 [][] 3 [][] 7 [][] 1



A Identificação do corpo de bombeirosLocalização da infraestrutura (em Graus, Minutos, Segundos ou em Metros - **por favor assinale apenas uma opção**):

Graus, Minutos, Segundos (WGS84):

A.1 Latitude ° ' ", " N A.2 Longitude ° ' ", " W

ou

Metros

A.3 Coordenada X , m A.4 Coordenada Y , m

A.5 Sistema de Referência (Assinale a opção escolhida de 1 a 7)

1. ETRS89 / PT-TM06

☐ A1040 2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares

3. Hayford-Gauss Datum 73

4. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores

5. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores

6. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens

7. Outro

Especifique:

Nota: Caso o corpo de bombeiros possua mais do que uma infraestrutura, é favor indicar as restantes localizações a seguir ao Quadro F.**B Corpo de bombeiros****B.1 Espécie de corpo de bombeiros** (Assinale a opção escolhida de 1 a 4)

1. Corpo de bombeiros profissional

☐ B1000 2. Corpo de bombeiros misto

3. Corpo de bombeiros voluntário

4. Corpo privativo de bombeiros

C Quadros de pessoal do corpo de bombeiros a 31 de Dezembro (v)

Unidade: nº

Unidade: N							
Tipo de vínculo	Cod	Total geral	Quadro de comando				
			Total	Masculino		Feminino	
				Escalão etário		Escalão etário	
		26-50	51 +	26-50	51 +		
		1	2	3	4	5	6
C.1 TOTAL (C.1.1 + C.1.2)	C1000						
C.1.1 Profissional	C1010						
C.1.2 Voluntário	C1020						

Unidade: nº

Tipo de vínculo	Cod	Quadro ativo						
		Total	Masculino			Feminino		
			Escalão etário			Escalão etário		
			Até 25	26-50	51 +	Até 25	26-50	51 +
		7	8	9	10	11	12	13
C.1 TOTAL (C.1.1 + C.1.2)	C1000							
C.1.1 Profissional	C1010							
C.1.2 Voluntário	C1020							

Unidade: nº

Nível de escolaridade	Cod	Total geral	Quadro de comando			Quadro ativo		
			Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
		1	2	3	4	5	6	7
C.2 TOTAL (C.2.1 + ... + C.2.4)	C2000							
C.2.1 Nenhum nível de instrução	C2010							
C.2.2 Ensino básico	C2020							
C.2.3 Ensino secundário	C2030							
C.2.4 Ensino superior	C2040							

Formação	Cod	Total		Quadro de comando		Quadro ativo	
		1	2	3	4	5	6
C.3 Formação recebida (em horas)	C3000						



D Serviços prestados pelo corpo de bombeiros (v)

Tipo de serviços	Cod	Nº de serviços
D.1 TOTAL DE SERVIÇOS (D.1.1 + ... + D.1.9)	D1000	
D.1.1 Combate a incêndios em povoamentos florestais	D1010	
D.1.2 Combate a outros incêndios	D1020	
D.1.3 Assistência a acidentes com meios de transporte	D1030	
D.1.4 Apoio a situações com infraestruturas e vias de comunicação	D1040	
D.1.5 Assistência pré-hospitalar	D1050	
D.1.6 Assistência a situações de conflitos legais	D1060	
D.1.7 Apoio a situações tecnológicas e industriais	D1070	
D.1.8 Outros serviços prestados	D1080	
D.1.9 Outros serviços de proteção civil	D1090	
D.2 Nº de horas afetas a incêndios em povoamentos florestais	D2000	

NOTAS: 1) Os quadros E e F estão de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL) (Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) (Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho).

Caso a entidade **não tenha optado por aplicar o SCN-ESN** (nº 3, art.º 22º, Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março) **ou por não se adequar à entidade**, preencha os quadros E e F com a informação disponível.

2) Para as **entidades detentoras - municipais e privadas** - a informação reporta-se apenas a gastos, rendimentos e investimentos realizados no ano de referência pela entidade detentora com os corpos de bombeiros.

E Contas de gastos e rendimentos da entidade detentora

Código SNC-ESNL	GASTOS	Cod	Valor (Euros)
	E.1 TOTAL DOS GASTOS (E.2 + ... + E.6)	E1000	
61	E.2 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	E1010	
62	E.3 Fornecimentos e serviços externos	E1020	
63	E.4 Gastos com o pessoal	E1030	
64 a 68	E.5 Outros gastos e perdas	E1040	
69	E.6 Gastos e perdas de financiamento	E1050	
Código SNC-ESNL	RENDIMENTOS	Cod	Valor (Euros)
	E.7 TOTAL DOS RENDIMENTOS (E.8 + ... + E.13)	E1060	
71	E.8 Vendas	E1070	
72	E.9 Prestações de serviços	E1080	
	Dos quais:		
722	E.9.1 Quotizações e joias	E1090	
74	E.10 Trabalhos para a própria entidade	E1100	
75	E.11 Subsídios, doações e legados à exploração	E1110	
	Dos quais:		
751	E.11.1 Subsídios do Estado e outros entes públicos	E1120	
752	E.11.2 Subsídios de outras entidades	E1130	
78	E.12 Outros rendimentos e ganhos	E1140	
	Dos quais:		
7883	E.12.1 Imputação de subsídios para investimentos (E.12.1.1 + E.12.1.2)	E1150	
	E.12.1.1 Subsídios do Estado e outros entes públicos	E1160	
	E.12.1.2 Subsídios de outras entidades	E1170	
73+76+77	E.13 Outros rendimentos	E1180	

• E.11.1 e E.12.1.1 Subsídios do Estado e outros entes públicos - incluir as verbas recebidas da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Secretarias Regionais, Governos Cívicos, Municípios, Juntas de Freguesia, entre outras entidades públicas.



F Investimentos da entidade detentora

INVESTIMENTOS DO ANO	Cod	Valor (Euros)
F.1 TOTAL DOS INVESTIMENTOS (F.2 + F.3 + F.4)	F1000	
F.2 Ativos fixos tangíveis (F.2.1 + F.2.2 + F.2.3)	F1010	
F.2.1 Edifícios e outras construções	F1020	
F.2.2 Equipamento de transporte	F1030	
F.2.3 Outros	F1040	
F.3 Ativos intangíveis	F1050	
F.4 Outros investimentos	F1060	

FIM DO QUESTIONÁRIO - OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO.

A Identificação do corpo de bombeiros (continuação)

Localização da infraestrutura (em Graus, Minutos, Segundos **ou** em Metros - **por favor assinale apenas uma opção**):

Graus, Minutos, Segundos (WGS84):

A.1 Latitude ° ' , " N A.2 Longitude ° ' , " W

ON

Metros

A.3 Coordenada X	A1000						,		m	A.4 Coordenada Y	A1010						,		m

A.5 Sistema de Referência (Assinale a opção escolhida de 1 a 7)

1. ETRS89 / PT-TM06

A1040	

2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares
3. Hayford-Gauss Datum 73
4. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores
5. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores
6. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens
7. Outro

Especifique:

A1050

A Identificação do corpo de bombeiros (continuação)

Localização da infraestrutura (em Graus, Minutos, Segundos **ou** em Metros - **por favor assinale apenas uma opção**):

Graus, Minutos, Segundos (WGS84):

A.1 Latitude ° ′ ″ N A.2 Longitude ° ′ ″ W

ou

Metros

A.3 Coordenada X	A1000						,		m	A.4 Coordenada Y	A1010						,		m

A.5 Sistema de Referência (Assinale a opção escolhida de 1 a 7)

1. ETRS89 / PT-TM06

A1040	

2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares
3. Hayford-Gauss Datum 73
4. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores
5. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores
6. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens
7. Outro

Especifique:

A1050

Nota: Caso o corpo de bombeiros possua mais do que três infraestruturas, é favor de fotocopiar as páginas necessárias para as restantes localizações.

